Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Leonardo Paiva de Oliveira

Governantes das Capitanias do Norte: hierarquias territoriais, circulação e redes de conhecimento dos agentes governativos (1654 – 1800)

Rio de Janeiro
2022

Leonardo Paiva de Oliveira

Governantes das Capitanias do Norte: hierarquias territoriais, circulação e redes de conhecimento dos agentes governativos (1654 – 1800)

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Vilaça dos Santos

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

O48 Oliveira, Leonardo Paiva de.
Governantes das Capitanias do Norte: hierarquias territoriais, circulação e redes de conhecimento dos agentes governativos (1654-1800) / Leonardo Paiva de Oliveira. – 2022.
319 f.

Orientador: Fabiano Vilaça dos Santos.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Fi losofia e Ciências Humanas.

1. Brasil, Norte – História – Teses. 2. Hierarquias – Teses. 3. Brasil – Reis e governantes – Teses. 4. Brasil – História – Capitanias Hereditárias, 1534-1762 – Teses. I. Santos, Fabiano Vilaça dos. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 981.1

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Leonardo Paiva de Oliveira

Governantes das Capitanias do Norte: hierarquias territoriais, circulação e redes de conhecimento dos agentes governativos (1654 – 1800)

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Política e Sociedade.

Aprovada em 06 de maio de 2022.

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Fabiano Vilaça dos Santos (Orientador)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

_____

Prof. Dr. José Manoel Damião Soares Rodrigues

Universidade de Lisboa

_____

Profª. Dr. Carmen Margarida Oliveira Alveal

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

_____

Profª. Dr. Mônica da Silva Ribeiro

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

_____

Profª. Dr. Nívia da Conceição Pombo

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Rio de Janeiro

2022

AGRADECIMENTOS

Ao longo desses quatro anos muitas coisas aconteceram, mas o sentimento geral que fica desse momento é o de gratidão. Gratidão a todos que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho, seja de forma direta ou indireta. Inicio essa parte do agradecimento registrando a alegria de chegar nesse momento. Sentimento indescritível que apenas quem passou pelo processo pode saber o seu valor. Diante de tantas dificuldades, incertezas e medos, concluir uma pesquisa de doutorado é uma verdadeira conquista que deve ser celebrada e compartilhada com todos, por isso acredito que essa parte do trabalho, sim, considero que os agradecimentos fazem parte do trabalho, é fundamental. É uma das primeiras coisas que aparecem nas pesquisas, isso deve ser um fato que prova o meu pensamento.

Durante todo esse processo tive a oportunidade de vivenciá-lo com pessoas extraordinárias que foram fundamentais para mim enquanto pessoa e, consequentemente, como pesquisador. Agradeço primeiramente aos meus pais, que tornaram tudo isso possível, sempre me auxiliando como podiam com minhas necessidades e apoiando minhas escolhas. Agradeço também aos meus dois grandes amigos, Marcos Fonseca e Bruno Chaves, que nos últimos dez anos vêm me acompanhando nessa jornada desde o início, quando tudo começou em uma base de pesquisa na UFRN durante nossas graduações e, hoje, estamos os três terminando nossas teses quase que simultaneamente. Foi uma honra acompanhá-los nessa aventura. Deixo registrada também minha gratidão à Camila Andrada, que conheci assim que entrei no curso de História e me acompanhou durante quase todo esse processo, sempre me ajudando a suportar os momentos mais difíceis e sempre me incentivando ao longo desses anos.

Agradeço ao professor Fabiano Vilaça, meu orientador, que desde o meu mestrado já vem acompanhando o desenvolvimento de minha pesquisa e que durante o doutorado muito me auxiliou para que eu conseguisse chegar aqui. Nesse mesmo sentido, também agradeço à professora Carmen Alveal, que foi minha primeira orientadora acadêmica e muito me ensinou desde a graduação, quando me convidou para fazer parte do seu laboratório, o LEHS, e até hoje continua contribuindo para o meu crescimento. E por falar em LEHS, agradeço muito aos meus amigos que conheci por meio desse laboratório: Lívia, Elenize, Tyego, Lunara, Patrícia e tantos outros que tive o prazer de conhecer nessa caminhada acadêmica.

Agradeço muito às contribuições dos professores que passaram pela minha banca de qualificação e agora de minha defesa. Além dos já citados Fabiano e Carmen, registro desde já minha gratidão pelas indicações e conselhos dos professores José Damião, Mônica Ribeiro e Nívia Pombo.

Logicamente muitas outras pessoas mereciam estar aqui nesse momento, mas, por uma impossibilidade física de espaço, gostaria que soubessem que em minhas lembranças e em meu coração, todas elas estão muito bem guardadas.

RESUMO

OLIVEIRA, Leonardo Paiva de. *Governantes das Capitanias do Norte*: hierarquias territoriais, circulação e redes de conhecimento dos agentes governativos (1654 – 1800). 2022. 319 f. Dissertação (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Esta tese tem como objetivo analisar como a Coroa portuguesa e os agentes governativos enxergavam e reconheciam os territórios em termos hierárquicos, tendo como foco as Capitania do Norte (Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Ceará) entre a segunda metade do século XVII e o século XVIII. Por meio da análise dessas percepções, junto com o estudo da circulação dos agentes governativos e dos processos de escolha desses homens, será possível entender como a lógica distributiva da Coroa era construtora de hierarquias e atribuía valores diferenciados aos territórios. Para o desenvolvimento deste trabalho, parte-se do pressuposto básico de que a sociedade estudada estava estruturada no reconhecimento das desigualdades como um motor social que fazia parte do funcionamento das relações sociais, políticas e administrativas. Dessa maneira, o espaço era enxergado e percebido de formas diferentes e esses espaços estavam constantemente sendo comparados com outros por meio da lógica de atribuição de valores e de reconhecimento das desigualdades. Assim como os espaços, os homens também eram constantemente comparados uns aos outros por meio da mesma lógica. Portanto, a análise comparativa será um fator essencial para o desenvolvimento dessa pesquisa e para o entendimento das dinâmicas administrativas que envolviam os jogos de hierarquias na América portuguesa e de forma mais específica, nas Capitanias do Norte.

Palavras-chave: Hierarquias. Capitanias do Norte. Governantes.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Leonardo Paiva de. *Governantes das Capitanias do Norte*: hierarquias territoriais, circulação e redes de conhecimento dos agentes governativos (1654 – 1800). 2022. 319 f. Dissertação (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

This thesis aims to analyze how the Portuguese Crown and the government agents saw and recognized the territories in hierarchical terms, focusing on the Northern Captaincy (Pernambuco, Paraíba, Rio Grande and Ceará) between the second half of the 17th century and the 18th century. Through the analysis of these perceptions, along with the study of the circulation of government agents and the processes of choice of these men, it will be possible to understand how the distributive logic of the Crown was a builder of hierarchies and attributed differentiated values to the territories. For the development of this work, it starts from the basic assumption that the society studied was structured in the recognition of inequalities as a social engine that was part of the functioning of social, political and administrative relationships. Thus, space was seen and perceived in different ways and these spaces were constantly being compared with others through the logic of assigning values and recognizing inequalities. Like spaces, men were also constantly compared to each other through the same logic. Therefore, the comparative analysis will be an essential factor for the development of this research and for the understanding of the administrative dynamics that involved the games of hierarchies in Portuguese America and, more specifically, in the Northern Captaincies.

Key-words: Hierarchies. Northern Captaincies. Governors.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1	**OS DIFERENTES VALORES ESPACIAIS**	27
1.1	**Representação espacial e hierarquia política**	28
1.2	**Centros e periferias ou policentrismo?**	40
1.3	**A hierarquia política dos espaços na América portuguesa**	45
1.4	**O soldo e a representação da autoridade**	55
1.5	**As capitanias do Norte e a questão da subordinação e anexação**	61
2	**"NÃO SE CORTE AS ASAS DE UMA TÃO EMPLUMADA ÁGUIA": O ENVOLVIMENTO DOS GOVERNANTES NOS ASSUNTOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS DAS CAPITANIAS DO NORTE**	85
2.1	**Os produtos, os rendimentos e as despesas**	86
2.2	**A administração dos assuntos econômicos pelos governantes**	107
2.3	**Os governantes e as práticas comerciais**	127
3	**"O ESPLENDOR DO SANGUE": PERFIS, TRAJETÓRIAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS GOVERNANTES DAS CAPITANIAS DO NORTE**	153
3.1	**Governantes pelo ultramar**	153
3.2	**As Capitanias do Norte em números: governantes e opositores**	166
3.3	**Os critérios de seleção dos governantes das Capitanias do Norte**	197
4	**À "IMITAÇÃO DO QUE COM OS SEGUINTES REFERIDOS SE PRATICOU": INFORMAÇÕES E REDES DE CONHECIMENTO ENTRE OS AGENTES GOVERNATIVOS.**	223
4.1	**Informação, conhecimento e poder**	224
4.2	**As instituições e os agentes como centros de informação**	238
4.3	**O conhecimento em prática**	258
4.3.1	Os pedidos de preito e menagem	267
4.3.2	As ajudas de custo de Pernambuco e a provisão eterna	270
4.3.3	As outras capitanias	276
	CONCLUSÃO	285
	REFERÊNCIAS	289

INTRODUÇÃO

Em 1756, Luís António de Lemos de Brito, último governador da Paraíba antes de sua anexação a Pernambuco, enviou uma carta ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, primeiramente, felicitando-o por ter sobrevivido ao terremoto que atingiu Lisboa, logo em seguida, pedindo o patrocínio do secretário, já sabendo que o governo da capitania da Paraíba seria "extinto", pois seria anexado à capitania de Pernambuco, solicitou que fosse nomeado para outro governo, mas não qualquer um. Ele queria apenas o governo de uma capitania-geral e de maior predicamento comparado ao governo da Paraíba. Usou como argumentação, além da qualidade de seus serviços, o fato de alguns de seus antecessores terem passado a governos superiores, relatando o nome de cada um deles. Terminou a carta afirmando que ele e seu sogro eram devedores dos grandes favores que já receberam de Diogo de Mendonça Corte Real e que, por isso, inferia "que os favores de vossa excelência hão de exceder às minhas esperanças".[1]

A referida carta aborda diversos elementos que serão trabalhados nesta tese. Destaca-se, de início, o termo utilizado pelo governador ao se referir à anexação da Paraíba, afirmando que o governo seria extinto, expressão essa que também foi utilizada pelo Conselho Ultramarino na consulta em que se tomou essa decisão.[2] Aos olhos dessas autoridades, o processo de anexação era equivalente à extinção de um governo, o que indica muito sobre o valor negativo que essa expressão carregava. Valor esse que estava associado fortemente a uma carga simbólica que estava presente em quase todos os aspectos daquela época e indicava diretamente elementos de hierarquização espacial.

Outro elemento que merece destaque na carta é o pedido do governante para que ele fosse nomeado para um governo superior, justificando esse pedido usando exemplos de seus antecessores naquele posto, alguns deles tendo exercido aquele governo quase 40 anos antes. Esse desejo de ascender em sua trajetória governativa era algo comum entre esses homens que circulavam por diversos territórios prestando serviços em busca de uma ascensão em suas carreiras e isso era o que de fato costumava acontecer, não sendo, no entanto, uma regra, pois

[1] OFÍCIO do [governador da Paraíba], coronel Luís António de Lemos de Brito, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Diogo de Mendonça Corte Real, felicitando-o por ter escapado ao terramoto de Lisboa, e solicitando regressar a sua casa, ou ser provido em um governo geral do Brasil, uma vez que, ao término do seu governo, a capitania será extinta. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 19, D. 1481.

[2] CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. José I, sobre a carta do governador e coronel da Paraíba, Luís António de Lemos de Brito, informando que a Provedoria da Fazenda Real de Pernambuco não cumpriu o precatório que passou para remeter os vinte mil cruzados à capitania. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx 18, D. 1462.

como será visto nesse trabalho, muitos governantes não tiveram outras oportunidades de governar mais de uma capitania, ou então, podia acontecer de eles assumirem outro governo de igual predicamento, não representando uma elevação em suas trajetórias.

A utilização de nomes de seus antecessores, sendo um deles de várias décadas antes, demonstrava o conhecimento que essas pessoas possuíam sobre as trajetórias de outros governantes. Questiona-se: como ele sabia dessas coisas? As formas como eles construíam esses conhecimentos, bem como as maneiras que eles buscavam e compartilhavam informações, será um dos elementos analisados nesta tese.

O presente trabalho tem como proposta analisar a construção das hierarquias territoriais nas Capitanias do Norte, sendo elas as de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Ceará, a partir das percepções dos agentes governativos e da Coroa portuguesa, bem como por meio dos perfis e trajetórias desses governantes, entre os anos de 1654 e 1799, e, por meio desse estudo, entender uma lógica distributiva no processo de hierarquização dos espaços e dos homens. O recorte temporal se justifica na medida em que se pretende analisar como o estatuto de capitania anexa era percebido nesses lugares, uma vez que dentro do período que será estudado, todas as ditas capitanias chegaram a possuir o estatuto de anexa a Pernambuco, sendo o Ceará anexado em 1656, o Rio Grande em 1701 e a Paraíba em 1755.[3] O fato de encerrar a análise em 1799, o que corresponde à desanexação da Paraíba e do Ceará, torna possível comparar essas capitanias em momentos anteriores e posteriores à anexação.

O estudo das trajetórias desses agentes governativos não tem como objetivo simplesmente realizar uma reconstituição biográfica dessas pessoas. A trajetória entendida aqui na perspectiva de Pierre Bourdieu não é vista como um fim, mas apenas um meio para se alcançar outros objetivos: "Os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies que estão em jogo no campo considerado".[4] Por meio desse tipo de análise, torna-se possível desdobrar múltiplos caminhos de estudos para a área colonial, tendo como foco nesta proposta a compreensão da lógica distributiva de pessoas e a organização de hierarquias espaciais por parte da Coroa portuguesa. Esses dois elementos, a lógica distributiva e a organização de hierarquias, estão intimamente ligados, tendo em vista,

[3] MENEZES, Mozart Vergetti de. Jurisdição e poder nas capitanias do Norte (1654-1755). *Saeculum* – Revista de História [14]; João Pessoa, jan./jun. 2006.
[4] BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). *Usos & abusos da história oral.* 2ª ed., Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p. 189.

como foi apontado por estudos recentes,[5] que quanto mais importante fosse um local para a Coroa portuguesa mais importantes seriam as pessoas, em termos de qualidades sociais, que seriam enviadas para esses lugares. Consequentemente, pode-se pensar em uma lógica inversa de que quanto menos importante fossem as pessoas enviadas para determinada conquista, esta seria considerada de menor reputação para a Coroa portuguesa. Ao justificar esse tipo de estudo, Maria de Fátima Gouvêa afirmou que a análise das trajetórias "tornou possível a combinação de uma política de distribuição de cargos, e, portanto, de mercês e privilégios, a uma de hierarquização de recursos humanos, materiais e territoriais por meio do complexo imperial".[6] Dessa forma, para se entender melhor a gestão governativa das conquistas ultramarinas da Coroa portuguesa, o estudo das trajetórias dos governantes torna-se imprescindível.

Nas últimas décadas, estudos sobre a administração colonial portuguesa vêm recebendo grandes contribuições para o entendimento dessa temática. Laura de Mello e Souza[7] destacou a necessidade de se entender as instâncias administrativas para melhor compreender a formação social do Brasil e que talvez por isso esse tipo de análise, que até pouco tempo estava deixada de lado na produção historiográfica, tenha voltado a receber atenção dos historiadores. Dentre as diversas possibilidades a serem exploradas nesse campo, destaca-se os estudos sobre as trajetórias dos agentes coloniais. Vários foram os autores que realizaram pesquisas nesse âmbito, apontando aqui os estudos dos brasileiros Francisco Carlos Cosentino,[8] que abordou as trajetórias dos governadores-gerais do Estado do Brasil, Fabiano Vilaça dos Santos,[9] que analisou as trajetórias dos governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará e Maranhão, e Laura de Mello e Souza,[10] que investigou as trajetórias de alguns governadores das Minas Gerais no século XVIII. Além disso, ainda existe uma produção significativa no

---

[5] CUNHA, Mafalda Soares da. Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII). In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de governar*: ideias e práticas políticas no Império português (séculos XVI a XIX). São Paulo: Alameda, 2005. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos:* a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

[6] GOUVÊA, Maria de Fátima. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Op. cit*., p. 287.

[7] SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra*: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

[8] COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores Gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII***)**: ofício, regimentos, governação e trajetórias. São Paulo: Annablume, 2009.

[9] SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O governo das conquistas do Norte*: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780). São Paulo: Annablume, 2011.

[10] SOUZA, Laura de Mello e. *Op. cit*. Ver capítulos 5, 8 e 9.

exterior, merecendo destaque os trabalhos de Ross Bardwell[11] e de A. J. R. Russell-Wood[12] sobre os governantes e agentes coloniais, e os estudos de Nuno Gonçalo Monteiro[13] e Mafalda Soares da Cunha,[14] que trabalharam com as trajetórias de governantes em todo o império Atlântico português entre os séculos XVII e XVIII.

A América portuguesa, no que diz respeito à administração de seus territórios, era dividida em capitanias principais e subordinadas/anexas, divisão esta que foi consolidada por Caio Prado Júnior e desde então vem sendo utilizada sem muitas problematizações.[15] Esse aspecto será melhor abordado no primeiro capítulo. A relação que existia entre elas, ao menos na teoria, era de submissão (das subordinadas/anexas em relação às principais), sendo essa sujeição militar, política e econômica. Dessa forma, a condição espacial de principal ou de anexa pode ser vista como um fator importante na compreensão das hierarquias espaciais, pois, a partir da percepção da Coroa portuguesa, uma capitania anexa seria considerada menos importante do que uma principal, seja à que ela estava submetida ou qualquer outra na condição de principal. Sendo assim, as capitanias do Rio Grande, Ceará e Paraíba foram anexas a Pernambuco e, consequentemente, consideradas de menor qualidade nesse processo de hierarquização. Um elemento que corrobora essa afirmação diz respeito à própria designação do posto maior de governo dessas capitanias. Enquanto nas capitanias tidas como principais os responsáveis por governá-las eram intitulados de governadores, nas capitanias subordinadas/anexas a denominação para esse posto era o de capitão-mor.

A capitania da Paraíba, no entanto, possui um diferencial frente às do Rio Grande e do Ceará. Seus capitães-mores, em alguns momentos, eram intitulados de "governador e capitão-mor".[16] Além disso, ela foi a última dessas três a ser anexada a Pernambuco, o que também demonstra que possivelmente ela era vista pela Coroa como a capitania mais importante entre

---

[11] BARDWELL, Ross Little. *The governor of Portugal's South Atlantic Empire in the Seventeenth Century*: Social Background, Qualifications, Selection and Reward. Ann Arbor, Michigan: University Microfilms International, 1975.

[12] RUSSELL-WOOD A. J. R. Governantes e agentes. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (orgs.). *História da expansão portuguesa.* Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, vol. 3, p. 169-192.

[13] MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de governar:* ideias e práticas políticas no Império português (séculos XVI-XIX). São Paulo: Alameda, 2005, p. 93-118.

[14] CUNHA, Mafalda Soares da. Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII). In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de governar*: ideias e práticas políticas no Império português (séculos XVI a XIX). São Paulo: Alameda, 2005.

[15] PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 21ª ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p. 305. Vale destacar que a designação de capitania subalterna também aparece na obra de Varnhagen, principalmente no segundo tomo da segunda edição, no entanto, ele não sistematiza essa divisão. Com relação ao termo capitania principal, ele não foi utilizado pelo autor, mas sim capitania-geral. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brazil*. 2ª ed., Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1870 t. I e II.

[16] AHU-PB, Papeis Avulsos. Cx. 4, Doc. 252, 277, 302; Cx. 6, Doc. 488.

as que foram anexadas. Uma interessante carta régia de 1756, ao confirmar a subordinação da Paraíba a Pernambuco, traz elementos que também podem corroborar essa suposta superioridade. Na carta foi dito que o governo da Paraíba deveria ser extinto e que aquela capitania deveria se tornar sujeita a Pernambuco. Além disso, afirmou-se que a partir de então ela deveria ser governada por um capitão-mor que possuiria a mesma jurisdição e soldo dos capitães-mores do Rio Grande.[17]

Por essa afirmação fica subentendido que, após a anexação, a Paraíba teria ficado com o seu estatuto político igual ao do Rio Grande. Consequentemente, antes da incorporação, apesar de ser considerada uma capitania subordinada, ela deveria possuir um estatuto político superior à do Rio Grande, que já era anexa a Pernambuco. Dessa forma, é preciso problematizar o uso dos termos subordinada e anexa, pois a partir dos elementos apontados a respeito da Paraíba, como a ordem de redução dos soldos dos capitães-mores daquela capitania, que recebiam mais que os do Rio Grande,[18] quando ela foi anexada, é possível notar que a condição de anexa implicou em mudanças não apenas práticas, mas também simbólicas. Esses aspectos serão aprofundados ao longo da tese.

A administração colonial portuguesa teve como uma grande característica a circulação dos agentes na ocupação de cargos, os de governança principalmente (vice-reis, governadores-gerais e capitães-mores) pelo Império. Essa estratégia adotada pela Coroa visava ampliar a capacidade de percepção de seus governantes para a diversidade dos problemas enfrentados, levando-os a experimentar os ambientes mais distintos, tendo em consideração a pluralidade geográfica e cultural de suas conquistas, assim como também as semelhanças entre elas, para que a partir deste ganho de experiência e alargamento de visão, os sujeitos envolvidos nessa circulação pudessem fazer uma melhor administração. Por meio dessa circulação, Maria de Fátima Gouvêa destacou que a Coroa dava forma a um "[...] complexo processo de hierarquização dos homens encarregados dessa gestão governativa, bem como dos espaços geridos [...]".[19]

Para servir à Coroa portuguesa, muitas vezes era necessário que os próprios vassalos realizassem gastos consideráveis, o que terminava impossibilitando que qualquer um pudesse

[17] MENEZES, Mozart Vergetti de. Sonhar o Céu, padecer no Inferno: governo e sociedade na Paraíba do século XVIII. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de governar:* ideias e práticas políticas no Império Português (séculos XVI a XIX). São Paulo: Alameda, 2005, p. 328.
[18] Como mostra o caso de Antônio Velho Coelho, em 1716, que ganhava 3 mil cruzados por ano, ou 1.200.000 réis, enquanto um capitão-mor do Rio Grande nesse mesmo período estava recebendo menos de mil cruzados anuais. AHU-PB, Papeis Avulsos, Cx. 5, Doc. 351.
[19] GOUVÊA, Maria de Fátima. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Op. cit.*, p. 308.

entrar nesse circuito. Maria Fernanda Bicalho, ao analisar a política de distribuição de mercês da Coroa portuguesa, apontou exatamente para essa necessidade de disposição que os vassalos tinham de se colocar perante o rei para prestarem serviços.[20] Disposição esta que não dependia simplesmente da boa vontade em servir, mas também da capacidade de gastar.

Quanto mais os vassalos serviam, mais eram designados para continuarem servindo. Dessa forma, procuravam ascender socialmente ocupando cargos considerados prestigiosos que lhes poderiam agregar valor social. Muitas vezes apenas conseguiam ocupar cargos mais importantes aqueles que, ou tinham fortes conexões na Corte que facilitassem os ganhos materiais e simbólicos dessas pessoas, ou exerceram funções importantes em atividades anteriores. Como foi destacado acima, o problema é que muitas vezes para um indivíduo realizar alguns serviços de forma satisfatória era preciso o dispêndio de sua própria fazenda, o que nem todos os vassalos tinham condições de realizar. Por isso, a Coroa portuguesa tinha o poder de criar um complexo sistema de hierarquização dos homens e dos espaços. Dentro dessas circunstâncias, muitas vezes os vassalos procuravam maneiras que atenuassem suas despesas e permitissem que eles continuassem servindo, como requerimentos de ajuda de custo ou de aumento de seus soldos. Para isso, utilizavam como estratégia o conhecimento que obtinham a respeito de outros agentes régios.

Os serviços dos agentes governativos eram realizados, principalmente, por meio de sua circulação no ultramar. A tendência dos portugueses em explorar e circular pelo mundo teve início em 1419. Primeiramente, nas ilhas atlânticas de Porto Santo e da Madeira, no arquipélago dos Açores e nas ilhas do arquipélago de Cabo Verde. Alguns anos depois chegaram à costa da África ocidental. Em 1498, após uma viagem de mais de 316 dias, Vasco da Gama chegou a Calecute, na Índia. Em 1500, Pedro Álvares Cabral chegou à América.[21] Os séculos seguintes ficariam marcados pelo constante desenvolvimento dessa rede de circulação dos portugueses pelo mundo ocidental e oriental, a partir do estabelecimento de governos e instâncias administrativas nessas diversas localidades. As viagens, em geral, eram longas e perigosas e reguladas a partir do sistema de ventos, pelas correntes marítimas e pelas monções, fazendo com que o processo de circulação fosse muito bem planejado,[22] podendo-se afirmar que existia um sistema de circulação português. O número de pessoas que podiam embarcar em um único navio impressiona. Navios que iam para a Índia podiam levar cerca de 1.100 passageiros na

[20] BICALHO, Maria Fernanda. Conquista, Mercês e Poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. *Almanack Braziliense*, n.º 2, nov. 2005, p. 23.
[21] RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento*. Os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808). Lisboa: DIFEL, 1998, p. 19-21.
[22] *Ibidem*, p. 52.

viagem de ida, podendo estar incluso nesse número agentes régios, escravos e mercadores. Para o Brasil, esse número costumava ser menos expressivo. Na metade do século XVIII, estima-se que anualmente cerca de 1.500 a 1.600 pessoas deixavam Portugal a caminho do Brasil.[23]

A população portuguesa não podia manter um fluxo apenas de saída constante, pois isso implicaria em uma perda significativa na questão demográfica de Portugal. Então, para administrar um Império tão vasto, a Coroa fazia com que seus vassalos circulassem pelas diversas conquistas. Muitas vezes uma única pessoa passava pelos quatro continentes até então conhecidos, governando diversos lugares. Essa experiência de governo em lugares tão distantes e diferentes fazia parte da formação governativa que Portugal esperava de seus governantes. A circulação constante desses agentes foi uma característica do chamado sistema de governabilidade português.[24]

Por meio da circulação e pelo interesse em continuar servindo como agentes governativos, essas pessoas terminavam obtendo cada vez mais conhecimentos sobre a prática governativa. As informações obtidas nesse processo eram "essenciais para o acrescentamento político e material dos interesses portugueses". Com isso, criava-se uma "memória administrativa" que servia como um instrumento privilegiado de conhecimento que atendia às políticas imperiais portuguesas.[25]

Nuno Gonçalo Monteiro aponta outra prática importante adotada pela Coroa portuguesa na administração de seu Império: a hierarquização espacial de suas conquistas. Diante do vasto território do Império ultramarino, existiam muitas diferenças com relação à valorização deles. Alguns eram mais estimados que outros e isso se evidenciava, além de outras maneiras, de acordo com a titularidade daqueles que ocupavam os cargos de governo como também pela própria ordenação desses cargos. Quanto mais importante fosse o território para a Coroa, mais alta seria a titulação nobiliárquica das pessoas que ocupavam os principais cargos desse lugar.

Vale destacar que as posições das conquistas ultramarinas não eram fixas e mudanças hierárquicas aconteceram entre os séculos XVI, XVII e XVIII. Pode-se tomar como exemplo uma comparação entre os governantes do Estado do Brasil e da Índia. No século XVII, a importância da Índia para Portugal era superior à do Brasil, e isso se evidenciava, dentre outros aspectos, pela origem social de seus governantes e a própria titulação que recebiam: vice-rei na Índia e governador-geral no Brasil.[26] Um dado interessante para demonstrar essas hierarquias

[23] *Ibidem*, p. 93-94.
[24] GOUVÊA, Maria de Fátima. *Op. cit*. p. 308.
[25] GOUVÊA, Maria de Fátima; FRAZÃO, Gabriel Almeida; SANTOS, Marília Nogueira dos. Redes de poder e conhecimento na governação do Império português, 1688-1735. *Topoi.* Rio de Janeiro, vol. 5, n.º 8, 2004, p. 102.
[26] MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Op. cit.* p. 267.

era o soldo que D. Vasco Mascarenhas, o conde de Óbidos, que foi vice-rei nesses dois governos, recebia. Quando era vice-rei da Índia, em 1652, recebia um soldo de 24 mil cruzados anuais (9.600.000,00 réis). Quando foi vice-rei do Brasil, em 1663, o seu soldo sofreu uma redução drástica, passando a seis mil cruzados (2.400.000 réis).[27]

O século XVIII foi um período em que a América portuguesa passou a ganhar maior destaque perante a Coroa.[28] Dentre alguns motivos que demonstram essa valorização, pode-se destacar a aristocratização dos cargos nesse território que ficou evidente não apenas para o cargo mais alto, o de governador-geral/vice-rei, mas também nos demais cargos de governança. É importante ressaltar, entretanto, que se deve distinguir claramente o governo-geral, os governos das capitanias principais e das capitanias subordinadas. Existia uma hierarquia entre essas divisões que se refletia diretamente na hierarquia social de seus governantes. Os governadores-gerais destacavam-se por terem sido sempre selecionados entre os fidalgos de grande importância.[29] E quanto aos casos de Pernambuco e do Rio de Janeiro, existiu a prevalência de fidalgos, embora as suas origens fossem menos aristocráticas do que os da Bahia. Por fim, nas capitanias subordinadas, os cargos de governança eram logicamente ocupados por pessoas de menor qualidade. Outros argumentos utilizados para se perceber a elevação da importância do Brasil para a Coroa seria o fato de, ainda no século XVII, ter sido elevado a principado e também ter ganho o direito de representação nas Cortes[30].

As dinâmicas de valorização (ou desvalorização) dos territórios e as mudanças hierárquicas que ocorriam com o tempo, eram aspectos que demonstravam como a construção dos valores espaciais não era algo estático. Foi um processo plural e de constante movimento. Robert de Moraes, ao analisar conceitualmente a questão da valorização do espaço, afirmou:

---

[27] AHU-RJ, Papeis Avulsos. Cx. 4, Doc. 355.

[28] Um dos principais motivos que levaram o Estado do Brasil a ganhar grande importância para o Império português deve-se à descoberta de ouro no final do século XVII. Charles Boxer afirmou que essa descoberta possibilitou o renascimento econômico de Portugal e permitiu auxiliar o problema das dívidas com outros Estados europeus. BOXER, Charles. *O império marítimo português*, 1415-1825. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 171. Maria Efigênia Lage de Resende, corroborando a importância da descoberta do ouro na região de Minas para Portugal, afirma que essa descoberta aconteceu em um período marcado por uma profunda crise econômica para a metrópole, devido principalmente à perda da exclusividade sobre os mercados do Oriente. Dessa forma explica-se a valorização que a América passou a ter nesse período, tornando-se a terra prometida para Portugal. RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais*: as minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 20.

[29] Francisco Carlos Cosentino fez um estudo minucioso sobre esse cargo na América portuguesa, bem como a trajetória de alguns governadores. A conclusão de sua pesquisa aponta exatamente para essa característica desse cargo, em que quase em sua totalidade os governantes gerais do Estado do Brasil eram provenientes de uma alta aristocracia portuguesa. COSENTINO, Francisco Carlos. *Op. cit.*

[30] Maria de Fátima Gouvêa problematizou esse ganho de importância do Brasil. Para ela a elevação a principado e o direito de representação nas Cortes foi um reflexo não apenas do próprio crescimento da importância do Brasil, mas também da fragilidade da Coroa naquele período inicial do pós-Restauração. Então a Coroa, através da economia de privilégios, tentava ganhar/fortificar a lealdade de seus súditos. GOUVÊA, Maria de Fátima. *Op. cit.* p.294.

> A valorização do espaço pode ser apreendida como um processo historicamente identificado de formação de um território. Este envolve a relação de uma sociedade específica com um espaço localizado, num intercâmbio contínuo que humaniza essa localidade, materializando as formas de sociabilidade reinante numa paisagem e numa estrutura territorial. O valor fixado vai tornando-se uma qualidade do lugar, o quadro corográfico sendo cada vez mais o resultado de ações sociais ai desenvolvidas, obras humanas que subvertem as características naturais originais. Construções e destruições passam a fazer parte desse espaço, qualificando-o para as apropriações futuras. A constituição de um território é, assim, um processo cumulativo, a cada momento um resultado e uma possibilidade – um contínuo em movimento. Enfim, um modo parcial de ler a história.[31]

Continuando o desenvolvimento de sua reflexão sobre o processo de valorização do espaço, o autor argumentou que ele não é decorrente apenas de determinações econômicas. Muitas vezes decisões políticas são tomadas em primazia às questões econômicas. "Portanto, sem captar o jogo político que o objetiva, e as determinações político-culturais que o enredam, não se consegue entender em profundidade um processo concreto de valorização do espaço. O território, nesse sentido, expressa combates e antagonismos entre interesses e projetos sociais."[32]

Além de questões políticas e econômicas, um outro aspecto é fundamental na constituição dos valores espaciais: o simbólico. Para Moraes: "Assim, a formação territorial articula uma dialética entre a construção material e a construção simbólica do espaço, que unifica num mesmo movimento processos econômicos, políticos e culturais."[33] É sobre o elemento simbólico que esta tese vai focar boa parte de sua análise. Pierre Bourdieu fez uma excelente reflexão sobre o que seria o poder simbólico e o que ele representa. Segundo Bourdieu:

> O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico [...]. Os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social."[34]

Dessa forma, ao reconhecer a importância do simbolismo para qualquer sociedade, especialmente a que será abordada nesta tese, procura-se entender como os agentes percebiam

---

[31] MORAES, Antônio Carlos Robert de. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 44-45.
[32] *Ibidem*, p. 46.
[33] *Ibidem*, p. 59.
[34] BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 9 – 10.

e enxergavam os territórios administrados a partir de uma lógica simbólica de representação e que estava em constante modificação.

Sobre a hierarquização espacial das conquistas, Mafalda Soares da Cunha tratando brevemente dos processos de nomeação dos governantes, afirmou que eles seguiam uma lógica que procurava colocar no poder pessoas capacitadas, seja em termos de experiência, como também pela qualidade social que possuíam. Para entender melhor essa lógica é preciso ter em mente que a sociedade portuguesa no período estudado era hierarquizada em todas as suas estruturas. Dessa maneira, as pessoas, os ofícios, os cargos e os lugares também eram hierarquizados. Ao se pensar nas conquistas ultramarinas, cada uma possuía um valor diferenciado para a Coroa. Dentre as formas de se valorizar, muitos aspectos podem ser destacados, como a importância econômica, importância estratégica de localização (aqui podendo ser considerado por aspectos econômicos ou militares) e também o valor simbólico. Um documento de meados do século XVII enumerou "[...] os postos grandes... graduando-os conforme a estimação que se fez e faz a cada hum", apontando que primeiramente vinha o governo da Índia, depois as presidências dos conselhos, governos do reino e dos Algarves, governo geral do Brasil, governos do Norte da África, "os postos militares do reino, fechando com o da Madeira, os dois dos Açores e finalmente Pernambuco".[35] Além dos lugares destacados acima, são mencionados outros, tais como os governos do Maranhão, do Rio de Janeiro e a capitania de Cacheu. Depois dessa relação de lugares e postos, o documento informou que os outros lugares eram muito pequenos e por isso não mereciam estar na lista.

Como já foi afirmado anteriormente, existia uma distinção hierárquica nos cargos correspondentes às capitanias principais e às subordinadas, ou, capitanias anexas e que essa hierarquia refletia na qualidade das pessoas que ocupavam tais cargos em tais lugares. Consequentemente, a forma de se escolher um governador geral/vice-rei e um governador, ou capitão-mor era diferenciada de acordo com a importância da capitania. A escolha de governador-geral ou vice-rei raramente passava pelo Conselho Ultramarino, e era uma matéria exclusiva da "alta política", que se estabelecia por meio de longos debates entre o secretário de Estado com os membros do conselho de Estado[36] enquanto o processo de seleção dos governadores das capitanias passava por diversas instâncias e consultas. Primeiramente abria-se um prazo para a candidatura, depois o Conselho Ultramarino analisava os nomes e dispunha-os em uma lista organizada hierarquicamente com aqueles que seriam considerados mais capazes de governar, para depois encaminhar ao Rei e assim conseguir o despacho régio de

[35] CUNHA, Mafalda Soares da. *Op. cit.*, p. 71.
[36] MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Op. cit.*, p. 257.

quem seria nomeado. Os critérios para a escolha dos nomes para ocuparem os cargos de governança nem sempre eram os mesmos. Isso mostrava muitas vezes as divergências que existiam dentro do próprio Conselho. Alguns conselheiros optavam por pessoas que tivessem experiência e qualidade comprovada nos serviços anteriores, independentemente da origem social. Esse tipo de critério diferia dos integrantes aristocráticos do Conselho. Para eles, o que garantiria a eficácia do candidato seria o grau de elitização do indivíduo.[37]

Sobre o recorte espacial das Capitanias do Norte e o trabalho com essa categoria analítica, destaca-se o artigo de Carmen Alveal e Thiago Alves Dias, que fizeram uma reflexão sobre como esse termo vem sendo utilizado entre os historiadores ao longo dos anos, sendo um dos primeiros usos identificados na historiografia na obra de João Fernando Almeida Prado, entre 1939 e 1942, cujo título era exatamente o referido termo.[38] Os autores destacaram diversos outros trabalhos que abordaram diretamente, ou indiretamente, a temática das Capitanias do Norte, no entanto, não cabe repetir aqui todos esses trabalhos, pois serão abordados ao longo da tese. Um aspecto importante desse artigo foi o de problematizar o que seria trabalhar com as Capitanias do Norte. Segundo os autores, não basta um simples recorte espacial, é preciso analisar dinâmicas que demonstrem uma visão de conjunto dessa região e que de alguma maneira estabeleça as relações entre esses espaços. Nesse sentido, esta tese procura alcançar esse objetivo, demonstrando como essas capitanias, enquanto um conjunto, eram/foram enxergadas e organizadas hierarquicamente de acordo com as múltiplas percepções dos agentes envolvidos.

As Capitanias do Norte não devem ser enxergadas como um grupo de capitanias aleatórias que por estarem próximas geograficamente simplesmente estariam enquadradas nesse conjunto. José Inaldo Chaves Junior afirmou que, quando se trata das Capitanias do Norte, "também estamos falando de circunscrições inseridas num complexo heterogêneo de espacialidades que não devem ser tratadas enquanto entidades isoladas ou homogêneas".[39] A relação que existia entre Pernambuco e as demais capitanias desse conjunto vem principalmente da segunda metade do século XVII, época de conflitos e rearranjos, exercendo uma "progressiva capitalidade sobre suas vizinhas do Norte, o que atestam os mapas de seu governo

[37] CUNHA, Mafalda Soares da. Redes sociais e decisão política no recrutamento dos governantes das conquistas, 1580-1640. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org). *Na trama das redes:* política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 133.
[38] ALVEAL, Carmen; DIAS, Thiago Alves . Por uma história das Capitanias do Norte: questões conceituais e historiográficas sobre uma região colonial no Brasil. *HISTÓRIA UNICAP*, v. 7, 2020, p. 12.
[39] CHAVES JUNIOR, José Inaldo. As capitanias de Pernambuco e a construção dos territórios e das jurisdições na América portuguesa (século XVIII). 402 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017, p. 16.

e seu exercício jurisdicional, as ligações intraelites com seus vínculos fortes por meio de casamentos, negócios e ofícios, além das rotas mercantis que desaguavam no porto do Recife".[40] Dessa maneira, ao se entender as Capitanias do Norte como um conjunto relacional, para a análise que se pretende realizar nessa pesquisa, é fundamental que todas essas capitanias sejam incorporadas para que se possa compreender de forma geral o funcionamento de um sistema governativo.

Dessa forma, com base nas percepções dos agentes governativos e na análise dos perfis não apenas dos governantes, mas também daqueles que tentaram o governo das referidas capitanias, bem como da trajetória daqueles que ocuparam o governo delas, esse trabalho poderá compreender parte da geografia política da Coroa portuguesa, detalhando uma dinâmica hierárquica espacial entre as capitanias estudadas a partir da qualidade social desses sujeitos e compreendo uma das facetas de grande importância daquilo que Fátima Gouvêa denominou de sistema de governabilidade português.[41]

Na discussão historiográfica, como já foi percebido acima, existe o consenso sobre a diferenciação entre as capitanias principais e anexas, sendo aquelas mais importantes do que estas, tendo na qualidade social de seus governadores um dos elementos para tal distinção. Falta, no entanto, um melhor entendimento sobre as capitanias anexas em si, como será que se constituía esse processo de hierarquização espacial entre elas? Este é um questionamento que esse trabalho pretende responder, tendo como objeto de análise as capitanias do Rio Grande, do Ceará e da Paraíba como anexas e a capitania de Pernambuco como uma referência de capitania principal para fechar o conjunto das chamadas Capitanias do Norte. A opção por trabalhar com esse grupo de capitanias se deve à necessidade de entender um processo que ultrapasse os limites de estudos de casos e permita chegar a conclusões mais sistematizadas. Além disso, este trabalho se baseia na análise de Bourdieu sobre as formações de espaços regionais. Pierre Bourdieu, ao analisar a constituição desses tipos de espaços, definiu esses processos como "lutas propriamente simbólicas"[42] em que estava em jogo o princípio do reconhecimento de dominador e dominado. Nessa batalha de simbologias estava "em jogo a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto econômicas como simbólicas."[43] A análise feita por Bourdieu pode ser implementada nos processos de reorganização territorial que aconteceram na América portuguesa, com o desenvolvimento de

[40] *Idem*.
[41] GOUVÊA, Maria de Fátima. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Op. cit.*
[42] *Ibidem*, p. 124.
[43] *Idem*.

centros simbólicos de poder concorrentes ao governo-geral, que foram os governos de Pernambuco e do Rio de Janeiro e, de forma ainda mais específica, nas anexações que ocorreram nas Capitanias do Norte ao governo de Pernambuco, onde por várias vezes população e governantes desses lugares opuseram-se ao estatuto de anexa de suas capitanias.

O estudo das trajetórias de agentes governativos já possui um número significativo de trabalhos, apesar de se considerar que está longe de a temática ser esgotada. A perspectiva adotada nesses trabalhos, no entanto, privilegia muitas vezes a trajetória de alguns poucos nomes, visando detalhar, dentre outras coisas, a prática governativa desses sujeitos. O objetivo deste trabalho não é atentar para a práticas governativas dos capitães-mores e governadores, nem para os processos de enraizamento nas tramas locais em que algumas vezes se envolviam. O que se pretende fazer é um estudo do sistema de distribuição dos governantes e como essa distribuição construía e reproduzia hierarquias territoriais nas conquistas ultramarinas. Como já foi afirmado, essa circulação não era aleatória e fazia parte de um modo de governabilidade. Dessa maneira, o recorte temporal e espacial, que de início parece extenso, é plausível, pois o foco deste trabalho será na percepção, circulação dos sujeitos e nas estratégias que eles utilizaram para continuar fazendo parte desse sistema, a partir do conhecimento obtido por meio dessa experiência.

Para se discutir a distribuição dos agentes governativos pelo ultramar, é imprescindível entender o processo de seleção dos governantes. Alguns trabalhos, uns mais gerais, outros mais específicos, já trataram desse tema, no entanto, nunca chegando a uma conclusão mais sistematizada. No que diz respeito aos trabalhos mais gerais, destacam-se as pesquisas de fôlego desenvolvidas por Mafalda Soares da Cunha e Nuno Monteiro por meio do projeto *Optima pars*.[44] Nesses trabalhos, eles analisaram o perfil dos governantes de toda América, da África e das ilhas atlânticas durante os séculos XVII e XVIII. Sobre os critérios de seleção, Mafalda Soares afirmou que eles decorriam de questões sociais e de mérito que eram pré-definidos: "Por parte da Coroa, os fatores que intervinham no parecer final articulavam as qualidades do requerente com a situação concreta do despacho de serviços anteriores, ponderando-as com o estado de necessidade do território em causa [...]."[45] Tal afirmação traz elementos que auxiliam no entendimento do processo de seleção dos governantes, no entanto, sente-se a necessidade de

[44] CUNHA, Mafalda Soares da e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In: MONTEIRO, Nuno, CARDIM, Pedro e CUNHA, Mafalda Soares (orgs.) *Optima Pars*. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime. Lisboa: ICS, 2005.
[45] CUNHA, Mafalda Soares da. Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII). In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de governar*: ideias e práticas políticas no Império português (séculos XVI a XIX). São Paulo: Alameda, 2005, p. 73.

um estudo mais detalhado desses critérios, fato este que foi destacado pela própria autora, que afirmou que "a dilucidação das motivações para as nomeações efetuadas pela monarquia para cada um dos territórios exigiria uma análise conjuntural bastante mais aprofundada, nomeadamente pela articulação dos dados referentes à situação concreta de cada um dos territórios com a carreira dos governantes nomeados".[46] Outro trabalho de grande fôlego, produzido em 1975, portanto anterior ao projeto *Optma pars*, foi o de Ross Little Bardwell, que adotou uma perspectiva mais institucional em sua análise, detalhando os processos de escolha e o perfil dos governantes do Atlântico Sul.[47]

Com relação a estudos mais específicos sobre o processo de seleção dos governantes, destaca-se o trabalho de Augusto da Silva, que analisou o governo da Ilha de Santa Catarina entre os anos de 1738 e 1807. Em sua análise, trabalhou com um interessante documento chamado *Dessertação instrutiva sobre a escolha dos Governantes das Conquistas; a sua existência nos Governos; e o seo regresso para a Corte (1780)*.[48] Como o próprio nome do documento já diz, se tratava de uma discussão sobre como deveriam ser escolhidos os governantes, mas por se tratar de uma publicação de 1780, quando os concursos para seleção dos governantes que eram realizados pelo Conselho Ultramarino já não mais existiam, termina não sendo o suficiente para o entendimento das décadas anteriores. Luís Siqueira realizou um estudo sobre os capitães-mores de Sergipe entre os anos de 1648 e 1743. O autor fez uma análise dos critérios de seleção desses homens, destacando algumas consultas de nomeação para entender o porquê de determinado capitão-mor ser escolhido.[49] Para o caso de Pernambuco, destaca-se o trabalho de Breno Almeida Lisboa, que ao estudar o poder e a administração naquela capitania durante o reinado de D. João V, também discutiu brevemente os critérios de seleção dos governadores. Assim como Luiz Siqueira, analisou consulta por consulta sobre as nomeações, procurando identificar os critérios para a escolha dos governantes de Pernambuco.[50] Destaca-se também a tese de Arthur Curvelo, defendida em 2019, que além de ter abordado brevemente aspectos dos processos de seleção dos governantes de Pernambuco,

---

[46] CUNHA, Mafalda Soares da. *Op. cit*., p.77.
[47] BARDWELL, Ross Little. *The governor of Portugal's South Atlantic Empire in the Seventeenth Century*: Social Background, Qualifications, Selection and Reward. Ann Arbor, Michigan: University Microfilms International, 1975.
[48] SILVA, Augusto da. SILVA, Augusto da. *A ilha de Santa Catarina e sua terra firme:* território, administração e sociedade (1738 – 1807). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013, p. 94.
[49] SIQUEIRA, Luiz. *Homens de Mando e de guerra:* capitães-mores em Sergipe del Rey (1648-1743). 2016. 300 f. (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, 2016, p. 120-147.
[50] LISBOA, Breno Almeida Vaz. *Uma das principais dos domínios de vossa majestade*: poder e administração na capitania de Pernambuco durante o reinado de D. João V. 2017. 388 f. (Doutorado em História). Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017, p. 118-150.

também trabalhou com a interessante perspectiva de continuidades de práticas governativas por meio da consolidação e circulação de determinados conhecimentos entre os governantes e outros agentes.[51]

Dessa maneira, o que se encontra na produção historiográfica sobre o tema são estudos muito abrangentes, que terminam não dando conta de problematizações mais aprofundadas, ou então estudos mais fechados, que discutem de maneira breve e específica – pois não tinham como objetivo investigar a questão do espaço – os critérios de seleção para determinadas capitanias. O que se pretende realizar nesta pesquisa se encontra na interseção desses dois tipos de análises. Ao se trabalhar com todas as capitanias do Norte[52] será possível fazer uma abordagem comparativa não apenas entre capitanias de estatutos políticos semelhantes, como Paraíba, Rio Grande e Ceará, como também com uma que possuía um estatuto político diferenciado, a de Pernambuco. Além disso, como já foi discutido anteriormente, não se considera que esse conjunto de capitanias denominado Capitanias do Norte seja apenas um aglomerado aleatório de circunscrições administrativas, mas sim um conjunto que dentro de suas diferenças e problemas jurisdicionais, possuía um sentido de funcionamento que tentava ser posto em prática a partir de uma gestão governativa elaborada pela Coroa. Com isso, será possível trazer dados mais concretos a respeito da lógica de distribuição dos agentes da governação que permitirão a melhor compreensão do sistema governativo português.

Um outro elemento que será abordado neste trabalho, e que muitas vezes é deixado de fora nos estudos sobre a temática das trajetórias, diz respeito àquelas pessoas que tentaram obter um posto de governo, ou seja, os opositores que participavam dos processos de nomeação abertos pelo Conselho Ultramarino, mas não obtiveram êxito. O insucesso desses homens não será visto como um motivo para exclui-los da análise, pelo contrário, um dos objetivos será entender o porquê de não terem sido escolhidos. Além disso, trabalhar com esses nomes muitas vezes ignorados é uma maneira preciosa de se observar a participação relativamente frequente desses homens nos concursos de nomeação para outras capitanias, o que permite seguir uma certa trajetória dessas pessoas em busca de um posto de governo no ultramar português.

---

[51] CURVELO, Arthur. *Governar Pernambuco e as "capitanias anexas"* : o perfil de recrutamento, a comunicação política e as jurisdições dos governadores da capitania de Pernambuco (c.1654-c.1756). Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa: 2019

[52] Destaca-se que Itamaracá não fará parte deste estudo por se tratar de uma capitania donatária durante parte significativa do recorte temporal desta pesquisa, o que exigiria um estudo diferenciado das demais capitanias, como foi o caso do trabalho de Luciana Barbalho. VELEZ, Luciana de Barbalho Carvalho. Donatários e administração colonial: A capitania de Itamaracá e a casa de Cascais. (1692-1763). 2016, 348 f. (Doutorado em História). Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

A tese está organizada em quatro capítulos. No primeiro, serão abordadas as diversas formas de percepções espaciais. Partindo de uma discussão conceitual sobre o que é o espaço e como ele é plural. Serão analisados vários casos envolvendo elementos diferentes que demonstrarão como a Coroa e os seus agentes enxergavam os vários territórios. Sobre os lugares analisados, decidiu-se demonstrar como essas percepções hierarquizadas dos espaços estavam presentes em diversas localidades, começando dentro do próprio reino de Portugal e depois passando para as conquistas ultramarinas. O capítulo termina com uma análise mais detalhada dessas dinâmicas de hierarquização territorial dentro das Capitanias do Norte, procurando identificar semelhanças e diferenças entre essas capitanias.

O segundo capítulo analisará aspectos econômicos das Capitanias do Norte para tentar entender até que ponto a questão econômica influenciava no processo de valorização espacial. De princípio, será feito um breve levantamento das potencialidades financeiras daquela região e dos rendimentos que a Coroa conseguia auferir com os produtos delas. Será analisada a atuação dos governantes na administração econômica e, assim como no primeiro capítulo, quais eram as percepções deles sobre esses aspectos, sempre procurando fazer a associação desses elementos com a construção das hierarquias territoriais. Por fim, também será abordado o envolvimento comercial dos agentes governativos nessas capitanias, procurando entender como eles buscavam ganhos financeiros a partir do posto privilegiado que ocupavam enquanto governantes.

O terceiro capítulo analisará o perfil e a trajetória dos governantes das Capitanias do Norte e também dos opositores a esses governos. Será feito um levantamento quantitativo sobre diversos aspectos dessas pessoas. A circulação, as patentes e os títulos honoríficos serão analisados e comparados para poder estabelecer um perfil e padrão de comportamento dessas pessoas no que diz respeito à prestação de serviços à Coroa. Além disso, os critérios de seleção para esses governos também serão trabalhados, procurando estabelecer, a partir de uma análise quantitativa dos pareceres do Conselho Ultramarino, quais eram as características mais esperadas por aquela instituição, bem como qual era o nível de concordância entre as indicações feitas pelo referido Conselho e as nomeações efetivamente feitas pelo rei.

Por fim, o quarto e último capítulo, tratará das redes de conhecimento desenvolvidas e aplicadas pelos agentes governativos. Alguns trabalhos já abordaram a questão do uso das informações como mecanismos de governabilidade e poder, no entanto, nesta pesquisa, pretende-se demonstrar como os agentes governativos faziam uso dessas informações para benefícios pessoais, muitas vezes relacionados a ganhos simbólicos e econômicos. O uso dessas informações, como será visto, está diretamente associado ao núcleo de discussão desta tese, as

hierarquias territoriais. Será analisado também como se estruturava, em termos organizacionais, as informações recolhidas pelo Conselho Ultramarino, bem como funcionava essa parte burocrática de recolher e resgatar informações, quais eram os agentes envolvidos nesse processo e como os governantes usavam suas conexões para ter acesso a informações privilegiadas.

Foram utilizados vários documentos provenientes do *Projeto Resgate Barão do Rio Branco*, que consiste em um conjunto documental pertencente ao Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) de Lisboa que foi digitalizado e disponibilizado para as universidades públicas do Brasil. Nesse arquivo é possível encontrar diversos documentos referentes às conquistas ultramarinas de Portugal, como requerimentos, petições, consultas etc. Além desse conjunto, foram utilizados documentos da coleção *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional (DHBN)* que também estão disponíveis de forma digitalizada para acesso público, e consiste em um conjunto diverso de fontes oficiais transcritas e impressas que tratam do período colonial, estando presentes cartas, petições, requerimentos e outras diversas tipologias documentais. Também foram utilizados documentos provenientes do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Neste arquivo existe um vasto conjunto documental que trata não apenas de questões ultramarinas como também do Reino de Portugal, contendo diversas tipologias documentais, como cartas patentes, alvarás, ordens régias, registros de mercês etc.

Dentre os diversos tipos de documentos, foram utilizadas nessa pesquisa, principalmente, as consultas do Conselho Ultramarino que estão presentes no AHU sobre a nomeação de pessoas para o cargo de governo das capitanias a serem estudadas. Esse tipo de documento consiste em um concurso em que os candidatos (opositores) narravam os seus feitos durante os anos que estavam a serviço da Coroa portuguesa e depois eram avaliados pelo Conselho Ultramarino, que elaborava uma lista em que eram colocados de forma hierárquica aqueles mais aptos a assumir o dito posto. Por meio dessas consultas pôde-se conhecer os nomes dos candidatos que pretendiam o governo das capitanias, títulos nobiliárquicos que possuíam, bem como suas trajetórias de serviços, percebendo onde estiveram e o que fizeram. Além disso, também foi possível identificar as justificativas dadas pelos conselheiros em seus pareceres para determinar o porquê de certa pessoa ser escolhida em detrimento das demais. A partir das informações contidas nessas consultas será possível tabular as justificativas que mais estão presentes nos pareceres dos conselheiros, podendo-se, dessa maneira, compreender os critérios de seleção que esses agentes régios entendiam como os mais adequados para a seleção dos governantes.

Também foram utilizados requerimentos diversos por parte dos agentes estudados, destacando-se pedidos de nomeação para vários postos, inclusive de governos, e outros tipos de benefícios. Por meio desses requerimentos foi possível traçar a rede de conhecimento que essas pessoas utilizavam, uma vez que é por eles que os governantes faziam uso de diversos tipos de informações a respeito de outros agentes governativos

De uma maneira geral, esta tese procura entender como a Coroa portuguesa e os seus agentes, especialmente os governativos, enxergavam e organizavam hierarquicamente os territórios das conquistas, de forma mais específica, as Capitanias do Norte. A distribuição nos quatros capítulos referidos permitirá abordar essa discussão por meio de diversos elementos, que de princípio podem parecer bastante distantes uns dos outros, mas com as análises realizadas, será possível perceber como estão conectados e auxiliam a entender melhor as percepções político-administrativas daquela sociedade.

1 OS DIFERENTES VALORES ESPACIAIS

> Hoje em dia, em sociedades social e culturalmente mais integradas, esta polissemia do espaço passa mais despercebida. Mas, nas sociedades tradicionais como a do Antigo Regime português, era claro que o espaço não era o mesmo para toda gente nem para todos os efeitos. Cada grupo (ou cada indivíduo, em cada papel social que desempenhava) via um espaço diferente: diferentemente limitado, diferentemente organizado, diferentemente Hierarquizado".[53]

A sociedade portuguesa do Antigo Regime era marcada por um grande processo de hierarquização social. Essa estrutura de desigualdades não se limitava apenas na representação das pessoas, ela estava presente em diversos campos, sendo o espaço, de uma forma geral, um deles. Ao se pensar na estrutura administrativa da gestão dos territórios que o reino de Portugal era responsável, é necessário ter em mente que essa gestão era baseada em um componente hierarquizador, dotando seus espaços com valores desiguais de acordo com uma série de elementos responsáveis por essa valoração. Tendo isso em vista, esse primeiro capítulo tem como objetivo discutir as diferentes formas de percepção espacial na sociedade portuguuesa, apontando o reconhecimento das desigualdades entre os territórios como um elemento base da visão de mundo das pessoas daquela época. De maneira mais específica, será demonstrado como as várias tentativas de reorganização jurisdicional das capitanias da América portuguesa, tendo destaque as Capitanias do Norte do Estado do Brasil, foi um fator que evidenciava como a lógica hierarquizadora do Antigo Regime refletia diretamente na gestão governativa da Coroa portuguesa, tentando sempre que possível, mostrar como questões que aconteciam no reino, também estavam presentes na América.

Em seu artigo *Soberania e territorialidade colonial*, Iris Kantor fez uma importante reflexão sobre a experiência e o uso dos espaços por parte da Coroa portuguesa na América. Ela chamou atenção para o fato de no território do reino português as circunscrições espaciais serem muito limitadas, pois estavam atreladas a uma série de prerrogativas históricas envolvendo a Coroa e a alta nobreza, o que permitia uma menor liberdade de experiência espacial. Na Índia, Portugal também não teve um espaço amplo de prática espacial, pois estava limitado pelas estruturas políticas de outros povos que já estavam instalados naquele território. No entanto, com a América a situação foi diferente. Apesar da existência dos indígenas, e dos

53 SILVA, Ana Cristina Nogueira da; HESPANHA, António Manuel. O quadro espacial. In: MATOSO, José. *História de Portugal.* O Antigo Regime. Portugal: Editorial Estampa, 1998, vol. 4, p. 35.

vários conflitos decorrentes disso, foi na América que Portugal pôde ter uma experiência diferenciada, ou, nas palavras da autora, "um laboratório de novas soberanias".[54]

Ao analisar as negociações do Tratado de Utrecht sobre a Colônia do Sacramento, Iris Kantor destacou uma fala do padre Manoel Caetano de Souza, membro da Academia Real de História Portuguesa, sobre sua concepção de território. Segundo ele:

> [...] muitos mais estudos e muitos mais livros que os que eu tenho, pois não basta a gramática, é necessária a geografia e a história, o direito civil e canônico, a política e a teologia porque a todas estas artes e ciências toca para algum lado a verdadeira inteligência da palavra território. Toca à teologia que trata das leis municipais que não obriga em consciência fora do território. Toca à política para distinguir os confins dos estados. À ciência canônica para se saber onde se acham lugares em que se estenda a jurisdição dos prelados, e a obrigação dos párocos. Ao direito civil para regular o poder dos magistrados. À História para dar a conhecer a extensão dos domínios, à geografia para a descrição das terras e finalmente à gramática para dar inteligência dos autores, juízo da palavra território.[55]

Essa fala é de grande relevância para a reflexão sobre a concepção do espaço por parte da Coroa portuguesa e de seus agentes. O padre Manoel Caetano de Souza expressou de forma quase poética a complexidade que é tratar do significado de território, que está atrelado intimamente ao entendimento do espaço. Como se verá ao longo da análise aqui desenvolvida, essa categoria tão ampla e complexa não apenas para os dias de hoje, mas também para homens que serão objetos de análise, possuía múltiplos fatores de determinação e reconhecimento, de percepção e entendimento. Dessa maneira, o leitor precisa estar ciente de que as afirmações feitas aqui não serão definitivas, mas sim apenas mais uma forma sobre esse emaranhado de possibilidades.

1.1 **Representação espacial e hierarquia política**

Em 1580, quando Felipe II, rei da Espanha, assumiu o trono português, um conjunto de medidas foi tomado para evitar desagradar a nobreza portuguesa nesse processo de incorporação do reino. Dentre elas, destaca-se a confecção do novo brasão no qual seria adicionado às armas de Portugal junto às armas dos demais reinos que faziam parte da

54 KANTOR, Íris. Soberania e territorialidade colonial: Academia Real de História Portuguesa e a América portuguesa (1720). In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Org.). *Temas setecentistas*: governos e populações no Império português. Curitiba: UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, 2009, p. 234.
55 SOUZA, Manoel Caetano Apud Kantor, Iris, *Op. Cit*, p. 237.

monarquia espanhola. Dentre as várias propostas de como deveria ser o novo brasão, uma delas colocaria o símbolo português equiparado às armas de Aragão e Castela, proposta prontamente descartada. Felipe II decidiu então colocá-las na metade superior do brasão, mas não no mesmo nível que Aragão e Castela, que era considerada um "ponto de honra". Dessa forma, sem contestar a superioridade dos principais reinos espanhóis, o novo monarca tentou transmitir a ideia de que o reino português ocuparia um lugar de destaque em seu governo.[56] Tal atitude demonstra como uma "simples" posição de uma imagem em um brasão era motivo de discussão e preocupação dentro da corte, revelando um aspecto das disputas internas da monarquia hispânica em torno da preeminência do conjunto espacial. Apesar de essa questão tratar de princípios da heráldica, defende-se que esse tipo de debate estava associado de forma direta às representações das hierarquias espaciais. Pode-se perceber, dessa forma, como a distribuição espacial é um elemento extremamente significativo naquela sociedade. O espaço ocupado simboliza o espaço representado, que consequentemente resulta em um jogo de poderes que interfere nas dinâmicas políticas e sociais.

A união de Portugal à Espanha implicou em uma situação única para os portugueses que até então nunca tinham dividido o seu rei com nenhum outro reino. Esse processo, logo de início, marcou um comportamento defensivo por parte dos portugueses que comparavam suas condições relacionadas ao estatuto político de seu território com as condições dos demais territórios, que possuíam alguns estatutos políticos semelhantes, outros diferentes.[57] Tal fato demonstra como as pessoas tinham consciência da implicação que representava a hierarquia espacial diretamente em suas vidas, logo, não estavam alheias a esse tipo de percepção. Pedro Cardim destacou que, ao longo dos debates sobre o estatuto político de Portugal, dentro dessa nova configuração política envolvia principalmente três elementos: em primeiro lugar, os portugueses que estavam sempre "vigilantes" ante sua condição e direitos garantidos; em segundo lugar, os demais vassalos dos Áustria, que estavam empenhados em não receber nenhum tipo de desprestígio ou perda de valor após a entrada do novo reino; e por fim, o círculo régio que tinha como maior preocupação garantir a governabilidade de seus reinos envolvendo esse conjunto de demandas e preocupações.[58]

A respeito das discussões do estatuto político que Portugal deveria ter ao ficar sob domínio espanhol, de início Filipe II e seus conselheiros não sabiam se Portugal seria integrado

56 CARDIM, Pedro. *Portugal unido y separado*. Felipe II, la unión de territorios y la condición política del reino de Portugal. Valladolid: Universidad de Valladolid / Cátedra «Felipe II», 2014, p. 137.
57 *Ibidem*, p. 17.
58 *Ibidem*, p. 17 - 18

como uma assimilação horizontal (*aequer principaliter*), ou uma união vertical, normalmente aplicada em situações de conquistas. Essas formas de integrações implicavam em um tratamento diferenciado ao território. Enquanto no primeiro caso os dois reinos são tratados como iguais, preservando os costumes, tradições e direitos, o segundo caso implicava em uma imposição de cima para baixo e supressão da legitimidade como reino autônomo do território conquistado. Importante destacar, no entanto, que, nesse segundo caso, não havia necessariamente a perda total da dignidade do território como corpo individual; ele continuava a existir, mas sendo classificado de uma maneira inferior em termos hierárquicos.[59]

Ao longo de toda a sua análise, Cardim apontou diversas falas de juristas, religiosos e outros tipos de pensadores sobre a condição política de Portugal frente a união com a Espanha. E nessas falas percebe-se como eles procuravam legitimar, fosse historicamente ou religiosamente, a importância de Portugal na península Ibérica como um todo, em uma clara tentativa de valorização do território português, temendo a perda de privilégios e reconhecimentos caso ocorresse alguma diminuição no estatuto político daquele reino. Dessa maneira, destaca-se como essas pessoas tinham clareza a respeito de uma concepção hierarquizada do espaço e como essa hierarquia refletia diretamente em suas vidas.

Alterações no estatuto político dos territórios era algo que podia acontecer mesmo após a união deles, como no caso de Aragão, que, em 1590, iniciou uma rebelião separatista, sem obter sucesso, terminou perdendo direitos inicialmente garantidos na incorporação, e também por muito pouco não aconteceu com Portugal, quando, em 1637, após a derrota de alguns motins separatistas, o círculo de Olivares discutiu se deveria ocorrer um rebaixamento no estatuto de Portugal, deixando de ser um reino unido à Espanha e se tornando uma mera província.[60] Da mesma maneira, guardadas devidas peculiaridades e proporções, essas modificações podem ser observadas dentro da América portuguesa com os processos de reorganização político-territorial, criando capitanias anexas e capitanias principais, podendo um tipo se tornar o outro e vice-versa. Vale destacar, no entanto, que as razões dessas mudanças ocorridas na América portuguesa não foram de um caráter punitivo, mas sim político-administrativo.

Cardim observou como as mudanças na hierarquia dos espaços ocorria em uma escala menor, como nas cidades. Por meio da análise dos lugares ocupados pelos representantes municipais nas reuniões de corte, ele chegou à conclusão que as cidades consideradas mais

59 *Ibidem*, p. 19 - 20
60 CARDIM, Pedro; MIRANDA, Susana. A expansão da Coroa portuguesa e o estatuto político dos territórios. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Coleção O Brasil Colonial*: 1580-1720. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 2, p. 59.

importantes tinham lugares mais próximos ao rei, e que ao longo dos anos, mudanças na localização desses lugares ocorreram de acordo com o contexto hierárquico em que se encontrava a cidade no momento da convocação das cortes.[61] Joaquim Veríssimo Serrão, anteriormente, também já tinha chegado à conclusão de que a reconfiguração dos lugares ocupados na reunião das cortes era um elemento explícito da representação da hierarquia espacial em termos municipais no reino de Portugal. Para demonstrar isso, ele destacou que durante os conflitos provenientes da Guerra de Restauração, mudanças ocorreram no posicionamento dos representantes dos municípios, tendo destaque a cidade de Angra, que passou a ocupar a segunda fileira dos assentos devido aos feitos militares recentes de sua população.[62]

Com relação ao direito e privilégio de participar das Cortes, os representantes ultramarinos apenas foram chamados a partir das Cortes de 1645, mais especificamente os procuradores de Goa. Nas Cortes de 1653, foi a vez da Câmara de Salvador enviar os seus representantes e, em 1674, a câmara de São Luiz também pôde participar. A escolha dessas câmaras estava relacionada "com o facto de todas elas serem 'cabeça' de circunscrições administrativas de caráter, digamos, 'regional'. "[63] O espaço simbólico que esses lugares representavam os classificaram como dignos de participarem desse importante evento que era a reunião das Cortes. Um caso muito representativo dessa situação foi quando, em 1673, os oficiais da câmara de Salvador escreveram uma carta ao rei D. Pedro II solicitando para ocuparem o primeiro banco das cortes. Alegavam eles:

> (...) se deu assento a esta cidade da Bahia no segundo banco e nos achamos obrigados a pedir a Vossa Alteza seja servido fazer-lhe mercê de que tenha seu lugar no primeiro e nos mais actos que se celebrarem pois concorrem nella todas as razoens de merecimento para esta honra que podem pedirse e não serem maiores as da cidade de Goa a quem se concedeo porque este estado do Brazil he da grandeza e importância ao serviço de vossa alteza e esta cidade cabeça delle e lealdade tão nascida de seu amor (...) demais de todas estas razoens e que so persistem todo o merecimento ha a de Vossa Alteza se immortular Principe do Brazil que parece obriga Vossa Alteza a que o honre com maior lugar que a que pedimos e mais tendo esta cidade do Porto que nas cortes tem o primeiro banco.[64]

61 Ibidem. P. 61
62 SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal* – Volume V: A Restauração e a monarquia absoluta. Lisboa: Verbo, 1991, p. 141-142.
63 CARDIM, Pedro; BICALHO, Maria Fernanda; RODRIGUES, José Damião. Representação política na monarquia pluricontinental portuguesa: Cortes, Juntas e procuradores. *Locus:* Juiz de Fora, v. 20, nº 1, 2014, p. 87-88.
64 *CS*, v. 1, p. 118 apud MARQUES, Guida. "Por ser cabeça do Estado do Brasil". As representações da cidade da Bahia no século XVII. In: SOUZA, Evergton Sales; MARQUES, Guida; SILVA, Hugo Ribeiro da (orgs.). *Salvador da Bahia*. Retratos duma cidade atlântica (século XVII-XIX). Lisboa/Salvador: Cham/EDUFBA, 2016, p. 30.

Essas constatações mostram como a questão da hierarquia espacial possuía uma representatividade para além do espaço circunscrito do território em análise, ultrapassando barreiras geográficas e alcançando legitimidade por meio do reconhecimento régio. Além disso, é importante chamar atenção na preocupação que os agentes envolvidos nesses processos de hierarquização possuíam sobre suas condições no espaço a ser ocupado. Assim como o lugar que um símbolo de armas iria ocupar em um brasão era motivo de apreensão entre os diversos reinos que estavam envolvidos, o lugar em que os representantes municipais iriam sentar na reunião das cortes também era motivo de preocupação, demonstrando como, de fato, as pessoas envolvidas nessas situações estavam alertas quanto à posição hierárquica que estavam representando, dando atenção não apenas aos seus lugares, como também dos outros agentes, percebendo-se, dessa maneira, a existência de espaços concorrenciais de poder.

A partir dessas reflexões feitas até aqui, o estudo de António Manuel Hespanha sobre o espaço político ajuda a esclarecer e dar maior destaque a esse agente histórico tão polêmico que é o território como espaço. Hespanha chegou à conclusão de que o território é dotado de uma dignidade de sujeito político, demonstrando como ele é um elemento fundamental nas reflexões históricas, deixando de ser um mero coadjuvante, ou então, em interpretações mais tradicionais, um simples palco onde as ações humanas aconteciam. Por isso, a divisão/representação territorial é vista como mais do que um plano meramente técnico-administrativo, é uma questão política fundamental que está associada à criação de novos poderes e que estava em constantes divergências em sociedades baseadas em uma estrutura tradicional de dominação, aos moldes Weberianos, tal qual a portuguesa do período moderno.[65] Em uma outra obra, Hespanha destacou que o espaço é constituído por três aspectos: o primeiro é que ele é construído; o segundo é que ele possui um valor simbólico; e o terceiro é que ele não é homogêneo. Desenvolvendo mais essa reflexão, afirmou:

> Uma primeira assunção da moderna teoria geográfica é a de que o espaço (ou seja, a extensão organizada) é o produto de uma prática cultural ou simbólica. As realidades espaciais, tal como são 'percebidas', não constituem realidades objetivas, dadas uma vez por todas, dependentes da própria estrutura da extensão, mas produtos de uma prática organizadora do espírito humano que, além de recortar em ordens e classificações o material bruto da extensão, valoriza cada uma dessas ordens e hierarquiza-as entre si.[66]

65 HESPANHA, António Manuel. "*El Espacio político*". La gracia del Derecho. Economía de la cultura en la Edad Moderna. Madrid. Centro de Estudios Constitucionales, 1993, p. 104 – 105.
66 HESPANHA, António Manuel. *Às vésperas do Leviathan*: instituições e poder político em Portugal – século XVII. Coimbra: Editora Almedina, 1994, p. 115.

Os aspectos apontados pelo autor: simbólicos, construídos e plurais do espaço, caracterizam muito bem o que vai ser visto ao longo desse trabalho, sendo demonstrado como os agentes e instituições enxergavam, moldavam e organizavam a estrutura administrativa espacial.

Segundo Ana Cristina Nogueira da Silva, a organização espacial do reino português era marcada por três características principais: "a irregularidade e desigualdade das circunscrições, em termos de superfície e população"; a "descontinuidade geográfica e pela diversidade de estatutos jurídico-políticos das unidades territoriais"; e, por fim, "pela sobreposição das circunscrições administrativas, fiscais e judiciais referentes aos exercícios dos diversos poderes".[67] Para a autora, esse tipo de organização espacial traduzia uma ausência de um projeto global de divisão do território. O seu foco é apenas no reino, mas ao se analisar os processos de reconfiguração territorial nas capitanias da América portuguesa, verifica-se uma ideia que se desenvolve a partir das experiências ocorridas, principalmente ao longo da segunda metade do século XVII, e que viria a se consolidar no século XVIII, de uma maior racionalização no quadro espacial a partir do desenvolvimento de centros de influência que viriam a se tornar responsáveis pelas áreas periféricas ao redor deles, constituindo-se dessa forma, um sistema de pluricapitalidades[68] a partir de uma "política das capitanias anexas".[69]

É importante destacar que, no entanto, apesar de se defender nesse trabalho que existiu uma determinada ideia de divisão territorial na América portuguesa que se consolidou no século XVIII pelo sistema de policentrismo[70], não se pretende afirmar que isso foi um plano pré-estabelecido desde o início do processo colonial, ou em meados do século XVII, visando, a Coroa portuguesa, desde o princípio estabelecê-lo. Pode-se dizer que existiram, na verdade, diversos projetos de reconfiguração territorial, nos quais a partir das experiências obtidas por eles, levaria ao desenvolvimento do sistema de policentrismos.

Da mesma forma concluiu Catarina Madeira Santos, que afirmou como muitas vezes na historiografia, Goa já é vista automaticamente como um centro político de irradiação de influência por toda a Índia portuguesa, e desde princípio foi planejado para que assim o fosse, o que é um equívoco, pois não leva em consideração toda a complexidade do processo histórico

67 SILVA, Ana Cristina Nogueira da. *O modelo espacial do Estado Moderno*: reorganização territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 51.
68 CHAMBOULEYRON, Rafael. Prefácio. In: LISBOA, Breno Almeida; MIRANDA, Bruno; SOUZA, George; SILVA, Hernique. (org.) *Essa parte tão nobre do corpo da monarquia:* poderes, negócios e sociabilidade em Pernambuco colonial. Século XVI –XVIII. Recife: Editora UFPE, 2016.
69 José Inaldo Chaves Junior faz uso desse termo para tratar dos processos de anexação que ocorreram na América portuguesa ao longo do século XVIII. CHAVES JR, José Inaldo. *As duras cadeias de hum governo subordinado*: poder e sociedade na Paraíba colonial. Curitiba: Editora CRV, 2017, p.83.
70 Esse conceito será melhor trabalhado nas próximas páginas.

de capitalização daquele território frente aos demais.[71] Essa reflexão é importante ao se pensar na construção de hierarquias espaciais dentro do Império Português. Não se pode pensar que a Coroa portuguesa, desde o início do processo de conquistas do ultramar já tinha desenhado toda uma esquematização hierárquica de seus territórios.

As características destacadas por Ana Cristina Nogueira da Silva demonstram quão complexo era o sistema de organização espacial, como de fato é possível de se perceber esses reflexos nas Capitanias do Norte, como bem analisaram Mozart Menezes[72] e Marcos Fonseca,[73] demonstrando como as divisões jurisdicionais das diversas instituições eram complexas e não obedeciam a um recorte espacial devidamente circunscrito e padronizado. Dentre os três principais aspectos destacados pela autora, interessa principalmente para o trabalho aqui desenvolvido a "diversidade de estatutos jurídico-políticos", pois essa característica é que trata diretamente da questão das hierarquias espaciais de acordo com os conceitos trabalhados por Pedro Cardim.[74]

O século XVIII, principalmente na segunda metade, seria marcado por uma ideia voluntarista e de racionalização dos espaços, substituindo uma ideia de constituição natural, que estava atrelada a uma visão orgânica corporativa da sociedade, por uma reformista da ordem social. "A construção de uma nova sociedade passava pela alteração do ordenamento do espaço, que seria tão racional quanto a sociedade idealizada". Para isso, era necessário o equilíbrio entre "a proximidade, a centralidade e a equidistância das capitais administrativas [...]."[75] Tal contexto se insere muito bem na organização hierárquica aplicada no Estado do Brasil, tendo o Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco como essas "capitais administrativas" ao longo de todo o século XVIII, como será melhor abordado em breve.

A questão das hierarquias espaciais estava presente em todos os níveis de divisão administrativa/política. Ana Cristina Nogueira da Silva muito bem percebeu isso em sua análise sobre os processos de união jurisdicional dos concelhos em Portugal. Esse processo foi marcado por muitos debates, isso porque era a oportunidade de alguns concelhos se transformarem em cabeças dos novos julgados, ou o contrário, tornarem-se "membros inferiores", como chamava

71 SANTOS, Catarina Madeira. *Goa é a chave de toda a Índia*: Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570). Lisboa: CNCDP, 1999, p. 20.
72 MENEZES, Mozart Vergetti de. Jurisdição e poder nas Capitanias do Norte. *Saeculum.* João Pessoa, (UFPB), v. 14, 2006, p. 11-26.
73 FONSECA, Marcos Arthur Viana da. Anexas ou capitanias-gerais? Propostas de modificações espaço-jurisdicionais nas Capitanias do Norte (primeira metade do século XVIII). In: XIII Semana de História Política. 2018. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: 2018, p. 801-819.
74 CARDIM, Pedro. *Portugal unido y separado*. Felipe II, la unión de territorios y la condición política del reino de Portugal. Valladolid: Universidad de Valladolid / Cátedra «Felipe II», 2014.
75 SILVA, Ana Cristina Nogueira da. *Op. Cit.* p. 67.

o provedor de Lamego se referindo às vilas que seriam anexadas. Isso era uma marca da "cultura política onde a representação antropomórfica dos corpos políticos era estruturante e remetia para uma repartição hierárquica de funções na qual o papel de primazia assumido pela cabeça nunca era esquecido."[76] Muito interessante é o caso da vila de Meda que, ao justificar a impossibilidade de se unir a outras vilas vizinhas, seus camarários simplesmente afirmaram que elas eram todas "inferiores".[77]

Para o entendimento da argumentação utilizada pelos agentes envolvidos nas remodelações jurisdicionais, a autora usa o termo "gramática da reorganização territorial", que muito bem auxilia na construção da análise argumentativa. Dentre os argumentos mais utilizados para fundamentar as mudanças, a distância foi um dos principais.[78] A Coroa procurava, por meio da diminuição do espaço e do tempo necessário para se alcançar as comarcas por parte dos moradores, dinamizar o funcionamento da justiça. Esse elemento também foi bastante presente na argumentação de agentes régios nas Capitanias do Norte que procuravam remodelar as jurisdições daquele espaço, tendo destaque o pedido do governador de Pernambuco, José Felix Machado, para que Itamaracá ficasse completamente sujeita ao seu governo. Em consulta ao Conselho Ultramarino, em 1712, sobre essa questão, alguns conselheiros se posicionaram favoravelmente ao pedido, alegando que a curta distância de Pernambuco faria com que os problemas judiciais ou políticos fossem resolvidos de maneira mais efetiva.[79]

Outro argumento utilizado nessa remodelação foi o do declínio da autoridade. Quanto mais distante estiver o território do centro de poder, menor seria a autoridade dos oficiais nesses lugares, fazendo com que todo tipo de problema surgisse sem que pudesse ser devidamente controlado pela ideia da não presença da autoridade naquele espaço.[80] Assim como a questão da distância também foi um elemento que apareceu nas propostas de reorganização espacial na América portuguesa, o argumento da presença de uma maior autoridade também foi utilizado. Na mesma consulta analisada no parágrafo anterior é possível identificar esse elemento. Antes, é preciso lembrar que, naquele ano, 1712, a capitania de Itamaracá estava sujeita em três esferas diferentes a três capitanias. No militar estava sujeita a Pernambuco, no político à Bahia e na justiça à Paraíba. A questão da distância era completamente óbvia, pois Pernambuco de fato era

76 *Ibidem*, p. 90.
77 *Idem*.
78 *Ibidem*, p. 104.
79 Carta do governador de Pernambuco Felix José Machado expondo que convém que a capitania de Itamaracá seja sujeita àquele governo no político assim como no militar e na Fazenda. Coleção Documentos Históricos. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. 98, p. 115.
80 SILVA, Ana Cristina Nogueira da. *Op. Cit*. p. 132-133.

muito mais próximo do que a Bahia. No entanto, com relação à autoridade, os conselheiros não afirmaram que o governador da capitania Duartina possuía mais do que o governador-geral, mas sim que eles, governadores de Pernambuco, "costumam ser pessoas de maior graduação e autoridade que os capitães-mores da Paraíba, os quais (...) poderão com mais autoridade e eficácia, conter aqueles homens no respeito e obediência devida às leis e ordens de Vossa Majestade (...)".[81]

A consulta feita com base no pedido de José Felix Machado é um interessante exemplo para demonstrar como os argumentos utilizados na remodelação do espaço jurisdicional podiam modificar-se de acordo com o lugar que estivesse sendo posto em perspectiva. Quando se tratava da questão da distância, usou a Bahia como exemplo, mas quando se tratou da autoridade, utilizou o capitão-mor da Paraíba. Distância e autoridade seriam dois elementos dessa "gramática da reorganização territorial" que estavam intimamente interligados e refletiam, fosse de uma maneira direta ou indireta, a questão da dignidade territorial que cada capitania possuía.

Uma consulta do Conselho Ultramarino, de 1698, é muito significativa para demonstrar a relação entre distância e autoridade. Os camarários de São Paulo escreveram uma carta ao rei solicitando que aquela capitania ficasse sujeita ao governo do Rio de Janeiro, não mais ao da Bahia. Como justificativa para esse pedido, alegaram que a distância entre São Paulo e Bahia era muito grande e que muitos problemas demoravam para ter resposta devido a isso, fazendo com que a comunicação envolvendo resolução de problemas gerais demorasse cerca de um a dois anos, enquanto no Rio de Janeiro eles tinham respostas de seus pleitos em um pouco mais de um mês. Além disso, eles afirmaram que essa grande distância levava a não obediência de muitas ordens que vinham da Bahia, o que representava a diminuição da autoridade central.[82]

O parecer do conselho para essa consulta foi negativo. Afirmaram os conselheiros que isso iria diminuir a autoridade do governador-geral, uma vez que sob sua jurisdição estavam muitas outras capitanias que possuíam a mesma distância da de São Paulo. Somado a isso, ainda disseram que a capitania do Rio de Janeiro era subordinada à da Bahia. Essa resposta é muito elucidativa para poder se comparar duas concepções de autoridade, uma dos camarários de São Paulo, e outra dos conselheiros do Conselho Ultramarino. Na visão dos camarários, a longa

81 OLIVEIRA, Leonardo Paiva de. *Capitães-mores das Capitanias do Norte*: perfis, trajetórias e hierarquias espaciais no Rio Grande e Ceará (1656-1755). 2018. 165f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018, p. 29.
82 CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre o que escrevem, em carta de 4 de Março de (1698), os oficiais da Câmara de São Paulo, acerca do prejuízo que tem, em estar aquela capitania sujeita ao governo da Bahia, que lhe fica muito distante, e da grande conveniência que por este motivo tinham em ficar subordinada ao governo do Rio de Janeiro. AHU-SP (Alfredo Mendes Gouveia), Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 50.

distância do principal centro de autoridade, representava a diminuição dela em sua capitania, o que parecia ser um pensamento comum da época, como já foi visto. Para os conselheiros, no entanto, se o rei confirmasse essa solicitação, isso implicaria na diminuição da autoridade do governo-geral, pois retiraria de sua jurisdição uma capitania que seria incorporada a outra subordinada. Dessa forma, observa-se que a concepção de autoridade poderia variar de acordo com o agente e o espaço envolvido.

Na análise dos argumentos contrários ou a favor das mudanças jurisdicionais das sedes judiciais no território de Portugal, Ana Cristina Nogueira da Silva conseguiu identificar um caso bem simbólico sobre associação da dignidade de uma cidade com a extensão dos poderes do corregedor dela. Em pleno processo de reordenamento, o corregedor e provedor do Porto alegava que por esta cidade ser a segunda mais importante do reino, era "inadmissível que sua comarca fosse a mais diminuta em territórios".[83] Isso demonstra como na visão daquele oficial, quanto mais importante fosse o lugar, maior deveria ser a zona de influência das autoridades sediadas nesse espaço. Dessa mesma maneira podem ser interpretadas as frequentes queixas dos governadores-gerais do Estado do Brasil, que alegavam ter sua autoridade diminuída pela influência crescente dos governadores de Pernambuco e do Rio de Janeiro, pois na visão desses governantes, como autoridades máximas daquele lugar, sediados na "cabeça do estado", o seu poder deveria ser estendido por todo o território, não aceitando poderes concorrentes, ou seja, a hierarquia espacial deveria refletir diretamente no poder dos agentes, mostrando dessa maneira, mais uma vez, como a questão das hierarquias dos espaços implicava diretamente nas configurações dos poderes políticos, judiciais e econômicos.

Ao analisar o conjunto dos argumentos utilizados, fosse pelos camarários, ou outros agentes régios, a autora chegou à seguinte reflexão:

> De facto, quer as lógicas das compensações territoriais quer a do reconhecimento do prestígio relativos das respectivas capitais pressupunham a preservação dos (des)equilíbrios existentes. Esses desequilíbrios eram, por sua vez, o espelho de uma ordem territorial que hierarquizava entre si as cidades, as vilas e os respectivos magistrados, mas também os donatários que passariam a apresenta-los em algumas destas comarcas.[84]

Essa afirmação resume muito bem a complexidade das hierarquias espaciais e como elas estavam presentes em diversos campos, influenciando no dia a dia das pessoas, sendo essa ordem territorial apenas mais um reflexo de toda uma lógica hierarquizadora de uma sociedade

83 SILVA, Ana Cristina Nogueira da. *Op. Cit*. p. 163.
84 *Ibidem*. p. 165.

de Antigo Regime, que, mesmo em fins do século XVIII, com todo um movimento de racionalização das ações governativas, continuava muito forte.

Por fim, outro elemento que faria parte dessa "gramática da reorganização territorial" seria o da centralidade. Em meio à discussão da reformulação espacial das comarcas portuguesas, o argumento da centralidade como elemento racional da reconfiguração territorial foi recorrente, no entanto, essa centralidade não necessariamente possuía o sentido geométrico que implicava em medidas de distâncias de Norte a Sul e Leste a Oeste, mas sim simbólico no conjunto de outros aspectos, o que demonstrava mais um elemento hierarquizador daquela sociedade de Antigo Regime. Como será visto, essa centralidade poderia ser identificada por meio de representações corporais. Muito significativo é a fala do padre João Bapstista de Castro ao descrever Lisboa como o coração de Portugal:

> Lisboa, como corte do Reino Português, é o coração da sua monarquia, não tanto pela vantagem do felicíssimo sítio, em que está, quanto pela grande capacidade e conveniência do comércio, que tem; onde à maneira do coração dos corpos viventes, que é o principal fundamento que vivifica todos os seus membros, assim Lisboa, com uma fácil, e contínua distribuição comunica e reparte a substância vital dos cabedais a todas as partes mais remotas de suas comarcas; ou já pelas veias dos portos, e trajectos dos rios, ou pela das vidas das estradas, por meio das quais recebe também com recíproca afluência a fertilidade e regalo dos frutos, que todas as terras deste continente estão lhe tributando, como a princesa.[85]

Lisboa é referida não apenas como coração, mas também como princesa da monarquia portuguesa. Dentre os fatores que levaram essa cidade a tais categorias, segundo o autor, o grande destaque seria a capacidade comercial dela que reflete em sua grande riqueza e com isso conseguia "vivificar" todos os seus "membros", demonstrando, dessa forma, que a centralidade daquele lugar refletia na sua capacidade de distribuir e repartir a "substância vital dos cabedais" para os demais territórios, extrapolando sua influência para fora dos limites geográficos da cidade. Para além de demonstrar mais um elemento que justificaria uma maior importância a determinados espaços, chama atenção a associação de Lisboa ao coração da monarquia. A percepção do espaço, assim como daquela sociedade de uma forma geral, estava dotado de uma noção corporativa, associando o corpo humano à organização estruturante espacial e social. No entanto, esse caso é interessante de uma forma singular, pois normalmente a parte do corpo que está associada ao mais alto nível hierárquico é a cabeça, aqui, no entanto, coloca Lisboa como o coração.

85 Roteiro terrestre de Portugal Apud SILVA, Ana Cristina Nogueira, *Op. Cit*. p. 199.

A referência ao coração também foi utilizada na América portuguesa, mais especificamente, na Bahia, quando Frei Vicente Salvador, em 1627, afirmou que Tomé de Sousa tinha como objetivo "erguer uma cidade que fosse como coração no meio do corpo, donde todas [as capitanias] se socorressem e fossem governadas".[86] Apesar dessa associação, seria como cabeça que melhor ficaria conhecida essa cidade, principalmente ao longo do século XVII, como bem escreveu o padre Eusébio de Mattos, em 1672, em um sermão: "se esta preciosa coroa honrava magestosamente esse dilatado corpo de todo o Estado do Brasil, com tudo mais particularmente estava assentada a coroa nesta Cidade da Bahia, illustre cabeça de todo esse dilatado corpo."[87] A partir dessas associações, fica bastante claro como a visão do espaço como um corpo político era partilhada por diversos agentes. "Tais imagens são usuais, e a linguagem política desse período testemunha amplamente a influência da metáfora corporal".[88]

Sobre essa concepção é muito relevante também a colocação de Antônio Rodrigues da Costa, conselheiro do Conselho Ultramarino, ao analisar a situação que se encontrava a capitania de Pernambuco após os levantes do início do século XVIII, que, segundo ele, o rei deveria ter cuidado para conservar "esta parte tão nobre do corpo da monarquia".[89] Lisboa, Bahia e Pernambuco, três espaços distintos que, no entanto, possuem em comum o fato de fazerem parte desse corpo político, possuindo cada uma delas uma valoração que as distingue hierarquicamente em relação aos demais lugares.

Fosse no reino, fosse no ultramar, a metáfora corporal estava presente. O curioso é que dentro desse corpo poderia existir mais de uma cabeça, ou coração, dependendo do autor, tendo em vista que tanto a Bahia, quanto Lisboa eram reconhecidas como a mesma parte desse corpo,[90] o que gera uma importante reflexão sobre o policentrismo como marca da gestão

86 MARQUES, Guida. "Por ser cabeça do Estado do Brasil". As representações da cidade da Bahia no século XVII. In: SOUZA, Evergton Sales; MARQUES, Guida; SILVA, Hugo Ribeiro da (orgs.). *Salvador da Bahia*. Retratos duma cidade atlântica (século XVII-XIX). Lisboa/Salvador: Cham/EDUFBA ,2016, p. 17.
87 FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales. Uma metrópole no ultramar português. A igreja de São Salvador da Bahia de todos os santos. In: SOUZA, Evergton Sales; MARQUES, Guida; SILVA, Hugo Ribeiro da (orgs.). *Salvador da Bahia*. Retratos duma cidade atlântica (século XVII-XIX). Lisboa/Salvador: Cham/EDUFBA, 2016, p. 136 – 137.
88 *Idem*.
89 LISBOA, Breno Almeida Vaz. *Uma das principais dos domínios de Vossa Majestade*: Poder e Administração na capitania de Pernambuco durante o reinado de D.João V. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Niterói, 2017, p. 64.
90 A atribuição de cabeça de um corpo político poderia ser aplicada em vários territórios diferentes, de acordo com o grau de centralidade que exerciam e também de acordo com a perspectiva dos agentes envolvidos. A cidade de Angra, nos Açores, por exemplo, era vista como cabeça daquelas ilhas pelo jesuíta António cordeiro. RODRIGUES, José Damião. A contribuição dos Açores para a construção do mundo Atlântico: cidades portuárias insulares. In: XXII Colóquio de História Canário-Americana, 2016, Espanha. *Anais*... Espanha, 2016, p. 8.

governativa da Coroa portuguesa, o que poderia ser comparado, nas palavras de Pablo Ortiz Gutierrez, a uma "hidra com várias cabeças".[91] Certamente, em termos simbólicos, Lisboa era considerada mais importante do que a Bahia, no entanto, essa diferenciação de valores não impediu que ambas exercessem uma função de centralidade frente aos demais espaços. Centralidade essa, importante destacar, que não era absoluta, pois existiam ainda outros centros de poderes concorrentes que davam dinâmica à gestão governativa.

1.2 **Centros e periferias ou policentrismo?**

A sociedade, de uma forma geral, possui uma estrutura englobante cujo interior é formado pelo agregado de seres humanos.[92] Essa estrutura englobante só é possível de ser mantida devido às múltiplas relações de integração que seriam marcadas por centros e periferias. O centro seria o elemento fundamental de manutenção da coesão social. "O centro, ou zona central, é um fenômeno que pertence à esfera dos valores e das crenças. É o centro da ordem de símbolos, de valores e crenças que governam a sociedade".[93] A análise sociológica feita por Edward Shils não tinha como recorte espacial ou temporal o Império português do período moderno, no entanto, ela é muito válida não apenas para o entendimento das estruturas sociais, como também para a reflexão da organização política daquele reino.

Ao fazer uma análise sobre como poderia entender a sociedade em um conjunto mais amplo de relações com todas as suas particularidades e complexidades em uma perspectiva de centro e periferia, Edward Shils utilizou o termo integração como elemento chave nessa interpretação.[94] Para o autor, ela seria a articulação entre expectativa e realização, pois as relações sociais são de grande complexidade e heterogeneidade. Segundo Shils:

> A integração é algo muito heterogêneo. Encontra-se distribuída de maneira muito irregular em qualquer sociedade, e é também algo de intermitente; varia no interior de e entre as partes da sociedade. Uma dada sociedade pode ser muito integrada em alguns sectores e mal integradas em outros. Certos sectores da sociedade podem variar ao longo do tempo no seu grau de integração na sociedade mais extensa. A ameaça da coerção pode ser muito importante num certo período, e pode desaparecer noutro, cedendo seu lugar ao pagamento ou ao consenso. [95]

91 GUTIÉRREZ, Pablo Andrés Ortiz. *El estado en Sspaña colonial*: De monarquías compuestas a policentricas. In: Seminario teórico sobre el Estado Colonial – Heraclio Bonilla Mayta, Universidad Nacional de Colombia. [s.n.] p. 4.
92 SHILS, E. *Centro e Periferia*. Trad. José Hartuig de Freitas. Lisboa: Difel, 1992, p. 2.
93 *Ibidem*, p. 53.
94 *Ibidem*, p. 5
95 *Idem*.

As múltiplas possibilidades de integração demonstram como as relações entre centros e periferias são diversas, podendo existir consenso ou coerção, uma maior ou menor integração. Assim se pode pensar a relação da Coroa portuguesa com os seus vários territórios tanto no reino, quanto no ultramar. A corte portuguesa sediada em Lisboa seria o principal centro de integração com as demais partes. No entanto, é importante destacar que não existia apenas um centro dentro de todo o domínio português, mas sim centros e periferias, como bem destacou Russell-Wood.[96] E são esses diversos centros que eram responsáveis pelo fator de integração entre as periferias e o modelo de organização social e política adotado pela Coroa. Levando em consideração a extensão do Império português, era preciso adotar uma estratégia organizacional que possibilitasse a sua manutenção, o que evidencia a importância das dinâmicas de integração entre os centros e periferias.

Cabe ressaltar que isso não implicava necessariamente em uma relação unilateral e passiva de subordinação das periferias frente aos seus centros. Como Shils mesmo afirmou, existem situações de maior e menor integração, bem como de consenso e coerção. Trazendo essa discussão para a realidade das Capitanias do Norte, vários foram os conflitos de jurisdição envolvendo os governadores de Pernambuco com os governantes das demais capitanias que não aceitavam a subordinação, assim como também representantes locais, por meio das câmaras municipais, que criticavam esse processo.[97] Mas, para demonstrar como esse fenômeno de integração era heterogêneo, também existiam os agentes que defendiam o processo de anexação ou de maior proximidade com Pernambuco, destacando aqui o caso em que os camarários de Itamaracá enviaram uma carta ao rei reclamando das atitudes do governador-geral em 1672, que ordenava que os moradores daquela capitania não reconhecessem as atitudes tomadas pelo governador de Pernambuco que agia como se Itamaracá fosse sujeita ao seu governo, deixando subentendido que preferiam estar sob a tutela da capitania Duartina.[98]

Para Shils, toda sociedade, por mais igualitária que ela seja, aprecia, mesmo que minimamente, a existência de autoridade. Essa autoridade não necessariamente é uma pessoa, pode ser um lugar, um ofício, um conhecimento, e, às vezes, todos eles juntos. A autoridade é apreciada devido à associação com o sagrado, sagrado este que não quer dizer um Deus, mas sim um elemento superior que impõe reconhecimento e respeito. Ela não implica

96 RUSSELL-WOOD, A. J. R.. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro,1500-1808. *Rev. bras. Hist*., São Paulo , v. 18, n. 36, p. 187-250, 1998.
97 FONSECA, M. A. V.. O regimento, as leis e o estilo: a jurisdição dos capitães-mores do Rio Grande entre a Bahia e Pernambuco (1690-1715). In: *VI Encontro Internacional de História Colonial*: Mundos coloniais comparados. Poder, fronteiras e identidades. 2016, Salvador.
98 OLIVEIRA, Leonardo Paiva de. *Op. Cit.* p. 54.

necessariamente em uma coerção impositiva. Essa autoridade está ligada diretamente a um sistema central de valores[99] que toda sociedade possui, sistema esse que determina a criação de zonas centrais, que por sua vez é dotado de autoridade. A centralidade pouco tem a ver com a geometria ou posicionamento geográfico propriamente dito, mas sim pelo seu reconhecimento simbólico como tal.

A apreciação da autoridade leva em conta a apreciação das instituições nas quais a autoridade se baseia e funciona. A partir dessas instituições irradiadoras de centralidade, graças à autoridade de que são dotadas, os agentes a elas ligados passam também a compartilhar desse poder. No entanto, espera-se determinadas qualidades necessárias por parte desses agentes que estão dotados de centralidade, exatamente por fazerem parte desse grupo. Apesar disso, independente das qualificações, eles "[...]gozam da apreciação do sistema central de valores simplesmente pelo facto de estarem em conexão com o exercício da autoridade."[100] Assim eram vistos e se comportavam os agentes régios designados para as principais funções políticas, militares ou de justiças do Império português. Possuíam uma lógica hierarquizadora baseada na autoridade concedida pelo ofício que exerciam que estava associado diretamente à centralidade do lugar onde iriam atuar. Isso fica muito claro de observar quando se pensa nos diversos conflitos de jurisdição que ocorriam entre os agentes régios na América portuguesa. Ao entender que sua autoridade/jurisdição estava sendo desrespeitada por algum outro oficial, que aos olhos desses agentes possuía uma centralidade menor, eles se sentiam desprestigiados de acordo com o sistema central de valores.

Toda essa reflexão baseada nos estudos de Shils sobre centro e periferia, integração e sistema central de valores, está intimamente associada à sociedade portuguesa de Antigo Regime e se reflete nos modos de governar daquele reino e nos modos de se comportar das pessoas. Uma sociedade totalmente baseada em estruturas hierárquicas que se organizava de acordo com uma lógica de desigualdade valorativa que era atribuída em diversos aspectos sociais, políticos, econômicos etc. Cabe ressaltar, mais uma vez, que a questão da centralidade não implicava em um domínio prático absoluto, mas sim em uma questão muito mais simbólica de reconhecimento individual, social e político.

Essa perspectiva de centro e periferia, não especificamente a de Shils, serviu como base a uma interpretação dualista e antagonista de relação entre dominador e dominado, onde o

99 O sistema central de valores existe pela necessidade que os seres humanos sentem de ser "incorporados em algo que transcenda e transfigure sua existência individual". Uma necessidade de estar conectado com símbolos de uma ordem superior, sendo, portanto, um sistema de atribuição de valores como uma tentativa de se diferenciar frente aos demais. SHILS, Edward. *Op. Cit*. p. 58.
100 *Ibidem*, p. 57.

primeiro exercia um poder impositivo absoluto sobre o segundo. Tal chave analítica passou a sofrer diversas críticas a partir das revisões das relações entre as metrópoles e suas colônias no período moderno. Ao refletir sobre os processos de integração dos territórios americanos à monarquia espanhola, Arrigo Amadori, faz uso do termo policentrismo para quebrar com as interpretações estáticas que existiam sobre esses processos, baseadas na perspectiva de centro e periferia, sendo a monarquia espanhola o único centro em relação ao demais territórios pertencentes a ela. Fundamentando-se nos estudos de José Javier Ruiz, ele afirmou que:

> la propuesta del policentrismo entiende a las monarquías ibéricas como "un conglomerado de centros en competición que si eran inestables en su definición política en el conjunto (dependiendo de la geopolítica, de su relación con el poder real, de la coyuntura (…) y también en la posición jerárquica entre ellos, no por eso dejaban de ser los espacios donde se definía el sentido mismo de la dominación monárquica a través de la identificación y de la apropiación de los fenómenos que conllevaba una política imperial más o menos común y que se traducían tanto por la fiscalidad y la consecuente movilidad social, cuanto por la relación con el exterior". No solo se propone una revisión de la espacialidad referencial de los estudios sobre las monarquías globales, sino que también, y esto es lo más significativo, se busca "definir dónde está ubicada la política en los siglos modernos y (…) quiénes son sus protagonistas". De esta clave de lectura, surgen múltiples actores -institucionales, grupos de poder, agentes, etc.- que formaban parte de la monarquía, tanto como la corte, y que contribuían de manera decisiva a su creación y a su funcionamiento desde los ámbitos locales.[101]

As intenções dessa nova forma de enxergar a organização política e social procuram desenvolver "[...]herramientas analíticas capaces de comprender mejor la complejidad de las relaciones y de las dinámicas de poder que tenían lugar entre los diversos agentes y territorios en el seno de las monarquías agregativas moderna."[102] Dessa maneira, ao se perceber a existência de diversos centros de poder em atuação, não poderia mais ser possível continuar com a perspectiva da existência de um único centro impositivo sobre os demais. Era preciso enxergar que o funcionamento daquela sociedade era muito mais complexo do que aquela limitada engrenagem interpretativa permitia analisar.

Em um breve ensaio sobre as mais recentes interpretações historiográficas sobre a organização política das Coroas Ibéricas, Pablo Andrés Ortiz Guitierrez, assim como Arrigo

---

101 AMADORI, Arrigo. Los territorios americanos y su integración en el mundo hispánico: itinerarios historiográficos entre el paradigma colonial y la monarquía policéntrica**.** In: *Portal Interuniversitario de Historia Política*, 2016, p. 2. Disponível em: http://www.historiapolitica.com/dossiers/los-territorios-americanos-y-su-integracion-en-el-mundo-hispanico-itinerarios-historiograficos-entre-el-paradigma-colonial-y-la-monarquia-policentrica/ Acesso em: 22 de maio de 2019. Outro trabalho que rompeu essa interpretação dualista e influenciou bastante as produções historiográficas dos últimos anos foi a pesquisa de Jack Greene sobre autoridades negociadas. GREENE, Jack. *Negotiated Authorities*. Essays in Colonial Political and Constitutional History. Charlottesville and London: University Press of Virginia, 1994.

102 AMADORI, Arrigo. *Op. Cit,* p. 3.

Amadori, concorda que ocorreu uma "superação" da perspectiva de centro e periferia nas análises sobre as relações das Coroas Ibéricas com os seus territórios. Para ele, essa chave analítica engessava os estudos ao imaginar a existência de apenas um centro de domínio, quando na verdade a situação era muito mais dinâmica e articulada entre vários centros de decisões.

> En otras palabras, la monarquía española durante el periodo central no representa un poder centralizado sino la articulación de múltiples focos de mando. Es esta entonces la teoría de la monarquía policentrica, que plantea la metáfora de entender a la monarquía Hispana como una Hidra con varias cabezas que se extienden en el terreno político, en contraposición de la idea de Hobbes del Leviatán como un monstruo poderoso y soberano.[103]

A defesa pela perspectiva do policentrismo foi uma resposta da nova historiografia política à interpretação de um poder centralizado absoluto. Tal abordagem segue a direção da necessidade de se rediscutir o entendimento do absolutismo na Idade Moderna, relativizando o poder real e desconstruindo a dialética clássica e simplista de oposição entre centro e periferia.

Ao afirmarem que atualmente se procura desvencilhar dessa antiga chave interpretativa, deixam a ideia de que a perspectiva de centro e periferia era bastante limitada, no entanto, com apenas a adição de um "s" ao fim de cada uma dessas palavras, a interpretação muda de forma radical. O problema não era o estabelecimento de centro e periferia como esquema interpretativo, mas sim a limitação na aplicação dessa ideia. Em 1998, Russell-Wood já apontava para essa pluralidade. "Aquilo que se constitui como um "centro" e uma "periferia" é algo subjetivo, dependendo da perspectiva daquele que realiza tal aferição."[104] Existia, portanto, uma dinâmica de mudanças posicionais de acordo com os pontos referenciais. Um mesmo lugar pode ser um centro e uma periferia simultaneamente. Dessa forma, hoje, o que existem são centros e periferias, estando eles se relacionando de forma dinâmica e complementar. Não se pretende afirmar com isso que a interpretação do policentrismo está incorreta - pelo contrário, afinal esse trabalho é baseado nela - mas sim que ela pode coexistir de forma harmônica com a perspectiva trabalhada por Shils e Russell-Wood.

Todo esse debate faz-se necessário para reforçar a importância do estudo das hierarquias espaciais, ou dignidades territoriais no período moderno. Oscar Mazín e José Javier Juiz Ibáñez

---

103 GUTIÉRREZ, Pablo Andrés Ortiz. *El estado en Sspaña colonial*: De monarquías compuestas a policentricas. In: Seminario teórico sobre el Estado Colonial – Heraclio Bonilla Mayta, Universidad Nacional de Colombia. [s.d.] p. 4.

104 RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Op. Cit.* [n.p].

lembram uma característica essencial daquela sociedade para auxiliar na reflexão das dignidades territoriais:

> Parece superfluo, pero no es ocioso, vistas algunas opiniones asentadas, recordar que el Antiguo Régimen fue un espacio de desigualdades esenciales; ninguna persona, ningún territorio, ninguna ciudad, ningún entidad política y ninguna institución tuvo, ni podía tener, exactamente la misma dignidad que otra, sino que ellas experimentaron un conflicto permanente por definir jerarquía y precedencia; un conflicto consustancial a un orden social y político definido por la singularidad privativa.[105]

Apesar de parecer uma afirmação óbvia, como os próprios autores reconhecem, ela é importante para auxiliar àqueles que tem uma resistência em aceitar esse tipo de estudo por achar que de alguma forma, ao se analisar as hierarquias espaciais, estaríamos necessariamente desvalorizando a história de determinados lugares por considerá-los detentores de uma menor dignidade comparado a outros, frente à lógica hieraquizadora daquela sociedade. Esclarecendo mais um pouco esse tipo de estudo é preciso ter em mente que: "Se trataba de un orden social y de una administración en que la jerarquía era elemento central del ordenamiento político. Así, el carácter subalterno de las Indias no debe interpretarse sólo como subordinación, sino como ubicación administrativa."[106] "Localização administrativa": esse termo é muito significativo para quem estuda hierarquias espaciais e representa muito do que se pretende entender nesse tipo de trabalho, reforçando mais uma vez que não se trata de diminuir a importância de objetos históricos, mas sim de entender as dinâmicas espaciais que faziam parte de uma lógica política e social.

1.3 **A hierarquia política dos espaços na América portuguesa**

Ao analisar a dignidade dos territórios fora da Europa, Pedro Cardim destacou que eles eram considerados menos importantes em termos hierárquicos do que os espaços europeus, primeiramente por se tratarem de territórios fora da Europa, isso por si só já era um fator que diminuía a dignidade deles. Outro fator importante era a idade política desses espaços, uma vez que eram considerados recentes, consequentemente, menos importante frente aos mais antigos, somando-se a isso, também eram considerados "virgens", pois não possuíam nenhum tipo de estrutura política reconhecida oficialmente pelos portugueses.[107] Interessante de destacar nesse

105 MAZÍN, Oscar e IBÁÑEZ, José Javier Juiz. Estudio Introductorio. In: O. Mazin; J. J. Ruiz Ibañez. *Las índias ocidentalles*. Processos de incorporación a las monarquias ibéricas (siglos XVI a XVIII). El Colegio de Méxio: México, 2012, p. 12.
106 *Ibidem*, p.18.
107 CARDIM, Pedro; MIRANDA, Susana. *Op. Cit*. p. 65.

sentido a percepção que a Coroa portuguesa possuía sobre as ilhas da Madeira e do Açores, que eram territórios fora do continente europeu, no entanto, Portugal estabeleceu um tratamento diferenciado a esses espaços comparado aos demais, por serem mais próximos geograficamente em relação aos outros, bem como também por serem desabitados, onde a Coroa conseguiu reproduzir de forma muito semelhante as estruturas sociais que estava habituada a ter no reino.[108] Marca esse aspecto de maneira especial o fato de esses territórios não terem sido incluídos na jurisdição do Conselho Ultramarino, o que mostra que Portugal considerava eles como parte do reino na Europa. Dessa maneira, a América possuía um estatuto político inferior a Portugal, mas dentro dela, como estaria organizada hierarquicamente?

Em um estudo sobre a governabilidade na América portuguesa durante parte do século XVII, baseado em Hespanha, Hugo Araújo fez uma reflexão sobre as múltiplas hierarquias espaciais existentes, tendo como espaço político central o governo-geral sediado na Bahia. Apesar disso, essa centralidade não se traduzia em um domínio absoluto sobre os outros lugares/ postos, servia, na verdade, como um poder de harmonização entre as demais partes daquele corpo político que tendiam a sofrer modificações.[109] Além disso, esse tipo de organização política era uma marca das monarquias ibéricas, que tinham como característica a

> negociação constante, contatos e competição entre suas diferentes sub-unidades, assim como a contínua mudança no peso político de cada território garantiram que, apesar da permanência, a estrutura interna de ambas monarquias fosse altamente móvel. Mudando constantemente, essa geometria complexa criou uma estrutura política que era simultaneamente sólida e durável por um lado, e maleável e cambiante pelo outro.[110]

Dessa forma, é preciso ter em mente que a modelagem política dos territórios fazia parte de uma dinâmica governativa marcada pela flexibilização de experiências que muitas vezes seguiam padrões contrários ao que de princípio se estabeleceu. As hierarquias espaciais são móveis e sofrem mudanças de acordo com o contexto. Por isso é de grande importância entender esses contextos, para que assim se possa compreender as atitudes tomadas pela Coroa portuguesa no que diz respeito à gestão das hierarquias territoriais. Dessa maneira, estudar os diversos estatutos políticos dos espaços é entender uma lógica governativa daquela época.

---

108 *Ibidem*, p. 69-70.
109 ARAÚJO, Hugo André Flores Fernandes. *A construção da governabilidade no Estado do Brasil*: perfil social, dinâmicas políticas e redes governativas do governo-geral (1642-1682), 2018. Tese (Doutorado em História), Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018, p. 66.
110 CARDIM, Pedro; HERZOG, Tamar; IBAÑEZ, Joze Javier; SABATINI, Gaetano (Eds.) *Polycentre monarchies:* how did early modern Spain and Portugal achieve and maintain a global hegemony? Apud ARAÚJO, Hugo André Flores Fernadez, *Op. Cit.* p. 67.

Por meio da análise comparativa dos regimentos dos governadores-gerais, Hugo Araújo percebeu como o reordenamento territorial dos poderes foi se consolidando entre os governos da Bahia, do Rio de Janeiro e de Pernambuco, uma vez que, a partir do regimento de D. Afonso Furtado de Mendonça, essas duas últimas capitanias começaram a aparecer nas instruções para que fosse observado o regimentos dos governadores desses lugares sobre a concessão de ofícios de justiça e fazenda, mostrando como elas passaram a ocupar um espaço jurisdicional cada vez mais significativo frente ao governo-geral.[111] Vale destacar, no entanto, que esse é apenas um elemento dentre vários que mostram o progressivo aumento da centralidade desses lugares como será visto a seguir.

Um importante documento para se analisar a percepção espacial hierárquica que a Coroa portuguesa e seus agentes possuíam foi uma consulta do Conselho Ultramarino de 1654, onde se discutiu a reorganização política e militar da América portuguesa após a expulsão dos holandeses.[112] Nela existe a opinião de Salvador Correa de Sá, que inicia sua argumentação afirmando que "não se pode negar que o governo de províncias largas são de grande inconveniente, porque o excedem a possibilidade do cuidado, ou pela própria razão, faltam aos bons despachos dos negócios."[113] Logo em seguida ele sugere que o governo da América fosse dividido em quatro partes, não apenas para possibilitar uma melhor administração, mas também para "aproveitar" quatro vassalos, ao invés de apenas um, nos processos de nomeação de um importante governo como uma mercê significativa. Seriam as quatro partes: o governo do sul, tendo como cabeça a capitania do Rio de Janeiro; o governo da Bahia, sendo ela a cabeça dele responsável pelas capitanias de Sergipe, Ilheus e Porto Seguro; o governo de Pernambuco, sendo ele a cabeça responsável pelas capitanias que ficavam entre o rio São Francisco e o Rio Grande; e finalmente o governo do Maranhão, que seria a cabeça responsável pelo Ceará e pelo Pará.

Aspecto que merece destaque nessa divisão é a existência dessas várias cabeças que deveriam ser criadas dentro de um mesmo espaço, que era a América portuguesa. Como foi discutido no início desse capítulo, isso remete à analogia da hidra de várias cabeças que representaria as Coroas ibéricas, e à ideia de policentrismos. Apesar dessa divisão em quatro governos com quatro cabeças, Salvador Correa de Sá deixa claro que a Bahia continuaria sendo o principal centro nessa unidade política, devendo continuar nela a presidência da relação e

111 *Ibidem*, p. 77.
112 Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV, sobre a forma do governo político da capitania de Pernambuco. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 6, Doc. 466.
113 *Idem*.

corte da justiça. "Com esta qualidade fica muito superior este, aos mais governos, a qual pela importância daquela praça, e antiga dignidade de ser cabeça do Brasil, é digno que vossa Majestade continue com a própria estimação que dela faz[...]."[114] Além disso, outro fator de diferencial dessa capitania frente aos outros três referidos centros, seria o responsável máximo pelo governo dela, que deveria ser um nobre titulado, característica essa que não se esperava dos demais. Com isso, é possível perceber como a questão da hierarquia espacial estava associada diretamente ao modo de administrar e governar aquela sociedade.

Ao analisar essa mesma consulta, Hugo Araújo notou um interessante elemento sobre a percepção das hierarquias espaciais na visão dos agentes daquela instituição. Ao tratar das jurisdições militares, em certo momento o termo utilizado para se referir às capitanias do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Maranhão foi o de "província". Como o autor bem chamou atenção, isso era uma clara alusão às províncias do reino de Portugal, como Alentejo, Beira e Trás-os-Montes, e que isso revelava a percepção dos conselheiros sobre essas capitanias, dotando-as com um *status* superior às demais, uma vez que o governo militar das províncias do reino era matéria de grande importância na política portuguesa.[115]

João Fernandes Vieira, aproximadamente 20 anos após a consulta referida anteriormente, escreveu um relatório ao rei analisando a situação militar das Capitanias do Norte. Nesse documento ele afirmou que em caso de uma nova invasão àquela região, todos os moradores das outras capitanias deveriam se juntar a Pernambuco, "que com o poder junto, ficará o inimigo perdido",[116] ou seja, para Fernandes Vieira, as outras praças poderiam ser abandonadas e a defesa deveria se concentrar na capitania de Pernambuco, demonstrando uma clara disposição de preferência do lugar que deveria ser mais bem guardado. Continuando seu relatório, desenvolveu uma ideia muito semelhante à de Salvador Correia de Sá. Afirmou Fernandes Vieira:

> Tem-se experimentado quão dilatada é essa América, que pela grandeza dela se pode repartir em quatro governos grandes, e sendo assim será bem governada nas armas e na justiça e as praças mais bem fortificadas. E cada governador pode correr, se quiser, o seu distrito e para administração da igreja, que é o que primeiro se deve atender, haverá um bispo para reformar as liberdades que hoje há; e em cada governo desse pode haver um juiz da justiça com beca [?] que dê as apelações para Lisboa [...] se olhará melhor, e se escusarão com isto custos, e os mesmos desembargadores que há juntos na Bahia, podem ser repartidos pelos governos.[117]

114 *Idem*.
115 ARAÚJO, Hugo André Flores Fernadez, *Op. Cit.* p. 86.
116 Papel sobre Pernambuco. Bibliothèque Nationale de France. Département des Manuscrits. Códice Portugais 25, p. 93. Agradeço ao meu amigo Marcos Fonseca pela indicação desse interessantíssimo documento.
117 *Idem*.

Continuando o documento, repartiu os quatro governos de maneira muito semelhante à repartição de Salvador Corrêa de Sá. Uma mudança importante na sua proposta, no entanto, foi a de que em cada um desses governos, o rei deveria nomear juntamente do governador um titular assistente proveniente do local, o que auxiliaria bastante na governança. Procurava, portanto, abrir um espaço oficial de atuação para as forças locais dessas capitanias, o que poderia beneficiar muito sua família ou àqueles ligados a ela. Dessa maneira, é possível perceber que a ideia de uma divisão da América portuguesa em vários governos centrais responsáveis por áreas menores foi algo presente em situações diferentes e debatidas por pessoas diferentes, demonstrando que de fato essa ideia existiu e permaneceu.

Um ponto interessante sobre essas propostas, diz respeito ao interesse dos agentes envolvidos nessas discussões. Assim como Salvador Corrêa de Sá poderia ter interesse direto ligado ao maior poder dado à capitania do Rio de Janeiro, João Fernandes Vieira certamente também possuía interesse no ganho de poder da capitania de Pernambuco, possibilidade esta reforçada pela sua proposta de se criar um posto oficial de auxiliar de governo para a elite local. Dessa maneira, muitas vezes, as discussões sobre os reordenamentos administrativos estavam diretamente ligadas a interesses particulares, mas isso não quer dizer que também não estariam relacionadas a buscas de soluções de melhores formas de se governar as conquistas ultramarinas.

Ao longo da segunda metade do século XVII é possível notar cada vez mais um processo de descentralização jurisdicional do governo-geral, ganhando maior protagonismo as capitanias de Pernambuco e do Rio de Janeiro como centros de influência sobre as capitanias vizinhas. Vários foram os conflitos de jurisdição entre os governadores-gerais com os governadores desses lugares. Vários também são os elementos que demonstram como essas três capitanias consolidaram-se como os três importantes polos da administração no Estado do Brasil.[118]

Uma figura emblemática que lutou bastante para a volta do protagonismo do governo-geral sobre todas as capitanias, foi D. Vasco de Mascarenhas, o conde de Óbidos. Nomeado vice-rei do Brasil, procurou por diversas vezes reafirmar a superioridade de seu posto frente aos governadores de Pernambuco e do Rio de Janeiro. Em 1664, em uma carta a Jerônimo de Mendonça Furtado, governador de Pernambuco, reclamando sobre o fato dele estar provendo postos militares que seriam de responsabilidade do governo-geral, afirmou: “Sabe vossa mercê que sendo este posto que ocupa tão inferior ao dos governadores das armas das províncias de

118 OLIVEIRA, Leonardo Paiva de. *Op. Cit*. Principalmente o capítulo 1.

Portugal, não podem ter mais preeminência que eles, e eles nomeiam três sujeitos para el Rei meu senhor eleger qual lhe parece".[119] Em outro momento, nessa mesma carta, o conde de Óbidos tentou aconselhar Jerônimo de Mendonça Furtado, reforçando o lugar superior que ele ocupava: "E que na diferença dos anos e dos postos, há vossa mercê de aceitar, como conselho do meu afeto, tudo que forem resoluções do lugar que ocupo".

Em uma outra carta, também para Jerônimo de Mendonça Furtado, referindo-se ao governador do Rio de Janeiro na época, argumentou: "Por entender quão diferente é o conceito que vossa Mercê forma com que o Governador Pedro de Melo se sujeita prudente (e como deve) às minhas ordens; reconhecendo a inferioridade daquele posto, para executar as resoluções deste" [120] Na visão do conde de Óbidos, era obrigação de todos os governadores se sujeitarem às ordens dele, devido ao posto que ele exercia ser o mais importante dentro do Estado do Brasil.

Não foi apenas D. Vasco de Mascarenhas que reclamou da situação do governo-geral em relação a Pernambuco e ao Rio de Janeiro. Sentindo-se cada vez mais desprestigiado, o conde de Atouguia enviou uma carta ao rei reclamando sobre a nomeação de oficiais militares feitos pelo governador de Pernambuco, que, ao seu ver, devia ser uma prerrogativa somente do governo-geral. Dizia ele:

> [...]é indecência tão inaudita estar no mesmo Governo provendo o Capitão General os postos que vagam nos presídios, e o Mestre de Campo General, os do Exercito, que não deve Vossa Majestade permitir que este Governo padeça aquela inferioridade a que desce, nem eu firme patente em que se lhe não dê principio.[121]

Aos olhos do conde de Atouguia, o seu governo estava descendo em inferioridade pelo fato de igualar algumas de suas prerrogativas, não apenas como governador-geral, mas também como Mestre de Campo General, ao de um "simples" Capitão General. A partir das reclamações dos condes de Óbidos e de Atouguia, fica claro como esses agentes enxergavam que eles, como governadores-gerais, consequentemente a capitania da Bahia, como sede do governo-geral, era superior frente aos demais agentes/espaços da América. E apesar do crescimento dos governos de Pernambuco e do Rio Janeiro como centros de influência concorrentes ao governo-geral, pelo menos aos olhos dos governadores-gerais, a própria Coroa portuguesa reconhecia oficialmente que essa instituição era o principal centro governativo do Estado do Brasil. Isso

119 Carta do conde de Óbidos para o governador de Pernambuco, de 26 de abril de 1664. Coleção Documentos Históricos. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. 9, p. 162-167.
120 Carta para o Governador de Pernambuco Hyeronimo da Mendonça acompanhando a carta do Governador do Rio Pedro de Mello. Coleção Documentos Históricos. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. 9, p. 191.
121 DHBN, Vol. IV, p. 265 Apud ARAÚJO, Hugo André Flores Fernadez, *Op. Cit*. p. 93.

fica evidente no regimento de Roque da Costa Barreto, como bem apontou Francisco Carlos Cosentino:

> Hei por bem que por evitar as dúvidas que até agora houve entre o governador-geral do Estado, e o de Pernambuco e Rio de Janeiro, sobre a independência, que pretendiam ter do governador-geral, declarar que os ditos governadores são subordinados ao Governo Geral, e que hão de obedecer a todas as ordens que lhes mandar, dando-lhe o cumpra-se (...).[122]

Dessa maneira, o que se pode perceber com esse reconhecimento é como era complexo esse sistema de hierarquização espacial, pois ao mesmo tempo em que os governadores de Pernambuco e do Rio de Janeiro cada vez mais foram conquistando mais influência sobre as capitanias vizinhas, sendo esse crescimento designado oficialmente pela Coroa, como é possível de se observar ao longo dos capítulos 15 e 16 daquele regimento, movimento esse que culminaria nos processos de anexação que aconteceram principalmente ao longo do século XVIII, o rei reconhecia a superioridade do governo-geral e reafirmava a subordinação das demais capitanias à Bahia.[123]

Ainda nesse mesmo regimento, um dos capítulos traz um aspecto interessante ao se trabalhar com a análise das hierarquias espaciais. No capítulo 11, sobre a necessidade de vistoria das fortalezas nas capitanias do Brasil por parte dos seus governantes, e caso existisse necessidade de ajuda em mais de uma delas, o "capitão-general do Estado, o socorrerá, segundo a importância dela, avisando-me de tudo",[124] ou seja, a ordem de ajuda obedeceria a uma ordem de importância espacial dessas capitanias, demonstrado mais uma vez como esses lugares possuíam valores diferenciados.

Em uma série de cartas régias é possível se observar como mesmo no século XVIII a autoridade do governo-geral frente aos demais, principalmente os de Pernambuco que aparentemente resistiam à ideia de obedecer a alguém que não o rei, era superior. Em 1714, em uma carta para Felix José Machado, governador de Pernambuco, o rei avisava, em tom de advertência, que

---

122 COSENTINO, Francisco Carlos. O ofício e as cerimônias de nomeação e posse para o governo-geral do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII). In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de governar*: ideias e práticas políticas no Império Português (séculos XVI a XIX). São Paulo: Alameda, 2007, p. 140.

123 Para um estudo mais detalhado sobre a questão das hierarquias a partir dos regimentos do governo-geral ver: COSENTINO, Francisco Carlos Cardoso. Hierarquia política e poder no Estado do Brasil: o governo-geral e as capitanias, 1654-1681. *Topoi*. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 515-543, jul./dez. 2015. Disponível em: <www.revistatopoi.org>.

124 Regimento de Roque da costa Barreto. In: Revista do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1843, tomo quinto, p. 315.

> Já vos mandei avisar, mandara governar todo o Estado do Brasil pelo Marquês de Angeja, com a patente de vice-rei e capitão-general, e ainda que pela mesma patente terei entendido, deveis executar as ordens tocantes a meu serviço que ele vos expedir, contudo, tive por conveniente advertir-vos o façais com a mesma prontidão com que deveis cumprir as minhas.[125]

O detalhe interessante dessa carta é que o rei não apenas lembrava ao governador de Pernambuco que ele deveria obedecer às ordens do governo-geral, mas que ele deveria executá-las com a mesma velocidade que ele deveria cumprir as ordens régias, mostrando o quão superior era a autoridade de um em relação ao outro.

Alguns anos mais tarde, em 1716, em outra carta régia, dessa vez para D. Lourenço de Almeida, sucessor de Felix José Machado, mais uma vez o rei lembrou que aquele governo era subordinado ao governo-geral. Detalhe interessante dessa carta é que o rei afirmou que essa ponderação foi feita em uma consulta do Conselho Ultramarino daquele ano,[126] ou seja, esse entendimento de que todos os governos eram subordinados ao governador-geral daquele Estado foi tomado com base em uma consulta. Tal fato demonstra que a organização das hierarquias políticas era um elemento de constante debate naquela instituição, tendo em vista que ainda em 1654 essa mesma questão tinha sido discutida no importante parecer de Salvador Correa de Sá.

Em uma outra carta régia de 1724, mais uma vez é possível se observar a determinação da superioridade do governo-geral. Nessa carta, direcionada a D. Manoel Rolim de Moura, governador de Pernambuco, o rei afirmava que existia uma dúvida sobre o significado do título de governador e capitão-general que alguns governantes possuíam, como o próprio Rolim de Moura. Segundo D. João V, esse título era apenas *ad norem,* ou seja, honorífico, não representando implicações práticas de jurisdição, por isso eles deveriam executar as ordens que os vice-reis ou governadores-gerais enviassem.[127] Dessa maneira, percebe-se que por mais que as capitanias do Rio de Janeiro e de Pernambuco tenham-se tornado importantes centros de influência sobre as demais capitanias subordinadas ao redor delas, a Bahia continuava como cabeça do Estado e, consequentemente, o principal centro de poder.

Um último elemento para demonstrar como funcionava a lógica hierarquizadora que tinha a Bahia como o lugar de maior importância dentro da América diz respeito ao direito de representação nas Cortes em Portugal. Os camarários da Bahia ganharam esse direito em 1653,

---

125 Carta régia à Felix José Machado Sobre se executarem as ordens do Governador Geral do Estado com a mesma prontidão que as de Sua Majestade. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 28, 1908, p. 129.
126 Carta régia à D. Lourenço de Almeida Sobre os Senhores Governadores Serem Subordinados ao Governo-Geral do Estado e Executarem as Suas Ordens *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 28, 1908, p. 129.
127 Carta régia a D. Manoel Rolim de Moura sobre se executarem as ordens da Secretaria de Estado, Conselho Ultramarino e Governo-Geral a quem sempre deve dar conta deste governo. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 28, 1908, p. 127.

no entanto, dez anos antes, a Câmara do Rio de Janeiro fez o pedido para poder participar delas. A requisição foi negada com a justificativa de que nem mesmo a Câmara da Bahia havia recebido esse privilégio.[128] Essa resposta mostra que a Câmara do Rio de Janeiro não poderia possuir essa representação não porque era indigna, mas sim porque a Câmara da principal capitania da América portuguesa ainda não a possuía. Com isso, é possível perceber mais uma vez como a visão hierárquica daquela sociedade interferia nas dinâmicas políticas de forma direta.

O século XVIII foi um período significativo para consolidar a divisão do Estado do Brasil em três grandes centros de importância administrativa. Um na Bahia, um no Rio de Janeiro e outro em Pernambuco. Isso porque foi nesse período que os processos de anexação e sujeição de outras capitanias, saindo da tutela do governo-geral e ficando sob responsabilidade dessas duas últimas, ficaram intensos. Para o caso do Rio de Janeiro, Maria Fernanda Bicalho analisou a construção da centralidade daquela capitania frente aos territórios do centro-sul, que de fato veio a se consolidar no século XVIII.[129] Muito significativo para demonstrar essa centralidade foi o governo de Gomes Freire de Andrade, que, ao longo de mais de três décadas, foi responsável por uma vasta área jurisdicional, incorporando importantes espaços, tais como Minas Gerais e São Paulo, e posteriormente Goiás e Mato Grosso, mesmo que por um curto período.[130] Em Pernambuco, que desde o século XVII já tinha sob sua tutela a capitania do Ceará, em 1701, recebeu o Rio Grande e, em 1756, a Paraíba.[131]

Sobre a questão da centralidade do Rio de Janeiro na região sul, Daniel Afonso da Silva analisou esse aspecto, tendo como foco de discussão a mudança da cabeça do Estado do Brasil da Bahia para o Rio de Janeiro. Para Silva, essa modificação administrativa não implicava em uma espécie de premiação pela qual coroava o Rio de Janeiro pela sua crescente importância e

---

128 CARDIM, P.; KRAUSE, T. A comunicação entre a câmara de Salvador e os seus procuradores em Lisboa durante a segunda metade do século XVII. In: Souza, E. S.; Marques, G.; Silva, H. R. (orgs.), *Salvador da Bahia*: retratos de uma cidade atlântica. Salvador/Lisboa: EDUFBA/CHAM, 2016, p. 72.

129 Bicalho, Maria Fernanda. O Rio de Janeiro no século XVIII: a transferência da capital e a construção do território centro-sul da América portuguesa. *URBANA:* Revista Eletrônica Do Centro Interdisciplinar De Estudos Sobre a Cidade, v. 1, nº1, p. 1-20, 2013. Destaca-se também o trabalho de Mônica da Silva Ribeiro a respeito da construção da centralidade do Rio de Janeiro naquela região. RIBEIRO, M. da S. O Rio de Janeiro como cabeça do centro-sul da América portuguesa, século XVIII: estratégias políticas e transformações socioeconômicas. *Locus*: Revista de História, [S. l.], v. 20, n. 1, 2014.

130 Para um estudo do governo de Gomes Freire de Andrade, ver: RIBEIRO, Mônica da Silva. "*Se faz preciso misturar o agro com o doce*": a administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América portuguesa (1748-1763). Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2010.

131 Para um estudo sobre a centralidade de Pernambuco sobre as Capitanias do Norte, ver trabalho já citado de: CHAVES JR, José Inaldo. As capitanias de Pernambuco e a construção dos territórios e das jurisdições na América portuguesa (século XVIII). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

que mesmo após a transferência da capital, de uma forma geral, pouca coisa mudou nas percepções hierárquicas dos indivíduos da época. Segundo o autor, o Rio de Janeiro passaria a exercer um papel central e, consequentemente, ser percebido pelos demais agentes como tal espaço, somente após a chegada da Corte, em 1808.[132]

Para Silva, a questão do ouro é valorizada de maneira desproporcional para explicar a importância que o Rio de Janeiro passou a ter. A estrutura econômica da América portuguesa já estava muito bem montada e explorada, principalmente, com base na produção do açúcar. "O brilhante metal seria apêndice. Importante. Mas apêndice".[133] Ainda sobre esse aspecto econômico, questiona afirmações de que a Bahia estava em crise financeira frente ao esplendor da nova capital, o que reforçaria a tese da mudança do centro político, quando, pelo contrário, a elite da Bahia continuava a exercer um poder e influência muito grande. O que o autor defende é que a mudança foi uma questão contextual, apenas. A morte do vice-rei da Bahia, conde de Lavradio, seguida em poucos anos depois pela morte do conde de Bobadela, deixou um vazio de poder que auxiliou na criação do contexto de mudanças. Do ponto de vista lógico, no gerenciamento dos conflitos nas fronteiras do Sul, fazia mais sentido uma gestão mais próxima dos problemas. [134] Entende-se, por parte do autor, que existe uma defesa na historiografia de que essa mudança de capital representou a coroação de um movimento que consolidava a centralidade do Rio de Janeiro. Daniel Silva colocou-se contrário a essa interpretação, no entanto, ao defender que foi simplesmente uma questão contextual, desconsidera que, de fato, o Rio representava um espaço de centralidade na região Sul da América portuguesa e de que isso, certamente, foi um fator relevante na decisão de mudança, apesar de não ter sido explicitamente mencionado

Tendo em vista o que foi discutido até o momento, foi possível perceber como no Estado do Brasil ao longo dos séculos XVII e XVIII foi se constituindo um cenário político marcado pelo policentrismo, tendo grande destaque as três capitanias principais referenciadas até aqui. No entanto, falta responder as seguintes questões: como funcionava esse jogo de hierarquias espaciais nas Capitanias do Norte? Seriam Paraíba, Rio Grande e Ceará três capitanias de mesmo predicamento? Quais elementos demonstravam a igualdade ou desigualdade entre elas? As respostas para essas perguntas serão os temas das próximas páginas.

---

132 SILVA, Daniel Afonso da. O enigma da capital: a mudança do vice-reinado para o Rio de Janeiro em 1763. 2012. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 20.
133 *Ibidem*, p., 30.
134 *Ibidem*, p. 46 e 55-56.

1.4 **O soldo e a representação da autoridade**

Ao receber a folha de pagamento dos oficiais régios da capitania da Bahia em 1676, Bernardo Vieira Ravasco, secretário do Estado do Brasil, notou que seu nome não veio posicionado logo depois do nome do governador-geral. Descontente com essa situação, mais indignado ficou ao ver que seu nome estava abaixo dos nomes dos porteiros da Alfândega e da Fazenda. Escreveu, então, uma representação para ficar registrada na secretaria daquele governo, afirmando o quão importante era o cargo de secretário de Estado, sendo o segundo em autoridade após o governador-geral. Ele determinou que o provedor da Fazenda fizesse alteração na ordem em que estavam dispostos os ofícios, colocando o seu logo em seguida ao do governador "por ser o lugar que por suas preeminências lhe toca".[135] A partir desse caso é possível perceber como a disposição espacial de um nome em uma folha de pagamento era um elemento que exprimia as hierarquias dos postos e poderia causar constrangimentos caso não estivesse adequadamente representada. Algo que parecia tão sutil e que facilmente poderia passar despercebido aos nossos olhos, foi motivo de grande insatisfação por parte de Bernardo Vieira Ravasco.

Esse exemplo é muito significativo para o entendimento de que as representações das hierarquias aparecem nos menores detalhes e podem ter implicações diversas. Como se vem discutindo ao longo de todo esse capítulo, aquela era uma sociedade baseada em uma estrutura de desigualdades, onde as representações hierárquicas eram elementos essenciais de reconhecimento. Se o lugar onde estava escrito um nome em uma folha de pagamento era uma forma de expressar essa lógica de valores desiguais, o soldo recebido de fato seria mais um importante elemento de distinção. Rafael Ale Rocha destacou como o baixo soldo recebido pelos capitães-mores do Pará era um fator que impedia pessoas consideradas de qualidade de tentarem assumir esse posto. Um edital de seleção de governante para aquela capitania, de 1690, foi cancelado por falta de pessoas consideradas capazes a assumir aquele cargo. Um novo processo de seleção foi realizado, no entanto, as mesmas pessoas se candidataram. Tal fato fez com que o Conselho Ultramarino recomendasse ao rei que ele aumentasse o soldo dos capitães-mores daquela capitania para que dessa forma conseguisse atrair pessoas de maior consideração aquele governo.[136]

---

135 CERTIDÃO (cópia) de José Pires de Carvalho e Albuquerque atestando o registo da ordem que determina a importância do secretário do estado e guerra na hierarquia administrativa do Brasil. AHU- BA (Avulsos), Cx. 2, D. 189.

136 ROCHA, Rafael Ale. *A elite militar no Estado do Maranhão*: poder, hierarquia e comunidades indígenas (século XVII). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituo de Ciências Humanas e Filosofia, 2013, p. 10.

Para além de simplesmente analisar o soldo recebido pelos agentes governativos, o que se pretende fazer nesse momento é analisar como esses agentes enxergavam as hierarquias espaciais por meio dos soldos que recebiam eles mesmos e outros governantes.

Em 1670, o então nomeado governador de Pernambuco, Fernão de Sousa Coutinho, fez um requerimento ao rei, solicitando aumento de seu soldo que era de 400 mil réis. Para justificar o seu pedido ele afirmou que estava registrado na chancelaria que aquele governo era avaliado em 600 mil réis e, além disso, ele destacou que estavam indo para o governo do Maranhão e de Cabo Verde dois mestres de campo que receberiam 600 mil réis cada, o que seria muito "desigual que fosse a Pernambuco um general de artilharia com quatro centos mil réis somente", tendo aquela capitania "crescido na reputação, não parecia justo que diminuísse nos soldos."[137]

O Conselho Ultramarino foi de parecer favorável ao requerimento de Fernão de Sousa Coutinho. Afirmaram os conselheiros que, devido ao predicamento que o rei possuía das capitanias do Rio de Janeiro e de Pernambuco, ele deveria aumentar o soldo do governador, uma vez que os governantes de Cabo Verde e do Maranhão estavam recebendo maior soldo, mesmo sendo "esses governos de menos predicamento". Além da associação das diferentes hierarquias espaciais, um outro elemento hierarquizador foi destacado no parecer. Eles afirmaram que os mestres de campo daquela capitania recebiam 600 mil réis, então não faria sentido que um governador recebesse menos que eles, pois isso poderia ser prejudicial "a autoridade devida ao cargo que ocupa". Ainda há nessa consulta a resposta de Salvador Correa de Sá, que afirmou:

> (...) estes governos (tirando o do Estado do Brasil e Reino de Angola), devem ser iguais no soldo, pois o são na reputação; e na mesma forma devem ser todos os mais apontados para evitar o descrédito que se segue aos governadores de Pernambuco e Rio de Janeiro, sendo praças que se reputam em pessoas de mais merecimentos, e as outras tão limitadas, que se lhes diminuir o soldo não se poderão os governadores delas se sustentarem.[138]

A partir da análise dessa consulta é possível notar que a visão dos diferentes valores espaciais entre os territórios da Coroa portuguesa era compartilhada pelo governador de Pernambuco, Fernão de Sousa Coutinho, como também pelos conselheiros do Conselho Ultramarino, concordando todos que a capitania de Pernambuco possuía um maior predicamento em relação ao Maranhão e Cabo Verde, portanto, merecia receber aquele

137 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro, sobre o requerimento do governador nomeado da capitania de Pernambuco, Fernão de Sousa Coutinho, pedindo para seu soldo ser acrescentado. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 9, Doc. 898.
138 AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 9, D. 898.

governador um soldo maior. Além disso, cabe destacar que novamente as capitanias do Rio de Janeiro e de Pernambuco apareceram como importantes lugares dentro desse corpo político que era a América portuguesa, mesmo estando abaixo do governo da Bahia, como mais uma vez Salvador Correa de Sá destacou.

Em 1721, D. Manuel Rolim de Moura, governador de Pernambuco, enviou uma carta ao rei reclamando de uma situação inusitada. Antes dessa carta, ele já tinha feito um requerimento pedindo aumento em seu soldo, no entanto, de alguma maneira ele ficou sabendo que seu pedido foi consultado juntamente a um requerimento também de aumento de soldo do governador do Maranhão. Nessa consulta foi concedido o mesmo acréscimo aos dois governantes, o que deixou D. Manuel Rolim de Moura insatisfeito, levando-o a escrever a nova carta reclamando dessa situação. Ele firmou que aqueles governos eram muito diferentes e disse ainda que

> E o governo de Pernambuco sempre foi de maior predicamento [...] e é capitania de muita fidalguia, muitos cabos de guerra, muitos senhores de engenho que todos se tratam com grande luzimento a cujo respeito necessita os governadores de mais luzidade, casa e numerosa família, que pela carestia dos frutos da terra necessita de excessivos gastos e todas as ditas diferenças são notórias neste Reino, e a vista delas deve ser diferente o aumento do soldo do suplicante.[139]

D. Manuel Rolim de Moura não ficou insatisfeito por ter achado o aumento de seu soldo insuficiente. O que o desagradou foi o fato de ter recebido o mesmo aumento que o governador do Maranhão também recebeu. Essa reação é de grande relevância, pois como o próprio Rolim de Moura afirmou, a capitania de Pernambuco "sempre foi de maior predicamento" e "de muita fidalguia", por isso era inaceitável que ele, como governador dela, fosse equiparado a um espaço de menor importância. Tal fato demonstra, mais uma vez, como a percepção das hierarquias espaciais implicava diretamente na forma de agir dos agentes régios, que podiam se sentir prestigiados com a nomeação para algum importante governo, e ao mesmo tempo, desprestigiados ao serem comparados a governantes menores.

A resposta do conselho é igualmente interessante. Como foi destacado, essa reclamação de D. Manuel Rolim de Moura foi posterior ao seu pedido de aumento de soldo, que está em anexo na mesma documentação. Para esse primeiro pedido o parecer do conselho foi favorável, já para o segundo houve divergência. Alguns conselheiros foram de acordo com o aumento ainda maior para o dito governador, alegando que por ele já ter ocupado postos de muita

139 Requerimento do [nomeado] governador da capitania de Pernambuco, D. Manoel Rolim de Moura, ao rei [D. João V], pedindo acréscimo em seu soldo e uma ajuda de custo. AHU-PE, Papeis Avulsos, Cx. 29, Doc. 2626.

graduação – ele foi governador de Mazagão e do Maranhão anteriormente – e "sendo ultimamente *promovido* por vossa majestade para o de governador e capitão general da capitania de Pernambuco, que certamente nos termos presentes se tem por de maior predicamento que o do Maranhão"[140], merecia o suplicante o aumento pedido. O conselheiro que foi contrário ao requerimento alegou que D. Manoel Rolim de Moura já tinha recebido um aumento recentemente.

Mais uma vez foi possível analisar a visão de um governante e dos agentes do Conselho Ultramarino a respeito das hierarquias espaciais dos territórios. E novamente a capitania de Pernambuco foi colocada como de maior predicamento frente a do Maranhão, sendo reconhecida como tal tanto pelo governador, como pelos conselheiros. Chama atenção o trecho destacado no parágrafo anterior, quando foi utilizada a palavra "promovido" para se referir a sua nomeação ao governo de Pernambuco, indicando que, de fato, D. Manuel Rolim de Moura, que já tinha ocupado o posto de governador de Mazagão e do Maranhão, ao ser escolhido para governar Pernambuco, foi promovido nessa hierarquia de governos.

Foram analisados dois pedidos de aumento de soldo por parte de governadores de Pernambuco com elementos muito elucidativos a respeito das hierarquias espaciais. No entanto, também é necessário analisar esse tipo de requerimento feito por governantes de capitanias consideradas menos importantes, pois isso em muito auxiliará em uma perspectiva comparativa sobre a visão desses agentes.

Em 1732, o capitão-mor do Rio Grande, João de Barros Braga, fez um requerimento solicitando aumento de seu soldo. Como justificativa de seu pedido ele alegou que após a proibição de exercer comércio por partes dos governantes, o rei aumentou o soldo desses agentes em todos os lugares, menos na capitania do Rio Grande. Afirmou ainda que "(...) sendo a mais antiga capitania e cidade com uma fortaleza na barra das melhores daquele Estado do Brasil se não tinha acrescentado o soldo aos capitães-mores dela". Por fim, ainda afirmou que o capitão-mor do Ceará estava recebendo 400 mil réis, enquanto ele ainda estava com 200 mil.[141]

O parecer do Conselho Ultramarino foi favorável ao seu aumento, discordando, no entanto, nos valores. Em um primeiro momento concordaram que ele passasse a receber os mesmos 400 mil réis que recebia o capitão-mor do Ceará, "por ser vizinho o posto e de igual

140 *Idem*.
141 Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre cartas do provedor da Fazenda Real, Domingos da Silveira, e do capitão-mor do Rio Grande do Norte, João de Barros Braga, acerca do acrescentamento do soldo do capitão-mor. AHU-RN, Papeis Avulsos, Cx. 3, Doc. 170.

graduação". No entanto, um dos conselheiros decidiu que o aumento deveria ser de apenas 100 mil réis, sem justificar o porquê de sua resposta. No final, conseguiu receber o aumento de 200 mil réis, equiparando com o soldo do capitão-mor do Ceará.

Essa consulta, assim como nas anteriores, também apresenta elementos de avaliação das hierarquias espaciais. Todavia, diferente das outras que sempre colocava Pernambuco como um espaço mais importante que os demais apresentados, por isso merecia receber um soldo maior, o capitão-mor e os conselheiros nesse caso avaliaram as capitanias do Rio Grande e do Ceará como semelhantes, por isso, seria injusto o menor soldo recebido pelo capitão-mor do Rio Grande. Além disso, é interessante como na tentativa de justificar o seu aumento, João de Barros Braga tentou valorizar a capitania do Rio Grande dizendo que ela era umas das mais antigas e que possuía uma das melhores fortalezas do Estado do Brasil, tentando mostrar que o espaço que ele governava possuía uma importância simbólica e estratégica para a Coroa, merecendo, portanto, uma valorização no soldo de seus governantes.

Em 1746, o capitão-mor do Ceará, Francisco de Miranda Costa também fez um requerimento solicitando aumento de seu soldo. Para justificar o pedido alegou que ele já havia sido capitão-mor por duas vezes da capitania de Sergipe e que nela chegou a receber o soldo de 600 mil réis e, além disso, o capitão-mor do Espírito Santo também recebia esses mesmos 600 mil réis, enquanto ele, como governante do Ceará, estava recebendo apenas 400 mil e que esse valor não era o suficiente para "se tratar um capitão-mor como era devido".[142] Esse caso é bem interessante devido aos exemplos utilizados como comparação por parte de Francisco de Miranda Costa. Como foi visto, os capitães-mores do Rio Grande já recebiam menos que os do Ceará, tendo igualado os seus soldos alguns anos antes. Ele precisou então recorrer a outras capitanias que pudessem ser utilizadas como exemplo, no entanto, era necessário que elas fossem consideradas de mesma dignidade em termos hierárquicos, ou, como eles utilizavam bastante em suas argumentações, de mesmo predicamento. Isso porque ele não poderia utilizar o soldo que recebiam os governantes de Pernambuco para comparar com o seu, demonstrando dessa maneira que eles compreendiam as diferenças hierárquicas entre as capitanias.

Até o momento foram trabalhados exemplos de governantes de Pernambuco, Rio Grande e Ceará, e o que se notou é que essas duas últimas capitanias eram consideradas iguais em predicamento, enquanto a primeira seria tida como um nível superior a elas, até porque se tratava de uma capitania principal e suas anexas. A capitania da Paraíba, que será alvo de análise

142 REQUERIMENTO do capitão-mor do Ceará, Francisco de Miranda Costa, ao rei [D. João V], em que pede o mesmo ordenado que vencia como capitão-mor de Sergipe de El Rei. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 4, Doc. 279.

agora, apesar de não ser considerada uma capitania principal como Pernambuco, possuía um estatuto político que a diferenciava do Rio Grande e do Ceará. Isso é possível de notar por meio da análise do requerimento feito por João de Abreu Castelo Branco, capitão-mor nomeado para aquela capitania que, em 1721, fez um pedido de aumento de soldo. Para justificar o seu pedido, ele alegou que, após a proibição do comércio por parte dos governantes, todos eles receberam aumento de soldo, menos os da Paraíba. Utilizou como exemplo o governo de Pernambuco, que tinha recebido um aumento de 600 mil réis, passando a receber por ano 6 mil cruzados, que equivaleria a 2 milhões e 400 mil réis.[143]

O Conselho foi de parecer favorável ao pedido do capitão-mor da Paraíba, afirmando que, aos 3 mil cruzados que já recebiam os governantes daquela capitania, mais mil cruzados fossem acrescentados, totalizando 1 milhão e 600 mil réis de soldo. Por meio dessa consulta um aspecto chama logo atenção. A diferença gritante nos soldos recebidos pelos governantes das Capitanias do Norte. Em 1720, o governador de Pernambuco estava recebendo 6 mil cruzados, o da Paraíba 4 mil cruzados, enquanto os do Rio Grande e Ceará passaram a receber mil cruzados somente após esse período, pois, como foi visto, em 1732, João de Barro Braga, capitão-mor do Rio Grande estava solicitando que seu soldo aumentasse de 200 mil réis para 400 mil, que equivaleria a mil cruzados. Tal discrepância é um forte indicador das hierarquias espaciais na América portuguesa.

Outro aspecto que merece destaque nessa consulta, diz respeito ao exemplo utilizado pelo capitão-mor da Paraíba. Ao se referir aos aumentos de soldo, ele utilizou como comparação o soldo recebido pelo governador de Pernambuco. Isso é muito simbólico, pois, como já abordado, os capitães-mores do Rio Grande e do Ceará nunca usaram a capitania de Pernambuco como parâmetro, e, apesar de ter destacado apenas dois exemplos dessas capitanias, outros governantes desses lugares, tratando dessa mesma matéria, não utilizaram a capitania principal como comparação.[144] Portanto, aos olhos de João de Abreu Castelo Branco, a sua capitania estaria mais próxima de Pernambuco do que das outras duas, visão esta aparentemente compartilhada pelo Conselho Ultramarino, tendo em vista que concordaram com o requerimento.

Em 1775, o então governante da Paraíba, Jerônimo José de Melo e Castro, escreveu uma carta ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, reclamando

143 CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V sobre o requerimento do capitão-mor nomeado para a Paraíba, João de Abreu de Castel Branco, solicitando mandar acrescentar o seu soldo da mesma forma que fez com todos os governadores das mais conquistas. AHU-Paraíba, Papéis Avulsos, Cx. 5, D. 380.
144 AHU-RN, Papeis Avulsos, Cx. 2, D. 125, 127.

sobre sua limitação jurisdicional naquela capitania devido aos governadores de Pernambuco. Ao relatar o seu descontentamento, afirmou que os capitães-mores subordinados do Rio Grande e do Ceará, que recebiam mil cruzados de soldo, estavam praticando mais amplamente suas jurisdições do que ele, que tinha sido honrado com a patente de coronel e o título de governador da capitania da Paraíba e recebia 4 mil cruzados de soldo.[145] Com essa fala, Jerônimo José de Melo e Castro mostrava sua indignação com essa situação, pois como poderia ele, possuidor de uma titulação e soldo tão superior aos dos capitães-mores do Rio Grande e Ceará, possuir menos jurisdição? Não convém desenvolver a resposta dessa questão, mas ela demonstra a visão que tinha esse agente sobre as hierarquias daquelas capitanias.

Mais de 50 anos depois da última consulta analisada, a disparidade dos soldos entre essas capitanias manteve-se enorme. Além da questão do soldo, também apareceu nessa situação o elemento da titulação dos governantes, que seria mais um traço diferenciador entre essas capitanias. Tal aspecto será melhor abordado no próximo tópico. O que se pode afirmar até o momento é que, ao se pensar nas Capitanias do Norte como um conjunto fechado, o que temos é a capitania de Pernambuco como principal centro, as do Ceará e do Rio Grande como subordinadas imediatas[146] de mesmo predicamento, e por fim, a Paraíba como um espaço intermediário entre essas duas e Pernambuco.

1.5 **As capitanias do Norte e a questão da subordinação e anexação**

A respeito das distinções hierárquicas dentro do Estado do Brasil, como se viu, o que existiu foi um constante crescimento de importância nas capitanias de Pernambuco e do Rio de Janeiro, que, somando com a Bahia, se consolidaram como os três grandes centros de poder no Estado do Brasil. Essas três capitanias eram consideradas principais na divisão política oficial do espaço americano no século XVII, enquanto as demais seriam classificadas como subordinadas.[147] Apesar disso, os governos de Pernambuco e do Rio de Janeiro eram considerados subordinados ao governo-geral, não obstante a autonomia que possuíam frente a ele. Como capitanias eram principais, como governos, subordinados. Isso demonstra mais uma

145 OFÍCIO do [governador da Paraíba], brigadeiro Jerónimo José de Melo e Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as diferenças com o governador e capitão-general de Pernambuco, José César de Meneses, acerca da jurisdição, dignidade, soldo do seu cargo. Anexo: 6 docs. AHU-Paraíba, Papéis Avulsos, Cx. 25, D. 1963.

146 Apesar de o Rio Grande ter sido anexado a Pernambuco apenas em 1701, enquanto o Ceará desde 1656 já o era, ambas possuíam o estatuto de subordinadas.

147A divisão entre capitanias principais e subordinadas ganhou maior destaque após a sistematização feita por Caio Prado Junior. PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 21ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p. 305.

vez a complexidade das relações políticas naquele espaço e a necessidade de se aprofundar nesse tipo de estudo para se entender as dinâmicas políticas dessa organização. Ao longo do século XVIII novas capitanias principais surgiram, como Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Para além dessas duas categorias, ainda existia a das capitanias anexas, que será alvo de debate nesse momento do trabalho.

Uma forma interessante de se observar as diferenças hierárquicas entre esses tipos de capitanias, diz respeito ao ritual de preito e menagem que os governantes delas prestavam. Segundo Francisco Carlos Cosentino, de uma maneira geral, os governadores das capitanias principais realizavam esse ritual na corte, diretamente nas mãos do rei, enquanto os governantes das capitanias subordinadas costumavam prestar preito e menagem nas mãos dos governantes das capitanias às quais os seus governos estavam subordinados.[148] Além disso, outra forma de diferenciar essas capitanias é observando a titulação de seus governantes. Enquanto os das principais eram nomeados como governadores, a das subordinadas eram apenas capitães-mores. Marcos Fonseca, em artigo recentemente publicado, analisou os lugares onde diversos governantes das Capitanias do Norte, menos a de Pernambuco, realizaram esse ritual ao longo da segunda metade do século XVII e de fato ele demonstra que a maioria dos capitães-mores do Ceará fizeram o juramento nas mãos dos governadores de Pernambuco, enquanto os do Rio Grande boa parte fez nas mãos do governador-geral. Já para o caso da Paraíba, apesar do número menor da amostragem levantada pelo autor, a maioria dos governantes fizeram o preito e menagem diretamente com o rei e, em menor caso, com os governadores-gerais.[149] É importante destacar que, nesse período, a capitania do Ceará já era anexada a Pernambuco, o que explicaria o lugar de juramentos de seus capitães-mores. Com relação à Paraíba e ao Rio Grande, ambas ainda oficialmente independentes do governo de Pernambuco, a diferença dos lugares onde era feita a cerimônia é um indicativo que demonstra, em termos simbólicos, a importância dessas capitanias na estruturação hierárquica que elas representavam. Como já foi

148 COSENTINO, Francisco Carlos Cardoso. Hierarquia política e poder no Estado do Brasil: o governo-geral e as capitanias, 1654-1681. *Topoi*. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 515-543, jul./dez. 2015, p. 538. Disponível em: <www.revistatopoi.org>.

149 FONSECA, Marcos Arthur Viana da. "Faço preito e homenagem a Sua Majestade e a Vossa senhoria em suas mãos": A cerimônia de preito e ménage e as jurisdições nas Capitanias do Norte. *Mnemosine Revista*, Campina Grande, V. 10, Nº 2, p. 10-47, 2019. Outros trabalhos anteriores também abordaram a questão dos preitos e menagens dos capitães-mores do Rio Grande, dentre eles, destacam-se o de Carmen Alveal e o de Lívia Barbosa. ALVEAL, Carmen. Os desafios da governança e as relações de poder na Capitania do Rio Grande na segunda metade do século XVII. In: MACEDO, Hélder Alexandre Medeiros de; SANTOS, Rosenilson da Silva (Orgs.*). Capitania do Rio Grande*: histórias e colonização na América Portuguesa. João Pessoa: Ideia; Natal: EDUFERN, 2013, p.27-44; BARBOSA, L. B. S.. Entre a distância e a fidelidade: Relações entre os capitães-mores do Rio Grande e os governadores de Pernambuco (segunda metade do século XVII). *Historien* (Petrolina), v. s/v, p. 111-132, 2014.

e será visto nas próximas páginas, a Paraíba de fato ocupava um lugar intermediário em termos de predicamento entre Pernambuco e as demais Capitanias do Norte.

Ao analisar a construção histórica das Capitanias do Norte, José Inaldo demonstrou como esse espaço geográfico/administrativo foi se consolidando no imaginário dos agentes régios e da Coroa portuguesa, sendo compartilhada, inclusive, por povos estrangeiros, como os neerlandeses quando ocuparam essa região por quase 30 anos. Um dos primeiros momentos quando ocorreu essa divisão foi, quando, em 1572, a América portuguesa foi dividida em dois governos-gerais, tendo um governador das capitanias ao norte e um outro governador das do sul. Apesar da divisão oficial, esse modelo não durou muito tempo, sendo o governo-geral novamente unificado em 1577.[150] Além disso, o autor indica que a presença holandesa nessas capitanias foi decisiva para a consolidação do reconhecimento das Capitanias do Norte como um espaço administrativo distinto, tendo a capitania de Pernambuco como um centro.[151]

A centralidade de Pernambuco frente às demais Capitanias do Norte era um motivo de preocupação de alguns agentes da Coroa ao longo da primeira metade do século XVII, entre eles, destaca-se Diogo de Campos Moreno, que via a crescente influência da capitania Duartina como algo prejudicial à Coroa, propondo um projeto de incorporação da capitania de Itamaracá à Paraíba, fazendo com que essa nova praça pudesse rivalizar com Olinda.[152] Outras propostas tentando diminuir a influência Pernambucana nas outras capitanias viriam a acontecer no século seguinte,[153] o que mostra que essa preocupação foi um elemento de certa constância dos agentes régios ao longo de boa parte do período colonial. No entanto, projetos visando aumentar a centralidade pernambucana também foram expostos, como em fins do século XVII, Gregório Varela de Berredo Pereira, autor do *Breve Compêndio*, fez uma sugestão de que em Pernambuco se fizesse um segundo governo-geral, anexando a ele a Paraíba e o Rio Grande (o Ceará já se encontrava anexado nesse período).[154]

Em 1731, o governador de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira Tibão, enviou uma carta ao rei propondo a anexação da Paraíba ao seu governo, alegando que eram muitos os gastos naquela capitania que pouco retorno econômico possuía, sendo então um gasto desnecessário manter toda a estrutura política dela. Nessa carta, ele detalhou os soldos de diversas autoridades

150 CHAVES JUNIOR, José Inaldo. As capitanias de Pernambuco e a construção dos territórios e das jurisdições na América portuguesa (século XVIII). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017, p. 26-28.
151 *Ibidem*, p. 52-53.
152 *Ibidem*, p. 39.
153 FONSECA, Marcos Arthur Viana da. Anexas ou capitanias-gerais? Propostas de modificações espaço-jurisdicionais nas Capitanias do Norte (primeira metade do século XVIII). In: XIII Semana de História Política. 2018. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: 2018, p. 801-819.
154 CHAVES JUNIOR, José Inaldo, *Op. Cit*., p. 64.

daquela capitania, começando com o capitão-mor dela, que ganhava mil cruzados.[155] Destacou ainda um elemento interessante para análise, afirmou que tinha um capitão cabo que governava com o mesmo soldo que recebiam esses mesmos oficiais em Pernambuco, dando a entender que essa igualdade não deveria existir, tendo em vista que esses oficiais de uma capitania menos importante deveriam receber menos que os da capitania principal. Com isso, é possível identificar que os mesmos postos possuíam valores diferentes de acordo com a localidade em que eles se situavam. Isso demonstra, mais uma vez, como as hierarquias espaciais refletiam diretamente na organização administrativa daquela sociedade.

Ao analisar essa proposta de anexação por parte do governador de Pernambuco, José Inaldo fez uma importante reflexão, pois ao longo da consulta é pedido o parecer do governador-geral sobre essa situação e ele apenas responde que deixaria esse parecer para outra oportunidade. Tal resposta, segundo o autor, mostrou um certo desinteresse por parte do governador-geral, situação essa que muito provavelmente não aconteceria algumas décadas atrás, quando eram constantes os conflitos do governo-geral com o governo de Pernambuco sobre as pretensões de expansão jurisdicional dessa capitania sobre as demais do Norte.[156] Isso aponta para uma interpretação de que, ao longo do século XVII, ainda estava se construindo um modelo político-jurisdicional nas capitanias da América portuguesa em que o governo-geral procurava manter sua centralidade frente todas as outras capitanias, no entanto, com o passar das décadas, cada vez mais a configuração política foi se consolidando na construção de policentrismos, sendo Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, os três grandes centros políticos responsáveis pela administração das capitanias adjacentes, constituindo-se dessa forma a possível razão do desinteresse do conde de Sabugosa, governador-geral na época, sobre essa questão.

José Inaldo destaca que a capitania de Pernambuco foi feita capitania principal ou geral, apenas em 1714, isso porque, a partir dessa data, todos os governadores passaram a receber o título de governador e capitão-general. Ele justifica essa afirmação por não ter encontrado até o momento nenhuma indicação que demonstrasse que essa era uma capitania desse estatuto antes desse momento. Para o caso da capitania do Rio de Janeiro, isso teria ocorrido alguns anos antes, em 1697.[157] A afirmação de que Pernambuco e Rio de Janeiro apenas se tornaram capitanias principais a partir do momento que passaram a receber capitães-generais, leva ao seguinte questionamento: se antes não eram capitanias principais, o que eram? Subordinadas?

155 *Ibidem*, p. 173.
156 *Ibidem*, p. 187.
157 *Ibidem*, p. 60.

Provavelmente a disputa judicial entre a Coroa e os donatários de Pernambuco tivesse criado um estado de indefinição político-jurisdicional que impossibilitava categorizar de forma mais objetiva tal estado.

O que se pôde observar ao longo do capítulo foi exatamente como apesar dos governos de Pernambuco e do Rio Janeiro terem aumentado suas áreas de influência dentro da América portuguesa, e ganho cada vez mais autonomia jurisdicional frente ao governo-geral, eles ainda eram considerados subordinados à Bahia. A conclusão que se chegou foi a de que tanto Pernambuco, como Rio de Janeiro, mesmo antes do século XVIII, eram capitanias principais, mas com governos subordinados, mesmo que simbolicamente,[158] à Bahia. Reforça essa conclusão, o parecer já analisado nesse capítulo do Conselho Ultramarino sobre as divisões dos quatro governos da América portuguesa. Nele, ao tratar de Pernambuco, o conselho afirmou que "[...] porque na dita capitania que é principal, e residência do mestre de campo-geral [...]",[159] ou seja, já em 1654 a capitania de Pernambuco era reconhecida como principal.

Os processos de anexação envolvendo a capitania de Pernambuco, como já foi destacado, aconteceram em momentos distintos. O Ceará em 1656, o Rio Grande em 1701 e a Paraíba em 1756. Apesar disso, a ambição por influência que a capitania Duartina possuía sobre elas não se limitou apenas aos seus períodos como anexas. Ao longo da segunda metade do século XVII e primeira metade do XVIII foram recorrentes as tentativas de governantes da capitania principal em ganhar controle sobre as demais.[160] Algumas propostas de modificações jurisdicionais ocorreram nesse período, tendo Pernambuco e Paraíba como centros das mudanças.

Analisando as modificações jurisdicionais nas Capitanias do Norte, Marcos Fonseca destacou alguns casos interessantes sobre pedidos de anexação de outras capitanias por parte de governantes da Paraíba e de Pernambuco ao longo da primeira metade do século XVIII. Em 1709, João da Maia da Gama, governante da Paraíba, fez um requerimento pedindo que as capitanias de Itamaracá e do Rio Grande fossem anexadas sub sua jurisdição, alegando que ambas faziam parte da Comarca da Paraíba, por isso facilitaria de forma geral, a administração dessas capitanias se estivessem sob a autoridade de um único governante, além dos benefícios

158 Utilizo a palavra simbolicamente por chegar à conclusão de que oficialmente todas as capitanias eram subordinadas ao governo-geral, no entanto, existiam aquelas cuja autonomia era maior frente a ele, como as de Pernambuco e do Rio Janeiro, que como foi apontado, constantemente os seus governadores eram alvos de reclamações por parte dos governadores-gerais, que alegavam que suas jurisdições estavam sendo desrespeitadas pelos governantes dessas capitanias.

159 AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 6, Doc. 466.

160 ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *Jurisdição e conflito*: aspectos da administração colonial. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997.

econômicos que isso acarretaria. Infelizmente, não foi possível identificar o parecer sobre esse pedido, pois o governador-geral responsável por isso, Pedro de Vasconcelos de Sousa, alegou que devido às inquietações em Pernambuco, não seria possível refletir sobre isso.[161]

Outro caso destacado por Fonseca foi de mais um capitão-mor da Paraíba, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, em 1730. Dessa vez, pedia que fossem anexadas, além de Itamaracá e Rio Grande, a capitania do Ceará. Para justificar o seu pedido, ele alegou que a capitania da Paraíba sempre foi muito rica, mas que nos últimos 10 anos, devido a uma forte seca, ela estava passando por problemas financeiros, por isso, com a anexação das demais capitanias, isso poderia ser resolvido. Além disso, ele ainda afirmou que essa reorganização territorial seria importante para fazer uma "poderosa oposição" a Pernambuco, pois os moradores daquela capitania são "dados a perturbações e levantes".[162] Essa proposta foi analisada por João da Maia da Gama, o mesmo que havia feito um pedido semelhante anos antes. Segundo Gama, o rei não deveria aceitar a proposta, pois ela não seria o suficiente para resolver os problemas financeiros da Paraíba e que esse processo apenas resultaria no "aumento da autoridade, predicamento e jurisdição do capitão-mor", pois para exercer o governo sobre todos esses territórios, receberia a patente de capitão-general.[163]

Em ambos os casos é interessante se perceber como os dois capitães-mores tinham como objetivo principal acabar com a crise econômica da capitania da Paraíba, mesmo que para isso terminasse implicando em um quadro deficitário para as outras capitanias, que teriam a função única e exclusiva de auxiliar a Paraíba, mostrando dessa maneira como aos olhos desses governantes, essa capitania teria uma importância superior frente às outras. Ademais, a proposta feita por Francisco Pedro de Mendonça Gorjão tinha como objetivo criar um outro espaço central que pudesse rivalizar com Pernambuco, usando como justificativa os problemas ocorridos naquela capitania em 1711 para demonstrar os perigos que ela representava. Por fim, outro aspecto que chama atenção foi o parecer de João da Maia da Gama, que deixa implícito que, na verdade, um dos objetivos de Francisco Pedro de Mendonça Gorjão era aumentar a sua autoridade ao aumentar o predicamento de seu governo, o que mostra para além da visão desses

161 FONSECA, Marcos Arthur Viana da. Anexas ou capitanias-gerais? Propostas de modificações espaço-jurisdicionais nas Capitanias do Norte (primeira metade do século XVIII). In: XIII Semana de História Política. 2018. Rio de Janeiro. *Anais*... Rio de Janeiro: 2018, p. 810-811.
162 DESPACHO do Conselho Ultramarino sobre as contas do governador da capitania de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira Tibão, acerca da conveniência de anexar-se o governo da Paraíba àquele governo, e do capitão-mor da Paraíba, Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, que pede para agregar à sua jurisdição as capitanias do Rio Grande, Ceará e Itamaracá. AHU-PE, Avulsos, Cx. 41, D. 3705.
163 FONSECA, Marcos Arthur Viana da, *Op. Cit*. p. 812.

agentes sobre a distribuição hierárquica desses espaços, que eles também procuravam obter algum benefício com essas modificações.

Ao analisar a historiografia clássica colonial da Paraíba em relação ao processo de anexação a Pernambuco, José Inaldo Chaves Junior abordou como os estudiosos desse aspecto sempre destacaram um caráter negativo desse processo, em tons de lamentação que parecia explicar o porquê da Paraíba não ter se desenvolvido em sua potencialidade e que também refletia um antagonismo de uma capitania frente a outra. No entanto, o autor aponta que essa relação de subordinação não implicou necessariamente em contrariedades entre os habitantes desses lugares, que existiam diversas relações de cooperação, ao invés de resistência, demonstrando o quão mais complexo é o entendimento desse fenômeno.[164]

É importante chamar atenção mais uma vez para esse aspecto, pois, ao se estudar a questão das hierarquias espaciais e consequentemente sobre o significado dos processos de anexação das Capitanias do Norte a Pernambuco, não se pretende fazer uma análise demonstrando como é ruim ser considerada uma capitania anexa e que isso implicaria em uma desvalorização do objeto como espaço estudado, ou, ao contrário, querendo mostrar como Pernambuco era importante e superior frente às demais, por isso foi a capitania responsável pela "tutela" das outras. O que se pretende, com esse tipo de análise, assim como fez Inaldo Chaves Junior, é entender a dinâmica governativa por meio dessas ações dirigidas pela Coroa portuguesa e refletida nos agentes governativos e nos habitantes dessas capitanias. Não se trata de afirmar que uma é mais importante que a outra, mas sim que existia uma configuração territorial política que espelhava todo uma concepção institucional de Antigo Regime.

Ao analisar um conflito em 1732 envolvendo o ouvidor da Paraíba, Tomás da Silva Pereira, com o capitão-mor daquela capitania, Francisco Pedro Mendonça de Gorjão, José Inaldo Chaves Junior destaca uma reclamação por parte do ouvidor que alegava que o capitão-mor estava se intrometendo nas questões de justiça e que isso nem mesmo o governador de Pernambuco, que era comandante de uma capitania principal, fazia, o que tornava ainda mais surpreendente que um capitão-mor de uma capitania subalterna o fizesse.[165] Mais uma vez é possível perceber como a questão das hierarquias espaciais estava associada diretamente não apenas na governação, como também em questões de justiça.

A situação da capitania da Paraíba pós anexação é um tanto quanto complexa, pois, apesar de na ordem régia que determinava que aquele governo ficasse submetido ao de

164 CHAVES JUNIOR, José Inaldo. *As duras cadeias de hum governo subordinado*: poder e sociedade na Paraíba colonial. Curitiba: Editora CRV, 2017, p. 19-21.
165 *Ibidem*, p. 65.

Pernambuco, e que não existisse mais lá um governador e sim um capitão-mor como era na capitania do Rio Grande, Jerônimo José de Mello e Castro, governante que passou quase toda segunda metade do século XVIII na Paraíba, foi nomeado como governador dela, e não como capitão-mor,[166] o que demonstrava que, apesar de, em termos oficiais, aquela capitania ter sido rebaixada no seu estatuto político, continuou a possuir um prestígio que a diferenciava das demais anexas.

Como já foi visto na questão dos soldos, existia um diferencial na capitania da Paraíba que a colocava a frente do Rio Grande e do Ceará. Além disso, também foi abordado que as propostas de modificação jurisdicional, quando não envolviam Pernambuco anexando as outras, era a Paraíba que se colocava como centro agregador. Agora, um outro elemento de distinção entre essas capitanias que receberam o estatuto de anexas diz respeito à titulação de seus governantes. Antes de adentrar na titulação propriamente dita do capitães-mores dessas capitanias, é importante destacar uma consulta do Conselho Ultramarino envolvendo essa questão e um ex-capitão-mor da Paraíba, João da Maia da Gama. Em 1722, o conselheiro João Telles da Silva colocou para discussão uma dúvida que tinha sobre a titulação que havia recebido João da Maia da Gama quando foi nomeado como governante da capitania do Maranhão. Ele recebeu a patente de governador e capitão-general do Estado do Maranhão. João Telles da Silva questionava se João da Maia da Gama poderia receber esse título, pois ele não possuía foro de fidalgo, nem havia ocupado o posto de mestre de campo anteriormente.[167]

Tendo a questão sido posta em debate, alguns pareceres foram emitidos a respeito dela. Um deles defendeu que o título deveria ser mantido, pois João da Maia da Gama foi nomeado por escolha direta do rei, sem ele ter pretendido esse governo como normalmente ocorria nos processos de seleção dos governantes das conquistas ultramarinas. Por isso, a decisão do rei era suprema e todas as prerrogativas dadas deveriam ser mantidas. Além disso, seria incoerente que ele não recebesse esse título, pois havia muitos exemplos de pessoas que receberam essa mesma patente indo governar "outros governos inferiores e subalternos ao governo do Brasil, como foram do Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas e São Paulo", enquanto o referido governo era "tão superior e um estado separado".[168] Continuando o parecer, foi afirmado que a dúvida de João Teles da Silva ocorreu devido a uma resolução tomada a partir de uma consulta naquele conselho, em 1699, que determinou que não passasse patente de governador e capitão-general

166 *Ibidem*, p. 82.
167 Consulta sobre a dúvida que se ofereceu ao conselheiro João Teles da Silva sobre a patente de João da Maia da Gama que está nomeado para ir governar o Maranhão por ser exprimir nela o título de governador e capitão-general. AHU-Códice 21, f.456 – 456v.
168 *Idem*.

aos governantes de Cabo Verde e de São Tomé caso o nomeado não fosse um mestre de campo ou tivesse ocupado postos semelhantes. No entanto, essa resolução não poderia ser aplicada ao governo do Maranhão, mas se ainda assim quisessem aplicá-la:

> É certo que o posto de capitão-mor da Paraíba, que João da Maia da Gama ocupou por espaço de 9 anos com singular procedimento, zelo e inteireza, não só é semelhante na graduação ao de mestre de campo, mas o excede muito, porque governa e tem de baixo de sua jurisdição uma capitania muito larga, com o mesmo poder e autoridade de que tem os governadores de Pernambuco e Rio de Janeiro e somente é imediato aos vice-reis e governadores do Estado do Brasil, como o são os de Pernambuco e Rio de Janeiro. E passa patentes de mestre de campo e coronéis de infantaria e cavalaria, que vossa majestade confirma, e ainda que sejam postos de ordenança, a do Brasil é reputada como milícia paga; e assim, ficando o dito João da Maia da Gama habilitado por este governo da Paraíba para o de capitão-general quando aquela resolução se estende a ele lhe não é necessário a circunstância de ter foro de fidalgo da casa Real[...][169]

Essa imensa resposta foi necessária devido ao grande número de elementos importantes presentes nela para serem analisados. Primeiramente chama atenção quando o conselho afirmou que o Estado do Maranhão é tão superior a Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas e São Paulo, ainda mais por se tratar de um Estado separado. Como já foi visto na análise dos soldos, em uma consulta de 1721, um ano antes dessa, D. Manuel Rolim de Moura, que já tinha governado o Estado do Maranhão, havia afirmado que a capitania de Pernambuco era de maior predicamento que a do Maranhão, visão essa corroborada pelo conselho. O que será que mudou apenas um ano depois? Tal fato demonstra como as percepções das hierarquias espaciais poderiam mudar de acordo com a conveniência dos envolvidos.

Chama a atenção também a percepção de que a capitania da Paraíba seria tão importante quanto as de Pernambuco e do Rio de Janeiro, e que o governante dela possuiria um estatuto muito superior ao de um mestre de campo. Apesar de nesse trabalho não se considerar essa capitania detentora do mesmo estatuto político que as duas principais citadas, isso é mais um caso para demonstrar a singularidade da Paraíba em relação ao Rio Grande e ao Ceará. Outro elemento de destaque foi o final da resposta em que afirmou "[...]e assim, ficando o dito João da Maia da Gama *habilitado por este governo da Paraíba* para o de capitão-general [...]". Com isso, o conselho aponta que a dignidade do espaço habilitou o sujeito que o governou, mostrando como a qualidade espacial dotava os indivíduos com qualidades sociais. Dessa forma, "o espaço, a pessoa, o ofício e o soldo eram elementos construtores de hierarquias que estavam intimamente ligados entre si."[170]

169 *Idem*.
170 OLIVEIRA, Leonardo Paiva de. *Op. Cit.* p. 38.

Por fim, João Telles da Silva continuou com um posicionamento não muito favorável a João da Maia da Gama, pois ele não sabia se de fato o posto que ele ocupou como capitão-mor da Paraíba poderia ser equivalente ao de mestre de campo e que essa dúvida era matéria de grande importância, cabendo esperar a soberana resolução do rei. A resposta régia foi curta e direta: "Passe a João da Maia da Gama a patente na mesma forma que se passou aos seus antecessores."[171]

O título de capitão-general era algo muito significativo em termos de representação da autoridade do posto. Isso fica evidenciando quando, em 1694, o governador-geral do Brasil, D. João de Lencastre, envia uma carta ao rei questionando se a nomeação do governador de Pernambuco, Caetano de Mello e Castro, com essa patente teria sido um erro na hora de escrever, ou, caso não fosse um erro, questionava se era apenas *Ad honorem*, mostrando um desconforto com essa situação, o que aponta que, segundo o entendimento do governador-geral, dentro da América portuguesa, apenas ele poderia ter essa patente. Ainda nessa mesma carta, D. João de Lencastre fez um desabafo relatando que sua autoridade estava diminuída frente aos governos das Capitanias do Norte e das do Sul.[172] Essa situação, assim como ocorreu no governo do conde de Óbidos, demonstra como cada vez mais o poder de influência do governo-geral foi diminuindo, ou melhor, ganhando concorrentes com os governos de Pernambuco e do Rio de Janeiro, e isso era percebido pelos agentes régios que ocupavam esses postos.[173]

Marcos Fonseca, ao analisar a titulação dos capitães-mores do Rio Grande durante a primeira metade do século XVIII, discutiu como os títulos eram fatores que demonstravam as jurisdições dos agentes régios em seus espaços de atuação. Em sua análise, o autor estava focado nas questões práticas da titulação dos capitães-mores, e baseado na análise de António Vasconcelos de Saldanha, afirmou que os títulos não devem ser interpretados como retratos fieis do poder, pois às vezes poderiam representar apenas um "símbolo vazio".[174] Concordo que devemos ter esse cuidado ao se analisar a titulação dos agentes régios, no entanto, mais do que aspectos jurisdicionais, eles também representavam questões honoríficas que dignificavam as

171 *Idem*.
172 CHAVES JUNIOR., José Inaldo, As capitanias de Pernambuco e a construção dos territórios e das jurisdições na América portuguesa (século XVIII)... *Op. Cit*. p. 88-89.
173 Para o caso específico do Rio Grande, Tyego Silva analisou como as disputas entre o governo-geral e o governo de Pernambuco foram refletidas durante a Guerra dos Bárbaros. SILVA, Tyego Franklim da. A ribeira da discórdia: terras, homens e relações de poder na territorialização do Assu colonial (1680-1720). 2015. 176f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.
174 FONSECA, Marcos Arthur Viana da. *Sob a sombra dos governadores de Pernambuco*? Jurisdição e administração dos capitães-mores da capitania do Rio Grande (1701-1750). 2018. 196f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018, p. 104.

pessoas. Mesmo os títulos *ad honorem*, ou seja, que não implicavam em poderes reais concretos, eram desejados pelos agentes, portanto, não podem ser considerados símbolos vazios.

Ao comparar as patentes de nomeação com as formas de tratamento que os próprios capitães-mores se chamavam, Marcos Fonseca destacou um interessante elemento de distinção. Enquanto oficialmente os governantes eram denominados apenas como capitães-mores do Rio Grande, na documentação emitida por eles, intitulavam-se como capitães-mores do Rio Grande e governadores da fortaleza dos Reis Magos. Segundo o autor, a utilização desse título extra seria uma estratégia por parte dos governantes daquela capitania para reafirmar sua autoridade e jurisdição militar sobre aquele espaço.[175] Tal fato demonstra como as pessoas enxergavam a importância dos títulos, pois por mais que de fato não acrescentasse em nada jurisdicionalmente, essa titulação foi utilizada por vários capitães-mores do Rio Grande, que tentaram agregar valor aos seus postos por meio dela.

Como já foi afirmado, a titulação governativa era um elemento de grande importância nas definições de hierarquias. Os governadores de Pernambuco, no geral, eram governadores e capitães-generais, título esse que foi sistematizado a partir de 1714, mas antes disso alguns governadores dessa capitania também o receberam. Os governantes da Paraíba, Rio Grande e Ceará eram capitães-mores, possuindo alguns deles distinções para além dessa patente, como será visto. A Paraíba, mais uma vez, possuía um elemento de distinção. Nem todos os seus nomeados eram capitães-mores, mas sim governadores. O primeiro caso a ser destacado foi o de Antônio Borges da Fonseca, nomeado para governar a capitania da Paraíba com a patente de mestre de campo e governador dela em 1746.[176] Cabe destacar que, já em 1743, ele tinha feito a solicitação para ser governador dela e nesse requerimento ele se referia que estava vago o posto de governador e não de capitão-mor.[177] Aparentemente isso foi uma estratégia retórica utilizada por Antônio Borges da Fonseca, pois, em 1744, quando já havia sido escolhido para ser o novo governante da Paraíba, fez uma solicitação ao rei, pedindo para ser nomeado como governador daquela capitania e não como capitão-mor, "pois aquele governo não tem mais graduação que o de capitão-mor, e o suplicante, como mestre de campo a tem maior", por isso pedia para receber a patente de mestre de campo e governador. Além disso, afirmou que o governante de Santos foi nomeado com essa mesma patente, mesmo "sendo de inferior

175 *Ibidem*, p. 111.
176 CARTA do [capitão-mor da Paraíba], António Borges da Fonseca, ao rei [D. João V], sobre a sua posse e a homenagem que prestou ao governador de Pernambuco. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 14, D. 1134.
177 REQUERIMENTO do mestre-de-campo, António Borges da Fonseca, ao rei [D.João V], solicitando nomeação para o posto de capitão- mor da Paraíba. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx.12, D. 1010.

predicamento por ser subordinado ao governador de São Paulo e o da Paraíba ao governo-geral da Bahia."[178]

O parecer do Conselho Ultramarino foi favorável ao pedido do suplicante, afirmando que não teria problema ele ser nomeado com a dita patente, uma vez que tanto os governantes de Santos como da Colônia do Sacramento estavam recebendo esse título, mesmo sendo esses espaços subalternos aos governos de São Paulo e do Rio de Janeiro. Ademais, isso poderia servir de incentivo para "os cabos de maiores graduação a serem opositores a este governo, com declaração, porém, que não fará exemplo aos que não tiverem igual patente ao do suplicante."[179] Ao comparar essa consulta com a de João da Maia da Gama mais uma vez fica evidenciado como as percepções das hierarquias espaciais poderiam modificar-se. Naquela consulta, foi afirmado que a Paraíba era um governo tão importante quanto os do Rio de Janeiro e Pernambuco. Dessa vez, era uma capitania que não possuía maior graduação que a de capitão-mor. Apesar disso, como Antônio Borges da Fonseca era um mestre de campo, ele conseguiu receber uma patente superior ao que aquele governo poderia oferecer. Na consulta anterior, a Paraíba havia dignificado João da Maia da Gama para receber o título de governador e capitão-general, enquanto no caso de Antônio Borges da Fonseca, foi ele quem "dignificou" a Paraíba ao fazê-la possuir um mestre de campo governador, e não simplesmente um capitão-mor.

Outro elemento que chamou atenção, e que será melhor discutido nas próximas páginas, foi quando tanto o suplicante, quanto o Conselho, afirmaram que a Paraíba seria uma capitania de maior predicamento do que os governos de Santos e da Colônia do Sacramento por ser imediatamente subordinada ao governo-geral, enquanto esses outros dois seriam subordinados a outros governos. Isso demonstra que a subordinação de um espaço a um governo que não fosse o geral, seria uma marca de diminuição na dignidade política daquele território, ou, como muito utilizado pelos agentes da época, do predicamento.

Em 1753, o próximo governante da Paraíba, António de Lemos de Brito, também fez um requerimento ao rei solicitando que recebesse a patente de coronel para se somar ao título de governador. Para justificar o seu pedido, ele usou como exemplo o caso de seu antecessor, que possuía o título de mestre de campo em sua patente e também de um governante de Santos, que possuía a patente de coronel, não obstante ser apenas um tenente quando foi nomeado. O conselho foi de parecer favorável, dando a mesma justificativa que a consulta anterior, alegando

178 CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre o requerimento de António Borges da Fonseca, em que solicita autorização para fazer homenagem ao governador de Pernambuco, pois é lá que se encontra e por isso não o pode fazer ao monarca, como reconhecimento por ter sido nomeado para o governo da Paraíba. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 13, D. 1102.
179 *Idem*.

que, por ser a Paraíba um governo subordinado diretamente ao governo-geral, ela possuía um maior predicamento, enquanto Santos, Ilha de Santa Catarina e de Fernando de Noronha eram subordinados a outros governos.[180]

Em 1757, o capitão-mor nomeado para o Ceará, João Baltazar de Quesedo Homem de Magalhães, era tenente da armada real e fez um requerimento pedindo para receber o título *ad honorem* de coronel somado ao de capitão-mor daquela capitania, isso porque para ele, a única coisa que interessava naquele posto, seria o soldo que receberia. O parecer do Conselho foi muito significativo quanto à questão da titulação e as hierarquias espaciais. O Conselho afirmou que não poderia ser favorável ao pedido do suplicante, "pois não convém graduar a capitania do Ceará com o título posto de coronel".[181] A partir dessa afirmação fica evidente como aos olhos do Conselho Ultramarino a capitania do Ceará era inferior em predicamento à da Paraíba, pois enquanto a essa foi permitido receber mestres de campo e coronéis governadores, aquela foi proibida de receber semelhante titulação.

Mais um elemento envolvendo a titulação dos governantes que mostra a distinção da Paraíba frente às outras era as patentes de alguns governadores de Pernambuco ao longo da segunda metade do século XVIII, que recebiam o título de governador e capitão general de Pernambuco, Paraíba e mais capitanias anexas, como foi o caso de José Cesar de Meneses (1774 – 1787)[182] e D. Tomás José de Melo (1787 – 1798)[183]. A partir desse título, a menção da capitania da Paraíba logo em seguida ao de Pernambuco, enquanto o nome das demais nem sequer aparece é algo que merece ser analisado. Isso não pode ser considerado como um mero detalhe textual, pois como foi visto ao longo de todo esse capítulo, os mínimos detalhes em termos de representação simbólica eram marcas de grande relevância na organização política-administrativa. Isso era um indicativo das dignidades territoriais que esses espaços representavam e que mais uma vez traz a capitania da Paraíba ocupando um lugar distinto e de superioridade em relação ao Rio Grande e ao Ceará.

Ao se pensar sobre as hierarquias espaciais a partir dos processos de anexação das Capitanias do Norte, é necessário refletir sobre o que significava ser uma capitania anexa.

---

180 CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. José I, sobre o requerimento de Luís António de Lemos de Brito, solicitando a patente de coronel para governar a Paraíba. AHU-PB, Cx. 16, D. 1361.

181 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D.José I], sobre o requerimento de João Baltasar de Quesedo Homem de Magalhães, que fôra nomeado capitão-mor do Ceará, em que pede patente de coronel ad honorem ou sargento-mor vivo, agregado a qualquer um dos Regimentos da Marinha ou Corte. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 7, D. 447.

182 REQUERIMENTO de José Antônio Fernandes à rainha [D. Maria I], pedindo confirmação da patente no posto de capitão das Ordenanças da freguesia de Muribeca, por falecimento de Bento Rodrigues Chaves e Melo. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 182, D. 12656.

183 REQUERIMENTO do capitão da Marinha da cidade de Olinda, Francisco Antônio de Sousa, à rainha [D. Maria I], pedindo a confirmação da carta patente. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 191, D. 13210.

Segundo Inaldo Chaves, as expressões anexação e subordinação teriam sentidos distintos. A primeira se referia a uma situação de agregação completa do território, sendo o lugar anexado desprovido de seu estatuto político enquanto capitania e reconhecido apenas como um território incorporado a uma unidade maior. Já a subordinação, refere-se às capitanias régias que perderam suas autonomias, mas continuaram sendo reconhecidas como capitanias, tornando-se sujeitas a um outro governo.[184] Apesar de ser coerente essa reflexão, discorda-se do autor ao caracterizá-las de tal forma, pois, ao se tratar do Rio Grande e da Paraíba, por exemplo, elas sempre foram consideradas capitanias subordinadas à Bahia antes de Pernambuco, no entanto, após a anexação a esta capitania, elas foram "rebaixadas" do estatuto de subordinada para anexa. Esse rebaixamento no estatuto fica muito claro na ordem régia de 1756 em que o rei "extinguia" o governo da Paraíba e que lá seria colocado um capitão-mor com soldo e jurisdição igual ao do capitão-mor do Rio Grande. Chama atenção não apenas o fato de ter afirmado que o governo seria extinto, mas também da igualdade jurisdicional e de soldo que teria o capitão-mor daquela capitania em relação ao do Rio Grande, mostrando que, antes disso, existia uma diferença entre essas duas autoridades e que não deveria existir mais, uma vez que ambas, naquele momento, possuiriam o estatuto de anexas. E de fato, os dois últimos governantes dela antes da anexação, eram governadores, António Borges da Fonseca e Luís António Lemos de Brito, e o primeiro nomeado após a anexação, foi apenas um capitão-mor interino, José Henrique de Carvalho[185] e logo em seguida Francisco Xavier de Miranda Henriques, que, apesar de não ser interino, foi apenas com o título de capitão-mor.[186]

Não obstante à referida determinação de rebaixamento do governo, ao longo de quase todo o período de anexada, a Paraíba teve um governador nomeado, Jerônimo José de Mello e Castro, que recebeu a patente de coronel governador,[187] mostrando que a despeito do rebaixamento da capitania, ela continuou possuindo um reconhecimento diferenciado. No entanto, esse título não conferiu a ele a autoridade pretendida, pois vários foram os problemas e reclamações por parte de Jerônimo José de Mello e Castro sobre sua condição naquele

184 CHAVES JUNIOR, José Inaldo. As capitanias de Pernambuco e a construção dos territórios e das jurisdições na América portuguesa (século XVIII)... *Op. Cit*, p. 85.
185 CARTA do [capitão-mor da Paraíba], José Henriques de Carvalho, ao rei [D. José I], sobre o seu envio à capitania pelo governador e capitão-general de Pernambuco, [Luís Diogo Lobo da Silva], para ocupar interinamente o posto de capitão-mor. AHU-PB, Cx. 20, D. 1545.
186 DECRETO do rei D. José I, nomeando Francisco Xavier de Miranda Henriques capitão-mor da Paraíba, por três anos. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 20, D. 1548.
187 DECRETO do rei D. José I, nomeando Jerónimo José de Melo e Castro no cargo de governador e coronel da Paraíba. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 22, D. 1701.

governo, chegando a reclamar que o governador de Pernambuco não o reconhecia como um governador, pois dizia que esse título era apenas honorário.[188]

Assumir um governo com estatuto de anexo era considerado um aspecto negativo para Jerônimo José de Mello e Castro, por isso, durante os seus muitos anos como governante da capitania da Paraíba, solicitou para sair daquele governo para outro de maior prestígio. Um dos motivos que lhe causava descontentamento era a influência do governador de Pernambuco sobre a sua capitania, chegando ele a afirmar que aturava as "duras cadeias de hum governo subordinado, sujeito as paixoens e opróbios de Joze Cezar [governador-general de Pernambuco]. "[189] Esse aspecto negativo refletia diretamente no desprestígio que seu posto representava para os demais agentes régios, como no caso do provedor da Paraíba, José Gonçalves de Medeiros, que se negou a dar explicações sobre os contratos daquela capitania, pois ele responderia apenas às autoridades pernambucanas. Isso acontecia porque "[...] a fama pública e o prestígio eram aspectos caros à cultura política do Antigo Regime, uma vez que incidiam diretamente na construção das hierarquizações sociais."[190] Ainda se lamentando sobre o fato de ser a Paraíba anexa ao governo de Pernambuco, afirmou mais uma vez que, pelo fato da subordinação total daquela capitania, os habitantes dela não o procuravam para mais nada, pois sempre recorriam aos governadores de Pernambuco,[191] mostrando que de fato sua autoridade era ofuscada pelos capitães-generais.

Uma situação muito semelhante ocorreu com o governador de Santa Catarina, sujeita ao governo do Rio de Janeiro. Em 1739, José da Silva Paes, fez um requerimento ao rei solicitando que o seu governo não fosse mais subordinado ao governador do Rio de Janeiro, mas sim ao vice-rei da Bahia. Argumentou o governador:

> A experiência tem mostrado que as subordinações dos Governos uns aos outros não só são prejudiciais aos Povos, senão também ao serviço de V. Maj. (...) Ordinariamente parece mal aos Governadores subordinados que os seus superiores derroguem e emendem os seus despachos, e contradigam as suas resoluções e em algumas matérias que parece de justiça o não deviam fazer e da mesma sorte se lisonjeiam aqueles do recurso que se lhe interpõem (principalmente se lhe são menos afetos) e estimam achar um caminho para mostrarem não só a sua jurisdição, senão também que só eles entendem as matérias, e fazem justiça, e por esta razão são menos atendidos dos Povos os Governadores com restrições; porque vendo que deles não

188 OFÍCIO do [governador da Paraíba], brigadeiro Jerónimo José de Melo e Castro, ao [ministro assistente ao despacho e secretário de estado dos Negócios do Reino], marquês de Pombal [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre a promessa de que, ao final dos três anos, lhe despacharia do governo. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 25, D. 1984.
189 CHAVES JUNIOR, José Inaldo. *As duras cadeias de hum governo subordinado... Op. Cit,* p.90.
190 *Ibidem*, p. 95.
191 *Ibidem*, p.97.

> dependem dos seus requisitos e os subalternos os seus melhoramentos só procuram lisonjear e respeitar ao Governo Superior (...).[192]

A partir das reclamações de Jerônimo José de Mello e Castro e José da Silva Paes, fica claro como a autoridade que esses governadores representavam era diminuída devido à condição de anexação a um outro governo que não fosse o geral, fazendo com que essa circunstância não fosse desejada por parte dos governantes. Tal perspectiva foi confirmada pelos pareceres do Conselho Ultramarino sobre os predicamentos das capitanias que, dentre outros fatores, variavam de acordo com a subordinação direta ao governo-geral ou a outros governos.

Ao analisar o processo de anexação da capitania da Paraíba, José Inaldo Chaves Junior fez um importante questionamento: "Como fazer útil uma capitania?". Essa indagação surgiu a partir de uma carta régia ao então governante dela, em 1754, Luís António Lemos de Brito, em que o rei pedia que ele apontasse alguma forma de mostrar a utilidade daquela capitania. Os problemas financeiros que ela encarava estavam cada vez maiores, assim como sua dependência a Pernambuco, com isso, o rei já demonstrava que a existência da autonomia política daquela capitania estava ameaçada, devido a sua incapacidade financeira.[193] Vale lembrar que a capitania da Paraíba, dentre outras razões, foi fundada tendo como objetivo proteger as fazendas de açúcar de Pernambuco e Itamaracá, tendo por isso uma importância de proteção a empresa açucareira, no entanto, depois de quase dois séculos de desenvolvimento, isso já não era uma função que aquela capitania exercia, pois não havia mais necessidade para tal. Sobrava então a questão econômica como elemento de utilidade dela, no entanto, como mostrou o autor, a Paraíba já não conseguia se manter de seus próprios rendimentos, colocando-a em uma situação de vulnerabilidade diante do "fantasma da anexação".[194]

Esse fantasma parecia realmente amedrontar parte da população da Paraíba, que já em 1744 ficou sabendo de notícias de que aquela capitania poderia ser anexada a Pernambuco após a morte do capitão-mor dela, Pedro Monteiro de Macedo. Escreveram ao rei afirmando que os

---

192 Col. Doc. Pp. 135-136, apud SILVA, Augusto da. *A ilha de Santa Catarina e sua terra firme:* território, administração e sociedade (1738 – 1807). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013, p. 153.

193 CHAVES JUNIOR, José Inaldo. As capitanias de Pernambuco e a construção dos territórios e das jurisdições na América portuguesa (século XVIII)... *Op. Cit*. p. 208-209.

194 Mozart Vergetti de Menezes, ao analisar as estratégias utilizadas pelo capitão-mor da Paraíba, Pedro Monteiro de Macedo, para fortalecer as rendas da provedoria daquela capitania, afirmou que isso foi uma forma de evitar o "fantasma da anexação", mostrando dessa maneira como a condição de anexa não era desejada. MENEZES, Mozart Vergetti de. Sonhar o Céu, padecer no Inferno: governo e sociedade na Paraíba do século XVIII. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de governar:* ideias e práticas políticas no Império Português (séculos XVI a XIX). São Paulo: Alameda, 2007, p. 328.

governadores de Pernambuco sempre quiseram pôr de baixo de suas jurisdições o governo da Paraíba, fato este nunca consumado, pois o rei não permitia, e agora, após a morte de seu governante, eles temiam que mais uma vez isso fosse um problema. Afirmaram ainda que aquela capitania sempre foi isenta de Pernambuco, condição essa que lhes permitiu não se envolverem negativamente nos levantes de 1711 e que as ações tomadas pelos moradores daquela capitania foram devidamente reconhecidas pelo monarca em carta enviada para eles. Por fim, defenderam que a Paraíba nunca tinha sido uma capitania donatária, enquanto Pernambuco já, e que a cidade de Nossa Senhora das Neves, "pela sua antiguidade e superioridade a de Olinda de Pernambuco, não parece conveniente que fique esta, mais antiga, sujeita a de Pernambuco [...]". [195]

Os motivos apresentados para justificar a não subordinação da Paraíba a Pernambuco são de grande relevância. Primeiramente chama atenção o histórico que eles descreveram de ser uma capitania que sempre foi visada pelos governadores de Pernambuco, no entanto, era vontade do soberano que isso não acontecesse. Graças a essa independência eles puderam se comportar como leais vassalos, demonstrando dessa maneira, que a condição de não anexação dotou aquela capitania de força o suficiente para se envolver de forma favorável à Coroa, argumento esse já utilizado pelo capitão-mor Pedro de Mendonça Gorjão, em 1730, como tentativa de justificar a anexação do Rio Grande, Itamaracá e Ceará à Paraíba.

Muito significativo também foi o jogo de hierarquia dos espaços utilizado. Primeiramente, afirmaram que a Paraíba sempre foi uma capitania régia, enquanto Pernambuco já tinha sido uma donatária, e por esse fato, ela deveria receber um reconhecimento maior e, além disso, era Nossa Senhora das Neves uma cidade mais antiga e superior a Olinda, o que não faria sentido sujeitar aquela a essa. Interessante essa afirmação, pois Olinda era mais antiga e, provavelmente, reconhecida de maneira geral como uma cidade superior à Nossa Senhora das Neves. Pensavam então os camarários da Paraíba que o rei e toda a sua estrutura consultiva não teria esse tipo de informação? Ou será que eles estavam se referindo ao fato de Olinda ter sido fundada como uma vila e se transformado oficialmente em cidade somente em 1676, enquanto nossa Senhora das Neves já foi fundada como cidade em 1585? Independente da resposta, chama atenção a estratégia adotada, apegando-se a detalhes minuciosos para valorizar o lugar e justificar a sua não anexação.

195 CARTA dos oficiais da Câmara da Paraíba, ao rei [D. João V], sobre a péssima notícia da Paraíba ficar subordinada à capitania de Pernambuco e as implicações que poderão advir. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 13, D. 1084.

Em uma consulta de 1755 sobre a tentativa de recuperação econômica feita por Luís António de Lemos de Brito, governador da Paraíba, o Conselho Ultramarino chegou à conclusão de que essa capitania deveria ser anexada a Pernambuco.

> E por que se tem conhecido os poucos meios que há na Provedoria da Fazenda da Paraíba para sustentar hum governo separado, sendo ineficaz o que se tomou de consignar-lhe vinte mil cruzados em cada anno da Alfândega do Recife ao que não tem dado cabal execução, porque os governadores de Pernambuco atendem mais as obrigações dos governos que lhes está encarregado; parece ao Conselho que V. Mag. Seja servido extinguir o governo da Paraíba, e que acabando o tempo do governador actual fique essa capitania sugeita ao governador de Pernambuco, pondo-se na Paraíba hum capitão mor com igual jurisdição e soldo ao que tem o capitão mor da cidade do Natal do Rio Grande [...] evitando-se nesta forma o excesso que vai do soldo, e despeza que faz um governador a que faz um capitão mor subalterno[...][196]

Esse parecer do Conselho é extremamente significativo, pois serviu como base para a decisão régia de pouco tempo depois para anexar a Paraíba. Além disso, traz mais elementos que reforçam a diferença dessa capitania, antes de ser anexada, frente a do Rio Grande. Além da já analisada frase sobre a igualdade de jurisdição e soldo que passaria a ter o novo governante da Paraíba em relação ao do Rio Grande, chama atenção o final do trecho destacado, em que o Conselho dá a entender que o cargo de governo daquela capitania era o de governador, por isso o gasto maior do soldo, enquanto um capitão-mor subalterno receberia menos, ou seja, apesar de nas patentes dos governantes da Paraíba serem na maioria das vezes intitulados de capitães-mores, tendo algumas exceções como foi mostrado, havia o reconhecimento de que nessa capitania estaria responsável por ela um governador, mostrando mais uma vez o diferencial dela frente às capitanias do Rio Grande e do Ceará.

Após a notícia da anexação da Paraíba a Pernambuco, os homens bons da capitania anexada enviaram uma carta ao rei reclamando da situação. O interessante dessa carta é que nela estavam figuras que alguns anos antes enviaram outra carta defendendo o livre comércio entre essas duas capitanias, enquanto o governante dela defendia a proibição de comércio entre elas, pois isso implicava em uma perda significativa de recursos para a Paraíba, e por ironia do destino, foi esse um dos principais fatores que causaram anexação. Na reclamação eles alegavam que a capitania possuía os recursos necessários para o seu sustento de forma autônoma e ainda usaram, mais uma vez, o discurso de que os moradores daquele lugar eram

196 AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 18, D. 1462 Apud CHAVES JUNIOR, José Inaldo. As capitanias de Pernambuco e a construção dos territórios e das jurisdições na América portuguesa (século XVIII)... *Op. Cit*, p. 219.

leais vassalos do rei que ajudavam na contenção dos levantes que costumam ter em Pernambuco. Tal postura da câmara demonstra que não existiam "blocos bem definidos" naquela sociedade, que por vezes se mostravam favoráveis à aproximação com a capitania principal, outras vezes contrário.[197]

Apesar de tal fato demonstrar as inconstâncias daquela sociedade, como Chaves Junior bem chamou atenção, ele evidencia outro elemento que é a resistência a anexação. Como foi demonstrado, nessa reclamação estavam presentes figuras que anos antes defendiam uma maior aproximação com o comércio de Recife, mas que não aceitaram a anexação, levando a entender que a mudança no estatuto político da capitania seria negativa para esses moradores, a ponto de eles afirmarem que eram leais vassalos que ajudavam na contenção dos problemas ocorridos em Pernambuco. Portanto, o simbolismo que representava o rebaixamento do estatuto político da capitania parecia ser um fator que incomodava a elite local daquele lugar.

Não foram apenas os governantes ou camarários da Paraíba que reclamaram da condição de anexa a Pernambuco. Com a intensificação dos conflitos com os indígenas no sertão das Capitanias do Norte, principalmente na do Rio Grande, cada vez mais a assistência de Pernambuco foi necessária àquela capitania, sendo esse um dos fatores que influenciaram na anexação oficial dela.[198] No entanto, os moradores do Rio Grande não aprovaram essa nova condição, enviando, por meio do capitão-mor dela, uma reclamação ao rei afirmando que era repugnante essa situação. Apesar disso, o rei não levou em consideração as reclamações e simplesmente respondeu que o capitão-mor deveria entender que a partir daquele momento o governador de Pernambuco possuía sobre aquela capitania a mesma jurisdição que antes tinha o governador-geral, demonstrando dessa forma que ele, o capitão-mor, deveria obedecer às ordens dos governadores de Pernambuco.[199]

Em 1747, a câmara do Rio Grande enviou uma representação ao rei solicitando que aquela capitania saísse da jurisdição de Pernambuco e voltasse a ser subordinada ao governo-geral. Eles afirmaram que, após a anexação, aquela capitania passou a conviver com constantes

197 CHAVES JUNIOR, José Inaldo. As capitanias de Pernambuco e a construção dos territórios e das jurisdições na América portuguesa (século XVIII) ... *Op. Cit*, p. 220.
198 Outra hipótese em desenvolvimento sobre a anexação do Rio Grande foi trabalhada por Carmen Alveal, que aponta a existência de um grupo de pessoas com influência em Pernambuco que atuavam no Rio Grande teriam de alguma forma corroborado com o processo de anexação na tentativa de se beneficiarem. ALVEAL, Carmen. A anexação da capitania do Rio Grande em 1701: estratégia da coroa ou interesse de grupo da Capitania de Pernambuco? In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (org.). *Dinâmicas Sociais, Políticas e Judiciais na América Lusa*: Hierarquias, Poderes e Governo (Século XVI-XIX). Recife: Editoria UFPE, 2016, p. 135-158
199 *Ibidem*, p. 120-121.

inquietações devido às intromissões dos governadores da capitania principal, sendo várias as manifestações dos capitães-mores, câmara e provedoria contra essa situação.[200]

A queixa pelo estado de subordinação a Pernambuco parece ter sido um elemento comum entre os governantes e camarários das Capitanias do Norte, como já foi visto, casos da Paraíba e do Rio Grande foram relatados, agora também no Ceará houve governante que se queixasse desse estado, como foi o caso de João Bastista de Azevedo Coutinho de Montaury, em 1785, que alegava que sua falta de autoridade frente aos poderes locais daquela capitania era reflexo da subordinação ao governo de Pernambuco.[201]

Esses governos, dentro da hierarquia política dos territórios da América portuguesa já eram subordinados/subalternos, no entanto, ao ficarem sob a tutela de Pernambuco, mais do que capitanias subordinadas, tornaram-se capitanias anexas. Dessa maneira, reforça-se a ideia de que subordinada e anexa não são simplesmente sinônimos, mas sim palavras com sentidos convergentes. Foi possível perceber que existia uma resistência por parte de governantes e agentes locais das capitanias à condição de anexa. E em algumas consultas foi destacado que o fato de ser subordinado a algum outro governo que não o geral, seria motivo de diminuição do predicamento da capitania, o que explicaria essa resistência a tal condição e mostra como, de fato, uma capitania subordinada era diferente de uma anexa. "Conclui-se dessa maneira que a palavra anexa, ao designar uma condição de capitania, acarretava uma subordinação, mas uma subordinação mais incisiva que implicava em uma relação ainda mais desigual entre as capitanias."[202]

A perspectiva negativa sobre a condição de anexa deve ser pensada não apenas em termos práticos com relação à perda de jurisdição ou diminuição de renda, como foi o caso destacado pelo capitão-mor da Paraíba, em 1797, Fernando Delgado Freire de Castilho. Em sua patente já vinha uma instrução específica que ele deveria cumprir durante o seu governo: avaliar imparcialmente as potencialidades daquela capitania para saber se ela poderia voltar a ser um governo autônomo.[203] Dessa forma, a Coroa portuguesa já estava se preparando para reconfigurar as jurisdições das Capitanias do Norte, que veio de fato a acontecer entre o final do século XVIII e início do XIX.

---

200 CARTA do Senado da Câmara de Natal ao rei [D. João V] pedindo que se torne a anexar a Capitania do Rio Grande do Norte ao governo geral da Baía, por causa da constante sujeição à Capitania de Pernambuco, que prejudica as rendas da Fazenda Real e dos moradores. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 5, D. 326.
201 CHAVES JR, José Inaldo. As capitanias de Pernambuco e a construção dos territórios e das jurisdições na América portuguesa (século XVIII)... *Op. Cit*, p. 147.
202 OLIVEIRA, Leonardo Paiva de. *Op. Cit*. p. 59-60.
203 CHAVES JUNIOR, José Inaldo. As capitanias de Pernambuco e a construção dos territórios e das jurisdições na América portuguesa (século XVIII)... *Op. Cit*, p. 301.

Seguindo as diretrizes daquele momento, Castilho escreveu diversos relatórios, contendo vários dados populacionais e econômicos, no entanto, estava determinado a provar que a capitania da Paraíba poderia ser novamente um governo autônomo, afirmou que um dos grandes fatores que prejudicavam o desenvolvimento dela era a subordinação a Pernambuco. Além disso, ainda fez a sugestão de que a capitania do Rio Grande fosse anexada à Paraíba,[204] uma vez que o ouvidor dessa capitania possuía jurisdição sobre as duas, seria incoerente que o governante dela também não a possuísse.[205]

Para além das questões práticas, também existiam as simbólicas. A imagem de representação de um determinado espaço, refletia diretamente na imagem das pessoas que habitavam nele. Como já destacado, a relação entre espaço e sujeito é indissociável. Guida Marques destacou como essa questão era algo de grande importância para os camarários da Bahia ao analisar a construção da representatividade daquela capitania como cabeça do Estado do Brasil.

> Assim, ao procurar estes privilégios, a câmara de Salvador não deixa de tecer uma relação estreita entre a cidade enquanto "cabeça" de Estado e os seus próprios oficiais. Estes podiam alegar que a Bahia é "*autorizada com uma relação que tem regimento da casa da suplicação e um arcebispo metropolitano de todo o estado"* e concluir que os vereadores deviam estar à altura de tanta importância. A dignidade da cidade contribuía, dessa maneira, para a dignidade dos próprios oficiais da câmara de Salvador. E o interesse da gente da governança da Bahia na construção e reprodução dessa mesma relação, investindo na representação da cidade tanto como "cabeça do Estado do Brasil", quanto como parte valiosa do império, revela o seu esforço para defender a sua distinção, e obter o seu reconhecimento junto à Coroa. Assim, para além de reivindicar-se como cidade régia, a cidade da Bahia "capitaliza" claramente a sua dimensão imperial.[206]

Ao se pensar sobre todo o processo de construção de hierarquias espaciais e as percepções estratificadas de uma sociedade de desigualdades que era a portuguesa do período moderno, ser considerado governante, ou camarário de uma capitania anexa, certamente era um elemento de diminuição de prestígio para esses agentes. Sobre isso, chama atenção um aspecto destacado por Daniel Silva, que foi a indiferença que ele identificou na sua pesquisa sobre a mudança da capital nos agentes da Coroa, bem como na população local. De princípio, ele acreditava que existia um revanchismo por parte dos moradores da Bahia por terem perdido a

---

204 Mais uma vez um governante da Paraíba tentou anexar o Rio Grande. Até o momento o contrário ainda não foi identificado e provavelmente não chegou a ocorrer. Tal fator demonstra como esses agentes, no geral, de fato identificavam a capitania da Paraíba como superior as outras anexas.

205 *Ibidem*, p. 303 - 304.

206 MARQUES, Guida. "Por ser cabeça do Estado do Brasil". As representações da cidade da Bahia no século XVII. In: SOUZA, Everton Sales; MARQUES, Guida; SILVA, Hugo Ribeiro da (orgs.). *Salvador da Bahia*. Retratos duma cidade atlântica (século XVII-XIX). Lisboa/Salvador: Cham/EDUFBA, 2016, p. 29.

condição de capital, mas em seguida, desconstruiu essa ideia, afirmando que a indiferença foi o tratamento que ele encontrou entre essas pessoas.[207] Como já abordado em outros estudos, a perda da condição de capital costumava ser algo sentido negativamente pela população local, como no caso da transferência da sede governativa do Maranhão para o Pará, analisada por Fabiano Vilaça dos Santos[208] e também na questão das centralidades municipais, caso emblemático de Olinda e Recife.[209] Assim como os casos das capitanias que passaram ao estatuto de anexas, que muitas vezes geravam insatisfação aos seus moradores e governantes. É realmente curioso o fato da perda da condição de cabeça do Estado do Brasil não ter refletido negativamente na população e nos agentes governativos da Bahia.

***

Ao longo de todo o capítulo foram explorados diversos elementos que demonstravam como a relação entre o espaço e o homem era indissociável. Essa questão era ainda mais sensível no quadro político administrativo de Antigo Regime, onde as desigualdades eram reconhecidas como fatores de distinção social essenciais para o funcionamento dela. Esta visão era também atribuída ao espaço, que era dotado de valor e significado, associando-o, inclusive à metáfora corporal da divisão social, onde determinadas cidades eram vistas como cabeças ou corações de um corpo. Alguns territórios eram considerados mais importantes do que outros, possuidores de maior "predicamento". As percepções sobre o espaço eram várias e dinâmicas. Existiam diversos centros e diversas periferias, e mesmo entre estas últimas, também se faziam centros, tudo dependia da perspectiva do observador.

Como se viu, os debates sobre as hierarquias espaciais não estavam limitados ao território europeu. Para além de Portugal, a América portuguesa também fazia parte desse jogo de valores. Não só os reinos ou capitanias, mas também as cidades possuíam uma visão de si em relação às outras. No Estado do Brasil, apesar do reconhecimento oficial de que a Bahia era a cabeça daquele corpo, pelo menos até a mudança da capital, consequentemente o espaço mais importante onde todos os outros governos estariam subordinados, Pernambuco e Rio de Janeiro consolidaram-se ao longo do século XVIII como dois grandes centros concorrenciais ao

207 SILVA, Daniel Afonso da. O enigma da capital: a mudança do vice-reinado para o Rio de Janeiro em 1763... *Op. Cit*, p. 47-48.
208 SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O governo das conquistas do Norte*: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780). São Paulo: Annablume, 2011.
209 MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos:* nobres contra mascates, Pernambuco, 1666 – 1715. São Paulo: Editora 34, 3ª edição, 2012; DANTAS, Aledson Manoel Silva. *Uma vila e seu povo*: relações hierárquicas e poder local (Olinda, século XVII). 2017. 117f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

governo-geral, dividindo o “brilho” de serem as principais partes daquele corpo. E analisando de maneira mais específica essa dinâmica de valores espaciais nas Capitanias do Norte, percebeu-se como os processos das anexações foram outros elementos construtores de hierarquias, que, junto dos títulos e dos soldos dos governantes dessas capitanias, determinavam o lugar que elas ocupavam na gestão territorial da Coroa portuguesa.

Os motivos específicos dos processos de anexação e o funcionamento das dinâmicas governativas entre as capitanias principais e suas subordinadas e as sob suas esferas de influência, não foram foco de análise, pois cada circunstância desses lugares exigiria um estudo em separado dedicado exclusivamente para isso. No entanto, observando de uma maneira mais geral os processos de anexação na América portuguesa é possível notar que eles não foram aleatórios e desprovidos de planejamento ou discussões. Não se defende nesse trabalho que tais elementos foram padronizados, seguindo uma forma única de funcionamento, pois os contextos de cada capitania precisariam ser devidamente explorados e analisados. O que se defende é que existia uma ideia, dentre várias outras que foram experimentadas ao longo do período colonial, de que a existência de centros principais de influência que auxiliassem na administração de um vasto território possibilitariam uma melhor gestão territorial e que tais centros estavam representados nas capitanias do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco. Essa ideia, como foi debatido ao longo do capítulo, já existia desde o início da segunda metade do século XVII e continuou a ser discutida ao longo do século seguinte pelos agentes governativos e pelo Conselho Ultramarino, algumas vezes defendendo a necessidade de Pernambuco ser o centro responsável por todas as Capitanias do Norte, outras vezes o contrário, defendendo que deveria ser construído outro centro de poder que fizesse concorrência a Pernambuco. Os argumentos mudavam, mas o núcleo central da ideia permanecia: era necessário a criação de centros administrativos.

Como já ressaltado, a construção desses centros administrativos não foi planejada desde o início da colonização, não sendo uma decisão arbitrária da Coroa. Um crescimento orgânico ocorreu nessas capitanias de acordo com os processos históricos que elas vivenciaram, envolvendo questões financeiras, localização estratégica e diversos outros fatores que contribuíram para o crescimento e consolidação delas como importantes centros. Portanto, não foi simplesmente um movimento de cima para baixo ou de fora para dentro, mas também o contrário que levou às configurações territoriais adotadas por Portugal. Mônica da Silva Ribeiro destacou que as discussões sobre melhores formas de se governar era algo que estava ligado de

forma direta ao que se chama de razão de Estado e esse tipo de debate já estava presente em Portugal desde o século XVII, consolidando-se no século XVIII.[210]

É importante ressaltar mais uma vez que o reconhecimento dessas desigualdades não implica na desvalorização desses lugares como objetos de estudo, o que seria um julgamento anacrônico. Pelo contrário, dar destaque a esses espaços, demonstrando como eles faziam parte de toda uma dinâmica governativa, os colocam no centro dos debates que muitas vezes os deixam de lado.

210 RIBEIRO, M. da S. Manutenção da justiça, racionalidade administrativa e "razão de Estado" no Império luso, século XVIII: a gestão de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e centro-sul da América portuguesa. *Locus*: Revista de História, [S. l.], v. 24, n. 1, 2018, p. 52.

2 **“NÃO SE CORTE AS ASAS DE UMA TÃO EMPLUMADA ÁGUIA”: O ENVOLVIMENTO DOS GOVERNANTES NOS ASSUNTOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS DAS CAPITANIAS DO NORTE**

André João Antonil, em 1711, pulicou o livro *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, descrevendo as principais potencialidades econômicas daquele Estado. Em determinado momento de sua obra ele afirmou:

> Pelo que temos dito até agora, não haverá quem possa duvidar a melhor e a mais útil conquista, assim para a Fazenda Real como para o bem público, de quantas outras contam o reino de Portugal, atendendo ao muito que cada ano sai desses portos. E se assim é, quem duvida também que este tão grande e contínuo emolumento merece justamente lograr o favor de Sua Majestade e de todos os seus ministros no despacho das petições que oferecem, e na aceitação dos meios que, para alívio e conveniência dos moradores, as câmaras deste Estado humildemente propõe? Se os senhores de engenhos, e os lavradores do açúcar e do tabaco, são os que mais promovem um lucro tão estimável, parece que merecem mais que os outro ser preferidos no favor, e achar, em todos os tribunais, aquela pronta expedição que atalha as dilações dos requerimentos, e o enfado, e os gastos de prolongadas demandas”.[211]

Com essa afirmação, defendia Antonil que os vassalos do Brasil deveriam receber maior estima por parte da Coroa, passando a ter um tratamento especial, uma vez que eram responsáveis pela “melhor e mais útil conquista”, demonstrando dessa maneira como a questão econômica deveria ser um fator diferencial no tratamento dos territórios. A gestão hierárquica dos espaços era realizada de acordo com diversos fatores, como já foi discutido no capítulo anterior. Dentre eles, destaca-se a potencialidade e efetiva produção econômica. Esta era um elemento importante nas configurações hierárquicas. Nas Capitanias do Norte, Pernambuco era o principal polo econômico, sendo responsável pelos maiores rendimentos, enquanto as demais capitanias muitas vezes não conseguiam arrecadar o valor necessário para se manterem sem a necessidade de auxílio por parte de Pernambuco. Essas potencialidades econômicas não eram desconhecidas entre os governantes que iam para esses territórios, sendo relativamente comum que eles participassem de negociações mercantis como forma de enriquecimento, uma vez que apenas o soldo que recebiam não era o suficiente para o devido sustento deles. Tal participação terminou sendo considerada prejudicial ao governo das conquistas levando à sua proibição definitiva em 1720. Dessa maneira, as potencialidades econômicas dessas capitanias são consideradas como elementos de atração dos agentes governativos, que queriam, além da oportunidade de ocupar um importante cargo nos territórios ultramarinos, potencializar os seus ganhos e enriquecer suas Casas. Tendo isso em vista, esse capítulo pretende constituir

211 ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas.* Rio de Janeiro: Em casa de Souza e Comp. 1837, p. 208.

brevemente o cenário econômico das Capitanias do Norte, demonstrando os seus principais produtos, seus rendimentos, o envolvimento dos governantes na administração das questões comerciais/financeiras, bem como a participação direta deles em busca de benefícios próprios. Vale destacar que o objetivo desse capítulo não é desenvolver uma história econômica das Capitanias do Norte, ou abordar as dinâmicas mercantis desses lugares, mas sim analisar como alguns indicadores econômicos se articulavam com a discussão das hierarquias espaciais e como os agentes governativos procuravam tirar proveito disso.

2.1 **Os produtos, os rendimentos e as despesas**

Caio Prado Junior caracterizou a economia da América portuguesa em três grandes grupos: a agricultura, a mineração e o extrativismo, estando todos eles ligados ao regime de monocultura exploradora com base na mão de obra escrava. Ele não ignora a existência de outras formas de produção econômica, como a pecuária e pequenos proprietários. No entanto, ele as considerou de segunda ordem, pois não faziam parte desse sistema maior de exploração e exportação colonial. "Trata-se de atividades subsidiárias destinadas a amparar e tornar possível a realização das primeiras".[212] Apesar dessa classificação de segunda ordem, Caio Prado Jr. considera a pecuária como uma atividade de grande relevância na América portuguesa, sendo ela "a única, afora as destinadas aos produtores de exportação, que tem alguma importância"[213] Para justificar tal afirmação, considerou as duas grandes contribuições desse tipo de negócio: primeiro a questão da subsistência da colônia e segundo a exploração do território interiorano. De fato, o gado ocupou um espaço de grande importância nas Capitanias do Norte, sendo um dos principais produtos econômicos de todas elas, no entanto, o de maior destaque em termos financeiros foi o açúcar, como bem deixaram claro os camarários de Olinda, em 1734, ao afirmarem que "todos sabem que o açúcar é o principal e quase total gênero que estabelece o comércio desse estado, o que o faltando, tudo fica destruído".[214]

Ao relatar as riquezas que possuía o Brasil para que a Coroa melhor tomasse conhecimento e assim mais eficazmente pudesse tirar proveito delas, André João Antonil dividiu sua obra em quatro partes, cada uma delas referente aos principais produtos provenientes daquele Estado. O primeiro foi o açúcar, o segundo o tabaco, o terceiro o ouro e

212 PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 122-123.
213*Ibidem,* p. 187.
214 CARTA dos oficiais da Câmara ao rei [D. João V], sobre a falta de escravos para os engenhos de açúcar. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 47, D. 4194.

quarto o gado. Neste último, ganhou destaque as Capitanias do Norte, sendo elas o principal espaço de produção. Na Bahia mesmo, chegava de Pernambuco mais de 800 mil cabeças de gado.[215] No fim de seu livro, Antonil fez uma pequena tabela demonstrando o valor total que esses quatro principais produtos renderam para a Coroa naquele período. O açúcar rendeu 2.535:142$800 réis, o ouro 614:400$000 réis, o tabaco 344:650$000 réis, o couro 201:800$000 réis. Um quinto item que não havia sido categorizado anteriormente, mereceu destaque nessa tabela, que foi o pau Brasil, que rendeu um total de 48:000$000.[216] Tais dados são muito significativos para demonstrar a importância do açúcar na economia do Estado do Brasil, rendendo quase quatro vezes mais que o ouro.

Kalina da Silva, ao analisar os sertões das Capitanias do Norte, destacou como um espaço econômico é um fator determinante nas escalas de hierarquias espaciais, afirmando que os sertões seriam lugares secundários por duas razões: primeiro pelo fato de sua economia não ser voltada para a exportação e sim para o mercado interno por meio da criação do gado; e também pelo fato de seu processo colonizador ter se concretizado a partir de áreas mais antigas, fazendo parte de uma expansão de interesses por parte dos produtores de açúcar que buscavam dinamizar suas fontes de rendas.[217] Essa visão, no entanto, é com base em uma lógica de hierarquia colonizadora que estava associada diretamente aos agentes envolvidos nesse processo e que reforça toda a análise feita até aqui sobre a construção de hierarquias espaciais.

Durante o período holandês nas Capitanias do Norte, um dos grandes destaques de produção para além do açúcar foi o gado que vinha do Rio Grande, sendo esse elemento "a mais certa e lucrativa atividade que se pode empreender no Brasil, pois não traz riscos e despesas"[218,] mostrando dessa forma como esse tipo de produção era de grande valor para aquela capitania. No que diz respeito à produção do açúcar, estava principalmente concentrada em Pernambuco, que, até 1630, possuía 121 engenhos, enquanto Itamaracá possuía 23, Paraíba 20 e o Rio Grande apenas dois. Em termos percentuais do total de açúcar produzido, isso representava que 78,8% da produção estava em Pernambuco, 12,9% na Paraíba e 8,3% em Itamaracá.[219]

---

215 ANTONIL, André João, *Op. Cit.* P. 198-199.
216 *Ibidem*, p. 206
217 SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. *Nas solidões vastas e assustadoras: a* conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: Cepe, 2010, p. 224.
218 MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*: Guerra e açúcar no Nordeste 1630-1654. São Paulo: Editoria 34, 2007, p. 73.
219 *Ibidem*, p. 76 – 77.

A invasão holandesa representou uma queda drástica na arrecadação das Capitanias do Norte, bem como na própria produção do açúcar, que mesmo após a expulsão dos invasores, não conseguiu recuperar o esplendor do período *ante bellum.* Somado a isso, as taxas criadas para financiar os conflitos continuaram a ser aplicadas nos *post bellum.*[220]A situação financeira das Capitanias do Norte logo nos anos seguintes após a saída dos holandeses era precária. As tropas que antes se concentravam em Pernambuco foram espalhadas pelas demais capitanias, que, no entanto, não possuíam condições financeiras de mantê-las, sendo elas pagas por Pernambuco.[221] Esse estado de miséria muito se explica pelo simples fato de essas capitanias praticamente terem sido abandonadas pelos seus moradores e aos poucos deu-se início ao processo de repovoamento.

Em 1655, estavam presentes em Pernambuco 109 engenhos funcionando. O problema maior não foi a diminuição na quantidade de engenhos, mas o preço do açúcar que caiu consideravelmente depois que a produção e distribuição dele teve início nas Antilhas. Em 1650, a arroba do açúcar custava 3.500 réis, em 1668 passou a custar 2.400 e em 1688 diminui para 1.300 réis, tendo, portanto, uma redução superior a 50% de seu valor.[222]

Essa situação alarmante fez com que a Coroa portuguesa pedisse um relatório ao governador-geral, o marquês das Minas, sobre a situação em que se encontrava o comércio no Brasil, apontando as dificuldades para o seu sucesso, que foi feito em 1687. Dentre os motivos apontados nesse relatório, além da concorrência estrangeira, foi destacada a debilidade das frotas comerciais, pois a quantidade de navios disponíveis para levar o açúcar do Brasil para Europa era insuficiente. [223] Ao longo da primeira metade do século XVIII, a quantidade de engenhos de açúcar na capitania de Pernambuco aumentou consideravelmente. Estima-se que, em 1707, existia cerca de 246 engenhos. Apesar de o número total ter crescido em relação às décadas anteriores, isso não significava que o açúcar voltou a ter o mesmo brilho lucrativo de antes para esses senhores, pois cada vez mais a produção total dos engenhos apenas diminuía, uma vez que em 1750 foram produzidas 240.000 arrobas, enquanto em 1710 a quantidade total tinha sido de 403.500.[224]

Apesar de, na primeira metade do século XVIII, o açúcar não ter passado por um período de prosperidade como foi o século XVII antes dos holandeses, ainda assim era um

220 *Ibidem*, p. 149-150; 169-170.
221 *Ibidem*, p. 171.
222 LISBOA, Breno Almeida Vaz. *Uma elite em crise*: a açucarocracia de Pernambuco e a Câmara Municipal de Olinda nas primeiras décadas do século XVIII. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011, p. 23.
223 *Ibidem*, p. 23-24.
224 *Ibidem*, p. 78.

produto de grande importância no cenário econômico da América portuguesa. Mesmo com o grande estouro da atividade mineradora no início do século XVIII, em valores totais, o açúcar ainda rendeu mais à coroa do que o ouro.[225] A capitania de Pernambuco, na primeira metade do século XVIII, era a segunda maior produtora de açúcar na América portuguesa, e o Recife o terceiro porto em importância. A despeito desses dados, o seu "peso econômico no Império atlântico português estava longe do que havia sido nas três primeiras décadas de governação bragantina (para já não falar do primeiro século de colonização)".[226] Além do açúcar, outro elemento econômico importante da capitania de Pernambuco foi o couro. No início do século XVIII, estima-se que havia em Pernambuco cerca de 800.000 cabeças de gado, chegando a render nas exportações cerca de 100. 000 libras anuais. Ao longo do século, a exploração desse produto apenas cresceu na capitania. Na segunda metade do século, já com a Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, o couro era o segundo maior produto de exportação, perdendo apenas para o açúcar. [227]

Ao analisar o processo de recuperação econômica da capitania de Pernambuco após a expulsão dos holandeses, Gustavo Acioli Lopes construiu um quadro apontando o rendimento dos dízimos entre 1656 e 1702, destacando que os valores desses dízimos representavam em sua maioria o lucro obtido pela produção açucareira. A renda média desse período foi de 39.350 cruzados por ano.[228] Um fator que auxiliou na recuperação econômica de Pernambuco foram as nomeações de João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros para o governo de Angola, pois esses dois agentes naquele governo estimularam a exportação de escravos para a referida capitania, o que possibilitou a retomada da exploração açucareira.[229]

O próprio Fernandes Vieira, em 1674, escreveu ao rei uma carta indicando as potencialidades econômicas das Capitanias do Norte por ser um homem experimentando no espaço delas, seja em questões militares ou econômicas. Sobre Pernambuco, afirmou que que havia notícias de minas de ouro, prata, ferro e salitre. Além disso, as terras possuíam capacidade para fabricar gengibre, seda, madeiras com tintas preciosas, dentre várias outras opções. Também fala que ele descobriu naquela capitania 250 léguas de terras no sertão dela, onde se prometia haver drogas preciosas. Sobre a capitania da Paraíba ele afirmou que havia uma mina

225 LISBOA, Breno Almeida Vaz. *Uma das principais dos domínios de vossa majestade:* poder e administração na capitania de Pernambuco durante o reinado de D. João V. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, 2017, p. 179-180.
226 LOPES, Gustavo Acioli. Negócio da Costa da Mina e o Comércio Atlântico: tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco (1654-1760). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2008, p., p.74
227 LISBOA, Breno Almeida Vaz, *Op. Cit*, p .182-183.
228 LOPES, Gustavo Acioli, Op. Cit, p. 24.
229 *Ibidem*, p. 31.

de prata na qual os holandeses estavam trabalhando nela. E que quando governou essa capitania, teve notícias de outra mina que seus soldados relataram enquanto lutavam contra os índios no sertão dela. Já com relação ao Rio Grande, ele afirmou que os holandeses tentaram explorar uma mina de ouro e que ele, a sua custa, mandou explorar mais de 200 léguas de terras, sujeitando os "bárbaros" que viviam naquela região e que eles "prometiam grandes coisas" para aquela área. Por fim, com relação ao Ceará, ele simplesmente afirmou que os holandeses quando estavam naquela capitania, abriram uma mina de prata nela.[230]

Esse relato feito por João Fernandes Vieira é de grande relevância, não pelas informações propriamente ditas contidas nele, mas pela demonstração de conhecimento que ele possuía dessas capitanias, sendo a quantidade de informações relatadas proporcionais ao seu conhecimento e experiência dessas áreas, pois, como é possível perceber, ele falou muito mais sobre as capacidades de Pernambuco do que das demais capitanias. Além disso, chama atenção o fato de ele focar principalmente no descobrimento de minas, indicando que esse relato era mais voltado para potencialidades ainda não exploradas nessa região. E qual seria o interesse dele em demonstrar tal conhecimento? Segundo José Gonsalves de Mello, isso foi uma insinuação ao rei de que ele deveria nomear Fernandes Vieira para o governo de alguma dessas capitanias.[231] Isso fica ainda mais evidente quando em outra carta ele escreveu sobre como deveria ser o governante do Ceará. Para ele, quem fosse governar aquela capitania deveria possuir experiência naquelas terras e que não deveria se limitar apenas aos três anos costumeiros, mas sim enquanto o governo estivesse indo bem. Somado a isso, argumentou que possuía grande experiência naquela capitania, oferecendo-se dessa forma a ocupar aquele governo.[232]

Além do açúcar, um outro elemento de produção que possuía importante peso econômico na capitania de Pernambuco era o Tabaco, que estava ligado de forma direta ao tráfico de escravos. Para se ter uma ideia da importância desse elemento na economia pernambucana, no quinquênio de 1681-1685, essa capitania foi responsável pela produção de cerca de um terço do tabaco no Brasil.[233] Um aspecto interessante sobre esse produto é que, apesar de sua grande importância no comércio de escravos, ela era feita majoritariamente por pequenas famílias, muitas vezes nem sequer envolvia mão de obra escrava. Tal fato implica em dizer que existia um número muito grande de famílias envolvidas nesse tipo de negócio, pois

230 MELLO, José Antônio Gonsalves de. *João Fernandes Vieira, Mestre de Campo do Terço de Infantaria de Pernambuco.* 2ª ed. Lisboa: CEHEA, CNCDP, 2000, p. 372-374.
231 *Ibidem*, p. 374.
232 *Ibidem*, p. 375.
233 LOPES, Gustavo Acioli, *Op. Cit*, p. 98.

como foi afirmado, a capitania de Pernambuco era responsável por uma quantidade muito significativa da produção do Tabaco na América portuguesa. Esse cenário foi muito bem enxergado pelo então governador, Francisco Martins Mascarenhas, que afirmou que eram "quase infinitos" os produtores de tabaco naquela capitania.[234] Para Portugal, o tabaco era um elemento de grande importância em sua economia, uma vez que, desde 1680, representava a segunda maior fonte de recursos para a fazenda régia portuguesa e mesmo na época da mineração, continuou figurando entre os três principais produtos responsáveis pelos ganhos comerciais.[235]

Passando agora a retratar brevemente o cenário econômico da Paraíba, é importante destacar que, apesar do objetivo inicial da consolidação da conquista dessa capitania ter sido a garantia do processo colonizador na capitania de Pernambuco e Itamaracá, pois era grande a apreensão que os moradores dessas capitanias possuíam do avanço de grupos indígenas hostis, bem como dos franceses, logo o foco mudou para a capacidade da produção açucareira que a Paraíba possuía.[236] Um aspecto interessante que Regina Célia Gonçalves destacou em sua análise foi a ligação que possuíam os primeiros senhores de engenho daquela capitania com Pernambuco, pois uma parcela significativa deles era de famílias provenientes da capitania Duartina.[237] Além disso, a autora reforça que as últimas décadas do século XVI representaram um momento altamente favorável para a expansão açucareira, o que motivou, não apenas a Coroa, mas principalmente os moradores de Pernambuco, a quererem expandir os seus negócios, por isso a Paraíba foi vista como um excelente lugar para a continuidade do desenvolvimento açucareiro dessas pessoas que já estavam estabelecidas em Pernambuco.[238]

A potencialidade açucareira da Paraíba foi algo de destaque no livro *Diálogos das grandezas do Brasil*, como bem destacou Regina Gonçalves, chegando o autor do livro a afirmar que a Paraíba ocuparia o terceiro lugar entre as capitanias da América, devido a sua riqueza e grandeza, que provinha principalmente do açúcar. Afirmou ainda que a produção açucareira proveniente de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba era responsável por "tanto açúcar que basta para carregar todos os anos, cento e trinta ou cento e quarenta naus, de que muitas delas são de grandíssimo porte", demonstrando dessa maneira como em poucas décadas esse produto tornou-se o principal fator econômico da recém conquistada capitania. [239]

---

234 *Ibidem*, p. 112 - 115.
235 *Ibidem*, p. 125.
236 GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e Açúcares*: política e economia na capitania da Paraíba -1585-1630. Bauru, SP: Edusc, 2007, p. 88.
237 *Ibidem*, p. 92-93
238 *Ibidem*, p. 186-187
239 *Ibidem*, p. 191.

Ao falar sobre a crise financeira que a capitania da Paraíba viveu durante o século XVIII, que terminou sendo utilizada como justificativa para a sua anexação a Pernambuco, Elza Regis de Oliveira apontou que essa crise, na verdade, iniciou-se ainda no século XVII após o período holandês. Em 1663, dos 20 engenhos em funcionamento daquela capitania, apenas 9 restavam. No que diz respeito à produção desses engenhos, chama atenção também o baixo valor, pois antes se costumava produzir cerca de 10 a 12 mil caixas de açúcar por safra, já no referido ano esse número caiu para apenas 100 unidades.[240]Além do açúcar, outro elemento econômico de relevância na capitania da Paraíba foi a pecuária. Ela foi uma das principais responsáveis pela expansão dos sertões daquela capitania, bem como para o sustento interno dela. Pôde-se desenvolver principalmente como uma alternativa à produção açucareira que, além da crise que se encontrava, exigia um investimento muito maior.[241]

A situação econômica da capitania ao longo das primeiras décadas do século XVIII não melhorou. Dentre outros fatores, a Coroa, juntamente com outras autoridades régias na capitania, acreditava que a falta de mão de obra escrava estava atrapalhando a produção açucareira. Dessa maneira, João da Maia da Gama, então capitão-mor da Paraíba, em 1710, providenciou 440 escravos para serem vendidos aos senhores de engenho. No entanto, nenhum desses escravos foram comprados devido à falta de recursos desses senhores. Lamentando a situação de miséria que se encontrava a Paraíba, João da Maia da Gama relatou que apenas dois engenhos estavam funcionando de fato.[242]

Em 1722, já com outro capitão-mor na Paraíba, a situação continuava precária. João de Abreu de Castelo Branco relatava ao rei que os senhores de engenho daquela capitania não possuíam os cabedais necessários para manter em funcionamento as suas produções e que estas estavam cada vez menores. A situação ficou tão alarmante que no ano de 1725 simplesmente nenhuma caixa de açúcar foi produzida.[243]

Ainda na primeira metade do século XVIII, em 1723, a Coroa determinou que a dízima da Paraíba fosse arrematada juntamente com a de Pernambuco, na condição de que a provedoria de Pernambuco enviasse 20.000 cruzados anuais à provedoria da Paraíba, condição essa que muitas vezes era descumprida, o que acarretava ainda maiores problemas financeiros naquela capitania. Tal fato levou alguns historiadores a interpretarem que isso foi uma estratégia dos

240 OLIVEIRA, Elza Regis de. *A Paraíba na crise do século XVIII*: subordinação e autonomia (1755-1799). 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2007, p. 83 - 85.
241 *Ibidem*, p. 86.
242 *Ibidem*, p. 89-90.
243 *Ibidem*, p. 91

governadores de Pernambuco para reforçarem a necessidade de anexação da Paraíba a suas jurisdições.[244]

Com relação aos principais produtos dessa capitania durante boa parte do período colonial, Mozart Menezes destacou que eles eram o açúcar e o gado. O primeiro estava ligado à exportação, enquanto o segundo ao consumo interno. Sobre isso vale destacar que a produção do gado da Paraíba, de fato, estava muito mais focada para o mercado interno quando se compara os números de couro exportado pelas capitanias da Paraíba e de Pernambuco. Enquanto nessa, em 1711, exportou cerca de 90 mil meios de sola, aquela teria exportado apenas 550.[245]

Um outro elemento econômico que deve ser levado em consideração, não apenas na Paraíba, mas nas Capitanias do Norte no geral, era o uso da mão de obra indígena. Vários foram os conflitos entre as câmaras e outros representantes régios contra o monopólio do controle da mão de obra indígena por parte dos missionários. Em uma interessante carta de 1716, os camarários da Paraíba, juntamente com os do Rio Grande, solicitaram à Coroa que a repartição desses índios não ficasse apenas a cargo dos missionários ou dos capitães-mores, mas que eles também fossem responsáveis por uma parte dessa administração, isso porque enquanto os religiosos utilizavam essa mão de obra apenas em favor de suas próprias fazendas, os capitães-mores costumavam entregar a quem mais pagasse a eles.[246] A partir dessa carta, fica evidenciado uma forma de que os governantes dessas capitanias tinham de obter recursos para além de seus soldos. Sobre a utilização desse tipo de mão de obra, Fátima Martins Lopes afirmou que "os indígenas aldeados no Rio Grande limparam os caminhos, abriram canais, carregaram barcos do rei com pau-brasil, serviram de correio para as mensagens oficiais, reformaram a Fortaleza dos Reis Magos, construíram prédios públicos como a Câmara do Natal", além de terem enfrentado negros quilombolas e trabalhado nas minas de salitre que produziam pólvora,[247] demonstrando dessa maneira a importância que eles tinham para as dinâmicas da economia interna dessas capitanias.

Como já foi visto, a pecuária foi um importante fator econômico para a ocupação do interior, não apenas da Paraíba, mas como também das demais Capitanias do Norte. Nesse

244 *Ibidem*, p. 95-97.
245 MENEZES, Mozart Vergetti de. *Colonialismo em ação*: fiscalismo, economia e sociedade na Capitania da Paraíba (1647-1755). Tese (Doutorado em História Econômica), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 120.
246 *Ibidem*, p. 141.
247 LOPES, Fátima Martins. Os indígenas aldeados da capitania do Rio Grande na primeira metade do século XVIII: terra e trabalho. In: MACEDO, Helder; SANTOS, Rosenilson (Orgs.). *Capitania do Rio Grande*. Histórias e colonização na América portuguesa. João Pessoa, Natal: Ideia Editora, EDUFRN, 2013, p. 86-87.

sentido, o sertão paraibano, para além do açúcar costeiro, deve ser visto como outro espaço capaz de gerar ganhos econômicos. Na Paraíba, ela ocorreu principalmente em um período de crise do açúcar, quando os rendimentos não estavam sendo tão favoráveis, entre fins do século XVII e início do XVIII. Essa produção nas Capitanias do Norte se tornou um importante elemento para o abastecimento interno de vários lugares da América, demonstrando dessa maneira a sua importância indo para além do espaço que estava circunscrito.[248] Com relação aos ganhos financeiros da capitania da Paraíba com essa atividade, Mozart Menezes montou um quadro detalhando as receitas adquiridas a partir do subsídio da carne. Segundo seus dados, não eram valores insignificantes, costumando variar entre 1 a 2 contos de réis por ano, sendo, portanto, uma ótima fonte de receita para a capitania, principalmente quando se tratava de períodos de crise do açúcar.[249]

A capitania do Rio Grande, durante todo o seu período colonial, não seguiu o exemplo da Paraíba e de Pernambuco no que se refere à produção açucareira. Em relatório feito logo após a invasão holandesa, foi constatado que, enquanto Pernambuco estava com aproximadamente 106 engenhos, a Paraíba com cerca de 20, o Rio Grande possuía apenas três. Isso ocorreu, segundo Ambrósio Fernandes Brandão, autor de Diálogos das Grandezas do Brasil, devido ao solo da capitania, que não era bom para o plantio da cana, mas em compensação era uma "terra mais disposta para o pasto de gado".[250] O gado terminou tornando-se uma das principais atividades econômicas do Rio Grande, no entanto, durante o período do que ficou conhecido como "Guerra dos Bárbaros", o impacto negativo na economia foi bastante significativo, como constatou a câmara do Natal em 1689, relatando que, até então, mais de 30 mil cabeças de gado foram perdidas, além dos demais mantimentos e lavouras.[251]

A importância do gado no Rio Grande era reconhecida pelo governador-geral, João de Lencastre, que afirmou que o gado dessa capitania sustentava além dela mesma, outras duas capitanias, apesar de não dizer quais, acredita-se que estivesse se referindo à Paraíba e a Pernambuco. Além disso, era o imposto sobre esse produto que garantia o pagamento da infantaria daquela capitania e que esse gado ainda era necessário para manter o funcionamento dos engenhos e canaviais de Pernambuco. Reforçando esse pensamento do governador-geral, a câmara do Natal escreveu uma carta ao rei falando da importância daquela capitania e da

248 FORMIGA, Mayara Millena Moreira. *Nas veredas do sertão colonial*: o processo de conquista e a formação de elites locais no sertão de Piranhas e Piancó (Capitania da Parahyba do Norte, c.1690-c.1772). 2013. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013, p. 134-135.
249 MENEZES, Mozart Vergetti de, *Op. Cit*, p. 137.
250 BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Dialogo das grandezas do Brasil*. Recife: 1966, p. 19.
251 *Ibidem*, p. 151.

necessidade de socorro para protegê-la. Afirmaram eles que, além do sal que é criado por natureza:

> "produz tão grande abundância de gados e tão fertilíssimos pastos tão largos que podem dar carne para todo o Brasil[...] e ainda achando-se certo terem-se destruído com este levante do gentio tapuia mais de 900 mil cabeças de gado está suprindo as capitanias de Pernambuco e Paraíba com carnes e boiadas para manejo dos engenhos e carros dos lavradores" [252]

Dessa forma, apesar de um possível exagero por parte dos camarários no que diz respeito às perdas desse animal, é possível notar como a questão do gado de fato era um aspecto de grande importância econômica não apenas para o Rio Grande, mas para outros lugares e que mesmo com a significativa perda de cabeças de gado devido aos conflitos, continuava com uma produção o suficiente para o sustento de três capitanias.

Em uma representação de 1689, os camarários de Natal pediam apoio do rei àquela cidade devidos aos muito problemas ocorridos nos sertões daquela capitania, seja pela ação dos índios ou dúvidas sobre demarcações de terras. Nessa representação, ao justificar a importância que possuía o interior do Rio Grande, afirmaram que havia "mais de trezentas léguas de terra pela costa do mar e para o sertão, todas elas mui capazes para criar gados e fazer outras lavouras".[253] Destaca-se que o elemento utilizado para valorizar a capitania foi o seu potencial de criar gado, demonstrando como esses agentes locais enxergavam as riquezas daquele território. Essa capacidade de criação tornou-se uma realidade da capitania, tendo em vista um relatório elaborado em 1732 pelo provedor dela, Domingos da Silveira, que analisou os rendimentos dela ao longo de quase 70 anos e afirmou que o produto dos dízimos do Rio Grande "quase só constam de gados vacuns e cavalares que os sertões criam, aumentam-se estes com a fertilidade dos pastos que os invernos produzem, e faltando estes, como muitas vezes se tem experimentado, perecem e diminuem por esta causa, as rendas reais."[254]

A criação do gado foi um dos principais fatores de povoamento do interior das Capitanias do Norte. No Rio Grande tal fato não foi diferente. Ao analisar o processo de povoamento dessa capitania após a expulsão dos holandeses, Patrícia de Oliveira Dias percebeu que a principal justificativa utilizada pelos solicitantes de sesmaria naquele período era a do

252 *Ibidem*, p. 166
253 ALENCAR, Júlio César Vieira de. *Para que enfim se colonizem estes sertões*: a Câmara de Natal e a Guerra dos Bárbaros (1681-1722). 2017. 243f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017, p. 76.
254 CARTA do [provedor da Fazenda Real do Rio Grande do Norte], Domingos da Silveira, ao rei [D. João V] sobre a arrematação dos dízimos da Capitania do Rio Grande do Norte. Anexo: provisões (3, cópias); edital do provedor da Fazenda Real do Rio Grande do Norte, Domingos da Silveira (cópia) e certidão do rendimento dos dízimos reais da capitania desde 1661 até 1732. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 2, D. 156.

aumento da Fazenda Real por meio da criação de gado e de lavouras.[255] Os proprietários de terra do Rio Grande tinham consciência do potencial que aquele território possuía para a criação do gado e por isso solicitavam sesmarias para poderem expandir os seus negócios ou então iniciar.

Tyego Franklim da Silva, ao analisar o processo de territorialização da região do Assú, na capitania do Rio Grande, destacou como a atividade pecuária foi um elemento fundamental nesse processo, fato este que aparecia até mesmo na obra *Cultura e opulência no Brasil*, de André João Antonil, que, ao relatar as principais áreas no Brasil com capacidade de criação de gado, menciona a referida região.[256] A partir dos pedidos de sesmarias no período entre 1659 e 1680, o autor identificou que, de um total de 47 pedidos, em 36 deles (76,6%), os suplicantes utilizavam como justificativa a pretensão de criar gado ou então expandir a criação que já possuíam, demonstrando dessa maneira como o predomínio desse tipo de atividade naquela região era significativo.[257] Tal fato também se repetiu ao analisar as sesmarias concedidas no início do século XVIII: de um total de 22 sesmarias identificadas pelo autor, em 13 delas foi mencionado que seriam utilizadas para a criação de gado.[258]

Apesar da constante busca por metais preciosos na América portuguesa, e sendo essa uma das razões mais atrativas para a exploração do território por bastante tempo, como bem demonstrou o relato de André Vidal de Negreiros discutido no início desse capítulo, na segunda metade do século XVIII para o Rio Grande do Norte isso não era mais uma realidade. Em um bando do governador de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, de 1758, determinou que qualquer tipo de busca ou trabalho em exploração de minas naquela capitania deveria ser cessado, para que com isso os moradores daquele lugar pudessem focar em atividades capazes de gerar algum proveito econômico, de forma mais específica: alimentos, animais e seus derivados.[259]

Segundo Thiago Dias, baseado em estudos anteriores, durante o século XVIII foram identificadas cerca de 125 cartas de sesmarias para a região do Apodi, na capitania do Rio Grande. Desse total, 86% dele fora de terras destinadas a criação do gado. Já com relação ao

255 DIAS, Patrícia de Oliveira. *Onde fica o sertão rompem-se as águas*: processo de territorialização da ribeira do Apodi-Mossoró (1676-1725). 2015. 187f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015, p. 56.
256 SILVA, Tyego Franklim da. *A ribeira da discórdia*: terras, homens e relações de poder na territorialização do Assu colonial (1680-1720). 2015. 176f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015, p. 55.
257 *Ibidem*, p. 61.
258 *Ibidem*, p. 146.
259 DIAS, Thiago Alves. *DINÂMICAS MERCANTIS COLONIAIS* : Capitania do Rio Grande do Norte (1760-1821). 2011. 277 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011, p. 180-181.

Seridó, de 230 cartas de sesmarias, cerca de 70% delas foram solicitadas para a pecuária.[260] Tal fato mais uma vez reforça a importância a preponderância do gado nas regiões interioranas da capitania.

Um outro produto bastante valorizado na capitania e que podia ser utilizado juntamente com a produção do gado era o sal. Desde princípios do século XVI esse produto já era conhecido no Rio Grande. Em 1626, Frei Vicente do Salvador já afirmava que aquela capitania era capaz de encher navios apenas com sal e que não teria problemas com a reposição deles nas terras que o produzia. Ao utilizarem ele juntamente da carne seca, fazia com que a comercialização fosse muito mais vantajosa. [261]

Analisando a provedoria da capitania do Rio Grande ao longo do século XVII, Lívia Brenda Barbosa destacou a situação financeira da capitania logo após a expulsão dos holandeses e o cenário era extremamente negativo. Nos primeiros anos da década de 1660 o rendimento da provedoria não passava dos 200 réis, o que seria um valor ínfimo nas palavras da autora, não sendo o suficiente nem mesmo para arcar com a farinha que alimentava os soldados da fortaleza dos Reis Magos.[262] Continuando a análise, Barbosa elaborou um quadro para demonstrar os produtos tributáveis pela provedoria e, até 1673, o único rendimento oficial era o dízimo cobrado nos dois engenhos em funcionamento na capitania. A partir de 1673, novos produtos já estavam sendo tributados, como o gado, tabaco, pescados, sal e lavouras.[263]Tal fato demonstra que a dinâmica produtiva na capitania demorou bastante tempo para se recuperar, o que explica os baixos rendimentos de sua fazenda. O que é interessante de destacar também é a existência desses outros produtos para demonstrar que não apenas do gado vivia o Rio Grande, apesar de ele continuar sendo o principal elemento econômico.

Com relação ao Ceará, o quadro econômico em termos de principais produtos não difere muito do Rio Grande. Leonardo Cândido Rolim, ao analisar o processo de ocupação territorial da capitania do Ceará, construiu um quadro identificando os usos da terra pelos solicitantes de sesmarias. Nesse quadro, ele constatou que de um total de 2472 cartas, 2386 foram solicitadas

260 *Ibidem*, p. 189.
261 *Ibidem*, p. 199-200. Destaca-se também o trabalho de Ana Lunara da Silva Morais que abordou conflitos envolvendo a posse de terras salineiras na capitania do Rio Grande. MORAIS, Ana Lunara da Silva. Conflitos pela posse de localidades pesqueiras da capitania do Rio Grande: Séculos XVII-XVII. *Revista em Perspectiva*, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 57-72, 2016.
262 BARBOSA, Lívia Brenda da Silva. *Das ribeiras o tesouro, da receita o sustento*: a administração da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande (1606-1723). 2017. 226f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017, p. 97.
263 *Ibidem*, p. 125.

para uso de atividades relacionadas à pecuária.[264] Tais valores representam que cerca de 96% das terras ocupadas/ a serem ocupadas, estariam reservadas para esse tipo de atividade, o que demonstra uma preponderância altamente significativa. Sobre esse aspecto do uso da terra naquela capitania, analisando a formação de uma elite sediada no Ceará entre fins do século XVII e início do XVIII, Rafael Ricarte da Silva mostra como essas pessoas, ao se apropriarem de terras e outras mercês, utilizavam como justificativa suas participações na guerra contra os holandeses e contra os indígenas. Após esse período mais turbulento, o autor indicou que passou a se consolidar e predominar nas justificativas desses homens a motivação de produção de gado, mostrando que os principais nomes daquela capitania estavam envolvidos nesse tipo de atividade.[265]

No ano de 1731, Manuel da Silva Lima e Jerônimo da Fonseca, arrematantes do dízimo na ribeira do Jaguaribe, na capitania do Ceará, fizeram uma representação ao rei solicitando o perdão parcial de suas dívidas devido a uma grande chuva que inundou a região. Ao desenvolverem suas justificativas alegaram que a cheia afogou a maior parte dos cavalos e bois da ribeira, "sendo este gênero só o de que se pode fazer dinheiro nesta comarca [...]",[266] mostrando mais uma vez como a questão pecuária era essencial em termos econômicos naquela região.

A criação da vila de Aracati, um dos principais povoamentos da capitania, teve como justificativa a atividade pastoril, de maneira mais específica a produção de carne seca. Em 1744, defendendo a necessidade da criação oficial da vila, o ouvidor do Ceará, Manuel José de Farias afirmou que era necessário haver uma presença mais efetiva da justiça naquela região no tempo das carnes, pois nesse período dessem dos sertões "inumeráveis gados" com muitas pessoas negociando, o que terminava ocorrendo várias contendas. Ainda segundo o mesmo ouvidor, todo o ano, daquela região era enviado para Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro até 20 mil bois.[267] Tal fato aponta como a produção de gado naquela área era o suficiente para alcançar capitanias bem distantes, reforçando a importante função de abastecimento que a capitania do Ceará exercia. Isso é reforçado quando em 1753 o governador de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, a pedido de comerciantes do Recife, enviou uma proposta de criação de uma

264 ROLIM, Leonardo Cândido. *Tempo das carnes no Siará Grande*: dinâmica social, produção e comércio de carnes secas na Vila de Santa Cruz do Aracati (c.1690-c.1802).. 2012. 245 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012, p. 40.
265 SILVA, Rafael Ricarte da. *A capitania do Siará Grande nas dinâmicas do império português*: política sesmarial, guerra justa e formação de uma elite conquistadora (1679-1720). 2016. 264f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História Social, Fortaleza (CE), 2016, p. 21.
266 ROLIM, Leonardo Cândido, *Op. Cit*, p. 72.
267 *Ibidem*, p. 91.

Companhia de Resgate das Carnes Secas e Couros do Sertão como uma tentativa de melhor sistematizar a busca e venda desses produtos pelas capitanias nas quais Pernambuco estava responsável, destacando os preços de venda, bem como os principais lugares onde seriam enviados, aparecendo como destaque os portos da Bahia e do Rio de Janeiro.[268]

No contexto do Ceará, Gabriel Nogueira identificou que, apesar da grande influência do gado na produção econômica daquela capitania e dos principais nomes da elite local estarem envolvidos nesse tipo de atividade, era característico a existência de pequenos lotes de terra com vários currais, muitas vezes arrendados pelo sesmeiros a outros criadores, diversificando dessa maneira a quantidade de pessoas envolvidas bem como fortalecia o poder dos detentores oficiais da terra, pois muitas vezes eram eles que regulavam o acesso a ela.[269]

Apesar das sedes do poder político, fazendário e judicial estarem localizadas nas vilas litorâneas do Ceará, todo o dinamismo econômico dessa capitania estava concentrado no seu sertão. Isso se atesta pelo próprio valor do dízimo arrecadado, que demonstra como a ribeira onde estavam localizados os centros de poder possuíam os menores valores.[270] Apontando um exemplo de lugar com uma forte atividade econômica, Gabriel Nogueira destaca a vila do Aracati. O autor identificou, ao longo da segunda metade do século XVIII, 297 procurações relacionadas a questões comerciais naquela vila, mostrando que pessoas de diversos lugares da América possuíam interesses no comércio existente em Aracati, com destaque a muitos procuradores de pessoas que viviam em Pernambuco e Salvador, sendo estas duas capitanias os lugares onde mais possuíam representantes.[271]

Analisando o contexto econômico de uma forma geral das Capitanias do Norte ao longo do século XVIII, Thiago Dias analisou um interessante relatório de 1774 que descrevia detalhadamente a situação desses lugares. Para o Ceará, foi identificado um total de 962 unidades produtivas pecuaristas, possuindo algumas delas especificidades para a produção de carne cerca e couro para exportação. No Rio Grande, foi identificado "5 modestas engenhocas das quais algumas delas fazem finos açúcares", algumas matas de extração de pau-brasil e 283 fazendas pecuaristas. Na Paraíba, consta no relatório que lá possuía "deliciosas vargens que

268 *Ibidem*, p. 181-182.
269 NOGUEIRA, Gabriel Parente. *Viver à lei da nobreza:* elites locais e o processo de nobilitação nas capitanias do Siara Grande (1748 – 1804). Curitiba: Appris, 2017, posição 731. Arquivo Kindle.
270 *Ibidem*, posição 1237. Arquivo Kindle
271 *Ibidem*, posição 1630-1733. Arquivo Kindle.

compreende os engenhos do melhor açúcar da América", totalizando 37 engenhos ativos e 869 fazendas de gado.[272]

A partir desses dados, chama atenção a presença do gado nessas capitanias em números muito significativos, com destaque negativo para o Rio Grande, que, apesar de ter nesse elemento um dos principais fatores econômicos da capitania, em termos numéricos possuía uma quantidade de fazendas muito inferior em relação à Paraíba e ao Ceará. Merece destaque também a questão do açúcar, como no Ceará não possuía nenhuma produção, no Rio Grande, mesmo que muito modestamente ainda possuía cinco engenhocas, enquanto na Paraíba, parecia esse ser um fator de destaque, segundo o relatório, possuindo ela os melhores açúcares da América distribuídos por 37 engenhos.

Ao analisar a lista das frotas que saiam de Pernambuco no século XVIII,[273] Thiago Dias reparou que os principais produtos que saiam em maiores quantidades do porto do Recife em direção ao reino eram açúcar, madeira e couro, chegando o algodão a ter destaque nesses números apenas no final do século. Vale destacar que as frotas que saiam de Recife levavam produtos provenientes não apenas de Pernambuco, mas de todas as Capitanias do Norte, uma vez que era naquele porto que se escoava quase tudo que era produzido nessa região. Aprofundando-se nas quantidades exportadas já na segunda metade do XVIII, mais especificamente entre os anos de 1787 e 1789, o autor demonstra que o açúcar continuava sendo o principal produto de exportação, com o algodão logo em seguida, sendo exportado em quantidades bem próximas, ambos representando cerca de 35% cada da exportação total e no valor total, enquanto os derivados do couro cerca de 21%.[274]

Após esse breve cenário sobre alguns dos principais produtos das Capitanias do Norte, irá ser trabalhado agora os números referentes às arrematações dos contratos dos dízimos dessas capitanias e um pouco mais abaixo, os rendimentos e despesas gerais delas. No primeiro caso

---

272 DIAS, Thiago Alves. *Monopólio indireto*: colonização mercantil no norte do Estado do Brasil (c. 1710 - c. 1780). 2017. 383f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2017, p 41-42.

273 Quanto à navegação de navios nos portos das Capitanias do Norte antes da perda de Olinda no século XVII, recebia o porto de Recife anualmente cerca de 120 navios, enquanto Paraíba e Itamaracá, respectivamente, recebiam 34. Tal fato demonstra mais uma vez a superioridade de Pernambuco, em termos numéricos, frente as demais capitanias. MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*, *Op. Cit*, p. 85. Reforçando essa ideia, Breno Lisboa, enumerando os navios comerciantes que chegavam e saiam dos principais portos da América portuguesa, demonstrou que Pernambuco no século XVIII era de fato uma das principais praças comerciais, chegando a possuir, em determinados momentos, mais navios circulando por lá do que nos portos da Bahia e do Rio de Janeiro. O autor, no entanto, chama atenção que esses números não consideram a tonelagem de cada navio nem os valores totais dos produtos comercializados. Apesar disso, não se pode negar que a quantidade de navios representava a vitalidade econômica daquela capitania. LISBOA, Breno Almeida Vaz. *Uma das principais dos domínios de vossa Majestade*, *Op. Cit*, p. 183.

274 DIAS, Thiago, Op. *Cit*, p. 125 – 128.

conseguiu-se constituir um robusto quadro, apesar de possuir vários espaços que não foram preenchidos; no segundo caso, infelizmente, as informações encontradas foram escassas, principalmente no que se refere às capitanias do Rio Grande e Ceará, as quais nada se encontrou até o momento.

O quadro abaixo, devido ao seu tamanho e complexidade das fontes consultadas para preenchê-lo, não deve ser considerado como um valor absoluto, pois, como será melhor detalhado em nota de rodapé abaixo dele, os relatórios das provedorias e dos governantes analisados nesse trabalho muitas vezes apresentavam certas inconstâncias, como por exemplo o caso de ser registrado o valor da arrematação, mas logo em seguida era dito que o valor total não foi pago pelo arrematante, mas sim um valor aproximado, ou então devido a outras variáveis que faziam com que o valor total da arrecadação fosse menor do que o arrematado.[275] Optou-se por registrar o valor da arrematação, por esse ser considerado como elemento de análise principal no peso econômico da capitania, no entanto, em alguns casos, como já foi dito, era registrado a diferença entre o valor arrematado e o efetivamente pago, mas na maioria das vezes essa discriminação não acontecia, o que leva a essa ponderação para o leitor sobre os números apresentados. Apesar da impossibilidade de uma representação extremamente exata de todos esses valores, no geral, eles são considerados, se não exatos, ao menos próximos da realidade numérica trabalhada, o que possibilita a sua utilização para as análises feitas nesse capítulo.

Quadro 1 - Valor da arrematação dos dízimos

Ano	**Pernambuco**	**Paraíba**	**Rio Grande**	**Ceará**
1654	9:600$000 réis			
1656	11:200$000 réis			
1659	13:000$000 réis			
1660	12:200$000 réis		100$000 réis	
1661			110$000 réis	
1662	8:000$000 réis		135$000 réis	
1663	8:000$000 réis		142:500 réis	
1664			192$000 réis	
1665			285$000 réis	

275 MAPA do estado da Fazenda Real do Ceará e suas execuções desde 1725. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 7, D. 444.

1666			290$000 réis	
1667	8:840$000 réis		265$000 réis	
1668			330$000 réis	
1669			370$000 réis	
1670		3:000$000 réis	410$000 réis	
1671			365$000 réis	
1672			370$000 réis	
1673			460$000 réis	
1675			545$000 réis	
1676			557$000 réis	
1677	14:200$000 réis		574$000 réis	
1678	16:800$000 réis		600$000 réis	
1679	17:640$000 réis		880$000 réis	
1680			850$000 réis	
1681			810$000 réis	
1682			610$000 réis	
1683			700$000 réis	
1684			705$000 réis	
1685	20:820$000 réis		711$000 réis	
1686[276]			711$000 réis	
1687		1:800$000 réis	680$000 réis	
1688			345$000 réis	
1689	14:720$000 réis		310$000 réis	
1690	16:320$000 réis		310$000 réis	

276 Na lista elaborada pelo provedor sobre os rendimentos do dízimo entre os anos de 1661 e 1732, no ano de 1686, é afirmado que "entrou a capitania do Ceará como ribeira anexa", dando a entender que a partir daquele ano o rendimento do valor arrematado do dízimo seria das duas capitanias. (AHU-RN, Cx. 2, D. 156). No entanto, cruzando esses dados com informações levantadas por Lívia Barbosa em sua dissertação que conseguiu identificar alguns anos dos valores dos dízimos do RN e do CE separados, alguns dos dados dessa lista correspondem aos autos de arrematação individual do RN analisados pela autora, dando a entender, dessa maneira, que os valores registrados na lista do provedor se tratam exclusivamente dos rendimentos dos dízimos da referida capitania. Tais informações foram cruzadas também com outro documento (AHU-CE, Cx. 7, D. 444) proveniente da provedoria do Ceará no qual é possível reconstituir os valores dos dízimos durante os anos de 1725 e 1758 que aborda alguns anos em comum com o relatório da provedoria do Rio Grande. Ao fazer esse cruzamento mais uma vez foi possível notar que de fato os valores apresentados pela provedoria do Rio Grande, pelo menos a maioria deles, se referiam exclusivamente àquela capitania. Outro cruzamento foi feito com um documento de 1697, no qual o capitão-mor do RN solicitou o rendimento dos dízimos entre os anos de 1696 e 97 e o valor apresentado equivale ao mesmo da lista utilizada para o preenchimento desse quadro (AHU-RN, Cx. 1, D. 42).

1691			310$000 réis	
1692			250$000 réis	
1693			250$000 réis	
1694	14:480$000 réis		250$000 réis	
1695			500$000 réis	
1696			685$000 réis	
1697			685$000 réis	
1698			846:000réis	
1699			846:000réis	
1700			846:000réis	
1701	24:000$000 réis		850$000 réis	
1702			1:325$000 réis	1:870$400 réis
1704			1:200$150 réis	2:000$100 réis
1705		6:400$00 réis	1:415$000 réis	
1706	31:800$000 réis	6:112$000 réis	1:432$000 réis	
1707	28:806$000 réis	6:400$000 réis	1:950$000 réis	
1708	17:240$000 réis	5:220$000 réis	1:840$000 réis	
1709	16:800$000 réis	4:424$000 réis	2:016$000 réis	
1710	12:500$000 réis	4:040$000 réis		
1711	16:420$000 réis	3:000$000 réis		
1712		2:800$000 réis		
1713		2:820$000 réis	1:112$000 réis	2:000$100 réis
1714		3:000$000 réis	828$000 réis	1:000$000 réis
1715		4:400$000 réis	1:200$000 réis	
1716		3:236$000 réis	1:200$000 réis	
1717		3:440$000 réis	1:200$000 réis	1:200$000 réis
1718		1:840$000 réis	856$000 réis	
1719		3:820$000 réis	856$000 réis	
1720	19:400$000 réis	2:400$000 réis	856$000 réis	
1721	22:422$000 réis	3:860$000 réis	984$000 réis	
1722	24:420$000 réis	3:400$000 réis	1:200$000 réis	

1723[277]		1:320$000 réis	450$000 réis	
1724[278]		900$000 réis		
1725	20:000$000 réis	1:600$000 réis	1:047$000 réis	2:174$000 réis
1726	18:000$000 réis	2:440$000 réis	1:181$000 réis	2:241$000 réis
1727		2:040$000 réis	1:313$000 réis	2:652$000 réis
1728		2:872$000 réis	1:348$000 réis	4:392$000 réis
1729	20:000$000 réis		1:326$000 réis	4:507$000 réis
1730			1:471$000 réis	4:850$000 réis
1731		2:600$000 réis	1:937$000 réis	5:400$000 réis
1732	20:500$000 réis	3:400$000 réis	2:435$000 réis	7:037$300 réis
1733		3:000$000 réis	2:470$000 réis	4:989$553 réis
1734		3:000$000 réis	2:652$000 réis	4:989$553 réis
1735	20:400$000 réis		2:920$000 réis	4:989$553 réis
1736	9:600$000 réis		2:920$000 réis	2:305$000 réis
1737				7:065$000 réis
1738				5:850$000 réis
1739		4:000$000 réis	2:556$655 réis	6:725$000 réis
1740			2:556$655 réis	6:400$000 réis
1741	11:260$000 réis	2:200$000 réis	2:556$655 réis	5:560$000 réis
1742			2:343$500 réis	6:120$000 réis
1743			1:747$500 réis	6:730$000 réis
1744	14:420$000 réis	3:466$000 réis		7:712$000 réis
1745	14:420$000 réis			4:375$000 réis
1746	14:420$000 réis			3:300$000 réis
1747	16:000$000 réis	2:311$000 réis		3:860$000 réis
1748	16:000$000 réis			4:910$000 réis
1749	16:000$000 réis			4:300$000 réis
1750				6:620$000 réis
1751				7:790$000 réis
1752		3:833$000 réis		8:490$000 réis

277 Nesse ano não houve arrematação do dízimo em Pernambuco por não ter chegado a um valor conveniente, que era de pelo menos dois terços do valor anterior. AHU-PE, Cx. 32, D. 2969.
278 Nesse ano não houve arrematação do dízimo por não ter chegado a um valor conveniente, que era de pelo menos dois terços do valor anterior, sendo cobrado no lugar do dinheiro, açúcar. AHU-PE, Cx. 32, D. 2958.

1753		3:833$000 réis		11:050$000 réis
1754		3:833$000 réis		6:630$000 réis
1755				6:502$060 réis
1756		5:731$666 réis		7:567$000 réis
1757		5:731$666 réis		10:690$000 réis
1758		5:731$666 réis		10:740$000 réis
1759		3:400$000 réis		
1761	16:000$000 réis		3:000$000 réis	
1762	16:000$000 réis		3:000$000 réis	
1763	16:000$000 réis		3:000$000 réis	
1764		3:600$000 réis[279]		
1765		4:133$333 réis		
1768		3:333$333 réis		
1790			11:858$666 réis	
1791			11:858$666 réis	
1792			11:858$666 réis	

Fonte: LOPES, Gustavo Acioli, Op. Cit, p. 23; MENEZES, Mozart Vergetti de, Op. Cit, p. 121; BARBOSA, Lívia Brenda da Silva, Op. Cit. p. 147-148; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 24, doc. 2163; Cx. 32, D. 2885, 2969; Cx. 34, D. 3158; Cx. 41, D. 3670 Cx. 44, D. 3994; Cx. 49, D. 4376; Cx. 59, D. 5065; Cx. 66, D. 5595. Cx. 69, D. 5858; Cx. 104, D. 8090; AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 9, D. 749; Cx. 11, D. 939; Cx. 18, D. 1454; Cx. 21, D. 1603; Cx. 23, D. 1774; Cx. 24, D. 1845; AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 2, D. 156; Cx. 3, D. 211; Cx. 7, D. 430; Cx. 8, D. 483; AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 7, D. 444.

A partir da observação dos dados levantados até aqui fica evidente a superioridade financeira da capitania de Pernambuco frente as demais. Um aspecto que chamou bastante atenção foram os valores das arrematações do dízimo do Ceará. Até a primeira década do século XVIII eles eram inferiores aos da Paraíba, no entanto, a partir da década de 1720 é possível perceber um aumento considerável em relação à Paraíba e ao Rio Grande. Como foi visto no primeiro capítulo, a Paraíba em termos de qualidades espaciais, possuía um predicamento que a diferenciava do Rio Grande e Ceará, colocando-a em uma posição intermediária entre essas

279 Talvez esse não seja o valor integral do dízimo, pois no próprio documento, o responsável pela sua elaboração, que não é identificado, afirma que não é possível confirmar se nesse valor está incluso os dízimos do sertão da Paraíba. AHU-PB, Cx. 24, D. 1845.

capitanias e Pernambuco, fator este reconhecido por instituições como o Conselho Ultramarino, governantes e pelas próprias diferenças significativas dos soldos do governante da Paraíba com relação ao das outras duas e dos títulos que recebiam. Vale destacar, como já foi apontado em estudos anteriores, a Paraíba vivenciou uma crise financeira ao longo de toda sua primeira metade do século XVIII a ponto de ela ser utilizada como principal justificativa para a sua anexação a Pernambuco.[280]

Na consulta a respeito da anexação da Paraíba, foi afirmado que não cabia sustentar naquela capitania um governador com soldo tão elevado, e que por isso deveria ser nomeado, a partir de então, um capitão-mor com o mesmo soldo que recebia o do Rio Grande.[281] Tal fato não se concretizou, pois como também já foi mostrado no capítulo anterior, durante a maior parte do período de anexação da Paraíba, ela foi governada por um governador que recebia um soldo muito superior ao dos capitães-mores do Rio Grande e do Ceará. Tal fato é muito significativo para se analisar o lugar de predicamento que a capitania da Paraíba ocupava no jogo de hierarquias espaciais, pois mesmo sendo uma capitania detentora de um dízimo menor que a do Ceará, isso não fez que seu predicamento diminuísse. Tais fatos demonstram que apesar de aspectos econômicos serem importantes nesse processo de hierarquização, eles não eram determinantes.

Foi construído em torno da Paraíba um predicamento vinculado à sua tradição[282] como um importante espaço intermediário. Tradição esta que estava ligada à sua vinculação a Pernambuco, seja como uma espécie de extensão, como por exemplo nas muitas famílias da capitania Duartina que se deslocaram para a Paraíba,[283] ou então no momento da restauração pernambucana, quando Lopo Curado Garro, capitão que estava na Paraíba naquele momento, considerou-se como um dos principais responsáveis pelo levante naquela capitania e que seus feitos naquele lugar foram tão importantes quantos os de João Fernandes Vieira em Pernambuco;[284] ou como um espaço de oposição a Pernambuco, como nos casos já analisados no primeiro capítulo em que tanto governantes, como oficiais camarários, alegavam que a Paraíba deveria ser um centro concorrencial àquela capitania, como já o havia sido no momento dos levantes de 1711. Dessa maneira, mesmo com a crise financeira do século XVIII e seu

280 OLIVEIRA, Elza Regis de. *Op. Cit*; MENEZES, Mozart Vergetti de. *Op. Cit*.
281 CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. José I, sobre a carta do governador e coronel da Paraíba, Luís António de Lemos de Brito, informando que a Provedoria da Fazenda Real de Pernambuco não cumpriu o precatório que passou para remeter os vinte mil cruzados à capitania. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 18, D. 1462.
282 SHILS, E. *Centro e Periferia*. Trad. José Hartuig de Freitas. Lisboa: Difel, 1992, p. 89-90.
283 GONÇALVES, Regina Célia, *Op. Cit.*
284ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. *A remuneração de serviços na guerra holandesa*. Recife: Universidade de Federal de Pernambuco, 1968, p. 91-92.

rebaixamento no estatuto político à condição de anexa, ela continuou a ocupar um importante espaço administrativo que era fruto de sua tradição.

A despeito dos valores impressionantes das arrematações do Ceará, superando inclusive os da Paraíba muitas vezes, é importante destacar, que nem sempre os contratos arrematados eram pagos em sua integralidade. No próprio relatório da provedoria do Ceará que consta informações sobre essa arrecadação do ano de 1725 até 1758, é afirmado que, nesse intervalo, foi arrematado naquela capitania 207:102$300 réis. No entanto, a dívida ativa dos contratadores com aquela instituição nesse intervalo era de 65:366$052 réis,[285] ou seja, mais de um quarto do valor total não foi pago à provedoria, demonstrando que, apesar dos bons valores alcançados nas arrematações, esses números não podem ser considerados em sua totalidade como representantes absolutos da saúde financeira das capitanias. Tal cenário também foi encontrado em Pernambuco. Em 1764, em um relatório enviado pelo então governador, conde de Vila Flor, foi identificado que até aquele ano estava registrado na provedoria daquela capitania uma dívida ativa total de 433:111$478 réis.[286]

2.2 **A administração dos assuntos econômicos pelos governantes**

"Sendo da minha obrigação tomar conhecimento do estado em que nestas capitanias se acha o rendimento da Real Fazenda em ordem para contribuir com a providência precisa, não só para sua conservação, mas ainda para aumento dela. "[287] Tal afirmação foi feita pelo governador de Pernambuco, em 1768, o conde de Povolide, ao enviar um relatório sobre a situação dos contratos daquela capitania. Ela é muito emblemática para o que se pretende trabalhar nesse momento do capítulo. Após a análise dos produtos e dos números referentes aos dízimos e alguns outros rendimentos, agora será discutido como os governantes enxergavam/ administravam questões financeiras de suas capitanias, tentando entender qual era a visão que eles possuíam sobre as potencialidades econômicas e o uso delas.

285 MAPA do estado da Fazenda Real do Ceará e suas execuções desde 1725. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 7, D. 444.
286 OFÍCIO (1ª via) do [governador da capitania de Pernambuco], conde de Vila Flor e copeiro-mor, [Antônio de Sousa Manoel de Meneses], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado], enviando conhecimentos referentes ao pau-brasil, informando as arrematações dos contratos da capitania de Itamaracá e os rendimentos da Fazenda Real da dita capitania. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 101, D. 7866.
287 OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], conde de Povolide, [Luís José da Cunha Grã Ataíde e Melo], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a situação dos rendimentos da Fazenda Real e dos contratos dos subsídios das carnes e dos couros. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 105, D. 8179.

Analisando o governo-geral como instituição, Francisco Cosentino abordou o campo da *oeconomia* como parte dos governos das conquistas. *Oeconomia* seria o governo econômico e a administração da casa. Apesar da importância dada à administração econômica que os governantes deveriam ter, o autor destacou que as funções fiscais dessas figuras eram limitadas, uma vez que existiam os provedores para isso, no entanto, em todos os regimentos analisados por Cosentino, caberia ao governador informar ao rei "sobre as rendas e direitos que em cada capitania tenho e me pertencem e como se arrecadaram e despenderam até agora." Além disso, todos os regimentos também destacavam a importância que os governadores tinham no desenvolvimento populacional e produtivo das capitanias, procurando sempre incentivar o crescimento delas.[288] Dessa forma, fica evidenciado que, apesar de existirem os provedores para cuidarem das questões econômicas, os governadores também possuíam responsabilidades e isso será visto nas próximas páginas.

O regimento do governador de Pernambuco também faz referência ao mesmo aspecto destacado nos regimentos dos governadores-gerais, exigindo que o governante enviasse para o rei informações sobre as rendas da capitania e as formas como se arrecadavam e gastavam os recursos financeiros. Nesse mesmo regimento foi instruído ao governador que fiscalizasse a atuação dos oficiais da Justiça e da Fazenda, podendo chamá-los a sua residência para aplicar advertências quando necessário e, se fosse o caso, encaminhasse o problema diretamente para o rei.[289] Analisando o regimento dos capitães-mores, Marcos Fonseca destacou que apenas um capítulo desse regimento abordava a atuação econômica desses agentes. O sétimo capítulo determinava que o capitão-mor não se intrometesse nas questões da provedoria, porém, deveria fiscalizar a atuações dos provedores e caso identificada qualquer irregularidade, deveria ser reportada ao governador-geral.[290] Por meio desses regimentos, nota-se que era exigido uma certa participação por parte dos governantes nas questões da administração econômica de suas capitanias, principalmente analisando as movimentações financeiras e fiscalizando a atuação dos agentes designados para esse tipo de atividade.

Para início dessa discussão, destaca-se uma breve carta de Caetano de Melo e Castro, governador de Pernambuco em 1693, dando sua opinião sobre a comercialização da aguardente,

288 COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores Gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII*): ofício, regimentos, governação e trajetórias. São Paulo: Annablume, 2009, p. 295-296.
289 Regimento dos governadores da capitania de Pernambuco. In: Informação geral da capitania de Pernambuco. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Oficina de Artes Graphicas da Biblioteca Nacional, 1908. v. 28, p. 126.
290 FONSECA, Marcos Arthur Viana da. *Sob a sombra dos governadores de Pernambuco*? Jurisdição e administração dos capitães-mores da capitania do Rio Grande (1701-1750). 2018. 196f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018, p. 59.

bem como de sua utilidade para os negócios dos senhores de engenho. O secretário de Estado tinha mandado ele examinar a nocividade da aguardente. Melo e Castro respondeu que ela não fazia "nenhum dano mais que o que pode fazer o vinho tomado em maior quantidade" e que se deixasse de fabricar isso naquela capitania traria grande dano a todo o Brasil, "por ser nele muito usada essa bebida e útil para os senhores de engenho que por nessa droga aproveitam aquelas partes do açúcar que só para isso servem."[291]

Pela resposta do governador, destacam-se dois pontos: o primeiro diz respeito ao possível mal que aquele produto poderia fazer. Ao afirmar que não fazia mais mal do que o vinho bebido em grandes quantidades, subentende-se que se estava referindo à embriaguez causada pela aguardente, e que esta apenas seria nociva se consumida em quantidades desproporcionais, apesar de menores do que a do vinho. O segundo ponto foi a observação dele de que esse produto era muito consumido, consequentemente, possuía um mercado valoroso a ser explorado e como isso era vantajoso para os senhores de engenho que trabalhavam com açúcar, prevendo os significativos prejuízos decorrentes da proibição de sua fabricação.

Em 1730, o governador de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira Tibão, escreveu uma carta ao rei sobre os 8:000$000 de réis que a sua capitania tinha que enviar anualmente para a Paraíba. Segundo Tibão, esse dinheiro era gasto de forma desnecessária para a manutenção do "presídio que há na cidade da Paraíba" que não possui utilidade alguma. Começou então o governador a fazer um detalhado relatório da situação da Paraíba, quantificando os soldados e outros agentes régios com seus respectivos soldos, o forte e o estado da cidade como um todo. Em determinado momento afirmou que aquela capitania era "sem gente, nem comércio" e que os 20 engenhos que existiam eram responsáveis por um açúcar "mal fabricado". Para diminuir ainda mais a capitania, usou como contraponto a comarca de Alagoas, afirmando que nas vilas dessas comarcas eram administradas apenas por capitães-mores de ordenança e possuíam 47 engenhos de açúcar e nunca precisaram de um governante pago.[292]

Não satisfeito com sua argumentação, falou ainda da situação do Ceará, que era uma capitania subordinada ao seu governo, estando a muitas léguas de distância e mesmo assim, naquele ano o seu dízimo foi mais do que o dobro do da Paraíba e era governada por um capitão-mor que possuía até pouco tempo um ordenado de apenas 200$000 réis, passando a receber

291 CARTA do governador da capitania de Pernambuco, Caetano de Melo de Castro, ao rei [D. Pedro II], sobre a importância econômica da produção da aguardente no Brasil e a utilidade desta para os negócios dos senhores de engenho. AHU-PE, Cx. 16, D. 1616.

292 CARTA do [governador da capitania de Pernambuco], Duarte Sodré Pereira Tibão, ao rei [D. João V], sobre os vinte mil cruzados que remete anualmente dos dízimos da Alfândega da capitania de Pernambuco para despesa com a guarnição e obras da fortaleza de Cabedelo, na Paraíba, e que julga poderiam ter outra aplicação mais útil. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 41, D. 3670.

recentemente um aumento de mais 200$000. E mesmo assim conseguia governar aquela capitania que era muito grande e com moradores inquietos, possuindo currais de gado que abasteciam Minas Gerais, Bahia e Pernambuco e que também eram abastecidas com muito sal do Ceará. Falou ainda, mesmo que brevemente, da situação do Rio Grande e de Itamaracá. Encerrando sua argumentação, afirmou que "não se duvida que a capitania da Paraíba foi de maior consideração do que hoje é", no entanto, no estado atual, era uma capitania que não valia a pena o gasto que se fazia para a sua manutenção. Com isso, ele fez a indicação de que seria melhor que naquela capitania se tivesse um capitão-mor sujeito ao seu governo com apenas 400$000 réis de soldo. Solicitou ainda que parte do dinheiro que seria enviado para a Paraíba, fosse usado para aumentar o soldo do capitão-mor do Ceará, totalizando 600$000 réis "para reputar melhor esse lugar em razão da importância da dita capitania",[293] ou seja, para Duarte Sodré, o Ceará merecia ser mais valorizado do que a Paraíba devido a sua contribuição econômica.

Essa carta é muito significativa. Primeiramente pelo levantamento dos dados econômicos dos lugares citados; e pelas intencionalidades do governador de Pernambuco. Durante toda a sua argumentação, Duarte Sodré Pereira Tibão deixa claro como as capitanias que estavam sob tutela direta de seu governo possuíam governantes de baixo soldo, em alguns casos não sendo nem mesmo necessário um governante pago e mesmo assim, estavam com um ótimo desenvolvimento econômico. A Paraíba, no entanto, recebia altos investimentos e não gerava o retorno esperado pela Coroa. Com isso, ele deixava a entender que a situação da Paraíba estaria muito melhor se ela estivesse subordinada ao seu governo, sem um governante caro e independente. Mais uma vez um governador de Pernambuco tentava expandir o seu governo para a Paraíba.

Chama atenção o conhecimento dos aspectos econômicos das capitanias que o governador de Pernambuco possuía e como ele tentou usar isso em seu favor. Assim como também o destaque que ele deu, reconhecendo que a Paraíba "foi uma capitania de maior consideração". Tal afirmação reforça o que foi discutido algumas páginas antes a respeito da construção do predicamento dessa capitania com base em uma tradição já consolidada dela. E que mesmo diante de um cenário econômico negativo de vários anos, conseguiu manter-se independente do governo de Pernambuco por bastante tempo.

Um ano mais tarde, em 1731, o mesmo governador, Duarte Sodré Pereira Tibão, escreveu uma carta ao rei a respeito da situação econômica da capitania de Pernambuco a partir

293 *Idem*.

de uma reclamação feitas pelos camarários sobre o miserável estado em que se encontrava o comércio daquela capitania. Nessa carta, Tibão fez uma análise de quais eram os problemas e deu possíveis soluções para melhorar a situação. Inicia a carta afirmando que os principais rendimentos do Brasil pertenciam a três repartições: à Fazenda Real; aos senhores de engenho, lavradores de tabaco e curtidores de couros; e os navios pelos fretes de transporte. A partir desses agentes relatados, ele desenvolve sua análise econômica.[294]

Sobre o açúcar, afirmou que agora ele não era fabricado como antigamente e que os senhores de engenhos muitas vezes adulteravam a sua qualidade, cobrando por preços que não valiam. Como eles ficavam estocados no Brasil por cerca de um ano, terminavam estragando-se devido à humidade. O preço deles já não estava sendo lucrativo, ainda mais quando se considerava o valor do frete a ser pago. A respeito do tabaco, afirmou que eles estavam arruinados por dois motivos: o primeiro e principal era devido à baixa qualidade dele. Por dentro era enrolado o material de baixa qualidade e na superfície o de boa qualidade, em uma tentativa de enganar os preços. O segundo era devido aos contratos de exploração dele, afirmando que os contratadores usavam seus privilégios para exclusividade dos melhores produtos, sobrando apenas os de menor qualidade para os demais produtores, fazendo com que estes receassem de vendê-los para Europa e terminavam aceitando venderem por preços menores aos referidos contratadores. E por fim, o couro, que segundo o governador não era fabricado como deveria ser devido ao pagamento dos meios direitos sobre eles, que fez com que se diminuísse o consumo e consequentemente, a qualidade. [295]

Para solucionar esses problemas, listou uma série de medidas. A primeira delas era a abertura do porto de Benguela para qualquer pessoa nacional do reino ou de suas conquistas para que, livremente, pudessem comerciar nele e que também pudessem os navios ir direto daquele porto para o Brasil. A segunda delas também foi uma abertura de comércio, mas dessa vez com a Ilha de são Lourenço e Moçambique. A terceira, mais uma vez, outra abertura de comércio, dessa vez nas Ilhas de Cabo Verde e Cacheu. A quarta foi uma tabela de taxação de valores do açúcar nas capitanias da América portuguesa, mais especificamente em Pernambuco, Paraíba, Bahia e Rio de Janeiro. A quinta foi um pedido para que se maneirasse nos direitos cobrados dos produtos que saiam da América em direção à Europa. A sexta foi sobre a necessidade de declaração da lei das taras das caixas de açúcar, contendo informações mais

294 CARTA ao rei [D. João V], sobre os motivos da ruína dos povos e comércio da capitania de Pernambuco, sugerindo algumas soluções para o aumento do comércio, da produção, do tráfico negreiro para com o Brasil, enviando parecer acerca da extração de ouro e diamantes. AHU-PE, Cx. 42, D. 3767.
295 *Idem*.

detalhadas sobre a produção do açúcar em cada caixa. A sétima foi uma regulação nos preços de venda dos tabacos de acordo com suas qualidades. A oitava era sobre os valores dos fretes, proibindo o abuso deles, dando um limite máximo a ser cobrado. A nona era sobre um melhor controle sobre o tempo de saída das frotas entre os portos, detalhando a melhor data de saída de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. A décima era uma nova concessão de privilégios aos senhores de engenhos para que eles não fossem penhorados devido às suas dívidas. A décima primeira era que tais privilégios fossem estendidos às fábricas de atanados. Para não se prolongar demais nesse documento não serão faladas das outras medidas, pois elas vão até o número 25 e não tem relação direta com o que está se discutindo.[296]

As medidas apontadas por Duarte Sodré Pereira Tibão, tinham, segundo ele, como objetivo recuperar a economia de Pernambuco, mas também teria serventia para as demais capitanias da América. Chama a atenção o fato de ele querer a abertura comercial de alguns portos para a possibilidade de se comercializar diretamente, bem com um controle maior sobre o preço dos fretes, impedindo abusos por parte dos proprietários dos navios. É importante destacar que Tibão foi um governador amplamente envolvido em tratos comerciais que tinham conexões em diversos continentes.[297] Ele era um homem de bastante experiência nesse ramo como será melhor trabalhado mais adiante. Dessa forma, explica-se o conhecimento que possuía e sua capacidade de análise sobre questões comerciais demonstradas na carta analisada. No entanto, ao que parece, com tais medidas, mais do que procurar melhorar a situação econômica de Pernambuco, ele parecia estar preocupado em melhorar os seus tratos comerciais, uma vez que a abertura de mais portos e a diminuição no gasto com fretes seriam medidas muito benéficas para os seus negócios.

Os governantes não deveriam apenas emitir opiniões e análises sobre as potencialidades econômicas das capitanias, mas também deveriam zelar pelo bom funcionamento da saúde financeira delas. Foi isso que o capitão-mor da Paraíba, Luís Nunes de Carvalho, em 1670, fez, ou pelo menos alegou que fez. Relatou o governante que, ao chegar na Paraíba e estudar a situação dela, concluiu que ela estava sendo administrada com muita "relaxação" e que as arrematações dos contratos daquela capitania estavam sendo feitas muito abaixo do valor que de fato valia. Os arrematantes eram, nas palavras do capitão-mor, pessoas "poderosas e soberbas", que impediam que outras pessoas dessem lances superiores aos que eles queriam. Ao intervir nessa situação, afirmou que essas pessoas tentaram subornar lhe, mas que não

296 *Idem*.
297 SILVA, Maria Julia de Oliveira e. *Fidalgos-mercadores no século XVIII*: Duarte Sodré Pereira. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1992.

conseguiram tal feito e que durante bastante tempo os dízimos eram arrematados em 1:200$000 réis, no entanto, após sua atitude para resolver essa situação, o dízimo seguinte foi arrematado em 2:960$000 réis. Devido a isso criou muitas inimizades, sua situação naquela capitania não estava fácil, chegou a afirmar que o tentaram matar com veneno. Tomou as providências cabíveis, prendendo alguns, instalando devassas contra outros, no entanto, relatava Luís Nunes de Carvalho, que teve notícias de que essas pessoas possuíam aliados poderosos na corte, "principalmente Feliciano Dourado do Conselho Ultramarino", que fazia vistas grossas para os papéis remetidos por ele. Devido a essas situações que a capitania da Paraíba se encontrava tão devastada economicamente, disse o capitão-mor.[298]

Essa situação é importante para demonstrar como a saúde financeira das capitanias muitas vezes podia estar prejudicada devido a atitudes dos moradores dela, como destacou o capitão-mor. Levando isso em consideração, as potencialidades econômicas delas podiam não estar sendo devidamente aproveitadas, fazendo mais uma vez necessário reforçar que os dados preenchidos no quadro sobre os dízimos das Capitanias do Norte não podem ser tidos como um valor absoluto. Um outro ponto que chama atenção na acusação do capitão-mor é que, ao afirmar que durante muitos anos isso estava sendo praticado e que ao intervir, os responsáveis por esses atos tentaram subornar ele, deixa a entender que seus sucessores permitiam tais práticas a partir do recebimento desses subornos, demonstrando uma possível forma de ganho ilícito por parte dos governantes. Tal aspecto será melhor trabalhado adiante. Por fim, vale destacar a "proteção" que eles recebiam de figuras importantes na corte, chegando inclusive a nomear uma delas, que era Feliciano Dourado, possuidor de raízes na capitania da Paraíba e agia em favor delas.[299]

João da Maia da Gama, capitão-mor da Paraíba, escreveu uma carta ao rei, em 1712, relatando as dificuldades que passou naquela capitania devido a uma grande seca que durou entre os anos de 1710 e 1711, "a mais terrível que se lembram esses moradores", segundo ele. Houve fazenda que possuía mais de 30 mil cabeças de gado e ficou apenas com 600 após esse período. Em 1711, a seca alastrou-se para além dos sertões, atingindo também a área litorânea produtora de açúcar. Tal situação fez com que os rendimentos do dízimo fossem insatisfatórios e, consequentemente, a arrematação do contrato não chegaria a bons valores. Esse cenário pode

298 CARTA do capitão-mor da Paraíba, Luís Nunes de Carvalho, ao príncipe regente D. Pedro, sobre a administração da Justiça e da Fazenda Real, do poder e conduta dos ricos da capitania, da prisão de [Gabriel Mendonça Furtado e António Cardoso de Carvalho], e da inação do vice-rei do Estado do Brasil e dos ministros da corte de Lisboa, particularmente do conselheiro do Conselho Ultramarino, Feliciano Dourado. AHU-PB, Cx. 1, D. 75.

299 MENEZES, Mozart Vergetti de, *Op. Cit*, p. 71-77.

ser confirmado no quadro com os valores das arrematações das capitanias, que de fato mostrou que entre os anos de 1711 e 1713, os valores arrecadados foram bem inferiores em relação aos anteriores. O capitão-mor recebeu então uma proposta por parte de um dos interessados em arrematar tal contrato, propondo-se a pagar 600$000 réis em dinheiro e o resto, cerca de 6:000$000 de réis, pagaria com o fornecimento das fardas necessária para as tropas da capitania. Maia da Gama pediu a opinião do provedor e este do procurador da Coroa, que afirmou que isso não seria possível de se realizar, pois não poderia alterar a forma da arrematação sem autorização do rei.[300]

Diante da situação em que se encontrava, João da Maia da Gama decidiu pôr em prática a proposta recebida, mesmo sem a autorização régia, achando que seria o melhor para a saúde financeira da capitania, pois "não podia perder 600$000 réis sem prejuízo algum." Explicou ainda que a provedoria estava para receber vários contos de réis de devedores, no entanto, não existia a garantia de que eles iriam efetuar o pagamento, por isso se fazia ainda mais necessário que se aceitasse a proposta por ele debatida. Como nenhum lance superior foi oferecido, Maia da Gama autorizou a arrematação, afirmando ainda que o ano havia sido tão ruim para a capitania, que o arrematador na verdade sairia no prejuízo. Encerrou a carta afirmando que a estava enviando não para justificar o zelo dele, ou o seu empenho no aumento da Fazenda Real, mas sim porque ele fez isso contra a disposição do provedor da fazenda e temia que ele dissesse inverdades sobre este caso contra ele.[301]

A situação da Paraíba no século XVIII realmente não parecia favorável. João de Abreu Castelo Branco, capitão-mor dela, relatava o difícil contexto em que se encontrava aquela capitania em 1722. Disse o capitão-mor que, apesar da Paraíba ser um lugar "naturalmente fértil de todos os gêneros que costuma produzir a América e não faltar moradores que possam tratar da cultura deles, se acham reduzidos a uma situação miserável". Isso se devia à baixa frequência do comércio que lá existia, uma vez que este era o responsável pelas riquezas das capitanias. Reforçando a potencialidade daquele lugar, afirmou que as fábricas de açúcar que lá existiam eram o suficiente "não só para conservar, mas para enriquecer esta terra." No entanto, além de faltar escravos para trabalharem e servirem de mão de obra, os produtos ficavam muito tempo parados devido ao pouco movimento do porto. José Inaldo Chaves Junior destacou que anualmente apenas um ou dois navios paravam naquela capitania, o que de fato dificultava o

300 CARTA do capitão-mor da Paraíba, João da Maia da Gama, ao rei [D. João V], sobre os prejuízos com a seca de 1710 a 1712 e de como procedeu à arrematação do açúcar neste ano. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 4, D. 329.
301 *Idem*.

escoamento dos bens produzidos.[302] Detalhando melhor os motivos da ruína da capitania, afirmou o governante que o preço dos negros subiu consideravelmente devido a ação dos piratas, dos holandeses e da prática de compra feita nas Minas Gerais, o que dificultava ainda mais a sua aquisição.[303]

Mais uma vez sobre a situação da Paraíba no século XVIII, João de Abreu Castelo Branco enviou uma carta ao rei afirmando que até então a capitania estava enfrentando uma "calamidade", por isso os baixos valores dos contratos dos dízimos. No entanto, naquele ano de 1726, observava então o governante que no próximo ano a arrematação deveria alcançar valores muito maiores, de pelo menos 4:000$000 réis, levando em consideração que no ano anterior havia alcançado apenas 1:600$000 réis. Afirmou isso baseado na observação do dia a dia da capitania e pelo "tempo mais favorável" que teve aquele ano.[304] Essa carta é de grande relevância, em primeiro lugar, para ajudar a explicar a situação pouco positiva que se encontrava a capitania da Paraíba em aspectos econômicos; em segundo lugar, é um interessante caso demonstrando como esses governantes possuíam conhecimento sobre aspectos da produção, bem como seus possíveis valores de arrematação, podendo, dessa maneira, avaliar o potencial econômico de suas capitanias. Essa capacidade de avaliação juntamente com informações já passadas por outros agentes é um possível indicativo de como os governantes podiam avaliar os lugares que pretendiam governar de acordo com os ganhos financeiros que poderiam obter.

Em 1755, o então governante da Paraíba, Luís Antônio de Lemos de Brito, escreveu um relatório ao rei, apontando os meios necessários para tornar útil aquela capitania, uma vez que ele tinha sido nomeado com tal incumbência. Tal fato inicial já chama atenção, pois ele ter sido enviado à Paraíba com essa função já designada, demonstra que a Coroa já enxergava a capitania como sem "utilidade", isso devido aos constantes problemas financeiros que ela enfrentou ao longo de toda a primeira metade do século XVIII. Iniciou o seu relato afirmando que Pernambuco estava devendo mais de 51 contos de réis referentes aos valores dos contratos da dízima. Afirmou também que os contratos que estavam sendo arrematados no Conselho ultramarino deveriam voltar para a Paraíba, pois da maneira que estava sendo feito, apenas

302 CHAVES JUNIOR, José Inaldo. As capitanias de Pernambuco e a construção dos territórios e das jurisdições na América portuguesa (século XVIII)... Op. Cit. p. 212.
303 CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre a carta do [capitão-mor da Paraíba], João de Abreu Castel Branco, acerca do comércio dos moradores da capitania e aumento da Fazenda Real, através do açúcar e escravos. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 5, D. 392.
304 CARTA do [capitão-mor da Paraíba], João de Abreu Castel Branco, ao rei [D. João V], sobre a determinação para se arrematar o contrato dos dízimos reais da capitania na corte e informando ser possível passar a renda do contrato por dez mil cruzados. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 6, D. 538.

beneficiava aos homens de negócio de Pernambuco que possuíam procuradores na corte. Com essa medida, Lemos de Brito tentava estimular a participação dos habitantes da capitania a se envolverem de forma mais direta nas questões comerciais dela. Além disso, indicou que seria de grande utilidade para a recuperação econômica da capitania que o açúcar fabricado em Goiana fosse escoado pelo porto da Paraíba ao invés do de Pernambuco. O Conselho Ultramarino deu o parecer sobre tais propostas. Sobre as arrematações dos contratos serem feitas na própria Paraíba, não se opuseram, no entanto, a respeito da mudança da escoação do açúcar, afirmaram que era preciso um parecer do governador de Pernambuco, da Mesa de Inspeção e dos oficiais da Câmara de Goiana, ponderando que era preciso ter cuidado de não gerar prejuízo a Pernambuco em benefício da Paraíba. [305]

O posicionamento do Conselho ultramarino foi bastante significativo, pois por mais que a capitania da Paraíba estivesse passando por problemas financeiros gravíssimos, não era válido penalizar Pernambuco na tentativa de melhorar a situação da Paraíba, deixando muito claro o posicionamento deles a respeito das prioridades no tratamento daquelas capitanias.

O discurso do miserável estado da capitania da Paraíba continuou presente ao longo das décadas. Em 1798, o governador dela, Fernando Delgado Freire de Castilho escreveu uma carta relatando o estado daquela capitania e usou a mesma estrutura que João de Abreu Castelo Branco utilizou quase 80 antes, afirmando que a Paraíba era uma terra com grande fertilidade e um ótimo porto, mas, mesmo com essas condições naturais tão favoráveis, se encontrava em um estado de ruína. Ao detalhar os motivos da situação caótica, afirmou que uma grande seca que ocorreu entre 1791 e 1793 matou muitos gados e escravos. Outra razão para essa situação era o fato de todos os lucros do comércio daquela capitania ficarem nas mãos dos comerciantes de Pernambuco que não se preocupavam com o estado em que se encontravam os moradores da Paraíba, chegando a mencionar que aquela cidade se encontrava numa relação de escravidão com esses agentes.[306]

Um ano depois enviou uma carta à rainha detalhando melhor as potencialidades daquela capitania e como era desvantajosa a subordinação a Pernambuco devido a um pedido de Rodrigo de Sousa Coutinho, para que ele averiguasse se a anexação daquela capitania estava sendo prejudicial à economia da Paraíba. Antes de iniciar uma longa reflexão, ele afirmou que

305 CHAVES JÚNIOR, José Inaldo. As capitanias de Pernambuco e a construção dos territórios e das jurisdições na América portuguesa (século XVIII)... *Op. Cit*. p. 208-218.
306 OFÍCIO do [governador da Paraíba], Fernando Delgado Freire de Castilho, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, informando das conseqüências das secas de 1791, 1792 e 1793, que arrasaram as plantações e mataram gados e escravos; e queixando-se de Pernambuco sufocar o comércio da Paraíba; publica edital, para se fazer o comércio direto com o Reino. AHU-PB, Cx. 33, D. 2428.

ela era objeto "de toda a consideração, meditação e importância e que só agora me é possível satisfazer depois dos conhecimentos precisos e necessários, que desde que tomei posse desse governo, tenho procurado cuidadosamente adquirir para este fim...".[307] Com essa afirmação, Fernando Delgado Freire de Castilho deixava claro que ela foi feita com muito cuidado e trabalho, demonstrando mais uma vez como os governantes possuíam conhecimentos detalhados a respeito da situação econômica das capitanias.

Iniciou o relatório descrevendo as características da capitania, sua extensão, os produtos mais importantes, que eram o gado, o algodão e os engenhos de açúcar. Descreveu como era a cidade de Nossa Senhora das Neves e as potencialidades dos rios em volta dela. Detalhou a composição das forças militares distribuídas pela capitania. E relatou os principais agentes régios presentes. Ao falar sobre o aspecto econômico, afirmou que os comerciantes daquela praça "são poucos e pobres, meros feitores dos comerciantes de Pernambuco, " e a agricultura estava muito atrasada, com os engenhos faltando escravos, bem como as plantações de algodão também não possuíam a mão de obra necessária. Passou longos parágrafos relatando o quão prejudicial era a Companhia de Comércio que se instalou em Pernambuco e na Paraíba.[308]

Para melhorar essa situação, propôs que a rainha enviasse para a Paraíba negociantes ricos que se estabelecessem por lá e fizessem créditos mais dilatados aos agricultores e junto deles, se enviassem também escravos, pois estavam em muita falta. Continuou afirmando como um governo subalterno era prejudicial para a administração da capitania como um todo, pois os demais agentes régios não davam a devida autoridade ao governante, bem como os criminosos se sentiam mais à vontade de praticarem suas violações. Além disso, a subordinação a Pernambuco causava um gasto grande com os correios para transportar as constantes correspondências entre as capitanias. Tais correspondências também terminavam gerando atraso na aplicação das ordens régias, pois sempre precisavam do aval de Pernambuco. Dessa forma, concluía o governador da Paraíba que a independência daquele governo seria benéfica não apenas aos moradores da capitania, como para a própria administração da Coroa como um

307 CARTA do [governador da Paraíba], Fernando Delgado Freire de Castilho, à rainha [D. Maria I], sobre as potencialidades da capitania e das desvantagens para a Fazenda Real da subordinação da Paraíba a Pernambuco; e remetendo mapa da conta corrente do rendimento e despesa da Provedoria da Paraíba, nos anos de 1795 a 1797. AHU-PB, Cx. 34, D. 2473.

308 Sobre o funcionamento e atuação da Companhia de Pernambuco e Paraíba ver os trabalhos de Érika Dias e Thiago Dias. DIAS, Érika Simone de Almeida Carlos. "*As pessoas mais distintas em qualidade e negócio*": a Companhia de Comércio e as relações políticas entre Pernambuco e a Coroa no último quartel do setecentos. 2014. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa 2014; DIAS, Thiago Alves. *Monopólio indireto... Op. Cit.* Principalmente o capítulo 7.

todo naquela região, alegando que os gastos com esse tipo de governo não seriam grandes, bastando ter o cuidado de não se criar muitos postos novos.[309]

Em 1697, o capitão-mor do Rio Grande, Bernardo Vieira de Melo, escreveu um relatório ao rei descrevendo suas atitudes naquele governo com relação às dificuldades que estava encontrado devido aos intensos conflitos com os indígenas. Em contato com o governador-geral sobre esta situação, este afirmou que o capitão-mor deveria utilizar as sobras dos contratos da capitania para as necessidades do conflito, sendo que o valor arrecadado não era o suficiente nem mesmo para pagar os agentes régios que já atuavam naquela capitania. Diante desse contexto, o rei havia determinado que parte desse pagamento fosse feito por Pernambuco. No entanto, naquele ano, os rendimentos da capitania cresceram em relação aos anos anteriores, o que foi de conhecimento do almoxarife de Pernambuco, que, a partir de então, não queria mais liberar esse pagamento. Vieira de Melo afirmou que, mesmo com esse crescimento, não era possível realizar o pagamento integral de todos, chegando ao ponto de ele ter que tirar de seus próprios recursos para auxiliar na manutenção da capitania.[310]

Mesmo diante dessa situação de calamidade, o crescimento da capitania estava cada vez mais evidente, tendo em vista o próprio aumento da arrecadação dos contratos. Se encontrava no sertão naquele momento mais de 10 mil cabeças de gado e que só tendia a aumentar com a povoação cada vez mais intensa daquela região. Isso estava ocorrendo, segundo o capitão-mor, devido à esperança que a população estava tendo com a conservação da paz graças aos sucessos militares alcançados naqueles conflitos. Nisso, Vieira de Melo tentou levar os créditos, explicando que isso tinha acontecido devido às distribuições de tropas realizadas por ele. Aproveitando a delicada situação em que se encontrava a capitania, mesmo com alguma recuperação econômica, Vieira de Melo utilizou essa oportunidade para criticar o governo-geral, que, em todos os pedidos de ajuda que ele fez, nunca eram atendidos, seja por dinheiro ou por mantimentos e que "só sinto em uma capitania tão desgraçada que tudo para aumento dela se dificulta, que se não fora o zelo do governador de Pernambuco, Caetano de Melo, não pudera ter obrado coisa alguma no serviço de Vossa Majestade.". Nesse mesmo relatório, Vieira de Melo afirmou que seria mais vantajoso para o Rio Grande se ele fosse subordinado ao

309 *Idem*.
310 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre relatório do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Bernardo Vieira de Melo, acerca da construção de um presídio na Ribeira do Açu e a forma de se pagar os gastos feitos na capitania com a Guerra dos Bárbaros. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 45.

governo de Pernambuco.[311] Tal fato reforça a hipótese desenvolvida por Carmen Alveal sobre um possível projeto de anexação por parte de agentes ligados a Pernambuco.[312]

Continuando o relatório, falou sobre a capacidade de produção de engenhos de açúcar na capitania. Ele afirmou que, desde a fundação do Rio Grande, os habitantes de lá apenas se dedicavam à criação de gado e a pequenas lavouras. No entanto, enxergava naquelas terras potencialidade na produção de pelo menos uns cinco a seis engenhos de açúcar, e que, devido à pobreza da população, não havia quem se arriscasse nessa empreitada. Para resolver essa situação, o capitão-mor afirmou que o rei deveria obrigar a todos os moradores que possuíssem terras capazes para esse tipo de produção a construir engenhos, e no caso de os possuidores dessas terras não terem cabedais o suficiente para isso, que os tirassem de lá e concedesse a terra a quem pudesse fazer esse tratamento. Sobre esse último ponto, o Conselho Ultramarino deu o parecer de que não era necessário que se produzisse mais açúcar na América, pois já era feito o suficiente e caso aumentassem a produção, isso iria interferir negativamente no preço praticado até então.[313]

O relatório feito por Bernardo Vieira de Melo é um documento de grande relevância para demonstrar como em situações de guerra um governante deveria fazer para administrar uma capitania no que diz respeito às questões econômicas. Ainda mais relevante de se perceber os possíveis jogos de interesse por parte do capitão-mor, ao se aproveitar da conjuntura delicada da capitania para fazer *lobby* para a anexação dela, mostrando como política e economia eram campos indissociáveis.

Em 1720, o então capitão-mor do Rio Grande, Luís Ferreira Freire, solicitou ao rei que ele pudesse continuar por mais um ano no governo daquela capitania, isso porque ele, que era um leal servidor da Coroa, estava fazendo naquele lugar muitas utilidades e uma delas era uma experiência na produção de linho cânhamo e gostaria de avaliar a viabilidade de sua produção no Rio Grande. Afirmou que, se fosse dado o tempo necessário a ele e os testes se mostrassem positivos, "se seguirá uma incomparável utilidade à fazenda de Vossa Majestade e um vantajoso lucro a todos os comerciantes desse reino". Finalizou o pedido afirmando que isso também poderia ajudá-lo a ressarci-lo dos gastos que fez naquela capitania.[314] Tem-se aqui um caso

311 *Idem*.
312 ALVEAl, Carmen. A anexação da capitania do Rio Grande em 1701: estratégia da coroa ou interesse de grupo da Capitania de Pernambuco?. In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (org.). *Dinâmicas Sociais, Políticas e Judiciais na América Lusa*: Hierarquias, Poderes e Governo (Século XVI-XIX). Recife: Editoria UFPE, 2016.
313 AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 45.
314 REQUERIMENTO do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Luís Ferreira Freire, ao rei [D. João V] pedindo prorrogação por mais um ano do cargo de capitão-mor, para dar continuidade a uma experiência com a cultura do linho cânhamo nativo. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 86.

muito interessante de demonstração de como esses agentes régios buscavam novas formas de desenvolvimento econômico nas suas capitanias, fugindo da tradicional exploração do gado e visando não apenas o lucro que isso renderia para a Coroa, como o ganho próprio que eles poderiam receber, como muito honestamente afirmou Luís Ferreira Freire.

A respeito da produção do linho de cânhamo, Amaral Lapa afirmou que apenas na segunda metade do século XVIII a Coroa portuguesa desenvolveu um interesse mais significativo nesse produto, apesar de existirem registros sobre o seu plantio já no século XVII. Em 1798, foram enviadas ao governador de São Paulo várias cartas para que ele estimulasse "por todos os meios" a cultura do cânhamo, "o que seria considerado inestimável serviço a Sua Majestade".[315] Tal fato torna ainda mais relevante a iniciativa de Luís Ferreira Freire, uma vez que tentava desenvolver a produção de um elemento que ainda não era considerado tão importante, demonstrando possuir uma boa visão para essas questões comerciais.

Em 1732, o capitão-mor do Rio Grande, João de Barros Braga, escreveu uma carta ao rei solicitando que ele reconsiderasse uma nova ordem a respeito das arrematações dos contratos dos dízimos. Afirmou o capitão-mor que, desde 1709, o rei tinha permitido que os pagamentos dos contratos fossem feitos ao final do terceiro ano da arrematação e que tal decisão tinha implicado em grande aumento dos valores dos contratos, informação essa pouco precisa, pois ao longo das duas décadas seguintes não teve nenhuma mudança significativa, apenas a partir de 1730 que houve um bom aumento conforme se pôde observar no quadro dos dízimos, no entanto, o rei tinha determinado que essa prática não fosse mais aceita. Braga então afirmou que essa decisão poderia ser muito prejudicial à capitania, pois os seus rendimentos eram baseados na produção do gado, sendo que esse tipo de animal apenas dava lucro depois de cinco ou seis anos, quando eram finalmente prontos para a venda nos açougues e para enviar para as minas. Tendo isso em vista, animava aos contratadores arrematarem o contrato para realizar o pagamento somente ao fim do terceiro ano, pois já estariam próximos do período de venda dos gados, o que atraia mais pessoas interessadas e, consequentemente, aumentava o valor dos contratos. Tal situação não continuaria se as mudanças feitas pela Coroa fossem postas em prática. Talvez elas servissem para a Bahia, Pernambuco e outras praças, mas não para o Rio Grande.[316]

315 LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968, p. 100-103.

316 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre cartas do provedor da Fazenda Real Domingos da Silveira e do capitão-mor do Rio Grande do Norte, João de Barros Braga, em que expõem as razões para se não poderem arrematar os dízimos da capitania com pagamentos a quartéis sem prejuízo grave da Fazenda Real. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 3, D. 172.

Um possível fator que ajuda a explicar o posicionamento de João de Barros Braga sobre essa nova medida é o fato de que ele era um grande sesmeiro na capitania do Ceará, possuidor de gado e sendo reconhecido como integrante da elite daquela capitania.[317] Dessa forma, estaria sendo atingido de forma direta, podendo possivelmente prejudicar seus negócios.

A partir da carta descrita acima, é possível perceber como o capitão-mor do Rio Grande estava ciente de como funcionava a economia local e a lógica das arrematações dos contratos, chegando a pedir para a Coroa que revogasse uma medida tomada para toda a América. Interessante de destacar a percepção de João de Barros Braga ao afirmar que tal medida poderia ser benéfica para outras capitanias, mas não para a do Rio Grande. Isso confirma o conhecimento que ele possuía sobre o contexto local e como isso o diferenciava de outras capitanias, exigindo dessa forma um tratamento específico que pudesse atender às demandas locais e demonstrando a importância que esses agentes régios possuíam, a partir de suas experiências nas capitanias que atuavam, para opinar sobre a melhor forma de se proceder nelas.

Em 1798, o governante do Rio Grande, Caetano da Silva Sanches, escreveu uma carta ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, com uma proposta para aumentar a produção comercial daquela capitania. Afirmou o governante que os produtores daquela praça eram obrigados a enviar seus produtos para Pernambuco e como existia o risco de serem roubados no caminho até lá, ficavam receosos de mandar grandes quantidades. Isso poderia ser resolvido com o envio direto de uma embarcação que aguentasse pelo menos 300 caixas de açúcar e algodão, pois com essa maior capacidade de transporte e maior segurança, os produtores da capitania se sentiriam mais incentivados a aumentar suas produções.[318]

Um ano depois, esse mesmo capitão-mor, ao ter notícias de que a Paraíba e o Ceará deixaram de ser capitanias anexas a Pernambuco, escreveu uma carta a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, pedindo que o Rio Grande também saísse da jurisdição de Pernambuco, e para isso pedia o patrocínio dele nessa causa. Juntamente desse pedido, elencou uma série de razões para que isso fosse feito. Primeiramente, afirmou que Natal era uma das mais antigas cidades da América portuguesa, descrevendo sua extensão e a capacidade de seu porto em receber embarcações. Existia na capitania, segundo ele, excelentes paus Brasil que se têm saído em "inumeráveis" quantidades, assim como outras madeiras. Depois falou sobre como o Rio

317 SILVA, Rafael Ricarte da. *Op. Cit.* p. 124

318 OFÍCIO do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], Caetano da Silva Sanches, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, conde de Linhares], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, enviando relação das barras e enseadas existentes no Rio Grande do Norte, como foi ordenado, para que se pudesse estudar formas de animar o comércio directo entre o reino e a capitania. AHU-RN, Cx. 8, D. 503.

Grande era responsável pela manutenção de diversos elementos em Pernambuco e na Paraíba, como por exemplo os pescados que se enviavam constantemente para essas capitanias, bem como o gado, que anualmente se remetia a Pernambuco muitas cabeças de gado, que sem eles os engenhos de lá não produziriam, pois, a maioria deles dependia dessa força animal para funcionar, além dos outros produtos provenientes do gado. Ademais, os comerciantes daquela praça, como já tinha afirmado em carta anterior, tinham bastante prejuízo ao ter que mandar seus produtos para Pernambuco ao invés de remeterem diretamente para Lisboa e ficariam bastante satisfeitos e animados no comércio se esse pedido fosse atendido. Pediu então Caetano da Silva Sanches que "Vossa Majestade permita que esta capitania, que tem extensão e capacidade para se fazer opulenta, isentá-la daquela subordinação desnecessária que tem do governo de Pernambuco".[319]

Já na primeira carta de 1798, Caetano da Silva Sanches indicava que a vinculação a Pernambuco não era benéfica aos comerciantes do Rio Grande, situação semelhante ao que foi discutido por Fernando Delgado Freire de Castilho, governante da Paraíba durante esse mesmo período. Ao descobrir que as suas duas capitanias vizinham conseguiram sair da tutela de Pernambuco, sentiu-se ainda mais motivado a conseguir também o desligamento para o Rio Grande. Para isso enumerou as potencialidades econômicas da capitania e como ela poderia se beneficiar com um comércio direto. Mais uma vez questões políticas e econômicas estavam interligadas nos debates dos governantes a respeito da melhoria das capitanias, demonstrando como eles possuíam conhecimentos dos potenciais econômicos e faziam uso político deles e, novamente, a questão da subordinação a Pernambuco reapareceu nas discussões como sendo algo negativo.

João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri, que foi capitão-mor do Ceará ao longo da década de 1780, escreveu um breve relato ao secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a situação dos moradores dela e o que fez para melhorá-la. Com uma visão bem negativa, afirmou que assim que chegou à capitania logo percebeu a "indolência e inércia de seus habitantes, que até a cultura do seu próprio pão, e principal sustento, era deles ou não conhecida, ou desprezada pela preguiça. Vinha a farinha do pão de Pernambuco, o que deixou o governante perplexo com essa situação. "Limitava-se a

319 OFÍCIO do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], Caetano da Silva Sanches, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo uma carta para a rainha [D. Maria I] pedindo a separação administrativa da Capitania do Rio Grande do Norte da de Pernambuco, como tinha acontecido às da Paraíba e do Ceará, e pedindo o patrocínio do secretário de estado para esta causa. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 8, D. 511.

preguiçosa indústria daqueles povos do Ceará na criação dos gados e na sua matança." Além disso, também possuía algumas pequenas plantações de tabaco.[320]

Após um ano de governo, João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri vangloriava-se de que a população venceu aquela inércia e a capitania agora não apenas produzia farinha o suficiente para o seu sustento, como também estava exportando ela para outras capitanias, como Pernambuco e Piauí. Além da farinha, ele estimulou a plantação de arroz, que em pouco tempo conseguiu produzir em abundância o suficiente para exportar para Lisboa, caso fosse concedido a autorização de negociar diretamente daquele porto para o reino, fato este desejado pelos moradores da capitania, segundo o capitão-mor. Mais um produto passou a ser feito na capitania durante o seu governo, que foi o açúcar e novamente afirmou que a capitania poderia enriquecer bastante caso pudesse negociar diretamente com Lisboa e também com os portos de Angola.[321]

Por fim, conheceu aquela capitania, também durante o seu governo, a "rica cultura do algodão, tão estranha nela, como aos antecedentes, até a minha chegada. " Continuou valorizando a qualidade desse produto, bem como a sua quantidade produzida, "que no mesmo Brasil tem a primeira reputação e estima, e a maior parte que vem de Pernambuco para esta corte, é daquela capitania. " Apesar de bastante satisfeito com esses novos produtos, deixou claro que não se descuidou das antigas culturas e que inclusive estimulou bastante o seu crescimento. Após relatar todos esses sucessos obtidos ao longo de seu governo naquela capitania, muito modestamente ainda afirmou que "não falo em diversos outros objetos econômicos que promovi e providenciei em benefício da mesma capitania...", pois já tinha dado conta desses aspectos em outras cartas. Continuou afirmando que conseguiu fazer com que os rendimentos daquela capitania subissem muito em relação aos anos anteriores e fez tudo isso "sendo um simples e precário governador subalterno."[322]

Nesse relato, foi possível verificar, desconsiderando os possíveis muitos exageros do capitão-mor em uma tentativa de construir uma boa imagem de sua atuação, como aquela capitania, em fins do século XVIII, passou a ter uma diversidade maior na sua vida econômica, principalmente devido ao algodão. Outro aspecto que vale destacar, foi a preocupação que teve João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri em dinamizar os aspectos econômicos dela. Ao notar os potenciais da capitania, procurou estimular a produção de diferentes elementos,

320 OFÍCIO do capitão-mor do Ceará, João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri, ao [secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as necessidades de abastecimento pelas quais passa a capitania em virtude de os moradores se recusarem a plantar a mandioca, limitando-se à criação de gado. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 9, D. 590.
321 *Idem*.
322 *Idem*.

visando não apenas o sustento básico dos seus moradores, mas também o desenvolvimento econômico dela, inclusive apontando a necessidade de comercializar diretamente com Lisboa como algo benéfico para a capitania e que, mais uma vez, a subordinação a Pernambuco não era favorável ao crescimento do Ceará.

Em 1782, esse mesmo capitão-mor escreveu um relatório intitulado Notícia geral da capitania do Ceará, detalhando diversos elementos daquela capitania, como sua extensão, seus rios, sua população, seus aspectos econômicos etc. São esses últimos que interessam nesse momento. Ao falar sobre o comércio, afirmou que o principal produto dela era o gado e seus derivados que tinha em grande abundância. Houve um grande crescimento desse ramo que ajudou no desenvolvimento da capitania, no entanto, afirmou que a Coroa não tinha percebido a utilidade que ela poderia ter. Isso ocorria, segundo o capitão-mor, pela falta de alguns estabelecimentos que existiam em outros lugares, mas não lá, como "alfândega, casas de despacho e outras semelhantes. " Essas instituições deveriam ser instaladas nos diversos portos existentes, detalhando os funcionários necessários para o bom funcionamento delas. E que parecia justo que "sendo este estado e vassalos da mesma Coroa, sejam da mesma forma regidos que os mais daquele vasto domínio. "[323] Advogava, dessa maneira, que recebesse o Ceará uma valorização maior por parte da Coroa para que assim pudesse se desenvolver plenamente.

Sobre os potenciais de exploração, afirmou que existia na capitania muitas tartarugas que poderiam ser pescadas e com isso gerar uma boa renda. Poderia ser fabricado em grande escala no Ceará queijos e manteigas que seriam o suficiente para prover não somente outras capitanias da América, como também o Reino e lugares estrangeiros, tendo em vista que eram produtos de conhecida utilidade entre os outros reinos. Também possuía aquela capitania uma grande quantidade de sal que se produz espontaneamente e que poderia se explorar melhor a sua produção estabelecendo comércio para todo o Brasil, pois era um produto muito importante e requisitado. O algodão era outro produto muito valioso do Ceará. Objeto de desejo de muitos que era desperdiçado, pois não sabiam o melhor método de fabricá-lo, necessitando uma maior intervenção da Coroa no auxílio do seu desenvolvimento. Falou ainda do açúcar, da cera e do âmbar.[324]

João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri demonstrou possuir um alargado conhecimento sobre a situação da capitania, bem como de seus potenciais econômicos ainda

323 OFÍCIO do capitão-mor do Ceará, João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri, ao [secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], encaminhando um relatório geral sobre a capitania. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 9, D. 591.
324 *Idem*.

não devidamente explorados. Ao afirmar que a Coroa não enxergava a utilidade da capitania, se colocava como uma figura essencial nessa tarefa, e foi o que de fato ele fez. Destacou os principais elementos e o que deveria ser feito com eles para possibilitar o desenvolvimento do Ceará e, consequentemente, o aumento das rendas reais.

Em 1799, o então governante do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, escreveu um detalhado relatório sobre as características da capitania. Interessante de se destacar sua afirmação inicial, em que ele alegou que antes mesmo de assumir o governo daquela capitania, como obrigação por ser nomeado governante, logo tratou de recolher informações detalhadas e diversas sobre ela, pois com essas informações poderia desempenhar melhor o seu ofício para melhor governo, benefício dos povos e aumento da Fazenda Real. Para isso ouviu várias pessoas que estiveram nela e possuíam conhecimentos sobre ela, dando destaque a um ex-oficial da provedoria dela.[325] Tal fato é um interessante caso de demonstração do preparo desses agentes governativos. Não se encontrou até o momento outros casos com esse tipo de afirmação, mas se acredita que fosse uma prática relativamente comum, uma vez que o uso e a troca de informações eram algo muito comum entre os governantes, como será mostrado em um próximo capítulo.

No referido relatório, escreveu diversos dados informativos sobre a capitania, algo muito semelhante ao que já tinha escrito alguns anos antes João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri. E durante o relatório, mais uma vez reforçou a necessidade que tinha o Ceará de comercializar diretamente com Lisboa, pois como todos os seus produtos eram enviados para Pernambuco para de lá ir para o reino, não se considerava a verdadeira importância que tinha aquela capitania, uma vez que os produtos saiam como se fossem feitos em Pernambuco. Esse argumento em muito lembrou o de Montauri, pois destacou a capacidade que a capitania tinha, no entanto, não era devidamente reconhecida pela Coroa por falta de um tratamento mais detalhado das questões comerciais do Ceará. Continuou afirmando que "o destroço é conhecido e lamentável, o contínuo prejuízo daqueles colonos, pois os gêneros que produz o Ceará, os embarcam em sumacas que vão a Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, levados por um frete maior do que se pagaria se viessem em direitura à capital." E tal fato continuava devido aos governadores de Pernambuco sempre exercerem resistência à essa mudança, "atendendo talvez somente ao ambicioso capricho de dominarem com ilimitada jurisdição mais mil e duzentas léguas quadradas. " Falando ainda sobre a questão dos portos e da navegação, encerrou

325 CARTA do [governador do Ceará], Bernardo Manuel de Vasconcelos, ao [secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho], em que descreve pormenorizadamente a referida capitania em aspectos relativos à população, agricultura e comércio. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 13, D. 745.

afirmando que o Ceará possuía todo o potencial para se desenvolver e que a Coroa "não se corte as asas de uma tão emplumada águia que tanto forceja para remontar-se a esfera e deporto encarar o sol."[326]

Com essa frase de impacto, Bernardo Manuel de Vasconcelos defendeu que o Ceará seria essa águia emplumada cujas asas estavam sendo cortadas pelos governadores de Pernambuco com autorização da Coroa, e que por isso batalhava tanto para alcançar o seu lugar ao sol. Mais uma vez um governante afirmando que a subordinação a Pernambuco não era benéfica ao Ceará e demonstrando como questões políticas envolvendo as jurisdições das Capitanias do Norte, implicava diretamente de forma negativa no desenvolvimento econômico do Ceará.

Como foi possível perceber ao longo desse tópico, os governantes não estavam alheios às questões comerciais de suas capitanias. Apesar da jurisdição da administração econômica não pertencer a eles, e sim aos provedores, atuavam de forma constante nessa área, fazendo análises dos potenciais econômicos, das formas de arrematação dos contratos e sugerindo soluções para o desenvolvimento das capitanias, algumas vezes até mesmo fazendo experiências diferenciadas, como fez Luís Ferreira Freire no cultivo do linho de cânhamo. Dessa forma, o envolvimento dos governantes nas questões comerciais era intenso e fazia parte de suas práticas governativas, adquirindo por meio disso um conhecimento valioso sobre as potencialidades e dinâmicas comerciais. Por meio desse conhecimento eles terminavam envolvendo-se diretamente na prática do comércio em busca de maiores ganhos financeiros, aspecto este que será assunto do próximo tópico.

As constantes reclamações dos governantes das capitanias anexas a Pernambuco em fins do século XVIII foi outro elemento que chamou atenção. Todos eles utilizaram uma argumentação semelhante, afirmando que o desenvolvimento econômico de suas capitanias estava sendo prejudicado devido à subordinação à capitania principal e propuseram, além da independência de seus governos, que eles pudessem comercializar diretamente com Lisboa. O Ceará e a Paraíba conseguiram sua autonomia no final do século XVIII, no entanto, como bem destacou Thiago Dias ao analisar esse contexto de descontentamento dos governantes com a subordinação, as desanexações não implicaram em um comércio direto nem em uma significativa melhora financeira dessas capitanias. Além disso, tais reclamações se apoiavam em uma argumentação que demonstrava

326 Idem.

> a consciência que essa conformação jurisdicional e regional que era o norte do Estado do Brasil reverberava a partir do campo econômico, prioritariamente, e que acabou produzindo embates no campo político e administrativos para as capitanias que rivalizavam suas prerrogativas com as dos governadores de Pernambuco, mas que esbarravam, sobretudo, na capilaridade da praça mercantil do Recife, do regime de frotas e dos mercadores e capitais que ali giravam.[327]

Dessa forma, reforça-se a ideia de que as discussões econômicas não estavam separadas das questões políticas e que por isso os governantes preocupavam-se com elas. Vale ressaltar, no entanto, que apesar de se concordar com a afirmação acima, ela é aplicável principalmente para o contexto de fins do século XVIII, pois ao longo dos séculos XVII e XVIII, os conflitos jurisdicionais entre Pernambuco e as demais Capitanias do Norte não se explicam simplesmente por questões econômicas, muitos outros elementos estavam envolvidos, e dentre eles, os de representações simbólicas que retratavam as hierarquias daquela sociedade, como foi visto ao longo do primeiro capítulo. Portanto, destaca-se também a continuidade da insatisfação com o estado de subordinação a Pernambuco - elemento este que foi constante mesmo antes das anexações, uma vez que até mesmo a ideia de subordinação a Pernambuco já causava descontentamento aos governantes e alguns membros das elites locais dessas capitanias - como um reforço da questão simbólica envolvida nesse processo, como bem denunciou Bernardo Manuel de Vasconcelos, ao afirmar que os governadores de Pernambuco queriam ilimitada jurisdição apenas por "ambicioso capricho".

2.3 **Os governantes e as práticas comerciais**

Ao problematizar a ideia de corrupção no período moderno, Adriana Romeiro demonstrou que ela de fato existia, contrariando alguns estudos que afirmavam que a impossibilidade de separar o público do privado na época moderna tornava impossível a noção de corrupção naquele período. Ela estava associada ao sentido de degeneração, física e espiritual e era constantemente citada em práticas de governantes coloniais, que a partir dessa associação, resultava em uma conclusão de mau governo por parte desses agentes.[328]

Dentro da América, uma das práticas mais comuns de corrupção era o contrabando, como bem demonstrou a autora, vários estudos já foram realizados sobre o envolvimento de governantes nessas situações e que não apenas esses agentes estavam envolvidos, mas sim

---

327 DIAS, Thiago Alves. *O mito das capitanias anexas:* aspectos da política colonial e da administração das conquistas no norte do Estado do Brasil, séc. XVII e XVIII. *Mnemosine Revista*, Campina Grande, V. 10, Nº 2, 2019, p. 24.

328 ROMEIRO, Adriana. *Corrupção e poder*. Uma história, séculos XVI a XVIII. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 19-20.

diversas categorias, do mais baixo ao mais alto estrato social, e que existiam complexas redes de pessoas que se estruturavam em diversos continentes, demonstrando como esse comportamento era um elemento comum naquela sociedade.[329] Apesar do foco de Adriana Romeiro ser a questão da corrupção, como ela bem destacou, é preciso ter cuidado ao se utilizar desse conceito, pois a sua aplicabilidade no período colonial não é uma tarefa simples. O que será analisado nas próximas páginas não necessariamente serão casos de corrupção, alguns poderiam ser considerados, outros não, mas o que de fato importará é o destaque de práticas de ganho financeiro por parte dos governantes, que faziam uso da autoridade de seus postos para usufruir de benefícios econômicos, seja comercializando legalmente/ilegalmente, desviando dinheiro da Fazenda Real, vendendo patentes etc. Não caberá aqui discutir se o que estavam fazendo era certo ou errado, mas sim, apenas demonstrar a existência desse tipo de prática como um reforço da atração que os postos de governo das capitanias analisadas poderiam exercer sobre esses homens.

Ao ir governar uma capitania, os vassalos esperavam receber reconhecimento régio por seus serviços prestados. Além disso, procuravam beneficiar-se financeiramente por meio de tal empreitada, pois além de receber o seu soldo, ganhavam outros valores oficiais decorrentes de propinas reconhecidas pela Coroa dos contratos arrematados da capitania e também, muitas vezes, se envolviam no trato comercial, mesmo após sua proibição em 1720. Sobre as propinas recebidas, em 1721 estava designado à D. Manuel Rolim de Moura, além de seus sete mil cruzados de soldo, mais 200$000 réis do contrato dos dízimos, mais 32$000 réis do contrato das pensões, mais 32$000 réis do contrato das águas ardentes, mais 20$000 réis da vintena do peixe, mais 64$000 réis do contrato da saída dos escravos para as Minas, mais 64$000 réis do contrato dos escravos para entradas, mais 64$000 réis do contrato dos escravos para a feitura de ajuda, mais 200$000 do contrato da dízima da alfândega, mais 200$000 réis do contrato do subsídio da carne, mais 100$000 réis do contrato do subsídio do açúcar, mais 60$000 réis do contrato do subsídio dos vinhos, mais 32$000 do contrato do subsídio do tabaco, mais 16$000 réis do contrato da garapa e mais 32$000 reis do contrato das caixas de açúcar, ou seja, além dos sete mil cruzados anuais (equivalentes a 2:800$000 réis), recebia o governador de Pernambuco mais 852$000 réis da soma das propinas. Vale destacar, no entanto, que esse valor era recebido a cada triênio de governo.[330]

329 *Ibidem*, p. 40.
330 Informação geral da capitania de Pernambuco. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 28, 1908, p. 132-133.

João Fragoso e Fátima Gouvêa analisaram como o comércio e a política no período moderno eram elementos intrínsecos. Governantes e outras figuras detentoras de autoridade possuíam grandes vantagens na prática comercial, isso porque, lembram os autores, aquela era uma sociedade de Antigo Regime, consequentemente, uma sociedade baseada nas estruturas de hierarquias e desigualdades, nas quais esses agentes régios costumavam localizar-se em posições privilegiadas e não se furtavam de utilizar os privilégios que possuíam em benefício próprio.[331] Essa ideia reforça o que Maria Julia de Oliveira e Silva já tinha afirmando sobre o envolvimento de nobres portugueses no trato comercial. Segundo a autora:

> Os cargos ultramarinos se davam compensação pelo soldo vencido, não eram menos importantes pelas possibilidades que constituía o exercício do comércio, possibilidades que a nobreza portuguesa nunca desdenhara, efectuando sempre transações comercias, constituindo mesmo concorrência para os mercadores não nobres. [...] A nobreza podia comerciar sem derrogar, por isso, a categoria de nobreza, a menos que comerciasse por retalho, ou pelo miúdo, lojas tendas e botequins. Mas os fidalgos mercadores não foram nunca comerciantes, no sentido de formarem um grupo activo com continuidade."[332]

Nesse sentido, ao analisar o envolvimento comercial de Duarte Sodré Pereira, que foi governador de Pernambuco, Maria Júlia de Oliveira Silva chegou à conclusão de que, apesar das significativas atividades comerciais desse agente, esse tipo de prática para ele não implicava em sua atividade fim, não representava seu modo de vida, mas sim um meio para um campo de perspectivas mais longas.[333] Investigando os contatos comerciais desse governante, a autora identificou outros nobres portugueses, corroborando com a ideia defendida da naturalidade da prática comercial feita por esse estamento e que muito era favorecida se o sujeito ainda estivesse ocupando um posto ultramarino, tendo destaque um de governo. Esse tipo de atividade foi vista como pouco positiva para a Coroa de uma forma geral, chegando a ser proibida em 1720. Mas antes mesmo disso, o Marquês de Angeja, em 1714 quando era governador-geral do Brasil, afirmava que eram muitos os inconvenientes resultantes dessa prática. A proibição, no entanto, como se era de esperar, não impediu que o comércio continuasse sendo praticado pelos governantes, como foi o caso de Duarte Sodré Pereira. O comércio realizado por ele era

331 FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima. Nas rotas da governação portuguesa: Rio de Janeiro e Costa da Mina, séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João, et al. *Nas rotas do império*: Eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: EDUFES, 2014, p.26.
332 SILVA, Maria Julia de Oliveira e. *Fidalgos-mercadores no século XVIII*: Duarte Sodré Pereira. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1992, p. 20.
333 *Ibidem*, p. 15

completo e estava em todos os níveis. Importava e exportava mercadorias em seu nome e de outros, consignatário de contas alheias, dentre outras funções.[334]

Os empreendimentos comerciais de Duarte Sodré Pereira estavam presentes em diversas partes do mundo, como Boston, Nova York, Filadélfia, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Jamaica, Angola e outros lugares. Para um alcance tão vasto era preciso que ele possuísse uma rede de intermediários que o auxiliasse nesses processos. E de fato ele tinha diversos procuradores e homens de negócios espalhados pelos territórios ultramarinos.[335] A escolha desses agentes muitas vezes era compartilhada entre os governadores. Muito elucidativo foi o caso de Francisco de Oliveira Leitão, residente no Rio de Janeiro, cuidou dos negócios de Francisco de Castro Morais quando estava no governo do Rio, razão esta pela qual Duarte Sodré o escolheu para ser seu representante,[336] ou seja, por ser um homem que já tinha tratado de negócios de outro governante, possuía experiência nesse tipo de operação, o que o levou a ser escolhido.

O envolvimento dos governantes nas questões comerciais de fato era um fenômeno comum no período colonial. Alexandre Pelegrino, ao analisar as relações de poder na capitania do Maranhão, percebeu o envolvimento de alguns agentes governativos nos tratos mercantis daquela capitania. Um dos principais "produtos" eram os indígenas que eram vendidos escravizados. Além disso, também existiam governantes que se envolveram no comércio do tabaco. Destaque para o caso de António de Albuquerque Carvalho, que possuía terras naquela região e era um grande produtor de tabaco. No entanto, eram constantes suas reclamações ao Conselho Ultramarino de que seus negócios estavam sendo atrapalhados pelos governantes daquela capitania. Fato esse que pode ter influenciado em sua decisão de tentar tornar-se governador de lá e de fato conseguiu alcançar esse objetivo em 1661. Enquanto governador, ficaram conhecidos os casos de abuso de sua autoridade para obter vantagens comerciais na exploração do trabalho indígena.[337]

A cachaça foi um importante elemento comercial no trato negreiro. A sua popularidade na África cresceu de tal forma que as outras bebidas que eram fabricadas na Europa passaram a perder espaço, consequentemente, os produtores reinóis começaram a obter prejuízo em seus negócios, pois a produção da cachaça era feita principalmente no Brasil. Para tentar minimizar tal situação, a Coroa portuguesa em 1649 determinou a proibição da venda da cachaça do Brasil,

334 *Ibidem*, p. 32
335 *Ibidem*, p. 80-81.
336 *Ibidem*, p. 85.
337 PELEGRINO, Alexandre de Carvalho. *Donatários e poderes locais no Maranhão seiscentista* (1621-1701). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015, p. 87-90.

com exceção da capitania de Pernambuco, isso provavelmente para não desanimar aqueles que estavam lutando pela restauração da soberania portuguesa naquele território.[338] Apesar de já ser negociada em período anterior, foi principalmente durante o governo de André Vidal de Negreiros em Angola que a cachaça passou a ter um mercado mais significativo naquela região.[339] Luiz Felipe de Alencastro identificou, nesse reino, o envolvimento direto de um governador dele com o trato comercial desse produto, que foi João da Silva e Sousa (1680-84), que poucos anos antes havia sido governador do Rio de Janeiro, que era uma grande zona produtora de cachaça e provavelmente onde se associou aos exportadores dela, sendo notório que ele possuía quatro navios que trazia cachaça e levava os escravos.[340]

Mais um governador de Angola que destacava a importância comercial da cachaça naquele território e que defendeu a permissão oficial do comércio dela foi João de Lencastre. O interesse dele em manejar diretamente esse negócio não pode ser descartado, ainda mais levando em consideração que ele conhecia o potencial desse negócio para as capitanias de Pernambuco e da Bahia, uma vez que ele era genro de um ex-governador de Pernambuco, Pedro de Almeida, e primo de Câmara Coutinho, que foi também governador de Pernambuco e depois governador-geral na Bahia. A importância da cachaça é destacada mais de uma vez por representações da câmara de Luanda, que afirmava que ela era a mercadoria que mais se resgatava escravos naquelas terras. Dessa forma, não é de se estranhar que tantos governadores tivessem interesse em participar desse lucrativo negócio.[341]

Luís César de Meneses, quando estava perto de terminar o seu governo em Angola, em 1701, escreveu uma carta a um dos seus correspondentes em que afirmava sobre os ganhos financeiros que ele poderia ter naquele governo:

> Os grandes cabedais que me deseja ver levar desse Governo que nunqua serião como a metade dos que tirou meu antecessor [Henrique Jacques Magalhães] porque o meu gênio nem minha fortuna em nada se parese com a do dito e so o que posso assegurar a Vme he que do pouco que tirar me não há de morder a consciência em nem hum tempo.[342]

338 ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das letras, 2000, p. 315.
339 *Ibidem*, p. 317.
340 *Ibidem*, p. 318.
341 *Ibidem*, p. 319.
342 Carta a Francisco Galvão. IHGB, 72, 08, f. 78v. Apud OLIVEIRA, Leonardo Alexandre de Siqueira. Redes de poder em governança do Brasil à Angola: administração e comércio de escravos no Atlântico Sul (Luís Cesar de Meneses - 1697 – 1701). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013, p. 90.

Os capitães-mores de Angola, responsáveis pelos governos das fortalezas daquela conquista, também se envolviam em questões comerciais, se não "cairia no desdouro de insensato se não tivesse a ardileza de fazer o seu comércio privativo".[343] Apesar disso, comparado aos governadores daquele reino, não conseguiam arrecadar maiores vantagens, que poderiam aumentar significativamente se possuíssem boas relações com esses governantes.[344] A partir da análise do envolvimento comercial desses agentes régios, mais especificamente o caso de Luís César de Meneses, Leonardo Alexandre de Siqueira Oliveira concluiu que:

> Utilizando-se sincronicamente do comércio como sobrevida social hierarquizada, como tal, ele sustentaria economicamente a manutenção de sua patente. Com isso, negócios e governanças estavam intrinsecamente interligados. As práticas governativas se conduziam a favor das práticas mercantis que por sua vez tinham seu acesso através de relações sociais entre aqueles que configuravam posição relevante na hierarquia social das tramas governativas e/ou eclesiásticas, transformando circuitos políticos em cenários comerciais ou vice-versa.[345]

Luís César de Meneses, enquanto estava no governo do Rio de Janeiro, também era responsável pelos negócios de Gonçalo da Costa de Alçacova Carneiro de Meneses enquanto este estava no governo de Angola. Dessa maneira, seu trato com questões comerciais envolvendo o reino de Angola já vinha desde antes de assumir esse governo. Após assumi-lo, com base em sua experiência e vivência na América, possuía nesse lugar representantes nas principais capitanias dela, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco que o auxiliavam nas questões comerciais. [346] Em uma interessante troca de correspondência entre Luís César de Meneses e seu procurador no Rio de Janeiro, Ignácio Correia, sobre a compra de uma nova embarcação para levar os produtos que comercializava, Ignácio Correia refere-se às condições do barco que Henrique Jacques Magalhães, antecessor de Meneses no governo de Angola, possuía.[347] É possível perceber por meio dessa carta, como aparentava ser comum que governadores de Angola possuíssem embarcações próprias para realizarem os seus negócios, bem como um governante utilizava outro como parâmetro de comparação em suas negociações.

Ao analisar o destino das embarcações pertencentes a Luís Cesar de Meneses que saiam de Luanda entre os anos de 1697 e 1701, Oliveira notou como os principais portos que recebiam esses navios na América portuguesa eram os do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, sendo o

343 CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*. Tomo I, Lisboa: Ática, 1937 (1782), p. 37 Apud OLIVEIRA, Leonardo Alexandre de Siqueira *Op. Cit*. p. 91.
344 OLIVEIRA, Leonardo Alexandre de Siqueira, *Op. Cit*, p. 91.
345 *Ibidem*, p. 95
346 *Ibidem*, p. 97-98.
347 *Ibidem*, p. 100.

primeiro receptor de maior número, isso devido às ligações mais estreitas que ele possuía naquela capitania.[348] Tais dados mais uma vez demonstram a importância que essas capitanias possuíam, dessa vez com um enfoque comercial.

O envolvimento de governadores em questões comerciais parecia ser algo até mesmo padronizado, onde um seguia os passos dos outros ou então se comparavam entre si. Como já foi mostrado, Henrique Jacques Magalhães, antecessor de Luís Cesar de Meneses no governo de Angola, também negociava naquela capitania. Além disso, Magalhães também estava envolvido no comércio do couro na região da prata, comércio esse que Meneses também praticava.[349] Com isso, fica parecendo que as redes comerciais era algo bem conhecido entre os governantes que costumavam participar delas.

Mais um exemplo de envolvimento comercial por parte dos governantes foi o caso destacado por Augusto da Silva, que, analisando os ganhos que os governantes da ilha de Santa Catarina possuíam naquele posto, indicou que eles iam além do soldo. Transações mercantis eram comum entre eles, mesmo após a proibição do comércio em 1720. Um exemplo marcante foi o do brigadeiro José da Silva Paes, que foi retratado em 1740 por um navegador inglês como uma pessoa de conduta indigna, participando ativamente no contrabando da prata com o território espanhol.[350]

Optou-se por realizar uma contextualização geral sobre a participação dos governantes portugueses no comércio em diversas partes do mundo para demonstrar como de fato esse era um fenômeno comum que estava presente em diversos lugares, destaca-se agora os das Capitanias do Norte, que são os objetos de interesse dessa pesquisa.

João Fernandes Vieira chegou a Pernambuco com aproximadamente 11 anos de idade, e durante boa parte de sua juventude foi um trabalhador braçal humilde. Um pouco antes da invasão holandesa, sua situação econômica já era melhor, possuindo inclusive dois criados a seu serviço. No entanto, apenas durante o período holandês naquela capitania que ele viria a se tornar um importante homem de negócios.[351] Chegou a possuir cinco engenhos em Pernambuco, e após a restauração, recebeu como mercê, dentre várias outras coisas, mais três engenhos na Paraíba.[352] E não parou por aí. Segundo José Gonsalves de Mello, João Fernandes

348 *Ibidem*, p. 122-123.
349 *Ibidem*, p. 126.
350 SILVA, Augusto da. *A ilha de Santa Catarina e sua terra firme:* território, administração e sociedade (1738 – 1807). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013, p. 97.
351 MELLO, José Antônio Gonsalves de Mello. *João Fernandes Vieira, Mestre de Campo do Terço de Infantaria de Pernambuco.* 2ª ed. Lisboa: CEHEA, CNCDP, 2000, p. 29-42.
352 *Ibidem*, p. 318.

Vieira chegou a possuir mais de 16 engenhos.[353] Sua riqueza espelhava-se na quantidade de bens comercializáveis que possuía, chegando a ter mais de dois mil escravos, dois mil bois e quatro mil vacas. Apesar da possibilidade de exagero desses números, eles representam o significativo cabedal que ele possuía.[354]

Para abrigar todo esse material, possuía várias terras espalhadas pelas Capitanias do Norte, tanto em Pernambuco, como na Paraíba e no Rio Grande, sendo nessa última capitania suas terras doadas por seus companheiros na luta contra os holandeses, como foi o caso do capitão-mor dela, Valentim Tavares Cabral, que concedeu a ele uma sesmaria de 10 léguas na região do Ceará-Mirim.[355] Em meados de 1675, os camarários de Olinda e da Paraíba enviaram uma representação ao rei, pelo Conselho Ultramarino, solicitando que nomeasse João Fernandes Vieira como governador. Para justificar tal pedido, os camarários afirmaram que Fernandes Vieira, como governador, saberia como fortificar e defender aquelas capitanias e que era conhecida a dedicação dele no emprego do real serviço. Além disso, por ser ele um homem de muitos cabedais, não havia perigo de ele ser um governante cujo único interesse era em obter riquezas "como fazião as pessoas que Vossa Alteza mandava ocupar aquelle governo, que ordinariamente possuhião pouco cabedal, e tendo grande qualidade só tratão de seguir os meyos com que se pudessem engrossar."[356] Ainda afirmaram que por ele viver naquela região, e mesmo após o término de seu governo continuaria ali vivendo, iria governar sem interesse, beneficiando a Fazenda Real. Continuaram a argumentação afirmando ainda que, por ele ter ocupado um lugar importante por ter sido governador de Angola, as pessoas o teriam por maior estimação. Apresentando ainda mais argumentos, eles alegaram que a experiência tinha mostrado que os governadores que vinham do reino interessavam-se apenas em fazer riqueza, sem se importar com o desenvolvimento do lugar e terminava sendo um desastre para a capitania, como tinha sido o caso de Jerônimo de Mendonça Furtado. Apesar de o conselho ter dado um parecer favorável à sua nomeação, ela não aconteceu.[357]

A argumentação utilizada pelos camarários pode ser vista como contraditória, uma vez que uma das garantias dadas de bom serviço por parte de Fernandes Vieira, seria pelo fato de ele viver naquela região, consequentemente serviria sem interesses a não ser o desenvolvimento da capitania. Uma das razões dos agentes régios permanecerem no poder em períodos de triênios era o fato de não conceder tempo o suficiente para que eles desenvolvessem interesses

353 *Ibidem*, p. 359.
354*Ibidem*, p. 365.
355 *Ibidem*, p. 367.
356 *Ibidem*, p. 398.
357 *Ibidem*, p. 399.

locais, enraizando seus desejos nas tramas das capitanias que atuavam, tornando-se, dessa forma, mais propensos a exercerem suas funções de formas tendenciosas e, consequentemente, não visando o bem comum. Dessa maneira, esse pedido dos camarários muito provavelmente reflete a ânsia que possuíam de colocar no poder uma pessoa que representasse diretamente os seus interesses e que não necessariamente implicaria no desenvolvimento da capitania.

Em uma outra consulta tratando do mesmo tema, o conselheiro Feliciano Dourado, provável amigo de Fernandes Vieira, segundo Gonsalves de Mello, afirmou que era a favor de que ele fosse nomeado para o governo daquela capitania, uma vez que os moradores dela já passaram por muitos problemas desde a expulsão dos holandeses e que por isso seria interessante que assumisse o governo alguém que conhecesse a realidade local e que fosse reconhecido positivamente pelos moradores daquela capitania. Parecer esse que foi reforçado por Salvador Corre a de Sá e também pelo próprio governador de Pernambuco na época, Fernão de Sousa Coutinho, que concordava com tal nomeação, uma vez que Fernandes Vieira já era responsável pelas fortificações das Capitanias do Norte, consequentemente facilitaria sua função assumir o governo de Pernambuco. [358] Mais uma vez, apesar do reforço do Conselho Ultramarino e de Fernão de Sousa Coutinho, o rei decidiu por não nomear Fernandes Vieira como governador de Pernambuco, muito provavelmente por ele já possuir bastante poder e influência na capitania.

Ao assumir o governo de Angola, João Fernandes Vieira teve a oportunidade de aumentar os seus rendimentos por meio do tráfico negreiro. Após o fim do domínio holandês na capitania de Pernambuco, a relação comercial entre ela e Angola não se restabeleceu logo em seguida, com isso, Fernandes Vieira teve como um de seus objetivos naquele governo possibilitar a retomada do fluxo negreiro, tendo em vista ser possuidor de muitos engenhos e que consequentemente se beneficiaria com isso.[359] Para alcançar seus objetivos, fez das batalhas contra os sobas um alternativa simples e eficiente, prática essa que seria motivo de acusação por parte de alguns moradores de Angola que diziam que isso era uma prática comum aos governadores daquele reino.

> O provedor de Angola expusera de maneira arrasadora a pilhagem brasílica em Angola. Segundo ele, os governadores atacavam os sobas aliados, escravizando nativos e mandando-os para o Brasil. João Fernandes cativava um sobado inteiro da

358 *Ibidem*, p. 401.
359 SOUZA, Leandro Nascimento de. *Uma experiência pernambucana em Angola* : o governo de João Fernandes Vieira, 1658 a 1661. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013, p. 76.

> região do Libolo, despachando esses vassalos de S.M. para o Brasil, onde toda essa gente está em um engenho do dito João Fernandes Vieira.[360]

A chegada de João Fernandes Vieira a Angola já antecipava o que estava por vir em seu governo. Ele fretou um navio inglês, *Brazil frigate*, que o levasse para o dito reino e depois complementasse a viagem voltando para Pernambuco e por fim, Portugal. Após deixar Fernandes Vieira em Angola, *Brazil frigate*, volta à América carregado com mais de 1000 escravos e com muito marfim. Chegando em Pernambuco, carregou-se de açúcar dos engenhos do então governador de Angola e foi para o trecho final de sua viagem, levando além do valioso doce produto, o marfim. Ao conseguir embarcar cerca de 1200 escravos assim que chegou, tudo indica que Fernandes Vieira já possuía agentes naquele porto preparados para fazer negócios. Essa ideia é ainda mais reforçada levando em consideração de que, quando estava governando a Paraíba, já havia solicitado documentos sobre Angola, inteirando-se melhor da situação daquela conquista.[361]

Aparentemente não apenas com o tráfico negreiro Fernandes Vieira envolveu-se comercialmente. Após o seu governo em Angola, o ouvidor-geral responsável por avaliar o tempo em que ele passou naquele reino por meio da residência o acusou de cometer muitos problemas à Fazenda Real, obtendo muitos lucros injustos, fosse por meio da apreensão de negros livres ou então por meio do monopólio irregular no fornecimento do sal na região de Benguela. Apesar das denúncias do ouvidor-geral de Angola, aparentemente por meio de sua reputação e talvez pelas conexões no reino, Fernandes Vieira não sofreu nenhuma consequência decorrente dessa residência, uma vez que o rei mandou tê-la como nula.[362]

Assim como João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, seu sucessor no governo de Angola e também possuidor de muitas terras em Pernambuco, participou ativamente do tráfico de escravos buscando benefício próprio. Na representação dos moradores de Angola, acusando esses governadores de práticas abusivas na captura de negros livres, um dos conselheiros do Conselho Ultramarino, Feliciano Dourado, novamente ele, se preocupava mais em destacar os muitos e importantes serviços em benefício da Coroa portuguesa que aquelas figuras realizaram ao longo de suas vidas. Dessa forma, fica evidenciado como contavam com uma proteção no reino que permitia que eles realizassem certos atos sem o perigo de serem punidos.[363]

---

360 ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*... p. 289 Apud SOUZA, Leandro Nascimento de. *Op. Cit*. p. 86.
361 ALENCASTRO, Luiz Felipe d. *Op. Cit.*, p. 274-275.
362 SOUZA, Leandro Nascimento de. *Op. Cit*. p. 96.
363 ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Op. Cit*, p. 289.

Francisco Barreto de Menezes, primeiro governador de Pernambuco após a expulsão dos holandeses, estabeleceu a sede de seu governo em Recife, o que desagradou parte da "açucarocracia" daquela capitania. Em 1658, a câmara de Olinda fez uma representação ao rei pedindo que a sede do governo e dos demais tribunais retornassem para lá, pois era a cabeça da capitania, por isso deveria abrigar as principais instituições. Acreditavam, dessa forma, os senhores daquela vila, que com o retorno das principais figuras administrativas, seria possível reedificar as antigas e opulentas construções de Olinda e consequentemente restaurar sua antiga dignidade. Após Francisco Barreto sair do governo de Pernambuco, assumiu em seu lugar André Vidal de Negreiros, que já possuía boas relações com os senhores de engenho daquela região. Atendendo a pedidos desses senhores, Negreiros decidiu retornar a sede do governo a Olinda. Justificando essa atitude, ele afirmou que essa era uma forma de retomar o antigo esplendor que aquela vila possuía, além de questões militares.[364]

Ao tomar conhecimento da mudança proposta por Vidal de Negreiros, Francisco Barreto, que se tornou governador-geral, escreveu uma carta ao rei posicionando-se contrário a tal mudança. Na sua argumentação, afirmou também sobre questões defensivas, de como Olinda estava em desvantagem nesse sentido e que "só no Recife é justo se o conserve como praça mais importante, para defesa daquela capitania". A defesa pela manutenção do Recife como lugar mais importante de Pernambuco não era simplesmente por questões técnicas de melhor defesa militar. Francisco Barreto tinha interesses comerciais naquela praça, onde possuía 14 sobrados de casas e barcos para transporte de mercadorias. [365] Dessa maneira, ao manter o Recife como sede do governo, tentava o governador-geral estabelecer naquele lugar o principal centro de atividades da capitania, uma vez que ele poderia lucrar cada vez mais com o desenvolvimento daquela praça, mostrando dessa forma como a questão das hierarquias espaciais refletiam aspectos que iam para além da pura representação simbólica.

José Antônio Gonsalves de Mello afirmou que Jerônimo de Mendonça furtado, quando chegou no governo de Pernambuco, tinha dois objetivos: enriquecer e fazer João Fernandes Vieira pagar 30 mil cruzados que tinha confiscado de seu irmão, Luís de Mendonça Furtado, em fazendas que trazia da Índia, em Angola.[366] Um dos motivos de grande descontentamento com o seu governo naquela capitania foi o favorecimento que ele deu aos mercadores, cobrando dívidas dos senhores de engenho de forma mais incisiva, inclusive criticando Fernandes Vieira

364 LISBOA, Breno Almeida Vaz. *Uma elite em crise* : a açucarocracia de Pernambuco e a Câmara Municipal de Olinda nas primeiras décadas do século XVIII. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011, p. 44 – 45.
365 *Ibidem*, p. 45.
366 MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Op. Cit*, p. 385.

de forma direta, afirmando que eram infinitas as suas dívidas. No entanto, o auxílio dado por Mendonça Furtado aos mercadores em suas cobranças de dívidas não era sem segundas intenções. Segundo Gonsalves de Mello, existem evidências de que ele estava diretamente envolvido em negócios daquela capitania. Quando invadiram a casa do governador, nela encontraram "grande soma de fazenda assim em dinheiro, como prata, ouro, joias, âmbar, móvel precioso, miudezas de valor, sendo quase toda esta fazenda de seu irmão, Luís de Mendonça e do procedido de carregações e encomendas de alguns fidalgos dessa corte, parentes e amigos dele."[367] Além disso, também invadiram a casa de Luís Valença da Rocha, "homem de grosso trato e que corria com os negócios dele, Jerônimo de Mendonça Furtado".[368] Levando em consideração sua relação com esse homem de grosso trato e que seu irmão era responsável por negociações comerciais, pode-se afirmar que de fato ele também possuía interesses comerciais junto com sua governança. Até então, não existia nenhuma proibição que os governadores fizessem negócios, proibição esta que viria a se tornar realidade a partir de 1720, entretanto, demonstrou-se que Jerônimo de Mendonça Furtado também estava envolvido no descaminho de pau Brasil com os franceses, uma vez que esse produto era monopólio da Coroa portuguesa.[369]

Como já foi afirmado, Mendonça Furtado teve vários problemas em Pernambuco devido aos seus interesses comerciais naquela capitania. No entanto, essa prática foi comum entre outros governadores de lá, como alegava a câmara de Olinda já em 1670. Afirmavam os camarários que aqueles que iam governar "'vivem de mercancia tão absolutamente que serve de estanque a todo o comércio', para prejuízo 'desses miseráveis povos'". Solicitava, portanto, que os governadores nomeados para Pernambuco tivessem um regimento no qual os proibissem de comercializar naquela capitania, abrindo alguma loja. Em uma outra reclamação, também de 1670, os camarários de Olinda acusavam Bernardo de Miranda Henriques de obrigar os produtores de couro a venderem para ele os seus produtos por menos da metade do preço praticado no mercado.[370] Ao receber uma reclamação da câmara que isso estava afetando a produção pecuária da capitania, ele simplesmente respondeu que continuaria a comprar os couros como estava fazendo, pois, os seus antecessores assim o faziam. Tal fato não passou

367 *Ibidem*, p. 387.
368 *Idem.*
369 Idem.
370 LISBOA, Breno Almeida Vaz. *Uma elite em crise... Op. Cit*, p. 57-58

despercebido para Coroa, que mandou confiscar os bens de Bernardo de Miranda Henriques pelos prejuízos causados à Fazenda Real.[371]

O negócio do couro deveria ser um elemento de grande lucratividade para os agentes régios, pois além da acusação contra Bernardo de Miranda Henriques, que tinha alegado que seus antecessores já praticavam esse tipo de trato, o ouvidor do período, João de Sepúlveda estava envolvido diretamente no trato desse produto, sendo acusado inclusive de se relegar seus afazeres como oficial de justiça em detrimento de seus negócios comerciais. O envolvimento com esse produto não parou por aí, pois um pouco mais tarde, mais uma vez a câmara denunciava outro governador abusando de sua autoridade nos negócios do couro daquela capitania. Assim como Bernardo de Miranda Henriques, D. Pedro de Almeida foi acusado de "intrometer-se na venda do couro das reses, enviando soldados aos matadouros para as tomar por menos de seu valor, contra a vontade de seus donos [...]". Não destacando exatamente em que tipo de negócios estava envolvido, João da Cunha Souto Maior (1685-1688) foi mais um acusado de se envolver comercialmente naquela capitania e causar prejuízos aos comerciantes dela, utilizando-se das vantagens de seu cargo e que possuía em Lisboa um correspondente no qual remetia os gêneros que obtinha em Pernambuco.[372]

Ao contrário dos casos já destacados até aqui, Caetano de Melo e Castro (1693 -1699) teve um posicionamento bem diferente no que diz respeito ao trato comercial. O Conselho Ultramarino havia proposto que a prática do comércio fosse legalizada de tal forma que ajudasse nos gastos a serem feitos ao longo dos governos exercidos. Melo e Castro foi contra essa ideia, pois "entendia que deveria ser apenas um delegado do rei e não, conjuntamente, um comerciante." Isso porque provavelmente o repugnava a ideia de ser nivelado aos agentes comerciais locais. Tal atitude foi elogiada pelos camarários de Olinda, fazendo com que inclusive solicitassem a prorrogação de seu mandato no governo daquela capitania, "porque só assim lograria a capitania e os povos dela o sossego que experimentam." Pedido este que foi atendido pela Coroa.[373] Tal fato demonstra como na visão dos camarários, o envolvimento dos governantes nas tramas comerciais da capitania era algo maléfico para a tranquilidade e sucesso dela, uma vez, como foi visto, que quando havia o envolvimento desses agentes, muitas vezes era contra os interesses dos camarários.

371 MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos:* nobres contra mascates, Pernambuco, 1666 – 1715. São Paulo: Editora 34, 3ª edição, 2012, p. 222.
372 LISBOA, Breno Almeida Vaz. *Uma elite em crise... Op. Cit*, p. 57-58.
373 *Ibidem*, p. 59.

Sebastião de Castro e Caldas foi um governador que gerou muita insatisfação nos camarários de Olinda e nos senhores de engenho de forma geral da capitania de Pernambuco. Dentre os vários motivos de atrito entre eles, destaca-se o seu favorecimento aos mascates do Recife. Por meio de sua autoridade militar, fazia-se executar devedores de forma arbitrária; na arrematação dos contratos dos impostos, beneficiava também os mascates, com os quais possuía relações de amizade e comerciais; fato que merece destaque também nesse conjunto de ações a favor dos comerciantes, foi sua intervenção na câmara de Goiana com relação à produção e venda da mandioca, atitude esta que teria sido benéfica para o mercador Joaquim de Almeida, que "untava a mão do governador".[374]

Os interesses comerciais de Castro e Caldas na América portuguesa já existiam antes mesmo de ele assumir o governo de Pernambuco. Durante anos, ainda em Portugal, ele manteve um agente comercial na Paraíba. Ao ficar sabendo de rumores sobre uma possível nomeação sua para o governo da Colônia do Sacramento, escreveu uma carta ao então capitão-mor da Paraíba, Francisco de Abreu Pereira, comentando que não estava animado com a possibilidade de assumir o governo daquele território, uma vez que os direitos que antes tinham os governantes dele sobre a exportação do couro, haviam sido derrogados. Continuando a falar sobre o assunto afirmou: "não é governo mais que merecimento; e era necessário que fosse também, de proveito." Compartilhou ainda que preferiria suceder o governante da Paraíba, pois era onde tinha fazenda e ainda disse que "porque sair um homem" de sua casa e tornar como foi, [apenas] com esperança de mercês, não é bom nem seguro." [375]

Essa troca de correspondências entre os governantes é de grande relevância. Primeiro destaca-se o fato de ele ter ouvido rumores sobre sua possível nomeação para a Colônia do Sacramento, demonstrando que esse tipo de informação circulava pela Corte, aspecto este que será melhor trabalhado nos próximos capítulos. Chama atenção também o desânimo dele com essa possível nomeação, pois, para ele, aquela capitania não era digna de sua pessoa e, somado a isso, ainda tinha o fator econômico, que já não era mais tão lucrativa quanto antes, quando os governantes podiam comercializar o couro da região, reforçando essa ideia com sua afirmação final de que um homem não deveria sair de sua casa esperando apenas receber as mercês régias, dando a entender que o envolvimento nas questões comerciais era um elemento essencial para a manutenção dos governantes. Tem-se aqui então a junção dos dois aspectos que estão sendo trabalhados ao longo desses dois primeiros capítulos, a dignidade territorial com a potencialidade econômica como elementos de valorização e atração.

374 MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos*... *Op. Cit*, p. 219-220.
375 *Idem*.

Evaldo Cabral de Mello destacou como esse comportamento de Castro e Caldas não diferia de uma prática já comum entre os governantes. Para compensar os baixos soldos que recebiam esses agentes, a Coroa costumava fazer vista grossa às atividades mercantis praticadas por eles. "Bastava que agissem com um mínimo de discrição". O próprio regimento dos governadores de Pernambuco nada falava sobre isso "e como quem cala, consente. " A insatisfação com essa prática por parte dos moradores locais fez com que, em 1670, a câmara de Olinda enviasse ao rei uma representação, a mesma já referida algumas páginas antes, pedindo que fosse proibida a prática comercial dos governadores. Solicitavam, dessa forma, que esses agentes não abrissem loja em que assistisse nela pessoa de sua casa e que isso deveria ser constatado nas residências que fossem tiradas deles.[376]

Em 1671, o rei determinou a proibição dos governadores e funcionários da fazenda, justiça e guerra de abrirem lojas ou de interferir nos negócios locais. Em 1678, uma nova lei reiterava a proibição do envolvimento desses agentes em associações diretas ou indiretas no reino e no ultramar. Tal cenário fez com que Caetano de Melo e Castro reclamasse da modéstia do ordenado que recebia, que era o suficiente apenas para sustento de sua casa. Em 1709, o rei terminou voltando atrás e permitindo que os governadores do Brasil comercializassem de forma lícita. Muito provavelmente essa permissão teve efeitos negativos, pois, em 1720, novamente uma nova proibição do envolvimento comercial dos governadores foi posta em prática. Apesar disso, não foi o suficiente para barrar essa prática. Alguns governadores possuíam "verdadeiras redes mercantis", como foi o caso já destacado de Duarte Sodré Pereira, que "operava do Funchal um sistema baseado no eixo Lisboa-Londres, que abrangia o Atlântico, desde Boston, Nova York e Filadélfia até a Bahia, o Recife e o Rio de Janeiro [...]". Comercializava nessa rede produtos como escravos, cereais, vinhos, tecido, açúcar, armas, munições e outros.[377]

Em alguns documentos sem autoria escritos para os governadores de Pernambuco, é descrito de forma detalhada as oportunidades de ganhos, lícitos ou não, por parte dos governantes daquela capitania. Para além do ordenado, ao sair de Lisboa eles já recebiam mantimentos para si e seus criados que poderiam ser trocados por dinheiro. No governo propriamente dito tinham direito a receber propinas na arrematação de impostos. Ainda em Lisboa já estabeleciam parcerias comerciais com os homens de negócio de Lisboa e do Porto. Detalhava o documento:

376 *Ibidem*, p. 220-221.
377 *Ibidem*, p. 221-222.

> Entram os mercadores *veri gratia* com vinte ou trinta ou quarenta mil-réis por ano, que se obrigam a mandar desta Corte e do Porto, e este número largam aos ditos senhores [governadores] ou uma terceira ou uma quarta parte ou a metade; e por lhes assistirem lhes pagam juros de 6 a 4 por 100 até cobrir o principal, obrigando-se os ditos senhores a cobrar tudo o que se vender no tempo do seu triênio [...] Têm os ditos senhores [governadores] ou metido por eles (que é melhor) ou pelos mercadores (locais) um caixeiro que vende as fazendas e têm esta obrigação de dar ao dito senhor [governador] a tempo hábil róis de todos os devedores a que têm vendido as fazendas, e estes [róis] se entregam a sargentos e ajudantes, e estes tais vão pelos distritos dos ditos devedores a pôr em arrecadação, tudo à custa dos mesmos devedores e se não pagam [fazem] diligências porque é uso naquelas partes.[378]

Os pagamentos desses devedores eram em "caixas de açúcar e tabaco e sola". Ao ter posse desses produtos, os governadores usam as praças dos navios pagando o frete de transporte assim como os demais mercadores. Nesse mesmo conjunto de informações é relatado os grandes lucros possíveis de se obter por meio dos negócios com Minas Gerais através do Rio de Janeiro. Destacou, no entanto, que era mais seguro fazer o transporte por terra, pois por mar existia o perigo de corsários. Além disso, o autor desses relatos ainda indicava uma série de nomes de comerciantes que os governadores poderiam contatar, tanto no Rio, como em Recife.[379] Funcionando quase como um conjunto de instruções, essas informações demonstram como o envolvimento comercial dos governantes era uma realidade concreta e organizada. Reforça-se, mais uma vez, a ideia da circulação de informações entre os governantes, que nesse caso em específico, deixou até mesmo uma lista de mercadores de confiança para que os governantes entrassem em contato.

Em 1683, na Paraíba, o provedor dessa capitania escreveu uma carta ao rei denunciando o então capitão-mor dela, Alexandre de Sousa e Azevedo, estava desviando peças de artilharia e munições do forte do Cabedelo e enviando para barcos em que ele "tinha parte" para comercializar esses itens. Afirmou o dito provedor que o capitão-mor, tentando colocar uma imagem de legalidade na sua prática, determinou o preço dessas peças em 30$000 réis, "sendo que cada uma delas valia muito mais, e ainda este limitado preço não o pagou...". O rei determinou que esse caso fosse investigado por algum desembargador da relação da Bahia ou então pelo ouvidor de Pernambuco, e caso fosse constatada a culpa do dito capitão-mor, ele deveria ser remetido preço a Lisboa.[380] Infelizmente ainda não se identificou se, de fato, Alexandre de Sousa e Azevedo foi considerado culpado nesse caso, apesar disso, é de se destacar a possível artimanha do governante ao declarar um valor aos itens contrabandeados

378 *Ibidem*, p. 223-224.
379 *Ibidem*, p. 224.
380 CARTA do provedor da Fazenda Real da Paraíba, Salvador Quaresma Dourado, ao príncipe regente [D. Pedro], sobre o capitão-mor Alexandre de Sousa e Azevedo ter mandado tomar peças de artilharia do Forte Velho e munições do forte do Cabedelo, e os metido em um navio de seu interesse. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 2, D. 121.

no sentido de restituir à Fazenda Real pela venda das peças e munições, colocando preços bem abaixo do que valiam e ainda por cima não efetuando o pagamento.

Sobre essa questão, apesar de não se ter certeza, existem indícios de que talvez ele, de fato, tivesse culpa das acusações. Em uma carta de 1685, o juiz ordinário da Paraíba relatou que a residência tirada do governo de Alexandre de Sousa e Azevedo foi feita de forma precipitada, uma vez que ela durou apenas 11 dias, quando normalmente durava-se um mês inteiro. Além disso, afirmou que as testemunhas ouvidas foram subornadas pelos procuradores do dito capitão-mor e que elas eram pessoas poderosas e de respeito na capitania. [381] Dessa maneira, por meio dessa denúncia, ficou implícito que Alexandre de Sousa e Azevedo cometeu delitos em seu governo e precisou escondê-los por meio do suborno de testemunhas importantes da capitania. Se algum desses delitos correspondia à acusação do ouvidor de alguns antes, não se pode confirmar, no entanto, deixa espaço para conjecturar que sim.

Não apenas de comércio de produtos podiam os governantes tirar lucros de suas funções. Isso fica evidenciado quando, em 1685, o Conselho Ultramarino analisou algumas queixas que fizeram os oficiais da câmara da Paraíba sobre o capitão-mor dela, Antônio da Silva Barbosa. Os camarários acusavam o capitão-mor de diversas atitudes que o caracterizavam como um mau governante, dentre elas que ele "pusera em concurso todos os ofícios de serventia e companhias de ordenança para o servir quem mais lhe desse. " Acusavam-no, portanto, de vender os postos nos quais lhe cabia nomeação. Ao remeter essa carta ao governador de Pernambuco, D. João de Sousa, esse deu o seu parecer. Em todas as acusações, defendeu as atitudes tomadas pelo capitão-mor, no caso em específico das vendas dos ofícios afirmou que "não constava positivamente" tal atitude, no entanto, acreditava que as pessoas que conseguiram os postos seriam agradecidas ao capitão-mor, dando a entender que seriam bons servidores da Coroa. Ainda afirmou que essas queixas pareciam ser mais fundadas no ódio do que na razão. E após toda a defesa feita, concluiu que o não absolvia por inocente, nem o condenava por culpado e que no tempo que ele serviu sob sua autoridade ele o julgou "sempre mais apto dos empregos militares pelo seu valor, do que suficiente pelos governos políticos pela sua disposição. "[382]

381 CARTA do juiz ordinário da Paraíba, António de Sousa Figueiroa, ao rei [D. Pedro II], sobre a forma como o ouvidor-geral de Pernambuco, Dionísio de Ávila Vareiro, tirou residência a Alexandre de Sousa de Azevedo, do tempo que serviu como capitão-mor da Paraíba, de que remete treslado do auto de testemunhas. AHU-PB, Cx. 2, D. 133.

382 CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. Pedro II, sobre a carta dos oficiais da Câmara da Paraíba acerca do mau procedimento do capitão-mor, António da Silva Barbosa, no governo da capitania. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 2, D. 139.

O foco em questão nesse momento da análise é o fato de o capitão-mor obter rendas extras por meio da venda de postos de sua nomeação. No entanto, muito chamou atenção o amparo feito pelo governador de Pernambuco, que diante de todas as acusações, defendeu Antônio da Silva Barbosa, chegando até mesmo a justificar a venda desses postos como possíveis pessoas leais no serviço da Coroa. E de forma quase cínica, após defendê-lo em todos os aspectos, ainda afirmou que não estava considerando-o culpado ou inocente e que ele era melhor como um servidor meramente militar do que como um governante, tentando justificar mais uma vez as possíveis arbitrariedades cometidas pelo capitão-mor.

Em uma consulta do Conselho Ultramarino de 1709, a respeito das representações que fizeram os camarários da Paraíba sobre a proibição da prática comercial por parte dos agentes governativos, reclamavam os oficiais que com base nessa nova ordem, os capitães-mores de lá receberiam um acrescentamento em seus soldos, o problema é que esse aumento seria custeado pelos moradores da capitania, o que gerou grande descontentamento. O procurador da Coroa respondeu que, pela sua experiência no ultramar, nenhuma coisa era tão conveniente quanto a proibição do comércio aos governadores. No entanto, ele não sabia se apenas a proibição seria o suficiente, pois muito provavelmente os governantes, além de aproveitar do aumento do soldo, continuariam a comercializar, o que de fato ocorreu, como já foi visto em alguns casos destacados. Terminou sua resposta afirmando que, apesar de início parecer ruim aos povos esses novos tributos para arcar com os soldos mais altos, no final, esse sacrifício valeria a pena.[383]

Após o parecer do procurador, o Conselho deu o seu parecer geral e alguns conselheiros também emitiram suas opiniões separadamente. No parecer geral foi afirmado que a Coroa deveria permitir que os capitães-mores da Paraíba pudessem comercializar como qualquer outro particular contanto que:

> em tal forma em que não estanquem as fazendas, nem façam aquelas vexações que se faziam tão intoleráveis aos povos, porque não sendo assim, é acrescentar mais um mercador em quem aqueles vassalos acham maiores conveniências e também o é para o Reino de que os tenha mais ricos e se acrescentam as casas por este caminho, dando-se também ocasião a que procurem os governos as pessoas assim de maior nobreza, como da melhor graduação de serviços, o que não se sucede assim, não tendo aqueles interesses que os obriguem a largar a companhia de seus parentes e filhos, pois é sem dúvida que por maiores que sejam os acrescentamentos dos soldos, não poderão chegar para os sustentar, conforme as obrigações de suas pessoas e ainda para as despesas de seus transportes , assim a ida para os seus governos, como em se recolherem a esta corte que são incontáveis e que se suaviza com terem aquele negócio lícito, e não ser justo neste caso que pelo desconcerto de alguns governadores se

383 AHU-Códice 265, f. 215-215v

> castigassem as partes, devendo-se só castigar as pessoas no mal que obrassem e que isto mesmo se devem observar...[384]

O primeiro dos pareceres separados foi o de Francisco Dantas Pereira. Em sua resposta aprofundou alguns detalhes da vida comercial dos governantes daquela capitania. Ele afirmou que os governantes, quando comercializavam naquela praça, traziam em maior abundância os gêneros que eram necessários para o sustento da população daquele lugar e que ao fim de seus triênios vendia tudo muito barato, "tirando o produzido em suas fazendas nos gêneros da terra, fazendo com que vão mais embarcações a elas, e que não sucede assim com os mercadores particulares..." Por essa razão, concluía Francisco Dantas Pereira, era necessário que a Coroa refletisse mais sobre essa matéria, pois quando os governantes não abusavam de sua prática comercial, isso era muito benéfico para a capitania e ainda evitaria a criação de mais tributos para a população.

Outro parecer foi dado por Antônio Rodrigues da Costa. Ele afirmou que a proibição deveria ser mantida, pois "tem mostrado a experiência que o comércio dos governadores nas conquistas tem sido o maior escândalo deles, pelas violências que com ele executam em grande e irreparável prejuízo dos povos..." Apesar de concordar com a proibição, defendeu que fosse revista a forma de recolhimento das novas rendas para arcar com o aumento do soldo dos governantes. Por fim, o último parecer foi dado por José de Freitas Serrão. Ele afirmou que essa matéria deveria ser discutida na câmara da Paraíba, onde seria debatida e votada. O resultado dessa reunião seria enviado à Coroa para que fosse novamente discutido para que assim se tomasse uma nova decisão.[385]

Essa consulta esclarece muitos elementos sobre o envolvimento comercial dos governantes e as opiniões decorrentes disso. A defesa geral para que isso continuasse, era de que os capitães-mores da Paraíba seriam apenas mais um comerciante na capitania, o que era algo positivo, pois trazia mais opções aos moradores, além de incentivar a vinda de mais embarcações àquele porto, o que era benéfico para o comércio geral da capitania, fator este reforçado por Francisco Dantas Pereira. Além disso, como detalhou este conselheiro, ao fim de seus triênios, costumavam vender seus produtos por preços menores do que os praticados, o que também era algo positivo para aquela população. Outro fator favorável a essa prática seria a maior atração que os postos de governo fariam às pessoas de maior consideração, pois era necessário um elemento chamativo que tirasse essas pessoas do conforto da companhia de

384 *Idem*.
385 *Idem*.

suas famílias para se aventurarem no ultramar. Esse aspecto foi analisado por Adriana Romeiro ao discutir sobre a questão dos ganhos lícitos e ilícitos dos governantes no ultramar. Segundo a autora, muito historiadores centralizaram suas análises tendo como foco a economia de mercês, justificando a vontade de servir dos agentes régios simplesmente pelo fato de poder fazer parte desse sistema. No entanto, ela destacou que é preciso ter em mente que essas pessoas queriam sim servir ao seu rei, mas somando-se a isso, elas também procuravam auferir lucros nessas empreitadas que não necessariamente implicava em um ato egoísta e desprovido da vontade de atuar em nome da Coroa, pois ao se desconsiderar esse aspecto, o historiador poder cair no erro de observar aquela sociedade simplesmente por meio dos símbolos de representação, não se aprofundando nas estruturas mais internas e humanas.[386]

No meio desse debate sobre a proibição ou não do comércio dos governantes da Paraíba, estava João da Maia da Gama, capitão-mor dessa capitania durante essa discussão. Em 1713, o rei enviou uma carta ao referido capitão-mor indagando sobre o comportamento dele na cobrança indevida de soldo aos camarários daquela capitania, conforme foi acusado pelo provedor da fazenda. Indignado com essa acusação, afirmou com toda sua retórica que se a carta não estivesse assinada com os selos da Coroa, jamais acreditaria nela, e que para se defender, iria explicar tudo "ainda que seja com extensão, por não poder ser menos. " Ao explicar que o aumento de seu soldo, que fora arcado pelos moradores daquela capitania, gerou muita insatisfação entre eles, afirmou que apenas solicitava que fosse pago a ele conforme havia sido decidido por ordem régia anterior, da mesma maneira como estava fazendo o governador de Pernambuco. Ele ainda explicou que lhe foi concedido o direito ao livre negócio, apesar da proibição, no entanto, isso foi infrutífero para ele, pois lhe foi dado em cima da hora de sua partida à Paraíba, por isso não teve tempo de fazer sociedade comercial nem remeter carregações para negócios e, em consequência disso, estava tendo muitos prejuízos em seu governo.[387]

Em uma outra carta de 1714, presente em uma consulta do Conselho Ultramarino, solicitou o mesmo governante uma ajuda de custo de quatro mil cruzados. Para justificar esse pedido, mais uma vez falou da referida proibição do comércio, no entanto que havia sido concedido a ele muito tardiamente o direito a essa prática, usando o mesmo argumento da

386 ROMEIRO, Adriana. *Op. Cit*, p. 36-37.
387 CARTA do capitão-mor da Paraíba, João da Maia da Gama, ao rei [D. João V], sobre a informação do provedor da Fazenda Real de que havia cobrado dos oficiais da Câmara três mil cruzados do seu ordenado, desde o dia em que tomou posse da capitania, como venciam seus antecessores. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 5, D. 342.

carta anterior, mas com algumas informações a mais. Ele afirmou que os governadores saem da corte com negócios estabelecidos previamente com os homens de negócio de lá, demonstrando que essa prática era um dos elementos mais básicos para aqueles que pretendiam comercializar durante os seus governos. O parecer do Conselho foi favorável a João da Maia da Gama, e ainda reforçou a argumentação de que os governantes que costumavam praticar comércio, já saiam do reino com contatos estabelecidos com os homens de negócio de lá, e que sem esse tipo de prática, "lhe é impossível começarem e tirarem lucro dos negócios que não podem fazer achando-se sem os meios necessários para ele. "[388]

Nessas cartas, foi possível de se observar as consequências da ordem régia sobre a proibição dos governadores de comercializar nas conquistas. Interessante de destacar a afirmação de João da Maia da Gama sobre ele não ter tido tempo o suficiente antes de sair da corte de estabelecer relações comerciais no reino para que pudesse tirar proveito disso enquanto estivesse na Paraíba. A partir dessa afirmação, que foi reforçada pelo Conselho Ultramarino, fica esclarecido mais uma forma como esses agentes costumavam organizar-se em suas práticas comerciais.

Ainda envolvendo o referido capitão-mor, quando ele já estava de volta ao reino, em uma carta de 1720 é possível perceber que, apesar de ter afirmado várias vezes que o benefício dado a ele de comercializar livremente naquela capitania não seria proveitoso, pois foi concedido muito em cima da hora, ele terminou envolvendo-se nessa questão. Afirmou, nessa carta, que, depois que foi embora da Paraíba, deixou nela seus escravos trabalhando em um engenho de açúcar e estava pedindo que o material produzido nesse engenho pudesse ser remetido o mais brevemente para o reino, pois ele já tinha gastado muito e estava precisando de recursos.[389] Dessa maneira, é possível constatar que, mesmo sem o tempo necessário para se organizar com os homens de negócio de Lisboa para melhor comercializar, João da Maia da Gama conseguiu envolver-se na produção e venda de açúcar.[390] A relação dos governantes daquela capitania com o açúcar parecia ser uma situação comum, pois, em 1736, o então capitão-mor da Paraíba, Pedro Monteiro de Macedo, escreveu uma carta solicitando que, pela

388 CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre a representação do capitão-mor da Paraíba, João da Maia da Gama, solicitando quatro mil cruzados de ajuda de custo, pelas diligências que fez para evitar a sublevação da capitania e de Pernambuco. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 5, D. 344.

389 REQUERIMENTO de João da Maia da Gama, ao rei [D. João V], solicitando provisão para que todo seu açúcar, que tiver na Paraíba, possa navegar livremente para Pernambuco. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 5, D. 372.

390 Sobre a atuação desse capitão-mor na capita da Paraíba, destaca-se a dissertação desenvolvida por Isabela Bezerra, que dentre outros tópicos, também abordou a questão do envolvimento dos governantes no comércio e o posicionamento de João da Maia da Gama sobre isso. BEZERRA, Isabela Augusta Carneiro. *A serviço D`el-Rei*: O governo de João da Maia da Gama na Capitania da Paraíba (1708 – 1717). 2015. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

falta de dinheiro na capitania, ele pudesse pagar um empréstimo que tinha feito à Coroa por meio do açúcar que possuía, da mesma forma como o seu antecessor também o tinha feito.[391] Ou seja, tanto ele como seu antecessor, possuíam açúcar naquela capitania. Fica a questão se eles estavam de fato comercializando esse produto.

Em 1725, o capitão-mor da Paraíba, João de Abreu Castel Branco, escreveu uma carta ao rei relatando que os oficiais da câmara daquela capitania proibiram a extração das cascas de mangue nas proximidades do rio Paraíba, justificando que esse tipo de atividade era prejudicial aos mariscos que vivam naquela área. No entanto, segundo o capitão, essa proibição era prejudicial para as atividades econômicas, uma vez que esse material era utilizado na fabricação do couro de boa qualidade para exportação. Os camarários, em resposta à carta do capitão-mor, alegaram que ele estava agindo apenas em interesse próprio, pois estava lucrando nessa exploração, deixando a entender que ele estava envolvido no processo de extração das cascas e envio delas a Pernambuco.[392]

No ano de 1732, foi determinado que o provedor do Rio Grande averiguasse os rendimentos e propinas que estavam recebendo os capitães-mores daquela capitania e que tudo isso fosse feito com bastante segredo para que eles não soubessem que estavam sendo investigados. O provedor afirmou que essa investigação deveria focar apenas no capitão-mor anterior, Domingos de Morais Navarro e que não existia necessidade de se investigar o atual, que era João de Barros Braga. Isso porque todos os postos já tinham sido providos pelo seu antecessor, por isso "não tem utilizado os emolumentos, que da maior parte dos postos milicianos e ditos ofícios poderia lhe resultar..." Na continuidade dessa carta, existe o registro do escrivão da provedoria do Rio Grande, onde ele detalhou todos os postos que costumavam prover os capitães-mores e os valores recebidos por isso. Afirmou ele que os postos de tenente e capitão costumavam pagar 4$000 réis, capitão de cavalo 6$000 réis, sargento-mor e tenente-coronel, 8$000 réis, comissário geral, capitão-mor e coronel, 12$000 réis. Além desses valores costumados, ainda existiam pessoas que pagavam de livre vontade outras quantias.[393]

A partir dessas informações, fica evidenciado uma prática costumeira de pagamentos pelo provimento de patentes a ponto de se possuir valores fixos por cada uma,

391 CARTA do capitão-mor da Paraíba, Pedro Monteiro de Macedo, ao rei [D. João V], sobre o empréstimo que recebeu da Coroa, de quatrocentos e oitenta mil réis, para a capitania, e a dificuldade em honrar o compromisso, devido à falta de moedas de ouro, por não ser essa cidade terra de negócio, e em razão da grande seca, não virem mineiros comprar cavalos. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx.10, D. 796.

392 DIAS, Thiago Alves. *Monopólio indireto*: colonização mercantil no norte do Estado do Brasil (c. 1710 - c. 1780)... *Op. Cit*, p. 208-209

393 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre cartas do provedor da Fazenda Real, Domingos da Silveira, e do capitão-mor do Rio Grande do Norte, João de Barros Braga, acerca do acrescentamento do soldo do capitão-mor. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 3, D. 170.

existindo, entretanto, casos de pessoas que pagavam mais para obtê-las. Como o rei determinou que toda essa investigação fosse feita em segredo, fica implícito que esse tipo de prática, apesar de comum, não deveria ser algo legal, pois como foi visto no início desse tópico, existia uma lista com todos os rendimentos que os governantes poderiam receber de propinas, e entre elas não estava o provimento de patentes. Além disso, destaca-se o fato de algumas pessoas pagarem valores superiores aos que já estavam estabelecidos, muito provavelmente para garantir a sua nomeação. O que estava acontecendo era um verdadeiro mercado de provimentos.

Em um conflito ocorrido entre 1735 e 1736 envolvendo o capitão-mor do Rio Grande, João de Teive Barreto e Menezes, com o provedor daquela capitania, Timóteo de Brito, Marcos Arthur Viana da Fonseca identificou um possível envolvimento comercial por parte do governante. O conflito teve início quando o rei determinou que os governantes acompanhassem as arrematações dos contratos dos dízimos nos sertões das capitanias. Para tal empreitada, solicitou o dito capitão-mor que recebesse uma ajuda de custo, tendo em vista que o provedor e demais oficiais que realizavam as arrematações também recebiam. O provedor negou o pedido, foi então a partir daí que se iniciou um longo conflito. Durante as trocas de acusações, o provedor afirmou que a presença dos capitães-mores nas arrematações era desnecessária e prejudicial, pois eles aproveitavam essas oportunidades para retirar as patentes de postos militares já concedidas para redistribuí-las, "além de concederem inúmeras datas de terras e outros meios ilícitos, como a venda de cavalos".[394] Tem-se aqui mais uma vez a questão dos postos militares, apesar de não afirmar que os capitães-mores estavam vendendo as patentes, com base no caso analisado anteriormente, pressupõem-se que sim. Ademais, um novo elemento apareceu que foi a venda de terras e cavalos, o que demonstra que de fato esses agentes aproveitavam o poder de seus cargos para usufruírem economicamente em benefício próprio.

Tratando agora do envolvimento comercial dos governantes do Ceará, em 1684, o almoxarife da capitania escreveu uma carta ao rei denunciando o então capitão-mor dela, Bento de Macedo de Faria, que permitiu que entrasse naquela capitania três navios holandeses, com os quais fez contratos e vendas, negociando madeiras, gados e cavalos. Ao ser confrontado pelo almoxarife que afirmou que aquilo era proibido, "fizera o capitão tão pouco caso disso, que o obrigara que aceitasse 60$000 réis..." Ao relatar tal situação ao provedor, este mandou que o almoxarife devolvesse esse dinheiro ao capitão-mor, pois era fruto de uma ilegalidade. Ao tentar devolver o dinheiro e reforçar que o capitão-mor tinha cometido um delito, afirmou que ele tentou prendê-lo, e por isso teve que fugir para Pernambuco. O Conselho Ultramarino

394 FONSECA, Marcos Arthur Viana da. O sertão, os dízimos e a ajuda de custo: conflitos de jurisdição na capitania do Rio Grande (1735-1736). *Historien* (Petrolina) , v. 1, 2014, p. 146.

determinou que deveria ocorrer uma investigação desse caso por parte do ouvidor de Pernambuco.[395] Infelizmente ainda não foram encontradas mais informações sobre esse caso para saber se de fato Bento de Macedo Faria estava negociando com os navios holandeses.

Em 1710, outra denúncia sobre o mau procedimento de um capitão-mor do Ceará foi feita. Dessa vez os atores envolvidos eram o desembargador Cristóvão Soares Reimão e o capitão-mor Gabriel da Silva Lago. O desembargador, que foi à capitania com a missão de tombar as terras concedidas naquele território, acusou o então governante de atrapalhar o seu exercício, além disso, ainda afirmou que ao solicitar que Gabriel da Silva Lago enviasse para ele o livro de registros das sesmarias para poder verificar se as concessões de terra estavam sendo feitas da maneira correta, teve seu pedido negado. Ao receber a recusa do capitão-mor em enviar esse livro, acusou o governante de tentar esconder irregularidades e falsidades registradas naquele livro, dando a entender que ele estava vendendo as sesmarias. O Conselho determinou que o ouvidor da Paraíba fizesse o exame dos livros de registros para verificar a existência de irregularidades, apesar disso, defendeu a atitude do capitão-mor de não enviar o livro para o sertão daquela capitania, pois corria o risco de perdê-lo.[396] Apesar da falta de confirmação se de fato o capitão-mor estava vendendo as terras, tem-se aqui mais uma acusação sobre esse tipo de prática, o que demonstra que mesmo não sendo o caso de Gabriel da Silva Lago, esse tipo de comércio existia e mostra mais uma forma que os governantes tinham de obter recursos por meio do uso de seus postos.

As acusações contra os governantes do Ceará com relação às formas de ganho financeiro, parecia ser algo constante. Em 1732, o ouvidor do Ceará escreveu uma carta relatando a situação de desmandos e criminalidade que acontecia naquela capitania e que tudo isso ocorria sob os olhos do então capitão-mor, Leonel de Abreu, "por certa quantidade de dinheiro que recebia, além das largas promessas que se lhe fizeram [...]".[397] De forma

395 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre a notícia dada pelo almoxarife Domingos Ferreira Pessoa acerca do capitão-mor do Ceará, Bento de Macedo de Faria, haver dado entrada a três navios holandeses e comerciado com eles. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 29.

396 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V], sobre as cartas do desembargador Cristóvão Soares Reimão em que se queixa da revista que se fez aos seus oficiais na diligência da medição das terras de Jaguaribe, bem como do procedimento do capitão-mor do Ceará, Gabriel da Silva Lago, para com ele. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 57. Carmen Alveal abordou esse mesmo caso, mas sob a perspectiva da jurisdição de conceção de terras que o capitão-mor do Rio Grande tinha, uma vez que existiam conflitos sobre esse direito com os governadores de Pernambuco. ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. *Converting Land into Property in the Portuguese Atlantic World*, 16th-18th Century. 2005. 387 f. Tese (Doutorado em História) – John Hopkins University, Baltimore. p. 175-176.

397 CARTA do ouvidor do Ceará, Antonio Loureiro Medeiros, ao rei [D. João V] acerca da situação de desmando e criminalidade na referida capitania, fomentada pelo capitão-mor Leonel de Abreu. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 2, D. 132.

semelhante, também acusou o ouvidor do Ceará, em 1785, o governante de então, João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri, de que ele enriquecia com

> os quantiozos e exorbitantes salários que costuma extorquir por cada petição, vendendo o trabalho dela juntamente com a sua intervenção [...] e a desgraça é que não há esperança de se poder impedir, e vedar uma desordem tão extravagante, mas antes, ela se arraigará cada vez mais com inaudita devassidão, como por um meio de se agradar o capitão-mor mencionado, e mais próprio para prevalecer e encobrir-se a injustiça e malícia de cada um [...] e a todos se atraem da brevidade e prontidão com que por um simples despacho proferido em uma petição, se consegue o pagamento de uma dívida, e o despejo e a posse de qualquer prédio, ou a decisão de qualquer negócio, que se demoraria mais [...]. [398]

A partir dessas acusações, o que se pode perceber é que os capitães-mores obtinham lucros por meio de "auxílios" àqueles que estivessem dispostos a pagar por isso, seja para fazer vista grossa contra alguns tipos de práticas, ou para intervir favoravelmente em casos de pessoas ou grupos, como muito bem descreveu o ouvidor do Ceará em 1785. Chama atenção o fato de o ouvidor ter destacado que esse tipo de comportamento iria tornar-se mais frequente caso nada fosse feito, uma vez que as pessoas estavam percebendo que, por essa maneira, conseguiam realizar seus objetivos de forma muito mais rápida e eficiente. Este caso é um exemplo significativo de práticas corruptas na sociedade colonial como Adriana Romeiro[399] muito bem chamou atenção para a existência delas, pois não apenas o governante tirava proveito disso, como a população também fazia uso, mesmo que fosse em malefício de outras pessoas.

***

Ao longo desse capítulo foi priorizada uma discussão envolvendo questões econômicas das Capitanias do Norte e de seus governantes. No primeiro capítulo, discutiu-se a questão das dignidades territoriais tendo como foco a questão das representações simbólicas e que isso implicava na construção das hierarquias governativas. Partindo do campo do simbólico para o material, pretendeu-se ao longo desse segundo capítulo demonstrar que a questão econômica tinha uma relação direta na construção das hierarquias espaciais. No entanto, como foi possível perceber, essa relação não era determinante, como foi demonstrado no primeiro tópico, que apesar de uma melhor situação financeira da capitania do Ceará durante boa parte do século XVIII em relação à Paraíba, esta continuou sendo detentora de um predicamento superior devido a uma tradição já estabelecida.

---

398 CARTA do [ouvidor do Ceará], André Ferreira de Almeida Guimarães, à rainha [D. Maria I], a queixar-se dos desmandos e violências do capitão-mor, João Batista de Azevedo Coutinho Montauri, contra a sua pessoa e a população da capitania, em especial à praticada contra um índio, chamado Braz, da casa de Bernardo Gomes Pessoa. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 10, D. 613.
399 ROMEIRO, Adriana. *Op. Cit.*

Como foi destacado no segundo tópico, os governantes das Capitanias do Norte possuíam um rico conhecimento sobre as potencialidades econômicas dos lugares que governavam, conhecimentos estes que poderiam ser obtidos antes ou durante os seus governos, e o que eles poderiam fazer para melhorar a situação financeira de suas capitanias. Já no terceiro tópico, o que foi visto foi o envolvimento direto desses agentes no trato comercial dos lugares onde governavam, colocando em prática o conhecimento obtido, dessa vez não para a melhoria da capitania, mas sim visando ganhos individuais, como bem demonstrou João da Maia da Gama, que afirmou que os governantes costumavam antes mesmo de sair do reino, estabelecer parcerias com os homens de negócio de Lisboa para chegarem nas conquistas já preparados para comercializar, ou seja, eles já sabiam como explorar comercialmente as capitanias que estavam destinados a governar. O que ocorria nesse processo era a transformação de informação em conhecimento, para depois ter uma aplicabilidade prática.

3 **“O ESPLENDOR DO SANGUE”: PERFIS, TRAJETÓRIAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS GOVERNANTES DAS CAPITANIAS DO NORTE**

Nos dois primeiros capítulos dessa tese foram abordados diversos elementos que demonstraram como a Coroa portuguesa e os seus agentes organizavam/enxergavam as conquistas ultramarinas de formas diferentes, atribuindo valores hierárquicos que eram justificados de diversas formas, como titulação dos postos governativos, soldos recebidos e arrecadação dos dízimos. Neste capítulo será analisada mais uma forma de reconhecer as diferenças hierárquicas entre as capitanias, que é identificando o perfil dos opositores e dos governantes, bem como a trajetória destes.

O estudo dos perfis e trajetórias dos governantes passou a ganhar algum destaque principalmente dos anos 2000 em diante. Vale relembrar que não era mais um estudo sob a perspectiva da antiga história política, como foi visto na introdução desta tese, mas sim sob a renovação historiográfica que expandiu os horizontes de possibilidades analíticas por meio desse método. Estudar o perfil e as trajetórias não têm mais como foco criar uma história biográfica como um objetivo final, mas sim como um meio para atingir outros patamares de análise que permitem uma melhor compreensão da história política/administrativa. Tendo isso em vista, este capítulo será dividido em três partes. A primeira irá tratar de como a historiografia abordou essa temática nos últimos anos; a segunda irá analisar o perfil dos opositores e governantes das Capitanias do Norte; e a terceira abordará as dinâmicas de funcionamento dos processos de seleção, tentando identificar de forma mais objetiva os critérios adotados pelo Conselho Ultramarino para nomear os agentes governativos das capitanias estudadas.

3.1 **Governantes pelo ultramar**

Foi afirmado que os estudos sobre os governadores coloniais voltaram a ganhar destaque principalmente dos anos 2000 em diante, no entanto, dois trabalhos anteriores a isso tiveram grande relevância sobre essa temática. O de Ross Bardwell,[400] de 1975, e o mais recente, o de Russell-Wood,[401] de 1998. Esses dois trabalhos foram de grande importância, pois ampliaram as perspectivas da análise sobre as trajetórias dos governantes de uma forma muito expansiva, pois o recorte, tanto cronológico, como espacial, foi significativamente grande, o que

400 BARDWELL, Ross Little. *The governor of Portugal’s South Atlantic Empire in the Seventeenth Century*: Social Background, Qualifications, Selection and Reward. Ann Arbor, Michigan: University Microfilms International, 1975.
401 RUSSELL-WOOD, A. J. R. Governantes e agentes. In: BETHENCOURT, F. e CHAUDHURI, K. (dir.). *História da expansão portuguesa*, vol. 3. Lisboa: Temas & Debates, 1998, p. 169-192.

possibilitou um olhar mais geral sobre essa perspectiva de análise. Vale destacar também o trabalho de Dauril Alden, que apesar de não ter como foco principal uma análise sobre trajetórias e perfis, muito contribuiu para a expansão dos debates envolvendo os governantes coloniais.[402]

O trabalho de Alden, apesar de focar em apenas um governador, foi um excelente exemplo de mudança na perspectiva analítica sobre o estudo das trajetórias na história política, fazendo a ligação entre aspectos contextuais e individuais para o entendimento mais efetivo das dinâmicas políticas. Já trabalho de Bardwell, muito mais extenso em termos de pessoas e lugares abordados, adotou uma perspectiva mais institucional sobre o funcionamento das políticas de nomeação da Coroa portuguesa. Importante ressaltar que esse foi um dos primeiros estudos a se preocupar com os opositores que não conseguiram ser nomeados, demonstrando como as possibilidades de análise são vastas. Por fim, o trabalho de Russell-Wood foi o mais abrangente. Ele abordou as estruturas administrativas e políticas espalhadas pelo ultramar; analisou um pouco sobre os critérios de seleção dos governantes; as relações de parentesco e as consequências em decorrência desse tipo de influência; a qualidade social dos governantes designados aos postos governativos mais altos; as trajetórias de alguns agentes e outras temáticas tocando justiça e fazenda. Russell-Wood ainda teve o mérito de destacar a escassez de trabalhos sobre essa temática e mostrar as diversas possibilidades de se trabalhar com esses elementos, o que pode ter incentivado o surgimento das novas pesquisas. O panorama geral analisado por esses trabalhos possibilitou o surgimento de novas análises mais específicas que aprofundaram a discussão sobre os governantes ultramarinos.

Em sua pesquisa sobre os governantes coloniais da Coroa portuguesa, Ross Little Bardwell afirmou que todos os governadores estudados por ele, 110 no total, possuíam muitos anos de experiência no serviço militar em momentos cruciais de campanhas na história de Portugal. No entanto, na maneira como ele afirmou, deixa a entender que esse perfil representava a totalidade dos governantes coloniais. "No chief colonial administrator was appointed who had not attained a commissioned rank and had not served his Majesty for many years in crucial military campaigns or seen action in combat (guerra viva)."[403] Ao se estudar o perfil dos governantes, principalmente de capitanias consideradas menos importantes, é possível perceber que essa afirmação não corresponde de forma integral ao quadro encontrado. Algumas pessoas eram nomeadas com pouquíssima experiência militar, tanto nos anos de

402 ALDEN, Dauril. Royal government in colonial Brazil. With especial reference to the administration of the marquis of Lavradio, Viceroy. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1968.
403 BARDWELL, Ross Little *Op cit*, p. 7-8.

serviços, como também no tipo de experiência que possuíam, muito longe de uma "guerra viva".

Bardwell abordou como a divisão em duas categorias de capitanias existentes no Brasil, as principais e as subordinadas, implicava na hierarquia militar das patentes de seus governantes. No entanto, o autor apontou que mesmo com essa divisão, tinham casos que fugiam a essas regras, dando como exemplo Luís Nunes de Carvalho, que foi governante da Paraíba e sua patente era de mestre de campo.[404] Tal caso mostra como de fato essa divisão entre principais e subordinadas não é o suficiente, conforme já foi discutido no primeiro capítulo desta tese, pois ela não é capaz de demonstrar como existiam situações que fugiam desse enquadramento. Oficialmente, a Coroa poderia dividir usando apenas essas duas categorias, mas ela mesma tomava atitudes que demonstravam que existiam outros espaços que não pareciam se encaixar na sua própria delimitação, como é o caso da Paraíba.

Avançando para os estudos mais recentes, grande relevância sobre essa temática têm os trabalhos de Nuno Gonçalo Monteiro e Mafalda Soares da Cunha, dando-se destaque principalmente ao capítulo deles na obra *Optma pars.*[405] Em uma vasta análise sobre o perfil e circulação dos governantes do Império português, Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo Monteiro analisaram os governantes do atlântico sul por mais de dois séculos, totalizando mais de 1000 nomes estudados. Antes de entrar na discussão do tema propriamente dito, eles fizeram uma breve reflexão sobre a hierarquia das nobrezas no Antigo Regime português, apontando como existia um topo da pirâmide consolidado entre poucas e grandes famílias, e uma base extensa e diversificada difícil de classificar de uma forma mais esquemática. Ao topo da pirâmide estavam reservados os serviços e cargos mais destacados do Império, então, o que poderia ser visto de princípio como um mecanismo de mobilidade social e abertura, na verdade servia para consolidar aqueles que já estavam ocupando uma posição de destaque nessa hierarquia. Era isso que acontecia com os governos-gerais e vice-reinados, normalmente ocupados por pessoas de alta qualidade social que ao assumirem esses governos, ao invés de representar uma ascensão, representava uma consolidação de um espaço ocupado. Tendo isso

404 *Ibidem*, p .144.

405 CUNHA, Mafalda Soares da e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In: MONTEIRO, Nuno, CARDIM, Pedro e CUNHA, Mafalda Soares (orgs.) *Optima Pars*. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime. Lisboa: ICS, 2005. Essas mesmas conclusões também foram apresentadas no livro Modos de Governar. CUNHA, Mafalda Soares da. Governo e governantes do Império português do Atlântico. In: BICALHO; FERLINI. *Modos de governar:* ideias e práticas políticas no Império português. São Paulo: Alameda, 2005; MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de governar*: ideias e práticas políticas no Império português (séculos XVI-XIX). São Paulo: Alameda, 2005.

em vista, ficou muito perceptível uma diferença cada vez maior entre uma nobreza de corte e outra de província/conquistas que refletia de forma direta na circulação e ocupação dos postos governativos por esses grupos.[406] Uma constatação feita pelos autores que reforça esse argumento foi a de que se alcançava governos ultramarinos superiores de forma mais rápida do que uma promoção dentro do reino, uma vez que os principais cargos do reino eram muito mais restritos.[407]

A análise foi separada em dois períodos, o primeiro entre os anos de 1578 e 1700 e o segundo entre os anos de 1701 a 1808. Um elemento que chama atenção nessa separação diz respeito aos mandatos individuais de cada período. Enquanto no primeiro foram totalizados 665, no segundo foram 490. Este menor número foi um reflexo da mudança de políticas governativas nas quais os mandatos dos governantes passaram a ser maiores do que os usuais três anos.[408]

A respeito dos perfis sociais dos governantes pelo Atlântico, Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo Monteiro fizeram uma caracterização dividida em recortes geográficos. Destacaram, de início, as praças do Norte da África, que possuíam um forte valor simbólico, principalmente devido ao histórico de lutas contra os mouros. Dessa maneira, foi identificado um "absoluto exclusivismo fidalgo" entre os governantes dessas praças.[409] Já com relação ao governo de Angola, apesar de ser considerado um posto bastante atrativo onde a maioria das pessoas que o exerceram pertenciam à fidalguia, comparado às praças do Norte da África, as qualidades sociais não eram tão elevadas. Os autores destacaram que o principal fator de atratividade e valorização de Angola era o tráfico de escravos no qual os governantes podiam obter lucros consideráveis.[410] Portanto, era uma valorização econômica do espaço, enquanto no primeiro caso a valorização era simbólica/militar.

Ao falar da América portuguesa, como já foi discutido no primeiro capítulo desta tese, é feita uma distinção inicial entre o governo-geral e o das demais capitanias, existindo ainda uma separação entre capitanias principais e subalternas. Analisando o perfil social dos governadores-gerais, os autores destacaram, que entre os anos de 1591 e 1702, dos 28 governadores 21 pertenciam à primeira nobreza, equivalendo 75% do total. Esses números demonstram como de fato esse cargo era reservado a mais alta estratificação social do Reino, e, como os autores argumentaram, ocupar esse posto não representava uma ascensão na

406 *Ibidem*, p. 195-197.
407 *Ibidem*, p. 207.
408 *Ibidem*, p. 214.
409 *Ibidem*, p. 217-218.
410 *Ibidem*, p. 220.

trajetória do indivíduo, mas sim a consolidação de um espaço já ocupado.[411] No que diz respeito às capitanias principais, foi identificado um número significativo de fidalgos e outras distinções, como cavaleiros do Hábito de Cristo. Nas capitanias menos importantes, essa qualidade social cai drasticamente, cerca de 4% apenas desses agentes possuíam um título de fidalguia, o que demonstra uma diferença realmente significativa entre esses espaços governativos que eram diferentemente hierarquizados.[412]

Sobre a naturalidade dos governantes, os autores destacaram que no século XVIII houve um grande aumento no número de reinóis, quase não existindo mais naturais da América sendo nomeados para os governos principais e até mesmo das capitanias subordinadas, apesar dessa mudança ter sido menos significativa. Na Paraíba, por exemplo, dos 11 capitães-mores da segunda metade do XVII, cinco eram naturais da América.[413]

Analisando a circulação dos agentes governativos, dessa vez incluindo também os do Oriente, os autores perceberam que existia uma separação evidente entre os dois lados do Império. Quem circulava pelo Oriente, costumava circular exclusivamente por lá. O mesmo pode ser dito do inverso. Isso não representava 100% dos casos, vale destacar, no entanto, era a maioria.[414] Por meio da análise da circulação desses agentes, os autores os classificaram em quatro grandes grupos. O primeiro grupo era formado por indivíduos que circularam apenas pelo Oriente e não ascenderam em suas trajetórias governativas. O segundo grupo era constituído por pessoas que conseguiram avançar em suas trajetórias, passando de uma capitania subalterna para uma principal, ou desta para um governo-geral/vice-reinado. Eles representavam o menor desses quatros grupos e o que se pôde perceber é que existia uma circulação muito plural deles, passando por diversos espaços diferentes, inclusive entre o Oriente e o Ocidente. O terceiro grupo era equivalente ao primeiro, formado por pessoas que circularam exclusivamente por governos menores do Atlântico, sem um crescimento significativo em suas trajetórias. Já o quarto grupo seria formado por pessoas que assumiram apenas um governo e não tiveram mais nenhuma experiência do tipo.[415]

Essas categorias criadas pelos autores são importantes elementos para compreender melhor como a Coroa portuguesa organizava a distribuição dos governos de seus territórios. Elas servirão de base para a análise a ser feita ao longo desse capítulo, que pretende especializar ainda mais a aplicabilidade dessas categorias.

411 *Ibidem*, p.223.
412 *Ibidem*, p. 225-226.
413 *Ibidem*, p. 226.
414 Ibidem, p. 227-228.
415 *Ibidem*, p. 227-230.

As análises de Maria de Fátima Gouvêa também foram de grande importância para esse debate, com destaque para o seu capítulo no livro o *Antigo Regime nos Trópicos*.[416] Nele, a autora teve como objetivo repensar a natureza das trajetórias administrativas a partir de um entendimento da gestão governativa da Coroa portuguesa, destacando conexões político-administrativas que ligavam determinadas áreas do Atlântico Sul. Nesse capítulo, a autora começou a esboçar a ideia de redes governativas, que foi melhor desenvolvido em seu trabalho publicado no livro Na trama das Redes.[417] Preocupada em entender como se construiu a governabilidade colonial, a autora indicou como foi importante para Portugal o processo de união com a Espanha, pois a partir desse contato uma série de mecanismos e instituições foram estabelecidos, ocorrendo dessa forma a "institucionalização da governabilidade."

Ao destacar a ideia de Império conectado, apontou a invasão holandesa a Pernambuco, em 1630, e posteriormente a Angola, em 1641. Isso porque os holandeses tinham conhecimento daquilo que já era obvio para os portugueses, a necessidade do fornecimento da mão de obra africana para a produção do açúcar em Pernambuco. Para fundamentar mais essa ideia, afirmou que a criação da Repartição Sul, na América, foi uma forma que a Coroa portuguesa encontrou para melhor viabilizar a reconquista de Angola, uma vez que Salvador Correia de Sá, governador dessa repartição, foi encarregado dessa tarefa. Nesse trabalho ela também abordou a questão da elevação do Brasil à condição de Principado. Esta elevação teria sido uma estratégia da Coroa como uma tentativa de elevar o estatuto daquela conquista e, dessa maneira, demonstrar aos súditos que lá viviam e atuavam, que aquele era um território de importância para a Coroa. Vale destacar que essa elevação ocorreu poucos anos após a Restauração portuguesa, consequentemente, a dinastia de Bragança procurava consolidar a fidelidade de suas conquistas.

A elevação do Brasil a Principado não foi a única estratégia adotada pela Coroa. Em 1653 o Brasil passaria a ter direito de representação nas Cortes, o que implicaria na ideia de pacto entre o rei e seus vassalos e como aquele estava disposto a ouvir as pautas apresentadas pelos seus subordinados. A autora apontou que, apesar de não se poder fazer uma ligação direta de causa e efeito, a expulsão dos holandeses da América ocorreu um ano após essa determinação, podendo-se dessa maneira conjecturar que tal atitude tenha auxiliado no

416 GOUVÊA, Maria de Fátima. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos:* A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
417 GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680 – 1730. In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes*: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

fortalecimento dos sentimentos de vassalagem dos súditos luso-brasileiros e do não reconhecimento de um reino estrangeiro no território português.

No primeiro momento do texto, foi apresentado uma série de elementos para demonstrar, em um contexto mais geral, como a governabilidade das conquistas ultramarinas foi se desenvolvendo por parte da Coroa, dando foco principalmente aos acontecimentos do século XVII. Talvez, por apresentar uma proposta de análise vasta em apenas um capítulo de livro, muitos dos exemplos trabalhados não foram aprofundados o suficiente, apesar disso, a autora conseguiu desenvolver sua ideia sem maiores prejuízos, demonstrando um contexto geral de acontecimentos, preparando o caminho para o foco de sua análise, que são as trajetórias administrativas.

Preocupada mais com as trajetórias de alguns governadores-gerais/vice-reis, a autora apontou como esse posto possibilitou algumas permanências no sentido de tornar possível a criação de uma memória administrativa que auxiliava na prática governativa. Essa memória era compartilhada por um seleto grupo de indivíduos que conseguiam circular por determinadas áreas administrativas. Dessa maneira, um pequeno grupo de famílias detinham o controle de acesso aos principais postos governativos do Império português, e isso implicava em uma série de privilégios e benesses para as pessoas que estavam inseridas nesse circuito. Outro elemento que merece destaque sobre essas trajetórias, diz respeito à natureza multicontinental delas em que diversos agentes passavam pelo mesmo cargo, no entanto, em lugares diferentes, o que permitia a acumulação de experiência.

Antes de continuar o desenvolvimento sobre as trajetórias governativas, mencionou o caso da magistratura como mais um elemento do "corpo governativo ultramarino português". Baseando-se no trabalho de Schwartz,[418] ela apontou como esse autor destacou dois tipos de carreira na magistratura portuguesa: uma no ambiente Atlântico, deslocando-se entre Portugal, África, Ilhas Atlânticas e Brasil; a outra que se desenvolvia pelo Estado da Índia. Em ambos os casos, o sucesso na carreira do indivíduo era marcado pela sua nomeação para a Casa da Suplicação de Lisboa. Dessa maneira, foi identificado um circuito na carreira da magistratura portuguesa que não era aleatório, mas sim dotado de um sentido. Com isso, Fátima Gouvêa procurou trazer mais um elemento para corroborar com a ideia de que as trajetórias administrativas faziam parte de uma lógica de governabilidade portuguesa.

Em uma tentativa de concretizar mais suas ideias, a autora descreveu a trajetória de cinco agentes governativos. Nesses cinco exemplos, destacou que todos eles passaram por

418 SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial.* São Paulo: editora perspectiva, 1979.

diversos cargos considerados importantes e ocuparam mais de um governo pelas conquistas. Para ela, esses casos explicitavam a associação gradativa entre cargos importantes a pessoas importantes, construindo dessa maneira uma "elite imperial". Uma característica que unia essas pessoas era a circulação por diversas espacialidades e postos, fazendo com que se criasse uma memória administrativa a partir do acúmulo de informações e da formação de uma visão mais alargada do império como um todo.

Colocando de lado as trajetórias administrativas, a autora chegou ao terceiro e último momento do seu texto, dando foco nas mudanças ocorridas ao longo da segunda metade do século XVIII. Destacou-se nesse momento a criação de um tribunal da relação no Rio de Janeiro e a transferência da capital também para esta capitania. Além disso, fazendo parte desse cenário de mudanças administrativas na gestão das conquistas portuguesas, as reformas pombalinas passaram a se preocupar com a formação de um grupo de homens capacitados para pôr em prática esses novos ideais. Somando-se a isso, ganham destaque também as expedições científicas como uma tentativa de conhecer melhor o território e, dessa maneira, explorá-lo economicamente de forma mais eficiente. Essas expedições não tinham um caráter apenas econômico, mas também político, uma vez que dotavam a Coroa de informações úteis no que se tratava da implementação da soberania portuguesa em suas conquistas.

Fátima Gouvêa estruturou o seu texto em três partes: na primeira construiu uma contextualização geral do espaço que ela estava tratando e como foi possível desenvolver a ideia de governabilidade apontada pela autora dentro desse cenário; na segunda, tratou das trajetórias administrativas como uma marca da governabilidade portuguesa, apresentando, no entanto, apenas cinco casos de forma muito breve, mas que corroboraram com a ideia defendida; na terceira abordou as mudanças mais significativas que ocorreram, principalmente na América portuguesa, ao longo da segunda metade do século XVIII. A partir dessa estruturação a autora conseguiu demonstrar como a Coroa portuguesa desenvolveu uma lógica governativa que tinha na distribuição dos agentes governativos pelas conquistas um sentido hierarquizador. Nas palavras da autora:

> Tem sido assim identificado um processo no qual a construção dessas trajetórias tornou possível a combinação de uma política de distribuição de cargos, e, portanto, de mercês e privilégios, a uma de hierarquização de recursos humanos, materiais e territoriais por meio do complexo imperial.[419]

419 GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português... *Op. Cit,* p. 287.

Mais uma importante pesquisa que abordou as trajetórias governativas na América portuguesa, foi a de Francisco Carlos Cosentino sobre o governo-geral entre os séculos XVI e XVII, principalmente o seu livro baseado em sua tese.[420] Assim como nos trabalhos anteriormente citados, estava presente a preocupação em fazer um estudo utilizando as trajetórias como um mecanismo de análise que possibilita expandir os horizontes interpretativos sobre a história política administrativa.

Ao analisar o perfil social dos governadores-gerais, Cosentino constatou que todos eles eram importantes fidalgos da casa real e que, dentre os 34 governantes estudados pelo autor, pelo menos 10 faziam parte da nobreza titulada, que era a mais alta hierarquia na classificação social. Um outro elemento interessante sobre o perfil desses homens é que a maioria deles não possuíam experiência prévia na América, sendo o governo-geral o primeiro contato deles naquele território.[421] Além da referida obra, avançando nas pesquisas sobre as trajetórias e a relação existente entre esse mecanismo e a criação de hierarquias político-administrativas, produziu mais dois importantes trabalhos já referidos no primeiro capítulo desta tese.[422]

Outro historiador a se aprofundar nos debates sobre as trajetórias governativas foi Fabiano Vilaça dos Santos, que vem estudando os governantes do Estado do Grão-Pará e Maranhão e dos governos formados naquela região após algumas reformulações administrativas durante a segunda metade do século XVIII. Sobre o Estado do Grão-Pará e Maranhão, em sua pesquisa resultante de sua tese, o autor destacou como os seus governadores, de uma forma geral, possuíam perfis semelhantes: militares experientes e que possuíam teias de relacionamentos na Corte.[423]

Ao longo dos anos, Vilaça expandiu seu recorte cronológico e passou a trabalhar com a segunda metade do século XVII e a primeira metade do XVIII, abordando não apenas mais os governadores como também os capitães-mores. Ao analisar o perfil dos governadores do Estado do Maranhão e Grão-Pará, ao longo da segunda metade do século XVII, Fabiano Vilaça dos Santos constatou que dentre os 10 nomes estudados, quatro eram capitães antes de suas

420 COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores Gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII***)**: ofício, regimentos, governação e trajetórias. São Paulo: Annablume, 2009.
421 Ibidem, p. 125-128.
422 COSENTINO, Francisco Carlos. O ofício e as cerimônias de nomeação e posse para o governo-geral do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII). In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de governar*: ideias e práticas políticas no Império Português (séculos XVI a XIX). São Paulo: Alameda, 2007, p. 140. COSENTINO, Francisco Carlos. Hierarquia política e poder no Estado do Brasil: o governo-geral e as capitanias, 1654-1681. *Topoi*. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 515-543, jul./dez. 2015. Disponível em: <www.revistatopoi.org>.
423 SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O governo das conquistas do Norte*: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780). São Paulo: Annablume, 2011, p. 98.

nomeações para aquele governo.[424] Tal constatação seria uma indicação de que aquele Estado, naquele período, não exercia uma atratividade grande entre pessoas mais qualificadas militarmente. Complementando sua análise, ele também destacou os símbolos de distinção social que esses governantes possuíam. Quase todos possuíam foro de fidalguia e alguns hábitos de ordens. Comparando o perfil desses governantes com o dos governadores-gerais da Bahia, Fabiano Vilaça dos Santos constatou que, de fato, estes estavam em um patamar superior em termos de qualidade social e hierarquia militar.[425]

Em um outro estudo sobre as trajetórias de governantes, Fabiano Vilaça dos Santos fez uma análise comparativa entre essa categoria de agentes do Estado do Maranhão e Grão-Pará, entre os anos de 1702 e 1751, e os governadores do Estado do Grão-Pará e Maranhão, entre os anos de 1751 e 1780, tentando perceber se a mudança da capital administrativa implicou em alguma alteração no perfil e trajetória desses governantes.[426]

Ao analisar o perfil social e as qualidades e distinções que esses homens possuíam, o autor constatou um perfil relativamente semelhante entre os governadores dos dois períodos abordados. Um predomínio de títulos de fidalguia na maioria dos nomes, bem como um hábito da Ordem de Cristo. Um diferencial que surgiu foi a familiatura do Santo Ofício, presente em quase todos os governadores do Grão-Pará e Maranhão e apenas um dos governadores do Estado do Maranhão e Grão-Pará chegou a obtê-la.[427]

No que diz respeito às experiências governativas prévias, Santos percebeu que não foi algo muito presente entre os homens estudados. Dentre os 12 agentes, apenas quatro já possuíam experiências no governo de outras capitanias e quatro chegaram a assumir outros governos após a experiência no Maranhão e Grão-Pará/Grão-Pará e Maranhão, totalizando sete pessoas com mais de um governo em suas trajetórias.[428] Isso demonstra que não existia uma exigência de experiência prévia para assumir o governo estudado, no entanto, também demonstra uma circulação governativa relevante entre os agentes daquele Estado, uma vez que mais da metade desses agentes governaram mais de uma capitania.

---

424 SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Governadores e capitães-generais do Estado do Maranhão e Grão-Pará (1642-1701): apontamentos sobre qualidade social e trajetórias. In: SANTOS, Fabiano Vilaça dos; RIBEIRO, Mônica da Silva. (Org.*). Impérios Ibéricos no Antigo Regime*: governo, agentes e dinâmicas políticas e territoriais (séculos XVII-XVIII). 1ed.Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, v. 01, p. 65.
425 Ibidem, p. 66-69.
426 SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Governadores e capitães-generais do Estado do Maranhão e Grão-Pará e do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1702 a 1780): trajetórias comparadas. *REVISTA CRÍTICA HISTÓRICA*, v. 8, 2017, p. 41.
427 *Ibidem*, p. 46-48.
428 *Ibidem*, p. 51-58.

Analisando agora os capitães-mores que assumiram o governo da capitania do Pará durante a primeira metade do século XVIII, Fabiano Vilaça dos Santos reconstituiu o perfil e a trajetória desses homens. Um aspecto que chama atenção sobre a circulação deles antes de assumirem o governo é que não existiu um padrão definido. Foram seis nomes estudados e dentre eles três já tinham passado ou já estavam no Pará, enquanto o restante não tinha circulado em canto algum da América.[429] Com relação à qualidade social, o autor destacou uma dificuldade em identificar elementos que possibilitassem traçar com mais detalhes as trajetórias desses homens, pois nenhum possuía um hábito de ordem e apenas um possuía o título de fidalguia.[430] A ausência de símbolos de distinção é uma característica comum entre esses agentes governativos que não ocupavam os postos mais destacados de governo, algo muito semelhante ao que foi encontrado entre os capitães-mores do Rio Grande e do Ceará.

Sobre os critérios de seleção desses governantes, ao analisar as consultas de nomeação deles, Fabiano Vilaça destacou um interessante caso no qual ao justificar a escolha de João de Barros da Guerra, o Conselho Ultramarino afirmou que era conveniente que fosse nomeado para aquele governo alguém que possuísse experiência em guerras contra outras nações na Europa e as pessoas que apenas serviram nas capitanias da América não tinham passado por esse tipo de experiência. Segundo Santos, tal preocupação do Conselho veio a ser fortalecida principalmente após os conflitos da Guerra de Sucessão Espanhola. [431] A preocupação com a experiência em guerras era uma constante entre os conselheiros, não apenas para as capitanias estudadas por Santos, mas como também para diversos outros lugares da América, como será visto ao longo desse capítulo.

Mônica da Silva Ribeiro foi mais uma historiadora a destacar a importância dos estudos das trajetórias como mecanismo de análise sobre a gestão política da Coroa portuguesa como um todo. Em um capítulo recentemente publicado, a autora abordou a ideia de pluricapitalidades, já abordada no primeiro capítulo desta tese, e como essa organização hierárquica refletia no perfil dos governantes.[432] Ao analisar o perfil e trajetórias dos governadores do Rio de Janeiro entre os anos de 1690 e 1763, Ribeiro destacou a questão da experiência governativa deles antes de assumirem a capitania do Rio. Dos 12 nomes analisados,

429 SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Os capitães-mores do Pará (1707-1737): trajetórias, governo e dinâmica administrativa no Estado do Maranhão. *Topoi (Online*): *revista de história*, v. 16, 2015, p. 669-671.
430 *Ibidem*, p. 672.
431 *Ibidem*, p. 673.
432 RIBEIRO, M. S. Administração e hierarquias no Estado do Brasil: governadores do Rio de Janeiro, 1690-1763. In: Ribeiro, Mônica da Silva; Santos, Fabiano Vilaça. (Org.). *Impérios Ibéricos no Antigo Regime* : governo, agentes e dinâmicas políticas e territoriais (séculos XVI-XVIII). 1ed.Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 107-125, p. 109.

seis deles já tinham passado por outros governos. Além disso, quatro governadores foram nomeados para governar outras capitanias após suas experiências no Rio de Janeiro, o que mostra, segundo a autora, que para assumir o governo fluminense, era necessário possuir, além da experiência militar, também experiência administrativa.[433] Além disso, também é mais um governo que demonstra uma ampla circulação governativa entre os agentes que passaram por ele.

Até o momento foram abordados alguns trabalhos que se dedicaram ao estudo das trajetórias governativas e o reflexo disso em um contexto político administrativo mais amplo. No entanto, foram trabalhos que abordaram outras localidades, fora do recorte espacial desta tese. Muitos outros poderiam ser citados, logicamente os trabalhos abordados não representam a totalidade de obras produzidas sobre o tema, mas foram importantes estudos que influenciaram na produção desta tese. Nesse momento, as Capitanias do Norte passarão a receber destaque na análise.

Em trabalhos recentes, Breno Almeida Vaz Lisboa[434] e Arthur Curvelo[435] dedicaram uma parte de suas pesquisas ao perfil e trajetórias dos governadores de Pernambuco, sendo o trabalho de Lisboa focado na primeira metade do século XVIII e o de Curvelo, além desse período, também abrangeu a segunda metade do XVII. As contribuições desses trabalhos foram de grande importância para este capítulo, pois ajudaram a preencher algumas lacunas e, dessa maneira, a análise comparativa entre as quatro capitanias abordadas aqui poderá ser feita de forma mais detalhada.

Breno Lisboa fez uma interessante comparação sobre a qualidade social dos governadores de Pernambuco durante o período joanino com outras duas importantes capitanias: a do Rio de Janeiro e a de Minas Gerais. Segundo dados levantados pelo autor, 84% dos governadores titulares de Pernambuco eram fidalgos. Para o caso das outras duas capitanias, esses números equivaliam respectivamente a 83% e a 86%, o que demonstra um nível muito semelhante entre elas.[436]

Analisando a trajetória dos governadores de Pernambuco após a experiência deles naquela capitania, Breno Lisboa destacou como D. Marcos de Noronha foi um dos casos mais

433 *Ibidem*, p. 122.
434 LISBOA, Breno Almeida Vaz. *Uma das principais dos domínios de vossa majestade*: poder e administração na capitania de Pernambuco durante o reinado de D. João V. 2017. 388 f. (Doutorado em História). Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.
435 CURVELO, Arthur. *Governar Pernambuco e as "capitanias anexas"* : o perfil de recrutamento, a comunicação política e as jurisdições dos governadores da capitania de Pernambuco (c.1654-c.1756). Tese(Doutorado em História) - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa: 2019.
436 LISBOA, Breno Almeida Vaz, *Op cit,* p. 113.

significativos na ascensão governativa, pois depois de Pernambuco, assumiu o governo da capitania de Goiás e posteriormente foi nomeado vice-rei do Estado do Brasil.[437] Caso semelhante ao de Câmara Coutinho, conforme destacou Curvelo, que foi governador de Pernambuco, depois governador-geral e, por fim, vice-rei da Índia. No entanto, apesar da elevação de sua carreira, não refletiu no ganho do título de conde, que era uma mercê comum àqueles que governavam a Índia, sendo motivo de reclamação de seu neto anos depois do acontecido.[438] Como será visto adiante, uma característica muito presente entre os governadores de Pernambuco é a alta circulação entre governos ultramarinos, às vezes representando uma ascensão outras vezes uma manutenção de seus status.

Arthur Curvelo construiu um riquíssimo quadro com informações sobre os governadores de Pernambuco, mostrando se faziam parte de uma casa titular, se eram casados com mulheres que faziam parte dessas casas, se eram primogênitos, se eram fidalgos, se possuíam algum senhorio, se eram comendadores, se faziam parte de alguma ordem militar e, por fim, se possuíam cargos na Casa Real. Dos 25 nomes analisados, 10 faziam parte de casas titulares ou eram casados com alguém que fazia parte, o que mostra um número significativo de pessoas que possuíam ou estavam relacionados a mais alta nobreza do reino. Além disso, 23 eram fidalgos, 12 possuíam ou descendiam de famílias que possuíam senhorios, 13 eram comendadores e 17 pertenciam a alguma ordem militar.[439] Esses números são indicadores que demonstram o alto nível hierárquico que possuíam aqueles que governavam Pernambuco, corroborando com a ideia de que de fato essa capitania era uma das principais da América e que por isso era preciso que aqueles que assumissem esse governo, correspondessem ao mesmo nível.

Os dados destacados pelo autor são de grande relevância e ajudaram no estudo que se pretende fazer nesse trabalho, que pretende expandir essa análise para as demais Capitanias do Norte e entender melhor o quadro dos governantes enviados para esse espaço. Infelizmente as informações possíveis de se obter dos demais governantes das outras capitanias não são tão robustas quanto as de Pernambuco, uma vez que grande parte daqueles sujeitos não deixaram registros que permitissem rastrear suas vidas de forma significativa, tendo alguns que apenas se sabe que existiu devido à sua carta patente de nomeação.

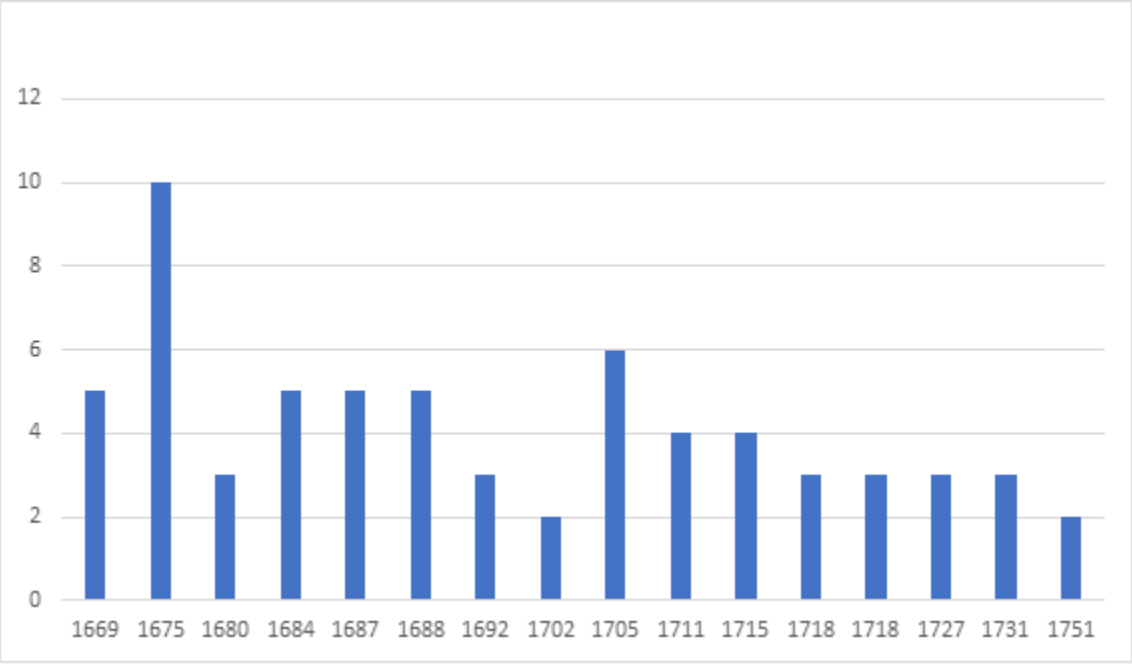
437 *Ibidem*, p. 118-119.
438 CURVELO, Arthur, *Op cit*, p. 53.
439 *Ibidem*, p. 64

3.2 **As Capitanias do Norte em números: governantes e opositores**

Para o desenvolvimento desse capítulo foram analisadas 78 consultas de nomeação para os governos das Capitanias do Norte e um total de 447 opositores, estando elas divididas da seguinte maneira: 18 para Pernambuco com 66 opositores, 22 para a Paraíba com 122 opositores, 18 para o Rio Grande com 84 opositores e 20 para o Ceará com 75 opositores. Importante ressaltar que, apesar de ter identificado a maioria das consultas possíveis, elas não representam o total absoluto, pois em alguns casos o documento estava muito deteriorado, impedindo a sua leitura, e em outros não foi identificado nenhuma consulta, não tendo certeza se ocorreu uma nomeação direta. Em algumas situações foi confirmada a nomeação de forma direta, sem passar pelos procedimentos costumeiros. Tudo isso será mais melhor abordado ao longo do capítulo.

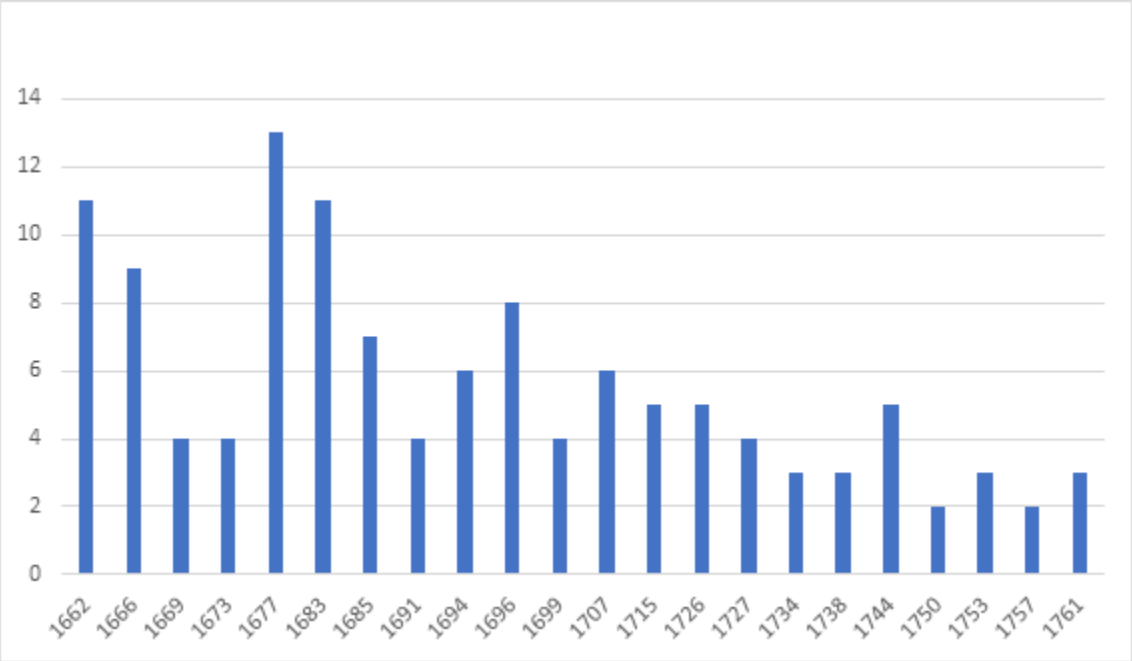
Iniciando a análise desses números, logo chama a atenção o caso da Paraíba. Como foi visto nos capítulos anteriores, a Paraíba era uma capitania que estava situada em uma posição intermediária na hierarquia político-administrativa da América portuguesa. Esse número elevado de pessoas interessadas em assumir o seu governo aparenta ser mais um demonstrativo do valor dessa capitania. A partir dessa afirmação o leitor pode se perguntar: E a capitania de Pernambuco? Possuía menos pessoas interessadas do que a da Paraíba. Significa então que ela era menos atrativa? A resposta para essa pergunta será trabalhada no próximo tópico, quando será discutido os critérios de seleção. Abaixo será demonstrado em gráficos a distribuição desses opositores.

Gráfico 1 – Opositores por consulta em Pernambuco



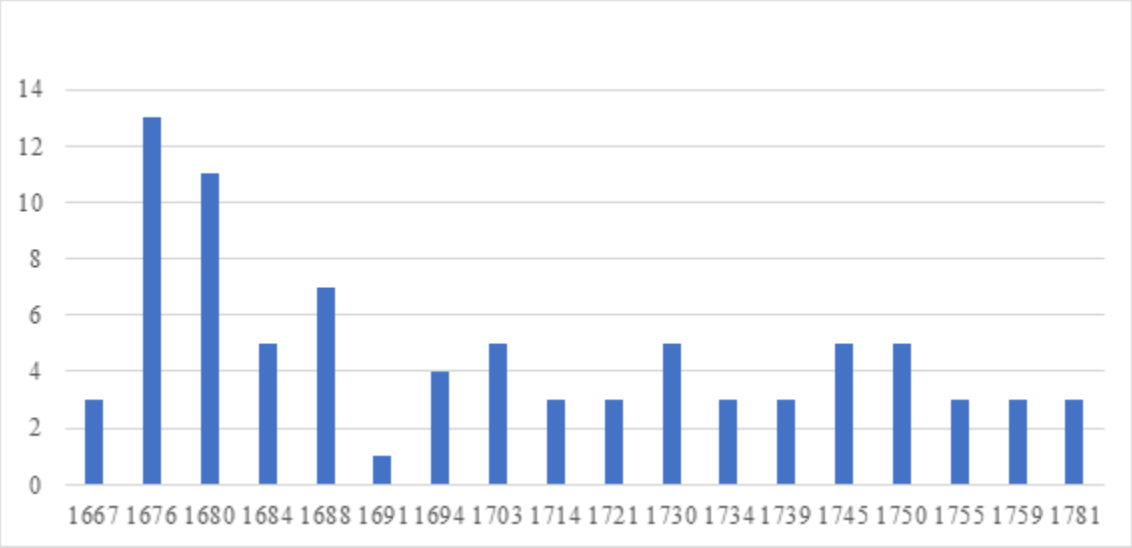
Fonte: AHU-PE Cx. 9, D. 882; Cx. 15, D. 1484; Cx. 16, D. 1587; Cx. 21, D. 1997; Cx. 29, D. 2589; códice 17, fl. 192, 314v, 425; códice 18, fl. 170v, 172v; códice 19, fl. 330; códice 20, fl. 291; códice 21, fl. 8, 250; códice 22, fl. 92; códice 23, fl. 64.

Gráfico 2 – Opositores por consulta na Paraíba



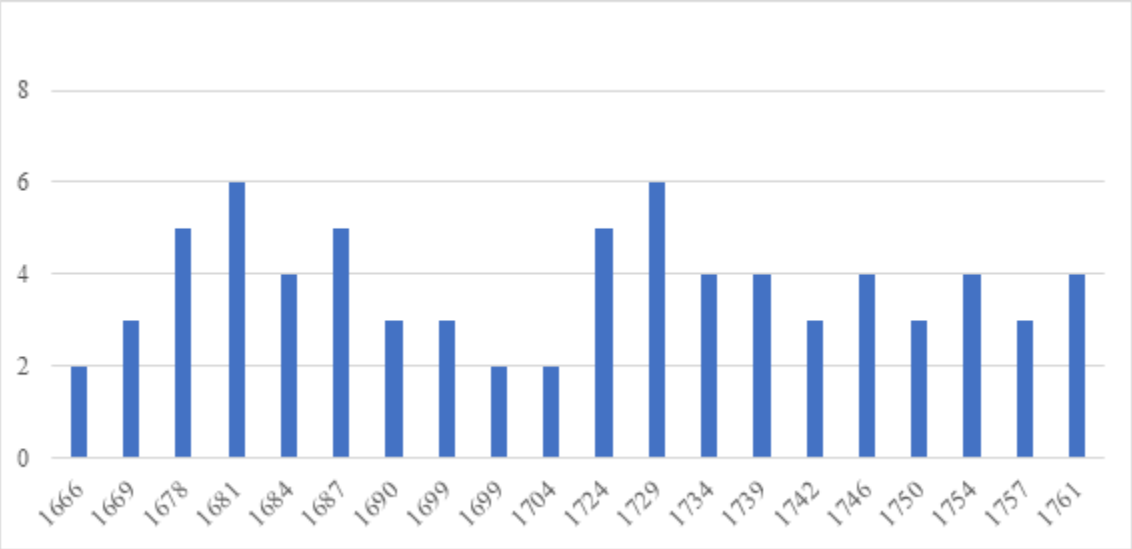
Fonte: AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 48, 62, 70, 87; Cx. 2, D. 104, 120, 137; Cx. 3, D. 195,202, 223; Cx. 5, D. 346; Cx. 6, D. 499; Cx. 9, D. 730; Cx. 10, D. 877; Cx. 12, D. 1037; Cx. 15, D. 1288; Cx. 19, D. 1508; Cx. 22, d. 1661; códice 18, fl. 171; códice 20, fl. 120; códice 22, fl. 240; códice 25, fl. 272.

Gráfico 3 – Opositores por consulta no Rio Grande



Fonte: AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx.1, Doc. 9, 13 16, 18, 28, 32, 37, 58, 77, 88; Cx. 2, Doc. 148,; Cx. 3, Doc. 190; Cx. 4, Doc. 253; Cx. 6, Doc. 348; Cx,. 7, Doc. 459.

Gráfico 4 – Opositores por consulta no Ceará



Fonte: AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 1, Doc. 21, 23, 24, 25, 28, 30, 32, 42, 44, 50, 80; Cx. 2, Doc. 100; Cx. 3, Doc. 153, 196, 212; Cx. 4, Doc. 262; Cx. 5, Doc. 339; Cx. 6, Doc. 392; Cx. 8, Doc. 495.

Como é possível perceber por meio desses gráficos, em todos os casos, com exceção relativa do Ceará, o número de opositores é significativamente maior entre as décadas de 1660 e 1680. Uma possível explicação para esses números é a ampla participação desses homens nos conflitos que ocorreram anos antes, como a Restauração pernambucana e a Restauração portuguesa.[440] Analisando as consultas entre os anos destacados, raros foram os opositores que não participaram de algum desses conflitos. Dessa maneira, com uma grande quantidade de indivíduos que tinham passado por diversos conflitos bélicos importantes para a Coroa portuguesa, a procura pela remuneração por esses serviços se intensificou, o que pode explicar essa disparidade no número de candidatos naquele período. Outro conflito relevante que vários opositores desses governos experienciaram, foi a Guerra da Sucessão Espanhola, que ocorreu durante a primeira década do século XVIII. No entanto, o índice de participação dos pretendes aos governos das Capitanias do Norte não foi tão significativo quanto o dos conflitos anteriormente destacados, apesar de ainda ter sido um número relevante. O que torna curioso é que mesmo com essa nova experiência em um conflito de larga escala, isso não refletiu no aumento dos opositores no período subsequente, com exceção do Ceará, como pode ser visto

440 Analisando os serviços dos oficiais de tropas pagas das capitanias do Maranhão e do Pará ao longo da segunda metade do século XVII, Rafael Ale Rocha destacou como a Restauração portuguesa foi um importante espaço de atuação desses homens, tendo uma boa parte deles participado dos conflitos decorres dessa guerra. ROCHA, Rafael Ale. *A elite militar no Estado do Maranhão*: poder, hierarquia e comunidades indígenas (século XVII). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituo de Ciências Humanas e Filosofia, 2013, p. 28-29.

nas consultas de 1724 e 1729, em que dentre os 11 opositores que participaram delas, nove tinham passado pela Guerra da Sucessão Espanhola.

Laura de Mello e Souza fez uma breve, mas rica análise sobre a conjuntura do século XVIII para Portugal e a América portuguesa. A descoberta do ouro, os conflitos decorrentes da Guerra de Sucessão Espanhola e a impossibilidade de um posicionamento neutro por parte de Portugal, fizeram com que o medo de invasões externas se tornasse ainda mais intenso entre D. João V e os seus ministros. Somava-se a isso ainda a questão das perturbações internas.[441] Apesar de um período conturbado e perigoso, a segunda metade do século XVII representava maiores incertezas para uma dinastia que ainda procurava consolidar o seu poder perante os seus súditos e que, juntamente a isso, ainda teve que enfrentar conflitos por vários anos no território europeu devido à restauração contra a Coroa espanhola[442] e na América no processo de expulsão dos holandeses. Tal conjuntura fez com que o processo de distribuição de mercês fosse amplamente difundido.[443] Dessa maneira, o contexto de intensos e importantes conflitos para a manutenção e configuração política da Coroa e suas conquistas, juntamente com a política de maior liberalidade régia, ajuda a explicar o maior número de opositores em busca da remuneração por seus serviços.[444]

Agora serão apresentados outros gráficos que demonstrarão um pouco dessa participação dos opositores nos conflitos citados, pois será analisada a circulação geográfica desses homens.

---

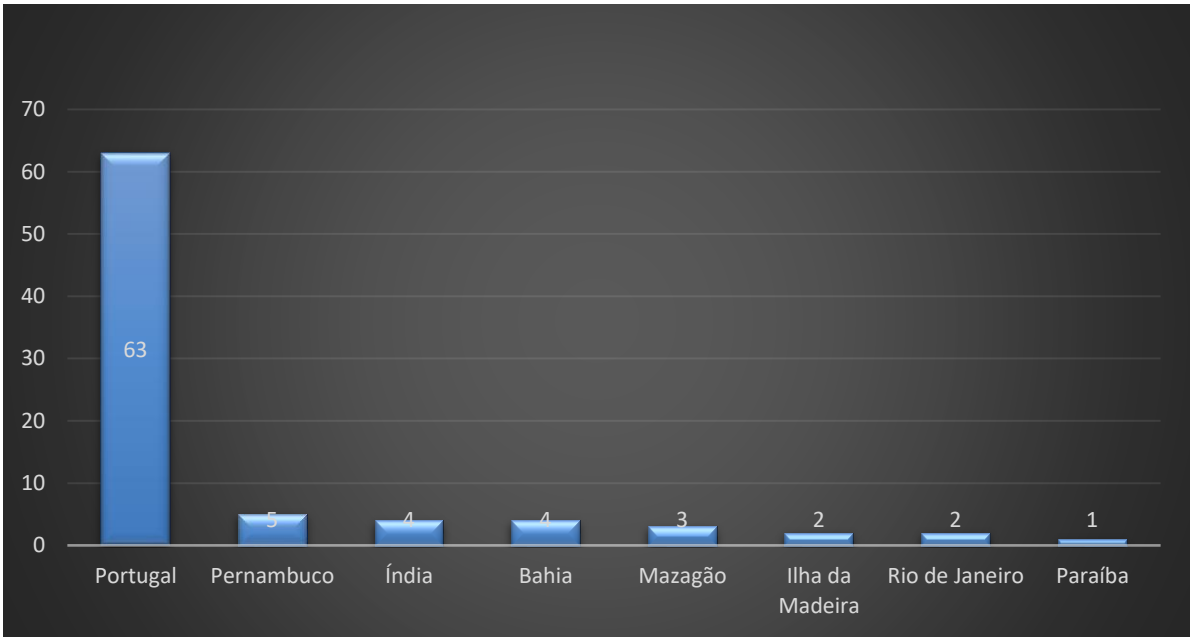
441 SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra*: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Cia. das Letras, 2006, p. 164-165.

442 O processo de restauração da Coroa portuguesa foi caracterizado como o conflito bélico mais prolongado de Portugal, durando quase 30 anos, o que demonstra o impacto e a importância que ele teve na estruturação do reino e suas conquistas. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. A guerra da aclamação. In: HESPANHA, António Manuel (Org). *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p. 271.

443 Pedro Cardim destacou como as décadas de 1640 a 1670 foram de grande instabilidade para Coroa portuguesa, que dentre as estratégias que adotou para consolidar o apoio recebido pela população, ressaltam-se as reuniões das Cortes, que aconteceram com significativa frequência, e também uma política de maior distribuição de mercês. CARDIM, Pedro. O processo político (1621-1807). In: MATOSO, José. *História de Portugal*. O Antigo Regime. Portugal: Editorial Estampa, 1998, p. 404-408.

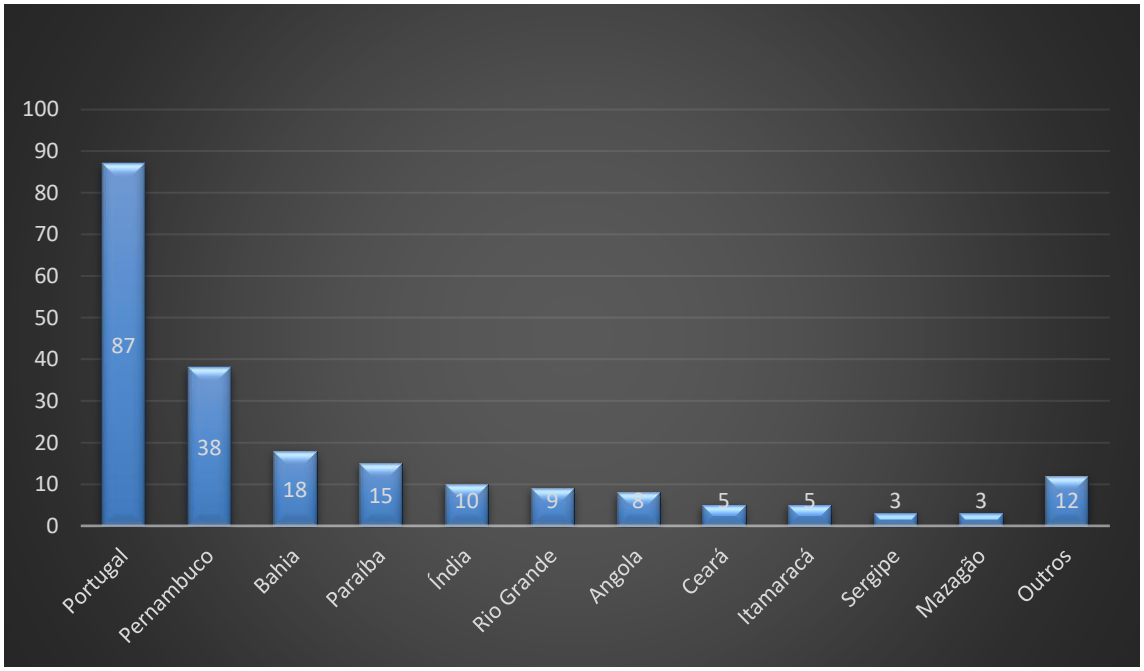
444 Alguns trabalhos recentes trataram desse aspecto focando principalmente na atuação das pessoas na restauração pernambucana, como o trabalho de Thiago Krause, que analisou os pedidos de Hábitos da Ordem de Cristo por parte dos restauradores e o trabalho de Marcone Aroucha, que analisou as conceções dos foros de fidalgos para os participantes do referido conflito. KRAUSE, Thiago Nascimento. *Em busca da honra*: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641 1683). São Paulo: Annablume, 2012; AROUCHA, Marcone Zimmerle. *Serviço e nobilitação*: a dinastia bragantina e as concessões de foro de fidalgo no Atlântico Sul (1640-1680). Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

Gráfico 5 - Circulação dos opositores de Pernambuco



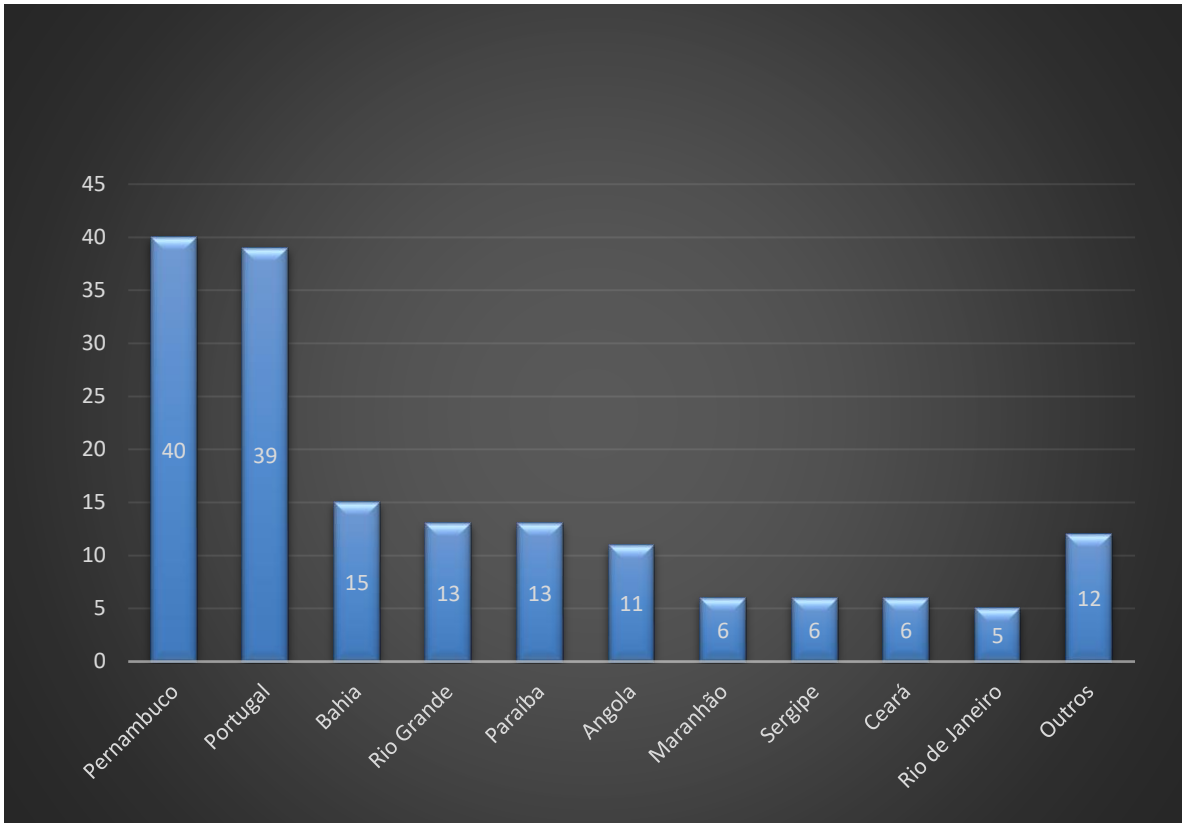
Fonte: AHU-PE Cx. 9, D. 882; Cx. 15, D. 1484; Cx. 16, D. 1587; Cx. 21, D. 1997; Cx. 29, D. 2589; códice 17, fl. 192, 314v, 425; códice 18, fl. 170v, 172v; códice 19, fl. 330; códice 20, fl. 291; códice 21, fl. 8, 250; códice 22, fl. 92; códice 23, fl. 64.

Gráfico 6 - Circulação dos opositores da Paraíba



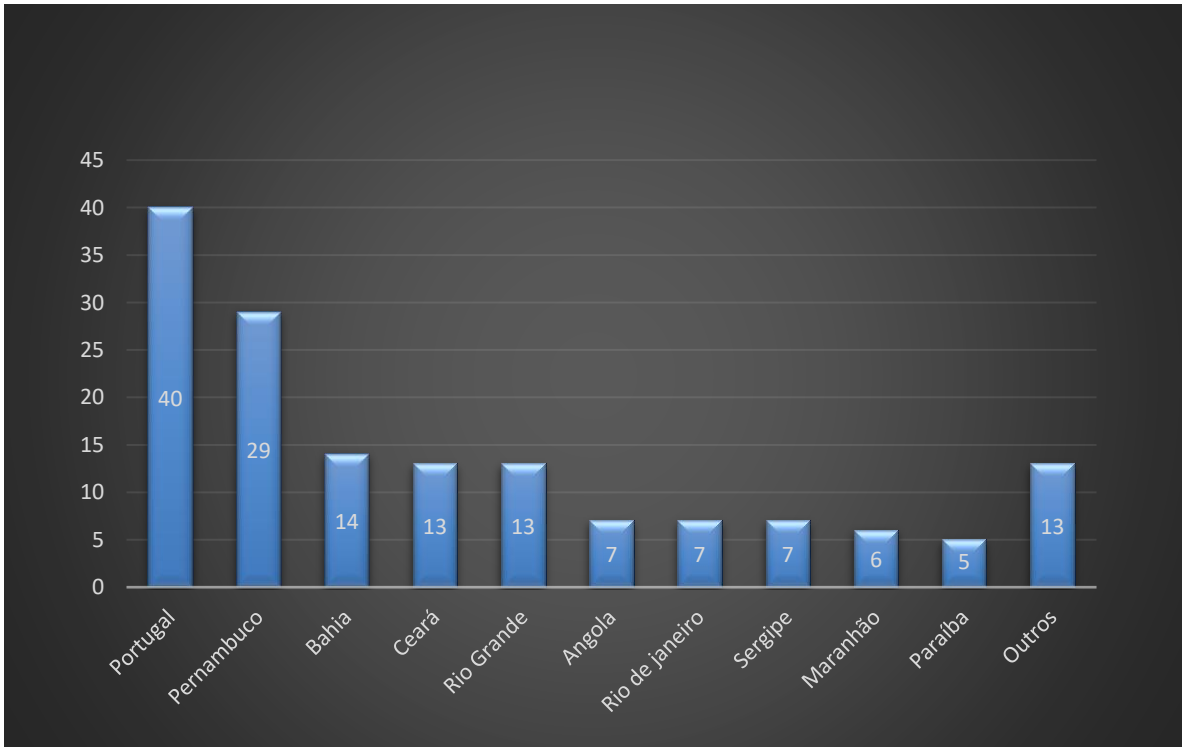
Fonte: AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 48, 62, 70, 87; Cx. 2, D. 104, 120, 137; Cx. 3, D. 195,202, 223; Cx. 5, D. 346; Cx. 6, D. 499; Cx. 9, D. 730; Cx. 10, D. 877; Cx. 12, D. 1037; Cx. 15, D. 1288; Cx. 19, D. 1508; Cx. 22, d. 1661; códice 18, fl. 171; códice 20, fl. 120; códice 22, fl. 240; códice 25, fl. 272.

Gráfico 7 -Circulação dos opositores do Rio Grande



Fonte: AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx.1, Doc. 9, 13 16, 18, 28, 32, 37, 57, 77, 88; Cx. 2, Doc. 148,; Cx. 3, Doc. 19; Cx. 4, Doc. 253; Cx. 6, Doc. 348.

Gráfico 8 - Circulação dos opositores do Ceará



Fonte: AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 1, Doc. 21, 23, 25, 28, 30, 32, 42, 44, 50, 80; Cx. 2, Doc. 100; Cx. 3, Doc. 153, 196, 212; Cx. 4, Doc. 262; Cx. 5, Doc. 339; Cx. 6, Doc. 392.

Por meio dos gráficos destacados é possível perceber uma evidente predominância de dois lugares na circulação desses indivíduos: Portugal e Pernambuco. Isso muito se explica pela participação dos conflitos referidos anteriormente. Outro fator que explica a predominância de Pernambuco, e é um dos pontos que se defende nesta tese, é que a circulação geográfica, tanto dos opositores de uma forma geral, como dos que foram efetivamente nomeados entre as capitanias menos importantes, é o que se identificou como circulação regional. Eram indivíduos que possuíam experiências militares nessas capitanias e decidiam tentar ascender em suas trajetórias assumindo um posto de governo em alguma capitania próxima de sua área de atuação, sendo relativamente comum ver os mesmos nomes se repetindo entre essas capitanias, ou seja, eram pessoas que de fato estavam tentando assumir algum dos governos dessa região. Já aqueles que pretendiam um governo de maior nível hierárquico, como o de Pernambuco, eram pessoas que se concentravam principalmente no Reino e apenas estavam dispostas a sair de lá se fosse para um importante posto ultramarino. Observando o gráfico 5, isso fica evidente. No geral, os opositores de Pernambuco possuíam qualidade social mais elevada e por isso não estavam dispostos a assumirem qualquer governo.

O caso da Paraíba também é mais um exemplo para demonstrar o papel de nível intermediário na hierarquia que ela ocupava. Apesar de possuir uma quantidade significativa de opositores que circularam em Pernambuco e na própria Paraíba, existe um predomínio de circulação em Portugal que em termos proporcionais, comparado com os do Rio Grande e Ceará, é bastante superior.

Bardwell identificou um interessante aspecto sobre a experiência ultramarina dos governadores estudados por ele. Segundo o autor, cerca de 80% dos governantes possuíam experiência fora de Portugal antes de serem nomeados. Esse dado ficava ainda mais chamativo quando analisado apenas as capitanias subordinadas, que chegava a 95%. Olhando apenas as capitanias principais, a porcentagem ficou em 63%. Justificando esses números, o autor apontou para o fato de as capitanias principais receberam pessoas ligadas à nobreza e elas geralmente não gostavam de sair do Reino em busca de serviços como faziam os soldados da fortuna.[445] Os dados destacados até aqui corroboram com a argumentação feita por Bardwell, no entanto, desenvolvendo mais essa ideia, os governantes das capitanias principais, que apenas estavam dispostos a sair do Reino se fossem para algum importante posto, tendiam a ter uma circulação ultramarina significativa, assumindo diferentes postos governativos espalhados por diversos

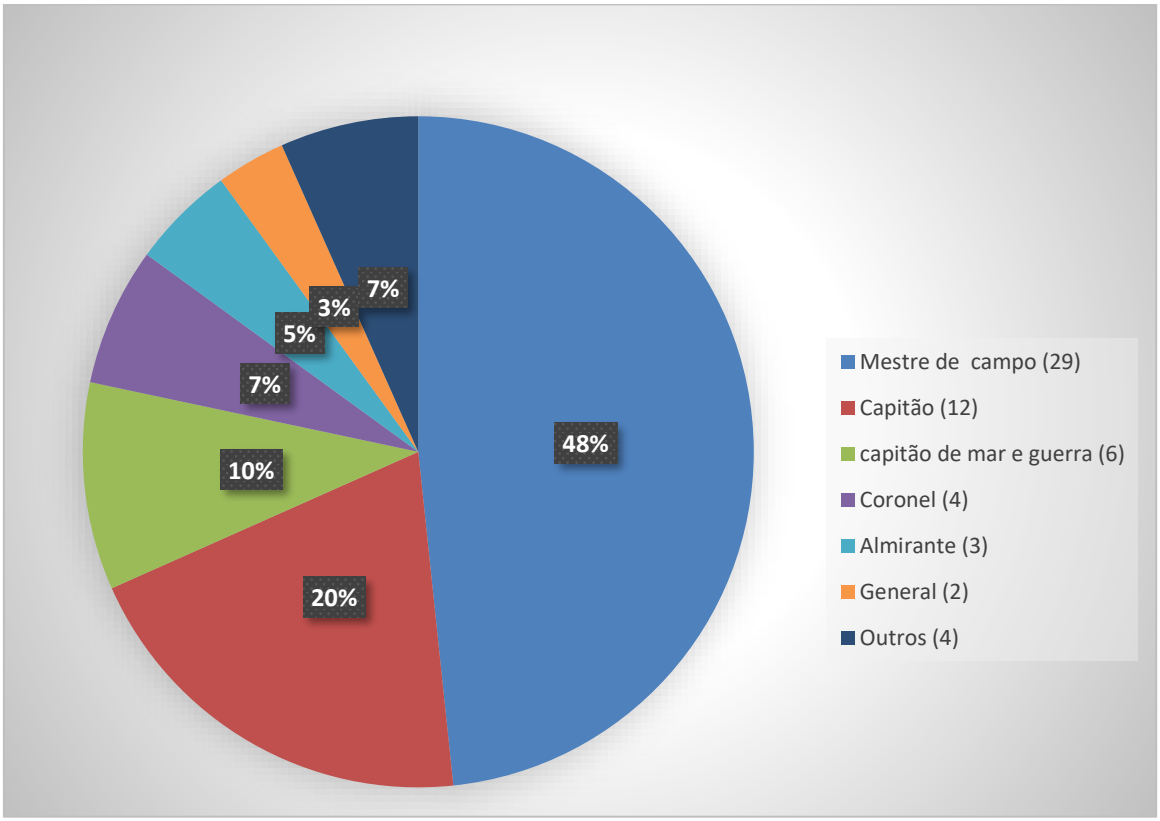
445 BARDWELL, Ross Little *Op cit*, p. 166 - 167.

lugares pelo ultramar. Isso será reforçado quando for analisado a trajetória dos governadores de Pernambuco.

A partir da análise desses gráficos também é interessante de ser percebida a diversidade geográfica dos opositores. Paraíba, Rio Grande e Ceará possuíam candidatos que estiveram em muitos lugares diferentes, pois além dos referenciados, em todas elas tiveram uma quantidade significativa na categoria "outros", que aumentaria ainda mais o leque de diversidade regional, isso porque estavam dispostos a irem para vários lugares para poderem acumular serviços em suas trajetórias e assim pleitearem mercês no futuro. Os opositores de Pernambuco, por outro lado, fora do reino atuaram em pouquíssimos lugares, no entanto, eram lugares considerados importantes e estratégicos para a Coroa, o que reforça ainda mais a tese da circulação das pessoas corresponderem a hierarquias sociais e espaciais.

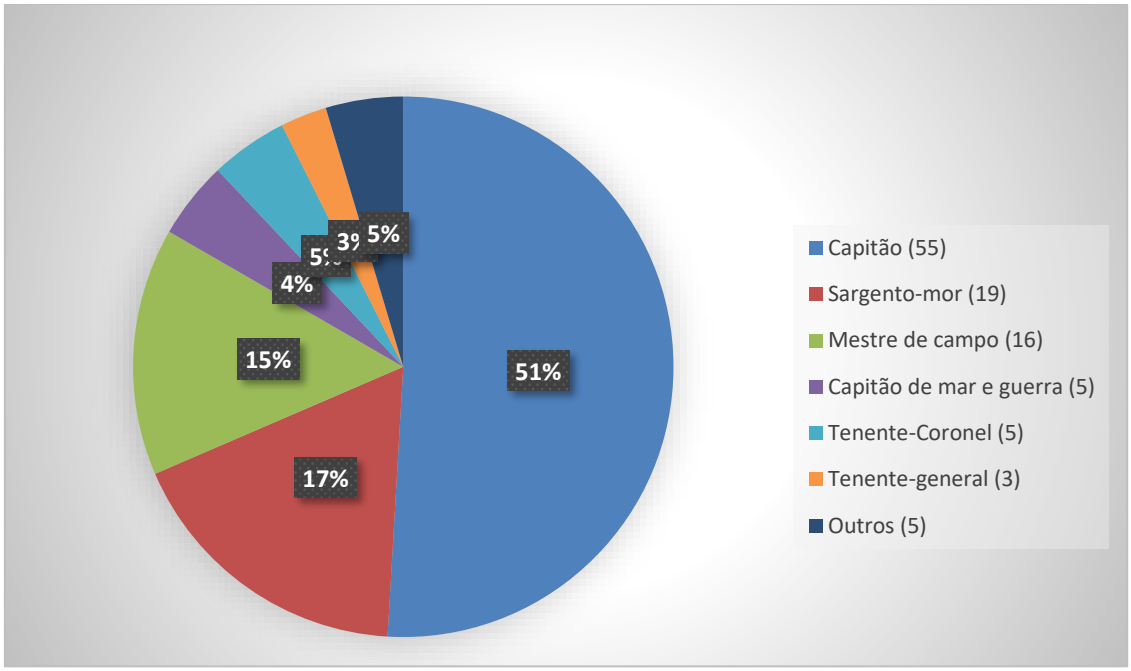
Os próximos gráficos abordarão os postos militares mais altos que esses opositores ocuparam antes de tentarem os governos das capitanias estudadas.

Gráfico 9 - Postos militares mais altos ocupados entre os opositores da Pernambuco



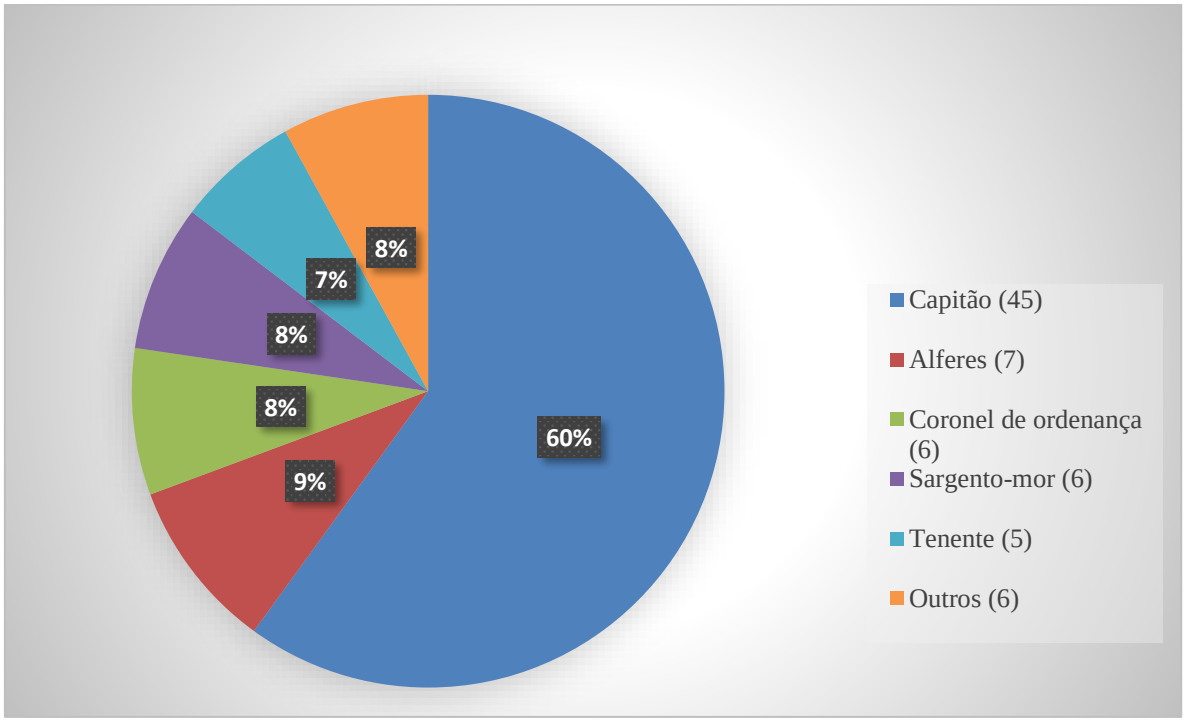
Fonte: AHU-PE Cx. 9, D. 882; Cx. 15, D. 1484; Cx. 16, D. 1587; Cx. 21, D. 1997; Cx. 29, D. 2589; códice 17, fl. 192, 314v, 425; códice 18, fl. 170v, 172v; códice 19, fl. 330; códice 20, fl. 291; códice 21, fl. 8, 250; códice 22, fl. 92; códice 23, fl. 64.

Gráfico 10 – Postos militares mais altos ocupados entre os opositores da Paraíba



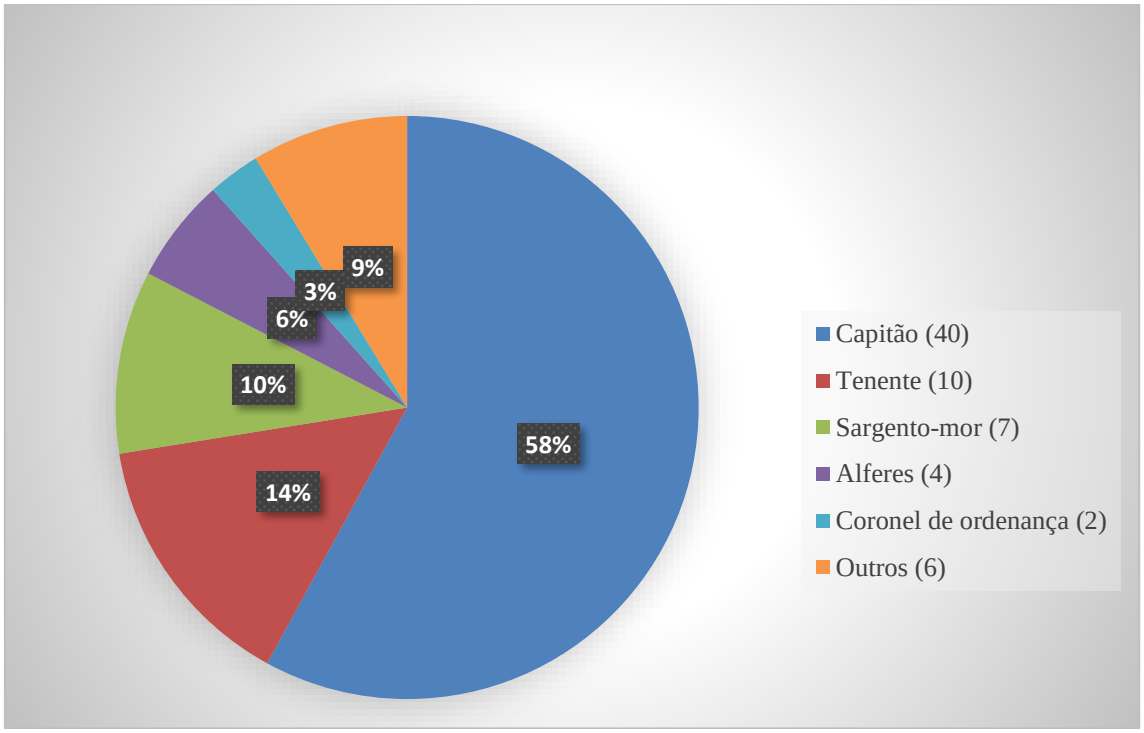
Fonte: AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 48, 62, 70, 87; Cx. 2, D. 104, 120, 137; Cx. 3, D. 195,202, 223; Cx. 5, D. 346; Cx. 6, D. 499; Cx. 9, D. 730; Cx. 10, D. 877; Cx. 12, D. 1037; Cx. 15, D. 1288; Cx. 19, D. 1508; Cx. 22, d. 1661; códice 18, fl. 171; códice 20, fl. 120; códice 22, fl. 240; códice 25, fl. 272.

Gráfico 11 – Postos militares mais altos ocupados entre os opositores do Rio Grande



Fonte: AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx.1, Doc. 9, 13 16, 18, 28, 32, 37, 57, 77, 88; Cx. 2, Doc. 148,; Cx. 3, Doc. 19; Cx. 4, Doc. 253; Cx. 6, Doc. 348.

Gráfico 12 - Postos militares mais altos ocupados entre os opositores do Ceará



Fonte: AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 1, Doc. 21, 23, 25, 28, 30, 32, 42, 44, 50, 80; Cx. 2, Doc. 100; Cx. 3, Doc. 153, 196, 212; Cx. 4, Doc. 262; Cx. 5, Doc. 339; Cx. 6, Doc. 392; Cx. 7, Doc. 443.

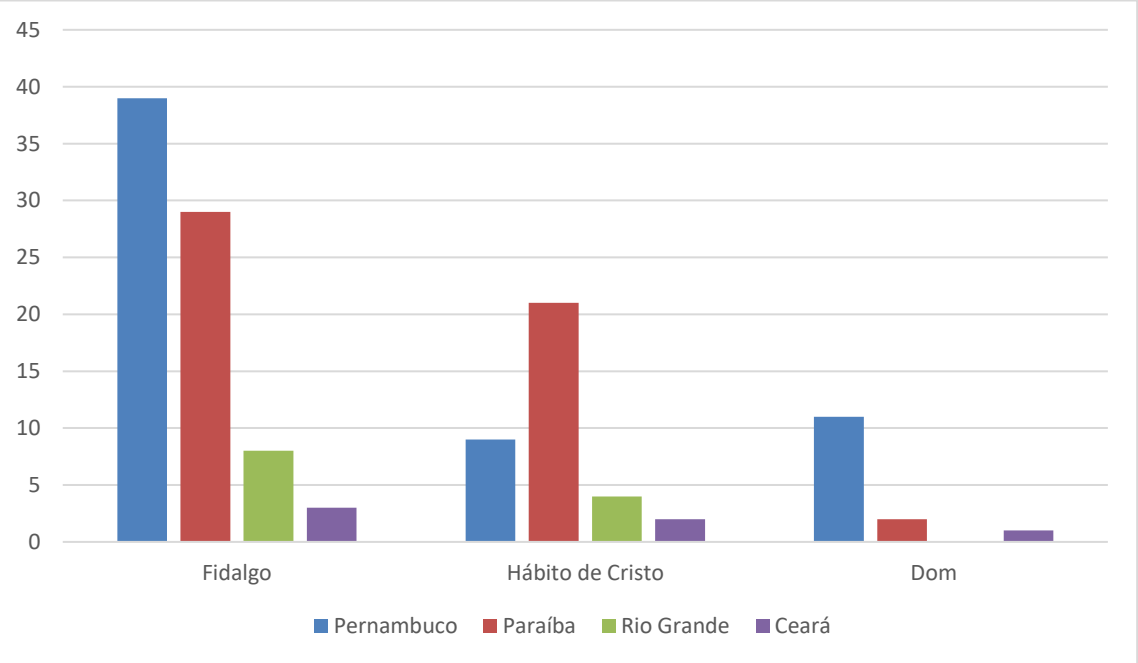
A partir da análise dos gráficos acima mais uma vez as diferenças entre a capitania de Pernambuco e as demais ficam evidenciadas. Quase metade dos opositores eram mestres de campo enquanto nas outras essa predominância era de capitães. Apesar do segundo posto mais ocupado pelos opositores de Pernambuco ser o de capitão, os demais eram considerados postos elevados na hierarquia militar,[446] como capitães de mar e guerra, almirantes e generais. Nas

446 Estabelecer a hierarquia militar entre todos os postos identificados é uma tarefa árdua na qual este trabalho não terá condições de se aprofundar, principalmente porque os postos identificados estão distribuídos entre as tropas pagas, as ordenanças e as auxiliares, além de, por vezes, patentes honoríficas ou contextuais, ademais, ao longo das décadas estudadas, reformas nas estruturas militares ocorreram, trazendo modificações e novos postos, como, por exemplo, os cargos de oficiais superiores na América, de forma crescente, que antes eram os de capitão, sargento-mor e, no topo dessa hierarquia, mestre de campo, passaram a ser os de sargento-mor, tenente-coronel e coronel, por isso, torna-se inviável o estabelecimento e comparação direta de todos os postos identificados. No entanto, de uma maneira geral, é possível identificar as situações em que há maior presença de postos oficiais superiores entre essas capitanias, como no caso dos mestres de campo e sargentos-mores, que eram postos superiores aos de capitães, por exemplo. Essa impossibilidade de comparação mais estruturada foi confirmada por Luiz Guilherme Moreira, que afirmou que as estruturas militares se modificavam de acordo com o contexto. Para maiores informações sobre a estrutura militar portuguesa e suas hierarquias ver os seguintes trabalhos: MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferri. *Os ofícios superiores e inferiores da tropa paga (ou de 1ª linha) na capitania do Rio de Janeiro, 1640-1652*: lógica social, circulação e a governança da terra. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015, p. 141; MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Forças Militares no Brasil Colonial*. 1. ed. Rio de Janeiro: e-paper, 2009. v. 1; GOMES, José Eudes. *As milícias d'el Rey*: Tropas militares e poder no Ceará setecentista. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2010; SILVA, Bruno Cezar Santos da. *Entre defesa e ordem*: os corpos militares da Paraíba na trama da subordinação à capitania de Pernambuco (1755 1799). 2014. 204 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014 e SILVA, Giovane Albino da. *A defesa do Império em tempo de reforma:* o exército português e a oficialidade militar na

demais capitanias o padrão já discutido ao longo desse trabalho também se repete. Rio Grande e Ceará possuem muitas semelhanças e a Paraíba, mais uma vez, possui um diferencial. Nas três capitanias a maioria dos opositores eram capitães, no entanto, na Paraíba, os postos subsequentes mais ocupados eram os de sargento-mor e mestre de campo, com um número expressivo de opositores com essas patentes, enquanto no Rio Grande o segundo posto foi o de alferes e o terceiro alguns coronéis de ordenança, e no Ceará foi o de tenente e alguns poucos sargento-mores.

Até o momento foram vistos diversos dados caracterizando os opositores aos governos das Capitanias do Norte. Nesse momento mais um tipo de dado será colocado em análise, que é a qualidade social dessas pessoas.

Gráfico 13 - Títulos honoríficos dos opositores aos governos das Capitanias do Norte

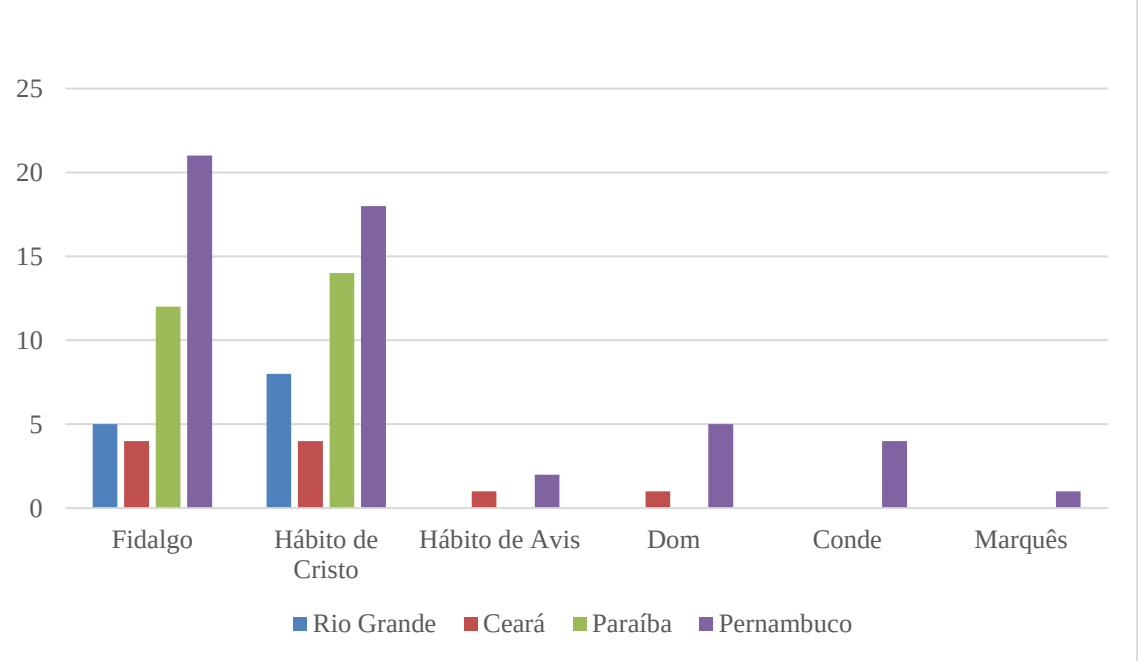


Fonte: AHU-PE Cx. 9, D. 882; Cx. 15, D. 1484; Cx. 16, D. 1587; Cx. 21, D. 1997; Cx. 29, D. 2589; códice 17, fl. 192, 314v, 425; códice 18, fl. 170v, 172v; códice 19, fl. 330; códice 20, fl. 291; códice 21, fl. 8, 250; códice 22, fl. 92; códice 23, fl. 64; AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 48, 62, 70, 87; Cx. 2, D. 104, 120, 137; Cx. 3, D. 195,202, 223; Cx. 5, D. 346; Cx. 6, D. 499; Cx. 9, D. 730; Cx. 10, D. 877; Cx. 12, D. 1037; Cx. 15, D. 1288; Cx. 19, D. 1508; Cx. 22, d. 1661; códice 18, fl. 171; códice 20, fl. 120; códice 22, fl. 240; códice 25, fl. 272; AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx.1, Doc. 9, 13 16, 18, 28, 32, 37, 57, 77, 88; Cx. 2, Doc. 148,; Cx. 3, Doc. 19; Cx. 4, Doc. 253; Cx. 6, Doc. 348; Fonte: AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 1, Doc. 21, 23, 25, 28, 30, 32, 42, 44, 50, 80; Cx. 2, Doc. 100; Cx. 3, Doc. 153, 196, 212; Cx. 4, Doc. 262; Cx. 5, Doc. 339; Cx. 6, Doc. 392.

capita de Pernambuco, 1774-1800. 2020, 282f . Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

Analisando os títulos honoríficos desses opositores é possível perceber o padrão se repetindo mais uma vez. O que chamou atenção, no entanto, foi o elevado número de opositores que eram cavaleiros da Ordem de Cristo na Paraíba, superando até mesmo os de Pernambuco. Apesar de parecer um grande destaque para a capitania da Paraíba, existe um motivo que explica essa situação que será visto no próximo gráfico.

Gráfico 14 - Títulos honoríficos dos governantes das Capitanias do Norte



Fonte: AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 1, Doc. 23; Cx. 3, Doc. 163; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 82, Doc. 6782.; LEMOS, Vicente de. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte***.** Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1912, V. 1. P. 43; 93; LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcisio. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte***.** Rio Grande do Norte: Edição do Instituto Históricos e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1980, V. 2. P.87; 129; 133; Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 10, f.83v; liv. 12, f. 279; de D. João V, liv. 5, f. 684; liv. 7, f.149-149v; liv. 8, f.392v; liv. 18, f.404; IHGRN - Fundo Sesmarias, Livro I, n. 69, fls. 10; Revista do Instituto Histórico do Ceará. Tomo IV, 1890, p. 139-144; LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'ávila. Governantes da Paraíba no Brasil colonial: uma revisão crítica da relação nominal e cronológica. João Pessoa: Edições Fotograf, 2017. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 48, 62, 70, 87; Cx. 2, D. 104, 120, 137; Cx. 3, D. 195,202, 223; Cx. 5, D. 346; Cx. 6, D. 499; Cx. 9, D. 730; Cx. 10, D. 877; Cx. 12, D. 1037; Cx. 15, D. 1288; Cx. 19, D. 1508; Cx. 22, d. 1661; códice 18, fl. 171; códice 20, fl. 120; códice 22, fl. 240; códice 25, fl. 272; AHU-PE Cx. 9, D. 882; Cx. 15, D. 1484; Cx. 16, D. 1587; Cx. 21, D. 1997; Cx. 29, D. 2589; códice 17, fl. 192, 314v, 425; códice 18, fl. 170v, 172v; códice 19, fl. 330; códice 20, fl. 291; códice 21, fl. 8, 250; códice 22, fl. 92; códice 23, fl. 64; CURVELO, Arthur. *Governar Pernambuco e as "capitanias anexas"* : o perfil de recrutamento, a comunicação política e as jurisdições dos governadores da capitania de Pernambuco (c.1654-c.1756). Tese(Doutorado em História) - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa: 2019, p. 68; DIAS, Erika Simone de Almeida Carlos. "*As pessoas mais distintas em qualidade e negócio*": a Companhia de Comércio e as relações políticas entre Pernambuco e a Coroa no último quartel do setecentos. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: 2014.

Por meio desse último gráfico, agora abordando a qualidade social daqueles que de fato foram nomeados para os governos das Capitanias do Norte é possível notar que o número de

cavaleiros da Ordem de Cristo aumentou significativamente para Pernambuco, superando a Paraíba. O que aconteceu foi que as nomeações para o governo de Pernambuco nem sempre seguiam o processo padrão de consultas pelo Conselho Ultramarino, fazendo com que pessoas que não participaram como opositores fossem nomeadas diretamente. Esse tipo de nomeação aconteceu em todas as capitanias estudadas, mas foi particularmente mais presente na de Pernambuco, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 2 - Taxa de sucesso das indicações tríplices do Conselho Ultramarino

Pernambuco	Paraíba	Rio Grande	Ceará
52%	68%	61%	89,4%
Nomeados que não participaram das consultas			
Pernambuco	Paraíba	Rio Grande	Ceará
33%	9%	11%	5%

Fonte: AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, Doc. 58.; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 11, Doc. 1026; AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 1, Doc. 75; Cx. 3, Doc. 212; Cx. 6, Doc. 392; AHU-ES, Papéis Avulsos, Cx. 03, Doc. 219. AHU-Paraíba, Papéis Avulsos, Cx. 20. Doc. 1548; AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 1, Doc. 50; Cx. 3, Doc. 163, 212; Cx. 4, Doc. 247, 279; Cx. 7, Doc. 449; Cx. 8, Doc. 510; Cx.12, D. 667; AHU-Sergipe, Papéis Avulsos, Cx. 4. Doc. 347; AHU-Paraíba, Papéis Avulsos, Cx. 20. Doc. 1548; Cx. 39, Doc. 2760; Registo Geral de Mercês, Mercês (Chancelaria) de D. Afonso VI, liv.3, f.429v – 430; liv.13, f.175; de D. João V, liv. 5, f. 535-535v; f. 684v-685; AHU-PE Cx. 9, D. 882; Cx. 15, D. 1484; Cx. 16, D. 1587; Cx. 21, D. 1997; Cx. 29, D. 2589; códice 17, fl. 192, 314v, 425; códice 18, fl. 170v, 172v; códice 19, fl. 330; códice 20, fl. 291; códice 21, fl. 8, 250; códice 22, fl. 92; códice 23, fl. 64; AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 48, 62, 70, 87; Cx. 2, D. 104, 120, 137; Cx. 3, D. 195,202, 223; Cx. 5, D. 346; Cx. 6, D. 499; Cx. 9, D. 730; Cx. 10, D. 877; Cx. 12, D. 1037; Cx. 15, D. 1288; Cx. 19, D. 1508; Cx. 22, d. 1661; códice 18, fl. 171; códice 20, fl. 120; códice 22, fl. 240; códice 25, fl. 272;

Antes de analisar os números desse quadro algumas coisas precisam ser explicadas. A taxa de sucesso das indicações tríplices representa a quantidade de vezes que um dos opositores indicado entre os três primeiros lugares pelo Conselho foi escolhido pelo rei, independentemente da posição ou de quantos votos recebeu. Se participou da consulta e foi votado por um conselheiro, entrou na lista. Já os nomeados que não participaram das consultas, apesar de parecer autoexplicativo, esse número não representa a quantidade total de pessoas que foram nomeadas de forma direta para esses governos, pois existem casos em que não ocorreu nenhuma consulta e o rei nomeou determinado governador, sem passar pelo Conselho Ultramarino. Os números tratados nesse quadro indicam exclusivamente os casos em que existiram a consulta de nomeação, com o Conselho enviando ao rei a sua lista tríplice, mas no final, o monarca nomeava alguém que não participou do processo.

A partir dos números destacados é possível perceber como as nomeações para Pernambuco não respeitavam muito os posicionamentos do Conselho Ultramarino, seja na parte de seleção dos três primeiros indicados, representando quase metade dos escolhidos, seja na escolha de pessoas que nem sequer participaram do processo, representando um terço das

nomeações. Nas demais capitanias esses valores são significativamente menores. Um caso emblemático analisado por Arthur Curvelo foi a nomeação de D. Pedro de Almeida para o governo de Pernambuco, que foi feita por meio de decreto e não houve nenhuma consulta realizada pelo Conselho Ultramarino. Incomodados com essa situação, os conselheiros escreveram ao rei reclamando. Afirmaram que apesar de o rei ter as prerrogativas para fazer o que tinha feito, era importante conservar a autoridade dos membros daquele Conselho, que representavam o próprio rei.[447]

O alto índice de desacordo entre o rei e o Conselho para a capitania principal pode ser explicado pelo fato de ser uma capitania considerada muito importante para a Coroa, então, por vezes, os opositores que apareciam nas consultas não eram considerados os perfis mais adequados para assumir àquele governo. Além disso, também existe o fator de alocar pessoas importantes com boas conexões na corte em espaços condizentes com suas qualidades sociais, o que fazia com que elas nem ao menos participassem dessas consultas, pois possuíam outros meios de serem indicadas, como destacou Curvelo, dentre as nomeações de todos os governantes que não passaram pelo processo de consulta, todas elas foram para pessoas pertencentes à primeira nobreza da corte, o que reforça a ideia de que suas conexões palacianas os auxiliaram nesse processo.

Existe um outro fator que ajuda a explicar esses números. Em 1722, em uma consulta para nomeação do governo da capitania do Rio de Janeiro, o Conselho Ultramarino emitiu um interessantíssimo parecer sobre um tipo de comportamento que estava se tornando comum aos opositores de alguns governos. Denunciou o Conselho:

> Parece ao Conselho representar a Vossa Majestade em como para este governo, sendo aliás um dos melhores de todas as conquistas, não tem aparecido mais do que três opositores que quisessem dar seus nomes e oferecer seus serviços para Vossa Majestade os empregar no mesmo governo segundo seus merecimentos e capazes desse concurso. Mostra a experiência que não querem entrar nele, talvez, na consideração de que possam ser votados sem oposição e rogados para este serviço, para então lhes ficar mais desejável, o então pretenderem vantagens de soldos e outra comodidades, o que tudo virá sem dúvida ser muito contra a boa ordem que Vossa Majestade costuma guardar nas nomeações de sujeitos para o seu real serviço os quais convém que sejam pretendentes para se contentarem com os meios de viver que por Vossa Majestade lhes assinar por sua grandeza. E nesta consideração, parece ao Conselho votar para esse governo somente nos três opositores a ele[...]".[448]

447 CURVELO, Arthur. *Governar Pernambuco e as "capitanias anexas"* : o perfil de recrutamento, a comunicação política e as jurisdições dos governadores da capitania de Pernambuco (c.1654-c.1756). Tese(Doutorado em História) - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa: 2019, p. 59.
448 AHU-Códice 21, fl. 463.

Segundo os conselheiros, muitos opositores estavam deliberadamente não participando das consultas, pois sabiam que poderiam ser chamados por fora e, consequentemente, teriam um poder de barganha maior para solicitar maiores mercês para aceitarem essa difícil tarefa a qual pessoas de maior qualidade social não estavam dispostas a assumirem.[449] E de fato, como será visto no próximo capítulo, os governantes nomeados para essas capitanias pediam constantemente aumento de seus soldos e ajudas de custo para pagar as despesas do deslocamento do Reino para a América, inclusive será visto um caso muito interessante envolvendo D. Manuel Rolim de Moura, que foi nomeado sem participar de consultas, que pediu alguns auxílios financeiros extras e os recebeu na condição de que esses auxílios seriam uma exceção a ele e não deveriam servir de exemplo aos seus sucessores, no entanto, ao longo de todo o século XVIII, aqueles que foram nomeados para aquela capitania após D. Manuel Rolim de Moura, usaram o caso dele como justificativa para receber as mesmas mercês e com essa argumentação conseguiram receber os benefícios extras.

A acusação feita pelo Conselho Ultramarino também pode ser vista de outra maneira. Como já foi discutido pela historiografia, ao longo do século XVIII, essa instituição foi perdendo espaço na reorganização administrativa ocorrida no governo de D. João V, principalmente com o ganho de influência das secretarias de Estado.[450] As próprias consultas de nomeação para os governos ultramarinos começaram a diminuir a frequência com que elas eram realizadas. Dessa maneira, as pessoas poderiam estar deixando de participar desse processo não como uma estratégia para conseguir mais benefícios ao serem nomeadas, talvez apenas estivessem deixando de participar devido ao reconhecimento de que esse processo já não era mais importante para algumas capitanias, portanto, não viam sentido em fazer parte dele.

Em artigo recentemente publicado, Fernanda Bicalho fez uma breve caracterização da política corporativa portuguesa da segunda metade do século XVII e como o Conselho Ultramarino disputava espaço de atuação com outros órgãos, o que era uma marca daquela

449 Esse tipo de comportamento também está diretamente ligado com a ideia de redes de favorecimento, ou como destacou Fátima Gouvêa, redes governativas. Segundo a autora, esse tipo de rede funcionava como uma espiral relacional baseada na economia moral na qual amigos e parentes potencializavam os recursos individuais daqueles que faziam parte dessa rede. GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680 – 1730, *Op. Cit*, p. 166 – 167.

450 CRUZ, Miguel Dantas da. *Um império de conflitos*: o Conselho Ultramarino e a defesa do Brasil. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2015, p. 282 – 283; Bicalho, Maria Fernanda. «Sobre este modo de resolver e despachar os negócios». El declive del Conselho Ultramarino y el auge de los secretarios de Estado en Portugal durante la primera mitad del siglo XVIII. *Espacio Tiempo* Y Forma. Serie IV, Historia Moderna, (34), 2021, 47–68.

monarquia polissinodal.[451] Além dos diversos conselhos que repartiam entre si funções políticas e administrativas, também existiam as juntas, que costumavam participar poucas pessoas e resolviam questões de forma mais breve e direta naquele período, o que era visto como uma novidade indesejada, pelo menos para os demais órgãos que observavam suas prerrogativas sendo tomadas.[452] O uso dessas juntas seria algo que ficou conhecido na época como "governar à castelhana", assim como também o uso de validos para as decisões políticas.[453] A partir do governo de Pedro II, a comunicação com os poderes ultramarinos passou a se concentrar cada vez mais nas secretarias de Estado, diminuindo o fluxo dos demais órgãos, o que já era um indicador de uma mudança em curso. No início do setecentos, principalmente a partir do governo de D. João V, esse movimento se intensificou. Segundo Bicalho:

> La necesidad de organizar y disminuir el volumen de papeles y negocios en espera de la confirmación del soberano separaba los conductos por los que pasaban y eran decididas las mercedes menores –consultadas en los tribunales– y las gracias y asuntos de mayor relevancia, discutidos y confirmados por la firma del rey a través de la secretaría de Estado.[454]

Dessa maneira, cada vez mais ficava evidenciado o ganho de protagonismo das secretarias de Estado, uma vez que as matérias de maior importância passaram a ser discutidas por meio delas. Tal protagonismo foi consolidado com a reformulação das secretarias, em 1736, quando praticamente todos os assuntos envolvendo questões políticas, econômicas e militares do reino e suas conquistas, passariam por elas.[455]

Bicalho analisou um interessantíssimo documento anônimo de 1746 que emitia a opinião de uma pessoa sobre essa nova forma de governar de D. João V. O autor anônimo afirmou que era muito danosa a forma como o rei estava governando o reino, pois desde o princípio, Portugal era governado por meio de seus conselhos e tribunais, sem a utilização de juntas, "de modo que não há negócio algum, ou seja, da República, ou das partes, que não

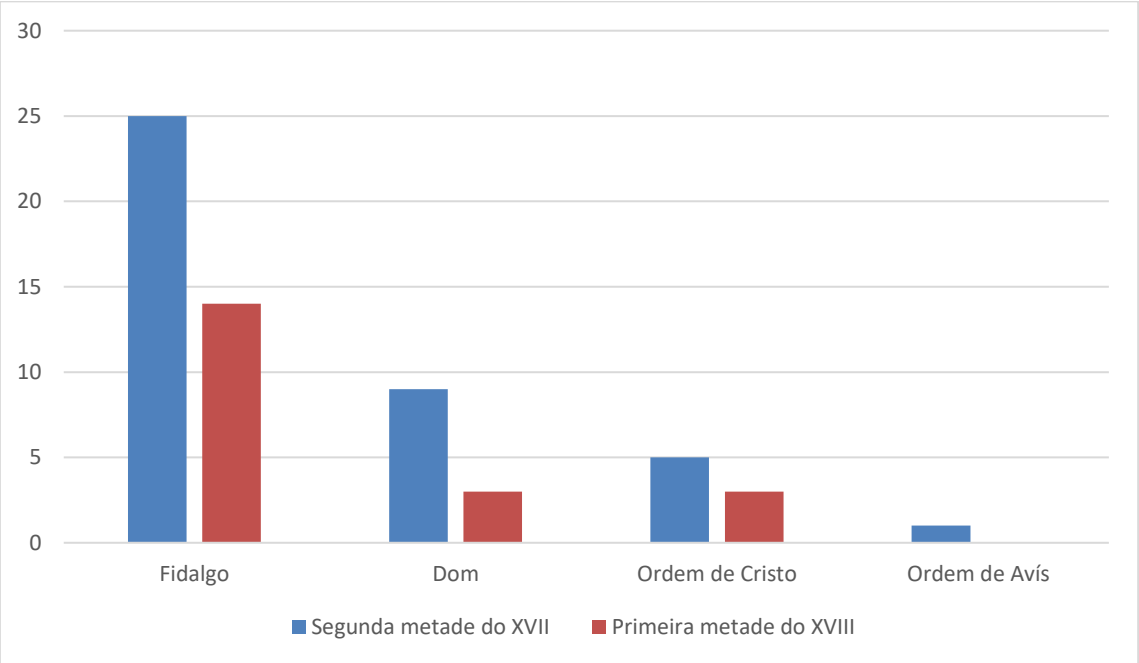
451 Sobre a atuação do Conselho Ultramarino no referido contexto, destaca-se os trabalhos de Edval Barros e de Marcelo Loureiro. BARROS, Edval de Souza. *Negócios de tanta importância*. O Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661), Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2008; LOUREIRO, Marcello José Gomes, Iustitiam Dare. *A Gestão da Monarquia Pluricontinental:* Conselhos Superiores, pactos, articulações e o governo da monarquia pluricontinental portuguesa (1640-1668), tesis doctoral inédita, París-Rio de Janeiro, EHESS-PPGHISUFRJ, 2014.
452 BICALHO, M. F. Sobre este modo de resolver e despachar os negócios. El declive del Conselho Ultramarino y el auge de los secretarios de Estado en Portugal durante la primera mitad del siglo XVIII. *Espacio Tiempo y Forma*. Serie IV, Historia Moderna, [S. l.], n. 34, 2021, p. 54.
453 CARDIM, Pedro. *Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998, p. 29.
454 BICALHO, Marina Fernanda. Sobre este modo de resolver e despachar os negócios... *Op. Cit*, p. 61.
455 *Ibidem*, p. 62.

pertençam a algum dos tribunais".[456] Reclamava, portanto, da perda do protagonismo que essas instituições tiveram durante o reinado de D. João V, demonstrando que os próprios contemporâneos identificaram as mudanças governativas do reino.[457]

A progressiva perda de espaço de atuação por parte do Conselho Ultramarino ao longo do século XVIII pode ser constada em uma consulta desse órgão, em 1777, que afirmava que aquela instituição não estava mais sendo informada sobre diversas ordens que eram encaminhadas para o ultramar, bem como não estavam mais tomando conhecimento sobre muitas coisas que estavam acontecendo nessas áreas, pois os agentes ultramarinos não estavam mais reportando muitas coisas àquela instituição.[458]

O gráfico a seguir ajuda a enxergar um declínio na qualidade social dos opositores à capitania de Pernambuco ao longo da segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII, e ao mesmo tempo que houve essa queda, a qualidade social daqueles que de fato eram escolhidos não diminuiu, o que reforça o que foi discutido nos parágrafos anteriores. Os melhores opositores não estavam mais fazendo parte dos processos de consulta. Eles esperavam ser nomeados por fora.

Gráfico 15 - Qualidade social dos opositores ao governo de Pernambuco

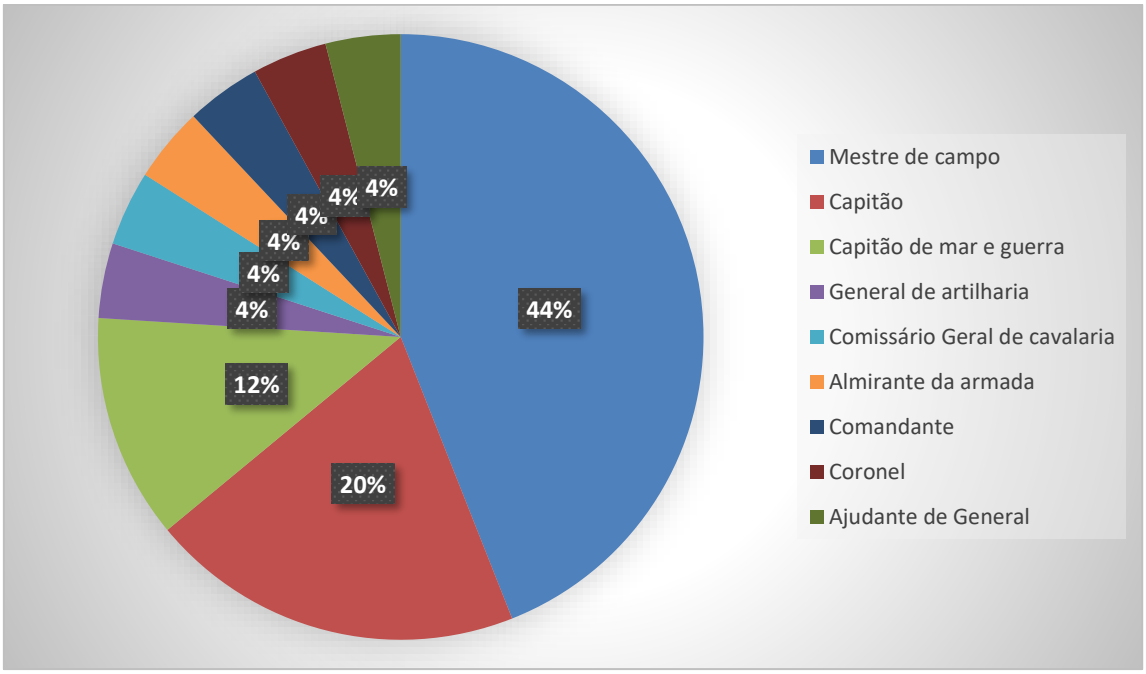


Fonte: AHU-PE Cx. 9, D. 882; Cx. 15, D. 1484; Cx. 16, D. 1587; Cx. 21, D. 1997; Cx. 29, D. 2589; códice 17, fl. 192, 314v, 425; códice 18, fl. 170v, 172v; códice 19, fl. 330; códice 20, fl. 291; códice 21, fl. 8, 250; códice 22, fl. 92; códice 23, fl. 64.

456 *Ibidem*, p. 64.
457 Sobre o processo gradual de transformação da forma de governar durante o reinado de D. João V, ver: MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «Identificação da política setecentista. Notas sobre Portugal no início do período joanino», Análise Social, XXXV/157, 2001, p. 961-987.
458 *Ibidem, p. 65.*

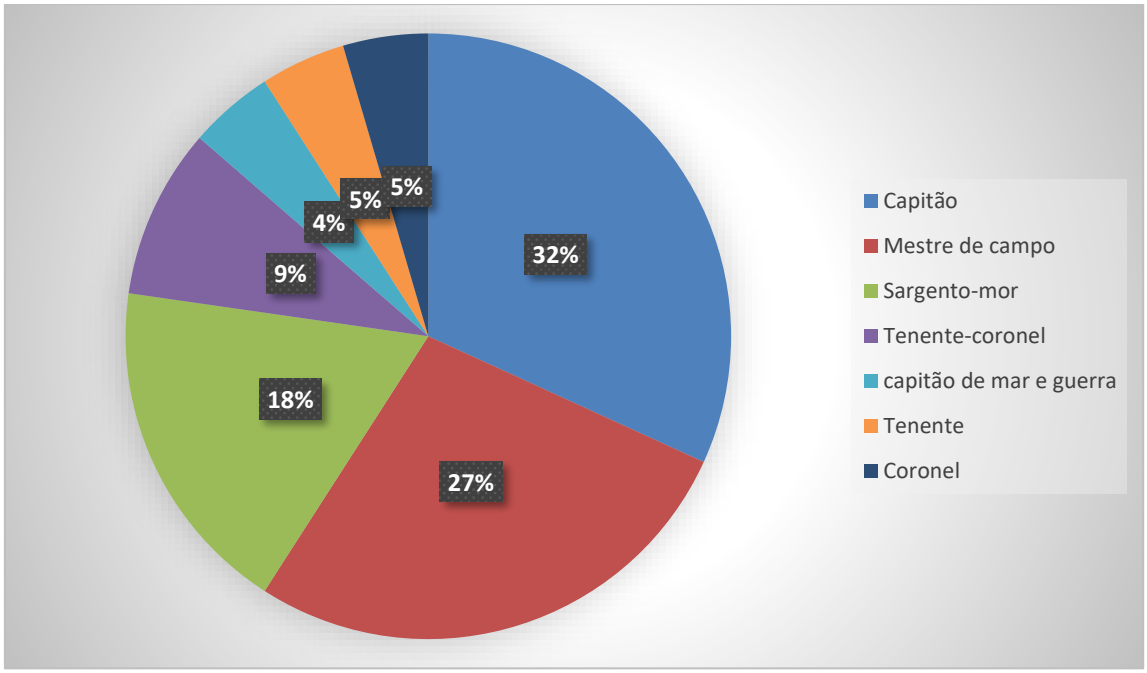
Agora serão analisados os dados referentes aos governantes efetivamente nomeados. Os gráficos que serão apresentados seguirão os mesmos modelos dos que foram mostrados anteriormente, por isso o leitor pode ter a impressão de que está vendo os mesmos gráficos, no entanto, foi aplicado um filtro para demonstrar o perfil exclusivo daqueles que foram escolhidos. Essa opção permitirá uma melhor compreensão sobre os critérios de seleção do Conselho Ultramarino, que será abordado no próximo tópico desse capítulo. Primeiramente será analisado os postos mais altos que essas pessoas ocuparam antes de serem nomeadas.

Gráfico 16 - Postos dos governadores de Pernambuco



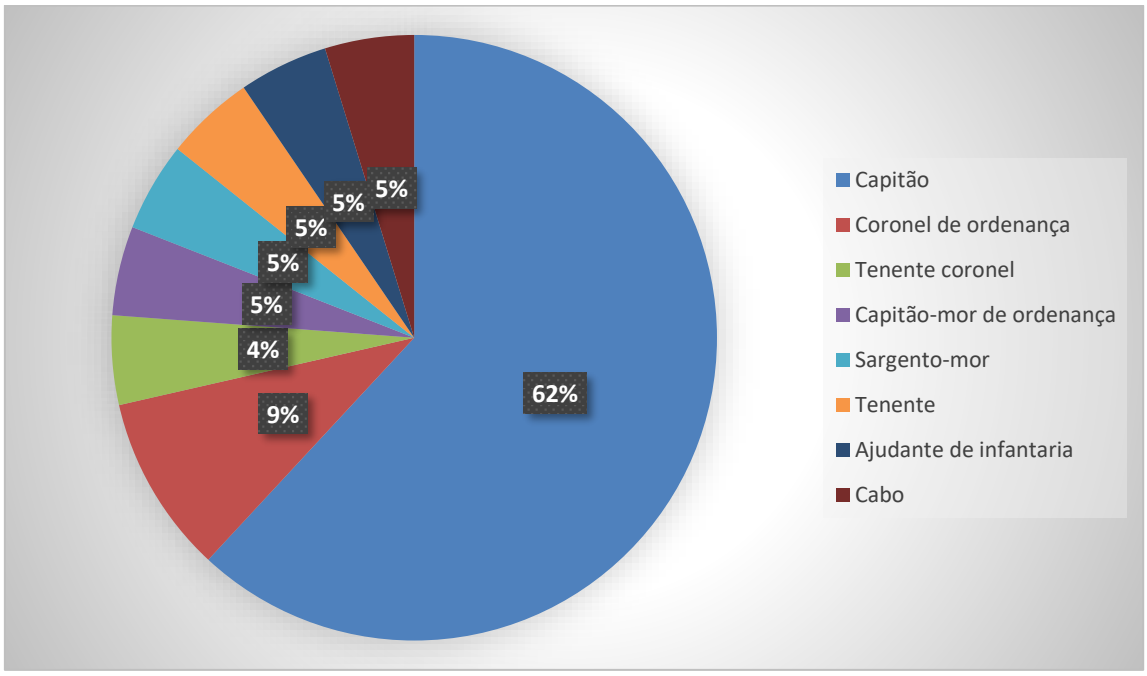
Fonte: AHU-PE Cx. 9, D. 882; Cx. 15, D. 1484; Cx. 16, D. 1587; Cx. 21, D. 1997; Cx. 29, D. 2589; códice 17, fl. 192, 314v, 425; códice 18, fl. 170v, 172v; códice 19, fl. 330; códice 20, fl. 291; códice 21, fl. 8, 250; códice 22, fl. 92; códice 23, fl. 64; CURVELO, Arthur. *Governar Pernambuco e as "capitanias anexas"* : o perfil de recrutamento, a comunicação política e as jurisdições dos governadores da capitania de Pernambuco (c.1654-c.1756). Tese(Doutorado em História) - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa: 2019, p. 68 .

Gráfico 17 - Postos dos capitães-mores da Paraíba



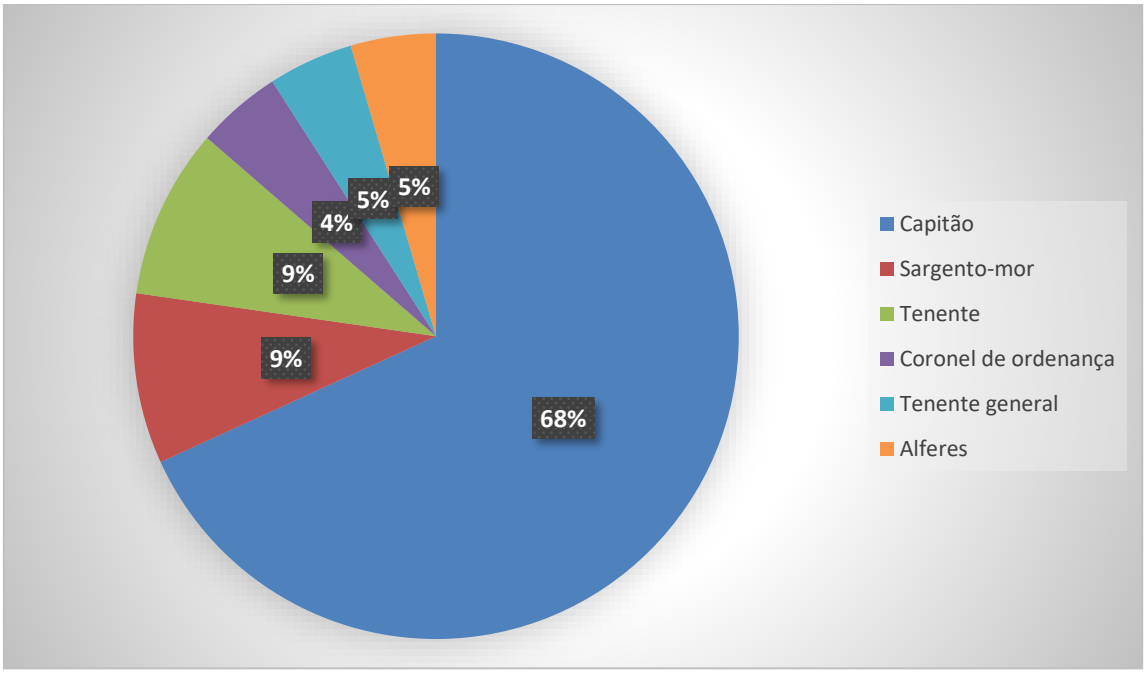
Fonte: AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 48, 62, 70, 87; Cx. 2, D. 104, 120, 137; Cx. 3, D. 195,202, 223; Cx. 5, D. 346; Cx. 6, D. 499; Cx. 9, D. 730; Cx. 10, D. 877; Cx. 12, D. 1037; Cx. 15, D. 1288; Cx. 19, D. 1508; Cx. 22, d. 1661; códice 18, fl. 171; códice 20, fl. 120; códice 22, fl. 240; códice 25, fl. 272.

Gráfico 18 - Postos dos capitães-mores do Rio Grande



Fonte: AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx.1, Doc. 9, 13 16, 18, 28, 32, 37, 57, 77, 88; Cx. 2, Doc. 148,; Cx. 3, Doc. 19; Cx. 4, Doc. 253; Cx. 6, Doc. 348; LEMOS, Vicente de. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte***.** Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1912, V. 1, 119 p; LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcisio. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte***.** Rio Grande do Norte: Edição do Instituto Históricos e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1980, V. 2 173 p.

Gráfico 19 - Postos dos capitães-mores do Ceará



Fonte: Fonte: AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 1, Doc. 21, 23, 25, 28, 30, 32, 42, 44, 50, 80; Cx. 2, Doc. 100; Cx. 3, Doc. 153, 196, 212; Cx. 4, Doc. 262; Cx. 5, Doc. 339; Cx. 6, Doc. 392; Registo Geral de Mercês, Mercês (Chancelaria) de D. Afonso VI, liv. 3, f.429-430; liv.5, f.353; de D. João V, liv. 5, f.510; liv. 7, f.141, 239

Analisando os gráficos passados e comparando com o mesmo tipo referente aos opositores, de um modo geral foi possível perceber algumas diferenças significativas e outras nem tanto. Destaque para o caso da Paraíba, que dentre seus opositores, 51% eram capitães, seguidos por 17% de sargentos-mores e 15% de mestres de campo. No entanto, analisando o perfil daqueles que de fato foram nomeados, pode-se ver que o número de capitães diminuiu bastante, agora representam 32%, na mesma proporção que o número de mestres de campo aumentou, representando agora 27%. Essa transformação nos números demonstra que o perfil esperando para os governantes da Paraíba deveria ser de militares que ocupassem uma hierarquia militar maior, ainda mais quando comparado com os governantes do Rio Grande e Ceará.

Excetuando-se a Paraíba, o perfil militar das demais capitanias não sofreu alteração ao comparar aqueles que de fato foram nomeados com os opositores que tentavam assumir. Uma pequena mudança ocorreu nas capitanias do Ceará e na do Rio Grande, que foi o aumento percentual no número de capitães, bem como os postos militares de oficiais menores que estavam presentes entre os opositores, como alferes e tenente, diminuíram, demonstrando que por mais que fossem capitanias subalternas, existia uma exigência mínima de ser ao menos um capitão para poder ser nomeado para os seus governos, apesar de nem sempre isso ser seguido.

Agora será analisada a circulação dos governantes nomeados em termos de trajetórias administrativas. A circulação geral dessas pessoas antes de assumirem os governos das Capitanias do Norte é muito semelhante ao que foi visto na circulação dos opositores, por isso não será necessário abordar um gráfico específico para os governantes, uma vez que ficaria redundante. Será focado apenas as trajetórias daqueles que assumiram pelo menos mais de um governo.

Quadro 3 - Governos dos govenadores de Pernambuco

Francisco Barreto de Meneses	Pernambuco (1654); governo-geral do Brasil (1657)
André Vidal de Negreiros	Governador do Estado do Maranhão (1655); Pernambuco (1657); Angola (1661)
Antônio Luís Gonçalves Câmara Coutinho	Pernambuco (1689); governo-geral do Brasil (1690)
Caetano de Melo e Castro	Rios Sena e Sofala (1682); Pernambuco (1693); vice-rei da Índia (1697)
D. Fernando Martins de Mascarenhas de Lencastre	Governador da Índia (1691); Pernambuco (1699); Rio de Janeiro (1705)
Francisco de Castro Morais	Rio de Janeiro (1697); Pernambuco (1703); Rio de Janeiro (1710)
Sebastião de Castro e Caldas	Rio de Janeiro (1695); Pernambuco (1707)
D. Lourenço de Almeida	Pernambuco (1715); Minas Gerais (1720)
Manuel de Sousa Tavares de Távora	Mazagão (1702); Pernambuco (1718)
D. Manuel Rolim de Moura	Governador do Estado do Maranhão (1702); Mazagão (1713); Pernambuco (1722)
Duarte Sodré Pereira Tibão	Madeira (1704); Mazagão (1719); Pernambuco (1727)
D. Marcos José de Noronha e Brito	Pernambuco (1746); Goiás (1749); Vice-rei do Brasil (1755)
Luís Diogo Lobo da Silva	Pernambuco (1756); Minas Gerais (1763)
Luís José da Cunha Grão Ataíde e Melo	Pernambuco (1767); Bahia (1769)
Manuel da Cunha e Meneses	Pernambuco (1769); Bahia (1774)

Fonte: AHU-PE Cx. 9, D. 882; Cx. 15, D. 1484; Cx. 16, D. 1587; Cx. 21, D. 1997; Cx. 29, D. 2589; códice 17, fl. 192, 314v, 425; códice 18, fl. 170v, 172v; códice 19, fl. 330; códice 20, fl. 291; códice 21, fl. 8, 250; códice 22, fl. 92; códice 23, fl. 64; CURVELO, Arthur. *Governar Pernambuco e as "capitanias anexas"* : o perfil de recrutamento, a comunicação política e as jurisdições dos governadores da capitania de Pernambuco (c.1654-c.1756). Tese(Doutorado em História) - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa: 2019, p. 68; DIAS, Erika Simone de Almeida Carlos. "*As pessoas mais distintas em qualidade e negócio*": a Companhia de Comércio e as relações políticas entre Pernambuco e a Coroa no último quartel do setecentos. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: 2014.

Quadro 4 - Governos dos capitães-mores da Paraíba

João Fernandes Vieira	Paraíba (1655); Angola (1658)
Inácio Coelho da Silva	Paraíba (1669); governador do Estado do Maranhão (1678)
João da Maia da Gama	Paraíba (1707); governador do Estado do Maranhão (1722)
João de Abreu de Castelo Branco	Paraíba (1722); Ilha da Madeira (1733); governador do Maranhão (1737)
Francisco de Pedro de Mendonça Gorjão	Paraíba (1729); Ilha da Madeira (1737); governador do Estado do Maranhão (1747)
Francisco Xavier de Miranda Henriques	Rio Grande (1739); Ceará (1754); Paraíba (1757)

Fonte: AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 48, 62, 70, 87; Cx. 2, D. 104, 120, 137; Cx. 3, D. 195,202, 223; Cx. 5, D. 346; Cx. 6, D. 499; Cx. 9, D. 730; Cx. 10, D. 877; Cx. 12, D. 1037; Cx. 15, D. 1288; Cx. 19, D. 1508; Cx. 22, d. 1661; códice 18, fl. 171; códice 20, fl. 120; códice 22, fl. 240; códice 25, fl. 272; SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Os capitães-mores do Pará (1707-1737): trajetórias, governo e dinâmica administrativa no Estado do Maranhão. *Topoi (Online*): *revista de história*, v. 16, p. 667-688, 2015.

Quadro 5 – Governos dos capitães-mores do Ceará

João de Melo Gusmão	Gurupá (1633); Ceará (1663)
Jorge Correia da Silva	Espírito Santo (1665); Ceará (1669)
Fernão Carrilho	Ceará (1693); Maranhão (1701)[459]
Jorge Barros Leite	Sergipe (1684); Ceará (1699); Sergipe (1711)
Gabriel da Silva Lago	Espírito Santo (1704); Ceará (1704)
Salvador Álvares da Silva	Rio Grande (1711); Ceará (1717)
Manuel Francês	Ceará (1720); Sergipe (1744)
João Batista Furtado	Ceará (1726); Gurupá (1734)
Dom Francisco Ximenes de Aragão	São Luiz (1723)[460]; Ceará (1739)
João de Teive Barreto e Menezes	Rio Grande (1734); Ceará (1742)
Francisco de Miranda Costa	Sergipe (1732; 1740); Ceará (1746)
Francisco Xavier de Miranda Henriques	Rio Grande (1739); Ceará (1754); Paraíba (1757)
Luís da Mota Féo	Ceará (1789); Paraíba (1802)

Fonte: AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 1, Doc. 50; Cx. 3, Doc. 163, 212; Cx. 4, Doc. 247, 279; Cx. 7, Doc. 449; Cx. 8, Doc. 510; Cx.12, D. 667; AHU-Sergipe, Papéis Avulsos, Cx. 4. Doc. 347; AHU-Paraíba, Papéis Avulsos,

459 Governo interino com poderes de loco-tenente.

460 Nesse caso ele foi capitão-mor do Maranhão que assumia o governo da capitania quando o governador não estava presente. Sobre os poderes governativos desses agentes ver o trabalho desenvolvido por Fabiano Vilaça dos Santos. SANTOS, F. V. Capitães-mores no governo do Pará e do Maranhão: regimentos, jurisdição e conflitos (1669-1751). In: 30º Simpósio Nacional de História: História e o Futuro da Educação no Brasil, 2019, Recife. VILELA, Márcio Ananias Ferreira (org.). *Anais do 30° Simpósio Nacional de História* - História e o futuro da educação no Brasil. Recife: Associação Nacional de História - ANPUH-Brasil, 2019. v. 1. p. 1-13.

Cx. 20. Doc. 1548; Cx. 39, Doc. 2760; Registo Geral de Mercês, Mercês (Chancelaria) de D. Afonso VI, liv.3, f.429v – 430; liv.13, f.175; de D. João V, liv. 5, f. 535-535v; f. 684v-685; SANTOS (2004).

Quadro 6 – Governos dos capitães-mores do Rio Grande

Agostinho César de Andrade	Itamaracá (1675); Rio Grande (1688)
Sebastião Nunes Colares	Sergipe (1694); Rio Grande (1705)
Salvador Álvares da Silva	Rio Grande (1711); Ceará (1717)
Domingos de Morais Navarro	Rio Grande (1726); Espírito Santo (1739)
João de Teive Barreto e Menezes	Rio Grande (1734); Ceará (1742)
Francisco Xavier de Miranda Henriques	Rio Grande (1739); Ceará (1754); Paraíba (1757)
Pedro de Albuquerque e Melo	Itamaracá (1739); Rio Grande (1750)

Fonte: Fonte: LEMOS, Vicente de. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte***.** Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1912, V. 1 119 p; LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcísio. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte***.** Rio Grande do Norte: Edição do Instituto Históricos e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1980, V. 2 173 p. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, Doc. 58.; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 11, Doc. 1026; AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 1, Doc. 75; Cx. 3, Doc. 212; Cx. 6, Doc. 392; AHU-ES, Papéis Avulsos, Cx. 03, Doc. 219. AHU-Paraíba, Papéis Avulsos, Cx. 20. Doc. 1548.

Analisando os quadros acima é possível perceber como as trajetórias desses governantes seguiam um padrão que condizia com as capitanias governadas. Observando o caso de Pernambuco, muitos deles assumiram governos de estatutos políticos semelhantes, no entanto, houve alguns casos de crescimento na trajetória políticas, saindo de Pernambuco para um vice-reinado na Índia, ou governo-geral/vice-reinado no Brasil. No caso da Paraíba é interessante destacar como praticamente nenhum agente possuía experiência governativa anterior, com exceção de Francisco Xavier de Miranda Henriques e que os demais passaram por um processo de elevação em suas trajetórias administrativas, saindo daquela capitania para o governo do Estado do Maranhão. Fabiano Vilaça dos Santos analisou essa situação e destacou uma afirmação de Rocha Pita de que existia um circuito entre os governos da Paraíba e Maranhão, Santos, no entanto, destacou que essa fala precisa ser relativizada, pois de fato existiram alguns governantes que assumiram o posto de governador do Maranhão após uma passagem pela capitania da Paraíba, no entanto, foram apenas alguns casos. De toda forma, Santos concorda que o governo da Paraíba servia como um degrau de alavancagem nas carreiras administrativas daqueles que governaram aquela capitania.[461]Essa ascensão nas trajetórias desses governantes é mais um elemento que corrobora com a ideia de que a capitania da Paraíba ocupava um espaço

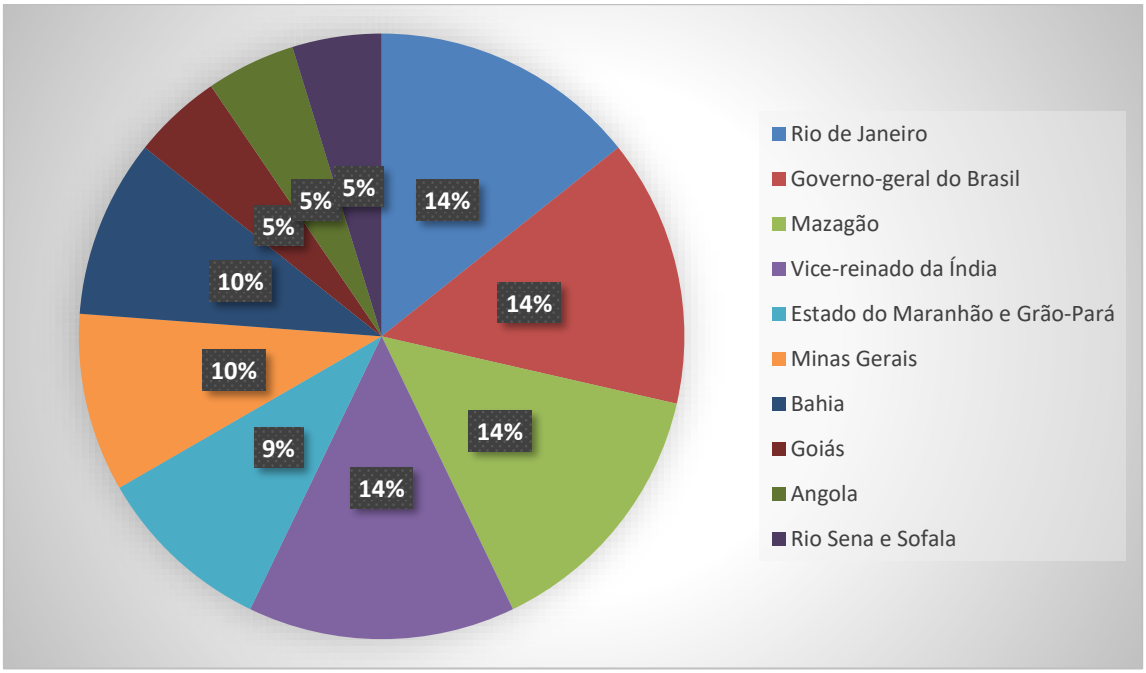
461 SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Da Paraíba ao Estado do Maranhão: trajetórias de governo na América portuguesa (séculos XVII-XVIII). *Revista de História* (USP), v. 161, p. 59-83, 2010, p. 70.

intermediário na hierarquia política, representando um importante lugar de crescimento para aqueles que passaram por ela. Vale relembrar a consulta do Conselho Ultramarino discutida no primeiro capítulo desta tese, a qual os conselheiros defenderam que o fato de João da Maia da Gama ter sido governador da Paraíba o habilitava a receber o título de govenador e capitão-general do Maranhão, mesmo ele não sendo um fidalgo.[462]

O caso da capitania do Ceará é particularmente interessante. Muitas pessoas possuíam experiência governativa antes de assumirem esse governo, representando o Ceará como um ponto final de suas ascensões administrativas. Além disso, cabe ressaltar que as capitanias ocupadas, de uma forma geral, possuíam estatutos políticos semelhantes. Capitanias subordinadas com o título de capitão-mor para aqueles que as governavam. Esse mesmo cenário é encontrado no Rio Grande, apesar de bem menos sujeitos possuírem experiencias governativas prévias, as capitanias ocupadas eram de mesmo estatuto, inclusive sendo várias delas em comum com a dos governantes do Ceará, o que mostra um forte ponto de aproximação entre essas duas capitanias.

Agora, para melhor visualizar a circulação dessas trajetórias, serão mostrados alguns gráficos retratando os lugares pelos quais as trajetórias governativas desses homens os levaram. As fontes utilizadas na elaboração desses gráficos serão as mesmas usadas nos quadros das páginas anteriores, por isso, optou-se por não as adicionar abaixo dos gráficos para diminuir a poluição visual.

Gráfico 20 - Outros governos dos governantes de Pernambuco



462 AHU-Códice 21, f.456 – 456v.

Gráfico 21 - Outros governos dos governantes da Paraíba

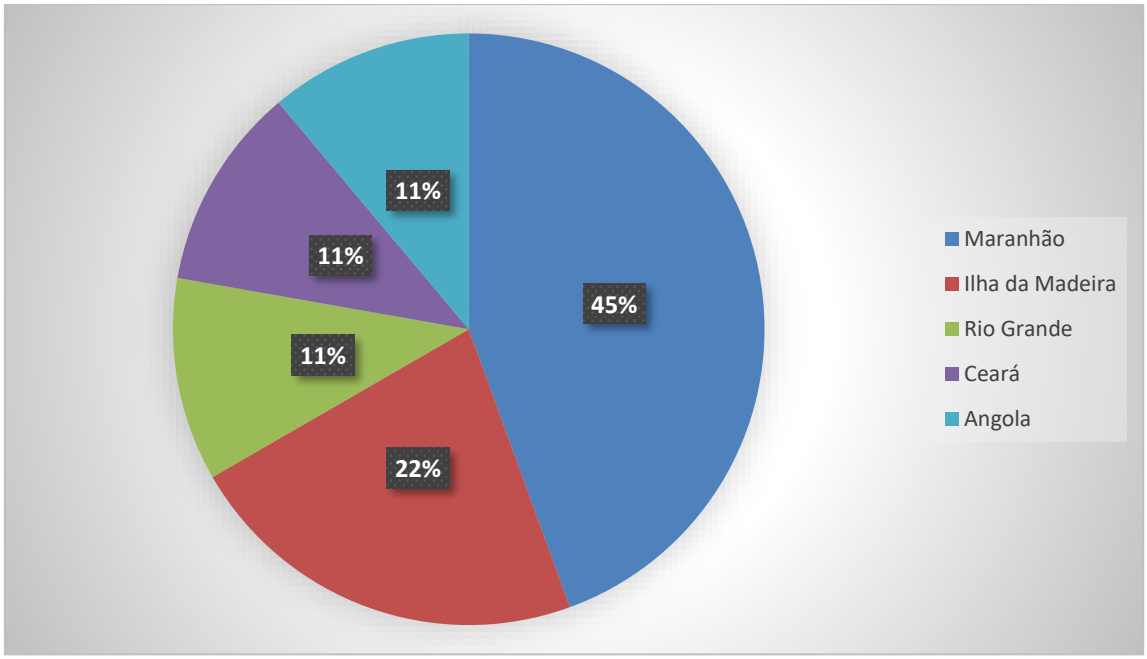


Gráfico 22 - Outros governos dos governantes do Rio Grande

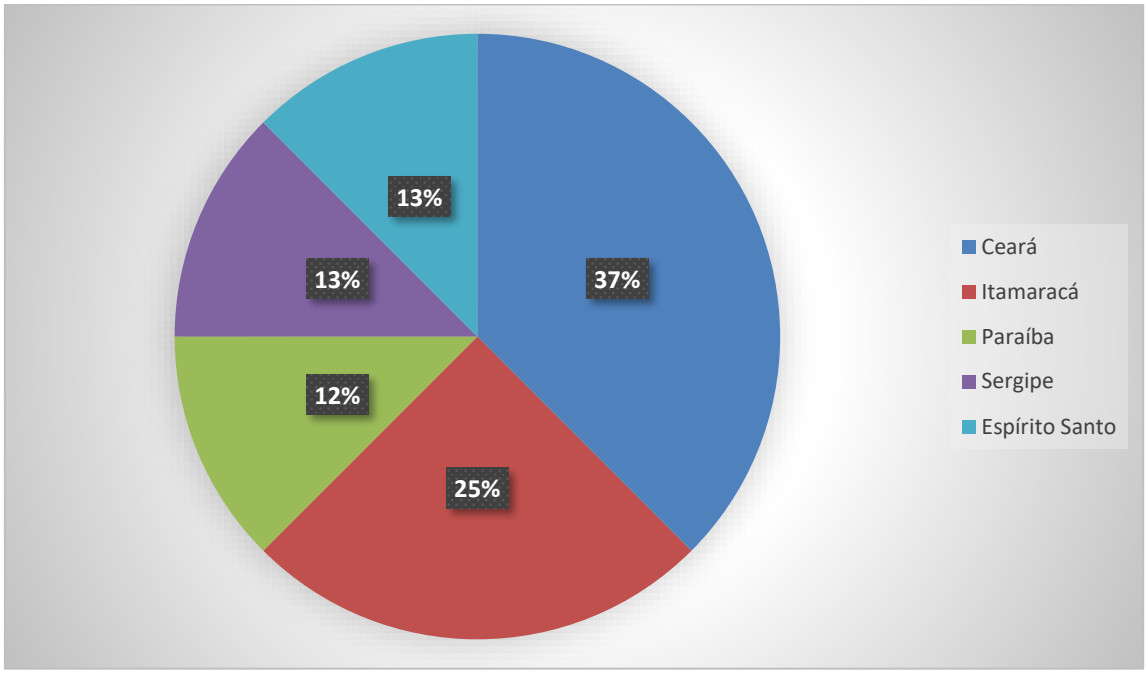
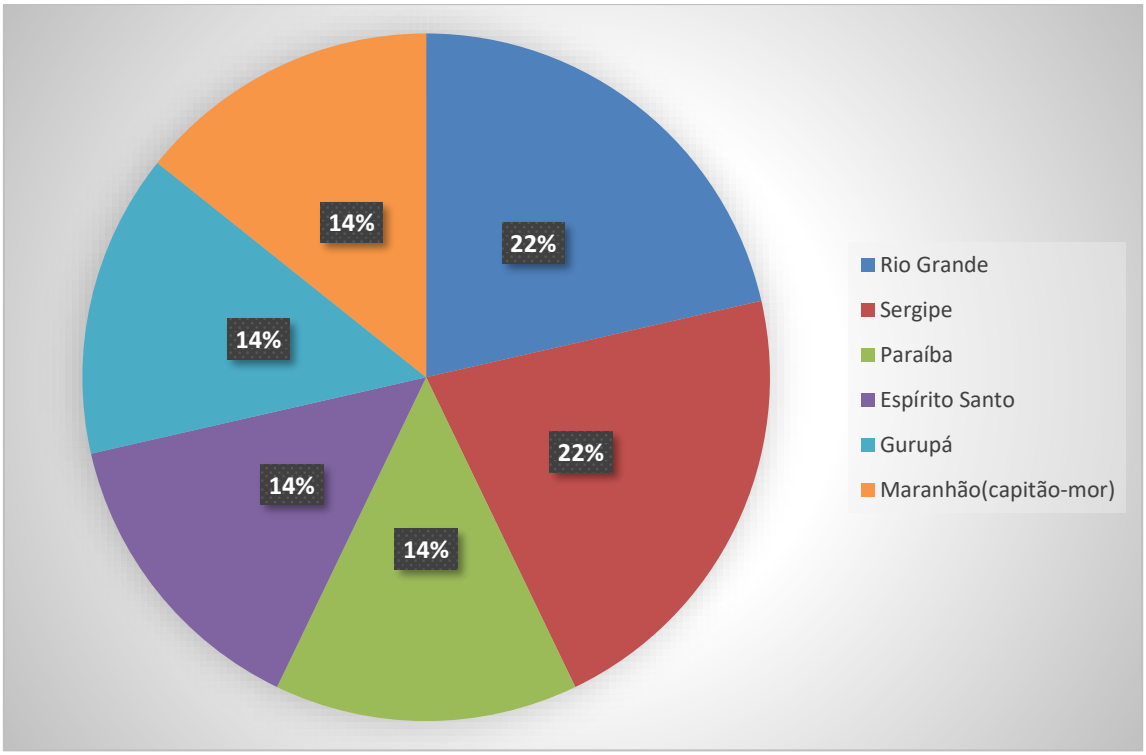


Gráfico 23 - Outros governos dos governantes do Ceará



Por meio desses gráficos fica mais evidenciada a circulação governativa dos agentes estudados. Cabe destacar que não foram inclusas nos gráficos as próprias capitanias, por exemplo, ao contabilizar os lugares que os governantes do Ceará também governaram, não foi incluída a própria capitania do Ceará. Por meio dos dados demonstrados é possível perceber como as trajetórias dos governadores de Pernambuco eram mais diversificadas. Eles passaram por 10 lugares diferentes, sendo quase metade deles fora da América. No Ceará houve uma diversificação de seis lugares e no Rio Grande e na Paraíba cinco lugares. Cabe ressaltar que nesta última capitania, assim como em Pernambuco, as trajetórias dos seus governantes passaram por lugares fora da América portuguesa, enquanto nas duas restantes a circulação governativa foi feita exclusivamente na América.

Os gráficos sobre a circulação governativa reforçam o que se defende nessa tese. Aquelas pessoas com maior qualidade social e que, por consequência disso, passavam por governos mais importantes, tendiam a possuir uma circulação mais vasta pelo Império português. Por mais que os opositores ao governo de Pernambuco, antes de tentarem assumir esse cargo, concentrassem sua atuação militar, em sua maioria, dentro de Portugal, como foi demonstrado no início desse capítulo, após assumirem algum importante governo, como o de Pernambuco ou algum outro de estatuto político semelhante, a tendência era de que circulassem

por outras partes distantes e importantes para o Império. Tal tendência de comportamento é o que se pode chamar de circulação imperial.

Nas demais capitanias se observou um comportamento contrário ao que foi constatado com relação aos opositores. Enquanto a circulação desses opositores era muito mais diversificada do que a dos de Pernambuco, quando analisado as trajetórias governativas, essa diversificação diminui significativamente em algumas poucas capitanias. As trajetórias dos governantes do Ceará e do Rio Grande praticamente se repetem e isso ocorre porque alguns capitães-mores governaram as duas capitanias. Além dessas duas, seus agentes governativos passaram por Sergipe, Paraíba e Espírito Santo. No caso do Ceará ainda existe alguns agentes que também passaram pelo Gurupá e Maranhão. Dessa forma, a partir das análises das trajetórias desses capitães-mores é possível perceber que eles possuíam uma circulação muito mais restrita e sempre passando entre lugares relativamente próximos. Esse tipo de comportamento também foi percebido em outros trabalhos sobre outras capitanias. Luiz Siqueira analisou em sua tese de doutorado os capitães-mores de Sergipe e ao estudar a circulação desses homens antes de sua nomeação ele percebeu que 78% dessas pessoas circularam entre Pernambuco e Sergipe, o que demonstra uma circulação bastante circunscrita.[463] Augusto da Silva, ao analisar a circulação dos governantes da ilha de Santa Catarina, também percebeu que quase todos eles circularam por capitanias próximas, não saindo do eixo Sul/Sudeste.[464] Um aspecto interessante destacado por Rafael Ale Rocha, ao estudar a circulação dos oficiais de tropas pagas do Maranhão e do Pará, é que esses homens possuíam um padrão semelhante ao que foi visto até aqui, uma parcela significativa deles circularam por áreas próximas antes da nomeação.[465] Isso demonstra que, aparentemente, a questão das circulações governativas possuía uma lógica muito próxima à dos ofícios de tropas pagas.

Nuno Monteiro, ao analisar as trajetórias dos vice-reis e governadores da Índia, percebeu que, para o caso dos vice-reis, até a metade do século XVII, estes possuíam experiências militares significativas naquele território antes de serem nomeados para o governo máximo dele. No entanto, da segunda metade do XVII em diante, esse cenário mudou drasticamente, pois a grande maioria dos vice-reis nomeados nunca circularam pela Índia. O

463 SIQUEIRA, Luiz. *Homens de Mando e de guerra:* capitães mores em Sergipe del Rey (1648-1743). 2016. 300 f. (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, 2016, p. 143.
464 SILVA, Augusto da. *O governo da ilha de Santa Catarina e sua terra firma*: território, administração e sociedade. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013, p. 99.
465 ROCHA, Rafael Ale. *A elite militar no Estado do Maranhão*: poder, hierarquia e comunidades indígenas (século XVII). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituo de Ciências Humanas e Filosofia, 2013, p. 19-21.

porquê dessa mudança não foi explicado. Além disso, o autor constatou que os governadores das conquistas daquele território, independente do século, possuíam uma larga experiência de circulação por eles.[466] Os dados levantados por Nuno Monteiro corroboram ainda mais com a ideia de "regionalização" da circulação dos agentes governativos. Mas é importante ressaltar que essa regionalização continuou apenas com os governantes menos graduados daquele território e não mais com os vice-reis. Ao analisar a trajetória administrativa de alguns governadores-gerais do Brasil essa característica também foi possível de ser encontrada, como o caso de João de Lencastre, que foi governador de Angola e posteriormente governador-geral do Brasil e também o de Lourenço de Almada, que antes de assumir o governo máximo do Brasil, foi governador da Madeira e de Angola.[467] A partir dos dados analisados em outras áreas geográficas, discutidos em outros trabalhos, com o cruzamento das informações levantadas até aqui para as Capitanias do Norte, chega-se à conclusão de que de fato existia essa "regionalização" na circulação e que era uma característica mais forte entre agentes intermediários dentro da hierarquia governativa, enquanto os agentes que passavam por governos mais importantes possuíam uma circulação imperial.

Essas categorizações de circulação dos agentes governativos reforçam uma característica de um sistema de governabilidade português destacado por Fátima Gouvêa. Ao analisar a circulação dos agentes governativos sobre diversos espaços pelo Império português, a historiadora afirmou:

> Desenvolvia-se, assim, uma maior percepção da diversidade dos problemas enfrentados, bem como da similitude de situações e estratégias passíveis de uso no exercício da soberania portuguesa em áreas tão distantes e díspares entre si. Dessa maneira, tornava também forma um complexo processo de hierarquização dos homens encarregados dessa gestão governativa, bem como dos espaços geridos. [...] Hierarquizando os homens por meio dos privilégios cedidos em contrapartida à prestação dos 'serviços' de governo, produziam-se múltiplas aspirais de poder,

466 MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os governadores-gerais e vice-reis do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. IN: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos:* A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 261-262. Em um trabalho anterior também sobre os governantes da Índia portuguesa, Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo Monteiro destacaram um interessante aspecto sobre o recrutamento desses homens. Quase todos eles possuíam algum parente anterior que já tinha sido governante ou vice-rei da Índia, o que demonstrava uma certa continuidade na prestação de serviços de determinadas famílias. CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Vice-reis, governadores e conselheiros de governo no Estado da Índia (1505-1834): recrutamento e caracterização social. *Penélope*: Fazer e Desfazer a História, Lisboa, n. 15, p. 91-120, 1995.

467 GOUVÊA, Maria de Fátima. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645 – 1808). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos:* A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 306.

> articuladas entre si, viabilizando uma governabilidade tão característica da forma como se exercia a soberania portuguesa sobre seu Império ultramarino.[468]

O sistema de governabilidade criado por meio dessa circulação possuía dois tipos de sentidos, conforme já foi discutido. Primeiro, tem-se os agentes régios que costumavam passar pelos principais postos de governos ultramarinos, sendo eles marcados por uma circulação mais vasta, intercontinental. Essas pessoas faziam parte de um seleto grupo de indivíduos que monopolizavam tais circuitos administrativos.[469] O segundo sentido refere-se às pessoas que não se enquadrariam nesse seleto grupo, mas que também faziam parte do referido sistema de governabilidade. Os capitães-mores analisados nesse trabalho pertenceriam a esse grupo. Homens que possuíam uma circulação mais restrita, que se chamou aqui de regionalizada, e dentro de seus limites sociais e financeiros, passavam por governos menos importantes e relativamente próximos em termos não apenas políticos, como espaciais.

Esse sistema de governabilidade se aproxima bastante de uma característica do desenvolvimento científico do período moderno. Kapil Raj, em um artigo intitulado *Conexões, cruzamento, circulações: a passagem da cartografia britânica pela Índia, séculos XVII-XIX*, defende que a ciência ocidental como um todo, partindo das experiências coloniais da Inglaterra nos territórios asiáticos, tem como fenômeno principal de desenvolvimento a circulação dos agentes por diversos espaços, obtendo e ressignificando os seus conhecimentos. Para esse autor:

> [...] mais do que por caminhos lineares de difusão ou de transferência, é por processos de circulação dos homens e das práticas, das informações e dos saberes, dos instrumentos e dos objetos, que as ciências e as técnicas se desenvolvem. Estes mesmos processos permitem a sua apropriação e naturalização em diferentes localidades, originando práticas ancoradas nestes diferentes lugares conectados pelos seus trajectos.[470]

A partir dessa perspectiva apontada por Kapil Raj é possível fazer um paralelo entre o desenvolvimento científico e o desenvolvimento do sistema de governabilidade apontado por Fátima Gouvêa. Em ambos, a circulação dos agentes aparece como um fenômeno essencial para o desenvolvimento prático de suas atividades. Importante ressaltar, no entanto, que esse sistema de governabilidade, apesar de traçado o paralelo com o sistema científico moderno trabalhado por Kapil Raj, não é considerado como uma aplicação do pensamento científico no processo de governabilidade. A comparação foi utilizada apenas para demonstrar que existiam

468 *Ibidem, p. 308.*
469 *Ibidem*, p. 304.
470 RAJ, Kapil. Conexões, cruzamentos, circulações: a passagem da cartografia britânica pela Índia, séculos XVII-XIX. In: *Cultura* [Online]. Volume 24, 2007, p. 54.

características em comum entre esses dois processos e destacar a importância do mecanismo de circulação dos agentes para objetivos diferentes.

Outro importante fator que precisa ser levado em consideração na análise desse sistema de governabilidade é que ele não pode ser visto como uma imposição da Coroa. Era uma lógica governativa que para funcionar precisava da aceitação dos agentes em fazer parte dela, pois como já destacado por parte da historiografia, algumas vezes os agentes escolhidos para governar determinados territórios se negavam a ir, sendo preciso negociar melhores condições de atratividade para convencer algumas pessoas. Essa própria negação também poderia fazia parte de uma estratégia desses indivíduos para conseguirem barganhar mais mercês como condição para aceitar o cargo, algo muito próximo ao que foi denunciado pelo Conselho Ultramarino, como foi visto nesse capítulo. Além disso, nas consultas de nomeação, era necessário que as pessoas se inscrevessem para terem a possibilidade de serem escolhidas. Ou seja, as pessoas se candidatavam a governos que tivessem interesse em assumir, consequentemente, estavam traçando suas próprias trajetórias. Analisando as consultas de seleção para os governos das Capitanias do Norte, foi possível perceber diversos nomes se repetindo entre elas, seja em casos de pessoas que tentaram mais de uma vez assumir a mesma capitania, ou então em casos em que uma mesma pessoa tentou o governo de mais de uma dessas capitanias, como por exemplo, Francisco Xavier de Miranda Henriques, que foi capitão-mor do Rio Grande, do Ceará e da Paraíba, participando das consultas dessas três capitanias.[471] Ocorria, dessa maneira, uma convergência de interesses entre o agente, que queria governar essas capitanias próximas, e a Coroa, que buscava pessoas com experiência para assumir os governos das conquistas.

Essa reflexão é muito inspirada na discussão sociológica feita por Pierre Bourdieu e outros pesquisadores sobre os estudos das biografias. Em seu texto *A ilusão Biográfica*,[472] Pierre Bourdieu fez uma crítica aos estudiosos que trabalhavam com a biografia na perspectiva das histórias de vidas. Tal abordagem era marcada por uma grande influência da Escola de Chicago, na década de 1920 e posteriormente com sua retomada na década de 1980, que defendia o estudo das biografias a partir dos relatos de vidas tais quais as pessoas diziam ter vivido.[473] Como o próprio título de seu texto já deixa bem claro, para Bourdieu, esses

471 AHU-PB, Cx. 10, D. 877; AHU-CE, Cx. 6, D. 392; AHU-RN, Cx. 4, D. 253.
472 BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: M. M. Ferreira & J. Amado (org.). *Usos e abusos da História Oral***.** Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
473 GUÉRIOS, Paulo Renato. O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. *Campos - Revista de Antropologia*, [S.l.], v. 12, n. 1, jun. 2011. P. 10. ISSN 2317-6830. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/28562/18785>. Acesso em: 03 jun. 2018.

intelectuais caiam em uma ilusão ao acharem que a vida de cada sujeito por si só seria dotada de sentidos e significados, que possuía uma coerência individual de acordo com a vontade de cada um, tendo um começo e um fim. Para ele, esse pensamento é problemático, pois dessa forma a vida é apreendida como uma expressão unitária de um projeto de intenção. "O sujeito e o objeto da biografia (o investigador e o investigado) têm de certa forma o mesmo interesse em aceitar o postulado do sentido da existência narrada[...]."[474] Com isso, o autor afirmava que os biógrafos eram "cúmplices" dos biografados ao permitirem que estes procurassem dotar suas vidas de um sentido de acordo com as escolhas feitas por eles.

A crítica de Bourdieu se deve ao seu posicionamento intelectual dentro das ciências humanas. Tendo sua formação em filosofia e sociologia, ele defendia um construtivismo fenomenológico que buscava compreender as relações entre indivíduos e instituições, procurando dessa maneira "encontrar uma estrutura historicizada que se impões sobre os pensamentos e ações."[475] É importante salientar que esse pensamento não pode ser visto como um estruturalismo de redução objetivista, beirando o determinismo, apesar de ele negar que o sentido das ações pessoais não pertence simplesmente aos sujeitos que as exercem, mas sim aos "sistema de relações as quais elas se realizam".[476]

Segundo Bourdieu, o mundo social tende a construir um sentido para a vida de cada um em oposição à história contada por um idiota (expressão utilizada pelo autor inspirado em Shakespeare, na qual designava uma vida sem significação coerente), possuindo instituições de totalização de unidade coerente que é o nome próprio, um ponto fixo em um mundo em movimento. É o nome que garante a constância através do tempo e a unidade nos diversos espaços e permite o enraizamento de uma identidade individual.

Após realizar uma série de discordâncias aos estudos biográficos como estavam sendo feitos até então - esse texto foi escrito em 1996 - o autor indica que é preciso ser feito uma análise crítica desse tipo de pesquisa que conduz à noção de trajetória, que nas suas palavras seria uma "série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeitos a incessantes transformações."[477] Para ele, a tentativa de compreender a vida de uma pessoa como uma série de acontecimentos sucessivos levando em consideração apenas as vontades particulares do indivíduo cuja única constância é o seu nome próprio, é tão absurdo quanto tentar explicar a

474 BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit*. p. 184.
475 THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Rev. Adm. Pública*. Rio de Janeiro , v. 40, n. 1, 2006, p. 29.
476 *Idem*.
477 BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit*. p. 189.

trajetória de um metrô sem levar em conta a estrutura da rede metroviária, que seria a "matriz das relações objetivas entre as diferentes estações."[478] Os acontecimentos biográficos são deslocações e deslocamentos no espaço social que estão intimamente ligados, sendo necessário, dessa forma, levar em consideração o conjunto das relações objetivas estabelecidas nesse espaço. O sujeito está atrelado ao seu contexto, e este é indispensável para o entendimento da trajetória de vida das pessoas.

Esse posicionamento adotado por Bourdieu fez sucesso entre estudiosos da área, no entanto, não foi unanimidade por tanto tempo. Alguns intelectuais criticaram esse tipo de abordagem, considerado um excesso por parte de Bourdieu, ao diminuir a relevância do esforço de constituição de um relato coerente por parte do sujeito que fala, e atribuir um excesso explicativo ao contexto. Dessa maneira, alguns sociólogos passaram a dar importância ao esforço compreensivo no lugar do esforço explicativo, procurando entender a intencionalidade dos sujeitos.[479]

Por meio do entendimento de trajetória de Bourdieu, de fato fica a impressão de uma valorização excessiva do contexto explicativo, o que termina levando a ideia de que existe um certo determinismo social. O entendimento do contexto é fundamental, seja na história ou na sociologia, no entanto, é preciso estabelecer um equilíbrio entre contexto e sujeito para não cair em nenhum dos extremos, seja de achar que o espaço social é exclusivamente determinante, ou que as ações individuais são opções singulares e fruto de uma liberdade romanceada de acordo com a intenção de cada um. É dessa forma que o presente trabalho tenta balancear o estudo das trajetórias governativas. Apesar de defender a existência dessa lógica de governabilidade adotada pela Coroa Portuguesa, ela apenas funcionaria se os agentes governativos aderissem a ela. Então, como já foi afirmado, é necessário que existisse a convergência de interesses. Isso pode ser ilustrado, por exemplo, por meio dos agentes que adotaram a estratégia de não participar das consultas de nomeação para que fossem escolhidos por fora. Eles deliberadamente agiam de forma alternativa às estruturas oficiais na tentativa de alcançarem os seus interesses individuais.

3.3 **Os critérios de seleção dos governantes das Capitanias do Norte**

Após a análise dos números referentes ao perfil e trajetória dos agentes governativos das Capitanias do Norte, agora será discutido quais eram os critérios de seleção adotados pelo

478 *Idem*.
479 GUÉRIOS, Paulo Renato. *Op. Cit*. p.12.

Conselho Ultramarino para justificar as escolhas daqueles considerados mais capazes de assumir os governos daquelas capitanias. Para entender quais são os critérios é preciso fazer um levantamento de todos os pareceres dados pelo Conselho Ultramarino nas consultas de nomeação. Primeiramente será analisado como esse assunto foi tratado pela historiografia em outros lugares e depois será focado na análise dos pareceres dos conselheiros para as Capitanias do Norte.

Não é grande a diversidade de razões apontadas nos pareceres dos conselheiros, e a repetição de muitas delas mostra um certo padrão no processo de seleção. Bardwell destacou como a seleção de governadores era um procedimento burocrático que se distinguia da requisição e concessão de mercês, mas que estava intimamente ligado ao sistema de economia de mercês. Outro elemento que o autor destacou é o surpreendente grau de objetividade que existia na seleção dos governadores coloniais,[480] o que justificaria o padrão de critérios adotado pelo Conselho. No entanto, vale destacar que esse padrão argumentativo poderia não implicar necessariamente em critérios absolutos de escolha. Dentre eles encontram-se alguns vagos, como "[...] cada um pelo que de seus serviços fica relatado."[481], "[...] pelo que fica relatado de seus serviços.[482]", ou então "[...]na consideração de seus serviços."[483] Com esse tipo de afirmação pouco material é dado para algum tipo de conclusão, a não ser que os serviços prestados eram determinantes, o que não é nenhuma novidade.

Há, por um outro lado, algumas afirmações que muito revelam para um melhor entendimento desse processo de escolha. Destaca-se aqui uma ocasião em que antes de afirmar o porquê da sua escolha, o conselheiro justifica o porquê de não escolher alguém. Alegou ele que: "não vota em Francisco Pereira Guimarães, ainda que tem mais anos de serviço, pela informação que tem de não ter a suficiência que é necessária para semelhantes governos.", logo após essa fala, continua: "e no que vota em primeiro lugar, tem boa informação dele e de seus serviços, qualidade e suficiência."[484] A negação sobre Francisco Pereira Guimarães mostra que

480 BARDWELL, Ross Little. *Op. cit*, p. 160.
481 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Afonso VI, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor da Capitania do Rio Grande do Norte. Resolução a nomear António de Barros Rego, a 4 de maio de 1667, por três anos. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 9.
482 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor da Capitania do Rio Grande do Norte. Resolução a nomear Francisco Pereira Guimarães, a 15 de maio de 1676. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 16;
483 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor do Rio Grande do Norte. Resolução a nomear Sebastião Nunes Colares, a 12 de setembro de 1703. Anexo: parecer do Conselho Ultramarino. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D.58
484 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor da Capitania do Rio Grande do Norte. Resolução a nomear Francisco Pereira Guimarães, a 15 de maio de 1676. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 16.

os anos de serviço era um elemento importante para ser levado em consideração, no entanto, as informações sobre não ter suficiência necessária para o governo é um elemento significativo. Primeiramente, questiona-se que informações são essas e quem as repassou, pois somente os seus serviços que foram narrados em sua consulta não trazem essa informação que o conselheiro diz ter, afinal, na afirmação seguinte ele alegou ter boas informações sobre o outro opositor e de seus serviços, ou seja, essa informação muito provavelmente é sobre a qualidade social dessa pessoa. Questiona-se também quais seriam as suficiências necessárias para tais governos, tendo em vista que aqui não está se tratando simplesmente de serviços prestados. O parecer que trata do porquê da escolha do primeiro lugar ajuda a entender a fala da negação. O conselheiro diz ter boas informações sobre os *serviços, qualidade* e *suficiência*. Assim, pode-se perceber que enquanto àquele, apesar de seus muitos anos de serviços, faltava qualidade e suficiência, neste elas estavam presentes, sendo assim, é reforçada a ideia de que a insuficiência de Francisco Pereira Guimarães dizia respeito a sua qualidade social e capacidade de governar.

Dauril Auden analisou um parecer do procurador da Coroa, em 1715, logo após a invasão francesa ao Rio de Janeiro. Nesse parecer o procurador falou sobre as características que deveriam ter as pessoas que fossem escolhidas para os governos das conquistas, destacando a importância que esse processo implicava para a administração portuguesa. Segundo o procurador, o opositor ao governo deveria ser uma pessoa prudente, responsável, valorosa e experiente em negócios de guerra. Além disso, deveria possuir sangue nobre, pois "[...] os brasileiros têm muito respeito por aqueles com sangue ilustre". No entanto, apenas a questão da qualidade do sangue não era o bastante. Era preciso possuir todas as outras mencionadas. Adicionou também a importância de não ser uma pessoa muito jovem, pois eles costumam ser instáveis. Por fim, ainda defendeu que eles não poderiam se envolver com questões comerciais, uma vez que sempre iriam priorizar os seus ganhos individuais e isso afetaria as decisões imparciais que eles deveriam tomar.[485] O contexto pós-invasão certamente influenciou o procurador em seu posicionamento, no entanto, será visto que a importância da experiência em guerras será de fato considerado um fator muito relevante por diversos agentes e em diversos contextos. Um elemento interessante nesse parecer foi a parte da proibição do comércio, que de fato veio a se concretizar oficialmente alguns anos depois, como foi visto no segundo capítulo desta tese.

Augusto da Silva, baseado em alguns escritos históricos, aponta como o processo de escolha de um governante para as conquistas ultramarinas era um processo de grande

485 ALDEN, Dauril, *Op cit*, p. 34

importância na administração política de um reino, pois os homens escolhidos seriam um dos principais representantes do monarca em terras distantes e seriam responsáveis pela manutenção desses territórios, bem como a busca de melhorias neles, por isso, a escolha não poderia ser feita de qualquer maneira. Ao analisar os governadores de Santa Catarina, trabalhou com um interessante documento, escrito em 1780, que tratava de um conjunto de conselhos sobre como a Coroa deveria escolher os seus governantes das conquistas. O seu autor, Francisco de Almeida Silva, destacou como dentro dos critérios essenciais para se escolher um bom governante, a sua qualidade social deveria merecer destaque, tendo prioridade nas escolhas, dessa maneira, os fidalgos da casa real. No entanto, como as conquistas eram tantas, esse critério muitas vezes deveria ser desconsiderado, devendo ser escolhido então pessoas virtuosas e capazes.[486] De uma maneira geral, o autor chega à conclusão de que os critérios para seleção se adaptam de acordo com as necessidades e particularidades do lugar onde iria atuar o governante.

O autor afirmou que o recorte cronológico feito em seu livro o fez se deparar com duas tendências conflitantes no processo de escolha dos governadores: "Por um lado, havia a pressão tradicional de reservá-los aos indivíduos de acordo com sua posição social, mantendo dessa forma a estrutura da sociedade de ordens do Antigo Regime." Assim como também uma tendência cada vez mais forte, principalmente na segunda metade do século XVIII, "[...[em sintonia com princípios de racionalidade iluministas, as necessidades de adequá-los às imposições técnicas, conjecturais e profissionais que os cargos exigiam, no reino e no ultramar."[487]

Sobre esse aspecto de uma forma de nomeação mais técnica ou por meio de influências refletidas nas qualidades sociais dos indivíduos, Bardwell afirmou que existia um esforço consciente por parte do Conselho Ultramarino em preencher os postos de governo do ultramar não permitindo a compra desses postos e também em impedir que a influência familiar contribuísse no processo.[488] De princípio, este trabalho tendia a concordar com a tese defendida por Bardwell, no entanto, ao longo dos anos de pesquisa sobre esse procedimento, o que pôde ser percebido é que o processo de "interferência" no Conselho Ultramarino fazia parte da lógica de funcionamento daquela sociedade. Existiam de fato critérios estabelecidos sobre o perfil que deveria possuir a pessoa a ser nomeada como governadora de alguma conquista ultramarina, bem como todo um procedimento burocrático de nomeação que buscava sempre a melhor opção

486 SILVA, Augusto da. *Op cit*, p. 76-81.
487 *Ibidem*, p. 75-76
488 BARDWELL, Ross Little, *Op Cit*, p. 9.

a ser escolhida. No entanto, as relações estabelecidas entre as pessoas, as influências que percorriam diversas camadas de poder e determinavam certas decisões, faziam parte desse processo e era algo natural, não sendo encarado como uma atitude abominável, como é visto nos parâmetros atuais, mesmo com o Conselho Ultramarino às vezes reclamando dessa situação, mas o fator desse incômodo não estava ligado ao fato de ser algo errado que estava acontecendo, mas sim que aquela instituição estava perdendo prerrogativas que antes possuía. Então era muito mais uma questão de jogos de poder do que qualquer outra coisa.

Ao mesmo tempo existiram situações curiosas e contraditórias sobre esses aspectos. Como foi o caso de uma consulta de nomeação para o governo de Angola em 1674. Entre os opositores estava Martim Correia de Sá, filho de Salvador Correia de Sá, conselheiro do Conselho Ultramarino na época. No momento de seu parecer, ele afirmou que iria se abster de seu voto, pois não poderia fazer um julgamento parcial.[489] Enquanto em 1677, em uma consulta para o governo da Paraíba, Feliciano Dourado, conselheiro do Conselho Ultramarino, escolheu em primeiro lugar um opositor que não ficou nem sequer entre os três primeiros. Esse opositor era Manuel Muniz, "parente em grau conhecido" do conselheiro. Apesar disso, Dourado fez um bonito discurso sobre sua função naquela instituição e o porquê de ele votar em seu parente. Afirmou que ele como conselheiro:

> [...]deve obrigação do cargo que exercita, como pelo juramento que tomou na Chancelaria, está mais obrigado ao serviço de Vossa Alteza e bem comum dos povos seus vassalos para informar dos sujeitos que entende convém para o bom governo daquela pobre Capitania, a qual necessita que seja capitão-mor que seja homem de respeito, de verdade, de valor e desinteresse, e que se trate do aumento da dita capitania e não dê tratos mercantis com que a destrua. Além disso, está este capitão naquelas partes, que escusa ajudas de custo, embarcação para passagens com outras achegas, que todas redundam em dispêndio da Fazenda Real. E por concorrerem nele os requisitos apontados, com toda a satisfação de bom procedimento, que tudo é notório. Entende ele conselheiro que está obrigado a propô-lo em primeiro lugar.[490]

Apesar da apaixonada defesa de Feliciano Dourado, Manuel Muniz não foi escolhido para governar a Paraíba. Um aspecto que merece ser analisado nessa fala do conselheiro é que ele tentou demonstrar que a sua escolha estava baseada totalmente em critérios que buscavam o melhor benefício para a Coroa e os seus vassalos, tentando deixar explícito que não era uma tentativa de beneficiar um parente seu. Essa preocupação em tentar mostrar lisura no processo de escolha demonstra que de fato existiam certos procedimentos que deveriam ser respeitados,

489 *Ibidem*, p. 107-108
490 CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao príncipe regente D. Pedro, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor da Paraíba. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 2, D. 104.

independente de interesses pessoais. Apesar das justificativas apontadas, Manuel Muniz não era o opositor com maior número de anos de serviços, não era quem possuía a patente militar mais alta, nem era a pessoa de maior qualidade social. Sendo assim, o único critério adotado por Feliciano Dourado foi a confiança que ele possuía em seu parente, isso, se de fato ele não tivesse nenhuma intenção de escolhê-lo simplesmente para benefício de um membro da família.

Nessa mesma consulta, Salvador Corrêa de Sá também deu o seu parecer. Ele escolheu em primeiro lugar o referido Manuel Muniz. Ao justificar a sua escolha, além de apontar a importante contribuição dele nas guerras de Pernambuco, afirmou que pelo fato de Feliciano Dourado ser da mesma família do opositor, isso deveria ser considerado mais uma razão para escolhê-lo, pois havia "exemplo de Vossa Alteza adiantar os parentes dos conselheiros a outros sujeitos por fazer também mercê a eles."[491] O posicionamento de Salvador Corrêa de Sá é realmente enigmático, pois alguns anos antes ele tinha afirmado que não poderia participar da consulta para o governo de Angola, pois seu filho estava entre os opositores, e agora, defende o parentesco como um fator a ser levado em consideração e ainda afirmou que existiam exemplos de parentes dos membros daquele conselho que eram beneficiados.

Essas incongruências tornam o trabalho do historiador muito mais difícil, pois ao tentar enxergar algum sentido nas ações e nos procedimentos das pessoas estudadas, sempre aparecerão casos que descontroem toda a argumentação que estava sendo desenvolvida. Apesar disso, essas situações demonstram muito mais a complexidade dos cenários estudados do que a impossibilidade de procurar compreender algumas formas de funcionamento daquela sociedade. Ross Bardwell chegou à conclusão de que as escolhas de governantes era um procedimento burocrático sistematizado baseado em critérios objetivos de escolha. Essa afirmação está correta em certa medida, mas, como foi visto e será mostrado em outros casos, os critérios até poderiam existir e ser objetivos, no entanto não eram absolutos nem seguidos em todos os momentos.

Isso é um importante aspecto para ser levado em consideração. Este trabalho está buscando analisar a existências de critérios bem estabelecidos e se eles eram aplicados no processo de nomeação, no entanto, como já foi abordado brevemente, existiram vários casos de governantes que foram nomeados sem passar pelas consultas, podendo o motivo de suas nomeações estar relacionado com as importantes conexões que essas pessoas possuíam na corte. As nomeações feitas dessa maneira não serão objetos de análise, apesar de alguns casos que

491 *Idem*.

serão destacados, pois o objetivo principal desse momento da pesquisa é entender qual era o perfil, não só ideal, mas também possível, estabelecido pelo Conselho.

Ao falar sobre as motivações dos conselheiros em preterir alguns opositores, Barwell analisou o não cumprimento de algumas regulações do próprio Conselho sobre a seleção de governantes, destacando por exemplo a falta de residência como um fator impeditivo.[492] E de fato, em algumas consultas é possível ver esse ponto sendo destacado pelos conselheiros, afirmando que não poderia escolher algum dos opositores, pois eles não tinham tirado a residência de seus últimos postos. No entanto, em outras consultas também é possível de se perceber como isso não foi fator impeditivo, sendo alguns opositores nomeados mesmo não possuindo a residência.[493] Tal fato demonstra mais uma vez como apesar de existirem certas regras ou critérios pré-estabelecidos, eles não eram determinantes, podendo variar de acordo com os nomes envolvidos, os lugares a serem escolhidos etc. Por isso é importante destacar a necessidade de se analisar esse processo de escolha como algo flexível e passível de adaptações e mudanças fora das "regras".

Um aspecto importante destacado por Bardwell foi uma resolução régia de 1651 de que para as capitanias principais apenas fossem nomeadas pessoas que possuíssem ao menos um foro de fidalguia. Apesar dessa resolução, o próprio Conselho, por vezes, tendia a ignorá-la para colocar pessoas que eram consideradas aptas a assumirem determinados governos.[494] Dessa forma, o próprio Bardwell percebeu que o Conselho nem sempre conseguia seguir as regulamentações desse processo.

Um interessante caso demonstra como alguns tipos de procedimentos não deveriam ser quebrados. Em 1665, em uma consulta para nomear o governador de Angola, o Conselho indicou ao rei quatro nomes de opositores ao invés dos três que era preestabelecido. Em resposta a essa atitude, o rei chamou a atenção dos conselheiros afirmando que eles violaram a ordem em que determinava o envio de apenas três nomes.[495] Situação semelhante foi quando o Conselho enviou a rei apenas um único nome para assumir o governo de Cabo Verde. Em sua justificativa, o Conselho afirmou que os demais opositores que apareceram não possuíam as qualidades mínimas desejadas, seguindo os critérios estabelecidos pela própria Coroa de apenas aceitar fidalgos como governantes nos territórios mais importantes. Mesmo com essa

492 *Ibidem*, p. 109.
493 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor do Rio Grande do Norte. Resolução a nomear Bernardo Vieira de Melo, pelo tempo de três anos, a 20 de dezembro de 1694. AHU - RN, Papéis Avulsos. Cx. 1, Doc. 37.
494 *Ibidem*, p. 110-111.
495 *Ibidem*, p. 114.

justificativa, o rei reclamou mais uma vez, afirmando que não poderia fazer uma escolha apenas com base em um candidato e ordenou que reformulassem a consulta.[496] Tais fatos demonstram como de fato é complexo analisar o funcionamento e entender a lógica por trás desses processos, pois por vezes parecia possuir regras rígidas muito bem estabelecidas, outras vezes parecia que essas regras eram flexíveis e passíveis de adaptações quando necessário.

Voltando para análise feita por Augusto da Silva, ele explica que o contexto de constantes conflitos ou ameaças de conflitos nas capitanias do Sul, fez com que os escolhidos para governar aqueles lugares fossem pessoas com bastante conhecimento e experiência na região. Ainda sobre possíveis critérios de seleção, analisando o referido documento escrito em 1780, que discutia sobre como deveriam ser escolhidos os governadores, o autor desse escrito defendia que cada território possuía um contexto diferente que exigia habilidades e atributos distintos daqueles que fossem responsáveis pelos seus governos.[497] Defendia o autor do documento que:

> Esta urgência da conjuntura deve ser o primeiro móvel da mesma escolha; pois não basta encontra-se nos escolhidos as propriedades do governador, é igualmente necessário refletir na ocasião para escolher o mais virtuoso, se o continente estiver em paz, e o mais soldado, se se achar em guerra: e ainda muito mais em tempo de algumas perturbações domésticas dos mesmos povos, em cujas circunstâncias é trabalhosa a escolha; porque com dificuldade se descobre um homem severo sem crueldade; benigno sem frouxidão; belicoso sem cólera, e prudente sem sagacidade.[498]

Dessa forma, é possível perceber como o estudo dos contextos era considerado essencial para se escolher o governador mais adequado à determinada situação.

Sobre as escolhas dos governadores de Santa Catarina, Augusto da Silva destacou o papel decisivo que exerceram os governadores do Rio de Janeiro e posteriormente vice-reis do Estado do Brasil. Segundo o autor, vários foram os governantes indicados por esses agentes que assumiram a ilha de Santa Catarina, demonstrando como as consultas que existiam antigamente no Conselho Ultramarino já não tinham mais aplicabilidade naquele período. Em seu recorte cronológico, 1738 a 1807, o autor identificou apenas uma consulta de nomeação, seguindo os moldes já referidos nesse trabalho, no entanto, ela não foi válida. Todas as nomeações analisadas pelo autor ou foram indicações dos governadores do Rio de Janeiro, ou eram nomeações por decreto direto do Reino. A transferência do vice-reinado para o Rio fez com que a influência dos governadores, agora vice-reis, fosse ainda maior. Dos nove governantes de Santa Catarina identificados após a mudança da capital, cinco foram feitas por indicação do

496 *Ibidem*, p. 117-118.
497 SIILVA, Augusto da. *Op Cit*, p. 79.
498 *Ibidem*, p. 81.

vice-rei.[499] Esse cenário não é exclusividade para aquela região. Esse tipo de comportamento também foi observado nas Capitanias do Norte, ao longo da segunda metade do século XVIII, quando os governadores de Pernambuco escolhiam alguns dos governantes das capitanias sob sua jurisdição.

Laura de Mello e Souza destacou um importante documento escrito por Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, que deixou um interessante relato sobre como deveria ser o governador de Minas, direcionando sua mensagem a Gomes Freire de Andrade sobre o seu retorno àquele governo. Afirmou então o governador interino:

> Repetidas vezes tenho dito a V. Exa. que as Minas não é governo em que se posso ocupar um escudeiro de aldeia, sem esplendor, ainda que com sangue ilustre, talento e fidelidade. As aparências exteriores das autoridades são o primeiro predicado que se deve buscar para o Governo das Minas para que os povos lhe tenham grande respeito, os poderosos lhe obedeçam com menos repugnância, e os ministro se persuadam que Sua Majestade faz dele justa confiança. [500]

Nessa mensagem, Martinho de Mendonça de Pina e de Proença deixou registrado o que para ele era fundamental em um governante das Minas: era preciso ser alguém que impusesse autoridade por meio de uma imagem externa já constituída e conhecida entre aquelas pessoas. Dessa forma, mesmo ele possuindo as qualidades que se esperam para um bom governante, "sangue ilustre, talento e fidelidade", ele não conseguia impor em seu governo a autoridade necessária para o bom funcionamento dele.

Diversos pareceres e análises de outros historiadores foram abordados sobre quais seriam os critérios de seleção para determinados governos da América portuguesa. A partir de agora o foco será nos pareceres de nomeação para os governos das Capitanias do Norte.

Na consulta de nomeação de Fernão Cabral para o governo de Pernambuco, o conselheiro D. Manuel Henriques afirmou que "para a praça de Pernambuco não se deva eleger governador que não seja mestre de campo em razão dos dois terços de guarnição que tem diante de si." Apesar de seu posicionamento, terminou afirmando que o rei poderia escolher pessoas que não possuíssem tal patente se assim fosse a vontade dele.[501] Esse parecer demonstra uma tentativa de estabelecimento de um critério para selecionar os governadores de Pernambuco, mas ainda assim, mostrou que a palavra final era a do rei e que sua vontade poderia determinar escolhas fora do padrão estabelecido, ou que ao menos queria se estabelecer.

---

499 *Ibidem*, p. 112-113.
500 SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra*: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Cia. das Letras, 2006, p. 164-165.
501 AHU - Consultas mistas, Códice 18, fl. 83v.

Em 1689, quando Antônio Luís Câmara Coutinho foi nomeado para o governo de Pernambuco, houve uma consulta de seleção nos moldes habituais, no entanto, ele não participou dela. O parecer de um dos conselheiros ilustra bem o porquê desse acontecimento. Bento Teixeira de Saldanha afirmou que apesar de considerar uma prática errada que poderia gerar muitos inconvenientes, ele não poderia votar em nenhum dos opositores que participaram da consulta, por isso era necessário escolher alguém de fora. Justificou a sua escolha afirmando o seguinte:

> Porque na praça de Pernambuco se acham dois mestres de campo pagos e considera que não os devia rigorosamente ir governar quem na guerra não tivesse semelhante graduação, o que se acha em um dos pretendentes. Maiormente que os ministros daquela capitania é gente orgulhosa, elevada e não se sujeitará facilmente que os vá governar quem não os exceda. E também porque o maior desmancho daquela capitania é a falta da justiça e para se ter a esperança do remédio é necessário que tenha grande lição e prudência experimental para fazer introduzir com modo e acerto o serviço de Deus e de Vossa Majestade. E para este fim não bastarão só ser soldado, nem grande soldado, e se lhe deve dar a entender que o governo não é só satisfação das feridas porque estas se lhe hão de remunerar com mercês por grandeza de Vossa Majestade, que se devem recorrer por outra via, a cuja consideração vota em primeiro lugar para este governo na pessoa de João Furtado, que atualmente está governando Elvas, porque reconhece que tem partes para satisfazer tudo o de que encarregarem do serviço de Vossa Majestade, por ser bom soldado e um fidalgo com grandes experiências. [502]

Por meio desse parecer o conselheiro justificou muito bem o porquê de sua escolha, indicando uma pessoa que não participou da consulta, mesmo considerado essa prática prejudicial ao funcionamento daquela instituição. Para governar Pernambuco não bastava ser um militar de alta patente, ou de alta qualidade social, era preciso ser uma pessoa com bastante experiência, pois teria sob sua administração pessoas muito orgulhosas e difíceis de se submeterem. Muito interessante é a parte que ele destacou que a busca por um governo não deveria ser encarada como uma remuneração pelas feridas dos vassalos, que para isso era outro caminho que deveria ser percorrido, mostrando, dessa forma, que a nomeação de sujeitos para um governo não deveria ser tratada como uma mercê comum, era preciso que critérios fossem respeitados para melhor serviço do rei. Apesar de sua justificativa bem desenvolvida, no final o rei de fato nomeou uma pessoa fora da lista dos opositores, mas não o indicado por Bento Teixeira. Quem foi escolhido, como já foi visto, foi Câmara Coutinho.

Nessa mesma consulta, Rui Teles de Meneses, outro conselheiro daquela instituição, também não votou em nenhum dos opositores que mandaram seus papéis de serviço. Afirmou que a maior ruína dos governos das conquistas estava sendo a ambição dos governadores que

502 AHU - Consultas mistas, Códice 18, fl. 173.

eram enviados a elas, que muito mais se preocupavam com seus interesses individuais do que com os serviços do rei. E como o Estado do Brasil era a principal parte das conquistas para a manutenção do Reino, parecia ao conselheiro que naquela situação seria mais indicado que o rei escolhesse de forma direta o novo governador de Pernambuco, pois a pessoa indicada pelo rei certamente seria a mais adequada em todos os requisitos necessários para um governo como aquele.

Apesar das indicações de dois conselheiros para que as pessoas que participaram da consulta não fossem votadas para aquele governo, o presidente do Conselho Ultramarino deu o seu parecer. Ele afirmou que apesar de "consideradas as razões que se tem ponderado no Conselho" ele não iria abdicar de votar nas pessoas que enviaram seus papéis de serviço, pois dessa maneira estaria seguindo as ordens do rei.[503] De forma indireta, o presidente do Conselho estava falando que votar nos opositores que participaram da consulta seria seguir a vontade régia, e que, consequentemente, deixar de fazer isso, seria uma forma de desobediência. Estava, dessa forma, defendendo as prerrogativas da instituição da qual ele presidia.

Alguns anos antes, em 1666 em uma consulta para o governo da Paraíba, Feliciano Dourado, conselheiro daquele Conselho, deu um parecer que apresentou uma ideia contrária à apresentada pelo conselheiro Bento Teixeira de Saldanha sobre o governo de Pernambuco. Esse último tinha defendido que as nomeações de governadores não deveriam ser encaradas como uma forma de remunerar às feridas daqueles que buscavam mercês. Feliciano Dourado, no entanto, ao justificar o porquê de não votar em um dos opositores afirmou:

> não vota em Antônio de Andrade Berenguer porque além de não ter militado na guerra de Pernambuco ou Paraíba, onde se deve dar a remuneração aos que a vista de seu sangue e dispêndio de suas fazendas restauraram aquelas praças, é cunhado de João Fernandes Vieira, homem muito poderoso naquela capitania e de quem os moradores e oficiais da câmara têm dado queixas a Vossa Majestade por este Conselho [...] e nunca convém ao serviço de Vossa Majestade, nem ao bom governo político, abrir-se porta para que haja descaminhos nos governos e capitanias das conquistas quando há meios para se evitarem e o se fazer o provimento em pessoa com quem concorram os requisitos necessários, tanto pela qualidade, como pelos serviços feitos na mesma guerra [...] e porque ele, Feliciano Dourado, tem plena notícia e conhecimento verdadeiro destas circunstâncias, está obrigado a fazê-las presentes a Vossa Majestade. [504]

Como pôde ser visto, o posicionamento de Feliciano Dourado foi bem diferente do de Bento Teixeira. Para aquele, a participação nas guerras de Pernambuco deveria ser um fator essencial para nomeação de sujeitos para o governo da Paraíba como uma forma de

503 *Idem.*
504 CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. Afonso VI, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor da Paraíba. AHU-PB, Cx. 1, D. 62.

remuneração aos seus serviços. Em seu parecer, a vinculação do opositor com uma importante figura da capitania era visto como algo negativo, pois poderia usar o seu cargo em benefício de João Fernandes Vieira, mostrando que a nomeações de pessoas para os cargos governativos não deveria sofrer influências locais, argumento esse que iria entrar em contradição alguns anos depois, em 1677, como já foi visto na consulta em que ele defendeu a nomeação de um parente seu para o governo da Paraíba, mesmo ele sendo considerado uma das principais pessoas daquela capitania.[505] Por fim, ainda destacou quais eram os requisitos necessários que a pessoa deveria possuir: qualidade social e serviços prestados em guerras. Esses dois fatores de fato aparecem com bastante frequência nos pareceres dos conselheiros. Com esse parecer, foi possível perceber que existiam divergências dentro do Conselho sobre quais fatores deveriam ser levados em consideração em determinados contextos de escolha e que ainda existiam casos em que o mesmo conselheiro adotava posicionamentos contraditórios de acordo com a conveniência dele.

Em uma consulta de 1692, dessa vez para o governo de Pernambuco, apenas dois opositores enviaram seus papéis de serviço e nenhum deles possuía experiências relevantes ou patentes militares altas. Um terceiro candidato terminou aparecendo nesse processo, D. Lourenço de Souto Maior. Ele fez um requerimento alegando que ficou sabendo que o governo de Pernambuco estava sendo consultado no Conselho Ultramarino e pediu para ser incluído na análise. Além desse pedido, por ele não possuir muita experiência nem ter grandes feitos em seu currículo, assim como os outros opositores, tentou convencer o Conselho a escolhê-lo afirmando que

> [...]na consideração de não haver muitos opositores com aquela graduação de serviços como era precisamente necessária concorressem nos que houvessem de ser eleitos nestes postos, mandara Vossa Majestade declarar a este Conselho que poderia lançar mão dos sujeitos ainda que não tivessem serviços, mas que se conhecesse eram capazes de se fiarem deles estas ocupações. E porque do ânimo com que sempre deseja empregar-se no serviço de Vossa Majestade, entende que poderá desempenhar as obrigações de qualquer lugar de que Vossa Majestade houver por bem encarregá-lo por ser um fidalgo honrado.[506]

A justificativa utilizada por D. Lourenço de Souto Maior apresentou elementos que reforçam a ideia de que existiam certos padrões que deveriam ser seguidos como critérios na escolha dos governantes, mas que em momentos em que eles não pudessem ser satisfeitos, o rei

505 CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao príncipe regente D. Pedro, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor da Paraíba. AHU-PB, Cx. 2, D. 104.
506 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre nomeação de pessoas para o Governo da capitania de Pernambuco. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 16, D. 1587

permitia adaptações para suprir a demanda. Apesar de achar que sua boa vontade como fidalgo honrado seria o suficiente para qualificá-lo a assumir um governo como o de Pernambuco, os conselheiros não concordaram com isso, colocando-o em terceiro lugar de uma lista com opositores de fracos serviços prestados ao rei. No final, o rei decidiu nomear Caetano de Melo e Castro, que não tinha participado da consulta e era um experiente fidalgo com passagens pelo governo de territórios ultramarinos e que após o seu governo em Pernambuco foi nomeado para o cargo fora do Reino de maior prestígio, vice-rei da Índia, o que demonstra que a Coroa não estava disposta a enviar para Pernambuco qualquer sujeito, pois na falta de bons serviços e qualificações dos opositores, o que se costumava fazer era buscar pessoas por fora que não participaram da consulta.

Analisando as consultas de seleção para o governo da capitania de Pernambuco durante a segunda metade do século XVIII, Breno Lisboa identificou um interessante caso sobre a nomeação de Francisco de Castro e Morais. Nessa consulta em específico, participaram apenas dois opositores, no entanto, o que realmente chamou atenção foi o fato de além dos pareceres dos conselheiros, o arcebispo de Lisboa, D. João de Souza, teve acesso a esse processo e deu a opinião dele para o rei. Segundo Lisboa, não era tão incomum que esse bispo fosse chamado pelo rei para orientá-los sobre os processos de escolha. O bispo indicou para assumir o governo de Pernambuco a Jorge de Mello, que não tinha participado da lista, mas por conhecer os bons serviços do seu pai, que era monteiro-mor, e por ser pessoa de grande qualidade social, lembrando ao rei o quão importante era alegrar a nobreza daquele reino, ajudando-a no que fosse possível.[507] Nessa situação foi constatado como de fato algumas tentativas de nomeações eram feitas por base em indicações externas relacionadas à importância social dos indivíduos, bem como as conexões que eles possuíam. O próprio bispo deixou bem explícito a importância desse tipo de comportamento, pois era preciso "alegrar a nobreza".

Alguns anos depois, na consulta em que Sebastião de Castro e Caldas foi nomeado para o governo de Pernambuco, esse mesmo Jorge de Mello apareceu na lista, dessa vez participando como opositor de forma oficial. No entanto, analisando os seus serviços, ficou evidenciado o porquê de ele não ter sido escolhido na consulta anterior e nem mesmo nessa. Ele era um jovem nobre com apenas dois anos de experiência militar, dessa forma, não teria um perfil adequado para assumir uma capitania como a de Pernambuco. Isso foi relatado pelo próprio Conselho, que afirmou que ele "possuía todas aquelas partes que podiam constituir um bom governador,

507 LISBOA, Breno Almeida Vaz. *Uma das principais dos domínios de vossa majestade*: poder e administração na capitania de Pernambuco durante o reinado de D. João V. 2017. 388 f. (Doutorado em História). Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017, p. 121.

assim por sua capacidade, como por ser um fidalgo de tão conhecida qualidade e valor. No entanto, as perturbações que se acha de presente a Europa e a guerra em que estamos, pede este governo pessoas de maiores experiências e serviços, o que não pode suprir o seu valor."[508] Ou seja, o Conselho reconhecia que Jorge de Mello era um importante nobre daquela sociedade, mas isso por si só não era o suficiente, ainda mais em um contexto de guerra que se encontrava Portugal. Por mais valoroso que ele fosse, as exigências necessárias não poderiam ser satisfeitas.

Nesse caso, pode-se perceber que um critério foi muito estabelecido e aplicado para escolher o próximo governador de Pernambuco. Sebastião de Castro e Caldas já era um experiente militar que tinha ocupado altos cargos dessa hierarquia. Além disso, também já tinha sido governador do Rio de Janeiro, o que aumentava ainda mais a sua experiência. Participou também dos conflitos da Restauração portuguesa e estava participando dos conflitos da Guerra de Sucessão Espanhola. Seus serviços militares foram tão valorosos que mesmo quando foi nomeado para governar a Colônia do Sacramento, o rei determinou que ele retornasse ao Reino para auxiliar nas batalhas da referida guerra.[509] No entanto, para assumir Pernambuco, uma capitania mais importante para a Coroa, ele foi liberado de suas obrigações no Reino para que pudesse exercer aquele governo.

Ao conjecturar sobre os possíveis motivos que levaram a Coroa a escolher Félix José Machado para o governo de Pernambuco, Lisboa afirmou que muito provavelmente foi uma decisão tomada após a chegada das notícias da sublevação que estavam acontecendo na capitania, uma vez que ele não tinha participado da consulta que já tinha ocorrido antes das notícias chegarem ao reino e escolhido outro opositor para assumir aquele posto. O autor destacou o fato de Félix José Machado ser primo de um antigo governador de Pernambuco, Caetano de Melo e Castro, que conseguiu fazer um governo que conciliou os interesses da nobreza de Olinda e dos comerciantes de Recife. Por isso, a aposta por alguém ligado por sangue a esse governo de sucesso foi feita pela Coroa. Além disso, era uma pessoa com larga experiência militar. [510]

Analisando mais uma consulta de nomeação para o governo daquela capitania, dessa vez sobre a escolha de Luís Pereira Freire, em 1737, Lisboa afirmou que o fato de ele ser irmão de Gomes Freire de Andrade, que no momento era governador do Rio de Janeiro e possuía boas relações na Corte, auxiliou em sua escolha. No entanto, o próprio autor indica que um outro

508 *Ibidem*, p. 125.
509 *Ibidem*, p. 124.
510 *Ibidem*, p. 133-136.

irmão da família, Manuel Freire de Andrade, que tinha tentado ser governador de Pernambuco pelo menos em três ocasiões, não conseguiu esse objetivo. Tal fato demonstra que apenas possuir ligações com pessoas influentes por vezes não era o suficiente para conseguir ser nomeado para importantes governos, pois por mais que tivesse suas prováveis redes de influência, suas qualidades enquanto opositor a um governo como Pernambuco não o permitiam ser escolhido em detrimento de outros melhores nomes.[511] Isso foi percebido também na tentativa de indicação de Jorge de Mello nas consultas anteriores. Ao final de se sua análise sobre as seleções dos governadores de Pernambuco, Lisboa defende que dentre os critérios de escolha, apesar de existir uma tendência à seleção de pessoas de alta qualidade social para assumirem governos importantes, o que ele pôde perceber durante a primeira metade do século XVIII em Pernambuco foi que as experiências anteriores, seja militar ou governativa, tiveram peso mais determinantes nesse processo.[512]

Antônio Rodrigues da Costa foi um importante conselheiro do Conselho Ultramarino, bem como do rei de forma individual. Dentre suas diversas análises que fez sobre a administração das conquistas ultramarinas, deu um parecer muito rico em informações sobre a escolha dos governantes de Pernambuco. Ele afirmou que devido ao estado presente do Brasil, principalmente da capitania de Pernambuco, fazia com que a escolha dos governantes merecesse especial atenção. Esse parecer foi feito na consulta que nomeou D. Lourenço de Almeida como governador daquela capitania, em 1715, portanto, pouco depois dos conflitos decorrentes da Guerra dos Mascates, o que explica a preocupação de Rodrigues da Costa. Ele defendeu que era preciso nomear alguém pertencente à "primeira classe da nobreza", que possuísse muita prudência e valor, pois eram "os povos daquele governo, principalmente a nobreza deles, muito descontentes e vacilantes na obediência devida ao seu príncipe". Caso eles se levantassem contra a Coroa, tinha o perigo de levar o resto do Brasil com eles, uma vez que eram "reputados dos mais moradores daquele Estado pelos mais nobres, de maior brio e valor e deles tomam o exemplo." Diante desse cenário, "o que mais pode conter ao orgulho da nobreza de Pernambuco é um governador de primeira qualidade". Somente assim conseguiriam respeitar as ordens reais.[513]

511 *Ibidem*, p. 144-146.
512 *Ibidem*, p. 148.
513 AHU-Códice 21, f. 8. Sobre os posicionamentos desse conselheiro envolvendo o debate dos perigos internos e externos, destaca-se o trabalho de Luciano Figueiredo que fez uma detalhada análise sobre essa situação. FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. António Rodrigues da Costa e os muitos perigos de vassalos aborrecidos. Notas a respeito de um parecer do Conselho Ultramarino, 1732. In: VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina dos; NEVES, Guilherme Pereira da. *Retratos do império.* Niterói: EDUFF, 2006.

O conselheiro ainda falou sobre os governadores anteriores, Sebastião de Casto e Caldas e Francisco de Castro. Ele afirmou que a nobreza de Pernambuco acreditava que podiam competir com o grau de nobreza desses dois, talvez até mesmo superá-los, o que era algo muito grave para o governo das conquistas. E como os governos do Rio de Janeiro e de Minas Gerais estavam ocupados por pessoas de primeira nobreza, os moradores de Pernambuco poderiam achar uma injúria não receber aquela capitania um governador de mesmo nível. Após apresentar essas razões, indicou para aquele governo Tomaz da Silva Teles, pois "concorre nesse fidalgo acima a qualidade da primeira nobreza com prudência, suavidade em tratar com os homens e valor para se opor vigorosamente não só aos inimigos externos, mas também às perturbações internas no caso em que as haja."[514] Mais uma vez uma indicação de pessoa que não participou da consulta. Uma prática relativamente comum para o governo de Pernambuco.

O parecer dado por Rodrigues da Costa reforça a necessidade de se escolher pessoas pertencentes a uma alta nobreza para ir governar Pernambuco, caso contrário, teria um grande risco da população daquela capitania se sentir desprestigiada e, em consequência disso, não obedecer às ordens reais que o governador tentasse executar. Com isso, o critério da qualidade social para esse conselheiro seria o mais importante para ser exigido aos opositores daquela capitania. Chama atenção também o que ele afirmou sobre a nobreza de Pernambuco ficar descontente por descobrir que em Minas Gerais e no Rio de Janeiro os governadores pertenciam à primeira nobreza e o de sua capitania não, o que traz de volta a discussão realizada ao longo de toda essa tese sobre as hierarquias espaciais e a percepção que os agentes tinham, sempre comparando o estatuto de um lugar com outro e como essas percepções hierárquicas refletiam na administração das conquistas.

Em 1683, em uma consulta de nomeação para o governo da Paraíba, o conselheiro Feliciano Dourado emitiu um parecer explicando quais seriam os principais requisitos que as pessoas deveriam possuir para assumir governos como capitães-mores das conquistas. Ele afirmou que:

> Falando com todo o respeito e submissão que para capitães-mores das conquistas do Brasil se devem escolher sujeitos que propõe a Vossa Alteza em que concorram três requisitos: o da qualidade, para que lhe tenham respeito; ricos e abastados para não destruírem e tiranizarem as capitanias no lugar de as governar bem e fazê-las crescer e aumentar, assim nas rendas reais como na dos particulares; e que tenham tal suficiência que saibam governar aqueles povos , fazendo-lhes justiça e dando inteiro cumprimento as ordens e regimentos de Vossa Alteza para que não haja vexação, descaminhos nem queixas, que é o que necessita as conquistas e a experiência tem mostrado que é por essa falta que se acham tão arruinadas e empobrecidas. E que para ter efeito, entende ele conselheiro, que não são necessários serviços das fronteiras,

514 *Idem.*

> porque estes só servem para onde há guerra viva e não mais para onde se necessita prudência, bom zelo e indústria natural e política do que das armas.[515]

O parecer emitido por Feliciano Dourado trouxe um elemento que o diferencia de vários outros já dados, principalmente para o governo de Pernambuco, que é a não necessidade de experiências em guerras. Em diversos pareceres analisados, esse tipo de experiência é altamente valorizado pelos conselheiros para todas as capitanias, mas para Dourado, como muito bem explicou, isso apenas seria necessário em contextos de guerra que as capitanias estivessem vivendo, caso contrário, muito mais importante seria procurar por opositores que tivessem os três critérios por ele destacado: qualidade social, riqueza e suficiência. Dessa forma, mais uma vez, a questão do contexto voltou a aparecer, no entanto, de forma inversa, se em outras consultas foi destacado que determinado contexto exigia um certo tipo de critério, agora a falta de um contexto específico fazia com que os critérios a serem focados fossem outros.

Outro fator diferenciado nesse parecer foi a necessidade de escolherem pessoas abastadas, pois assim não iriam focar em seus ganhos individuais no lugar de exercerem um bom governo, praticando todo tipo de infortúnio na capitania e prejudicando o desenvolvimento econômico dela, consequentemente, diminuindo as rendas reais. Como foi analisado no segundo capítulo desta tese, isso era uma preocupação muito válida, pois diversos foram os governantes que se envolveram comercialmente nas capitanias governadas e usaram da posição privilegiada que ocupavam para obterem benefícios, mesmo que significasse prejudicar a população do local.

Em uma consulta de nomeação para o governo do Rio Grande, em 1676, o Conselho Ultramarino emitiu um interessante parecer que detalhou os critérios esperados para os governantes daquela capitania. Afirmou o Conselho:

> Ao Conselho parece nomear a Vossa Alteza em primeiro lugar para este posto a Manuel Muniz por *seus muitos e bons serviços* e *haver procedido nas guerras de Pernambuco com valor e satisfação, achando-se nas ocasiões de maior importância e risco* até a restauração daquela capitania e pelo esforço com que se houve mire *ser três escudos de ventagem* e *ser ferido de duas pelouradas*, com que por todas as ocasiões se fez digno de todo o emprego do serviço de Vossa Alteza. Em segundo lugar a Cristóvão Berenger *pelo que fica relatado de seus merecimentos* e também pelo que obrou lhe serem *dados dois escudos de ventagem*. E em terceiro lugar a Francisco Deca por *concorrerem nestes apertos todas aquelas qualidades e suficiências para poder governar aquela capitania e ser pessoa de merecimentos* (Grifo do autor).[516]

515 CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao príncipe regente D. Pedro, sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor da Paraíba. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 2, D. 120.
516 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor da Capitania do Rio Grande do Norte. Resolução a nomear Francisco Pereira Guimarães, a 15 de maio de 1676. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 16.

Destacava o Conselho, novamente, o elemento da experiência, mas além dela, a qualidade de seus serviços foi um elemento que ganhou relevância na justificativa de sua escolha, ou seja, não bastava ter muitos anos de serviço, era necessário que esses serviços fossem também significativos. Os motivos que fizeram com que os serviços de Manuel Muniz fossem significativos foi descrito logo em seguida, quando foi afirmado que ele esteve presente "nas ocasiões de maior importância e risco" das guerras de Pernambuco. As guerras eram espaços de feitos que poderiam garantir algum reconhecimento àqueles que delas participavam, no entanto, não bastava simplesmente participar delas, pois existem outros casos em que os opositores participaram também da guerra contra os holandeses em Pernambuco, mas que não tiveram o destaque de estarem presentes nas ocasiões mais importantes desta guerra, pelo menos segundo o Conselho. Tal argumento não foi unicamente utilizado para Manuel Muniz, pois também em outras consultas ele estava presente.

Uma observação a ser feita nessa consulta é que o conselho nomeou em consenso a Manuel Muniz, o mesmo parente de Feliciano Dourado que tinha tentado ser capitão-mor da Paraíba algumas páginas antes. Dessa vez, estava tentando o governo da capitania do Rio Grande e conseguiu ser escolhido por unanimidade pelo Conselho. No entanto, o rei terminou escolhendo outro opositor que tinha participado dessa consulta, mas que não tinha recebido nenhum voto dos conselheiros.

Continuando a análise dessa afirmação, é dito que ele recebeu três escudos de ventagem pelos seus atos. Segundo Bluteau, o escudo de ventagem era dado ao soldado que se aventajava na guerra e aventajado seria uma pessoa superior que leva vantagem em qualquer coisa.[517] Pode-se interpretar que as pessoas que recebiam tal distinção eram aquelas que realizaram atos que as dignificaram na arte militar. O argumento de ter recebido escudo de ventagem é presente em outras consultas e estava diretamente ligado à qualidade dos serviços prestados, sendo então mais um elemento padronizador dessa argumentação dos conselheiros. Outro argumento que se repete em outras ocasiões é a das feridas e risco de vida. Nas descrições dos opositores eles estão presentes de forma significativa, no entanto o que importa aqui é perceber que eles também estão presentes no parecer do Conselho. Isso indica que a demonstração de que colocou sua vida em risco a ponto de receber feridas em nome do serviço da Coroa, era considerado como uma prova de valor e lealdade por parte dos opositores, o que fazia com que estes ganhassem maior consideração no momento da análise de seus serviços. Sobre isso, Fernanda Olival destacou que existia uma espécie de tabela remuneratória em que os agentes responsáveis

517 BLUTEAU, Raphael *Vocabulario portuguez & latino*: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728.,V. 1, P. 664.

por avaliar a mercê pretendida se baseavam. Dentre os elementos que faziam parte dessa tabela, "feridas graves" estava inserido na tabulação.[518] Isso demonstra que os opositores tinham conhecimento desse funcionamento burocrático e o utilizavam em busca de melhores resultados. Vale relembrar, mais uma, vez o posicionamento do conselheiro que era contrário à concessão de governos como uma forma de remuneração pelas feridas de guerras. Seu pensamento não conseguiu prevalecer naquela instituição, uma vez que a argumentação pelos serviços prestados durante conflitos, bem como as feridas decorrentes dessas experiências, continuou a ser usada em diversas situações, não apenas pelos opositores que continuaram a relatar esse tipo de experiência, como nos pareceres dos conselheiros.

Outra ideia que está presente nesses pareceres dos conselheiros, relaciona-se ao merecimento do opositor. Estes, e os demais suplicantes de outros requerimentos de uma forma geral, muitas vezes se viam merecedores da mercê que pediam.[519] Em alguns casos, até mesmo deixavam muito claro esse pensamento, como na afirmação de José de Almeida e Gouvêa, que pleiteava o posto de capitão-mor do Rio Grande e afirmou que "[...] pela qualidade de sua pessoa e merecimentos não desmerecia o ser provido em qualquer capitania-mor."[520] O Conselho Ultramarino também os via dessa forma, já que em alguns dos pareceres a justificativa "e pelos seus merecimentos" estava presente.

Um parecer sobre a nomeação de outro governante do Rio Grande trouxe mais elementos para enriquecer essa discussão. Dessa vez o conde de Alvor, em 1694, deu o seu posicionamento de uma forma separada da decisão geral do Conselho. Ao justificar os seus votos, ele afirmou:

> lhe parece representar a Vossa Majestade que assim Valentim Tavares Cabral, como Agostinho Cezar de Andrade, *não deram residência* do tempo que ocuparam este mesmo posto e suposto Vossa Majestade dispensou com o primeiro na falta dela, *que o caminho da residência era o por onde podia melhor constar dos seus procedimentos*, e que isto se faz muito para reparo, *mas que na consideração de se não oporem pessoas de maiores serviços e graduação de postos que estes dois pretendente*s: que vota em primeiro lugar em Valentim Tavares Cabral. Em segundo lugar em Agostinho Cezar de Andrade."[521] (Destaques do autor).

518 OLIVAL, Fernanda**.** *Ordens militares e o estado moderno*: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641 – 1789). Lisboa: Estar, 2001, p. 140.
519 KRAUSE, Thiago Nascimento. *Op. cit*. p. 54
520 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. José, sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Rio Grande do Norte, por três anos. Resolução a nomear Pedro de Albuquerque e Melo, a 10 de novembro de 1750. AHU - RN, Papéis Avulsos, Cx. 6, D. 348.
521 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor do Rio Grande do Norte. Resolução a nomear Bernardo Vieira de Melo, pelo tempo de três anos, a 20 de dezembro de 1694. AHU - RN, Papéis Avulsos. Cx. 1, Doc. 37

Nesse parecer o conde de Alvor destacou a importância das residências para se ter um controle do desempenho dos agentes governativos e assim poder avaliá-los se estariam aptos a continuar no real serviço como governantes, sendo inclusive uma exigência para que pudessem se opor a outros governos. Apesar disso, a exigência foi deixada de lado na falta de opositores considerados mais qualificados pelos seus serviços e graduação dos postos, podendo dessa forma, serem escolhidos para o referido governo, ou seja, nesse parecer os critérios encontrados foram: a necessidade de residência para opositores com experiências governativas, qualidade dos serviços prestados (conforme foi discutido algumas páginas antes) e hierarquia dos postos militares ocupados. No entanto, mais uma vez os critérios eram referidos nos pareceres dos conselheiros, mas eles mesmos não seguiam alguns desses critérios na busca de atender a outros.

Sobre a graduação militar dos postos ocupados e os tipos de tropas cabe ressaltar que entre os opositores estudados alguns ocuparam exclusivamente postos nas ordenanças, outros exclusivamente postos nas tropas pagas e outros que passaram por ambas. Não é objetivo desse trabalho entrar em uma discussão comparando os tipos de tropas, mas sim analisar como esse tipo de experiência poderia interferir nos processos de nomeação. Em algumas das consultas estudadas o Conselho emitiu sua opinião sobre o assunto e a preferência por pessoas que tiveram experiências em tropas pagas em detrimento das demais parece ser algo certo. Destaca-se uma consulta para capitão-mor do Ceará, em que os conselheiros doutores Manuel Fernandes Varges e João de Souza, afirmaram que os oficiais de guerra pagos deveriam ser preferidos aos de ordenança.[522] Em uma outra consulta, dessa vez por meio de um parecer geral, o Conselho justificou o porquê de não escolher um dos opositores, afirmando que não votava nele "[...] por não ter graduação de serviços e os que tem serem da ordenança".[523] Dessa forma, não entrando no mérito sobre qual tipo de tropa era considerada mais importante, para os processos de nomeação de governantes, a participação em tropas pagas era considerado um critério mais relevante do que a participação nas ordenanças.

Ao longo da discussão realizada nesse capítulo, pôde-se perceber que a questão contextual era de grande importância nas discussões realizadas pelo Conselho Ultramarino sobre qual seria o melhor candidato a assumir determinado governo. Muito se falou sobre

522 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V], sobre nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Ceará. Resolução régia a nomear João Baptista Furtado. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx.1, Doc. 80.
523 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor do Ceará. Resolução régia a nomear Gabriel da Silva Lagos. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 1, Doc. 50.

situações de conflitos com o perigo de invasão externa ou então de ânimos exaltados dos moradores de Pernambuco, principalmente após os eventos do início do século XVIII. Para as capitanias do Rio Grande e do Ceará e questão contextual também foi levada em consideração em algumas consultas. Em 1691, no parecer do Conselho, ao justificar a escolha de um dos opositores, foi afirmado que ele deveria ser escolhido por ser "[...]muito prático na língua dos índios, requisito mais necessário, em quem houver de ser provido neste posto."[524] Nessa ocasião, saber se comunicar com os indígenas era um "requisito mais necessário". Vale destacar que nesse período estava ocorrendo nos sertões do Rio Grande intensos conflitos que ficaram conhecidos pela historiografia como Guerra dos Bárbaros.[525] Dessa forma, um capitão-mor que tivesse domínio da língua falada pelos povos envolvidos nesse conflito poderia ser de grande utilidade para aquele contexto. Esse mesmo argumento foi utilizado na consulta de 1690 para escolha do capitão-mor do Ceará.[526] Esse conhecimento poderia não ser tão essencial em todas as capitanias, ou até mesmo no próprio Rio Grande em outra temporalidade, quando os conflitos não estivessem tão intensos, mas naquele momento era considerado de grande relevância, o que reforça a questão da necessidade de contextualização dos processos de nomeação para os governos, não só das Capitanias do Norte, como para todas as demais.

Nesse momento do trabalho, na tentativa de esquematizar uma forma mais precisa quais eram os critérios adotados pelo Conselho Ultramarino para selecionar os governantes das Capitanias do Norte, uma contagem foi feita com base na quantidade de vezes que as expressões, ou termos semelhantes, apareceram nos pareceres dos conselheiros, por exemplo, um mesmo conselheiro ao justificar que o primeiro lugar deveria ser indicado devido às suas experiências em guerras, assim como também o segundo lugar, então o critério experiência em guerras foi contabilizado duas vezes, pois isso demonstra de forma enfática como determinado critério era considerado importante a ponto de precisar ser ressaltado mais de uma vez pelo mesmo conselheiro.

---

524 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor do Rio Grande do Norte, por falecimento de Gaspar de Sousa de Andrade. Resolução a nomear Sebastião Pimentel, por três anos, a 19 de dezembro de 1691. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, Doc. 32.

525 PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros***:** Povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec, 2000. A respeito das implicações desses conflitos no processo de ocupação territorial na capitania do Rio Grande e suas dinâmicas administrativas ver: DIAS, Patrícia de Oliveira. Onde fica o sertão rompem-se as águas: processo de territorialização da ribeira do Apodi-Mossoró (1676-1725). 2015. 187f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015; e SILVA, Tyego Franklim da. A ribeira da discórdia: terras, homens e relações de poder na territorialização do Assu colonial (1680-1720). 2015. 176f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

526 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Ceará. Resolução régia a nomear Pedro Lelou. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 1, Doc. 32.

Quadro 7 - Critérios destacados nos pareceres dos conselheiros para o governo de Pernambuco

Argumento	Ocorrências
Qualidade social	18
Experiência em governos	16
Qualidade dos serviços	15
Experiência em guerras	13
Anos de serviços	12
Graduação dos postos militares ocupados	10
Merecimento	9
Capacidade/ Suficiência	6
Parente de algum conselheiro/alguém importante	6
Conhecimento da região	1
Recebeu feridas	3

Fonte: AHU-PE, Cx. 9, D. 882; Cx. 21, D. 1997; Cx. 29, D. 2589; AHU-Códice 17, fl. 192; fl. 314v; fl. 425; Códice 18, fl. 83; fl. 173v; Códice 19, fl. 330; Códice 20, fl. 291; Códice 21, fl. 8; fl. 250; Códice 22, fl. 92; Códice 25, fl. 211.

Quadro 8 - Critérios destacados nos pareceres dos conselheiros para o governo da Paraíba

Argumento	Ocorrências
Experiência em guerras	22
Qualidade dos serviços	21
Anos de serviço	18
Qualidade social	14
Capacidade/ Suficiência	14
Graduação dos postos militares ocupados	13
Recebeu feridas	12
Parente de algum conselheiro/alguém importante	4
Experiência em governos	2
Possuir riquezas	1
Conhecimento da região	1

Fonte: AHU-PB, Cx.1, D. 48, 62, 87; Cx. 2, D. 104, 120, 137 ; Cx. 3, fl. 195, 202, 223; Cx. 5, D. 346; Cx. 6, D. 499; Cx. 10, D. 877; Cx. 15, D. 1288; Códice 18, fl. 171; Códice 20, fl. 120; Códice 22, fl. 240; Códice 25, fl. 272

Quadro 9 - Critérios destacados nos pareceres dos conselheiros para o governo do Rio Grande

Argumento	Ocorrências
Qualidade dos serviços	8
Anos de serviço	7
Experiência em guerras	5
Graduação dos postos militares ocupados	4
Capacidade/Suficiência	4
Recebeu feridas	3
Merecimento	3
Qualidade social	3
Experiência em governos	3
Conhecimento da região	3
Conhecimento de línguas indígenas	1

Fonte: AHU-RN, Cx. 1, D. 9, 16, 17, 21, 32, 37, 58, 77, 88; Cx. 2, D. 148; Cx. 3, D. 190; Cx. 6, D. 348

Quadro 10 - Critérios destacados nos pareceres dos conselheiros para o governo do Ceará

Argumento	Ocorrências
Qualidade dos serviços	11
Anos de serviço	7
Experiência em guerras	7
Experiência em governos	6
Conhecimento da região	5
Capacidade/Suficiência	3
Qualidade social	3
Graduação dos postos militares ocupados	2
Conhecimento de línguas indígenas	2
Merecimento	2

Fonte: AHU-CE, Cx. 1, D. 21, 24, 30, 32, 42, 44, 50, 80; Cx. 2, D. 100; Cx. 3, D. 153, 196; Cx. 4, D. 262

Analisando os pareceres de todas as consultas identificadas, algo chamou bastante atenção: os conselheiros pareciam mais preocupados em justificarem os seus votos quando estavam escolhendo alguém para governar as capitanias de Pernambuco e da Paraíba, enquanto nos processos de seleção para as capitanias do Rio Grande e do Ceará, em boa parte das consultas, limitavam os seus pareceres apenas afirmando quem tinha ficado em primeiro, em segundo e em terceiro, sem justificar a escolha dessa ordem. Isso ficou evidenciando no preenchimento dos quadros acima. Os números de ocorrências nas capitanias de Pernambuco e da Paraíba são significativamente superiores aos das outras duas. Assim como se vem discutindo ao longo de toda esta tese, esses números parecem reforçar mais uma vez a questão das hierarquias espaciais. Existia uma maior preocupação sobre quem deveria ser nomeado para o governo das capitanias mais importantes, consequentemente, as discussões realizadas no Conselho Ultramarino tendiam a ser maiores e mais cuidadosas, enquanto nas capitanias consideradas menos importantes o consenso entre os conselheiros parecia ser muito maior e não gastavam tantas energias discutindo sobre qual seria o melhor opositor a assumir o referido governo.

De um modo geral, os principais critérios identificados foram: qualidades do serviço, anos de serviço, qualidade social, experiência em guerras, experiência em governos, capacidade/suficiência e graduação dos postos militares. Dependendo da capitania, a ordem de importância desses critérios poderia mudar. Observando Pernambuco, o critério que mais vezes foi percebido nos pareceres dos conselheiros foi o da qualidade social. Como foi analisado em alguns casos, a necessidade dos governadores de Pernambuco serem pertencentes a um alto nível de nobreza era considerada fundamental, pois era uma capitania muito importante para a Coroa e seus moradores eram pessoas consideradas de grande reputação e nobreza, o que exigia essa condição de seus governantes. Cabe destacar o parecer do conselheiro Alexandre de Sousa Correa em uma consulta para o governo da referida capitania. Ao justificar sua escolha em D. Lourenço de Almeida, em 1715, ele afirmou: "Como também por concorrer em sua pessoa o esplendor do sangue, circunstância que tem a maior aceitação dos povos das conquistas".[527]

Na Paraíba, o requisito da qualidade social apareceu apenas em quarto lugar, no Rio Grande e no Ceará em sexto, empatado com outros critérios, demonstrando que essa característica não era tão necessária, principalmente para essas duas últimas capitanias, pois por mais que tenha ocupado o quarto lugar na Paraíba, o número de ocorrências desse critério foi muito maior do que o das outras duas. Sobre esse aspecto, muito elucidativo foi a análise feita

527 AHU-Códice 21, fl. 8.

por Nuno Monteiro e Mafalda Soares, que afirmaram que a qualidade social dos governantes das capitanias subordinadas deveria ser menor para auxiliar na dinâmica de mando e obediência que existia entre esses agentes e os governadores das capitanias principais, uma vez que poderia gerar problemas colocar uma pessoa de estatuto social e militar equivalente ou superior para receber ordens de um igual ou inferior.[528] Dessa maneira, é adicionado mais um elemento de lógica governativa nessa reflexão sobre as hierarquias espaciais e as trajetórias governativas.

A experiência em governos foi outro critério considerado muito importante para Pernambuco. Mais uma vez é importante lembrar alguns pareceres já analisados nos quais destacavam que os governadores de Pernambuco deveriam ser experientes nos governos das conquistas para conseguirem fazer uma boa administração daquela capitania, muito relacionado ao que foi discutido no parágrafo anterior sobre os moradores dela, que por vezes eram chamados de orgulhosos e fáceis de se revoltarem, por isso existia a necessidade de se nomear governadores pertencentes a alta nobreza e que fossem experientes na arte de governar. Breno Lisboa destacou que de fato existia uma preocupação constante nos pareceres dos conselheiros: a de escolher alguém capaz de pacificar os ânimos dos povos daquela capitania, que eram de "ânimos muito inquietos". Portanto, além de critérios considerados mais comuns nesse processo, para aquela capitania, naquele período, o autor aponta essa condicional como um elemento de grande relevância para ser levada em consideração no momento de escolher o próximo governador de Pernambuco.[529] Como foi visto no quadro montado neste capítulo, esse critério foi o segundo mais destacado pelos conselheiros.

Um outro aspecto que chama atenção nesses quadros é o caráter remuneratório que o processo de nomeação para um governo possuía. Em diversos pareceres foi possível identificar o merecimento dos opositores como um fator de relevância, assim como também o fato de eles terem recebido feridas ao longo de seus anos de serviços, por isso eram merecedores de receberem um governo.[530] O que traz de volta a discussão feita por um dos conselheiros, Bento Teixeira de Saldanha, que afirmou que a nomeação para os governos não deveria ser vista como uma forma de remunerar os vassalos pelas suas feridas e que os opositores que tentassem usar

528 CUNHA, Mafalda Soares da e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII... *Op Cit* p. 211.
529 LISBOA, Breno. *Op Cit, p. 141*
530 Fernanda Olival destacou que existia uma espécie de tabela remuneratória em que os agentes responsáveis por avaliar a mercê pretendida se baseavam. Dentre os elementos que faziam parte dessa tabela, "feridas graves" estava inserido nessa tabulação, o que explica a presença desse argumento nos pareceres dos conselheiros e nos registros dos opositores ao narrarem os seus serviços. OLIVAL, Fernanda**.** *Ordens militares e o estado moderno*: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641 – 1789). Lisboa: Estar, 2001, p. 140.

dessas justificativas que fossem buscar outros meios de serem remunerados.[531] Apesar disso, o que foi visto foi o contrário.

Colocando de uma forma geral, excetuando-se a necessidade de grande nobreza para o governo de Pernambuco e uma significativa experiência governativa, o que se esperava dos governantes das Capitanias do Norte eram militares com muitos anos de serviços e participações nas guerras vivas. Nem sempre esses critérios eram atendidos, mas pela repetição deles em diversos pareceres se confirma que, de fato, eles existiam e eram muito bem conhecidos entre os conselheiros do Conselho Ultramarino.

***

Nesse capítulo foram analisados os perfis dos opositores aos governos das Capitanias do Norte, os perfis e trajetórias daqueles que de fato foram nomeados e os critérios de escolha do Conselho Ultramarino. Por meio dessas análises foi possível perceber o padrão hierárquico que vem se discutindo ao longo de toda essa tese. Pernambuco possuindo opositores e governantes de maior estatuto social e detentores de maiores patentes militares; a Paraíba ocupando um espaço intermediários entre uma capitania principal e uma subalterna, possuindo um elevado número de opositores e governantes com símbolos de distinções sociais, menos do que Pernambuco, mas significativamente maior do que o Rio Grande e o Ceará; estas duas últimas muito se assemelharam em praticamente todos os aspectos analisados, o que confirma que ocupavam o mesmo papel nessa organização hierárquica estabelecida pela Coroa. Analisando os critérios de seleção, também foi possível reforçar essa esquematização hierárquica da mesma maneira

531 AHU-Códice 18, fl. 173.

4 À "IMITAÇÃO DO QUE COM OS SEGUINTES REFERIDOS SE PRATICOU": INFORMAÇÕES E REDES DE CONHECIMENTO ENTRE OS AGENTES GOVERNATIVOS.

Em 1782, o então capitão-mor nomeado para governar a capitania do Ceará, João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri, fez um requerimento ao rei solicitando ajuda de custo para se deslocar do reino para a América. Nesse pedido, ele afirmou que o rei, pela sua "interminável clemência e grandeza", mandasse lhe dar o equivalente a três mil cruzados, "que é o que se tem dado [e há exemplos de maior quantia] aos governadores subalternos da América."[532] Nesse mesmo ano ele fez outro requerimento. Dessa vez pedia que recebesse uma patente agregada à plana de corte quando finalizasse seus serviços no Ceará. Pretendia, dessa forma, garantir um posto no reino logo que terminasse seu período como capitão-mor. Para justificar o seu pedido, afirmou que era costume o rei conceder essa graça a diversos governantes. A partir de determinado momento começou a listar uma série de nomes de pessoas que foram governar alguma capitania, dizendo onde estavam atuando antes da nomeação, a patente que receberam, bem como o posto que ocuparam ao voltar para o reino. Após listar 8 nomes, afirmou: "Poderia o suplicante alegar com outros exemplos ainda, porém, os suprime para não fazer mais longa essa narração. Sendo que se persuade o suplicante, que com estes que alega, lhe parecem bastante para dever esperar a mesma graça."[533]

João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri mostrou-se um soldado muito bem informado sobre as trajetórias de outros governantes. Interessante destacar o uso que ele fez dessas informações. Por meio delas, tentou convencer o rei que merecia receber as mesmas graças que as pessoas por ele apresentadas receberam. Com isso, ele achou que era necessário se "municiar" com essas informações para conseguir o que pretendia, demostrando não estar alheio ao processo de distribuição de mercês. Fica a questão de como ele teve acesso a esses dados? Quais eram os agentes envolvidos nesse processo de circulação de informação? Era uma situação isolada ou muitas pessoas tinham conhecimento desse circuito informativo? Essas são algumas questões que permearão o desenvolvimento desse capítulo. Ele será estruturado em três partes. A primeira abordará uma discussão mais teórica sobre a ideia de informação e conhecimento. O segundo analisará as instituições e os agentes responsáveis pela produção e arquivamento das informações. E, por fim, o terceiro demonstrará a utilização e

[532] REQUERIMENTO de, João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri, nomeado capitão-mor do Ceará, à rainha [D. Maria I], a pedir ajuda de custo para transportar-se para a dita capitania. AHU–CE, Papéis Avulsos, Cx. 09, D. 586.
[533] *Idem*.

compartilhamento das informações por parte dos agentes governativos, transformando essas informações em conhecimento.

4.1 **Informação, conhecimento e poder**

A gestão de informações no período Moderno era um elemento essencial de governabilidade dos reinos. Estudando as relações entre Goa e a corte mongol, Jorge Flores analisou uma interessante constatação do imperador mongol, Aurangzeb, que afirmou: "O principal pilar do governo é estar bem informado acerca das notícias do reino. Negligência por um instante pode tornar-se causa de desgraça por longos anos. " [534] Tal afirmação demonstra a importância que a informação possuía na gestão política. Tendo isso em vista, será discutido nas próximas páginas a relação entre informação, conhecimento e poder. Aprofundando essa relação, Romulo Valle Salvino, ao analisar a circulação da correspondência no período moderno, destacou como que as cartas são utilizadas como fonte de pesquisa levando em consideração apenas o seu conteúdo, sendo, muitas vezes, completamente ignorada, sua composição material e toda a estrutura que envolve a sua produção, circulação, recepção e registro. Nas palavras do historiador: "as pesquisas, de modo geral, olham para 'dentro' das cartas, utilizadas como fontes, pouco se preocupando com a materialidade institucional e logísticas de suas redes de circulação, ou de como as disputas em torno delas se inseriam em movimentos sociais e políticos maiores. "[535] A partir disto, esta será uma das preocupações desse capítulo, procurar entender o aparato institucional em torno da produção e circulação das informações em termos técnicos, para depois analisar o uso dela por parte dos agentes governativos.

Ao fazer um estudo sobre a história social do conhecimento, Peter Burke fez uma importante distinção entre duas categorias que são essenciais na análise que está sendo feita nesse trabalho, informação e conhecimento. Segundo Burke, a primeira categoria seria um dado específico e prático que estaria "cru", enquanto a segunda seria algo que foi "cozido, processado ou sistematizado pelo pensamento."[536] Essa explicação, apesar de parecer bastante simples e

534 FLORES, Jorge. Comunicação entre impérios: a engrenagem das relações entre Goa e a corte Mongol durante o governo do conde de Linhares (1629-1635). In: SANTOS, Maria Emília Madeira; LOBATO, Manuel. (orgs.). *O domínio da distância*: comunicação e cartografia. Lisboa, Portugal: Editora do Instituto de Investigação Científica Tropical, 2006, p. 35.
535 SALVINO, Romulo Valle. *Guerras de papel:* disputas e estratégias em torno da comunicação escrita na América portuguesa (c. 1650 – c. 1750). 2018. 427 f., il. Tese (Doutorado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018, p. 16.
536 BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento*: II: da Enciclopédia à Wikipédia. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 19-20.

óbvia, é muito significativa no sentido de estabelecer uma clara separação entre esses dois elementos. Dessa forma, o presente trabalho abordará essas categorias da mesma maneira. De princípio houve o questionamento de qual seria o melhor conceito a ser utilizado nessa pesquisa: redes de conhecimento ou redes de informação. Optou-se pelo primeiro, tendo em vista que um dos objetivos desse capítulo é demonstrar como os agentes governativos utilizavam e compartilhavam as informações adquiridas, analisando o processo de transformação da obtenção do conhecimento "cru", como bem descreveu Peter Burke, em um fenômeno cognitivo processado e sistematizado na mentalidade desses agentes. O desenvolvimento desse conceito será abordado mais adiante.

Ao destacar os principais centros de obtenção e difusão de informações durante os séculos XV e XVI, Peter Burke apontou Lisboa como um deles devido ao posicionamento estratégico e ativo de seu porto, no qual possuía um importante fluxo para diversos lugares do mundo. Dentro do reino de Portugal, destacou o autor uma figura também importante nesse processo, que foi João de Barros, feitor da Casa da Índia e também donatário da capitania do Rio Grande na América. Descrevendo como esse homem obtinha seus conhecimentos, afirmou que ele conversava constantemente com soldados, administradores, viajantes e mercadores de diversos lugares. De forma específica sobre a China, ele chegou a comprar um escravo para uso exclusivo de tradução dos textos chineses para assim obter informações sobre aquele tão exótico e distante lugar.[537] João de Barros foi um caso excepcional, pois além de todos os afazeres administrativos e comerciais, ele era também o que se pode chamar de historiador,[538] logo, o seu interesse em obtenção de informação era mais aguçado. Apesar disso, é significativo de se observar a forma como ele obtinha essas informações, por meio de trocas de conversas com diversos tipos de agentes, sejam militares, comerciais ou administrativos, e todos eles com experiências de circulação pelo mundo. Dessa forma, ao se pensar no processo de circulação das informações e do conhecimento, intrinsicamente é necessário pensar no processo de circulação das pessoas. São as pessoas, para além das instituições burocráticas oficiais, os principais repositórios de informação e conhecimento.

O conjunto de reinos na Europa do período Moderno foi o que se pode chamar de Estados de papel.[539] Nesse sentido, muito significativo foi como o rei Filipe II da Espanha,

537 *Ibidem*, p. 65-66.
538 PEREIRA, Elenize Trindade. *De capitania donatária à capitania régia*: o senhorio de João de Barros na "Terra dos Potiguara": século XVI. 2018. 159f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.
539 A referência também pode ser vista em Hespanha, que chamou Portugal de um "Império de papel". HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan:* instituições e poder político. Portugal – séc. XVII. Coimbra: Almedina, 1994, p. 291.

ficou conhecido como *el rei papeleiro* devido a sua preocupação com as questões burocráticas da administração de seu reino.[540] A obtenção de informações detalhadas por parte dos governantes a respeito de seus territórios administrados foi uma característica marcante da segunda metade do século XVIII, no entanto, não foi exclusiva desse período. O já citado Filipe II, em 1575 e 1578, mandou diversos agentes régios com questionários com mais de 50 tópicos para obterem informações de mais de 600 vilarejos espanhóis. Tais perguntas eram bem variadas, algumas tratavam da qualidade das terras ou privilégios dos habitantes, outras diziam respeito à vida religiosa, festas e santos favoritos.[541]

A respeito do valor político e comercial de informações, Peter Burke destacou o caso da Companhia das Índias Orientais, que deveu parte de seu sucesso a sua "eficiente rede de comunicações. " Ainda sobre essa instituição, eles utilizaram como estratégia a contratação de famosos cartógrafos para auxiliar na obtenção de valiosas informações, sendo eles prestados a um juramento no qual estavam proibidos de imprimir ou compartilhar as informações obtidas.[542]

No livro organizado por Sabrina A. Baron,[543] conhecimento e informação durante o século XVII são os elementos chaves de análise. Ao longo de vários capítulos discutindo essas questões em diferentes regiões da Europa, é demonstrado como informação e política são elementos que sempre estão juntos, seja nas camadas mais baixas da população, ou dentro das cortes. Dessa forma, informação é um componente valoroso naquelas sociedades. O foco dos trabalhos apresentados na obra, no entanto, é no uso político da informação por meio da imprensa. Sobre esse aspecto, destacou a organizadora uma carta escrita pelo duque de Newcastle ao rei Carlos II:

> There is another error that does overheat your people extremely and does your Majesty much harm, that every man now has become a statesman, both home and abroad, merely due to the weekly gazette. Domestic or foreign gazettes, therefore, should be forbidden, as also such fellows, as Captain Rosingame, who made £500 a year by writing the news to several persons. This did as much hurt as the other, if not more, for in a letter he might be bolder than they durst in print. Such people are not only to be absolutely forbidden but punished severely if they offend in this way. This will cool the nation so much and quiet state spirits that your Majesty and your subjects will find great benefit from it. Then all our discourses will concern hunting, hawking, bowling, cocking, and such things, and we will always be ready to serve your Majesty.[544]

540 BURKE, Peter. *Op. Cit*., P. 115.
541 *Ibidem*, p. 125.
542 *Ibidem*, p. 148-149.
543 BARON, Sabrina A. *The politics of information in Early Modern Europe*. London: Taylor and Francis e-library, 2005.
544 *Ibidem*, p. 41.

Demonstrava, dessa forma, a existência de uma preocupação por parte de integrantes da corte sobre o possível uso político das informações por meio das notícias impressas, como é possível de se perceber por meio das palavras do duque, que toda pessoa estava tornando-se um homem de estado, aproveitando esse meio de circulação de informações para alcançar seus objetivos políticos. Os pontos negativos destacados pelo duque seriam, em primeiro lugar, as pessoas que se estavam aventurando a escrever e compartilhar notícias; e em segundo, o acesso cada vez maior que as pessoas estavam tendo no recebimento de informações, dando a entender que quanto mais ignorante e desinformada estivesse a população do reino, melhor seria para o governo.

Jean-Pierre Vittu, ao analisar a difusão das informações como um instrumento político na França do século XVII, percebeu que, além dos meios oficiais de propagação por meio de anúncios em locais públicos e distribuição de panfletos, existia o que ele chamou de *Private networks*, que seriam as redes de informação estabelecidas por grupos específicos visando obter informações que diziam respeito àquele grupo. Segundo Vittu:

> Great correspondence networks linked the various houses of the same religious order. Merchants and foreign students made use of similar circuits. The 'German Nation' of the University of Orleans paid its own messenger to carry letters to and from Germany; it also paid newsletter writers in Paris to send them whatever German news they might have. This example demonstrates the importance of information professionals working alongside the members of a particular community who furnished news to their correspondents. Consider also the foreign agents who provided reports to merchants, or veritable postal agents, such as the Thurm and Taxis within the Empire.[545]

Por meio dessa afirmação, é possível perceber a busca de informações específicas para determinados grupos e que existia um verdadeiro circuito de informações, onde agentes já habituados com o seu funcionamento tornavam-se especialistas em coleta e divulgação. Para essas pessoas, o autor as denominou como *agentes of information.*[546] As reflexões feitas por Jean-Pierre Vittu auxiliam no entendimento do que será desenvolvido adiante sobre as redes de conhecimento, bem como os agentes de informação que faziam parte desse processo. Cabe já adiantar, no entanto, que o universo de informações circulantes era extenso, por isso a necessidade de organização e sistematização no gerenciamento das informações era algo que foi se tornando cada vez mais evidente e, portanto, especializar-se na obtenção de um determinado tipo de informação era prática comum entre os agentes governativos.

---

545 VITTU, Jean-Pierre. Instruments of political information in France. In: BARON, Sabrina A. *The politics of information in Early Modern Europe*. London: Taylor and Francis e-library, 2005, p. 163.
546 *Idem*.

Arndt Brendeck, ao discutir sobre as funções do conhecimento na Idade Moderna, reforça o que vem sendo discutido até aqui sobre como o conhecimento era considerado algo essencial para os governantes daquela época. Sobre isso, destacou um interessante trecho das memórias de Luís XIV, que dizia:

> Quiero estar informado de todo, escuchar los pedidos y quejas del último de mis súbditos, conocer el número de mis tropas y el estado de mis posiciones, negociar sin demora con ministros extranjeros, recibir despachos, formular una parte de las respuestas y proporcionar a mis secretarios el material para la otra parte [...].En una palabra consisten, hijo mío, en dirigir los ojos abiertos al mundo entero, enterarse en todo momento de las novedades de todas las províncias de todas las naciones, los secretos de todas las cortes, el carácter y las debilidades de todos los príncipes y ministros extranjeros, estar informado de una cantidad infinita de cosas que se cree que ignoramos, [y] ver a nuestro alrededor lo que nos ocultan con gran cuidado, [y] descubrir las miradas más remotas de nuestros propios cortesanos, sus intereses más oscuros.[547]

Essa fala de Luiz XIV ao seu filho é muito significativa no que diz respeito à importância da informação e do conhecimento para a administração dos reinos modernos. Esses dois elementos significavam, como muito bem afirmou o monarca, "dirigir com os olhos abertos o mundo inteiro", ou seja, governar estando ciente das coisas que acontecem no seu reino e ao seu redor, fazendo uma alusão à associação entre conhecimento e poder.

Após essa breve discussão mais geral sobre informação e conhecimento na Idade Moderna, esse momento do trabalho tratará de maneira mais especifica como essas questões estavam presentes no reino de Portugal e na América portuguesa.

A monarquia portuguesa no período moderno foi caracterizada como uma monarquia pluricontinetal, que seria um reino com várias possessões fora da Europa, que apesar de suas particularidades e contextos singulares, estavam submetidos a uma única Coroa, tendo seus padrões de referência institucional e social ligados a este reino em específico, no caso, o português.[548] Levando em consideração a grande quantidade de territórios ultramarinos que a Coroa portuguesa possuía para administrar e a sua população nem tão numerosa para satisfazer as necessidades organizacionais na gestão de um império, era necessário adotar uma estratégia que buscasse o aproveitamento de forma significativa e eficiente dos agentes régios a serem enviados para as diversas partes do mundo, levando em consideração a presença portuguesa na América, África e Ásia. Tendo isso em vista, ao adotar as trajetórias dos agentes governativos como uma perspectiva de análise, Maria de Fátima Gouvêa preocupou-se em repensar a

547 Luis XIV, Mémoires, t. 2, pp. 392 Apud BRENDECK, Arndt. *Imperio e information.* Funciones del saber em el domínio colonial español. Iberoamericana – Vervuert, 2012, p. 54.
548 FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima Silva. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII. *Tempo*, Niterói, v. 14, n. 27, p. 36-50, 2009 , p. 43.

natureza das trajetórias administrativas a partir de um entendimento da gestão governativa, ou institucionalização de uma governabilidade por parte da Coroa portuguesa. Essa gestão é o que daria corpo para o complexo Atlântico português, que por sua vez está associado ao desenvolvimento de uma ideia de Império.[549]

Para a formação desse complexo Atlântico, as trajetórias administrativas, como já foi discutido no terceiro capítulo dessa tese, eram elementos essenciais, pois elas não eram totalmente aleatórias, muitas vezes possuíam um sentido e objetivo que procuravam potencializar a administração portuguesa. Fátima Gouvêa destacou por meio delas uma ligação existente entre Angola e Brasil, trazendo exemplos não apenas de governadores como também de bispos que passaram por esses dois territórios. A partir disso, é possível refletir como o posto de governo possibilitava permanências no sentido de tornar possível a criação de uma memória administrativa que auxiliava na prática governativa. Essa memória era compartilhada por um seleto grupo de indivíduos que conseguiam circular por determinadas áreas administrativas.[550] Dessa maneira, os mecanismos de governabilidade, no qual as trajetórias eram uma parte importante deles, era entendido por Fátima Gouvêa como algo coerente e provido de certo planejamento, e tinha na circulação dos agentes governativos uma estratégia de melhor "formação" dessas pessoas. Além disso, é importante ressaltar que por meio desse sistema, a Coroa portuguesa conseguia hierarquizar os homens e os espaços e esta hierarquização também seguia uma lógica que estava inserida na governabilidade portuguesa.

A circulação desses homens por vários lugares, ocupando muitas vezes os mesmos postos em locais diferentes, ou então assumindo outras funções, dotavam esses agentes de um conhecimento particular que vinha de suas experiências. Mais uma vez Fátima Gouvêa, dessa vez em parceria com Gabriel Almeida Frazão e Marília Nogueira dos Santos, analisou as trajetórias como um instrumento de obtenção de conhecimento e este estava associado diretamente ao exercício do poder, auxiliando a prática governativa não só da própria Coroa portuguesa, como também dos agentes régios. Segundo os autores:

> Poder e conhecimento serão, portanto, aqui tratados de forma indissociável, interpretados como algo que emergia da produção e circulação das informações produzidas pelos homens – os oficiais régios – que se movimentavam através das diversas áreas e postos administrativos no império. Poder e conhecimento se apresentavam, portanto, como aspectos inter-relacionados através da ação de

549 GOUVÊA, Maria de Fátima. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
550 *Ibidem*, p. 308.

> múltiplos agentes, ou seja, por um número variado de homens e grupos e interesse que encontravam no império português a sua razão de ser.[551]

A intensa circulação desses agentes governativos os transformavam em verdadeiros "instrumentos de conhecimento", que, além de receptores de informação, também eram transmissores. Vale ressaltar, no entanto, que esse conhecimento não era utilizado apenas visando práticas governativas, característica essa privilegiada nos estudos destacados até aqui. Essas pessoas também utilizavam essas informações buscando benefícios próprios, que por mais que tivessem ligação à atuação governativa, tinham como objetivo primário uma mercê individual. Dessa forma, eles procuravam acessar as redes de conhecimento para obter informações sobre outros agentes governativos, fosse trocando informações entre eles ou por meios institucionais, e, ao fazer isso, pode-se considerar que eles se reconheciam como uma categoria específica de agente, da mesma forma como analisou Jean-Pierre Vittu.[552]

Maria Emília Santos, ao fazer a apresentação da obra *O domínio da distância*, fez uma importante reflexão sobre o processo de circulação das informações no Império ultramarino português. A autora chamou atenção de como, com o passar das décadas de experiência no gerenciamento de tão vastos territórios pelo mundo, Portugal precisou complexificar e aperfeiçoar o seu sistema de governabilidade e isso passou diretamente no aperfeiçoamento do tratamento das informações produzidas e armazenadas.

> É assim que um emissor passa a receptor, quando um governador ultramarino termina seu desempenho, regressa ao Reino e ingressa no Conselho Ultramarino. Quando técnicos especializados realizam trabalho de campo e apresentam relatórios, sugerindo medidas inovadoras, como resultado de observação direta e de conhecimento de posições de outras potências concorrentes presentes na área [...].[553]

Dessa forma, é reforçada a importância que os agentes régios, fossem eles governativos ou não, possuíam nesse processo de aquisição de conhecimento e compartilhamento dele visando uma melhor gestão governativa por parte da Coroa.

Mais um historiador a destacar a relação da circulação das informações com os agentes régios foi Pedro Cardim, que, ao analisar o processo de difusão da legislação régia pelo território, tanto reinol como do ultramar, ressaltou como isso acontecia por meio de diversos

---

551 GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; FRAZAO, Gabriel Almeida; SANTOS, Marília Nogueira dos. Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735.*Topoi* (Rio J.**)**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 96-137, 2004, p. 104.
552 VITTU, Jean-Pierre, *Op. Cit*., p. 163.
553 SANTOS, Maria Emília Madeira; LOBATO, Manuel. (orgs.). *O domínio da distância*: comunicação e cartografia. Lisboa, Portugal: Editora do Instituto de Investigação Científica Tropical, 2006, p. 4.

agentes régios que estavam, dentre suas outras funções, designados com o objetivo de fazer tomar conhecimento as novas leis que chegavam em seus espaços de atuação. Para o caso dos governos ultramarinos, destaca o autor que os governantes eram um desses principais agentes, cabendo-lhes a missão de divulgar as novas leis e registrá-las em diversas instituições.[554] E, de fato, é possível de se observar essa prática em diversos documentos emitidos por esses agentes no quais exigiam que se ficasse registrado determinada informação em vários lugares, como nas câmaras municipais, provedorias ou nas secretarias de governo. Apesar do foco de análise do texto citado ser a legislação portuguesa, esse tipo de prática era comum com outras tipologias documentais. Com isso é possível perceber como a difusão e o registro de informações passava por diversos níveis institucionais que permitia o seu acesso de forma mais facilitada.

Tendo em vista o que se discutiu até aqui, é importante destacar como a questão do gerenciamento das informações era algo significativo para a administração do Império português. A circulação de informações, por meio das correspondências, dentro do próprio reino ocorria de forma oficial sob responsabilidade do correio-mor, já para as que eram provenientes do ultramar, existia o ofício de correio-mor das cartas do mar. Ambos eram propriedade de uma mesma família, Mata. Atento à importância que era ter o controle de forma mais efetiva das informações que circulavam, D. Luís da Cunha, diplomata português, escreveu em suas *Instruções políticas* (1736) e também em seu *Testamento político* (1749), orientações sobre como a Coroa portuguesa deveria tomar para ela o controle desses ofícios. No entanto, ao analisar as duas principais produções de D. Luís da Cunha, Romulo Valle Salvino percebeu que nas suas primeiras reflexões presentes nas *Instruções*, o embaixador português via essas reformas nos correios objetivando maior ganho financeiro. Apenas no seu *Testamento político* que ele deixou mais clara a sua preocupação com uma melhor forma de governar o reino em diversos aspectos, que se devia, entre outras formas, por meio de um melhor sistema de circulação de informação que era de responsabilidade dos correios.[555] Dessa maneira, mais um agente destacou como essa temática era considerada como algo de grande relevância para a governabilidade portuguesa.

A importância do tratamento das informações para a Coroa portuguesa foi ganhando cada vez mais destaque ao longo do século XVII e muitas mudanças ocorreram durante o período da união das Coroas ibéricas. Francisco Carlos Cosentino apontou que, dentre essas

554 CARDIM, Pedro A difusão da legislação régia. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno. *Um reino e suas repúblicas no Atlântico.* Comunicação política entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 173-175.

555 SALVINO, Romulo Valle. D. Luís da Cunha e os correios portugueses: uma leitura de passagens das Instruções políticas e do Testamento político. *Em tempo de histórias* , v. 29, p. 58-77, 2016.

mudanças, destaca-se uma maior preocupação com os mecanismos que permitissem uma melhor circulação de informações, fazendo com que o centro decisório fosse municiado com mais detalhes dos territórios americanos e assim conseguisse exercer uma melhor administração.[556] Seguindo a mesma linha de raciocínio de Cosentino, Marília Nogueira dos Santos, em sua dissertação, também destacou que a escrita passou a ter um papel cada vez mais proeminente ao longo dos 60 anos de união ibérica e que isso terminou propagando-se para a administração brigantina. Ela, a escrita, permitiu "o acumulo e fixação da informação necessária para a tomada de decisões futuras. " E que o arquivo de Simancas, "[...]pode ser entendido tanto como a consumação, quanto como instrumento de um modo de governar posto em prática por Felipe II, que passava, explicitamente, pelo registro escrito. "[557] A perspectiva da autora de que o arquivo de Simancas era um "instrumento de um modo de governar" coaduna-se com a ideia desenvolvida até aqui, na qual se pretende demonstrar que o gerenciamento informacional era um elemento de grande importância para a administração de um império, mas indo além, destacar como as pessoas faziam uso dessas informações.

Ao analisar os regimentos dos governadores-gerais, Santos percebeu uma mudança significativa no que diz respeito ao tratamento da informação por parte do governo-geral em direção ao reino. No primeiro regimento, o de Tomé de Sousa, publicado em 1548, dos 46 capítulos apenas dois orientavam sobre a troca de informações com o rei. Já no regimento de Francisco Giraldes, de 1588, dos 53 capítulos que o constituíam, sete deles tratavam da comunicação escrita, o que representou um significativo avanço comparado ao regimento de Tomé de Sousa. Além disso, segundo a autora, foi nesse momento que se criou o livro de registro do governo, que seria um marco importante no que diz respeito ao tratamento das informações registradas.[558]

O regimento de Gaspar de Sousa foi o que mais trouxe mudanças com relação à importância da circulação de informações entre o Estado do Brasil e o reino. Dos seus 59 capítulos, 22 fazem referência a esse assunto, o que demonstrou um grande aumento na preocupação do gerenciamento de informações. De fato, Felipe III mostrou-se muito ansioso para receber informações de seus governantes, como fica claro no trecho do regimento em que ele diz:

---

556 COSENTINO, Francisco Carlos. "Mundo português e mundo ibérico". In: FRAGOSO, João Luis Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O Brasil Colonial*, volume 2 (1580-1720). 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

557 SANTOS, Marilia Nogueira dos. *Escrevendo cartas, governando o império*: a correspondência de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho no governo-geral do Brasil (1691-1693). 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói,2007, p. 37.

558 *Ibidem*, p. 39-43.

> sejais mui continuo em me escrever e avisar de todas as cousas que sucederem, e que entenderdes convém ser avisado, assim do que a experiência vos mostrar ser necessário para bom governo dele, como do procedimento das pessoas que nele me servem, o que fareis com todos os navios que partires das partes e lugares onde vos achardes sem vir nenhum sem carta vossa, inda que seja repetido o já escrito; porque assim convém pela incerteza da viagem do mar.[559]

Nesse trecho é interessante perceber como o rei exigiu que todos os navios que partissem da América em direção ao reino deveriam trazer notícias enviadas pelo governo-geral, mesmo que elas fossem repetidas. Tal fato demonstra a importância dada pela Coroa ao fluxo continuo de informações. Nesse mesmo regimento é determinado que todos os mestres de navio que partissem de Lisboa em direção ao Estado do Brasil, deviam passar no Conselho da Índia para buscar despachos que estavam para serem enviados àquelas terras, determinação esta que tinha como objetivo não causar nenhum atraso e, consequentemente, dano ao serviço real no manejo da governabilidade de seus territórios tão distantes. Esse tipo de prática, ou pelo menos algo semelhante a isso, continuou mesmo após a separação de Portugal da Espanha, como é possível de se perceber em uma consulta do Conselho Ultramarino de 1643, em que os conselheiros determinaram que o capitão da torre de Belém não permitisse que nenhum navio saísse do reino sem antes verificar se ele tinha uma certidão do secretário do Conselho Ultramarino que confirmasse que aquele navio tinha passado naquela secretaria e recebido todas as cartas que fossem destinadas ao ultramar.[560] Em 1699, em uma nova consulta, esse tipo de prática foi aperfeiçoada. O Conselho determinou que os mestres de navio seriam obrigados a passar naquela instituição dando notícia sobre para onde iriam e o que carregavam, para que assim pudesse ser repassado a eles as cartas que tivessem para serem enviadas.[561] Tal atitude demonstra como cada vez mais foi-se tornando necessário a troca e o registro de informações para a própria garantia do envio efetivo de mais informações.

No regimento dos governadores de Pernambuco também é possível perceber diversos pontos que tratam do envio de informação por parte do governador ao rei. Mais especificamente, no capítulo 28 do regimento, o rei determinou que o governante deveria transladar

> [...] todos os regimentos, ordens, cartas e alvarás, provisões e decretos, que se tenham passados, assim minhas como dos senhores reis, meus predecessores e dos

559 Regimento de Gaspar de Sousa apud SANTOS, Marilia Nogueira dos. *Op. Cit*. p. 47.
560 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV sobre mandar ao capitão da Torre de Belém não deixar passar nenhum navio sem certidão do secretário do mesmo Conselho. AHU-CU, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 5.
561 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II sobre ordenar aos mestres dos navios que forem às conquistas notificarem este Conselho, antes de tomarem carga, quais os portos a que se encaminham, para levarem as ordens, cartas e géneros que o Conselho determinar. AHU-CU, Papéis Avulsos, Cx. 01, D. 88.

> governadores gerais do Estado, e outras pessoas que tivessem ordens minhas para passar, e os mais papéis que a isso pertencerem enviados ao governadores, vossos antecessores, e esta diligência mandareis fazer desde o tempo da Restauração dessas praças até ao presente, e havendo notícias destas mesmas coisas, antes dos holandeses as ocuparem, também me enviareis os treslados, e todos os mais papéis, relações e pé de listas, que poste capítulo vos ordeno e mando sereis obrigado a mandardes tirar e remeter ao meu Conselho Ultramarino dentro de um ano desde o dia que tomardes posse com vosso parecer e informação [...] e sendo o caso (o que de vós não espero) que haja omissão nesta matéria, tereis entendido que passado um ano, e não tendo vós satisfeito o que se ordena e dispõe por este capítulo, hey por bem que logo o meu Conselho Ultramarino me possa consultar esse governo, de que agora vos fiz mercê, e eu nomear pessoas que vos vá suceder.[562]

Por meio desse capítulo é possível perceber como o rei demandava receber informações sobre aquele governo. Chama atenção o fato de ele exigir que o governador remetesse praticamente todas as informações oficiais que estivessem registradas naquela capitania, não apenas no que tocasse aos seus antecessores, como também indo para antes do período de invasão holandesa e ainda ameaçou o governador com a perda do posto caso ele não cumprisse essa função, o que demonstra a importância que era dada ao recebimento de informações já naquele período. Tal aspecto é reforçado em uma carta régia para o governador de Pernambuco de 1722, em que o rei determinava a D. Manuel Rolim de Moura que ele deveria constantemente remeter notícias sobre aquela capitania ao governador-geral, mesmo que não tivessem novidades a compartilhar, pois "convém que o governo-geral seja inteirado de todas as notícias".[563]

Outro pesquisador que se preocupou com a temática do gerenciamento das informações foi Marcello José Gomes Loureiro. Ao analisar a gestão política da Coroa portuguesa com a região do Prata, destacou como a circulação das informações era algo importante para a dinâmica governativa. Segundo o autor:

> A fragmentação da autoridade real traz, então, um sentido bastante diferente daquele classicamente atribuído ao Estado e ao governo do rei. Longe de ser um decisor dotado de todo saber, o Rei dependia do papel para governar. Governar, portanto, era informar (ordenar) e ser informado. O quadro se torna mais complexo quando se considera que a informação que chega ao Rei normalmente é filtrada, se é que pode ser qualificada dessa forma, por determinado grupo de administradores ou conselheiros que possuíam interesses e aguardavam os resultados de suas narrativas. Não dispor de toda a informação ou detê-la previamente selecionada por um

562 Regimento dos governadores da capitania de Pernambuco. In: Informação geral da capitania de Pernambuco. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Oficina de Artes Graphicas da Biblioteca Nacional, 1908. v. 28, p. 126.

563 Devem os ditos Snrs. Governadores darem conta do Estado do seu Governo ao Governador Geral ainda que não haja novidade. In: Informação geral da capitania de Pernambuco. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Oficina de Artes Graphicas da Biblioteca Nacional, 1908. v. 28, p. 128. Chama atenção nessa carta o fato do governo de Pernambuco ter que remeter constantemente informações ao governo-geral, pois como foi discutido no primeiro capítulo desta tese, apesar de Pernambuco ser considerada uns dos 3 centros administrativos na hierarquia espacial da América portuguesa, ele continuava sendo subordinado à Bahia.

> determinado grupo, seja quem informava ou quem trabalhava a informação antes que ela "*subisse*" ao Rei, acabava por possibilitar distorções na compatibilidade entre os projetos reais e as realidades locais.[564]

Como é possível perceber por meio do trecho destacado, Marcello Loureiro adota a mesma linha argumentativa de Fátima Gouvêa, Gabriel Frazão e Marilia Santos, ao associar o conhecimento ao poder e como aquele estava diretamente ligado à prática governativa e que, sem estar dotado de conhecimento, o rei não conseguiria governar, o que é ainda mais simbólico. Para o gerenciamento do grande fluxo informacional proveniente das conquistas ultramarinas, o Conselho Ultramarino foi o principal órgão criado para auxiliar nessa administração. E ao longo do século XVII, cada vez mais o rei procurou ampliar a participação desse conselho nas questões da América, sobrepondo-o, inclusive, frente aos demais conselhos em algumas ocasiões. Isso se mostra por meio de uma consulta de 1647, em que o rei determinou que o governador-geral deveria prestar contas ao Conselho Ultramarino sobre os assuntos relativos à fazenda, justiça e guerra, antes de se reportar aos outros conselhos.[565] Dessa maneira, é preciso ter essa instituição como um grande repositório de informações, como será analisado ao longo desse trabalho.

O registro e a circulação de informações era algo considerado de grande relevância para a Coroa portuguesa, assim como a guarda do segredo das informações em trânsito. Isso fica bem evidenciado no regimento da criação do já citado ofício do correio-mor das cartas do mar, que era responsável pelo transporte das informações entre o reino e seus territórios ultramarinos. Dentre alguns pontos do regimento que destacavam aspectos a esse respeito, chama atenção os tópicos que determinavam que nenhuma pessoa sem expressa autorização tinha permissão de retirar as cartas dos navios e que em casos de captura das embarcações por navios inimigos, deveriam os sacos contendo as correspondências serem jogados ao fundo do mar junto de algum peso que auxiliasse no seu rápido desaparecimento.[566] Um aspecto interessante sobre a criação do referido ofício é que de princípio ele apenas foi designado para ser implementado na Bahia, em Pernambuco e no Rio de Janeiro,[567] fazendo lembrar o que foi discutido no primeiro capítulo

564 LOUREIRO, Marcello José Gomes. *A gestão no labirinto:* Circulação de informações no Império Ultramarino português, formação de interesses e a construção da política lusa para o Prata (1640-1705). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2010, p. 27.
565 *Ibidem*, p. 113.
566 SALVINO, Romulo Valle. *Guerras de papel*: disputas e estratégias em torno da comunicação escrita na América portuguesa (c. 1650 – c. 1750). 2018. 427 f., il. Tese (Doutorado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018, p. 173.
567 *Ibidem*, p. 178.

dessa pesquisa sobre o policentrismo que essas três capitanias representavam na constituição hierárquica do sistema de governo.[568]

Mais um estudo a apontar a questão da circulação das informações por meio das pessoas foi o de João Paulo Oliveira e Costa, que, ao analisar a troca de correspondência entre o Japão e a Europa, demonstrou que apesar de toda a dificuldade em termos de distância para o envio e recebimento de correspondências entre esses lugares, que costumava demorar cerca de quatro anos, as pessoas conseguiam ficar muito bem informadas sobre o que estava acontecendo do outro lado do oceano. Destacou o caso de um missionário espanhol que, em 1623, estava no Japão e relatava sobre os acontecimentos militares na Índia do ano anterior, bem como analisava a situação econômica da província em que se encontrava e relatava a localização e os feitos de diversos outros missionários espalhados pelo Japão. Esse tipo de troca de informação era possível graças a mercadores chineses que possuíam uma ampla circulação naquele território.[569] Tal fato demonstra como o processo de circulação de informações acontecia, mesmo diante de diversas dificuldades de estrutura e distância, as pessoas conseguiam informar e se manterem informadas.

Por fim, antes de iniciar a segunda parte desse capítulo, é importante deixar claro para o leitor o que se entende por redes de conhecimento nesse trabalho. Primeiro é preciso destacar o que se entende por rede. Partindo da definição elaborada por João Fragoso e Fátima Gouvêa, redes são "*networks* de relacionamentos, constituídos a partir das ações e das relações vivenciadas entre diversos indivíduos com acesso a informações e recursos diferenciados entre si. ". Essas redes, portanto, não se caracterizam apenas como meros relacionamentos, mas sim como uma "organização sistemática de recursos diferenciados por meio da ação e de estratégias político-econômicas acionadas em diferentes escalas espaciais e sociais.[570] Dessa forma, as redes de conhecimento, baseada principalmente no artigo de Gouvêa, Frazão e Santos,[571] são um conjunto sistemático de informações disponíveis, seja por meios oficiais ou não, no qual

568 Sobre a implementação dos correios em Pernambuco, ela se efetivou em 1733, durante o governo de Duarte Sodré Pereira, que segundo Maria Júlia de Oliveira e Silva, muito se empenhou para que isso fosse realizado. Antes da efetivação do ofício do correio-mor naquela capitania, as cartas que eram destinadas ao reino deveriam ser entregues exclusivamente aos capitães de navio que ficariam responsáveis pelo repasse dessas cartas às autoridades designadas em Portugal. SILVA, Maria Julia de Oliveira e. *Fidalgos-mercadores no século XVIII*: Duarte Sodré Pereira. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1992, p 54.
569 COSTA, João Paulo Oliveira e. A correspondência entre o Japão e a Europa: formas de comunicar a longa distância. In: SANTOS, Maria Emília Madeira; LOBATO, Manuel. (orgs.) Op. Cit. p. 28.
570 FRAGOSO, João; GOUVÊA Maria de Fátima. Introdução. In:_____. *Na trama das redes:* política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 23.
571 GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; FRAZÃO, Gabriel Almeida; SANTOS, Marília Nogueira dos. *Op. Cit*.

diversos agentes compartilhavam buscando se beneficiar de alguma forma.[572] Elas possuem uma dupla função, podendo ser utilizadas para gestão governativa e para vantagem particular de acordo com as pretensões dos indivíduos. Vale ressaltar sua aplicação no plural, pois não existe uma rede única de conhecimento, mas sim várias redes que são constituídas segundo os interesses em comum dos agentes envolvidos.

Ao trabalhar com a ideia de rede, Romulo Valle Salvino apontou como as interpretações sobre esse conceito de princípio vieram baseados em estudos das ciências exatas e depois adaptado aos estudos das ciências humanas, tendo destaque o trabalho de Nicolas Curien, que caracterizava as redes como "qualquer infraestrutura inscrita em um espaço geográfico e destinada ao transporte de matéria, energia, ou informação, caracterizada ' pela tipologia de seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação". [573] Essa interpretação mais técnica foi aprofundada e complexificada, como apontado no parágrafo anterior, por meio de uma ideia mais intangível da realidade, possuindo elementos mentais de comportamento e reconhecimento que interligavam pessoas e instituições.

Para estudar as redes de conhecimento foram analisados diversos requerimentos de agentes administrativos e, principalmente, dos governantes das Capitanias do Norte ao longo dos séculos XVII e XVIII. Dentre eles, destacam-se, principalmente, pedidos de ajuda de custo para o transporte do reino para a capitania a ser governada, adiantamento e aumento de soldo, aumento de patente, dentre outros. Por meio desses requerimentos percebe-se o uso das informações por parte dos suplicantes e ao fazer a conexão entre os vários agentes envolvidos e os vários pedidos, se pode chegar às redes de conhecimento.

---

572 Mais uma autora a trabalhar com a noção de rede informativa foi Carolina Esteves Soares. Em sua pesquisa sobre a atuação dos embaixadores portugueses, analisou como a troca de informação entre esses agentes era um elemento essencial para a política da Coroa portuguesa. "A informação surge como o bem mais precioso que os correios transportavam e, talvez por isso, os Estados exerciam uma grande vigilância sobre os mesmos. " Dessa maneira, a autora destaca os correios como a principal forma de disseminação dessas informações. Os correios terrestres obrigatoriamente deveriam passar pela Espanha, no entanto, em períodos de guerra, Portugal ficava isolado do resto da Europa, pois suas condições de transmitir informações eram limitadas ao transporte marítimo. Para garantir a brevidade de entrega e a segurança de que a correspondência não seria violada, pois era algo que acontecia com certa frequência, muitas vezes os embaixadores utilizavam intermediários de confiança no processo de entrega, que eram indicados por outros agentes, não usando dos serviços oficiais dos correios, construindo dessa forma uma verdadeira rede de comunicação SOARES, Carolina Esteves. *A (re)construção do diálogo entre Portugal e Castela.* Propósitos e contratempos da diplomacia portuguesa em Madrid (1668-1686). 2015. Dissertação (mestrado em História) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015, p. 135-138. Da mesma maneira destacou José Damião Rodrigues ao estudar as negociações de paz entre Portugal e Espanha no final da Guerra de Sucessão Espanhola. Segundo o historiador, os embaixadores "ocupavam um lugar central na complexa trama da produção de informação e contra-informação que caracteriza os bastidores diplomáticos. " RODRIGUES, José Damião. À espera da paz: negociações luso-espanholas e espaço cortesão na correspondência consular francesa. In: SANZ, Virgina León (Org.). Europa y la monarquia de Felipe V. Espanha: Ulzama, 2019, p. 176.

573 SALVINO, Romulo Valle. *Op. Cit.,* p. 41.

4.2 **As instituições e os agentes como centros de informação**

Josemar Henrique de Melo, ao analisar o sistema organizacional dos documentos criados durante o período moderno pela Coroa portuguesa, destacou que os registros escritos eram armazenados e trocados por diversas instituições oficiais, como provedorias, ouvidorias, governos, bispados, etc., e que isso "criou uma teia com vários polos de um enorme sistema informacional gerado por esta intercomunicação".[574] Anos antes, ao estudar o Desembargo do Paço, José Subtil afirmou que um de seus objetivos ao estudar aquela instituição foi o de fazer a "reconstituição natural do sistema objectivo da organização documental como campo significativo coerente, suficientemente delimitado e possuidor de uma lógica própria."[575] Dessa forma, o autor indicou como as informações registradas naquela instituição seguiam uma lógica coerente e que analisar essa lógica seria "um desejo de ensaiar uma inovação metodológica no processo tradicional da investigação historiográfica."[576] Sobre esse aspecto, Josemar Henrique de Melo, em sua tese sobre a secretaria de governo de Pernambuco, defende a existência de um sistema de informação arquivístico que exerce "inter-relações orgânicas e sistêmicas que mantêm com as unidades produtoras e receptoras das informações dentro de um contexto específico."[577] Portanto, algo semelhante deseja-se fazer no presente capítulo. Apesar de o foco não ser exclusivamente nessa questão, pretende-se demonstrar como as informações eram registradas e organizadas seguindo uma certa lógica racional que potencializava o seu uso nas questões de governabilidade e que também permitia a utilização dela por parte dos agentes governativos em busca de benefícios individuais.

Roger Chartier, ao analisar a construção do Estado moderno, destacou uma característica marcante dessa forma política que é o tratamento dos registros escritos que ele chama de "escrita de Estado". Para ele, são três as principais mudanças que ocorreram no período moderno no que diz respeito a essa escrita. A primeira delas foi a substituição das declarações orais pelas escritas; a segunda foi a substituição dos notários pelas chancelarias; e a terceira foi a substituição dos textos manuscritos pelos textos impressos.[578] Tais aspectos demonstram uma evolução no tratamento informacional que na verdade era uma necessidade

574 MELO, Josemar Henrique. *A ideia de arquivo*: a secretaria de governo da capitania de Pernambuco (1687-1809). 2006. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2006, p. 14-15.
575 SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes. *O Desembargo do Paço* (1750-1833). Lisboa: Universidade Autônoma de Lisboa, 1996, p. 21.
576 *Idem*.
577 MELO, Josemar Henrique. *Op. Cit*, p. 24.
578 CHARTIER, Roger. "Construção do Estado Moderno e Formas Culturais. Perspectivas e Questões", in: CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. 2ª Ed. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 2002, p. 218.

cada vez maior dos reinos, que se complexificavam cada vez mais com o passar das décadas e que, por isso, necessitavam de uma melhor forma de gerenciamento informacional. Destarte, o registro escrito tornou-se um elemento fundamental nesse processo.

Ao analisar a criação e a atuação do Conselho Ultramarino, Marcelo Caetano apontou que naquela instituição existia um livro de lembranças, que era onde o secretário do Conselho deveria registrar as decisões tomadas pelos conselheiros sobre as consultas discutidas.[579] Além disso, no capítulo 7 do regimento de criação, o rei determinou o tratamento das cartas direcionadas àquela instituição. O presidente devia mandar alguém buscar as cartas diretamente dos navios e que apenas seriam abertas dentro do Conselho. Chama atenção quando, nesse capítulo, exige-se que uma via de cada carta fosse enviada ao rei e que duas vias ficassem registradas no Conselho. Tal fato demonstra como um número significativo de um mesmo registro era direcionado para partes diferentes, o que indica a possibilidade de acesso a uma determinada informação por caminhos múltiplos. Logo em seguida, no próximo capítulo do regimento, é ordenado que "os ditos papéis estejam em toda boa guarda, se fará cada ano inventário deles em livros, que para isso haverá numerados e assinados por um dos conselheiros letrados[...]. ".[580] Dessa maneira, aqui fica evidente a preocupação que a Coroa possuía no registro e guarda dessas informações, pois ao organizar inventários desses livros, tornava o acesso a esse tipo de informação muito mais fácil e demonstra que era algo necessário.

Dentro desse sistema de informações que o Conselho Ultramarino aparecia como um grande depositório, destaca-se os papéis de serviços e requerimentos de mercês dos muitos súditos da Coroa espalhados pelo ultramar. Ao analisar as condições para realizar algum requerimento ao Conselho Ultramarino, Cleonir Xavier de Albuquerque destacou a importância que tinham as certidões de serviço que os pretendentes possuíam. Esses papéis eram fundamentais para o andamento do processo burocrático e as pessoas tinham noção de seu valor, ao ponto de carregarem eles consigo ao irem para prisão de outros reinos durante as guerras. Outro aspecto interessante sobre esse procedimento de requisição é que os requerentes tinham que mandar, junto dos papéis de serviço, uma certidão de registro que confirmasse o não recebimento de nenhuma mercê relacionada aos ditos serviços.[581] Tal exigência demonstra a complexidade do processo burocrático na economia de mercês, percebendo-se dessa maneira

579 CAETANO, Marcello. *O Conselho Ultramarino*: esboço de sua história. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1967, p. 48.
580 *Ibidem*, p. 66.
581 ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. *A remuneração de serviços na guerra holandesa.* Recife: Universidade de Federal de Pernambuco, 1968, p. 14-17.

como o fluxo de produção e armazenamento de informações era algo vital para o funcionamento administrativo do reino.

Sobre o processo burocrático das consultas realizadas pelo Conselho Ultramarino, Maria Fernanda Bicalho destacou que essas consultas eram:

> Produto da solidariedade e da competitividade corporativas, acima dos particularismos e dos interesses individuais, a consulta escrita e, portanto, passível de ser arquivada, para além de criar uma memória e uma jurisprudência administrativa, consolidava um "ponto de vista técnico" da burocracia letrada, conferindo-lhe autoridade e autonomia ante os particularismos e uma possível arbitrariedade, quer dos apetites individuais, quer da ação voluntariosa do monarca.[582]

Com base nessa afirmação, percebe-se mais uma vez a importância do registro de informações na construção de uma governabilidade. Além disso, esses registros funcionavam como uma forma de criação de precedentes - e consequentemente a possível garantia de continuidade de certas práticas - para que fossem utilizados pelos agentes régios não apenas para questões políticas/administrativas, mas também pessoais, como nos casos apontados anteriormente, em que as pessoas beneficiavam-se das memórias administrativas referentes a outras pessoas. A partir dessa perspectiva, será feito uma série de análises de casos de uso das redes de conhecimento para a aplicação não apenas em uma forma de governabilidade, mas também para a busca de benesses individuais, mas que de alguma forma estava ligado à prática governativa.

A reforma realizada por Juan de Ovando, presidente do Conselho das Índias entre os anos de 1571 e 1575, fez com que a produção e a recepção documental desse conselho fossem aumentadas significativamente, pois muitas vezes um mesmo documento era copiado e reproduzido para ser guardado em mais de um lugar. Dessa forma, a massa informacional necessitava de uma maneira de facilitar o acesso a ela e, para isso, começaram a ser criados resumos a respeito desses documentos e índices ordenados em critérios alfabéticos, cronológico, geográfico, etc. Além disso, um tipo de "*back office"* ganhou cada vez mais espaço, "cuyas tareas iban desde llevar um registro continuo, depositar em forma ordenada o

582 BICALHO, Maria Fernanda. As tramas da política: conselhos, secretários e juntas na administração da Monarquia portuguesa e de seus domínios ultramarinos. In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.*). Na trama das redes*: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 362.

también entregar los documentos necesarios para um caso determinado, hasta archivarlos provisoriamente o entregarlos a um archivo externo como el de Simancas."[583]

A importância da boa gestão documental não possuía implicâncias apenas para questões de governabilidade da Coroa, ela também servia para os súditos adquirirem suas mercês. Nas palavras de Fernanda Olival: "Requerer era também uma questão de papéis. Não bastava servir. Era vital juntar um conjunto de provas, que depois seriam anexadas à petição, formando o requerimento. "[584] Ao analisar o processo burocrático de requerimentos por meio dos serviços prestados na Índia, a autora destacou como era extensa a lista de exigências para que o súdito conseguisse realizar o seu pedido. Era necessário que após o cumprimento do tempo mínimo de serviço, o solicitante enviasse em seu requerimento a petição, fé de ofício, folha corrida de serviços, certidão de matrícula, certidão de registro de mercês da Índia, certidão do Registro Geral de Mercês do reino, sentença do Juízo das Justificações e provar ser cristão velho.[585] Cada documento desse era essencial para o pretendente alcançar a mercê desejada, portanto, a importância deles era muito significativa para o seu possuidor, sendo um verdadeiro bem de inestimável valor. Ao se imaginar que cada suplicante precisava enviar essa quantidade de papéis para instituições centrais de Lisboa, é possível concluir que a produção e circulação de informações pessoais era extensa e, portanto, o gerenciamento burocrático para esse tipo de função deveria ser muito bem pensado e feito, caso o contrário, bens tão preciosos como esses se perderiam constantemente - o que não deveria ser raro, tendo em vista que os suplicantes temiam enviar os seus documentos originais - e inviabilizaria uma das características mais fortes para o funcionamento da Coroa portuguesa, que era a economia de mercês. Dessa forma, percebe-se como os interesses pessoais dos súditos estavam intimamente interligados às questões de governabilidade da Coroa.

Detalhando ainda mais o circuito que percorria a documentação dos requerimentos da Índia a Portugal, Olival demonstrou como, de fato, essa documentação possuía uma ampla circulação e como existia todo um processo de averiguação e manuseio desses papéis. De princípio, o solicitante deveria enviar todos os seus documentos para o secretário de Estado ou o vice-rei, depois eles passariam pelo fiscal das mercês que averiguaria quais documentos são necessários para serem remetidos a Lisboa. De lá eles eram enviados ao Conselho Ultramarino que fazia a análise da documentação e guardava uma cópia da consulta contendo as principais

583 BRENDECK, Arndt. *Imperio e information.* Funciones del saber em el domínio colonial español. Iberoamericana – Vervuert, 2012. p. 351.
584 OLIVAL, Fernanda. Mercês, serviços e circuitos documentais no Império português. In: SANTOS, Maria Emília Madeira; LOBATO, Manuel. (orgs.) *Op. Cit.* p. 65.
585 *Idem*.

informações do suplicante e, posteriormente, a documentação final era enviada à Secretaria de Mercês.[586] Tal circuito demonstra como a circulação de informações passava por diversos agentes/ instituições, bem como o registro delas se difundia, fazendo com que uma única pessoa possua suas informações guardadas em mais de um lugar. Como se pôde perceber, a quantidade de informações para um simples requerimento individual não era nem um pouco razoável, o que dificultava o processo de análise e, consequentemente, atrasava o resultado final. Isso fica evidente quando, em 1662, foi recomendado que as consultas fossem menos prolixas e, em 1666, o próprio rei determinou que esse tipo de consulta fosse mais objetivo, pois "mais parecem processos dos autos que consultas de decretos de serviços". [587]

A grande difusão de papéis por todos os territórios da Coroa portuguesa levou a um outro tipo de preocupação para além de sua devida organização, que foi a questão da falsificação. Em uma consulta de 1689, os camarários de Olinda fizeram uma petição reclamando que muitas pessoas estavam usando serviços inventados durante os conflitos na expulsão dos holandeses naquela capitania e que isso era um desrespeito àqueles que realmente lutaram nessa guerra. Os camarários sugeriram que a partir daquele momento os papéis de serviços deveriam ser avaliados por pessoas que serviram nas guerras e conheciam os oficiais envolvidos nela. O governador de Pernambuco, Câmara Coutinho, deu o seu parecer sobre como poderia diminuir as falsificações. Sua ideia era de que os requerentes deveriam sempre enviar os seus papéis originais e não mais cópias e que esses documentos deveriam passar pelo governador em exercício que concederia uma certidão de originalidade e que "seria obrigado a tirar exata informações de todos os cabos que foram nesta guerra e o estavam sendo hoje na paz [...]. O fiscal das mercês da Coroa também deu o seu parecer sobre esse pedido, afirmando que de fato era necessária uma forma mais eficaz de se evitar as falsificações, criando-se mais etapas de verificação e envolvendo mais agentes no processo, e que "sabendo os pretendentes que hão de examinar todas estas variedades de letras, se não hão de animar a furtá-las com tanta facilidade como costumam fazer".[588]

Refletindo um pouco mais sobre os tipos de falsidades, o fiscal afirmou existir dois tipos: o primeiro seria daqueles que nunca serviram ao rei "furtando as letras dos capitães, mestres de campo, generais e todos os mais cabos de guerra e dos oficiais das vedorias e todos os reconhecimentos dos escrivães e oficiais de justiça [..]",colocando-se como participantes dos

586 *Ibidem*, p. 67.
587 *Idem*.
588 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre a resposta do doutor Diogo Marchado Temudo, acerca dos meios para evitar falsidades nos papéis de serviços dos pretendentes às conquistas. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 15, D. 1500.

momentos mais importantes das ocasiões de guerra; o segundo tipo era quando um governante ou cabo de guerra queria favorecer a algum amigo, despachando certidões falsas a seu favor, e depois que isso era feito, muito dificultoso seria desacreditar tais documentos. Para evitar tudo isso detalhou melhor como deveria ser feito o processo de avaliação. Assim como indicou o governador de Pernambuco, não deveriam mais ser aceitas cópias de documentos, apenas os originais e que eles deveriam ser analisados pelo governador e também pelos ouvidores, pois assim se evitaria que o segundo tipo de falsidade fosse praticada; após a verificação de veracidade dos papéis, eles deveriam ser copiados e registrados no livro de notas e que os originais deveriam ser enviados ao Conselho Ultramarino por meio de seus secretários, não permitindo jamais que os suplicantes mandassem diretamente, pois isso facilitaria na falsificação. Terminando sua argumentação, afirmou que deveria todos os governadores e mais autoridades expor editais explicando essas mudanças para que todas as pessoas ficassem sabendo da nova forma de se proceder nos requerimentos de serviços.[589]

Essa proposta de mudança foi aceita, no entanto, não era aplicada de forma tão estrita, como é possível de se perceber em uma carta de um capitão de infantaria de Pernambuco, que, em 1697, pediu ao rei que seus papéis fossem dispensados da análise feita pelo governador e pelo ouvidor, pois seus documentos originais já se encontravam no Conselho Ultramarino antes de ser implementada essa nova regra. Pedido este que a Coroa terminou acatando.[590]

Um interessante documento do Conselho Ultramarino demonstra um pouco do processo de organização e verificação dos papéis que chegavam àquela instituição. Uma relação de 1747 enumerava todos os documentos vindos da Paraíba na última frota. Nele, era detalhado o nome de todos as pessoas que remeteram alguma coisa ao Conselho, bem como a quantidade de páginas contidas por pessoa, descrevendo os tipos de documento e relatando até mesmo quando ia alguma página em branco. Além disso, em alguns documentos tinha afirmação de que eles foram examinados e aprovados, provavelmente fazendo referência ao processo de verificação dos papéis de serviço por parte do governante e do ouvidor.[591] Imagina-se que a confecção desse tipo de relação fosse padrão para as demais capitanias. Isso mostra uma tentativa de melhor organizar a recepção dos papéis, bem como reforça toda uma tentativa de evitar as

589 *Idem*.
590 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre o requerimento do capitão de Infantaria de um dos três Terços pagos da capitania de Pernambuco, Manoel Pinto, pedindo aceitação de seus papéis de serviço sem apuração do Governo e Ouvidoria da dita capitania. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 17, D. 1729.
591 RELAÇÃO de todos os papéis de serviço de pretendentes, enviados ao Conselho Ultramarino, na frota de 1747. AHU-PB, Cx. 15, D. 1230.

fraudes, pois ao se registrar até mesmo o número de páginas em branco se evitaria que algo fosse adicionado após a análise dos governantes e dos ouvidores.

Esses relevantes casos sobre a falsificação e verificação dos papéis são mais alguns exemplos que demonstram como o fluxo de documentos era intenso e como se passava por diversas etapas, instituições e pessoas até chegar ao seu destino final, reforçando para além de uma necessidade organizacional de tantos papéis, uma necessidade de análise da veracidade dos mesmos.

O desenvolvimento de novas estruturas administrativas na América portuguesa, acompanhado pelo aumento da circulação de pessoas, de bens e de mercadorias, fez com que cada vez a quantidade de informações recebidas e enviadas aumentasse significativamente. Para melhor controlar esse fluxo, foi necessário desenvolver mecanismos que possibilitassem uma maior organização e, consequentemente, melhor acesso a essas informações. Nesse sentido, foram criadas as secretarias de governo nas capitanias da América. A sistematização das informações era uma forma de melhorar a própria gestão governativa da Coroa, como fica evidenciado no regimento do secretário de governo de Pernambuco, de 1689, em que é afirmado

> Eu el rei faço saber aos que este meu regimento virem que tendo consideração a que convém haver nas capitanias do Brasil secretários providos por mim, por estes houverem diferentemente na expedição dos negócios e terem em boa forma os papéis e ordens que forem tocantes ao meu serviço, melhoras e conservação das conquistas.[592]

Como é possível perceber, o cargo de secretário deveria ser responsável pela "expedição dos negócios e terem em boa forma os papéis e ordens", podendo ser considerado, dessa forma, como o agente incumbido pela organização burocrática do governo que providenciasse o bom gerenciamento das informações que "forem tocantes ao meu serviço, melhoras e conservação das conquistas".

Na carta de propriedade de ofício do cargo de Secretário de Estado dado a Bernardo Vieira Ravasco, D. Pedro II escreveu sobre a falta de sistematização desse cargo para auxiliar o governo-geral e afirmou que "até aquele tempo por servirem de secretários pessoas de obrigação dos governadores, com grandes confusões com que as partes padeciam grandes detrimentos e os governadores muita falta das notícias e informações necessárias".[593] Por meio dessa carta de nomeação, fica evidenciado que a intenção da Coroa, ao oficializar esse ofício,

---

[592] MELO, Josemar Henrique. *Op. Cit,,* p. 146.
[593] PUNTONI, Pedro. *O Estado do Brasil:* poder e política na Bahia colonial (1548 - 1700). São Paulo: Alameda, 2014. Arquivo Kindle, Posição 3607.

era o de auxiliar os governantes a partir do melhor gerenciamento das informações feito por um agente especializado no trato burocrático.

Continuando a analisar a função do secretário de governo em termos de organização documental, Josemar Henrique Melo identificou um interessante relato do secretário de governo de São Paulo, que, infelizmente, não foi identificada a data exata desse relato, no entanto, sabe-se que foi feito enquanto ele estava exercendo o seu posto entre os anos de 1721 e 1734. Ao relatar um pouco sobre os seus serviços naquela função, descreveu o seguinte:

> (...) chegando à cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro procurar na secretaria daquele governo, ouvidoria geral e provedoria da fazenda real todas as ordens, regimentos e mais papéis necessários para o estabelecimento daquele governo [São Paulo] rio que não só teve grande trabalho mais fez considerável despesa (...) chegando a capitania de São Paulo fez todos os regimentos, escrevendo inúmeras cartas e livros (...) acompanhando o governador (...) transportando a secretaria a sua custa. E chegando naquela cidade em 1729 o novo ouvidor geral que ia para as Minas de Cuiabá lhe dar os traslados ao suplicante do regimento dos ouvidores e outros vários traslados e certidão que lhe eram precisos para criação daquela nova ouvidoria.[594]

Mais uma vez é possível notar o papel do secretário em coletar e distribuir informações para os demais agentes régios e como isso se torna um fator essencial para a constituição política das capitanias. Outro elemento que merece destaque é o fato de ele recolher informações de diversas instituições diferentes, como provedoria e ouvidoria, demonstrando que esse agente era, ou pelo menos deveria ser, um profundo conhecedor dos trâmites burocráticos das capitanias onde atuavam. Além disso, cabia a esses agentes elaborar instrumentos de acesso à informação, como inventários dos documentos registrados naquela secretária que fossem constantemente atualizados. Essa necessidade de organização era uma função valorizada pela Coroa, como demonstra uma carta régia ao então governador de Pernambuco, Felix José Machado, em 1713, em que o rei elogiava o seu trabalho em "emendar os erros dos cadernos (...) e descuidos da secretaria de governo (...) e pôr em boa regra o registro das cartas dessa secretaria. "[595] Vale ressaltar que nesse mesmo ano Felix José Machado tinha enviado uma carta ao rei reclamando da situação daquela secretaria, onde "os livros se não acham numerados, rubricados nem com encerramento na forma do estilo. "[596] Tais fatos demonstram como também os governantes preocupavam-se e estavam envolvidos nas questões de organização documental.

---

594 *Ibidem*, p. 148.
595 *Ibidem*, p. 160.
596 CARTA (2ª via) do [governador da capitania de Pernambuco], Félix José Machado [de Mendonça Eça Castro e Vasconcelos], ao rei [D. João V], sobre as desordens que encontrou na secretaria daquela capitania onde os livros não se acham numerados, rubricados, nem com encerramento na forma do estilo. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 26, D. 2362.

Thiago da Silva, ao analisar a atuação dos secretários de governo na América portuguesa, destacou o importante papel desses agentes na criação de uma memória administrativa, principalmente por meio dos livros de registros que eles eram responsáveis pela sua organização e preenchimento, tendo acesso às informações como mercês e patentes distribuídas, ordens régias e portarias dos governantes anteriores.[597] "Cuidar da boa ordem dos papéis, seria garantir estabilidade no território", afirmou o autor, ao destacar um dos trechos do regimento do secretário do Rio de Janeiro.[598] Tal afirmação reforça a importância que o gerenciamento de informações possuía para a governabilidade portuguesa.

Analisando uma interessante carta do governador interino de Minas Gerais, Martinho de Mendonça Pina e Proença, o autor conseguiu descrever um pouco melhor o funcionamento da secretaria de governo daquela capitania. Nessa carta, pedia o governante que o secretário recebesse uma bonificação maior pelo seu trabalho, pois muitas vezes na busca de registros constantes, o secretário passava dias procurando por uma única informação específica.[599] Essa demora em busca por informações demonstra como a necessidade de uma organização sistematizada do gerenciamento desses papéis é algo de grande relevância para o funcionamento do governo, pois questões importantes poderiam ser paralisadas em virtude da demora na busca de documentos fundamentais.

Ao analisar o processo burocrático de ingressos de novos agentes na máquina inquisitorial portuguesa, Nelson Vaquinhas destacou como existia um sistema de informação por parte dessa instituição no qual a coleta, o registro e a organização das informações passavam por todo um processo racional que era de fundamental importância para o seu funcionamento e a sua melhor efetividade.[600] Ao detalhar melhor esse sistema de informação, afirmou que a comunicação escrita e o registro dela entre os agentes dessa instituição foi o que permitiu a sua funcionalidade. Segundo o autor:

> Criou-se assim, uma rede de informação que permitia ao Santo Ofício, tentar obter um conhecimento da realidade até a uma dimensão local. O seu sistema de comunicação colocava em circulação, por força da sua actividade burocrática, um conjunto de documentos que eram produzidos e recebidos nas diversas fases dos seus procedimentos administrativos. Os documentos assumiam, assim, a materialização do sistema de comunicação do Santo Ofício, o seu principal meio; transformavam-se no

597SILVA, Thiago Rodrigues da. *Secretários de governo no centro Sul da américa portuguesa 1688-1750:* Burocracia, segredos e missões. 2013. 143 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências sociais e Filosofia, Niterói, 2013. P. 54-55; 64.
598 *Ibidem*, p. 60
599 *Ibidem*, p. 70.
600 VAQUINHAS, Nelson. *Da comunicação ao sistema de informação:* o Santo ofício e o Algarve (1700-1750). Nouvelle édition [en ligne]. Évora: Publicações do Cidehus, 2010, p. 58.

> veículo estratégico utilizado para a extensão e cumprimento do exercício do poder inquisitorial.[601]

Dessa forma, pode-se perceber a importância que essas informações registradas e a sua circulação possuíam para inquisição. Apesar de ser uma instituição que não será foco de análise nessa pesquisa, o exemplo trabalhado reforça a importância de se destacar o funcionamento burocrático do fluxo informacional na Coroa portuguesa, independentemente de qual instituição se tratar. No entanto, como já foi reforçado, no geral, os trabalhos que tratam desse assunto muitas vezes estão focados em analisar como isso era útil nas questões governativas/administrativas, ocupando, dessa forma, um plano mais amplo de análise. O que se pretende demonstrar nesse capítulo é como os agentes governativos faziam uso desse sistema de informação para o seu benefício individual, não apenas como um agente da Coroa, mas como uma pessoa particular procurando buscar vantagens para si.

Dentro do aparelho burocrático do Santo Ofício, existiam funcionários específicos que eram responsáveis diretos pela organização e sistematização dos documentos. No caso da sede do Conselho Geral, existia o secretário do conselho, já nas unidades distritais, existiam os promotores, que exerciam a função de organização. Eles também eram responsáveis em gerir o acesso e o uso da informação contida em suas unidades. Além disso, ainda cabia a eles "efectuar, sistematicamente, as anotações relativas às denúncias, culpas, lançar no reportório os nomes das pessoas acusadas e anotar discriminadamente, nos diversos livros, o resultado dos vários trâmites processuais e a elaboração das listas, entre muitos outros procedimentos burocráticos que lhe eram atribuídos."[602] Dessa forma, percebe-se que cada instituição possuía agentes específicos responsáveis pela boa gestão arquivista dos documentos para que estes pudessem ser consultados com maior facilidade.

Mais uma instituição importante no processo de registro e tratamento de informações era a provedoria. Mozart Menezes destacou que, até 1761, com a criação do Erário Régio, os livros de registro da provedoria não possuíam uma norma técnica de registro mais sofisticada. Cada provedor possuía uma lógica baseada em sua experiência individual, o que tornava a padronização de organização algo mais difícil de ser alcançado. Apesar disso, o autor ressalta a existência da preocupação com o melhor trato organizacional dessas informações, seja por parte da Coroa, ou por parte dos agentes envolvidos.[603]

---

601 *Ibidem*, p. 103.
602 *Ibidem*, p. 150.
603 MENEZES, Mozart Vergetti de. *Colonialismo em ação*: fiscalismo, economia e sociedade na Capitania da Paraíba (1647-1755). Tese (Doutorado em História Econômica), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 105-106.

Em uma tentativa de melhor organização da provedoria da Paraíba, em 1712, o rei determinou que o governador dela enviasse uma relação dos últimos 10 anos de todas as letras e efeitos que foram remetidos daquela capitania ao Conselho Ultramarino. Ao tentar realizar essa tarefa, o governante da capitania, João da Maia da Gama, relatou as dificuldades que teve nesse processo, afirmando que

> "não havia 'livros em que se passassem as letras, nem os livros da fazenda se [achavam] declaração delas.' E alegava: ao constatar 'a pouca e má forma que aqui havia nas coisas da Fazenda... me vi perplexo e tive que puxar pelas terceiras vias que ficam em poder [dos almoxarifes].' Ao concluir, se dizia insatisfeito por ter ciência do que enviava '*ainda não ser o que basta'*. Deixava para outro momento o envio de outras notícias, primeiro sobre certas despesas surpreendentes '*de que [até então] não tinha notícia*'; e, segundo, no que não faltava uma centelha de suspeita contra o provedor, sobre seu estranhamento por estarem '*os requerimentos dos oficiais da Fazenda com o contrário do que consta os ditos livros*.'' [604]

Como foi possível perceber por meio das falas de João da Maia da Gama, a falta de clareza no registro de informações impossibilitava que ele elaborasse a relação solicitada pelo rei. Chama atenção, no entanto, que esse problema nos registros da provedoria, na visão do governante, não seria simplesmente pela falta de organização do provedor, mas sim pela possibilidade daquele agente estar envolvido em algum tipo de ilicitude naquela capitania. Tal fato demonstra mais uma vez a importância do registro das informações na administração da Coroa portuguesa, pois, a falta de clareza nele, poderia levar a indícios de que ela estaria sofrendo prejuízos.

Dentre todas as instituições mencionadas, o Conselho Ultramarino era a principal delas no que diz respeito ao registro de informações. O fluxo de documentação tratado naquele lugar era imenso, consequentemente, era necessário um trabalho exaustivo por parte dos agentes responsáveis pelo manejo dessa documentação. Normalmente, os trabalhos costumam destacar a atuação dos conselheiros, algumas vezes dos secretários daquela instituição, no entanto, para manter o devido funcionamento era necessário um número significativo de outros agentes que costumam passar despercebidos nas análises historiográficas, os chamados de "*back office*".[605] O longo e desgastante trabalho feito por esses outros agentes será material de destaque nas próximas páginas. Para iniciar a demonstração do incessante e crescente trabalho naquela área,

604 *Ibidem*, p. 106.
605 BRENDECK, Arndt, *Op. Cit*, p. 351. Destaca-se a análise feita por Carmen Alveal sobre os requerimentos de sesmarias que chegavam ao Conselho Ultramarino e o tratamento logístico necessário para tratar de uma quantidade significativa de informações por parte dessa instituição. ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. *Converting Land into Property in the Portuguese Atlantic World*, 16th-18th Century. 2005. 387 f. Tese (Doutorado em História) – John Hopkins University, Baltimore, 2005, p. 215-260.

destaca-se uma consulta de 1661 em que os conselheiros pedem a nomeação de mais fiscais dos papéis de serviços que eram enviados àquele Conselho, pois cada vez mais o número de papéis que chegavam para análise crescia, principalmente depois de iniciados os conflitos com a Espanha após a aclamação de D. João IV e eles não estavam mais conseguindo realizar o seu trabalho em tempo hábil.[606]

Em 1734, o então secretário do Conselho Ultramarino, Manuel Caetano Lopes de Lavre, solicitou a criação de mais um oficial daquela secretária, bem como de um porteiro que sirva como guarda livros. Ele alegava que o trabalho realizado por ele e pelos demais oficiais tinha crescido consideravelmente na medida em que se aumentava e povoava o Estado do Brasil, e com isso, o número de papéis que subiam àquele Conselho também aumentaram. Durante todo o período em que esteve responsável por aquela secretaria, sempre fez o possível para que os papéis fossem remetidos às conquistas ultramarinas com a maior brevidade possível. No entanto, com o aumento da demanda de trabalho, isso não estava mais sendo possível. Para o caso do porteiro, ele justificava o seu pedido devido ao fato de as demais secretarias possuírem um porteiro exclusivo para elas enquanto a do Conselho Ultramarino não. E este agente deveria dar:

> boa direção e arrumações dos papéis de serviço [...] em que pelo grande número de negócios das conquistas que cada vez mais se vão multiplicando mais, pode haver alguma desordem muito prejudicial ao serviço de vossa majestade e das mesmas partes e não ser conveniente que os oficiais se divirtam do lavor dos papéis nas buscas que continuamente se estão fazendo deles [...] [607]

Ele continuou sua defesa sobre a necessidade de um porteiro guarda livro frisando que não era justo que os oficiais daquela secretaria tivessem seu trabalho atrapalhado pela busca constante desses documentos.

Tal consulta é de grande relevância, pois demonstra um pouco do cotidiano burocrático dos agentes do "*back office"* do Conselho Ultramarino. Chama atenção o fato de esses oficiais terem que gastar bastante tempo de seu trabalho procurando papéis armazenados naquela instituição. Ao se pensar em todas as consultas, papéis de serviços, ordens régias e outros documentos que lá eram armazenados, isso levar a crer que deveria ser uma quantidade muito grande e, portanto, pode-se imaginar o quão trabalhoso isso deveria ser. E mais uma vez aqui

606 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Afonso VI] sobre a necessidade de nomeação de desembargadores fiscais para examinarem com maior brevidade os papéis de serviços dos pretendentes a postos e mercês, visto os actuais desembargadores terem muitas ocupações. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 36.
607 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre requerimento do secretário deste Conselho, Manuel Caetano Lopes de Lavre, solicitando a criação de mais um lugar de oficial para a Secretaria do mesmo Conselho e de um porteiro que sirva também como guarda-livros. AHU-CU, Papéis Avulsos, Cx. 2, D. 220.

é ressaltado a relevância da gestão informacional para o bom funcionamento de uma instituição importante como o Conselho Ultramarino, que, com o crescimento da documentação manejada, se fazia cada vez mais necessário o aumento do número de pessoas que trabalhavam lá e também a necessidade de agentes especializados na organização e busca desses documentos.

O parecer do procurado da Fazenda foi favorável ao pedido de Manuel Lopes de Lavre, uma vez que aquela secretaria "era sem dúvida a maior entre os demais tribunais do reino" e que causava um "intolerável trabalho ao secretário e aos oficiais" dela. Os conselheiros também foram de parecer favorável ao pedido, reafirmando o quão trabalhoso era aquela secretaria, principalmente nas ocasiões das expedições das frotas, "sendo preciso ao mesmo secretário mandar fazer muita parte de cópias de papéis por pessoas diferentes a quem paga, porque os oficiais não podem vencer a escrita precisa e que os mesmos oficiais têm um grande embaraço na busca de papéis[...].[608]

Em 1757, o então secretário do Conselho Ultramarino, Joaquim Miguel Lopes de Lavre, deu uma sugestão para que o ofício de porteiro e guarda-livros daquela secretária - o que mostra que o pedido feito por Manuel Caetano Lopes de Lavre foi atendido – fosse separado, tornando o segundo ofício da mesma graduação que tem os oficiais papelistas da secretaria. Assim como na consulta anterior, um precioso relato elucidando um pouco sobre o funcionamento do dia a dia burocrático do Conselho Ultramarino foi realizado pelo então secretário. Afirmou ele que o recém nomeado porteiro e guarda-livros

> encontrou com a insuperável dificuldade de achar a mesma secretaria em uma confusão maior do que se deixava perceber; não por faltar nela a ordem da separação dos papéis, mas por estar esta pervertida, porque sendo raros os papéis assim de serviço de Sua Majestade, como das partes que se processam no conselho, a que se não mandem juntar outros para plena instrução dos negócios a que se referem, é moralmente impossível que o guarda-livros , distraído com a precisa coação das obrigações de porteiro, os possa conservar na devida ordem por faltar-lhe o tempo [...] E passando eu a certificar-me do referido, achei que estando a vista arrumados os papéis por maços com seus letreiros, em quase todos os maços se acham papéis pertencentes a outros, que por se haverem mandando juntar a novos requerimentos e faltar o tempo para se restituírem aos seus devidos lugares, ficaram ali confundidos, e vem a não se acharem quando se buscam no lugar a que pertencem, e isto repetido todos os dias necessariamente havia de produzir a confusão que se experimenta. [609]

608 *Idem*.

609 OFÍCIO do secretário do Conselho Ultramarino, Joaquim Miguel Lopes de Lavre ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre a nomeação de Manuel Pinto de Azevedo, ex-porteiro e guarda-livros da Secretaria deste Conselho para secretário do governo de Minas Gerais, tendo em seu lugar tomado posse Jacinto António da Silveira, o qual sugere a separação do ofício de porteiro e guarda-livros e que se declare que a ocupação de guarda-livros tem a mesma graduação que a de oficial papelista do número. AHU-CU, Papéis Avulsos, Cx. 5, D. 521.

Continuando sua explicação sobre como se encontrava aquela secretária, afirmou que ele, como oficial maior, e todos os demais oficiais daquela repartição, entraram na diligência de pôr na devida ordem todos os papéis que lá estavam e para conseguir isso seria necessário verificar papel por papel, o "que há de dar grande trabalho". Reforçou ainda que isso era de grande importância, seguindo a própria recomendação que existia no regimento de criação do Conselho Ultramarino. O porteiro, portanto, deveria ficar apenas na portaria para atender às pessoas que perguntavam pelos seus requerimentos, enquanto o guarda-livros focaria exclusivamente na organização dos papéis. O secretário reforçou a necessidade dessas mudanças alegando a "quão volumosa e importante é esta secretaria, em que o trabalho foi e vai sempre crescer" e que seu cartório "excede sem comparação ao de todas as secretarias". Descreveu ainda um pequeno histórico, desde a criação daquele Conselho, sobre os agentes que lá trabalhavam. Em 1644 trabalhavam naquela secretária três oficiais. Desde então, outros oficiais foram adicionados ao longo dos anos, até que em 1734 mais cinco oficiais foram adicionados à equipe da secretaria, totalizando naquele momento oito pessoas.[610]

Esse ofício, feito pelo então secretário, demonstra mais uma vez como o trabalho realizado naquela secretaria era difícil devido à grande quantidade de documentos que precisavam gerenciar. Chama atenção a circulação desses papéis, que precisavam ser consultados constantemente e com isso muitas vezes não eram guardados onde deveriam estar, o que atrasava os processos daquela instituição. O problema não era mais uma falta de lógica organizacional, mas sim a incapacidade de cumprir com ela. Um elemento que merece destaque nesse pedido quando comparado ao de 1734, feito pelo secretário anterior que solicitava a criação do cargo de porteiro e guarda-livro e mais um oficial papelista, é como a necessidade de pessoas envolvidas naquela secretaria crescia cada vez mais, o que mostra que os pedidos feitos por esses agentes não eram simples recursos retóricos e também como a questão do gerenciamento informacional era fundamental para o funcionamento do Conselho Ultramarino e, consequentemente, da própria Coroa portuguesa. Mais um aspecto curioso sobre o funcionamento daquela secretaria que vale ressaltar, diz respeito à função do porteiro e sua relação com as pessoas de fora da instituição. Como bem demonstrou Joaquim Miguel Lopes de Lavre, o porteiro deveria atender exclusivamente às pessoas que gostariam de saber sobre o andamento de seus requerimentos e, também muito provavelmente, receber e encaminhar os requerimentos e outras demandas ao secretário, pois como já foi visto na discussão sobre os processos de seleção dos governantes, os opositores deveriam entregar os seus papéis de serviço

610 *Idem*.

ao secretário do Conselho Ultramarino, o que deveria ocorrer de forma direta. No entanto, até 1734 não havia um porteiro para intermediar essa entrega, o que se acredita que passou a acontecer após a sua criação. Dessa forma, é interessante de se pensar como as pessoas costumavam ir àquela secretaria em busca de novidades sobre os seus pedidos.

Em 1788, por meio de uma reclamação do oficial papelista da secretaria do Conselho Ultramarino, Matheus Rodrigues Viana, foi possível entender ainda mais o funcionamento daquela repartição. Ele relatou que, ao vagar o ofício de oficial maior daquela secretaria, o então secretário dela nomeou a José Gregório Leal que já era oficial maior da Real Junta da Comissão Geral sobre exame e censura dos livros, para ocupar o dito posto. O problema, segundo Matheus Viana, era que José Leal iria ocupar os dois ofícios simultaneamente, o que não poderia acontecer, pois as obrigações daquele ofício, o de oficial maior da secretaria do Conselho Ultramarino, eram "importantes e de grande peso" e que o recém nomeado já precisava ir nas segundas e quintas a tarde e vários outros dias durante a manhã à Junta onde já trabalhava. Ele, como oficial maior da secretaria, também seria obrigado a ir todos esses dias ao Conselho, portanto, seria inviável a sua ocupação desses dois postos. Continuou a descrever a quantidade de trabalho que era necessário para aquele ofício. Era preciso buscar-se repetidamente matérias importantes que eram mandadas pelo secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, "nas quais se gastam dias e noites, sem exceção de feriados ou dias santos"; era fundamental também que o oficial maior estivesse sempre pronto para fazer informações sobre as contas que chegavam àquele Conselho vindo dos governadores e capitães-generais; "levar as portarias que o Conselho manda expedir sobre vários negócios"; "examinar os papéis de serviços antes de se continuarem aos fiscais das mercês"; além de várias outras obrigações. E, em nada disso tinha experiência o recém nomeado oficial maior e por isso "não pode de repente fazer-se hábil e apto para a exercer", enquanto ele, suplicante, era o oficial papelista mais antigo e com muita experiência no trato da documentação daquela secretaria. Pedia, portanto, que aquela nomeação fosse reformada.[611]

O oficial papelista, ao fazer essa reclamação, tinha como objetivo colocar-se como a melhor opção a assumir o posto de oficial maior. O interessante foi que, ao desenvolver sua justificativa, detalhou um pouco mais sobre o funcionamento da secretaria bem como a função

611 REQUERIMENTO do oficial papelista do número, e do Assentamento da Secretaria do Conselho Ultramarino, bacharel Mateus Rodrigues Viana, à rainha [D. Maria I] solicitando que o secretário do mesmo Conselho, Joaquim Miguel Lopes de Lavre, reforme a nomeação do oficial supranumerário desta Secretaria e oficial maior da Secretaria da Junta da Comissão Geral, José Gregório Leal Arnaut, para o lugar vago de oficial maior da Secretaria deste Conselho, devido às incompatibilidades deste em servir interinamente ambos os ofícios, e estar o suplicante nas condições e deter a experiência necessária no expediente dos papéis e negócios deste Conselho. AHU-CU, Papéis Avulsos, Cx. 9, D. 848.

do oficial maior. Destaca-se o fato de ele ter de trabalhar bastante, dias e noite e até mesmo feriados e dias santos, sendo mais um agente a ressaltar o quão laborioso era trabalhar naquela secretaria. Ainda a respeito do oficial maior, em um outro documento, é possível conhecer um pouco mais sobre suas funções. Em 1726, o então oficial maior, Miguel de Macedo Ribeiro, pedia um acréscimo em seu soldo devido às grandes responsabilidades que seu trabalho acarretava. Além de repetir a necessidade de estar presente na secretaria durante dias e noites, e finais de semanas e feriados, ele era responsável pelo lavramento dos documentos mais importantes que passavam por aquela secretaria.[612] A partir desse pedido, ficou evidenciado que havia um direcionamento diferenciado dos documentos aos agentes. Os papéis que eram considerados de maior relevância deveriam ser encaminhados para o oficial maior, o que de fato corrobora com sua argumentação de que o seu posto era de maior responsabilidade frente aos demais oficiais papelistas.

Após analisar brevemente a função do secretário do Conselho Ultramarino e de seu oficial maior nas questões burocráticas, outro funcionário que aparece bastante na documentação sobre essa instituição era o oficial papelista. Sua função naquela secretaria já foi indiretamente explorada ao longo das páginas anteriores. Sua principal atividade era auxiliar na busca e expedição dos papéis que por lá passavam e eram registrados. Também eram responsáveis pela confecção de extratos das consultas que subiam para a presença do rei, cujo objetivo era adiantar a leitura e também facilitar a sua localização posteriormente.[613] Como já foi relatado, o trabalho realizado naquela secretária devia ser exaustivo, não apenas pelos relatos já analisados, mas também pelas constantes reclamações feitas por esses oficiais, que terminavam frequentemente ficando doentes devido aos seus trabalhos.[614]

Um aspecto interessante sobre esses relatos de doenças é que os suplicantes solicitavam uma ajuda de custo para cobrir suas despesas com os tratamentos e os remédios, muitas vezes mandando em anexo um documento assinado pelo médico responsável pelo seu cuidado e justificando o pedido alegando que era costume a Coroa conceder esse tipo de ajuda de custo para os funcionários daquela secretária, mencionando por vezes alguns casos específicos. Ao utilizar o exemplo de outros agentes que foram beneficiados com essa ajuda de custo, esses

612 CONSULTA (cópia) do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V] sobre requerimento do oficial maior da Secretaria deste Conselho, Miguel de Macedo Ribeiro, solicitando um acréscimo no ordenado. AHU-CU, Papéis Avulsos, Cx. 2, D. 167.
613 REQUERIMENTO do oficial papelista e do número da Secretaria do Conselho Ultramarino, Pedro Alexandrino de Abreu Bernardes, à rainha [D. Maria I] solicitando aposentadoria como oficial maior da dita Secretaria, recebendo o ordenado referente a este lugar. AHU-CU, Papéis Avulsos, Cx. 7, D. 715.
614 AHU-CU, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 68, 112, 113; Cx. 2, D. 132, 143, 201; Cx. 3, D. 262, 274 e muitos outros.

funcionários mostraram um tipo de conhecimento comum entre aqueles que trabalhavam na secretaria. Como sabiam que outros companheiros de trabalho tinham recebido essa ajuda? Por se tratar de universo pequeno, pois o número de oficiais da secretaria até 1734 não passava de oito, muito provavelmente deveriam compartilhar entre si esse tipo de informação e, portanto, era um conhecimento comum entre esses agentes. Apesar de essa questão já ter sido levantada aqui, tal enfoque será melhor trabalhado no próximo tópico desta tese. Sobre isto ainda, chama atenção um pedido feito em 1717 por um dos oficiais daquela secretaria em que ele relatava que estava com um grave problema de vista e que poderia ficar cego. Devido a esta situação, não podia mais trabalhar e pedia sua aposentadoria conforme havia sido dada a outros oficiais;[615] assim também solicitou sua aposentadoria mais um oficial papelista em 1740, alegando que estava com tremores no braço direito que o impedia de manusear uma pena apropriadamente. Afirmou ainda que outros agentes daquele conselho já tinham sido aposentados por motivos semelhantes, nomeando alguns deles.[616] Dessa forma, é possível perceber que esse tipo de argumentação não era usado apenas para ajudas de custo, mas também para aposentadorias.

Um curioso caso que demonstra como essas ajudas de custo por problemas de saúde era uma prática comum foi o de Antônio de Sousa Pereira, oficial papelista daquela secretaria que fora incumbido com uma diligência especial que precisou se concentrar nela durante um mês inteiro, sendo obrigado a estar presente naquela secretaria o dia todo ao longo desse mês. Enquanto estava realizando este emprego "sucedeu dar uma queda de tal sorte que ainda padece queixas de que resultou estar sangrando seis vezes com vários remédios como consta da certidão que apresenta. "[617] Astuciosamente, Antônio Pereira vinculou o seu acidente com o trabalho em excesso que a ele havia sido designado, reforçando a argumentação de seu pedido. Com isso, fica visto que esses agentes recebiam ajuda de custo não apenas por problemas decorrentes da prática direta de seus ofícios, como os que envolviam a visão ou fadiga muscular, mas também por acidentes ocorridos dentro do ambiente de trabalho.

615 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre requerimento do oficial papelista da Secretaria do Conselho Ultramarino, Manuel Barbosa Brandão, solicitando aposentadoria no dito ofício, da mesma forma que foi concedido a seus antecessores, visto padecer de falta de vista. AHU-CU, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 113.
616 REQUERIMENTO do oficial papelista da Secretaria do Conselho Ultramarino, Vicente Martins de Oliveira, ao rei [D. João V] solicitando aposentadoria devido a incapacidade física, à semelhança do que foi concedido a outros oficiais. AHU-CU, Papéis Avulsos, Cx. 3, D. 286.
617 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre requerimento do oficial papelista da Secretaria deste Conselho, António de Sousa Pereira, solicitando ajuda de custo para cobrir os gastos com a sua doença. AHU-CU, Papéis Avulsos, Cx. 3, D. 262.

Além das ajudas de custo pelas doenças e aposentadorias, os oficias papelistas, por vezes, pediam uma remuneração extra pelo trabalho em excesso. Caso muito ilustrativo disso foi quando, em 1724, esses agentes solicitaram uma bonificação devido excessivo trabalho que tiveram decorrente da partida das frotas para a Índia e para a América portuguesa. Eles tiveram que trabalhar em "um grande número de consultas, papéis de partes e ordens que foram para os governadores e ministros das conquistas, cujo trabalho foi preciso começá-lo muitos meses antes e continuá-lo assim nos dias feriados, como no de toda a semana santa e festa de noite e de dia. " Achavam que era ainda mais justo que eles recebessem essa mercê, pois o rei havia "várias vezes concedido ao tesoureiro deste Conselho e ao seu escrivão, não sendo suas ocupações mais trabalhosas do que as dos suplicantes, nem de maior honra".[618]

Esse pedido é interessante de ser analisado, pois demonstra mais uma vez a quantidade de trabalho que se passava na secretaria, precisando algumas vezes se trabalhar de dia e de noite e até mesmo durante os feriados para conseguir preparar toda a documentação a tempo antes das frotas partirem para as conquistas. Diante dessas circunstâncias de pressão, não surpreende o fato de tantos oficiais ficarem doentes naquela secretaria.

Ao analisar as funções do saber no domínio colonial espanhol, Arndt Brendeck destacou como os funcionários burocráticos da Coroa espanhola eram um dos principias agentes responsáveis pelo desenvolvimento do que ele chamou "la cultura del conocimiento empírico moderno de Europa". Além dos agentes, destaca ainda a principal instituição pela guarda e gestão das informações referente a gestão dos territórios ultramarinos que era o Conselho da Índia,[619] podendo-se dessa maneira fazer um paralelo direto com o Conselho Ultramarino e os agentes de sua secretária. O autor ainda ressalta três formas básicas da constituição do conhecimento do soberano naquele período. A primeira seria por meio das reuniões oficiais em conselhos por meio do repasse das informações provenientes dos agentes régios, que por sua vez detinham esse conhecimento pela experiência direta nos assuntos; a segunda seria de natureza fiscal, por meio dos registros escritos, contabilizando as informações em listas, quadros e tabelas; a terceira forma seria pela busca individual motivada pela curiosidade política, que muitas vezes acontecia pelo fato dos domínios se tornarem cada vez mais vastos e complexos, o que impedia que a informação em sua integralidade fosse obtida pelo monarca, ou a qualquer outro agente, portanto, era necessário uma ação individual em busca de um

618 REQUERIMENTO dos oficiais da Secretaria do Conselho Ultramarino ao rei [D.João V] solicitando ajuda de custo pelo excessivo trabalho referente à expedição dos papéis que foram despachados para os governadores e ministros das conquistas. AHU-CU, Papéis Avulsos, Cx.2, D. 143.
619 BRENDECK, Arndt, *Op. Cit.*, p.19-21.

conhecimento em específico. Nessa terceira forma fica claro a importância da "medialidad", como bem destacou o autor, que seriam as práticas mediadoras que sistematizavam todo um gerenciamento informacional da Coroa espanhola.[620] Nesse sentido, destaca-se a relevância que os agentes e as instituições responsáveis pelo manejo das informações possuíam para um quadro geral de governação.

O cruzamento entre conhecimento teórico e prático é algo de grande relevância nesse momento do trabalho, pois é adotada a perspectiva defendida por Fátima Gouvêa de que a circulação dos governantes os dotavam de um conhecimento prático que apenas foi possível a partir de suas experiências individuais. Tais experiências eram compartilhadas entre os governadores, para que assim pudessem melhor se preparar para o dia a dia administrativo. Ao abordar tais questões, Arndt Brendeck trouxe um interessante exemplo de discussão que ocorreu entre os navegantes espanhóis no início do processo de expansão ultramarina para as Américas, pois existia naquela época duas correntes que se colocaram em oposição, a dos estudiosos teóricos da cartografia e dos pilotos experientes que possuíam conhecimentos práticos sobre as rotas marítimas, chegando esse debate ao Conselho das Índias. Dentre os argumentos dos que defendiam o conhecimento prático como a forma mais segura de se navegar, o autor destacou um trecho de uma petição de vários navegadores que afirmava: "por que de una manera entiende quyen a navegado y tiene espiriençia que el que presume thener sola teorica y la teorica se engaña y no la esperiençia ny las mas vezes se engañan los ojos que veen la cosa." [621]Dessa forma, percebe-se como o a experiência era um elemento considerado fundamental para o desenvolvimento do conhecimento.

Arndt Brendeck fez uma importante reflexão ao se trabalhar com o gerenciamento de informações e conhecimento. Segundo o autor, não se pode cair no erro de pensar que o desenvolvimento das estruturas burocráticas que visavam uma maior eficácia da gestão informacional era um sinal de uma fase pré-moderna da racionalização burocrática atual, pois isso seria uma simplificação estrutural. Para Brendeck, o mais adequado seria de se pensar em uma pluralidade de interesses por parte dos agentes envolvidos. Para ilustrar isso ele destaca o caso de Juan de Ovando, presidente do Conselho das Índias entre 1571 e 1575, que criou um sistema de domínio baseado na gestão de informação que aparentava ser um símbolo de racionalização governativa, mas que dentre um dos motivos da criação desse sistema, estava a beneficiação de pessoas que faziam parte de sua rede clientelar.[622] A partir disso, o que se pode

620 *Ibidem*, p. 25-27.
621 *Ibidem*, p. 193-202.
622 *Ibidem*, p. 32-34.

perceber é que apesar de ser considerado um avanço com caráter racional, sua intenção não era meramente racionalizadora. Essa reflexão é importante, pois ao longo dessa tese, defende-se que de fato a Coroa portuguesa e seus agentes utilizavam uma lógica governativa que não era desprovida de racionalidade e sentido, como quase deixa a entender Caio Prado Jr. ao descrever as confusões jurisdicionais no modo de governar de Portugal. No entanto, é necessário destacar que os vários projetos de remodelação territorial, lógicas governativas das trajetórias e o gerenciamento informacional não eram frutos de um projeto racionalizador central, desprovido de interesses individuais e imune a interferências em suas dinâmicas de funcionamento, mas sim de ideias e experiências que eram debatidas e postas em práticas por diversos agentes.

Todas as instituições e agentes mencionados até aqui podem ser considerados como verdadeiros centros informacionais. Como foi visto, o fluxo de documentos ao Conselho Ultramarino e a outras instituições, mas principalmente aquela, era constante e crescente e cada vez mais foi necessário desenvolver melhores formas de organização e acomodação desses documentos para consultas futuras. Com isso, o número de agentes envolvidos nesse processo também passou por um crescimento constante. Ao se imaginar essas pessoas diariamente trabalhando com uma grande quantidade de papéis e tendo acesso a um significativo número de informação, não é de se surpreender que elas também sejam vistas como centros informacionais, seja pelo conhecimento já adquirido, seja pela capacidade de acessar a informação desejada com facilidade.

Em tese recentemente defendida, Arthur Curvelo analisou os governantes da capitania de Pernambuco como agentes fundamentais no processo de registro e circulação de informações. Por meio do estudo da comunicação política desses agentes com outras autoridades, o autor constatou a materialização de uma prática governativa que estava fundada na troca e no uso de informações previamente registradas, com isso, esses agentes visavam "garantir a continuidade das práticas de governo diante da rotatividade dos homens."[623] A perspectiva analítica adotada pelo autor, portanto, coaduna-se com a dos outros trabalhos mencionados até aqui: a utilização das informações e do conhecimento em busca de uma melhor governabilidade.

Após a discussão teórica sobre informação, conhecimento e poder, e uma análise sobre o funcionamento das estruturas administrativas do gerenciamento informacional, se pretende no próximo tópico discutir a apropriação efetiva que os agentes régios, dando foco nos

623 CURVELO, Arthur Almeida Santos de Carvalho. *Governar Pernambuco e as Capitanias Anexas*: O perfil de recrutamento, a comunicação política e as jurisdições dos Governadores da Capitania de Pernambuco (1654-1756). Tese (Doutorado em História). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2019, p. 56.

governativos, mas não exclusivamente neles, faziam dessas informações, demonstrando uma verdadeira rede de conhecimento posta em prática não mais para questões político-administrativas, mas sim para interesses individuais em busca de benefícios próprios. A informação era um bem valioso, como já foi discutido. Ela circulava por diversas instituições e agentes, fazendo com que o seu uso fosse difundido. Como as pessoas acessavam e utilizavam a informação será o foco de análise das páginas seguintes.

4.3 **O conhecimento em prática**

Em uma consulta do Conselho Ultramarino de 1726, o oficial maior da secretaria do Conselho pedia um aumento de seu ordenado, que era igual ao dos demais oficiais e isso era injusto, segundo seu pensamento, já que seu cargo era de maior responsabilidade. Além disso, ele afirmou que o rei tinha proibido recentemente que os oficiais daquela secretaria fossem procuradores das partes, como costumavam fazer e tirar bastante proveito disso. Terminou sua argumentação dizendo que os agentes da secretaria da Bahia tinham recebido um aumento de 150 mil réis, o que se justificaria ainda mais o aumento por ele solicitado, "especialmente sendo a [secretaria] deste conselho muito superior àquela".[624]

A justificativa apresentada pelo oficial maior é de grande relevância, pois ele demonstra que era uma prática comum os oficiais daquela secretaria serem procuradores das partes e que eles costumavam tirar bastante proveito disso, implicando que era algo muito lucrativo. Isso implica em dizer que muitos agentes, ultramarinos ou não, ao terem como procurador um oficial daquela secretaria, possuía uma vantagem frente aos demais que não tinham eles como procuradores, uma vez que eles tinham acesso direto a informações privilegiadas e ao tratamento processual dos documentos, podendo muitas vezes colocar na frente de outros, os processos de seus clientes, bem como abre a possibilidade de se pensar todo tipo de vantagem "inapropriada" que eles poderiam oferecer, talvez até mesmo por essa razão que o rei determinou a suspensão desse tipo de prática. Dessa forma, é possível perceber uma maneira bastante clara como esses agentes externos ao Conselho Ultramarino obtinham informações que estivessem precisando, uma vez que tinham contato direto e clientelar com os oficiais da secretaria.

624 CONSULTA (cópia) do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V] sobre requerimento do oficial maior da Secretaria deste Conselho, Miguel de Macedo Ribeiro, solicitando um acréscimo no ordenado. AHU-CU, Papés Avulsos, Cx. 2, D. 167.

Um outro elemento que vale chamar atenção foi o da comparação que o oficial maior fez da secretaria do Conselho Ultramarino com a secretaria do governo da Bahia, afirmando que aquela era "muito superior" a essa. A partir dessa informação pode-se interpretar que ele estava fazendo referência a quantidade de trabalho, que era muito superior, no entanto, com base em tudo que já foi discutido nessa tese, principalmente ao longo do primeiro capítulo, muito provavelmente, para além disso, ele estava fazendo referência a uma questão simbólica de *status* que aquela secretaria representava. Como foi visto, tanto Lisboa, quanto Salvador, já foram representados como cabeças de um corpo político, apesar disso, Lisboa, por ser a sede da Coroa, certamente estava posicionada em um grau mais elevado em relação à cabeça da América portuguesa.

Sobre esse aspecto de ligação entre os oficiais da secretaria com outras pessoas, uma carta de 1734 demonstra bem como funcionava essa relação. João de Rego Barros, provedor da capitania de Pernambuco escreveu uma carta à Bernardo Felix da Silva, que era oficial papelista do Conselho Ultramarino e seu amigo, dizendo que fazia anos que um requerimento efetuado por ele estava em processo naquela instituição devido às decisões que "os felizes ministros" tomavam. Com uma mistura de súplica, desabafo e chantagem, afirmou:

> Não ignoro, mas antes confesso, o quanto vossa mercê tem tomando a sua conta ajudar ao meu procurador, Manuel Batista Maciel, em solicitar esta minha pretensão, como bom e verdadeiro amigo; e ao seu tempo experimentará vossa mercê o desempenho da minha obrigação, segurando-lhe que nada tenho de desconhecido e sim muito de lembrado. Aos seus patrocinados de vossa mercê, faço o que sou obrigado, principalmente o tenente Álvares, que é sujeito benemérito. Ele vai continuando sua ocupação com grave procedimento, e certamente não é esta a que merece nem competente ao seu primor a que vossa mercê, como seu atalante, lhe deve procurar mais honorifica ao seu merecimento. Ele é tão prudente que não me tem até aqui ocupado em nada, pois em lhe advertir, me não descuido, e esteja vossa mercê certo que como empenhado de vossa mercê, será para mim todo o meu desempenho, como a todos os mais que se valerem para comigo de seu patrocínio. Ainda que pareça importuno, devo repisar a vossa mercê que com o meu procurador, não entreguem ao descanso essa minha pretensão, para com suas diligências continuadas me veja já bem sucedido e o dito meu procurador terá cuidado da cozinha de vossa mercê para que não experimente descuido de minha obrigação.[625]

Essa carta possui elementos muito significativos para serem explorados. Primeiramente, é uma demonstração prática de como os agentes ultramarinos possuíam conexões com os oficiais da secretaria do Conselho. Ao oficial papelista, amigo do provedor, foi pedido que auxiliasse o seu procurador nos seus processos que estavam há bastante tempo naquela

625 CARTA do [provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco], João do Rego Barros, a Bernardo Félix (oficial papelista) da Silva pedindo colaboração para o seu procurador em Lisboa, Manoel Batista Maciel, que está tratando de documentos no Conselho Ultramarino. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 47, D. 4211.

instituição. Interessante de destacar que, para reforçar esse pedido, João de Rego Barros afirmou que estava cuidando dos "patrocinados" de seu amigo naquela capitania, dando a entender dessa forma que ele estava fazendo um favor ao oficial papelista, logo, ele deveria retribuir esse favor auxiliando no andamento de seus requerimentos. Essa fala deixa margem para interpretação de que talvez ele estivesse cometendo práticas ilícitas, ou então as encobrindo, em benefício do primo tenente do oficial papelista, principalmente quando ele diz que ele, o tenente, era prudente e não tinha dado trabalho até então. Outro aspecto que merece destaque, é a clara ideia de troca de favores expressada nessa carta. O provedor, por estar ajudando o seu amigo, quase que exigia que ele também o ajudasse, terminando a carta com uma expressão curiosa de que o seu procurador iria cuidar da cozinha do oficial. Muito provavelmente não se tratava de uma ideia literal, mas sim uma referência de que ele poderia ajudar ainda mais caso o seu pedido fosse atendido.

Com a análise desse documento, ficou demonstrado como os agentes que estavam no ultramar faziam para conseguir benefícios em seus processos. No documento passado, foi demonstrado que os oficiais da secretaria costumavam ser procuradores das partes. Nesse caso, o oficial papelista não era procurador do provedor, mas seu amigo. Com esse laço de amizade e troca de favores, esperava João de Rego Barros uma intervenção em seu favor naquela instituição. Esses casos demonstram como os oficiais daquela secretaria, possuindo um acesso privilegiado às informações que corriam lá dentro, eram importantes agentes intermediadores e possibilitadores, junto aos procuradores, da obtenção e uso da informação.

Na famosa consulta de Antônio Rodrigues da Costa, em que ele debate sobre os perigos internos e externos, ao detalhar algumas das razões dos vassalos estarem descontentes com a forma de administração da Coroa, ele faz uma interessante análise sobre a atuação dos procuradores no Conselho Ultramarino. Muitos requerimentos levavam mais de dois anos para se resolverem, como foi possível de se perceber na queixa apresentada pelo provedor de Pernambuco, João de Rego Barros. Essa demora ocorria, segundo Antônio Rodrigues da Costa, muitas vezes devido à atuação dos procuradores das partes, que enganavam os seus representantes fazendo seus processos prolongarem-se desnecessariamente em uma tentativa de obter mais recursos deles. O rei, portanto, deveria modificar a forma como os processos corriam naquela instituição, descrevendo algumas atitudes que poderiam ser feitas, pois

> "[...] dessa forma se evitará muita parte da dilação, e toda a despesa, engano e roubos com que muitos procuradores tratam dos negócios de seus constituintes, chegando a maldade de muitos a tal excesso, que para lhes tirarem maiores quantias, infamam os

> ministros do Conselho e ainda os superiores, dizendo-lhes que para conseguir sua benevolência, lhe foi preciso oferecerem-lhes regalias."[626]

Dessa forma, constata-se que os procuradores, como agentes intermediadores do acesso à informação, podiam, por má fé, na verdade, dificultar o acesso e o devido uso dela. É importante ressaltar que isso foi uma defesa feita por um conselheiro daquela instituição, então certamente rebateria as acusações de que os membros daquele Conselho precisavam ser subornados para concederem seus pareceres favoráveis nos processos. No entanto, como foi visto, entre os oficiais da secretaria existiam ligações com agentes externos que facilitavam o andamento das requisições, por isso essa acusação provavelmente não fosse totalmente desprovida de verdade.

Em 1715, Teresa Colaço de Oliveira, fez um pedido para que os papéis de serviço de seu falecido marido fossem aceitos na forma como estavam registrados, isso porque o fiscal das mercês alegou que faltava alguns elementos de verificação daqueles documentos. Como já foi discutido na questão da falsificação dos papéis de serviço, era necessário que eles passassem por verificações tanto dos governadores, quanto dos ouvidores, no entanto, como os documentos de seu falecido marido já se encontravam no Conselho Ultramarino há bastante tempo, não passaram pelo novo processo de avaliação. Além disso, seria impossível passar pelo visto do governador da época, pois agora ele já estava morto. Para reforçar o seu pedido, afirmou que esse mesmo tipo de dispensa tinha sido concedida a Domingos Nunes e muitas outras pessoas, comprovando isso por meio de uma certidão dos livros da secretaria do Conselho Ultramarino que mostrava a concessão desse mesmo tipo de pedido.[627] Essa situação demonstrou como Teresa Colaço tinha conhecimento de que esse tipo de dispensa já havia sido dado a outras pessoas, mandando inclusive um documento emitido pelo próprio Conselho que comprovava seu argumento.

Mais um documento bastante interessante sobre o acesso à informação é um requerimento feito pelo boticário do Conselho Ultramarino, que, em 1726, reclamava que ele, como boticário oficial daquela instituição, era responsável pela fabricação e envio de remédios às conquistas. No entanto, ele ficou sabendo que um outro boticário, de nome João Pedro Freire, tinha aparecido para ser também boticário daquele Conselho, ao mesmo tempo que o suplicante. Pedia então que o requerimento feito pelo dito João não fosse admitido nem deferido em

626 Consulta do Conselho Ultramarino a sua Majestade no ano de 1732 feita pelo Conselheiro Antônio Rodrigues da Costa. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, T. 9, 1845, p. 498-506.
627 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre o pedido de Teresa Colaço de Oliveira, para que se dispense as dúvidas postas pelo fiscal nos papéis de serviços de seu pai, Antônio Rodrigues Colaço, visto terem sidos examinados pelo governo da capitania de Pernambuco. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 27, D. 2429.

consulta, uma vez que ele tinha pago os novos direitos para poder ser o seu serviço exclusivo àquela instituição. Além disso, ainda pediu que ele fosse informado de qualquer novo requerimento que o outro boticário fizesse sobre essa questão.[628] Infelizmente não é dado mais detalhes de como ele ficou sabendo do requerimento feito pelo segundo boticário, no entanto, por ele já ser um funcionário que trabalhava anteriormente com o Conselho Ultramarino, muito provavelmente ele tinha acesso a certos tipos de informações que eram de seu interesse por meio da secretaria. Destaca-se o fato de ele ter oficializado o seu pedido de se manter informado, pois, como visto, solicitou que ele fosse avisado de todos os requerimentos que João Pedro Freire fizesse sobre esse assunto, demonstrando mais uma forma de acesso à informação.

A conversa boca a boca entre os agentes era uma ótima forma de se manter informado sobre as coisas. O secretário de governo da capitania de Minas Gerais deixou isso bem claro, quando, em 1731, fez um requerimento para que seu ordenado fosse pago desde o dia de seu embarque. Não fez esse pedido devido à pressa que teve de sair do reino para a capitania designada e que dentro do barco em que o levou para a América conheceu outros agentes ultramarinos que tinham recebido essa graça, por isso pedia o mesmo.[629] Esse requerimento demonstra que o secretário já tinha conhecimento que esse tipo de prática era comum, no entanto, não teve o devido tempo para solicitar. Mas o que realmente chama atenção foi o fato de ele ter afirmado que no barco em que estava conheceu outras pessoas que estavam recebendo os seus soldos desde do dia de embarque. Isso mostra como esses agentes costumavam trocar informações entre si a respeito de processos burocráticos que poderiam servir de exemplo para pedidos futuros.

Em 1731, o escrivão do tesoureiro da secretaria do conselho Ultramarino, Nicolau de Siqueira, pediu uma ajuda de custo para auxiliar no tratamento de sua doença. Como já foi visto, isso era uma prática bastante comum naquela secretaria. No entanto, nesta consulta em específico, o rei declarou que o pedido não poderia ser atendido, pois os exemplos usados pelo suplicante não eram o suficiente para se "constituir costume", mesmo com o parecer favorável dos conselheiros. Com essa resposta, o escrivão solicitou ao secretário do Conselho Ultramarino e a outro escrivão que lhe passassem certidões registradas naquela instituição sobre as ajudas de custo que foram concedias aos oficiais dela. Fez, então, uma série de requisições

628 REQUERIMENTO do boticário do Conselho Ultramarino, Simão Gomes de Sousa, ao rei [D. João V] solicitando ordens para que seja informado de qualquer requerimento feito por João Pedro Freire que requer ilicitamente pelo Conselho Ultramarino o ofício de boticário para a Nova Colónia e que pertence ao suplicante. AHU-CU, Papéis Avulsos, Cx. 2, D. 166.

629 REQUERIMENTO de Matias do Amaral e Veiga, secretário do governo das Minas, solicitando a D. João V a mercê de ordenar que se lhe pague o seu ordenado desde o dia do seu embarque para a referida Capitania. AHU-MG, Papéis Avulsos, Cx. 23, D. 13.

para obter os exemplos pretendidos A partir desses pedidos, foram expedidos vários registros de concessões aos agentes do Conselho, detalhando o valor, a data e o posto dessas pessoas, contabilizando mais de 20 casos. Com os novos exemplos apresentados pelo suplicante, o Conselho realizou uma nova consulta defendendo que o pedido do suplicante era justo e que esse tipo de prática era muito comum nos outros tribunais e que por isso também deveria ser comum naquela instituição,[630] o que na verdade já era. Intrigante foi o fato de o rei ter recusado o primeiro pedido, pois como já foi mostrado, essa era uma situação corriqueira entre os oficiais daquela secretaria.

Após a segunda consulta, o rei concedeu a ajuda de custo ao suplicante. Chama atenção, no entanto, como ao receber a resposta de que os exemplos utilizados não eram o suficiente para se "constituir costume", o escrivão fez um significativo levantamento, talvez até mesmo em excesso, de diversos oficiais que receberam essa ajuda por motivos semelhantes por meio dos registros do Conselho Ultramarino. Sua resposta, quase que atrevida, é mais um caso a demonstrar como as pessoas conseguiam acessar informações oficialmente naquela instituição sobre outros agentes.

Mais um oficial do Conselho Ultramarino a fazer uso de uma rede de conhecimento foi o recém nomeado porteiro dessa instituição, que antes exercia o ofício de porteiro da câmara do número. Em 1690, fez um requerimento pedindo que após a sua nomeação para aquele ofício ele não precisasse continuar trabalhando também em seu antigo posto, como queriam que o fizesse, pois era "o estilo praticado" com os porteiros daquele Conselho não precisar se submeter a isso. Enviou junto de seu pedido uma certidão que constava que João da Cunha de abreu, porteiro por mais de 30 anos daquela instituição, nunca precisou ser porteiro da câmara, assim como também "se observara com os mais porteiros seus companheiros. " O conselho foi de parecer favorável ao suplicante, afirmando que todos os porteiros daquele Conselho nunca precisaram exercer as duas funções.[631]

A maioria dos casos vistos até aqui envolviam pessoas que trabalhavam ou estavam ligadas diretamente ao Conselho Ultramarino, supondo-se dessa maneira, que elas tinham um acesso mais facilitado às informações que precisavam. Pretende-se demonstrar agora como os agentes governativos faziam uso dessas redes de conhecimento mesmo estando a milhares de

630 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre requerimento do escrivão do tesoureiro e executor deste Conselho, Nicolau de Sequeira, solicitando ajuda de custo para cobrir os gastos com a sua doença, e acerca do estilo e costume da concessão destas ajudas de custo. AHU-CU, Papéis Avulsos, Cx. 2, D. 201.
631 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II sobre requerimento do porteiro do Conselho Ultramarino, Bartolomeu da Rosa, solicitando que seja desobrigado a assistir como porteiro da câmara do número, como os demais porteiros deste Conselho. AHU-CU, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 77.

quilômetros de distância do principal centro de informação. De princípio se dará destaque ao processo de circulação de informações, de como elas corriam por todo ultramar e eram trocadas entre esses agentes. Exemplo disso foi uma carta de André Vidal de Negreiros, de 1660, dizendo que teve notícias de que um sucessor para o seu governo já havia sido nomeado para substituí-lo, sendo que segundo sua patente, ele ficaria naquele governo até o final do governo de Fernandes Vieira em Angola, onde ele substituiria naquele posto.[632] A questão que fica é: como André Vidal de Negreiros ficou sabendo que um sucessor para o seu posto já tinha sido escolhido?

Talvez ajude a esclarecer um pouco essa dúvida a carta que o vice-rei do Estado do Brasil, Vasco Fernandes César de Menezes, enviou ao rei em 1724 comentando uma carta que tinha recebido do governador de Pernambuco. Dizia este governante que tinha recebido as cartas do vice-rei e agradecia pelas notícias que compartilhava com ele. Detalhando um pouco mais sobre a chegada de novidades naquele governo afirmou que

> A 20 do corrente [mês] arribou neste porto um navio de [Mostende?] arribado para se refazer de água e mantimentos de que muito necessita o qual vem da Índia e dá por notícia ser morto o vice-rei e que ficava governando o arcebispo; não se oferece mais do que posso dar conta de vossa excelência.[633]

Por meio dessa carta é possível perceber que os governantes trocavam notícias entre si sobre diversos aspectos e que posteriormente terminava chegando ao rei. Isso pode ser visto em uma outra carta de décadas depois. Dessa vez,e o vice-rei do Brasil, marquês de Lavradio, pedia a José Cesar de Meneses, governador de Pernambuco, que "caso vossa mercê tiver algumas notícias particulares de nossa corte, estimarei muito me queira comunicar, porque a este porto chega pouco e estas muito retardadas. " Em resposta a essa carta, afirmou José César de Meneses que apenas tinha notícias sobre o falecimento do rei D. José e sobre o casamento do príncipe da beira.[634] Em mais uma carta, dessa vez não mais entre governantes, mas entre o governador de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira Tibão e o secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real, aquele informava sobre a chegada de frotas ao porto de sua capitania, bem como das notícias que ele teve sobre a situação perigosa que se encontrava D. Lourenço

632 CONSULTA do Conselho Ultramarino à rainha regente D. Luísa de Gusmão, sobre o requerimento do [governador da capitania de Pernambuco], André Vidal de Negreiros, em que pede ser conservado no governo até o fim do mandato do governador do Reino de Angola, João Fernandes Vieira. AHU-PE, Cx. 7, D. 620.
633 Cartas de matéria nova e diversos ofícios. 1724 a 1728. Manuscritos da Biblioteca Nacional, 09, 3, 006.
634 Correspondência do governador de Pernambuco, José César de Meneses. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 421, pasta 01, p. 182-186.

de Almeida.[635] Por meio dessas cartas, mostra-se que esses governantes ansiavam e compartilhavam notícias sobre o que acontecia em Portugal e também nas conquistas do ultramar, fazendo com que essas informações circulassem de maneira significativa.

Ainda sobre a circulação de informações, uma carta de 1770 do governador da Paraíba, Jerônimo José de Melo e Castro, é mais um relato sobre esse fenômeno. O então governador escreveu ao seu primo, Martinho de Melo e Castro dizendo que se "tem divulgado uma notícia nesta capitania de que Sua Majestade se dignou atender aos raros merecimentos de vossa excelência, elevando-o a secretário de Estado [...], e por isso o parabenizava "[636] Interessante de se destacar a forma como o governador mencionou que recebeu essa notícia, afirmando que ela estava sendo divulgada pela capitania. Apesar de ser diretamente interessado nessa informação, pois se tratava de algo relacionado a um familiar, essa notícia não tinha sido dirigida oficialmente a ele, mas sim estava circulando pela capitania e quase como de uma maneira aleatória, chegou aos seus ouvidos.

Esse mesmo governador foi protagonista de mais um interessante caso que ilustra bem como as informações circulavam. Em um ofício a Martinho de Melo e Castro, de 1792, reclamava que havia recebido uma carta de sua irmã que estava no Recife e dizia que circulava naquela praça a notícia de que o então governador em determinado despacho tinha se intitulado de marechal. Defendendo-se dessa situação, afirmou:

> Os meus adversários se têm gloriado com semelhante desfeita para que não concorri e só a fácil credulidade de minha irmã se deixou enganar. Os fieis serviços com que decorri de 28 para 29 anos tenho servido a Sua Majestade que podia comprovar com muitas cartas da junta e do meu general não devem permitir que passe pelos opróbrios que estou experimentando pelo imaginado despacho de marechal [...] me persuado se chegasse à sua real presença este engano e os deslustrosos combates que padece minha honra e reputação, necessariamente a clemência de sua Majestade [...] de fazer cessar as ludibriosas [desatenções?] com que estão insultando a minha reputação e honra com que sirvo a sua Majestade.[637]

Junto dessa carta, Jerônimo José de Melo e Castro enviou em anexo uma outra carta que recebeu do capitão-mor do Rio Grande, Caetano da Silva Sanches, que o parabenizava pela

635 OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], Duarte Sodré Pereira Tibão, ao [secretário de estado], Diogo de Mendonça Corte Real, sobre a safra que transporta a frota vinda do Reino, as notícias da frota da Bahia e informando o estado de D. Lourenço de Almeida que se encontra no Rio de Janeiro. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 42, D. 3779.
636 OFÍCIO do [governador da Paraíba, brigadeiro] Jerónimo José de Melo e Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro (seu primo), enviando congratulações por ter notícia de que foi promovido a secretário de estado da repartição da Marinha. AHU-PB, Cx. 24, D. 1881.
637 OFÍCIO do [governador da Paraíba], coronel Jerónimo José de Melo e Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, informando do vexame e consternações que sofreu, com a notícia de que, em um dos seus despachos, havia se intitulado de marechal. AHU-PB, Cx. 31, D. 2255.

promoção ao posto de marechal, mostrando que não apenas sua irmã tinha sido enganada. Essa situação é de grande relevância para ilustrar o processo de circulação das informações. Destaca-se, de início, o fato de essa notícia ter começado a circular no Recife, enquanto o então governador estava na Paraíba, já há vários anos, importante ressaltar. Essa notícia circulou de tal maneira que chegou aos ouvidos de sua irmã, que prontamente o notificou da situação. Indo além de Pernambuco e Paraíba, essa informação chegou também ao Rio Grande, alcançando o capitão-mor dela. Tal fato demonstra o potencial de circulação que existia das informações naquela sociedade, mesmo quando era uma informação aparentemente falsa, o que é o próximo ponto que merece destacar. Jerônimo José de Melo e Castro disse que estava sendo vítima de uma calúnia por parte de seus inimigos que teriam criado o suposto despacho em que ele se intitulava de marechal. Essa notícia visava prejudicar sua honra e reputação, pois o fazia se intitular algo que não era. Assim como os papéis de serviços falsos já discutidos nesse capítulo, esse caso demonstra mais uma forma de falsificação das informações e as implicações negativa que isso poderia causar.

Como foi visto, os agentes ultramarinos costumavam possuir procuradores oficiais ou então outras pessoas como intermediários no processo de obtenção de informação e vantagens em seus requerimentos. A falta desse tipo de relação era um aspecto a ser lamentado, como João da Maia da Gama, capitão-mor da Paraíba, relatou em uma carta de 1712. Segundo esse governante, ele era "desamparado na corte e não ter nela irmão ou parente que solicitasse seus despachos, e que o bom sucesso deles fiava só da real clemência e piedade de Vossa Majestade e da justiça e retidão dos ministros [...]"[638] Por meio dessa carta, João da Maia da Gama deixa subentendido que possuir ligações dentro da Corte facilitaria o "bom sucesso" de seus despachos, e que sem elas, ficaria dependendo exclusivamente da piedade do rei e da honestidade dos demais ministros, o que reforça a importância da necessidade de conexões com agentes intermediários que interviessem por eles. Da mesma maneira deixa a entender João de Abreu Castel Branco, governante da Paraíba que afirmou ser ele "quase incógnito nessa corte", ao suplicar que se adiantassem o seu soldo.[639]

638 REQUERIMENTO (cópia) do capitão-mor da Paraíba, João da Maia da Gama, ao rei [D. João V], solicitando para sair do governo da capitania e promovê-lo no governo do Rio de Janeiro ou das Minas Gerais. AHU-PB, Cx. 4, D. 335.

639 CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre o requerimento do capitão-mor nomeado para a Paraíba, João de Abreu Castel Branco, solicitando que se prorrogue até a segunda frota para poder ir governar a capitania ou dar-lhe três mil cruzados por empréstimo do seu soldo. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx.5, D. 381.

Tendo visto alguns exemplos de como a informação circulava e era acessada por esses agentes governativos, cabe agora analisar de fato como ela era utilizada em busca de benefícios pessoais ao longo de suas trajetórias.

4.3.1 Os pedidos de preito e menagem

O preito e menagem era um processo que todos os governantes tinham que fazer. Suas raízes remontavam desde o esfacelamento do Império Romano do ocidente. Com o objetivo de criação de laços de vassalagem, ele servia para reforçar a subordinação dos governantes à Coroa portuguesa, bem como aos seus agentes superiores, exercendo um importante papel na estruturação administrativa. Entre os governantes das Capitanias do Norte, esse ritual costumava acontecer diretamente das mãos dos reis, no entanto, por vezes ele acontecia nas mãos dos governadores-gerais e nos governadores de Pernambuco.[640]

Um aspecto comum dessa prática diz respeito ao pedido que alguns governantes da Paraíba ou do Rio Grande faziam, solicitando a dispensa de realizar o preito e menagem com governador da Bahia para poderem fazer nas mãos do governador de Pernambuco, utilizando-se principalmente da justificativa da distância para tal pedido. Um caso curioso sobre isso foi o requerimento feito por Alexandre de Sousa, capitão-mor da Paraíba em 1684. Ao ficar sabendo que um sucessor havia sido nomeado para o seu posto e que ele se encontrava em Pernambuco, pediu, por meio de seu irmão e procurador, que esse recém nomeado governante pudesse fazer o pleito e homenagem nas mãos do governador de Pernambuco ao invés do governador-geral, pois ele, Alexandre de Sousa, precisava voltar logo ao reino e o fato de o seu sucessor precisar ainda se deslocar para a Bahia, faria com que ele demorasse ainda mais tempo para sair da Paraíba, pois teria que esperar a volta do seu sucessor.[641]

Esse pedido demonstra mais uma vez a atuação de procuradores auxiliando nos processos de seus representantes no ultramar e revela um aspecto sobre as informações que os agentes governativos possuíam a respeito dos outros. Alexandre de Sousa não apenas sabia que seu sucessor já tinha sido nomeado, como também sabia de sua naturalidade e onde ele se encontrava. Ao solicitar que o pleito e homenagem dele fosse modificado de lugar, supõe-se

640 FONSECA, Marcos Arthur Viana da. "Faço preito e homenagem a Sua Majestade e a Vossa senhoria em suas mãos": A cerimônia de preito e ménage e as jurisdições nas Capitanias do Norte. *Mnemosine Revista*, Campina Grande, V. 10, Nº 2, p. 10-47, 2019.

641 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre o requerimento do padre José de Brito, como procurador do seu irmão Alexandre de Sousa que é capitão-mor da Paraíba, para que o sucessor nomeado para a Paraíba, Antônio da Silva Barbosa, possa dar pleito e homenagem nas mãos do governador da capitania de Pernambuco, [D. João de Sousa de Castro], e não ter que se transportar à Bahia para tal efeito. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 13, D. 1280.

que ele, seu sucessor, já sabia dessa situação, caso contrário ele poderia muito bem negar caso fosse pego de surpresa com essa novidade, o que mostra que possivelmente já trocavam informações entre si e talvez até mesmo se conhecessem.

Em 1668, o capitão-mor do Rio Grande, Antônio de Barros Regos solicitou que fosse dispensado da necessidade de prestar preito e menagem na Bahia e, ao invés de se dirigir até lá, pediu que fizesse essa cerimônia com o governador de Pernambuco, alegando não só a grande distância que teria que percorrer e os gastos provenientes disso, pois já estava no Rio Grande e era um soldado pobre, mas também usou como justificativa o fato do capitão-mor do Ceará, João Tavares, ter feito seu juramento nas mãos do governador de Pernambuco. O parecer do Conselho quanto a essa questão foi dividido. Alguns conselheiros foram favoráveis, afirmando que devido ao exemplo utilizado pelo suplicante, seu requerimento deveria ser deferido. Já outros conselheiros foram contra, pois isso poderia "vir a ser exemplo muito prejudicial". O rei concordou com o segundo parecer, não concedendo o pedido feito pelo suplicante.[642] Tem-se mais uma vez um caso de conhecimento sobre um tipo de prática. De alguma forma Antônio de Barros Rego sabia que o capitão-mor do Ceará, João Tavares, tinha conseguido realizar seu juramento em Pernambuco. Esse precedente tinha sido aprovado por parte do Conselho, apesar disso, naquela época ainda não era costume conceder esse tipo de troca, como destacaram os conselheiros que negaram o requerimento do suplicante ao afirmarem que isso poderia "ser exemplo muito prejudicial".[643]

Mais um caso semelhante foi o de Pasqual Gonçalves de Carvalho, capitão-mor nomeado para o governo do Rio Grande, que em 1685 fez o mesmo requerimento que Antônio Barros Rego tinha feito quase duas décadas antes. Em sua justificativa afirmou que ele estava em Pernambuco e era um soldado pobre, além disso, usou como exemplo o caso de Antônio da Silva Barbosa, capitão-mor da Paraíba, que tinha conseguido fazer a cerimônia de preito e

642 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro sobre requerimento do capitão-mor do Rio Grande do Norte, António de Barros Rego, pedindo para prestar homenagem ao governador de Pernambuco, [Bernardo de Miranda Henriques], e não ao governador-geral do Brasil, na Baía, dada a proximidade daquelas duas capitanias. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 11.

643Apesar da negativa para não se constituir costume sobre isso, alguns capitães-mores Rio Grande nas próximas décadas realizariam esse processo de juramento em Pernambuco, assim como também os do Ceará, como muito bem mostrou Marcos Fonseca ao analisar esse tipo de prática entre os governantes das Capitanias do Norte. FONSECA, Marcos Arthur Viana da. *Op. Cit.*. Outros trabalhos anteriores também abordaram a questão dos preitos e menagens dos capitães-mores do Rio Grande, dentre eles, destacam-se o de Carmen Alveal e o de Lívia Barbosa. ALVEAL, Carmen. Os desafios da governança e as relações de poder na Capitania do Rio Grande na segunda metade do século XVII. In: MACEDO, Hélder Alexandre Medeiros de; SANTOS, Rosenilson da Silva (Orgs.*). Capitania do Rio Grande*: histórias e colonização na América Portuguesa. João Pessoa: Ideia; Natal: EDUFERN, 2013, p.27-44; BARBOSA, L. B. S.. Entre a distância e a fidelidade: Relações entre os capitães-mores do Rio Grande e os governadores de Pernambuco (segunda metade do século XVII). *Historien* (Petrolina), v. s/v, p. 111-132, 2014.

menagem com o governador de Pernambuco. Reforçando sua argumentação, ainda afirmou que tinha uma das pernas machucadas devido a sua participação na Batalha dos Guararapes contra os holandeses. Dessa vez o parecer do Conselho Ultramarino foi unânime em concordar com o suplicante, não só por ele ser pobre e por sua ferida, mas também devido ao exemplo apresentado do capitão-mor da Paraíba. O rei concordou com o pedido do suplicante.[644] Interessante de se destacar a mudança de posicionamento do Conselho Ultramarino quanto a esse tipo de prática. Se antes não queriam que isso fosse "um exemplo muito prejudicial", terminou se tornando algo corriqueiro. Vale ressaltar que nesse intervalo de quase 20 anos entre as duas consultas analisadas, apenas um membro do Conselho Ultramarino estava presente nas duas, portanto, a maioria dos membros que participaram dessa consulta eram novos, assim como o próprio rei também tinha mudado. Dessa forma, a modificação dos agentes envolvidos pode ter levado a uma modificação no posicionamento quanto a essa questão.

O caso de Pasqual Gonçalves de Carvalho terminou servindo de precedente para o pedido feito por Bernardo Vieira de Melo, capitão-mor do Rio Grande, em 1694. Afirmou o recém nomeado governante que a capitania se encontrava em estado de perigo devido aos intensos conflitos contra os indígenas e que por isso seria muito prejudicial a ela que seu governante demorasse mais a chegar por precisar se deslocar até a Bahia. Destacou a concessão dada a Pasqual Gonçalves de Carvalho para que ele realizasse o preito e menagem nas mãos do governador de Pernambuco e ainda mencionou que esse mesmo tipo de pedido tinha sido feito recentemente pelo capitão-mor do Cacheu e ele tinha sido atendido. O Conselho foi de parecer favorável ao seu pedido.[645] Os exemplos utilizados até agora pelos governantes tratavam-se de outros governantes de capitanias próximas, o fato de Bernardo Vieira de Melo ter utilizado um exemplo de Cacheu é bastante curioso, pois fica a pergunta: como ele sabia desse caso tão distante? Para as situações mais próximas, os agentes poderiam usar as instituições instaladas nas próprias capitanias para adquirir uma série de informações, como já foi visto e também será mais abordado adiante. Para Bernardo Vieira de Melo ter acesso a essa informação, muito provavelmente ele deveria ter ligação com algum agente que o informava sobre o que precisava, como um procurador, por exemplo.

644 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre requerimento do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Pascoal Gonçalves de Carvalho, pedindo autorização para prestar preito e homenagem ao governador de Pernambuco e não ao vice-rei do Estado do Brasil, devido à grande distância da Baía. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 23.

645 REQUERIMENTO do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Bernardo Vieira de Melo, ao rei [D. Pedro II] pedindo para prestar homenagem ao governador de Pernambuco, e não ao governador-geral, na Baía. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 38.

Os casos de preito e menagem demonstraram como esse tipo de conhecimento era compartilhado entre os agentes governativos, tendo em vista que era um costume que se estabeleceu ao longo da segunda metade do século XVII, mesmo com o Conselho Ultramarino considerado que era uma prática que poderia ser prejudicial antes dela se estabelecer como algo "comum". Nessa situação, a informação sobre as concessões dadas pela Coroa para que os governantes prestassem juramento nas mãos de outras autoridades diferentes do que era originalmente estabelecido, se tornou um elemento comum entre capitães-mores, se transformando em um tipo de conhecimento específico.

4.3.2 As ajudas de custo de Pernambuco e a provisão eterna

Em 1663, Jerônimo de Mendonça Furtado, já nomeado para o governo de Pernambuco, fez um requerimento ao rei, pedindo uma ajuda de custo para se deslocar do reino para a dita capitania, uma vez que era um "fidalgo pobre"[646] e que estava sem condições de bancar a viagem tendo em vista os muitos gastos que teve ao longo dos anos de serviços ao rei. Para justificar o seu pedido, afirmou que essa mesma ajuda foi dada a Pedro da Silva, que fora governar São Tomé e que por isso, também era merecedor dessa mercê. O parecer do Conselho Ultramarino foi que ele deveria receber a ajuda de custo, tendo em vista o merecimento de seus serviços, e que por mais que os últimos governadores de Pernambuco não tenham pedido ajuda de custo, isso não deveria ser um problema para o caso de Jerônimo de Mendonça Furtado. No entanto, em determinado momento da consulta, é afirmado algo de grande relevância. Para os conselheiros, o exemplo dado pelo suplicante era inválido, pois se tratava de um governante de outra capitania, apesar disso, não deveria o suplicante ter seu requerimento negado. Destoando do parecer geral, Francisco de Miranda Henriques e Jerônimo de Melo de Castro, afirmaram que apesar do suplicante ser merecedor de "todo o favor", por falta de exemplos de governadores de Pernambuco, ele não deveria receber. O rei terminou concordando com o parecer deles, fazendo com que Jerônimo de Mendonça Furtado não recebesse a mercê pretendida.[647]

---

646 A designação de fidalgo pobre merece ser problematizada, pois muitas vezes era utilizada simplesmente como uma retórica do discurso peticionário, não refletindo na realidade financeira do solicitante. Caso de destaque nessa situação é o de Bernardino de Sousa Tavares de Távora, senhor de Mira e foi governador de Angola, se intitulando em algumas ocasiões como fidalgo pobre. GUARDA, Maria Inês Godinho. *O governo de Bernardino de Távora de Sousa Tavares (1701-1702) em Angola*: o tráfico de escravos através das tramas portuguesas, africanas e luso-africanas. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012, p. 18.

647 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Afonso VI, sobre requerimento do governador nomeado para servir na capitania de Pernambuco, Jerônimo de Mendonça Furtado, pedindo ajuda de custo. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 8, D. 724.

O caso destacado é interessante para demonstrar que por mais que o suplicante pudesse ser considerado merecedor de "todo o favor" pelos serviços prestados, pela falta de exemplos de governadores de Pernambuco, ele ficou sem receber ajuda de custo, o que demonstra que existia uma norma na distribuição desses recursos que exigia precedentes específicos para permitir a distribuição da ajuda de custo de transporte dos governantes. No entanto, essa norma nem sempre era aplicada, como será visto em breve.

Fernão de Sousa Coutinho, em 1670, fez um requerimento pedindo que seu soldo fosse acrescentado. Em sua argumentação alega que vários dos seus antecessores naquele governo recebiam 600 mil réis ou até mais, enquanto ele recebia apenas 400 mil. Afirmou ainda que ele havia sido general de artilharia do exército do Entre Douro, enquanto alguns de seus antecessores foram apenas mestres de campo, o que era um grande prejuízo na imagem de sua autoridade. Somando-se a isso, disse que estavam indo naquele momento para o governo do Maranhão e de Cabo Verde dois mestres de campo que iriam ganhar 600 mil réis e isso "era muito desigual que fosse a Pernambuco um general de artilharia com 400 mil somente". O parecer do Conselho, assim como no caso passado, foi conflitante, alguns alegaram que Fernão de Sousa Coutinho era merecedor do aumento requerido, tendo em vista o fato da capitania de Pernambuco possuir maior "predicamento", frente as capitanias do Maranhão e Cabo Verde e que a autoridade dele não deveria ser comprometida recebendo menos soldo que os mestres de campo. Já outros conselheiros foram contra o pedido de aumento, alegando que em outras consultas de alguns anos antes o rei determinara que o valor do soldo dos governos de Pernambuco e do Rio de Janeiro seria 400 mil réis. O rei determinou que não deveria ser modificado o que ele já tinha afirmado nas consultas anteriores, logo, mais uma vez, o suplicante ficou sem ter a mercê pretendida.[648]

Nesse requerimento, diferentemente do anterior, o suplicante demonstrou exemplos de antecessores seus naquela mesma capitania. Interessante destacar como ele tinha conhecimento de que naquele mesmo momento em que ele estava indo para Pernambuco mais outros dois governantes estavam se dirigindo para outras conquistas, sabendo das patentes deles, bem como o soldo que receberiam. Apesar desse conhecimento, não conseguiu convencer o rei de aumentar o seu soldo. Isso porque a determinação régia que estabeleceu o valor fixo de 400 mil réis para os governos de Pernambuco e Rio de Janeiro ocorreu para determinar que os novos governantes deveriam receber o soldo equivalente ao posto que eles estavam então assumindo

648 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro, sobre o requerimento do governador nomeado da capitania de Pernambuco, Fernão de Sousa Coutinho, pedindo para seu soldo ser acrescentado. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 9, D. 898.

e não de acordo com postos ocupados anteriormente, por isso que era comum os antecessores de Fernão de Sousa Coutinho receberem mais do que os 400 mil réis que ele receberia. [649]

Com base nas duas negativas apresentadas nos dois casos destacados até aqui, o que parece é que a Coroa portuguesa seguia de forma objetiva questões burocráticas. Enquanto no primeiro caso, o suplicante não conseguiu a mercê pretendida porque não apresentou exemplos considerados válidos, na segunda negativa, apesar de o suplicante ter apontado exemplos válidos, uma determinação régia havia entrado em vigor, modificando o que era praticado até então.

Em 1688, o recém nomeado governador de Pernambuco, Fernão Cabral, fez um requerimento pedindo ajuda de custo para auxiliar nos seus gastos com o transporte até aquela capitania. Em sua justificativa, alegou que era costume o rei conceder ajuda de custo para os governantes que se deslocavam para o ultramar, inclusive para os seus antecessores. Tanto o Conselho quanto o rei foram de parecer favorável ao pedido.[650] Como foi visto, em 1663, no pedido de Jerônimo de Mendonça Furtado, esse costume ainda não existia, por isso não conseguiu sua ajuda de custo, agora mais de 20 anos depois, um novo governador teve esse mesmo pedido atendido, alegando que isso já era uma prática corriqueira. Assim como na questão dos pedidos de mudança dos preitos e menagens dos capitães-mores, a prática de conceder ajuda de custo tinha-se consolidado e passado a ser aceita pelos membros do Conselho, demonstrando mais uma vez uma mudança de posicionamento sobre questões administrativas pertinentes aos agentes governativos.

Dom Manuel Rolim de Moura, após ser nomeado para o governo de Pernambuco, fez uma solicitação em 1721 pedindo que seu soldo fosse aumentado e que também recebesse uma ajuda de custo para auxiliar nos seus gastos com o transporte. O seu pedido foi aceito pelo Conselho Ultramarino e pelo rei, no entanto, "teve notícia que no dito Conselho se consultara o dito requerimento juntamente com outro semelhante do novo governador e capitão-general do Maranhão com igualdade no aumento de soldo. "[651] Ao ficar sabendo disso, escreveu outro requerimento reclamando dessa situação, pois ao seu ver a capitania de Pernambuco era de maior predicamento do que a do Maranhão. Não se detalhará mais essa interessante consulta, pois ela já foi analisada no primeiro capítulo desta tese. Ela foi novamente tratada nesse

649 *Idem*.
650 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre o requerimento do governador nomeado à capitania de Pernambuco, Fernão Cabral, pedindo provisão para se pagar sua ajuda de custo na dita capitania. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 14, D. 1442.
651 REQUERIMENTO do □nomeado] governador da capitania de Pernambuco, D. Manoel Rolim de Moura, ao rei [D. João V], pedindo acréscimo em seu soldo e uma ajuda de custo. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 29, D. 2626.

momento do trabalho devido ao fato de D. Manuel Rolim de Moura ter sido informado sobre o andamento não só de seu processo, como também o de outro governador. O importante de se pensar sobre esse caso é que normalmente, como já foi visto, os suplicantes procuravam saber sobre como estava o desenvolvimento de seus requerimentos. É difícil de se imaginar que D. Manuel Rolim de Moura tenha perguntado especificamente sobre os requerimentos feitos pelo governador do Maranhão sem que alguém o tivesse avisado previamente dessa situação, o que mostra que ele possuía conexões ou com alguém do Conselho Ultramarino, ou com agentes que tinham relações com os oficiais daquela instituição. O que importa é que de fato essa relação existia e, com ela, obtinha informações de seu interesse.

Após ter recebido essa notícia, solicitou à secretaria do Conselho que emitisse uma cópia dos requerimentos feitos por João da Maia da Gama, o governador nomeado para o Maranhão. Tendo acesso a eles, enviou em anexo junto com sua nova petição reclamando dessa situação. Com base em sua argumentação sobre o predicamento da capitania de Pernambuco e também pelas cópias dos requerimentos de João da Maia da Gama para comprovar que a informação que ele recebeu era verídica, convenceu o Conselho e o rei a dar um aumento ainda maior para ele.[652]

Em 1727 foi a vez de Duarte Sodré Pereira fazer um requerimento ao rei, solicitando uma ajuda de custo equivalente a 2 mil cruzados e um acrescentamento no seu soldo de 400 mil réis, alegando que seu antecessor naquele governo, D. Manuel Rolim de Moura, recebeu esses mesmos benefícios. Ao receber a resposta de que iria apenas ganhar a ajuda de custo e não o aumento no soldo, solicitou mais uma vez "com o devido respeito" para que recebesse o acrescentamento, como se fez ao seu antecessor. Para legitimar ainda mais a sua argumentação, enviou em anexo ao requerimento a provisão régia em que o rei determinava a concessão a D. Manuel Rolim de Moura das mercês pretendidas por Duarte Sodré Pereira. O mais interessante nesse documento enviado em anexo é que na parte em que o rei afirma "hei por bem fazer-lhe mercê enquanto governar a capitania de Pernambuco, tenha mais mil cruzados[653] cada ano", existe uma marcação, sublinhando essa informação. Muito provavelmente, Duarte Sodré, ao ter em mãos esse documento, destacou a referida parte para chamar atenção no que pretendia, demonstrando mais um tipo de estratégia, hilária, diga-se de passagem, nesse jogo de negociação com a Coroa. Chama também atenção que nessa provisão o rei afirmou que ela era

652 *Idem*.
653 Mil cruzados equivalem a 400 mil réis.

uma "graça especial" e que não iria servir de exemplos para os sucessores daquele governo,[654] o que não foi verdade, tendo em vista que após enviar o requerimento com essa provisão em anexo, o rei determinou que o suplicante também recebesse o aumento de soldo.

O caso de Duarte Sodré Pereira Tibão é significativo para o entendimento do uso das informações por parte dos governantes na suas buscas por benefícios, pois neste, além de afirmar que um sucessor havia recebido a mercê pretendida, ele enviou em anexo uma provisão régia que comprovava o que ele estava dizendo, e apenas após o envio dessa cópia ele conseguiu receber em plenitude o que queria, tendo em vista que tinha feito o mesmo pedido anteriormente, sendo que o rei apenas havia concedido a ajuda de custo e não o acrescentamento do soldo. Isso demonstra que a utilização do documento comprobatório foi determinante nesse processo, indicando que não bastava deter a informação, era necessário possuir o registro físico dela também. Importante destacar que, apesar das reflexões feitas até aqui demonstrarem uma certa rigorosidade no cumprimento de normas e costumes, esse caso apontou que não eram tão rígidas essas exigências, tendo em vista que o rei determinou que a provisão concedida a D. Manuel Rolim de Moura não deveria servir de exemplo aos seus sucessores, pois era uma "graça especial", no entanto, ela foi utilizada e serviu sim, ao sucessor dele.

Henrique Luís Pereira Freire de Andrada, nomeado para o governo de Pernambuco, assim como seus antecessores, também queria receber uma ajuda de custo para se deslocar do reino para Pernambuco. Para isso fez uma série de requerimentos visando providenciar a graça almejada. Dentre esses requerimentos, um chama bastante atenção. Em 1737, pediu ao Conselho Ultramarino que emitisse uma certidão na qual constasse as ajudas de custo e adiantamentos que seu sucessor naquele posto, Duarte Sodré Pereira, recebeu. Logo em seguida, nesse mesmo requerimento, há o registro de Francisco de Sales Rodrigues, que se identifica como escrivão das receitas do tesoureiro executor do Conselho Ultramarino. Ele afirmou que existia registrado no livro de lembranças os despachos referentes a ajuda de custo recebida por Duarte Sodré e transcreveu esses registros.[655] Esse requerimento é bastante elucidativo para demonstrar mais uma vez como eles tinham acesso oficial a informação. Era necessário fazer um pedido ao Conselho Ultramarino para que este expedisse as certidões comprobatórias referentes aos agentes investigados.

654 REQUERIMENTO do governador da capitania de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira Tibão, ao rei [D. João V], pedindo ajuda de custo e acrescentamento de soldo. Anexos: 4 docs. AHU_CU_015, Cx. 35, D. 3228. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 35, D. 3228.

655 REQUERIMENTO do governador nomeado para capitania de Pernambuco, Henrique Luís Pereira Freire [de Andrada], ao rei [D. João V], pedindo ajuda de custo para tomar posse do cargo. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 51, D. 4479.

Quando já estava governando Pernambuco fez um novo requerimento ao rei, dessa vez não mais pedindo ajuda de custo, mas sim acrescentamento no seu soldo, argumentando que seus sucessores naquele posto receberam um acrescentamento de mil cruzados anuais - aquele mesmo aumento dado a Duarte Sodré e D. Manuel Rolim de Moura - e que, por isso, ele era merecedor da mesma graça. Para reforçar o seu pedido, enviou em anexo uma certidão emitida pelo escrivão da Fazenda Real de Pernambuco, no qual confirmava o recebimento desse aumento de soldo para os dois citados governadores antecedentes, "como tudo consta das provisões reais que se acham registradas nos livros dessa provedoria de Pernambuco. "[656] Mandou também em anexo a cópia da já referida provisão dada a D. Manuel Rolim de Moura, que concedia o aumento de soldo dele. Esse caso é de grande relevância, pois primeiramente chama atenção o fato de Henrique Luís Pereira Freire de início não ter pedido, quando estava em Portugal, esse aumento de soldo, apenas a ajuda de custo, o que pode indicar que ele não tinha conhecimento desse fato. Apenas quando já estava governando a capitania, de alguma maneira ficou sabendo que seus antecessores receberam o referido aumento, e, dessa vez, para reforçar o seu pedido, retirou a comprovação na Fazenda Real de Pernambuco, o que leva a crer que o provedor ou o próprio escrivão tenha dado essa informação ao governador, uma vez que eram detentores dela. Após o envio desse requerimento, conseguiu o aumento de soldo pretendido.

Outro aspecto interessante sobre esse governador e que retoma a questão da importância da boa gerência dos papéis e também da relevância deles para os suplicantes, foi que em 1739 ele ainda não tinha recebido sua ajuda de custo que seria paga pela provedoria de Pernambuco, pois ele tinha perdido a provisão régia que tinha lhe concedido essa mercê e sem ela o provedor não iria liberar os recursos para ele. Pedia, portanto, que o Conselho remetesse uma cópia da referida provisão que terminou sendo remetida na mesma folha em que a consulta foi realizada.[657]

Ao longo das décadas os próximos governadores de Pernambuco continuaram a solicitar, tanto a ajuda de custo, quanto adiantamento no pagamento do soldo, sempre utilizando como argumento que essa prática era costumeira e enviando em anexo a provisão concedida aos seus antecessores. Durante o governo de José César de Meneses é possível encontrar mais

656REQUERIMENTO do [governador da capitania de Pernambuco], Henrique Luís Pereira Freire de Andrada, ao rei [D. João V], pedindo aumento de soldo e quantias extras referentes ao frete e matalotagem de sua embarcação AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 53, D. 4614.

657 REQUERIMENTO do governador da capitania de Pernambuco, Henrique Luís Pereira Freire de Andrada, ao rei [D. João V], pedindo provisão de vencimento do seu soldo, por ajuda de custo, desde o dia do embarque, por mais vias, uma vez que a primeira se desencaminhou. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 53, D. 4343.

um caso significativo para a análise desenvolvida até aqui. Em 1774, o dito governador, já em Pernambuco, enviou uma carta ao rei dizendo "que por inadvertência de seu procurador se não expediram ao suplicante as provisões de estilo[...]",[658] sendo essas provisões a ajuda de custo para o deslocamento do reino para Pernambuco, o adiantamento do pagamento e o aumento dos 400 mil réis no soldo anual, aqueles mesmos 400 mil réis que começou com D. Manuel Rolim de Moura e que não deveria servir de exemplos para os seus sucessores. Tem-se aqui uma informação de grande relevância, o aparecimento do procurador como um agente responsável pela comunicação das informações. Como foi visto, José César de Meneses colocou a culpa em seu procurador por não o avisar da existência dessas mercês que costumavam receber os governadores de Pernambuco. Com isso, pode-se perceber, mais uma vez, como os procuradores atuavam como fornecedores de informação para os seus contratantes, o que faz muito sentido, pois deviam ser pessoas que possuíam suas conexões para acessar informações privilegiadas, como foi visto no caso dos oficiais da secretaria do conselho Ultramarino, acostumadas com o trato burocrático de vários outros agentes referentes a diversos assuntos, portanto, conhecedores de toda uma engrenagem que auxiliava no funcionamento do Império português. Dessa maneira, José César de Meneses não possuía o conhecimento sobre esse tipo de prática, mas possuía um agente que era responsável por lhe manter informado.

4.3.3 As outras capitanias

Como foi possível constatar, os casos analisados dos governadores de Pernambuco demonstraram uma certa tendência padronizadora, principalmente a partir da provisão dada a D. Manuel Rolim de Moura. Esse cenário não se repete nas demais capitanias. O primeiro caso destacado é o de Inácio Coelho da Silva, que tinha sido nomeado para servir como capitão-mor da Paraíba, no entanto, estava demorando para sair do reino em direção àquela capitania. Em 1670, escreveu um requerimento justificando sua demora. Alegou que estava sem cabedal para gastar com o seu transporte e por isso pedia um auxílio para o pagamento das melhorias dos cavalos de sua companhia. Afirmou ter "um papel corrente em poder do tesoureiro-mor da Junta dos Três Estados com os exemplos de que se pagou no ano passado[...], " anunciando os nomes dessas pessoas, bem como os seus postos, sendo um governador de Rio de Janeiro, um governante de Cacheu e um capitão-mor das naus das Índias. Esperava ele, portanto, a "imitação

658 REQUERIMENTO do governador da capitania de Pernambuco, José César de Meneses, ao rei [D. José I], pedindo provisões de estilo a fim de receber seu soldo desde o dia do embarque. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 118. D. 8991.

do que com os seguintes referidos se praticou."[659]. Nessa consulta, uma nova instituição surgiu como um centro de guarda de informações, a Junta dos Três Estados, demonstrando como de fato as fontes de obtenção de informação eram diversas. Um aspecto que chama atenção nesse caso é que o suplicante não mandou em anexo o documento comprovando que esse tipo de mercê tinha sido concedida a outras pessoas, como normalmente faziam, apenas informou que ele já estava em posse do referido tesoureiro. Esse documento, no entanto, era necessário ser entregue junto de sua petição ao Conselho Ultramarino, o que leva a pensar que ele não os tinha em mãos e apenas foi avisado oralmente sobre esses casos.

Quando já estava na Paraíba, Ignácio Coelho fez outro requerimento por meio de seu procurador. Dessa vez pedia que fosse restituído pelo valor que gastou no frete de sua família e seus pertences até aquela capitania, pois lhe foi prometido que receberia essa ajuda de custo, no entanto, o tesoureiro dos armazéns do reino não quis liberar o valor designado, visto que estava sem recursos disponíveis. O suplicante então alegou que a Fernão de Sousa Coutinho, governador de Pernambuco, e a Manuel Pacheco de Melo, governador de Cabo Verde, essa ajuda de custo fora paga pelas provedorias dos seus respectivos governos, por isso solicitava que a sua ajuda de custo fosse bancada pela provedoria da Paraíba. Como de costume nesses processos, enviou em anexo uma certidão do Conselho Ultramarino que atestava a ordem régia determinando que os ditos governadores usados como exemplo recebessem suas ajudas de custo em suas respectivas provedorias.[660]

Inácio Coelho da Silva demonstrou possuir um conhecimento ainda mais específico dessa vez. Ajudas de custo para o deslocamento dos governadores já era um conhecimento comum entre os governantes, como já foi possível de se perceber. Nesse caso em específico, sua ajuda de custo tinha sido concedida quando ele ainda estava no reino, mas faltaram os recursos para se concretizar. Diante dessa situação, ele precisou utilizar informações ainda mais específicas: quais governantes receberam suas ajudas de custo não no reino, mas pagas pelas provedorias dos lugares onde foram designados a governar? Como já estava na Paraíba, deixou o seu procurador encarregado de resolver essa questão.

Essa prática terminou consolidando-se entre os governantes daquela capitania, como é possível de observar por meio do pedido de Alexandre de Sousa e Azevedo, em 1680, que

659 CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao príncipe regente D. Pedro, sobre o que respondeu Inácio Coelho da Silva acerca da ordem para ir servir o cargo de capitão-mor da Paraíba em que está provido. AHU-PB, Cx. 1, D. 73.

660 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro, sobre o requerimento do capitão-mor da Paraíba, Inácio Coelho da Silva, solicitando provisão para que na Paraíba seja paga a quantia a que tem direito pelo pagamento dos fretes da nau que o levou à capitania. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 81.

alegou que precisou sair do reino com tanta pressa que "não teve lugar de requerer o pagamento das toneladas e frete do navio para passagem de sua pessoa e criados na *forma do estilo*". Por não ter tido tempo de solicitar essa ajuda de custo, pediu que da mesma forma que se tinha feito com seu antecessor naquele posto, Manuel Pereira de Lacerda, ela fosse paga pela provedoria da Paraíba, enviando em anexo a certidão que comprovava o que estava dizendo. [661] Interessante como o suplicante afirmou que a prática de conceder ajuda de custo para o deslocamento dos governantes ainda no reino era "na forma do estilo", o que mostra de fato que já era um conhecimento comum e consolidado entre os agentes governativos. E um novo conhecimento estava se consolidando sobre essa concessão ser feita também pelas provedorias das conquistas, ampliando o leque de opções para os suplicantes, pois quando Inácio Coelho da Silva, em 1670, havia solicitado essa mercê, não tinha antecessor seu naquele governo para usar como exemplo precedente. Com Alexandre de Souza, 10 anos depois, já dois governantes da Paraíba tinham recebido.

Valentim Tavares Cabral foi nomeado capitão-mor do Rio Grande em 1663. Em 1682, já não mais exercendo o governo daquela capitania, fez um requerimento apontando que tinha tentado ser capitão-mor do Cacheu, que era subalterno ao governador e capitão-general de Cabo Verde, sendo dessa forma um lugar e um posto de semelhante graduação ao que ele exerceu no Rio Grande, mas foi impedido por não ter ainda em mãos a residência do tempo que ocupou o posto de capitão-mor. Ele alegou que fez um ótimo governo tanto que não seria lembrado por erros, mas sim louvado pelos habitantes daquela capitania e que havia

> muitos exemplos de pessoas que, não obstante não terem dado residências, foram despachadas segunda vez, como Antônio Vaz, que foi provido outros três anos na do Rio Grande; Ignácio Coelho, que foi provido no governo do Maranhão, Antônio Botelho da Silva, sendo capitão do Gurupá e outras muitas pessoas [...]. [662]

Terminou o requerimento pedindo para que a falta de sua residência não o impedisse de ser opositor a outros postos. Com tais afirmações, Valentim Tavares Cabral mostrou-se um grande conhecedor da situação de pessoas que ocuparam o posto de capitão-mor, fosse na própria capitania onde ele atuou ou em outros lugares, pois não apenas conhecia os lugares onde elas exerceram os respectivos cargos, como também sabia que elas não tinham tirado ainda a

661 CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao príncipe regente D. Pedro, sobre o requerimento do capitão-mor da Paraíba, Alexandre de Sousa e Azevedo, solicitando provisão para ser pago das toneladas e frete do navio, da sua passagem e de seus criados, nos efeitos da Fazenda Real da capitania, na forma que foram pagos seus antecessores. AHU-PB, Cx. 2, D. 107.
662 AHU-Brasil Geral, Cx. 1, D. 95.

residência de seus postos anteriores e mesmo com isso foram nomeadas para outros governos. A questão a ser respondida mais uma vez é: como ele conseguiu acessar essas informações?

É importante destacar que muitas vezes essas pessoas serviram nas mesmas batalhas e talvez até mesmo nas mesmas companhias, o que potencializava a chance de conhecerem umas às outras, e por possuir tal conhecimento, mostra que elas deviam trocar informações entre si como uma forma de se ajudarem e aumentar a chance de sucesso nesses processos burocráticos de seleção, já que muitas delas constantemente estavam passando por diversos postos em diversos lugares que exigiam a repetição do mesmo processo no Conselho Ultramarino. De forma mais específica, Valentim Tavares Cabral teve contato direto com Antônio Vaz, que foi seu antecessor no posto, e nos casos de Ignácio Coelho e Antônio Botelho da Silva, ambos lutaram nas fronteiras de Portugal nos conflitos decorrentes da Restauração assim como Valentim. Dessa maneira, apesar de não se poder confirmar que de fato se conheciam, existia chances consideráveis que isto tenha acontecido. Esse mesmo tipo de situação foi visto em outros casos, o que corrobora a ideia de que elas se conheciam e possuíam uma rede de conhecimento que era consultada sempre que necessária. O Conselho foi de parecer favorável ao requerimento.

O parecer favorável ao pedido de Valentim Tavares Cabral é de causar estranheza, pois em alguns anos depois, em 1699, Agostinho César de Andrade, que também foi capitão-mor do Rio Grande, solicitou despensa da falta de sua residência para ele poder ser opositor ao posto de capitão-mor da Paraíba. Nessa situação, o parecer do Conselho Ultramarino foi desfavorável ao suplicante. Afirmou o Conselho que, apesar de toda a consideração pelos serviços feitos por Valentim Tavares, não deveria aceitar esse pedido, por ser "de mais prejudiciais consequências esta graça, como porque será dar ocasião a que no exemplo dela se entrem muitos a buscarem o mesmo caminho [...] ". Os conselheiros não queriam, portanto, que os agentes ultramarinos fossem dispensados de forma alguma de suas residências para conseguirem novos postos.[663] Importante ressaltar que os membros do Conselho que participaram dessa consulta não eram os mesmos da anterior, talvez isso explique a mudança de posicionamento, assim como já aconteceu em outros casos analisados. Outro elemento que merece destaque nesse parecer foi a preocupação de que se o requerimento fosse aceito, isso daria ocasião para outros pedidos iguais. Tal fato demonstra como as informações das questões discutidas internamente naquela

663 CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. Pedro II, sobre o requerimento de Agostinho César de Andrade, opositor ao posto de capitão-mor da Paraíba, solicitando que seja suprida a falta de residência do tempo que foi capitão-mor do Rio Grande. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 3, D. 229.

instituição circulavam entre os demais agentes régios e serviam como justificativas para seus pedidos.

Outro exemplo a ser destacado é o de Domingos de Morais Navarro. Ele foi capitão-mor do Rio Grande em 1726 e posteriormente capitão-mor do Espírito Santo em 1739. Quando foi nomeado para esta capitania fez um requerimento pedindo ajuda de custo para poder ir do reino para o Espírito Santo, usando como justificativa os exemplos de João Batista Furtado, capitão-mor do Ceará, nomeado em 1727, ter recebido uma ajuda de custo para ir àquela capitania, bem como o de João de Teive Barreto e Menezes, que foi seu sucessor no governo do Rio Grande, que também recebeu a dita ajuda para ir à referida capitania. Terminou seu requerimento afirmando que o Espírito Santo era de "mesmo predicamento" que as duas capitanias utilizadas como exemplo "e ainda se faz mais atendível o requerimento do duplicante por ter já exercido o cargo de capitão-mor do Rio Grande [...]".[664] Nessa mesma consulta o rei determinou que o suplicante apresentasse exemplos de seus antecessores no Espírito Santo, indicando que os exemplos dados não eram o suficiente, tendo em vista que eram de capitães-mores de outras capitanias.

Consultado as informações referentes aos seus antecessores, Domingos de Morais Navarro descobriu que o seu antecessor imediato não havia recebido ajuda de custo, mas sim um aumento no soldo. Então reforçou sua argumentação afirmando que os exemplos destacados por ele deveriam ser levados em consideração, pois os antecessores dos nomes indicados também não tinham recebido ajuda de custo e mesmo assim eles receberam. E também adicionou outro exemplo de um capitão-mor que recebeu ajuda de custo sem que seu antecessor tenha recebido, que foi Damião de Bastos, governante de Cacheu. Além disso, afirmou mais uma vez que eles eram de mesma graduação, por isso não desmerecia a negativa de seu pedido. O rei terminou negando seu requerimento, afirmando que aquele posto tinha recibo um aumento de soldo, por isso não era mais necessário a ajuda de custo.[665]

Nessa consulta está presente nos anexos elementos de grande importância que ajudam a entender um pouco mais sobre esse processo de obtenção de informações. O suplicante enviou um requerimento ao Conselho Ultramarino pedindo uma certidão dos requerimentos feitos pelo seu antecessor naquela capitania. E nesse mesmo documento está presente a resposta do secretário do Conselho Ultramarino, Manuel Caetano Lopes de Lavre, que detalha o pedido de aumento de soldo do capitão-mor anterior do Espírito Santo e todo o processo pelo qual passou

664 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V sobre o pedido do Capitão-Mor, Domingos de Moraes Navarro para receber ajuda de custo. AHU-ES, Papéis Avulsos, Cx. 03, D. 222.
665 *Idem*.

esse requerimento. Além de pedir informações sobre o seu antecessor, fez outro requerimento, dessa vez pedindo "certidão de ajuda de custo que Vossa Majestade foi servido mandar dar ao capitão-mor do Ceará, João Batista Furtado e ao do Rio Grande, João de Teive Barreto." Assim como no outro requerimento, há uma resposta do mesmo secretário do Conselho detalhando a ajuda de custo que receberam os nomes citados. Ainda está presente nesse conjunto de anexos mais um requerimento, dessa vez pedia o suplicante que o conselho remetesse a ele os documentos que Francisco Xavier de Miranda Henriques, que estava indo governar o Rio Grande, apresentou àquela instituição.[666]

Os referidos requerimentos explicam como oficialmente os suplicantes acessavam as informações e as utilizavam como argumento no jogo de negociações, pois apenas afirmar que conhecia alguns exemplos não era o suficiente, era necessário provar via documentos, como quase tudo relacionado às mercês, o que se estava dizendo. Explicado como eles acessavam oficialmente os papeis pretendidos, ainda fica a questão de como eles ficavam sabendo dessas informações, pois os requerimentos feitos por Domingos de Morais Navarro são bem específicos, direcionados a nomes exatos em postos diferentes e sobre um aspecto em especial, que foi a ajuda de custo. Ele não poderia simplesmente solicitar os requerimentos de todos os capitães-mores de todas as capitanias para assim obter as informações pretendidas. Talvez até pudesse em termos legais, mas em questões práticas, isso parece pouco provável. Dessa forma, ele sabia exatamente onde procurar.

O caso de Francisco Xavier de Miranda Henriques é ainda mais significativo, pois o que foi pedido por Domingos Navarro não foram as solicitações do recém nomeado capitão-mor do Rio Grande, mas sim os documentos que ele tinha enviado ao Conselho. O conteúdo desses documentos não é explicitado nesse requerimento, no entanto, Francisco Xavier de Miranda Henriques também pediu ajuda de custo ao rei e teve seu parecer favorável. Nesse requerimento o dito capitão-mor enviou em anexo uma certidão comprovando que seu antecessor, João de Teive Barreto e Menezes, tinha recebido ajuda de custo.[667] Dessa forma é possível afirmar que Domingos de Morais Navarros, sabendo dessa documentação entregue por Francisco Xavier de Miranda Henriques, também a solicitou para fortalecer ainda mais a sua argumentação. Os dois, no momento desses requerimentos, encontravam-se na corte, talvez, sabendo que se dirigiam

666 *Idem*.
667 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre requerimento do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Francisco Xavier de Miranda Henriques, pedindo ajuda de custo para poder ir assumir o cargo. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 4, D. 255.

para o governo das conquistas em momentos semelhantes, tenham trocado informações entre si para conseguirem alcançar o objetivo em comum, que era a ajuda de custo.

Uma outra possibilidade que pode ser trabalhada sobre a forma como Domingos de Morais Navarro obteve essas informações diz respeito a um sujeito que trabalhava na secretaria do Conselho Ultramarino, Bernardo Felix da Silva, oficial papelista daquele conselho. Em 1734, o pai de Domingos de Morais Navarro, Manuel de Morais Navarro, enviou uma carta ao dito Bernardo falando das certidões que ele estaria enviando para esse oficial para que ele desse o bom andamento de seus requerimentos e afirmando ainda que ficou sabendo por meio de seu filho, Domingos Navarro, que Bernardo da Silva era "muito favorável" a ele.[668] Em 1739, quando Domingos Navarro fez o requerimento de ajuda de custo e obteve várias informações sobre os outros capitães-mores, Bernardo da Silva continuava como oficial papelista do Conselho Ultramarino, dessa maneira, como um agente que tinha contato diretamente com a documentação que circulava naquela instituição, existe a possibilidade de que ele tenha ajudado Domingos Navarro com as informações que ele precisava, tendo em vista ser ele "muito favorável" à família do suplicante. Apesar de todo o esforço, como já foi visto, Domingos Navarro ficou sem sua ajuda de custo, no entanto, o seu caso foi muito elucidativo para o entendimento dessa lógica burocrática e como ele se utilizou de diversos meios para obter a mercê pretendida.

Por fim, um último caso a ser trabalhado é o de João de Teive Barreto de Menezes, nome já citado nesse trabalho por outros agentes régios. Foi nomeado capitão-mor do Ceará em 1742 e antes disso tinha sido para o Rio Grande em 1734. Na sua primeira viagem do reino para o Rio Grande solicitou ajuda de custo e a conseguiu. Quando estava indo ao Ceará também fez o mesmo pedido de ajuda de custo. Nesse requerimento argumentou que merecia receber essa mercê devido não apenas aos seus serviços, mas também por ser costume o rei conceder ajuda a semelhantes requisições, como foi o caso de João Batista Furtado, capitão-mor do Ceará em 1727. O procurador da fazenda deu o parecer alegando que o exemplo dado por João de Teive era inválido, pois era um caso de vários anos atrás e que os outros capitães-mores após ele não receberam a ajuda de custo.[669]

Recebendo o parecer do procurador, logo João de Teive fez outra petição de réplica, nela alegou que os sucessores de João Batista Furtado, que foram Leonel de Abreu e Domingos

668 CARTA de Manoel Alvares de Moraes Navarro, a Bernardo Félix da Silva, remetendo certidões para o bom andamento de seu requerimento AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 47, D. 4229.
669 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V], sobre a ajuda de custo que pedem João de Teive Barreto e Meneses e Francisco da Costa, ex- e atual capitão-mor do Ceará, respectivamente. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 4. D. 281.

Simões Jordão eram capitães de infantaria na praça de Pernambuco e lá se encontravam quando foram nomeados, dessa forma não precisaram da ajuda de custo para ir ao Ceará. E o seu antecessor imediato, D. Francisco Ximenes de Aragão, por algum motivo teve que embarcar apressadamente do reino para a América, e por isso não teve tempo o suficiente para fazer o requerimento de ajuda de custo nem de "juntar exemplos mais modernos". Nessa consulta, assim como a anterior, existem alguns anexos referentes ao requerimento e um desses anexos é o pedido de João de Teive ao escrivão do Conselho Ultramarino para que ele emitisse uma certidão sobre as ajudas de custo concedidas aos capitães-mores do Ceará. Luiz Gomes Leitão, então escrivão, concedeu a declaração retirada do livro de lembranças que confirmava que a tesouraria do Conselho Ultramarino havia concedido 100 mil réis a João Batista Furtado como ajuda de custo para ele se deslocar do Reino para a América.[670]

Alguns elementos merecem destaque nessa consulta. Primeiramente, o fato de o procurador da fazenda ter contestado o exemplo dado por João de Teive alegando que ele era antigo e que os outros capitães-mores não tinham recebido, o que implica na ideia de que o exemplo mais válido é o mais recente. Outro aspecto a ser destacado diz respeito a solicitação do suplicante para que o escrivão do Conselho Ultramarino lhe encaminhasse uma certidão de ajuda de custo que os capitães-mores do Ceará receberam. Nesse caso, a estratégia utilizada por João de Teive foi muito clara, ele pretendia saber quais dos seus antecessores receberam a mercê que ele agora pretendia. Ao se deparar com a informação de que teria recebido a ajuda de custo um capitão-mor de aproximadamente 15 anos antes, coube ao solicitante descobrir o porquê de seus antecessores imediatos não terem recebido, resposta que conseguiu obter. Como a obteve é uma questão que ainda não se tem resposta, mas chama atenção o fato dele ter conseguido justificar o não recebimento dos três, o que terminou fazendo com que o seu pedido tivesse um desfecho favorável a seu favor.

Um último elemento a ser destacado, foi a justificativa de D. Francisco Ximenes de Aragão, que não teve tempo suficiente para coletar os exemplos necessários. Essa afirmação, assim como os elementos analisados ao longo desse trabalho, demonstra como esse processo deveria ser demorado e exigia uma série de conhecimentos ou conexões que facilitassem a busca pelas informações pretendidas. Ronald Ramineli apontou como "era fundamental conhecer os canais que levavam ao centro do poder, sem eles as negociações seriam quase impossíveis",[671] assim como Fernanda Olival também afirmou que "ser pretendente era quase

670 *Idem*.
671 RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas***:** monarcas, vassalos e governo a distância. São Paulo: Alameda, 2008, p. 50.

uma profissão nos séculos XVII e XVIII", e continuou: "[...] podia exigir conhecimentos vários dos despachos feitos, capazes de serem citados como exemplos, além da capitalização de empenhos ou da compra de partidários, quanto mais não fosse para pôr os papeis correntes".[672]

***

Os diversos casos destacados não foram capazes de responder na integralidade as perguntas feitas no início desse capítulo. No entanto, vários elementos foram esclarecidos e deixaram margem para uma interpretação bem fundamentada das possibilidades que rodeavam esses acontecimentos. Quase todos os requerimentos analisados ao longo desse trabalho tinham um aspecto em comum: os requerentes utilizavam exemplos de outros governantes. Quando faziam o pedido, não mencionavam ajudas dadas a algum ouvidor, provedor ou qualquer outro agente régio. Tal fato demonstra que essas pessoas se viam como uma categoria especializada de agente, governantes, e, portanto, todas as informações que eles buscavam, estavam ligadas a pessoas dessa categoria. Tendo cristalizado o tipo de agente no qual se devia focar, era preciso o conhecimento da informação. Essa informação poderia ser obtida por meio de diversas pessoas, como os próprios governantes, procuradores, funcionários do Conselho Ultramarino e provedores. Muito provavelmente havia outros agentes capazes de compartilhar as informações necessárias, no entanto, até o momento, apenas estes foram encontrados. Após obter a informação do fato e consolidar um conhecimento específico, era preciso obter oficialmente o registro da informação. Para isso recorriam principalmente aos que podem ser chamados de centros de informações, tendo maior destaque, o Conselho Ultramarino. Além dele, foi identificado que as provedorias e secretarias de governo também serviam como um desses centros. Por fim, depois de todo esse processo, entrava a negociação com a Coroa na busca pelos benefícios pretendidos. Ao se perceber todas essas etapas ocorrendo diversas vezes com diversos governantes, é possível concluir que de fato existia uma rede de conhecimento, ou na verdade, várias, nas quais esses agentes faziam uso constante por meio de conexões com intermediários para a continuidade de suas práticas governativas.

672 OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o estado moderno*: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar, 2001, p. 107-108.

CONCLUSÃO

Ao longo dos quatro capítulos desta tese, foram analisadas diversas maneiras que a Coroa portuguesa e os seus agentes, principalmente os governativos, enxergavam os seus territórios e em cada capítulo algumas conclusões foram alcançadas, permitindo, nesse momento, o desenvolvimento de uma conclusão mais completa. De uma maneira geral, o que se pôde perceber é que a percepção do espaço era plural, um mesmo território poderia ser encarado de maneira distinta, tudo dependia dos agentes envolvidos bem como dos interesses em jogo. Dessa forma, apesar de o trabalho ter identificado um certo padrão esquemático na construção das hierarquias territoriais, notou-se que ele não era absoluto. No Estado do Brasil, que de princípio tinha na capitania da Bahia a representação de maior centralidade e autoridade, com o passar das décadas da segunda metade do XVII e, principalmente ao longo do século XVIII, cada vez mais essa centralidade passou a sofrer concorrência com as centralidades exercidas pelas capitanias do Rio de Janeiro e de Pernambuco, centralidades estas, importante destacar, que estavam circunscritas em áreas regionais próximas às referidas capitanias.

Analisando essas questões nas Capitanias do Norte, percebeu-se que a centralidade que os governadores de Pernambuco queriam exercer sobre as outras capitanias muitas vezes era questionada pelos governantes destas, ou então pelas elites locais por meio das câmaras. Particularmente, chamou atenção o caso da Paraíba quando comparada com as outras capitanias que foram anexadas a Pernambuco: o Rio Grande e o Ceará. Como foi visto, existia uma divisão entre capitanias principais e subordinadas/subalternas. Pernambuco seria uma capitania principal, mas com um governo subordinado ao governo-geral, distinção importante a ser feita, enquanto as demais Capitanias do Norte seriam capitanias e governos subordinados. De princípio, ao governo-geral e, posteriormente, ao governo de Pernambuco. Por fim, finalizando a discussão do primeiro capítulo, analisou-se a questão da diferença entre subordinação e anexação. Todas as capitanias que foram anexadas a Pernambuco, já eram subordinadas, no entanto, quando foram anexadas, além de subordinadas, tornaram-se anexas, que seria um estatuto de perda de qualidade no esquema das hierarquizações. Foram observados que pequenos detalhes faziam uma grande diferença em termos de representação e simbolismo. Possuir o estatuto de anexa, era um desses detalhes. Os governantes, no geral, não gostavam de governar uma capitania com essa condição e as reclamações eram frequentes sobre a diminuição de suas autoridades perante os governantes a quem estavam subordinados por meio da anexação. Além disso, as câmaras dessas capitanias também costumavam reclamar desse estatuto, pedindo que voltassem a ser subordinadas ao governo-geral.

Se no primeiro capítulo foram abordadas questões simbólicas de distinção, no segundo foram analisadas questões mais materiais, de forma específica a economia das Capitanias do Norte e como ela implicava na construção das hierarquias territoriais. Destacou-se os principais produtos produzidos nesses lugares e quais eram os rendimentos provenientes do dízimo pago, que era um dos principais indicadores financeiros. A partir dessa análise uma importante constatação foi feita: apesar da importância dos elementos econômicos na configuração das hierarquias, eles não eram essenciais. Existiam outros fatores que por vezes sobressaíam-se. Ao longo das décadas do século XVIII, percebeu-se um aumento cada vez maior nos rendimentos da capitania do Ceará, enquanto na capitania do Paraíba o movimento foi o inverso. Mesmo diante dessa crise econômica e da superioridade da capitania do Ceará nesse aspecto, a Paraíba continuou fora da jurisdição de Pernambuco por mais algumas décadas. Os soldos de seus governantes continuaram muito maiores do que os soldos dos governantes do Ceará, assim como a titulação recebida por eles em suas patentes também permaneceram superiores em várias ocasiões. Tal fato demonstra que, apesar de, em termos econômicos, a Paraíba ter se tornado inferior ao Ceará, o reconhecimento dela como uma capitania superior continuou vigorando, demonstrando o poder da tradição consolidado por aquele território.

No terceiro capítulo foi analisado o perfil e trajetórias dos opositores aos governos das Capitanias do Norte, bem como dos governantes que foram de fato nomeados. Por meio de uma análise quantitativa dos postos militares ocupados, dos títulos honoríficos que essas pessoas possuíam e da circulação deles pelo ultramar, percebeu-se o que já estava sendo demonstrado nos capítulos anteriores: Pernambuco possuía um maior número de pessoas com títulos honoríficos bem como que ocuparam postos militares mais elevados, seguido por Paraíba em segundo lugar e depois pelo Rio Grande e pelo Ceará ocupando praticamente a mesma posição. Nessa parte de análise, a diferenciação da Paraíba perante o Rio Grande e o Ceará destacou-se bastante, demonstrando que pessoas de maior qualidade social desejavam aquele primeiro governo. O fato de um maior número de pessoas desse nível desejarem aquela capitania, demonstra o reconhecimento que ela possuía entre esses agentes.

Outro aspecto analisado nesse capítulo foram os critérios de seleção dos governantes das Capitanias do Norte. Novamente, por meio de uma análise quantitativa, foi possível estabelecer quais eram as características esperadas pelo Conselho Ultramarino para aqueles que iam governar as referidas capitanias. Mais uma vez o padrão se repetiu. Uma diferença significativa nos critérios foi identificada para o governo de Pernambuco. A exigência por pessoas de alta qualidade social e experiências em governos anteriores foram os elementos que mais apareceram para ela. Enquanto nas demais capitanias as exigências mais esperadas eram

os anos de serviços e a qualidade desses serviços. No entanto, na Paraíba, uma exigência se destacou em comparação ao Rio Grande e ao Ceará, que foi a da qualidade social. Ela foi apenas a quarta mais mencionada pelos conselheiros, no entanto, comparando com as outras duas capitanias, foi muito mais exigida na Paraíba, demonstrando mais uma vez o diferencial dela frente as outras duas.

Por fim, no quarto e último capítulo, foi analisado o que se chamou de redes de conhecimento e o seu uso por partes dos agentes governativos. O uso da informação como instrumento político de governabilidade era um aspecto já bem consolidado na historiografia. Faltava, no entanto, trabalhos que demonstrassem outro viés e foi isso que esse capítulo procurou construir ao analisar dezenas de requerimentos por parte dos governantes das Capitanias do Norte em busca de indícios que demonstrassem o uso e a constituição dessas redes. Foi possível constatar que esses agentes possuíam informações detalhadas sobre outros governantes e, muitas vezes, informações sobre governos de décadas anteriores espalhados por diversos lugares. A busca de informações específicas de governantes sobre outros governantes mostrou-se ser uma prática costumeira que permitiu a consolidação de um tipo de conhecimento particular que era compartilhado entre esses agentes e outras pessoas.

Por meio da análise das redes de conhecimento também foi possível abordar a questão das hierarquias territoriais, pois o uso das informações estava baseado nessa lógica hierarquizadora. Um governador de Pernambuco raramente buscava informações sobre governantes de capitanias consideradas menos importantes, no geral, costumavam procurar informações de territórios de predicamento equivalente. Por vezes, alguns exemplos de governantes de capitanias inferiores eram utilizados, mas como um argumento para expressar algum tipo de incredulidade por considerar que estavam querendo comparar os dois territórios de maneira semelhante. A lógica inversa também acontecia. Os capitães-mores do Rio Grande e do Ceará, sempre usavam exemplos de governos de mesmo predicamento de suas capitanias, não foi identificado nenhum caso que utilizasse o governo de uma capitania principal como ponto de comparação. Diferenciava-se, mais uma vez, a Paraíba, pois em alguns requerimentos de seus governantes, utilizaram os governadores de Pernambuco como exemplo.

Ao finalizar o desenvolvimento desses quatro capítulos, pôde-se concluir, de uma maneira geral, que as Capitanias do Norte estavam organizadas hierarquicamente, em questão de predicamento e representatividade simbólica, da seguinte maneira: Pernambuco sendo o principal centro dessa região; a Paraíba ocupando um espaço intermediário que ficaria entre uma capitania principal, como a de Pernambuco e as outras subordinadas; e as do Rio Grande e do Ceará possuindo predicamentos equivalentes, sem distinções significativa entre elas.

Importante destacar, como já foi discutido ao longo desta tese, que essa hierarquização foi uma construção com base na análise das percepções dos agentes envolvidos e de diversos elementos que indicavam as diferenças constatadas, portanto, ao analisar a organização territorial por meio dessa perspectiva hierarquizadora não se pretende fazer o papel de juiz e julgar quais capitanias eram mais importantes do que as outras, mas sim entender como a Coroa e seus agentes enxergavam essa divisão político-administrativa.

Apesar de nesse momento a tese ter sido concluída, as possibilidades de pesquisa em torno do que foi discutido ainda são enormes. É necessário o aprofundamento nos debates sobre as razões das anexações de cada uma das capitanias incorporadas à jurisdição de Pernambuco, assim como também se considera de grande importância estabelecer as conexões familiares que os governantes possuíam e como essas conexões eram usadas em favor dessas pessoas. Esses dois aspectos destacados certamente enriqueceriam muito o debate no qual esta tese está inserida e ficam como possíveis caminhos a serem explorados no aprofundamento deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *Jurisdição e conflito*: aspectos da administração colonial. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997.

ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. *A remuneração de serviços na guerra holandesa*. Recife: Universidade de Federal de Pernambuco, 1968.

ALDEN, Dauril. Royal government in colonial Brazil. With especial reference to the administration of the marquis of Lavradio, Viceroy. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1968.

ALENCAR, Júlio César Vieira de. *Para que enfim se colonizem estes sertões*: a Câmara de Natal e a Guerra dos Bárbaros (1681-1722). 2017. 243f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

ALVEAL, Carmen. A anexação da capitania do Rio Grande em 1701: estratégia da coroa ou interesse de grupo da Capitania de Pernambuco? In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (org.). *Dinâmicas Sociais, Políticas e Judiciais na América Lusa*: Hierarquias, Poderes e Governo (Século XVI-XIX). Recife: Editoria UFPE, 2016.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. *Converting Land into Property in the Portuguese Atlantic World*, 16th-18th Century. 2005. 387 f. Tese (Doutorado em História) – John Hopkins University, Baltimore, 2005.

ALVEAL, Carmen. Os desafios da governança e as relações de poder na Capitania do Rio Grande na segunda metade do século XVII. In: MACEDO, Hélder Alexandre Medeiros de; SANTOS, Rosenilson da Silva (Orgs.*). Capitania do Rio Grande*: histórias e colonização na América Portuguesa. João Pessoa: Ideia; Natal: EDUFERN, 2013.

AMADORI, Arrigo. Los territorios americanos y su integración en el mundo hispánico: itinerarios historiográficos entre el paradigma colonial y la monarquía policéntrica**.** In: *Portal Interuniversitario de Historia Política*, 2016.

ARAÚJO, Hugo André Flores Fernandes. *A construção da governabilidade no Estado do Brasil*: perfil social, dinâmicas políticas e redes governativas do governo-geral (1642-1682), 2018. Tese (Doutorado em História), Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

AROUCHA, Marcone Zimmerle. *Serviço e nobilitação*: a dinastia bragantina e as concessões de foro de fidalgo no Atlântico Sul (1640-1680). Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

BARBOSA, Lívia Brenda da Silva. *Das ribeiras o tesouro, da receita o sustento*: a administração da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande (1606-1723). 2017. 226f.

Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

BARBOSA, Lívia Brenda da Silva. Entre a distância e a fidelidade: Relações entre os capitães-mores do Rio Grande e os governadores de Pernambuco (segunda metade do século XVII). *Historien* (Petrolina), v. s/v, p. 111-132, 2014.

BARDWELL, Ross Little. *The governor of Portugal's South Atlantic Empire in the Seventeenth Century*: Social Background, Qualifications, Selection and Reward. Ann Arbor, Michigan: University Microfilms International, 1975.

BARON, Sabrina A. *The politics of information in Early Modern Europe*. London: Taylor and Francis e-library, 2005.

BARROS, Edval de Souza. *Negócios de tanta importância*. O Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661), Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2008.

BEZERRA, Isabela Augusta Carneiro. *A serviço D`el-Rei*: O governo de João da Maia da Gama na Capitania da Paraíba (1708 – 1717). 2015. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

BICALHO, Maria Fernanda. As tramas da política: conselhos, secretários e juntas na administração da Monarquia portuguesa e de seus domínios ultramarinos. In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes*: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BICALHO, Maria Fernanda. «Sobre este modo de resolver e despachar os negócios». El declive del Conselho Ultramarino y el auge de los secretarios de Estado en Portugal durante la primera mitad del siglo XVIII. *Espacio Tiempo* Y Forma. Serie IV, Historia Moderna, (34), 2021.

BICALHO, Maria Fernanda. O Rio de Janeiro no século XVIII: a transferência da capital e a construção do território centro-sul da América portuguesa. *URBANA:* Revista Eletrônica Do Centro Interdisciplinar De Estudos Sobre a Cidade, v. 1, nº1, p. 1-20, 2013.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: M. M. Ferreira & J. Amado (org.). *Usos e abusos da História Oral***.** Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRENDECK, Arndt. *Imperio e information.* Funciones del saber em el domínio colonial español. Iberoamericana – Vervuert, 2012.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento*: II: da Enciclopédia à Wikipédia. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CAETANO, Marcello. *O Conselho Ultramarino*: esboço de sua história. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1967.

CARDIM, Pedro A difusão da legislação régia. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno. *Um reino e suas repúblicas no Atlântico.* Comunicação política entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARDIM, Pedro. *Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.

CARDIM, Pedro. *Portugal unido y separado*. Felipe II, la unión de territorios y la condición política del reino de Portugal. Valladolid: Universidad de Valladolid / Cátedra «Felipe II», 2014.

CARDIM, Pedro. O processo político (1621-1807). In: MATOSO, José. *História de Portugal*. O Antigo Regime. Portugal: Editorial Estampa, 1998.

CARDIM, Pedro; BICALHO, Maria Fernanda; RODRIGUES, José Damião. Representação política na monarquia pluricontinental portuguesa: Cortes, Juntas e procuradores. *Locus:* Juiz de Fora, v. 20, nº 1, 2014.

CARDIM, Pedro.; KRAUSE, T. A comunicação entre a câmara de Salvador e os seus procuradores em Lisboa durante a segunda metade do século XVII. In: Souza, E. S.; Marques, G.; Silva, H. R. (orgs.), *Salvador da Bahia*: retratos de uma cidade atlântica. Salvador/Lisboa: EDUFBA/CHAM, 2016.

CARDIM, Pedro; MIRANDA, Susana. A expansão da Coroa portuguesa e o estatuto político dos territórios. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Coleção O Brasil Colonial*: 1580-1720. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 2.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Prefácio. In: LISBOA, Breno Almeida; MIRANDA, Bruno; SOUZA, George; SILVA, Hernique. (org.) *Essa parte tão nobre do corpo da monarquia:* poderes, negócios e sociabilidade em Pernambuco colonial. Século XVI –XVIII. Recife: Editora UFPE, 2016.

CHARTIER, Roger. "Construção do Estado Moderno e Formas Culturais. Perspectivas e Questões", in: CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. 2ª Ed. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 2002.

CHAVES JÚNIOR, José Inaldo. *As capitanias de Pernambuco e a construção dos territórios e das jurisdições na América portuguesa* (século XVIII). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

CHAVES JÚNIOR, José Inaldo. *As duras cadeias de hum governo subordinado*: poder e sociedade na Paraíba colonial. Curitiba: Editora CRV, 2017.

COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores Gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII*): ofício, regimentos, governação e trajetórias. São Paulo: Annablume, 2009.

COSENTINO, Francisco Carlos. Hierarquia política e poder no Estado do Brasil: o governo-geral e as capitanias, 1654-1681. *Topoi*. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 515-543, jul./dez. 2015.

COSENTINO, Francisco Carlos. "Mundo português e mundo ibérico". In: FRAGOSO, João Luis Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O Brasil Colonial*, volume 2 (1580-1720). 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

COSENTINO, Francisco Carlos. O ofício e as cerimônias de nomeação e posse para o governo-geral do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII). In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de governar*: ideias e práticas políticas no Império Português (séculos XVI a XIX). São Paulo: Alameda, 2007.

COSTA, João Paulo Oliveira e. A correspondência entre o Japão e a Europa: formas de comunicar a longa distância. In: SANTOS, Maria Emília Madeira; LOBATO, Manuel. (orgs.) *O domínio da distância*: comunicação e cartografia. Lisboa, Portugal: Editora do Instituto de Investigação Científica Tropical, 2006.

CRUZ, Miguel Dantas da. *Um império de conflitos*: o Conselho Ultramarino e a defesa do Brasil. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2015.

CUNHA, Mafalda Soares da e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In: MONTEIRO, Nuno, CARDIM, Pedro e CUNHA, Mafalda Soares (orgs.) *Optima Pars*. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime. Lisboa: ICS, 2005.

CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Vice-reis, governadores e conselheiros de governo no Estado da Índia (1505-1834): recrutamento e caracterização social. *Penélope*: Fazer e Desfazer a História, Lisboa, n. 15, p. 91-120, 1995.

CUNHA, Mafalda Soares da. Governo e governantes do Império português do Atlântico. In: BICALHO; FERLINI. *Modos de governar:* ideias e práticas políticas no Império português. São Paulo: Alameda, 2005.

CURVELO, Arthur. *Governar Pernambuco e as "capitanias anexas"* : o perfil de recrutamento, a comunicação política e as jurisdições dos governadores da capitania de Pernambuco (c.1654-c.1756). Tese(Doutorado em História) - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa: 2019.

DANTAS, Aledson Manoel Silva. *Uma vila e seu povo*: relações hierárquicas e poder local (Olinda, século XVII). 2017. 117f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

DIAS, Érika Simone de Almeida Carlos. "*As pessoas mais distintas em qualidade e negócio*": a Companhia de Comércio e as relações políticas entre Pernambuco e a Coroa no último quartel do setecentos. 2014. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa 2014.

DIAS, Patrícia de Oliveira. Onde fica o sertão rompem-se as águas: processo de territorialização da ribeira do Apodi-Mossoró (1676-1725). 2015. 187f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

DIAS, Thiago Alves. *DINÂMICAS MERCANTIS COLONIAIS* : Capitania do Rio Grande do Norte (1760-1821). 2011. 277 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

DIAS, Thiago Alves. *Monopólio indireto*: colonização mercantil no norte do Estado do Brasil (c. 1710 - c. 1780). 2017. 383f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2017.

DIAS, Thiago Alves. *O mito das capitanias anexas:* aspectos da política colonial e da administração das conquistas no norte do Estado do Brasil, séc. XVII e XVIII. *Mnemosine Revista*, Campina Grande, V. 10, Nº 2, 2019.

FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales. Uma metrópole no ultramar português. A igreja de São Salvador da Bahia de todos os santos. In: SOUZA, Evergton Sales; MARQUES, Guida; SILVA, Hugo Ribeiro da (orgs.). *Salvador da Bahia*. Retratos duma cidade atlântica (século XVII-XIX). Lisboa/Salvador: Cham/EDUFBA, 2016.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. António Rodrigues da Costa e os muitos perigos de vassalos aborrecidos. Notas a respeito de um parecer do Conselho Ultramarino, 1732. In: VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina dos; NEVES, Guilherme Pereira da. *Retratos do império.* Niterói: EDUFF, 2006.

FLORES, Jorge. Comunicação entre impérios: a engrenagem das relações entre Goa e a corte Mongol durante o governo do conde de Linhares (1629-1635). In: SANTOS, Maria Emília Madeira; LOBATO, Manuel. (orgs.). *O domínio da distância*: comunicação e cartografia. Lisboa, Portugal: Editora do Instituto de Investigação Científica Tropical, 2006.

FONSECA, Marcos Arthur Viana da. Anexas ou capitanias-gerais? Propostas de modificações espaço-jurisdicionais nas Capitanias do Norte (primeira metade do século XVIII). In: XIII Semana de História Política. 2018. Rio de Janeiro. *Anais*... Rio de Janeiro: 2018.

FONSECA, Marcos Arthur Viana da. "Faço preito e homenagem a Sua Majestade e a Vossa senhoria em suas mãos": A cerimônia de preito e ménage e as jurisdições nas Capitanias do Norte. *Mnemosine Revista*, Campina Grande, V. 10, Nº 2, p. 10-47, 2019.

FONSECA, Marcos Arthur Viana da. O regimento, as leis e o estilo: a jurisdição dos capitães-mores do Rio Grande entre a Bahia e Pernambuco (1690-1715). In: *VI Encontro Internacional de História Colonial*: Mundos coloniais comparados. Poder, fronteiras e identidades. 2016, Salvador.

FONSECA, Marcos Arthur Viana da. O sertão, os dízimos e a ajuda de custo: conflitos de jurisdição na capitania do Rio Grande (1735-1736). *Historien* (Petrolina) , v. 1, 2014.

FONSECA, Marcos Arthur Viana da. *Sob a sombra dos governadores de Pernambuco*? Jurisdição e administração dos capitães-mores da capitania do Rio Grande (1701-1750). 2018. 196f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

FORMIGA, Mayara Millena Moreira. *Nas veredas do sertão colonial*: o processo de conquista e a formação de elites locais no sertão de Piranhas e Piancó (Capitania da Parahyba

do Norte, c.1690-c.1772). 2013. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

FRAGOSO, João; GOUVÊA Maria de Fátima. Introdução. In:_____. *Na trama das redes:* política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima Silva. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII. *Tempo*, Niterói, v. 14, n. 27, p. 36-50, 2009.

FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima. Nas rotas da governação portuguesa: Rio de Janeiro e Costa da Mina, séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João, et al. *Nas rotas do império*: Eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: EDUFES, 2014.

GOMES, José Eudes. *As milícias d'el Rey*: Tropas militares e poder no Ceará setecentista. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2010.

GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e Açúcares*: política e economia na capitania da Paraíba -1585-1630. Bauru, SP: Edusc, 2007.

GOUVÊA, Maria de Fátima. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos:* A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680 – 1730. In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes*: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GUÉRIOS, Paulo Renato. O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. *Campos - Revista de Antropologia*, [S.l.], v. 12, n. 1, jun. 2011.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; FRAZAO, Gabriel Almeida; SANTOS, Marília Nogueira dos. Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735.*Topoi* (Rio J.**)**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 96-137, 2004

GREENE, Jack. *Negotiated Authorities*. Essays in Colonial Political and Constitutional History. Charlottesville and London: University Press of Virginia, 1994.

GUARDA, Maria Inês Godinho. *O governo de Bernardino de Távora de Sousa Tavares (1701-1702) em Angola*: o tráfico de escravos através das tramas portuguesas, africanas e luso-africanas. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012.

GUTIÉRREZ, Pablo Andrés Ortiz. *El estado en Sspaña colonial*: De monarquías compuestas a policentricas. In: Seminario teórico sobre el Estado Colonial – Heraclio Bonilla Mayta, Universidad Nacional de Colombia. [s.n.].

HESPANHA, António Manuel. *Às vésperas do Leviathan*: instituições e poder político em Portugal – século XVII. Coimbra: Editora Almedina, 1994.

HESPANHA, António Manuel. "*El Espacio político*". La gracia del Derecho. Economía de la cultura en la Edad Moderna. Madrid. Centro de Estudios Constitucionales, 1993.

KANTOR, Íris. Soberania e territorialidade colonial: Academia Real de História Portuguesa e a América portuguesa (1720). In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Org.). *Temas setecentistas*: governos e populações no Império português. Curitiba: UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, 2009.

KRAUSE, Thiago Nascimento. *Em busca da honra*: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641 1683). São Paulo: Annablume, 2012.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcisio. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte***.** Rio Grande do Norte: Edição do Instituto Históricos e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1980, V. 2.

LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'ávila. Governantes da Paraíba no Brasil colonial: uma revisão crítica da relação nominal e cronológica. João Pessoa: Edições Fotograf, 2017.

LISBOA, Breno Almeida Vaz. *Uma das principais dos domínios de Vossa Majestade*: Poder e Administração na capitania de Pernambuco durante o reinado de D.João V. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Niterói, 2017.

LISBOA, Breno Almeida Vaz. *Uma elite em crise* : a açucarocracia de Pernambuco e a Câmara Municipal de Olinda nas primeiras décadas do século XVIII. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

LOPES, Fátima Martins. Os indígenas aldeados da capitania do Rio Grande na primeira metade do século XVIII: terra e trabalho. In: MACEDO, Helder; SANTOS, Rosenilson (Orgs.). *Capitania do Rio Grande*. Histórias e colonização na América portuguesa. João Pessoa, Natal: Ideia Editora, EDUFRN, 2013.

LOPES, Gustavo Acioli. *Negócio da Costa da Mina e o Comércio Atlântico: tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco (1654-1760)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2008.

LOUREIRO, Marcello José Gomes, Iustitiam Dare. *A Gestão da Monarquia Pluricontinental:* Conselhos Superiores, pactos, articulações e o governo da monarquia pluricontinental portuguesa (1640-1668), tesis doctoral inédita, Paris-Rio de Janeiro, EHESS-PPGHISUFRJ, 2014.

LOUREIRO, Marcello José Gomes. *A gestão no labirinto:* Circulação de informações no Império Ultramarino português, formação de interesses e a construção da política lusa para o Prata (1640-1705). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2010.

MARQUES, Guida. “Por ser cabeça do Estado do Brasil”. As representações da cidade da Bahia no século XVII. In: SOUZA, Evergton Sales; MARQUES, Guida; SILVA, Hugo Ribeiro da (orgs.). *Salvador da Bahia*. Retratos duma cidade atlântica (século XVII-XIX). Lisboa/Salvador: Cham/EDUFBA, 2016.

MAZÍN, Oscar e IBÁÑEZ, José Javier Juiz. Estudio Introductorio. In: O. Mazin; J. J. Ruiz Ibañez. *Las índias ocidentalles*. Processos de incorporación a las monarquias ibéricas (siglos XVI a XVIII). El Colegio de Méxio: México, 2012.

MELO, Josemar Henrique. *A ideia de arquivo*: a secretaria de governo da capitania de Pernambuco (1687-1809). 2006. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2006.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Forças Militares no Brasil Colonial*. 1. ed. Rio de Janeiro: e-paper, 2009.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos:* nobres contra mascates, Pernambuco, 1666 – 1715. São Paulo: Editora 34, 3ª edição, 2012.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*: Guerra e açúcar no Nordeste 1630-1654. São Paulo: Editoria 34, 2007.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *João Fernandes Vieira, Mestre de Campo do Terço de Infantaria de Pernambuco.* 2ª ed. Lisboa: CEHEA, CNCDP, 2000.

MENEZES, Mozart Vergetti de. *Colonialismo em ação*: fiscalismo, economia e sociedade na Capitania da Paraíba (1647-1755). Tese (Doutorado em História Econômica), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MENEZES, Mozart Vergetti de. Jurisdição e poder nas Capitanias do Norte. *Saeculum.* João Pessoa, (UFPB), v. 14, 2006.

MENEZES, Mozart Vergetti de. Sonhar o Céu, padecer no Inferno: governo e sociedade na Paraíba do século XVIII. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de governar:* ideias e práticas políticas no Império Português (séculos XVI a XIX). São Paulo: Alameda, 2007.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. A guerra da aclamação. In: HESPANHA, António Manuel (Org). *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de governar*: ideias e práticas políticas no Império português (séculos XVI-XIX). São Paulo: Alameda, 2005.

Monteiro, Nuno Gonçalo, «*Identificação da política setecentista*. Notas sobre Portugal no início do período joanino», Análise Social, XXXV/157, 2001.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os governadores-gerais e vice-reis do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. IN: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo*

Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MORAIS, Ana Lunara da Silva. Conflitos pela posse de localidades pesqueiras da capitania do Rio Grande: Séculos XVII-XVII. *Revista em Perspectiva*, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 57-72, 2016.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferri. *Os ofícios superiores e inferiores da tropa paga (ou de 1ª linha) na capitania do Rio de Janeiro, 1640-1652*: lógica social, circulação e a governança da terra. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

NOGUEIRA, Gabriel Parente. *Viver à lei da nobreza:* elites locais e o processo de nobilitação nas capitanias do Siara Grande (1748 – 1804). Curitiba: Appris, 2017.

OLIVAL, Fernanda. Mercês, serviços e circuitos documentais no Império português. In: SANTOS, Maria Emília Madeira; LOBATO, Manuel. (Orgs.) *O domínio da distância*: comunicação e cartografia. Lisboa, Portugal: Editora do Instituto de Investigação Científica Tropical, 2006.

OLIVAL, Fernanda**.** *Ordens militares e o estado moderno*: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641 – 1789). Lisboa: Estar, 2001.

OLIVEIRA, Elza Regis de. *A Paraíba na crise do século XVIII*: subordinação e autonomia (1755-1799). 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2007.

OLIVEIRA, Leonardo Paiva de. *Capitães-mores das Capitanias do Norte*: perfis, trajetórias e hierarquias espaciais no Rio Grande e Ceará (1656-1755). 2018. 165f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

OLIVEIRA, Leonardo Alexandre de Siqueira. Redes de poder em governança do Brasil à Angola: administração e comércio de escravos no Atlântico Sul (Luís Cesar de Meneses - 1697 – 1701). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

PELEGRINO, Alexandre de Carvalho. *Donatários e poderes locais no Maranhão seiscentista* (1621-1701). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

PEREIRA, Elenize Trindade. *De capitania donatária à capitania régia*: o senhorio de João de Barros na "Terra dos Potiguara": século XVI. 2018. 159f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 21ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

PUNTONI, Pedro. A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2002.

PUNTONI, Pedro. *O Estado do Brasil:* poder e política na Bahia colonial (1548 - 1700). São Paulo: Alameda, 2014.

RAJ, Kapil. Conexões, cruzamentos, circulações: a passagem da cartografia britânica pela Índia, séculos XVII-XIX. In: *Cultura* [Online]. Volume 24, 2007.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas***:** monarcas, vassalos e governo a distância. São Paulo: Alameda, 2008.

RIBEIRO, M. S. Administração e hierarquias no Estado do Brasil: governadores do Rio de Janeiro, 1690-1763. In: Ribeiro, Mônica da Silva; Santos, Fabiano Vilaça. (Org.). *Impérios Ibéricos no Antigo Regime*: governo, agentes e dinâmicas políticas e territoriais (séculos XVI-XVIII). 1ed.Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

RIBEIRO, M. S. Manutenção da justiça, racionalidade administrativa e "razão de Estado" no Império luso, século XVIII: a gestão de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e centro-sul da América portuguesa. *Locus*: Revista de História, [S. l.], v. 24, n. 1, 2018.

RIBEIRO, M. S. O Rio de Janeiro como cabeça do centro-sul da América portuguesa, século XVIII: estratégias políticas e transformações socioeconômicas. *Locus*: Revista de História, [S. l.], v. 20, n. 1, 2014.

RIBEIRO, M. S. "*Se faz preciso misturar o agro com o doce*": a administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América portuguesa (1748-1763). Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2010.

ROCHA, Rafael Ale. *A elite militar no Estado do Maranhão*: poder, hierarquia e comunidades indígenas (século XVII). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituo de Ciências Humanas e Filosofia, 2013.

RODRIGUES, José Damião. A contribuição dos Açores para a construção do mundo Atlântico: cidades portuárias insulares. In: XXII Colóquio de História Canário-Americana, 2016, Espanha. *Anais*... Espanha, 2016.

RODRIGUES, José Damião. À espera da paz: negociações luso-espanholas e espaço cortesão na correspondência consular francesa. In: SANZ, Virgina León (Org.). *Europa y la monarquia de Felipe V*. Espanha: Ulzama, 2019.

ROLIM, Leonardo Cândido. *Tempo das carnes no Siará Grande*: dinâmica social, produção e comércio de carnes secas na Vila de Santa Cruz do Aracati (c.1690-c.1802). 2012. 245 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

ROMEIRO, Adriana. *Corrupção e poder*. Uma história, séculos XVI a XVIII. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Governantes e agentes. In: BETHENCOURT, F. e CHAUDHURI, K. (dir.). *História da expansão portuguesa*, vol. 3. Lisboa: Temas & Debates, 1998.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro,1500-1808. *Rev. bras. Hist*., São Paulo, v. 18, n. 36, p. 187-250, 1998.

SALVINO, Romulo Valle. D. Luís da Cunha e os correios portugueses: uma leitura de passagens das Instruções políticas e do Testamento político. *Em tempo de histórias*, v. 29, p. 58-77, 2016.

SALVINO, Romulo Valle. *Guerras de papel*: disputas e estratégias em torno da comunicação escrita na América portuguesa (c. 1650 – c. 1750). 2018. 427 f., il. Tese (Doutorado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SANTOS, Catarina Madeira. *Goa é a chave de toda a Índia*: Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570). Lisboa: CNCDP, 1999.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Capitães-mores no governo do Pará e do Maranhão: regimentos, jurisdição e conflitos (1669-1751). In: 30º Simpósio Nacional de História: História e o Futuro da Educação no Brasil, 2019, Recife. VILELA, Márcio Ananias Ferreira (org.). *Anais do 30° Simpósio Nacional de História* - História e o futuro da educação no Brasil. Recife: Associação Nacional de História - ANPUH-Brasil, 2019. v. 1. p. 1-13.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Da Paraíba ao Estado do Maranhão: trajetórias de governo na América portuguesa (séculos XVII-XVIII). *Revista de História* (USP), v. 161, p. 59-83, 2010.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Governadores e capitães-generais do Estado do Maranhão e Grão-Pará (1642-1701): apontamentos sobre qualidade social e trajetórias. In: SANTOS, Fabiano Vilaça dos; RIBEIRO, Mônica da Silva. (Org.*). Impérios Ibéricos no Antigo Regime*: governo, agentes e dinâmicas políticas e territoriais (séculos XVII-XVIII). 1ed.Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Governadores e capitães-generais do Estado do Maranhão e Grão-Pará e do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1702 a 1780): trajetórias comparadas. *REVISTA CRÍTICA HISTÓRICA*, v. 8, 2017.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O governo das conquistas do Norte*: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780). São Paulo: Annablume, 2011.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Os capitães-mores do Pará (1707-1737): trajetórias, governo e dinâmica administrativa no Estado do Maranhão. *Topoi (Online*): *revista de história*, v. 16, 2015.

SANTOS, Maria Emília Madeira; LOBATO, Manuel. (orgs.). *O domínio da distância*: comunicação e cartografia. Lisboa, Portugal: Editora do Instituto de Investigação Científica Tropical, 2006.

SANTOS, Marilia Nogueira dos. *Escrevendo cartas, governando o império*: a correspondência de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho no governo-geral do Brasil (1691-1693). 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2007.

SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial.* São Paulo: editora perspectiva, 1979.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal* – Volume V: A Restauração e a monarquia absoluta. Lisboa: Verbo, 1991.

SHILS, E. *Centro e Periferia*. Trad. José Hartuig de Freitas. Lisboa: Difel, 1992.

SILVA, Ana Cristina Nogueira da; HESPANHA, António Manuel. O quadro espacial. In: MATOSO, José. *História de Portugal*. O Antigo Regime. Portugal: Editorial Estampa, 1998.

SILVA, Ana Cristina Nogueira da. *O modelo espacial do Estado Moderno*: reorganização territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SILVA, Augusto da. *A ilha de Santa Catarina e sua terra firme:* território, administração e sociedade (1738 – 1807). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

SILVA, Bruno Cezar Santos da. *Entre defesa e ordem*: os corpos militares da Paraíba na trama da subordinação à capitania de Pernambuco (1755 1799). 2014. 204 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

SILVA, Daniel Afonso da. *O enigma da capital*: a mudança do vice-reinado para o Rio de Janeiro em 1763. 2012. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, Giovane Albino da. *A defesa do Império em tempo de reforma:* o exército português e a oficialidade militar na capita de Pernambuco, 1774-1800. 2020, 282f . Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. *Nas solidões vastas e assustadoras: a* conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: Cepe, 2010.

SILVA, Maria Julia de Oliveira e. *Fidalgos-mercadores no século XVIII*: Duarte Sodré Pereira. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1992.

SILVA, Rafael Ricarte da. *A capitania do Siará Grande nas dinâmicas do império português*: política sesmarial, guerra justa e formação de uma elite conquistadora (1679-1720). 2016. 264f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História Social, Fortaleza (CE), 2016.

SILVA, Thiago Rodrigues da. *Secretários de governo no centro Sul da américa portuguesa 1688-1750:* Burocracia, segredos e missões. 2013. 143 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências sociais e Filosofia, Niterói, 2013.

SILVA, Tyego Franklim da. A ribeira da discórdia: terras, homens e relações de poder na territorialização do Assu colonial (1680-1720). 2015. 176f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SIQUEIRA, Luiz. *Homens de Mando e de guerra:* capitães mores em Sergipe del Rey (1648-1743). 2016. 300 f. (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, 2016.

SOARES, Carolina Esteves. *A (re)construção do diálogo entre Portugal e Castela.* Propósitos e contratempos da diplomacia portuguesa em Madrid (1668-1686). 2015. Dissertação (mestrado em História) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra*: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

SOUZA, Leandro Nascimento de. *Uma experiência pernambucana em Angola* : o governo de João Fernandes Vieira, 1658 a 1661. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes. *O Desembargo do Paço* (1750-1833). Lisboa: Universidade Autônoma de Lisboa, 1996.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Rev. Adm. Pública*. Rio de Janeiro , v. 40, n. 1, 2006.

VAQUINHAS, Nelson. *Da comunicação ao sistema de informação:* o Santo ofício e o Algarve (1700-1750). Nouvelle édition [en ligne]. Évora: Publicações do Cidehus, 2010.

VITTU, Jean-Pierre. Instruments of political information in France. In: BARON, Sabrina A. *The politics of information in Early Modern Europe*. London: Taylor and Francis e-library, 2005.

FONTES

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino

Bahia

CERTIDÃO (cópia) de José Pires de Carvalho e Albuquerque atestando o registo da ordem que determina a importância do secretário do estado e guerra na hierarquia administrativa do Brasil. AHU- BA (Avulsos), Cx. 2, D. 189.

Ceará

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João VI], sobre nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor do Ceará. Resolução régia a nomear João Tavares de Almeida. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 21.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Ceará, que vagou por falecimento de Jorge Correia da Silva. Resolução régia a nomear Sebastião de Sá. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 24.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor do Ceará. Resolução régia a nomear Bento de Macedo de Faria. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 25.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Ceará. Resolução régia a nomear Sebastião de Sá. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 28.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Ceará. Resolução régia a nomear Tomás Cabral de Olival. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 30.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Ceará. Resolução régia a nomear Pedro Lelou. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 32.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Afonso VI] sobre a necessidade de nomeação de desembargadores fiscais para examinarem com maior brevidade os papéis de serviços dos pretendentes a postos e mercês, visto os actuais desembargadores terem muitas ocupações. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 36.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre nomeação de pessoas para ocupar o posto de capitão-mor do Ceará. Resolução régia a nomear Fernão Carrilho.
AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 42.
CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Ceará. Resolução régia a nomear Jorge de Barros Leite. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 44.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor do Ceará. Resolução régia a nomear Gabriel da Silva Lagos. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 50.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V], sobre as cartas do desembargador Cristóvão Soares Reimão em que se queixa da revista que se fez aos seus oficiais na diligência da medição das terras de Jaguaribe, bem como do procedimento do capitão-mor do Ceará, Gabriel da Silva Lago, para com ele. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 57.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V], sobre nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Ceará. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 80.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V], sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Ceará. Resolução régia a nomear Leonel de Abreu e Lima. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 2, D. 100.

CARTA do ouvidor do Ceará, Antonio Loureiro Medeiros, ao rei [D. João V] acerca da situação de desmando e criminalidade na referida capitania, fomentada pelo capitão-mor Leonel de Abreu. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 2, D. 132.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V], sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Ceará. Resolução régia a nomear Domingos Simões Jordão. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 3, D. 153.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V], sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Ceará. Resolução régia a nomear Francisco Ximenes de Aragão. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 3, D. 196.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V], sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Ceará. Resolução régia a nomear João de Teive Barreto. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 3, D. 212.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V], sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Ceará: Resolução régia a nomear Francisco da Costa. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 4, D. 262.

REQUERIMENTO do capitão-mor do Ceará, Francisco de Miranda Costa, ao rei [D. João V], em que pede o mesmo ordenado que vencia como capitão-mor de Sergipe de El Rei. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 4, D. 279.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V], sobre a ajuda de custo que pedem João de Teive Barreto e Meneses e Francisco da Costa, ex- e atual capitão-mor do Ceará, respectivamente. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 4. D. 281.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. José I], sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Ceará. Resolução régia a nomear Luís Quaresma Dourado. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 5. D. 339.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. José I], sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Ceará. Resolução régia a nomear Francisco Xavier de Miranda Henriques. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 6. D. 392.

MAPA do estado da Fazenda Real do Ceará e suas execuções desde 1725. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 7, D. 444.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D.José I], sobre o requerimento de João Baltasar de Quesedo Homem de Magalhães, que fôra nomeado capitão-mor do Ceará, em que pede patente de coronel ad honorem ou sargento-mor vivo, agregado a qualquer um dos Regimentos da Marinha ou Corte. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 7, D. 447.

PARECER do Conselho Ultramarino sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Ceará. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 8, D. 495.

REQUERIMENTO de, João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri, nomeado capitão-mor do Ceará, à rainha [D. Maria I], a pedir ajuda de custo para transportar-se para a dita capitania. AHU–CE, Papéis Avulsos, Cx. 09, D. 586.

OFÍCIO do capitão-mor do Ceará, João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri, ao [secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as necessidades de abastecimento pelas quais passa a capitania em virtude de os moradores se recusarem a plantar a mandioca, limitando-se à criação de gado. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 9, D. 590.

OFÍCIO do capitão-mor do Ceará, João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri, ao [secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], encaminhando um relatório geral sobre a capitania. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 9, D. 591.

CARTA do [governador do Ceará], Bernardo Manuel de Vasconcelos, ao [secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho], em que descreve pormenorizadamente a referida capitania em aspectos relativos à população, agricultura e comércio. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 13, D. 745.

Espírito Santo

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V sobre o pedido do Capitão-Mor, Domingos de Moraes Navarro para receber ajuda de custo. AHU-ES, Papéis Avulsos, Cx. 03, D. 222.

Minas Gerais

REQUERIMENTO de Matias do Amaral e Veiga, secretário do governo das Minas, solicitando a D. João V a mercê de ordenar que se lhe pague o seu ordenado desde o dia do seu embarque para a referida Capitania. AHU-MG, Papéis Avulsos, Cx. 23, D. 13.

Paraíba

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. Afonso VI, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor da Paraíba. AHU-PB, Cx. 1, D. 48.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. Afonso VI, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor da Paraíba. AHU-PB, Cx. 1, D. 62.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. Pedro II, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor da Paraíba. AHU-PB, Cx. 1, D. 70.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao príncipe regente D. Pedro, sobre o que respondeu Inácio Coelho da Silva acerca da ordem para ir servir o cargo de capitão-mor da Paraíba em que está provido. AHU-PB, Cx. 1, D. 73.

CARTA do capitão-mor da Paraíba, Luís Nunes de Carvalho, ao príncipe regente D. Pedro, sobre a administração da Justiça e da Fazenda Real, do poder e conduta dos ricos da capitania, da prisão de [Gabriel Mendonça Furtado e António Cardoso de Carvalho], e da inação do vice-rei do Estado do Brasil e dos ministros da corte de Lisboa, particularmente do conselheiro do Conselho Ultramarino, Feliciano Dourado. AHU-PB, Cx. 1, D. 75.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao príncipe regente D. Pedro, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor da Paraíba. AHU-PB, Cx. 1, D. 87.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao príncipe regente D. Pedro, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor da Paraíba. AHU-PB, Cx. 2, D. 104.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao príncipe regente D. Pedro, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor da Paraíba. AHU-PB, Cx. 2, D. 120.

CARTA do provedor da Fazenda Real da Paraíba, Salvador Quaresma Dourado, ao príncipe regente [D. Pedro], sobre o capitão-mor Alexandre de Sousa e Azevedo ter mandado tomar peças de artilharia do Forte Velho e munições do forte do Cabedelo, e os metido em um navio de seu interesse. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 2, D. 121.

CARTA do juiz ordinário da Paraíba, António de Sousa Figueiroa, ao rei [D. Pedro II], sobre a forma como o ouvidor-geral de Pernambuco, Dionísio de Ávila Vareiro, tirou residência a Alexandre de Sousa de Azevedo, do tempo que serviu como capitão-mor da Paraíba, de que remete treslado do auto de testemunhas. AHU-PB, Cx. 2, D. 133.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. Pedro II, sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor da Paraíba. AHU-PB, Cx. 2, D. 137.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. Pedro II, sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor da Paraíba. AHU-PB, Cx. 3, D. 195.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. Pedro II, sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor da Paraíba. AHU-PB, Cx. 3, D. 202.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. Pedro II, sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor da Paraíba. AHU-PB, Cx. 3, D. 223.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. Pedro II, sobre a carta dos oficiais da Câmara da Paraíba acerca do mau procedimento do capitão-mor, António da Silva Barbosa, no governo da capitania. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 2, D. 139.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. Pedro II, sobre o requerimento de Agostinho César de Andrade, opositor ao posto de capitão-mor da Paraíba, solicitando que seja suprida a falta de residência do tempo que foi capitão-mor do Rio Grande. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 3, D. 229.

CARTA do capitão-mor da Paraíba, João da Maia da Gama, ao rei [D. João V], sobre os prejuízos com a seca de 1710 a 1712 e de como procedeu à arrematação do açúcar neste ano. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 4, D. 329.

REQUERIMENTO (cópia) do capitão-mor da Paraíba, João da Maia da Gama, ao rei [D. João V], solicitando para sair do governo da capitania e promovê-lo no governo do Rio de Janeiro ou das Minas Gerais. AHU-PB, Cx. 4, D. 335.

CARTA do capitão-mor da Paraíba, João da Maia da Gama, ao rei [D. João V], sobre a informação do provedor da Fazenda Real de que havia cobrado dos oficiais da Câmara três mil cruzados do seu ordenado, desde o dia em que tomou posse da capitania, como venciam seus antecessores. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 5, D. 342.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre a representação do capitão-mor da Paraíba, João da Maia da Gama, solicitando quatro mil cruzados de ajuda de custo, pelas diligências que fez para evitar a sublevação da capitania e de Pernambuco. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 5, D. 344.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor da Paraíba. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 5, D. 346.

REQUERIMENTO de João da Maia da Gama, ao rei [D. João V], solicitando provisão para que todo seu açúcar, que tiver na Paraíba, possa navegar livremente para Pernambuco. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 5, D. 372.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V sobre o requerimento do capitão-mor nomeado para a Paraíba, João de Abreu de Castel Branco, solicitando mandar acrescentar o seu soldo da mesma forma que fez com todos os governadores das mais conquistas. AHU-Paraíba, Papéis Avulsos, Cx. 5, D. 380.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre o requerimento do capitão-mor nomeado para a Paraíba, João de Abreu Castel Branco, solicitando que se prorrogue até a segunda frota para poder ir governar a capitania ou dar-lhe três mil cruzados por empréstimo do seu soldo. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx.5, D. 381.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre a carta do [capitão-mor da Paraíba], João de Abreu Castel Branco, acerca do comércio dos moradores da capitania e aumento da Fazenda Real, através do açúcar e escravos. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 5, D. 392.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor da Paraíba. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 6, D. 499.

CARTA do [capitão-mor da Paraíba], João de Abreu Castel Branco, ao rei [D. João V], sobre a determinação para se arrematar o contrato dos dízimos reais da capitania na corte e informando ser possível passar a renda do contrato por dez mil cruzados. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 6, D. 538.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor da Paraíba. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 9, D. 730.
CARTA do provedor da Fazenda Real da Paraíba, Jorge Salter de Mendonça, ao rei [D. João V], remetendo relação, em anexo, de todos o rendimento e despesa da capitania. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 9, D. 749.

CARTA do capitão-mor da Paraíba, Pedro Monteiro de Macedo, ao rei [D. João V], sobre o empréstimo que recebeu da Coroa, de quatrocentos e oitenta mil réis, para a capitania, e a dificuldade em honrar o compromisso, devido à falta de moedas de ouro, por não ser essa cidade terra de negócio, e em razão da grande seca, não virem mineiros comprar cavalos. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx.10, D. 796.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor da Paraíba. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 11, D. 877.
CARTA do capitão-mor da Paraíba, Pedro Monteiro de Macedo, ao rei [D. João V], remetendo a relação dos rendimentos da Fazenda Real da Paraíba, de 1739 a 1741. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 11, D. 939.

REQUERIMENTO do mestre-de-campo, António Borges da Fonseca, ao rei [D.João V], solicitando nomeação para o posto de capitão- mor da Paraíba. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx.12, D. 1010.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor da Paraíba. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 12, D. 1037.

CARTA dos oficiais da Câmara da Paraíba, ao rei [D. João V], sobre a péssima notícia da Paraíba ficar subordinada à capitania de Pernambuco e as implicações que poderão advir. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 13, D. 1084.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre o requerimento de António Borges da Fonseca, em que solicita autorização para fazer homenagem ao governador de Pernambuco, pois é lá que se encontra e por isso não o pode fazer ao monarca, como reconhecimento por ter sido nomeado para o governo da Paraíba. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 13, D. 1102.

CARTA do [capitão-mor da Paraíba], António Borges da Fonseca, ao rei [D. João V], sobre a sua posse e a homenagem que prestou ao governador de Pernambuco. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 14, D. 1134.

RELAÇÃO de todos os papéis de serviço de pretendentes, enviados ao Conselho Ultramarino, na frota de 1747. AHU-PB, Cx. 15, D. 1230.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor da Paraíba. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 15, D. 1288.
CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. José I, sobre o requerimento de Luís António de Lemos de Brito, solicitando a patente de coronel para governar a Paraíba. AHU-PB, Cx. 16, D. 1361.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. José I, sobre a carta do governador e coronel da Paraíba, Luís António de Lemos de Brito, remetendo a receita e despesa da Fazenda Real e apontando os meios de tornar útil a capitania. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 18, D. 1454.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. José I, sobre a carta do governador e coronel da Paraíba, Luís António de Lemos de Brito, informando que a Provedoria da Fazenda Real de Pernambuco não cumpriu o precatório que passou para remeter os vinte mil cruzados à capitania. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 18, D. 1462.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. José I, sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor da Paraíba. AHU-PB, Cx. 19, D. 1508.

CARTA do [capitão-mor da Paraíba], José Henriques de Carvalho, ao rei [D. José I], sobre o seu envio à capitania pelo governador e capitão-general de Pernambuco, [Luís Diogo Lobo da Silva], para ocupar interinamente o posto de capitão-mor. AHU-PB, Cx. 20, D. 1545.

PARECER do Conselho Ultramarino sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor da Paraíba, por três anos. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 22, D. 1661.

DECRETO do rei D. José I, nomeando Francisco Xavier de Miranda Henriques capitão-mor da Paraíba, por três anos. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 20, D. 1548.

DECRETO do rei D. José I, nomeando Jerónimo José de Melo e Castro no cargo de governador e coronel da Paraíba. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 22, D. 1701.

CARTA do provedor da Fazenda Real da Paraíba, Manuel Rodrigues Coelho, ao rei [D. José I], remetendo a relação anual do rendimento e despesa da Provedoria da Fazenda Real, referente a agosto de 1764 a julho de 1765. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 23, D. 1774.

CONTRATOS da Paraíba e Ilha de Itamaracá; contratos na capitania da Paraíba: do subsídio do açúcar (1759 – 1765), do subsídio das carnes (1756 – 1759), dos dízimos reais (1752 – 1768); e na capitania de Itamaracá: do subsídio do tabaco e açúcar (1756), dos dízimos reais (1758), subsídio das carnes de Goiana (1761). AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 24, D. 1845.

OFÍCIO do [governador da Paraíba, brigadeiro] Jerónimo José de Melo e Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro (seu primo), enviando congratulações por ter notícia de que foi promovido a secretário de estado da repartição da Marinha. AHU-PB, Cx. 24, D. 1881.

OFÍCIO do [governador da Paraíba], brigadeiro Jerónimo José de Melo e Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as diferenças com o governador e capitão-general de Pernambuco, José César de Meneses, acerca da jurisdição, dignidade, soldo do seu cargo. Anexo: 6 docs. AHU-Paraíba, Papéis Avulsos, Cx. 25, D. 1963.

OFÍCIO do [governador da Paraíba], brigadeiro Jerónimo José de Melo e Castro, ao [ministro assistente ao despacho e secretário de estado dos Negócios do Reino], marquês de Pombal [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre a promessa de que, ao final dos três anos, lhe despacharia do governo. AHU-PB, Papéis Avulsos, Cx. 25, D. 1984.

OFÍCIO do [governador da Paraíba], coronel Jerónimo José de Melo e Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, informando do vexame e consternações que sofreu, com a notícia de que, em um dos seus despachos, havia se intitulado de marechal. AHU-PB, Cx. 31, D. 2255.

OFÍCIO do [governador da Paraíba], Fernando Delgado Freire de Castilho, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, informando das consequências das secas de 1791, 1792 e 1793, que arrasaram as plantações e mataram gados e escravos; e queixando-se de Pernambuco sufocar o comércio da Paraíba; publica edital, para se fazer o comércio direto com o Reino. AHU-PB, Cx. 33, D. 2428.

CARTA do [governador da Paraíba], Fernando Delgado Freire de Castilho, à rainha [D. Maria I], sobre as potencialidades da capitania e das desvantagens para a Fazenda Real da subordinação da Paraíba a Pernambuco; e remetendo mapa da conta corrente do rendimento e despesa da Provedoria da Paraíba, nos anos de 1795 a 1797. AHU-PB, Cx. 34, D. 2473.

Pernambuco

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV, sobre a forma do governo político da capitania de Pernambuco. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 6, Doc. 466.

CONSULTA do Conselho Ultramarino à rainha regente D. Luísa de Gusmão, sobre o requerimento do [governador da capitania de Pernambuco], André Vidal de Negreiros, em que pede ser conservado no governo até o fim do mandato do governador do Reino de Angola, João Fernandes Vieira. AHU-PE, Cx. 7, D. 620.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Afonso VI, sobre requerimento do governador nomeado para servir na capitania de Pernambuco, Jerônimo de Mendonça Furtado, pedindo ajuda de custo. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 8, D. 724.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro, sobre nomeação de pessoas para ocupar o cargo de governador da capitania de Pernambuco. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 9, D. 882.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro, sobre o requerimento do governador nomeado da capitania de Pernambuco, Fernão de Sousa Coutinho, pedindo para seu soldo ser acrescentado. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 9, D. 898.

Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro, sobre o requerimento do governador nomeado da capitania de Pernambuco, Fernão de Sousa Coutinho, pedindo para seu soldo ser acrescentado. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 9, Doc. 898.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre o requerimento do padre José de Brito, como procurador do seu irmão Alexandre de Sousa que é capitão-mor da Paraíba, para que o sucessor nomeado para a Paraíba, Antônio da Silva Barbosa, possa dar pleito e

homenagem nas mãos do governador da capitania de Pernambuco, [D. João de Sousa de Castro], e não ter que se transportar à Bahia para tal efeito. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 13, D. 1280.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre o requerimento do governador nomeado à capitania de Pernambuco, Fernão Cabral, pedindo provisão para se pagar sua ajuda de custo na dita capitania. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 14, D. 1442.
CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre nomeação de pessoas para ocupar o cargo de governador da capitania de Pernambuco. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 15, D. 1484

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre a resposta do doutor Diogo Marchado Temudo, acerca dos meios para evitar falsidades nos papéis de serviços dos pretendentes às conquistas. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 15, D. 1500.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre nomeação de pessoas para o Governo da capitania de Pernambuco. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 16, D. 1587.

CARTA do governador da capitania de Pernambuco, Caetano de Melo de Castro, ao rei [D. Pedro II], sobre a importância econômica da produção da aguardente no Brasil e a utilidade desta para os negócios dos senhores de engenho. AHU-PE, Cx. 16, D. 1616.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre o requerimento do capitão de Infantaria de um dos três Terços pagos da capitania de Pernambuco, Manoel Pinto, pedindo aceitação de seus papéis de serviço sem apuração do Governo e Ouvidoria da dita capitania. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 17, D. 1729.

CONSULTA do Conselho Ultramarino à princesa regente D. Catarina sobre nomeação de pessoas para ocupar o posto de governador da capitania de Pernambuco. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 21, D. 1997.

CARTA do [provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco], João do Rego Barros, ao rei [D. João V], sobre o envio das relações das caixas [de açúcar] que se venderam por conta dos contratos dos dízimos reais e das não recebidas e, também, do envio da relação do rendimento dos contratos da dita capitania, referente ao tempo do almoxarife Cosme Pereira Façanha. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 24, D. 2163.

CARTA (2ª via) do [governador da capitania de Pernambuco], Félix José Machado [de Mendonça Eça Castro e Vasconcelos], ao rei [D. João V], sobre as desordens que encontrou na secretaria daquela capitania onde os livros não se acham numerados, rubricados, nem com encerramento na forma do estilo. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 26, D. 2362.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre o pedido de Teresa Colaço de Oliveira, para que se dispense as dúvidas postas pelo fiscal nos papéis de serviços de seu pai, Antônio Rodrigues Colaço, visto terem sidos examinados pelo governo da capitania de Pernambuco. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 27, D. 2429.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre nomeação de pessoas para ocupar o governo da capitania de Pernambuco, por tempo de três anos. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 29, D. 2589.

Requerimento do [nomeado] governador da capitania de Pernambuco, D. Manoel Rolim de Moura, ao rei [D. João V], pedindo acréscimo em seu soldo e uma ajuda de custo. AHU-PE, Papeis Avulsos, Cx. 29, Doc. 2626.

CARTA do provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco, João do Rego Barros, ao rei [D. João V], remetendo as relações dos subsídios dos dízimos reais e dos produtos do seu rendimento. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 32, D. 2885.

CARTA do provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco, João do Rego Barros, ao rei [D. João V], remetendo a relação da receita e despesa da Fazenda Real e o rendimento de todos os contratos. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 32, D. 2958.

CARTA do provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco, João do Rego Barros, remetendo relação dos rendimentos dos contratos, dízimos e pensões arrematados pela provedoria da dita capitania e de Itamaracá. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 32, D. 2969.

CARTA do provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco, João do Rego Barros, ao rei [D. João V], sobre o conhecimento do pagamento do rendimento da dízima da alfândega, por oito anos, recolhido pelo tesoureiro João de Oliveira Godim no cofre da nau de comboio de que é capitão João Alves Barracas. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 34, D. 3150.

CARTA do provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco, João do Rego Barros, ao rei [D. João V], remetendo relação do rendimento dos contratos e rendas reais administrados por esta provedoria. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 34, D. 3158.

REQUERIMENTO do governador da capitania de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira Tibão, ao rei [D. João V], pedindo ajuda de custo e acrescentamento de soldo. Anexos: 4 docs. AHU_CU_015, Cx. 35, D. 3228. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 35, D. 3228.

CARTA do provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco, João do Rego Barros, ao rei [D. João V], remetendo a relação da receita das rendas reais, dos contratos que administra a Provedoria e despesas com o produto deles. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 39, D. 3510

CARTA do [governador da capitania de Pernambuco], Duarte Sodré Pereira Tibão, ao rei [D. João V], sobre os vinte mil cruzados que remete anualmente dos dízimos da Alfândega da capitania de Pernambuco para despesa com a guarnição e obras da fortaleza de Cabedelo, na Paraíba, e que julga poderiam ter outra aplicação mais útil. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 41, D. 3670.

DESPACHO do Conselho Ultramarino sobre as contas do governador da capitania de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira Tibão, acerca da conveniência de anexar-se o governo da Paraíba àquele governo, e do capitão-mor da Paraíba, Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, que pede para agregar à sua jurisdição as capitanias do Rio Grande, Ceará e Itamaracá. AHU-PE, Avulsos, Cx. 41, D. 3705.

CARTA ao rei [D. João V], sobre os motivos da ruína dos povos e comércio da capitania de Pernambuco, sugerindo algumas soluções para o aumento do comércio, da produção, do tráfico

negreiro para com o Brasil, enviando parecer acerca da extração de ouro e diamantes. AHU-PE, Cx. 42, D. 3767.

OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], Duarte Sodré Pereira Tibão, ao [secretário de estado], Diogo de Mendonça Corte Real, sobre a safra que transporta a frota vinda do Reino, as notícias da frota da Bahia e informando o estado de D. Lourenço de Almeida que se encontra no Rio de Janeiro. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 42, D. 3779.

CARTA do provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco, João do Rego Barros, ao rei [D. João V], remetendo a relação do rendimento dos contratos e rendas reais, administrados pela Provedoria, e das despesas que se fazem com o seu produto. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 44, D. 3994.

CARTA dos oficiais da Câmara ao rei [D. João V], sobre a falta de escravos para os engenhos de açúcar. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 47, D. 4194.
CARTA do [provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco], João do Rego Barros, a Bernardo Félix (oficial papelista) da Silva pedindo colaboração para o seu procurador em Lisboa, Manoel Batista Maciel, que está tratando de documentos no Conselho Ultramarino. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 47, D. 4211.

CARTA de Manoel Alvares de Moraes Navarro, a Bernardo Félix da Silva, remetendo certidões para o bom andamento de seu requerimento AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 47, D. 4229.

REQUERIMENTO do governador da capitania de Pernambuco, Henrique Luís Pereira Freire de Andrada, ao rei [D. João V], pedindo provisão de vencimento do seu soldo, por ajuda de custo, desde o dia do embarque, por mais vias, uma vez que a primeira se desencaminhou. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 53, D. 4343.

CARTA (2ª via) do [oficial da Provedoria da Fazenda Real da capitania de Itamaracá], Antônio Daun [..], ao rei [D. João V], informando o montante dos rendimentos dos contratos dos dízimos reais, do tabaco e do açúcar, nos últimos três anos e do cumprimento da ordem para os pôr em nova arrematação. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 49, D. 4376.

REQUERIMENTO do governador nomeado para capitania de Pernambuco, Henrique Luís Pereira Freire [de Andrada], ao rei [D. João V], pedindo ajuda de custo para tomar posse do cargo. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 51, D. 4479.

REQUERIMENTO do [governador da capitania de Pernambuco], Henrique Luís Pereira Freire de Andrada, ao rei [D. João V], pedindo aumento de soldo e quantias extras referentes ao frete e matalotagem de sua embarcação AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 53, D. 4614.

CARTA do provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco, Francisco do Rego Barros, ao rei [D. João V], remetendo relações do rendimento dos contratos e despesas da dita capitania e da receita e despesa do rendimento da Alfândega. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 59, D. 5065.

CARTA do provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco, Francisco do Rego Barros, ao rei [D. João V], sobre remessa de relação dos rendimentos dos contratos e despesas dessa capitania. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 66, D. 5595.

DESPACHO do [governador da capitania de Pernambuco, conde dos Arcos], D. Marcos de Noronha e Brito, ao provedor da Fazenda Real da dita capitania, [Francisco do Rego Barros], ordenando que passe a relação dos rendimentos e despesas da Fazenda Real. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 69, D. 5858.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. José I, sobre a carta do governador da capitania de Pernambuco, [Luís Diogo Lobo da Silva], acerca dos rendimentos da Provedoria Real da dita capitania. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 82, D. 6820.

OFÍCIO (1ª via) do [governador da capitania de Pernambuco], conde de Vila Flor e copeiro-mor, [Antônio de Sousa Manoel de Meneses], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado], enviando conhecimentos referentes ao pau-brasil, informando as arrematações dos contratos da capitania de Itamaracá e os rendimentos da Fazenda Real da dita capitania. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 101, D. 7866.

OFÍCIO do provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco, João do Rego Barros, enviando o rendimento e as despesas que teve a Fazenda Real com aquela Provedoria. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 104, D. 8090.

OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], conde de Povolide, [Luís José da Cunha Grã Ataíde e Melo], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a situação dos rendimentos da Fazenda Real e dos contratos dos subsídios das carnes e dos couros. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 105, D. 8179.

REQUERIMENTO do governador da capitania de Pernambuco, José César de Meneses, ao rei [D. José I], pedindo provisões de estilo a fim de receber seu soldo desde o dia do embarque. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 118. D. 8991.

PORTARIA do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ordenando que se passe certidão dos Rendimentos da Fazenda Real no ano de 1774. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 148, D. 10807.

REQUERIMENTO de José Antônio Fernandes à rainha [D. Maria I], pedindo confirmação da patente no posto de capitão das Ordenanças da freguesia de Muribeca, por falecimento de Bento Rodrigues Chaves e Melo. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 182, D. 12656.

REQUERIMENTO do capitão da Marinha da cidade de Olinda, Francisco Antônio de Sousa, à rainha [D. Maria I], pedindo a confirmação da carta patente. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 191, D. 13210.

Rio Grande do Norte

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Afonso VI, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor da Capitania do Rio Grande do Norte. Resolução a nomear António de Barros Rego, a 4 de Maio de 1667, por três anos. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 09.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro sobre requerimento do capitão-mor do Rio Grande do Norte, António de Barros Rego, pedindo para prestar homenagem ao governador de Pernambuco, [Bernardo de Miranda Henriques], e não ao

governador-geral do Brasil, na Baía, dada a proximidade daquelas duas capitanias. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 11.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor da Capitania do Rio Grande do Norte. Resolução a nomear António Vaz [Gondim] a 17 de Março de 1672, por três anos. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 13.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor da Capitania do Rio Grande do Norte. Resolução a nomear Francisco Pereira Guimarães, a 15 de Maio de 1676. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 16.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor do Rio Grande do Norte. Resolução a nomear Pascoal Gonçalves de Carvalho, por três anos, a 26 de Setembro de 1684. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 21.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre requerimento do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Pascoal Gonçalves de Carvalho, pedindo autorização para prestar preito e homenagem ao governador de Pernambuco e não ao vice-rei do Estado do Brasil, devido à grande distância da Baía. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 23.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor do Rio Grande do Norte. Resolução a nomear Gaspar de Sousa de Andrade, a 6 de Agosto de 1688. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 28.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor do Rio Grande do Norte, por falecimento de Gaspar de Sousa de Andrade. Resolução a nomear Sebastião Pimentel, por três anos, a 19 de Dezembro de 1691. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 28.

REQUERIMENTO do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Bernardo Vieira de Melo, ao rei [D. Pedro II] pedindo para prestar homenagem ao governador de Pernambuco, e não ao governador-geral, na Baía. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 38.

CARTA do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Bernardo Vieira de Melo, ao rei [D. Pedro II] sobre decisão dos oficias da Câmara e moradores de Natal de se fazer um presídio no sertão do Açu, que seria sustentado por seis meses pelas farinhas dadas pelos moradores. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 42.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre relatório do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Bernardo Vieira de Melo, acerca da construção de um presídio na Ribeira do Açu e a forma de se pagar os gastos feitos na capitania com a Guerra dos Bárbaros. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 45.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor do Rio Grande do Norte. Resolução a nomear Sebastião Nunes Colares, a 12 de Setembro de 1703. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 58.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor do Rio Grande do Norte. Foi nomeado Domingos Amado, por resolução de 6 de Junho de 1714. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 77.

REQUERIMENTO do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Luís Ferreira Freire, ao rei [D. João V] pedindo prorrogação por mais um ano do cargo de capitão-mor, para dar continuidade a uma experiência com a cultura do linho cânhamo nativo. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 86.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor do Rio Grande do Norte, por 3 anos. Resolução a nomear José Pereira da Fonseca, a 20 de Janeiro de 1721. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 88.

REQUERIMENTO do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Domingos de Morais Navarro, ao rei [D. João V] pedindo para se lhe acrescentar o soldo, conforme se mandou acrescentar ao capitão-mor do Ceará. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 2, D 125.

CARTA do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], José Pereira da Fonseca, ao rei [D. João V] sobre o seu baixo soldo e pouco rendimento, e pedindo que o seu pedido de aumento seja revisto. AHU-RN, Cx. 2, D. 127.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor do Rio Grande do Norte, por 3 anos. Resolução a nomear João de Barros Braga, a 5 de Maio de 1730. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 2, D 148.

CARTA do [provedor da Fazenda Real do Rio Grande do Norte], Domingos da Silveira, ao rei [D. João V] sobre a arrematação dos dízimos da Capitania do Rio Grande do Norte. Anexo: provisões (3, cópias); edital do provedor da Fazenda Real do Rio Grande do Norte, Domingos da Silveira (cópia) e certidão do rendimento dos dízimos reais da capitania desde 1661 até 1732. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 2, D. 156.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre cartas do provedor da Fazenda Real, Domingos da Silveira, e do capitão-mor do Rio Grande do Norte, João de Barros Braga, acerca do acrescentamento do soldo do capitão-mor. AHU-RN, Papeis Avulsos, Cx. 3, Doc. 170.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre cartas do provedor da Fazenda Real Domingos da Silveira e do capitão-mor do Rio Grande do Norte, João de Barros Braga, em que expõem as razões para se não poderem arrematar os dízimos da capitania com pagamentos a quartéis sem prejuízo grave da Fazenda Real. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 3, D. 172.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor do Rio Grande do Norte. Resolução a nomear João de Teive Barreto e Meneses, a 14 de Março de 1734. . AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 3, D. 190.

CARTA do provedor da Fazenda Real do Rio Grande do Norte, Timóteo de Brito Quinteiro, ao rei [D. João V] acerca do pedido do capitão-mor João de Teive Barreto e Meneses, para que a Provedoria lhe pague ajudas de custo por ter ido assistir às arrematações dos dízimos das Ribeiras do Açu e Apodi. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 3, D. 211.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor do Rio Grande do Norte. Resolução a nomear Francisco Xavier de Miranda Henriques, a 6 de Abril de 1739. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 4, D. 253.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre requerimento do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Francisco Xavier de Miranda Henriques, pedindo ajuda de custo para poder ir assumir o cargo. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 4, D. 255.

CARTA do Senado da Câmara de Natal ao rei [D. João V] pedindo que se torne a anexar a Capitania do Rio Grande do Norte ao governo geral da Baía, por causa da constante sujeição à Capitania de Pernambuco, que prejudica as rendas da Fazenda Real e dos moradores. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 5, D. 326.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. José, sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Rio Grande do Norte, por três anos. Resolução a nomear Pedro de Albuquerque e Melo, a 10 de Novembro de 1750. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 6, D. 348.

CARTA do provedor interino da Fazenda Real do Rio Grande do Norte, Manuel Teixeira de Morais, ao rei [D. José] sobre a arrematação do contrato dos dízimos reais e do gado do vento, do ano de 1761. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 7, D. 430.

CONSULTA do Conselho Ultramarino à rainha [D. Maria I] sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Rio Grande do Norte que está vago desde o falecimento de Joaquim Félix de Lima, em 1774. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 7, D. 459.

OFÍCIO do sargento-mor e governador interino do Rio Grande do Norte Caetano da Silva Sanches, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, sobre o estado da capitania à data da sua posse; epidemia de bexigas; escassez de carne, farinha e peixe; falta de militares e armamento; dando conta das providências tomadas, nomeadamente a arrematação do contrato das carnes e queixando-se da falta de jurisdição e autoridade para prover oficiais de justiça e fazenda e passar patentes e cartas de sesmaria. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 8, D. 483.

OFÍCIO do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], Caetano da Silva Sanches, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, conde de Linhares], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, enviando relação das barras e enseadas existentes no Rio Grande do Norte, como foi ordenado, para que se pudesse estudar formas de animar o comércio directo entre o reino e a capitania. AHU-RN, Cx. 8, D. 503.

OFÍCIO do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], Caetano da Silva Sanches, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo uma carta para a rainha [D. Maria I] pedindo a separação administrativa da Capitania do Rio Grande do Norte da de Pernambuco, como tinha acontecido às da Paraíba e do Ceará, e pedindo o patrocínio do secretário de estado para esta causa. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 8, D. 511.

São Paulo

CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre o que escrevem, em carta de 4 de Março de (1698), os oficiais da Câmara de São Paulo, acerca do prejuízo que tem, em estar aquela

capitania sujeita ao governo da Bahia, que lhe fica muito distante, e da grande conveniência que por este motivo tinham em ficar subordinada ao governo do Rio de Janeiro. AHU-SP (Alfredo Mendes Gouveia), Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 50.

Conselho Ultramarino

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV sobre mandar ao capitão da Torre de Belém não deixar passar nenhum navio sem certidão do secretário do mesmo Conselho. AHU-CU, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 5.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II sobre requerimento do porteiro do Conselho Ultramarino, Bartolomeu da Rosa, solicitando que seja desobrigado a assistir como porteiro da câmara do número, como os demais porteiros deste Conselho. AHU-CU, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 77.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II sobre ordenar aos mestres dos navios que forem às conquistas notificarem este Conselho, antes de tomarem carga, quais os portos a que se encaminham, para levarem as ordens, cartas e géneros que o Conselho determinar. AHU-CU, Papéis Avulsos, Cx. 01, D. 88.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre requerimento do oficial papelista da Secretaria do Conselho Ultramarino, Manuel Barbosa Brandão, solicitando aposentadoria no dito ofício, da mesma forma que foi concedido a seus antecessores, visto padecer de falta de vista. AHU-CU, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 113.

REQUERIMENTO dos oficiais da Secretaria do Conselho Ultramarino ao rei [D.João V] solicitando ajuda de custo pelo excessivo trabalho referente à expedição dos papéis que foram despachados para os governadores e ministros das conquistas. AHU-CU, Papéis Avulsos, Cx.2, D. 143.

REQUERIMENTO do boticário do Conselho Ultramarino, Simão Gomes de Sousa, ao rei [D. João V] solicitando ordens para que seja informado de qualquer requerimento feito por João Pedro Freire que requer ilicitamente pelo Conselho Ultramarino o ofício de boticário para a Nova Colónia e que pertence ao suplicante. AHU-CU, Papéis Avulsos, Cx. 2, D. 166.

CONSULTA (cópia) do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V] sobre requerimento do oficial maior da Secretaria deste Conselho, Miguel de Macedo Ribeiro, solicitando um acréscimo no ordenado. AHU-CU, Papéis Avulsos, Cx. 2, D. 167.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre requerimento do escrivão do tesoureiro e executor deste Conselho, Nicolau de Sequeira, solicitando ajuda de custo para cobrir os gastos com a sua doença, e acerca do estilo e costume da concessão destas ajudas de custo. AHU-CU, Papéis Avulsos, Cx. 2, D. 201.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre requerimento do secretário deste Conselho, Manuel Caetano Lopes de Lavre, solicitando a criação de mais um lugar de oficial para a Secretaria do mesmo Conselho e de um porteiro que sirva também como guarda-livros. AHU-CU, Papéis Avulsos, Cx. 2, D. 220.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre requerimento do oficial papelista da Secretaria deste Conselho, António de Sousa Pereira, solicitando ajuda de custo para cobrir os gastos com a sua doença. AHU-CU, Papéis Avulsos, Cx. 3, D. 262.

REQUERIMENTO do oficial papelista da Secretaria do Conselho Ultramarino, Vicente Martins de Oliveira, ao rei [D. João V] solicitando aposentadoria devido a incapacidade física, à semelhança do que foi concedido a outros oficiais. AHU-CU, Papéis Avulsos, Cx. 3, D. 286.

OFÍCIO do secretário do Conselho Ultramarino, Joaquim Miguel Lopes de Lavre ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre a nomeação de Manuel Pinto de Azevedo, ex-porteiro e guarda-livros da Secretaria deste Conselho para secretário do governo de Minas Gerais, tendo em seu lugar tomado posse Jacinto António da Silveira, o qual sugere a separação do ofício de porteiro e guarda-livros e que se declare que a ocupação de guarda-livros tem a mesma graduação que a de oficial papelista do número. AHU-CU, Papéis Avulsos, Cx. 5, D. 521.

REQUERIMENTO do oficial papelista e do número da Secretaria do Conselho Ultramarino, Pedro Alexandrino de Abreu Bernardes, à rainha [D. Maria I] solicitando aposentadoria como oficial maior da dita Secretaria, recebendo o ordenado referente a este lugar. AHU-CU, Papéis Avulsos, Cx. 7, D. 715.

REQUERIMENTO do oficial papelista do número, e do Assentamento da Secretaria do Conselho Ultramarino, bacharel Mateus Rodrigues Viana, à rainha [D. Maria I] solicitando que o secretário do mesmo Conselho, Joaquim Miguel Lopes de Lavre, reforme a nomeação do oficial supranumerário desta Secretaria e oficial maior da Secretaria da Junta da Comissão Geral, José Gregório Leal Arnaut, para o lugar vago de oficial maior da Secretaria deste Conselho, devido às incompatibilidades deste em servir interinamente ambos os ofícios, e estar o suplicante nas condições e deter a experiência necessária no expediente dos papéis e negócios deste Conselho. AHU-CU, Papéis Avulsos, Cx. 9, D. 848.

Códices

Consulta sobre a dúvida que se ofereceu ao conselheiro João Teles da Silva sobre a patente de João da Maia da Gama que está nomeado para ir governar o Maranhão por ser exprimir nela o título de governador e capitão-general. AHU-Códice 21, f.456 – 456v.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Consulta do Conselho Ultramarino a sua Majestade no ano de 1732 feita pelo Conselheiro Antônio Rodrigues da Costa. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, T. 9, 1845, p. 498-506.

Correspondência do governador de Pernambuco, José César de Meneses. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 421, pasta 01, p. 182-186.

Fontes impressas

Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Carta régia a D. Manoel Rolim de Moura sobre se executarem as ordens da Secretaria de Estado, Conselho Ultramarino e Governo-Geral a quem sempre deve dar conta deste governo. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 28, 1908, p. 127.

Carta régia à Felix José Machado Sobre se executarem as ordens do Governador Geral do Estado com a mesma prontidão que as de Sua Majestade. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 28, 1908, p. 129.

Carta régia à D. Lourenço de Almeida Sobre os Senhores Governadores Serem Subordinados ao Governo-Geral do Estado e Executarem as Suas Ordens *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 28, 1908, p. 129.

Informação geral da capitania de Pernambuco. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 28, 1908, p. 132-133.
Regimento dos governadores da capitania de Pernambuco. In: Informação geral da capitania de Pernambuco. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Oficina de Artes Graphicas da Biblioteca Nacional, 1908. v. 28, p. 126.

Biblioteca Brasiliana Guita e José Midlin

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Vol. 1. Coimbra: No Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712

Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional.

Carta do conde de Óbidos para o governador de Pernambuco, de 26 de abril de 1664. Coleção Documentos Históricos. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. 9, p. 162-167.

Carta do governador de Pernambuco Felix José Machado expondo que convém que a capitania de Itamaracá seja sujeita àquele governo no político assim como no militar e na Fazenda. Coleção Documentos Históricos. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. 98, p. 115.

Carta para o Governador de Pernambuco Hyeronimo da Mendonça acompanhando a carta do Governador do Rio Pedro de Mello. Coleção Documentos Históricos. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. 9, p. 191.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Regimento de Roque da costa Barreto. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1843, tomo quinto, p. 315.

Manuscritos da Biblioteca Nacional

Cartas de matéria nova e diversos ofícios. 1724 a 1728. Manuscritos da Biblioteca Nacional, 09, 3, 006.